COLEÇÃO FORMAÇÃO REGIONAL DA AMAZÔNIA

Volume 2

FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA AMAZÔNIA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
Carlos Eduardo Maneschy – Reitor

NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
Durbens Martins Nascimento – Diretor Geral

FUNDO AMAZÔNIA – BNDES
Apoio financeiro

INCUBADORA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA AMAZÔNIA - IPPA
Fábio Carlos da Silva – Secretário Executivo

REVISÃO
Iraneide Silva

PROJETO GRÁFICO DA CAPA
Joercio Barbalho Filho

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA
Ione Sena

CONSELHO EDITORIAL DO NAEA
Durbens Martins Nascimento – Presidente
Ana Paula Vidal Bastos
Armin Mathis
Edna Maria Ramos de Castro
Fábio Carlos da Silva
Francisco de Assis Costa
Ligia Terezinha Lopes Simonian
Luis Eduardo Aragón Vaca
Nírvia Ravena
Oriana Trindade de Almeida
Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior
Silvio José de Lima Figueiredo
Simaia do Socorro Sales das Mercês

COLEÇÃO FORMAÇÃO REGIONAL DA AMAZÔNIA
Fábio Carlos da Silva - Coordenador

Pesquisadores dos Núcleos Estaduais da IPPA autores dos ensaios desse volume

Núcleo Central - NAEA
Edna Ramos de Castro
Índio Campos

ACRE
Francisco Carlos da S. Cavalcanti / UFAC

AMAPÁ
Antônio Sérgio Monteiro Filocreão / UNIFAP

AMAZONAS
Andreia Brasil Santos / UFAM
José Alberto da Costa Machado / UFAM
Marcelo Seráfico/ UFAM

MARANHÃO
Benjamin Alvino de Mesquita / UFMA
Celia Maria da Motta / UFMA
Josenildo de Jesus Pereira / UFMA
Nilce Cardoso Ferreira / UEMA
Zulene Muniz Barbosa / UEMA

MATO GROSSO
Alexandre Magno de Melo Faria / UFMT
Alexandro Rodrigues Ribeiro / UFMT
Carlos Teodoro José Hugueney Irigaray / UFMT
Carolina Joana da Silva / UNEMAT

PARÁ
Edna Ramos de Castro /UFPA
Indio Campos / UFPA

RONDÔNIA
Dante Ribeiro da Fonseca / UNIR
Antonio Claudio Barbosa Rabello / UNIR

RORAIMA
Marcos José Salgado Vital / UFRR

TOCANTINS
Waldecy Rodrigues / UFT
Thiago José Arruda de Oliveira / UFT

COLEÇÃO FORMAÇÃO REGIONAL DA AMAZÔNIA

Volume 2

FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA AMAZÔNIA

Organizadores
Edna Ramos de Castro
Índio Campos

Belém – 2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca do NAEA/UFPA)

Formação Socioeconômica da Amazônia / Edna Ramos de Castro, Índio Campos, Organizadores – Belém: NAEA, 2015.

640 p.: il.; 22 cm - (Coleção Formação Regional da Amazônia, v.2)

Inclui bibliografias

ISBN: 978-85-7143-133-1

1. Planejamento regional – Amazônia. 2. Formação socioeconômica da Amazônia. 3. Formação socioeconômica – Acre . 4. Formação socioeconômica – Amapá. 5. Formação socioeconômica – Amazonas. 6. Formação socioeconômica – Maranhão. 7. Formação socioeconômica – Mato Grosso. 8. Formação socioeconômica – Pará. 9. Formação socioeconômica – Rondônia. 10. Formação socioeconômica – Roraima. 11. Formação socioeconômica – Tocantins. I. Castro, Edna Ramos de, Campos, Índio.

CDD 22. ed. 338.9811

Sumário

APRESENTAÇÃO 7

PREFÁCIO 9

Capítulo 1
Formação Socioeconômica da Amazônia 15
Edna Ramos de Castro | Índio Campos

Capítulo 2
Formação Socioeconômica do Estado do Acre 37
Francisco Carlos da S. Cavalcanti

Capítulo 3
Formação Socioeconômica do Estado do Amapá 97
Antonio Sérgio Monteiro Filocreão

Capítulo 4
Formação Socioeconômica do Estado do Amazonas 173
Andreia Brasil Santos | José Alberto da Costa Machado | Marcelo Seráfico

Capítulo 5
Formação Socioeconômica do Estado do Maranhão 225
Benjamin Alvino de Mesquita | Celia Maria da Motta | Josenildo de Jesus Pereira | Nilce Cardoso Ferreira | Zulene Muniz Barbosa

Capítulo 6
Formação Socioeconômica do Estado de Mato Grosso 321
Alexandre Magno de Melo Faria | Alexandro Rodrigues Ribeiro | Carlos Teodoro José Hugueney Irigaray | Carolina Joana da Silva

Capítulo 7
Formação Socioeconômica do Estado do Pará 401
Edna Castro | Índio Campos

Capítulo 8
Formação Socioeconômica do Estado de Rondônia 483
Dante Ribeiro da Fonseca | Antonio Claudio Barbosa Rabello

Capítulo 9
Formação Socioeconômica do Estado de Roraima 533
Marcos José Salgado Vital

Capítulo 10
Formação Socioeconômica do Estado do Tocantins 581
Waldecy Rodrigues | Thiago José Arruda de Oliveira

Autores 637

Apresentação

A coletânea **Formação Regional da Amazônia** é resultante dos estudos desenvolvidos no âmbito do projeto de pesquisa "Fortalecimento Institucional para a Conservação e o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia" e constitui-se de quatro volumes: 1. Formação Institucional da Amazônia; 2. Formação Socioeconômica da Amazônia; 3. Formação Socioambiental da Amazônia; e 4. Sustentabilidade dos Municípios Amazônicos.

Esta pesquisa, coordenada pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, contou com apoio financeiro do BNDES, por meio do Fundo Amazônia, e viabilizou a implantação e a dinamização das ações da Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia (IPPA) nos nove estados amazônicos: Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

Os estudos tiveram dois momentos: no primeiro ano foram realizadas análises das dinâmicas político-institucional, socioeconômica e ambiental, decorrentes do processo de expansão da fronteira econômica brasileira nos nove estados da Amazônia Legal, no período 1960-2010, que permitiram não só a produção dos três primeiros volumes da coleção, com significativa contribuição para o aprimoramento da historiografia regional, mas também oportunizaram a identificação das regiões socioambientalmente mais vulneráveis em cada um dos estados amazônicos.

A identificação das regiões críticas foi feita, fundamentalmente, com base no resultado do Índice de Sustentabilidade dos Municípios da Amazônia (ISMA), tendo sido selecionadas as seguintes regiões e os municípios-polo respectivos, para a realização da pesquisa-ação: Acre (Vale do Juruá - Cruzeiro do Sul); Amapá (norte do Amapá - Oiapoque); Amazonas (sul amazonense - Lábrea); Mato Grosso (norte matogrossense - Alta Floresta); Maranhão (centro maranhense - Grajaú); Pará (Marajó - Breves); Rondônia (Madeira-Guaporé - Guajará Mirim); Roraima (Sul - Mucajaí) e Tocantins (ocidental - Tocantinópolis).

Assim, no segundo ano da investigação realizou-se pesquisa-ação nas regiões mais críticas, por meio da implantação de núcleos regionais da IPPA nos referidos municípios. Esses núcleos são mecanismos institucionais que representam oportunidades de construção de políticas públicas regionais mais efetivas, uma vez que contam com a participação de alunos e professores das universidades locais, bem como de representantes do setor produtivo, da sociedade civil e do poder público municipal e regional.

A análise do Índice de Sustentabilidade dos Municípios Amazônicos é apresentada juntamente com os resultados da pesquisa-ação nas regiões críticas, no volume 4 da coletânea.

Fábio Carlos da Silva

Prefácio

Marianne Schmink
Professora Emérita de Estudos
Latinoamericanos e Antropologia
Universidade da Flórida

Este livro reúne uma coletânea extremamente útil de ensaios que retratam a formação sócioeconômica dos nove estados da Amazônia Legal, no Brasil. Enfrentando a tarefa nada fácil de contar a história particular de cada estado, os autores dos capítulos deste volume costuram os detalhes encontrados na literatura historiográfica existente, alguns mergulhando mais que outros em períodos específicos, para retratar, de forma compreensiva, a trajetória de cada canto nesta vasta região chamada Amazônia. Das histórias particulares de lutas e conquistas, dominância e resistência, conflitos e persistência, emerge nesta coletânea uma visão da Amazônia na sua enorme complexidade.

Minha própria experiência de Amazônia começou com estudos enfocados nos conflitos sociais na Amazônia nos anos 1970 e 1980, em colaboração com o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará, fazendo pesquisas de campo nas turbulentas fronteiras do sul do Pará, e participando com cursos e apresentações de resultados de pesquisa, nas atividades do NAEA. O livro sobre este período crucial na evolução daquela região (Marianne Schmink e Charles Wood, *Contested Frontiers in Amazonia,* Columbia University Press, 1992), finalmente, foi traduzido e publicado em português (*Conflitos Sociais e a Formação da Amazônia),* em 2012, pela Editora da UFPA. Como bem sugere este nome do livro, no transcurso das pesquisas de campo, passamos a entender que a própria formação da região dependia em grande parte dos resultados, ao longo da história, dos conflitos entre diferentes atores e grupos em distintas situações, sobre a posse e uso dos ricos recursos naturais da Amazônia. Acompanhando, durante quarenta

anos (1975-2015), as dramáticas mudanças na Amazônia, além das continuidades e a diversidade de adaptações em curso, tenho aprendido a apreciar a importância da história, dos eventos complexos e sequenciais que estimulam e influenciam os acontecimentos distintos em cada lugar, com seu caráter único, social, ambiental, político, institucional e econômico. Por esta apreciação posso enxergar a grande utilidade deste volume, e do projeto maior ao qual faz parte.

Tive o privilégio de acompanhar o projeto *Incubadora de Políticas Púbicas da Amazônia* (IPPA), que deu origem ao livro, como membro da Assessoria Técnica, além do Professor Robert Buschbacher, da Universidade da Flórida, e o Professor Clóvis Cavalcanti, da Fundação Joaquim Nabuco. Participei das discussões ricas entre representantes dos vinte programas de pós-graduação que integram o Fórum de Pesquisa e Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável da Amazônia, nos encontros iniciais em Belém e Palmas em 2012, onde se desenvolveram os marcos conceituais e as metodologias a serem adotados no projeto ambicioso da IPPA.

A *Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia* consiste numa rede de pesquisa, ensino e extensão que visa contribuir no processo de concepção, formulação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas de desenvolvimento sustentável para a região amazônica, seus estados e municípios. Apoiados no conhecimento científico, nos saberes tradicionais e na participação qualificada dos atores regionais, a *Incubadora* procura fortalecer a capacidade e o desempenho das organizações da região que atuam na prevenção do desmatamento e na gestão sócio-ambiental. Estas organizações seriam os usuários finais das informações e análises reunidas nos quatro volumes produzidos nos dois anos de atividade. Os objetivos da IPPA incluem, entre outros: integração da academia com os institutos de pesquisa, órgãos de planejamento, fomento e gestão de desenvolvimento regional, os setores produtivos e a sociedade civil; realização de pesquisas, estudos comparativos e produção de indicadores de desenvolvimento sustentável; oferta de serviços especializados de assessoria e capacitação de gestores; e promoção do debate em torno do desenvolvimento sustentável em todas suas dimensões.

O presente livro, o segundo de quatro na coleção *Formação Regional da Amazônia*, traz materiais essenciais para estes debates, reunindo retratos históricos de cada um dos nove estados da Amazônia Legal num único volume que traça a

evolução da região desde a ocupação indígena à época colonial, até o período recente de expansão da fronteira amazônica, ressaltando as mudanças mais importantes na qualidade de vida da população. Estas histórias localizadas, no seu conjunto, fornecem o pano de fundo para as análises posteriores nos volumes 3 e 4 da coleção, voltados para retratar e analisar a capacidade municipal e os processos de governança sócio-ambiental, nos municípios de cada estado mais vulneráveis ao desmatamento.

O livro demostra claramente os elementos comuns aos diversos estados – como a persistência das desigualdades marcantes da distribuição de renda e no acesso à terra, os conflitos pela terra e pelo minério, e as diferenças chave entre eles, fruto dos contextos culturais, ambientais, e sócio-políticos distintos. Estas importantes diferenças colocam limites na nossa capacidade de generalizar sobre "a região amazônica". A própria cronologia histórica varia muito, por exemplo, dependendo do status político de cada sub-região em fases diferentes. Enquanto a ocupação colonial começou cedo em Mato Grosso com a descoberta do ouro em 1719, outros estados (como Amapá e Tocantins) se estabeleceram somente após a nova Constituição, no final dos anos 1980. O Amazonas já era uma província de Portugal em 1852, mas somente sofreu um crescimento real cem anos depois, quando a Zona Franca foi implementada nos anos 1960. Alguns estados (Acre, Rondônia) foram colonizados por bolivianos e posteriormente viraram territórios federais após esforços de guerra e de diplomacia. Alguns estados foram marcados pela presença de grandes projetos (ICOMI, Jarí). Estes contos retratam uma região constantemente "em construção."

Apesar das diferenças marcantes na história contada nos capítulos deste volume, os conflitos e as disputas persistem de forma surpreendente e alarmante. As ameaças às terras indígenas continuam após 300 anos, hoje respaldadas por armas burocráticas, além de casos de violência. Alguns grupos indígenas procuram se isolar dos "brancos" para se proteger dos impactos da civilização de fora, enquanto outros se organizam para grandes manifestações de dança coletiva e de protesto nas capitais do Brasil. O governo segue promovendo o crescimento do Brasil através de grandes obras estruturantes na Amazônia – estradas, hidrelétricas, mineração. Em paralelo, os projetos alternativos sócioambientais afloram nos interstícios da região, nos lugares menos visíveis onde os povos criativos e adaptativos souberam aproveitar de novos

recursos, novos mercados, e novos aliados na luta por uma vida melhor. A guerra, hoje, se arma entre nada menos que visões diferentes para o futuro da Amazônia.

Armados com as valiosas informações comparativas contidas neste volume, e para alcançar suas ambiciosas metas, o projeto da IPPA enfrenta o desafio de juntar as universidades amazônicas aos demais atores, nos esforços de melhoramento da governança sócio-ambiental da região amazônica. Os professores, estudantes e pesquisadores das universidades dos nove estados amazônicos tem muito a oferecer nesta tarefa, além de funcionar como um laboratório de produção da próxima geração de líderes para a Amazônia.

Na Universidade da Flórida, temos bastante experiência procurando caminhos para ligar o ensino superior com as necessidades do campo, e desenvolvendo plataformas de aprendizagem e ação, onde comunidades de prática podem evoluir com a interação de pesquisadores, tomadores de decisão, e moradores da região amazônica (KANER et al. 2006). Temos experimentado várias plataformas para aprendizagem social, através de capacitação e de intercâmbios de conhecimento e também com facilitação de experiências de planejamento participativo na região de fronteira sudoeste (MENDOZA et al. 2007; PERZ et al. 2008). Desde 2004, um projecto chamado "Iniciativa para Liderança na Conservação da Amazônia" patrocinou colaborações com 8 universidades amazônicas, primeiro numa oficina em Manaus, em 2007, reunindo todos os programas de universidades amazônicas voltados para o desenvolvimento regional e a conservação da biodiversidade. Em colaboração com os colegas do Fórum de Pesquisa e Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável da Amazônia e outros parceiros, promovemos um curso de especialização na UNEMAT, 2010-2012, integrando acadêmicos, profissionais da conservação, e grupos locais num processo de aprendizagem prática: visitas de campo, engajamento com atores locais, e discussão de cenários futuros (ATHAYDE et al. 2014). Hoje, uma rede de atores de vários estados Amazônicos está colaborando para melhorar a capacidade de governança sócioambiental municipal na região. Estas parcerias também levaram ao crescimento do "Grupo Barragens," um programa de pesquisa colaborativa com diversas universidades amazônicas que está empenhado em desenvolver paradigmas interdisciplinares e transdisciplinares sobre os impactos das barragens hidrelétricas.

Esforços como estes, e a iniciativa inovadora da *Incubadora de Políticas Púbicas da Amazônia,* são imprescindíveis para poder reunir esforços necessárias para contribuir com o traçado que os povos da Amazônia desejam para o futuro. Na presente encruzilhada de propostas desenvolvimentistas e sócioambientais, este projeto é importante para contribuir com o esforço de pensamento coletivo.

Referências bibliográficas

ATHAYDE, S. F., BUSCHBACHER, R., BARTELS,W., e SELUCHINESK, R. D. R. Aprendizagem colaborativa e gestão de sistemas sócio-ecológicos na Amazônia: experiências de construção de conhecimento entre academia e sociedade. Brasília, ***RBPG,*** 2014, 10(21): 729-756.

KAINER, K.A., SCHMINK, M., COVERT, H., STEPP, J. R., BRUNA, E. M., DAIN, J. L., ESPINOSA, S., e HUMPHRIES, S**.** A Graduate Education Framework for Tropical Conservation and Development. **Conservation Biology,** 2006. 20 (1): 3-13.

MENDOZA, E. S. Perz, SCHMINK, M., e NEPSTAD, D. Reducing Negative Impacts of Road Paving in the Amazon. **Current Conservation,** 2008, 2.1: 19-20.

PERZ, S., BRILHANTE, S., BROWN, F., CALDAS, M., IKEDA, S., MENDOZA, E., OVERDEVEST, C., REIS, V., REYES, J., ROJAS, D., SCHMINK, M., SOUZA, C., e WALKER, R. Road building, land use and climate change: prospects for environmental governance in the Amazon. **Philosophical Transactions of the Royal Society Bulletin,** 2008, 363: 1889- 1895 (online, 11 fev. 2008).

MENDOZA, E.; PERZ, S.; SCHMINK, M.; NEPSTAD, D. Participatory Stakeholder Workshops to Mitigate Impacts of Road Paving in the Southwestern Amazon. **Conservation and Society,** 2007, 5: 3: 382-407.

SCHMINK, M. e WOOD, C. H. **Conflitos Sociais e a Formação da Amazônia,** Belém, Edufpa, 2012.

Capítulo 1

FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA AMAZÔNIA

Edna Ramos de Castro
Índio Campos

INTRODUÇÃO

Publicado na Coleção Formação Regional da Amazônia, pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, este livro visa contribuir para a reconstituição histórica da sociedade e da economia amazônicas, desde a ocupação indígena e a expansão colonial até aos períodos mais recentes. Estes expressam as dinâmicas de expansão de fronteiras derivadas de grandes projetos de infraestrutura, de mineração, da agropecuária e do agronegócio. Embora muitos processos sociais e econômicos sejam comuns à experiência de vida na Amazônia, para efeitos deste trabalho interessava visibilizar as singularidades de cada estado – a diversidade e mesmo a diferença –, quanto às trajetórias de grupos sociais, à formação econômica e à constituição cultural e étnica, além dos processos políticos. Os dados e informações apresentados apontam para rupturas com a percepção dominante da Amazônia homogênea, reconhecendo, assim, a pluralidade das experiências registradas na sua história social.

A pesquisa que orientou este trabalho teve o caráter de revisão bibliográfica e documental, com dados secundários produzidos por diversas fontes, públicas e privadas. Os capítulos deste volume se propõem a enveredar pelas particularidades de cada estado, quanto à sua formação histórica e aos processos contemporâneos de transformação social, impulsionados, de um lado, pelas dinâmicas produzidas por

agentes sociais, econômicos e políticos que conformaram a sociedade ao longo dos séculos e, de outro, pelas políticas e programas nacionais que geraram dinâmicas internas diversas. No horizonte temporal da pesquisa (1600-2010) buscou-se observar a interseção de escalas e interpretar relações do local com as dinâmicas externas, nacionais e globais.

A escrita da história tem sentidos e significados diferentes. Adotamos neste trabalho a visão da história social, entendendo que os estudos formulados na perspectiva dos atores sociais e suas experiências permitem recuperar dimensões da complexidade do fazer histórico. Sob a influência de Hobsbawm (1998) e de Thompson (1979), as interpretações da história no século XX romperam com as visões e corpus teóricos anteriores, procurando entender os processos hegemônicos, mas sobretudo no sentido de iluminar a percepção sobre as relações conflituosas e de dominação, a partir da escrita sobre as elites dominantes, ideologia, trabalhadores e classes populares. Em seu livro *Senhores e Caçadores*, Thompson (1987) formula as bases da história social e categorias do pensamento crítico que resgatem a experiência[1] e o fazer cotidiano como lugar da cultura e de significados (CANCLINI, 2008).

A perspectiva é de uma leitura da história fundada na experiência social, no mundo construído a cada momento, recompondo a relação entre universalidade e particularidade. O entendimento da experiência social, empírica, e muitas vezes dos fragmentos sociais, como nos ensina Walter Benjamim (2006), pela leitura da cidade na modernidade e da ação do sujeito na invenção do cotidiano. A perspectiva adotada por Thompson (1979), ao formular sua historiografia sobre a classe operária na Inglaterra foi de entender os processos e lutas surdas, invisíveis, por isso não reconhecidas pela historiografia dominante, sobre mobilizações políticas e classes sociais, na segunda metade do século XX. O autor analisa seus fragmentos incessantemente, na relação com o contexto, e entre escalas e pertinências. Rompe, assim, com as interpretações tradicionais que traduzem uma história linear e de dominantes, e considera como núcleo central a interpretação dos processos reais e coletivos, que podem ser lidos, de um lado, na construção da vida social, do cotidiano, da família, da cultura, das trajetórias sociais, da mobilidade e, de outro, da visibilidade de diferentes formas de dominação, de resistência e de afirmação de sujeitos.

[1] Sobre esta perspectiva de análise, ver os livros de Edgar De Decca (1981) e de Eder Sarder (1985) sobre insurgentes, sujeitos da história e afirmação dos vencidos.

Formação sócioeconômica e perspectiva da histórica social

Os povos indígenas encontrados nesta região pelos europeus eram os ocupantes originais. Mas a história indígena é um capítulo que tem sido negligenciado na história social da Amazônia. Ao longo dos séculos de colonização, apesar da resistência indígena aguerrida e do conhecimento acumulado por gerações sobre a vida nesta região de floresta tropical – da fauna, da flora, da navegação, da agricultura e de saberes alimentares – os índios foram olhados na perspectiva dos colonizadores, como inferiores, incultos, passivos, submissos e pagãos. Foram inventados por narrativas que selecionam categorias de nomeação, definem lugares e classificam o outro no contexto da cultura ocidental, supostamente universal e superior. Cabe ressaltar ainda a natureza dos processos intensos de transformação vividos pelos povos indígenas, produzindo descontinuidades culturais e desterritorialização. Para Gusmão, 2010, p.15):

[...] a história da Amazônia é a "historia de lutas e conquistas, produto do encontro de vários grupos sociais que conformaram a sociedade em tempos diferentes. A imagem reproduzida na sociedade brasileira sobre o índio e que chega até o presente, é de servil e submisso. Uma nova escrita da história tem sido empreendida pelos povos indígenas do presente, e historiadores, que têm resignificado as leituras de documentos do passado".

Na mesma linha crítica de interpretações sobre a Amazônia, a arqueologia tem produzido chaves para o entendimento das sociedades e de suas formas de escrita. Anna Roosevelt (2009), nos estudos realizados entre 1990 e 1992, analisou as pinturas rupestres encontradas na Caverna Pintada em Monte Alegre, e desvenda, pelos traços e pinturas, sinais extraordinários sobre o nível de organização social de povos que viveram na planície amazônica de inundação, e deixaram nas imagens gravadas nas rochas daquela região, datadas de mais de 11.200 anos, a concepção de arte e relação com saberes. De seu universo social e do imaginário, retrataram plantas, animais e deixaram, inclusive, suas impressões físicas pelas pinturas de suas mãos – de adultos e crianças –, como assinaturas de sua existência. Esses achados trouxeram a necessidade de revisão de estudos anteriores sobre a ocupação do homem na terra. Essas análises servem para sustentar a tese da presença de sociedades complexas na Amazônia pela ancestralidade da ocupação humana e com formas de organização econômica e administrativa que comportavam povoados de 10.000 habitantes.

Tais registros induzem a se pensar em povos mais antigos que habitaram a região, contribuindo para retomar os debates sobre o povoamento nas Américas.

O início da colonização portuguesa, desde os primeiros viajantes que subiram o rio Amazonas e seus afluentes no século XVI até a fundação de Belém, a chegada de forças militares e de instituições religiosas, representa um passo decisivo no processo político que envolvia o domínio e a garantia das possessões coloniais. Até o presente, contam-se vários séculos de ocupação territorial nada pacífica, marcada por relações de dominação, de violência, conflitos, disputas e também de alianças entre os colonizados europeus e os povos indígenas. Houve também alianças e conflitos destes, com os povos africanos, arrancados de seus territórios pelas estruturas mercantis da escravidão. A lógica era a mesma moldada nas estruturas mercantiis da escravidão, no eurocentrismo e no evolucionismo, e empreendida em territórios distantes no continente africano.

Frente às tensões próprias das relações entre povos, e suas trajetórias na Europa, no contexto das lutas promovidas pelo capitalismo mercantil, vários países disputavam a conquista de territórios nas Américas – portugueses, ingleses, irlandeses, holandeses, franceses e espanhóis. Lutas, portanto, que se davam na esfera colonial, no ocidente, entre países com maior domínio tecnológico da navegação e do comércio ultramarino, eram os que disputavam os territórios distantes desde o século XV, com histórias de guerras pelo domínio de territórios mercantis concorrentes, no contexto do desenvolvimento do capitalismo mercantil e industrial. Os impactos dessa racionalidade sobre os povos originais foram devastadores (GONDIM, 2007; OLIVEIRA, 2004).

A perspectiva da história social revela dimensões fundamentais dos processos de dominação e das formas de resistência que estiveram sempre presentes na Amazônia, como as lutas sociais que agitaram a Província do Grão-Pará e Maranhão durante o período colonial e na emergência do Império. Efetivamente, como diz Salles (1988), a conquista da Amazônia não foi fácil, pelo que se denota da documentação, pois:

> *[...] as lutas que os portugueses tiveram de aí empreender contra tribos indígenas hostis, notadamente os Tupinambá, nas cercanias de Belém, os Aruac, na ilha do Marajó, e contra holandeses, ingleses, irlandeses e franceses que ao longo da costa e até mesmo nas margens do Amazonas haviam plantado feitorias e algumas fortificações (SALLES, 1998, p. 13).*

O movimento de expansão colonial e o deslocamento dos portugueses, a formação de milícias, a construção de fortificações e também as alianças celebradas com povos indígenas – todos esses processos foram acompanhados de

deslocamentos no imenso território que hoje é a Amazônia, por parte dos povos indígenas, em função das guerras empreendidas, de fugas para outros territórios ou pelos descimientos, reduções, catequese e escravidão, que constituíam estratégias e práticas do empreendimento colonial.

As relações entre os portugueses e os grupos indígenas que ocupavam toda a costa atlântica da Província do Grão-Pará e Maranhão e as áreas interiores foram marcadas por confrontos sangrentos. Os registros documentais mostram o extermínio de aldeias e também o deslocamento forçado para territórios distantes, considerados mais seguros. Igualmente, a morte de portugueses, seja pelas guerras ou flagelo por doenças, ataques de animais, fome e medos, é um tema presente nas narrativas sobre a saga da conquista da Amazônia pelos portugueses. As narrativas encontradas na maioria dos livros comungam com a visão dos colonizadores. A outra versão, contada pelos "vencidos", é marcada por conflitos, confrontos e extermínios, e foi obscurecida ou minimizada na maior parte da literatura.

A memória registrada nos documentos não alcança a dimensão bélica da ocupação da foz do Amazonas e do vale do Tocantins. O estuário do rio Amazonas, onde se encontram inúmeras ilhas que compõem o delta e a foz do rio Tocantins foram os espaços mais expressivos de batalhas que se prolongaram por todo o período colonial, ainda que novas alianças se sucedessem entre portugueses e povos indígenas de diversas etnias. Essa relação colonial para Bhabha (1989) implica em alteridade e, por isso, suas análises pressupõem a identidade na relação com o outro e na invisibilidade imposta ao outro. O autor busca mostrar a dificuldade de compreensão do modo de construção do sujeito no discurso colonial, discurso de poder em que ambos – o colonizado e o colonizador – encontram-se integrados. Trata-se, em última análise, de relações de poder ambivalentes, que sustentam visões estereotipadas do outro através de processos de subjetivação e são, portanto, impostas pelo dominante.

Os relatos de missionários, de viajantes e de naturalistas constituem um conjunto importante da literatura sobre a Amazônia colonial, parte deles possivelmente à espera de interpretações mais rigorosas. O texto de Métraux (1979) é extraordinário pelas observações narradas de forma pormenorizada, permitindo a produção de outras leituras sobre os povos indígenas. Na introdução afirma que os Tupinambá foram os mais estudados e, por isso, mais bem conhecidos e visitados por inúmeros viajantes e missionários de diferentes países (METRAUX, 1979, p. XXX).

O citado autor (1979) informa que, seguindo indicação de Mauss, examinou os originais inéditos de Thévet (1878) na Biblioteca Nacional de Paris, junto com a

obra do missionário português Cardim, cujo livro intitulado *Origem dos Índios no Brasil* discorre sobre os ritos e costumes dos Tupinambá. Outro missionário, Yves d' Evreux, escreveu o livro *Viagem*, considerado relevante para Métraux, por "auscultar a alma e o sentimento dos índios" (METRAUX, 1979, p. XXXXV). Mais adiante, o autor destaca, ainda, em suas observações acerca da literatura produzida sobre os índios do Brasil, que "em toda a antiga literatura concernente aos índios americanos, existem poucas obras onde se revele tão profundo conhecimento da psicologia do primitivo" (Ibid., XXXIV). Companheiro de Yves l' Evreux, Claude d' Abbeville repassa, igualmente, importantes notas a respeito dos Tupinambá. Essas obras certamente são importantes pelo testemunho, mas têm limites severos impostos pela visão colonial que ao produzir imagens distantes e narrativas deformadas, marcadas a partir de sua percepção e de suas crenças, classificando o outro no seu universo, como inferior, ignorante e vazio pois sem alma e sem cultura, na contramão di que entendia como processo ocidental civilizatório. A categoria de identidade vista como a da civilização e o processo mercantil como civilizador, subjaz à razão colonial.

A cartografia produzida pela colonização europeia permite a leitura do processo de expansão territorial. Esquadrinha as missões religiosas que se sucederam, lugares estratégicos de estabelecimento em fronteiras mais avançadas da ocupação colonial. No estuário amazônico e no vale do Tocantins, foram assentadas missões, algumas delas transformadas em aldeias de repartição, de onde eram distribuídos os índios para áreas de trabalho, e estiveram na origem de muitas cidades na Amazônia. As missões constituíam grandes empreendimentos de produção de bens e serviços.

Belém, como centro administrativo, organizava a entrada das missões para essa imensa região e exercia o controle da alocação de escravos, índios e africanos, ainda que a correspondência refira-se muito à penúria da Colônia, para fazer face às demandas de segurança e para coibir as fugas e insurreições reclamadas por senhores de escravos e pelas classes mais abastadas. Porém, em todo o estuário amazônico, no Marajó e demais ilhas, mesmo naquelas que estão mais ao ocidente, conhecidas como de fora, do Vale do Tocantins-Araguaia e do Baixo Amazonas, e prolongando-se pelos afluentes das margens direita e esquerda do Médio rio Amazonas, e ainda pelos rios principais de Goias e Mato Grosso, as redes de contato permitiam a troca de informações sobre as possibilidades de fuga, de lutas insurrecionais ou de outras formas de resistência à escravidão de caráter mais difuso. O quilombo era inegavelmente o lugar de recriação da vida em liberdade. Movimentos de idas e vindas

em canoas ligeiras através de rios, lagos e igarapés, varando as florestas de terra firme e de várzea, os igapós e os campos, índios, negros, cafuzos, mamelucos e soldados se evadiam de seus lugares de trabalho. Os registros são inúmeros de formação de quilombos em toda a extensão da Amazônia (GOMES, 1999; CASTRO, 2007).

Algumas regiões que conformam atualmente os estados da Amazônia Legal tiveram presença mais forte de mocambos de índios e de pretos, relativamente coetânea do desenvolvimento da economia agroextrativista, das plantações de cacau e de cana-de-açúcar, e da pecuária, como mostram os capítulos deste livro, para toda a Província do Grão-Pará e Maranhão. Observam-se cinco grandes concentrações, que se localizam nas seguintes regiões: Marajó e ilhas do estuário, vale do Tocantins, Belém e áreas do entorno, que incluem os rios ou lugares como o Guamá, Acará, Mojú, Bujaru, Igarapé-Miri, Capim, Barcarena, Beja e Conde; a região Bragantina, Santa Isabel, Colares, Vigia, Gurupi-Caeté; e a região do Médio Amazonas, subindo pelos rios até alcançar o Suriname e a Guiana.

As matas e rios do interior da floresta acolheram os processos de resistência ao cativeiro, de fugas e de defesa do quilombo. Muitos autores têm estudado os quilombos, embora predomine ainda um interesse maior sobre Palmares. Os registros oficiais ou as crônicas de época remetem às formas de resistência e às fugas de escravos ainda nos finais do século XVII. Gomes (1999, p. 10) traça o estado da arte dos estudos no Brasil, evidenciando autores e correntes teóricas subjacentes aos estudos, entre eles a nova história social. Considera que a fuga que levava à formação de povoados, às vezes também ligada a outros grupos sob o jugo escravista, aconteceu nas Américas, ali onde a escravidão "vicejou". No Brasil, as ciências sociais têm produzido muitos estudos sobre a escravidão, entre os quais se incluem aqueles que discutem os processos de fuga e a constituição de quilombos em momentos diferentes, e como se mantiveram até o presente. Sobre os processos de autogênese e de ressemantização dos quilombos, há também inúmeros estudos realizados na Amazônia após a promulgação da Constituição brasileira de 1988, que no Art. 68, das Disposições Transitórias, garante e reconhece o direito ao território ocupado, pelos princípios de ancianidade da ocupação.

A produção de cacau foi relevante na consolidação e expansão da fronteira colonial, como indica a sua permanência na pauta de exportações no Grão-Pará, representando ganhos substanciais para a Coroa. A economia do cacau expandiu-se no século XVIII e no início do século XIX, ocupando terras firmes e várzeas em

novos cultivos. Assim, o Baixo Amazonas e o vale do Tocantins foram incorporados à dinâmica do mercado europeu do cacau, que se ressentia, à época, com a redução da produção e da exportação nas colônias portuguesas e espanholas do Caribe, da Venezuela e do Equador. Para impulsionar o cultivo de cacau foi incentivado o mercado de escravos africanos.

Barata (1973, p. 320) embora considere que a agricultura sucumbiu "debaixo da influência nociva dessa deslumbrante e áurea miragem do lucro rápido e fácil, mas efêmero", reconhece que a borracha representaria um novo momento de escrita da história na Amazônia. Certamente integrava-se mais aos circuitos da economia mundial, aos processos de transformação industrial e ao avanço da ciência e da técnica no mundo ocidental. Os interesses que moviam as grandes transformações reconhecidas como Revolução Industrial, financiaram a busca de novos materiais, a descoberta de processos e de métodos essenciais aos circuitos econômicos e às dinâmicas do capitalismo industrial na conquista de territórios e mercados.

A produção da borracha vai ao encontro de processos significativos na economia mundial e contribui para o desenvolvimento da indústria automobilística e, consequentemente, para o desenvolvimento do fordismo como um modelo de produção em série e, portanto, de intensificação do trabalho. O outro lado que viabiliza a exportação da borracha, que talvez seja o mais presente na vasta literatura produzida sobre esse período na Amazônia e no Brasil, é a forma pela qual o trabalho foi organizado para viabilizar a produção e o escoamento da borracha. A servidão nos seringais e a manutenção pela força e coação do sistema de aviamento eram práticas comuns em toda a extensão da Amazônia[2].

A ocupação do território que hoje conforma o estado do Acre, na interpretação formulada no Capitulo 2 deste livro, precisa ainda ser mais bem compreendida desde os povos originais, pois as narrativas históricas se concentraram na análise a partir da chegada de nordestinos na corrida para os castanhais nativos abundantes, e também para o extrativismo da borracha nos seringais nos vales dos rios.

Durante um longo período, a Amazônia teve como principal atividade econômica o extrativismo florestal, cuja base da economia era a coleta das drogas do sertão. Toda a vasta região foi lentamente incorporada aos circuitos mercantis. Os litígios de fronteiras nacionais faziam parte da expansão territorial. No Capítulo 2,

[2] Sobre o tema consultar as obras clássicas sobre a formação histórica da Amazônia, entre elas as de Baena (1969, 2004); Raiol (1970); Reis (1953), Furtado (2000) e Santos (1980).

Cavalcanti (2015) considera que a "produção de especiarias no Acre, embora menos relevantes que no Pará e no Amazonas, serviu como referência para identificar as potencialidades e riquezas passíveis de exploração mercantil, e sua exploração em momentos posteriores". A economia da borracha foi muito importante no Acre, e acompanhou a demanda crescente e a importância dada à produção do látex.

No século XIX ocorreu um intenso fluxo de migrantes nordestinos deslocados para as atividades extrativas da borracha, como importante matéria-prima indústria,l que representou para o Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Roraima e Rondônia um fator de estruturação econômica e de urbanização. As expedições de caráter político, religioso e científico, na segunda metade do século XIX, percorreram todo o vale do rio Purus, Madeira e Juruá, como política de catequese ou expedições exploratórias de conhecimento e inventariamento de recursos da fauna e da flora, com fins científicos.

A economia da borracha foi responsável pelo povoamento da Amazônia, para além da ocupação ancestral por vários povos indígenas. As secas recorrentes no Nordeste do Brasil, levaram à Amazônia mais de 30.000 possíveis seringueiros, sendo a grande maioria migrante do Nordeste, refletindo na ocupação dos rios e afluentes, e em muitos conflitos com os povos indígenas ali habitantes.

Os rios Purus e Juruá eram percorridos por índios, quilombolas e ribeirinhos, que foram profundamente envolvidos na exploração da borracha nos seringais, contrariando certos discursos que relacionam os nordestinos com o trabalho nos seringais, obscurecendo a presença de outros segmentos sociais. Na exploração de borracha, os nordestinos conheceram a resistência dos índios Nauas, habitantes tradicionais daqueles territórios. Trata-se de povos indígenas muito arredios que ali habitavam, e outros grupos que chegaram pela pressão colonizadora na costa brasileira, constituindo novas fronteiras de contatos interétnicos.

Na segunda metade do século XVIII houve uma redefinição das estratégias coloniais de caráter econômico e político, direcionadas à Província do Grão-Pará e Maranhão. Para esse empreendimento, o governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado instaurou a gestão de Sebastião José de Carvalho e Melo – o Marquês de Pombal – que assume as funções em 1755. Esse período é conhecido pelas intervenções advindas das políticas implementadas na Amazônia por Pombal. Entre as medidas adotadas, destacam-se: a redefinição da organização produtiva, a racionalização do trabalho, a redução do poder político dos religiosos, notadamente dos Jesuítas, e abertura de possibilidades para conquista de novas fronteiras coloniais através

da intensificação da navegação e do tráfico de escravos africanos para aumentar a disponibilidade da força de trabalho e da produção. As tensões e conflitos entre a administração colonial e os jesuítas se agravaram, culminando com a expulsão dos missionários dessa Ordem religiosa e a desativação do modelo de organização empresarial que eles estabeleceram e mantinham nas fazendas e engenhos, que tinham se tornado bastante produtivos sobre as fazendas os jesuítas no Marajó.

A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, a face moderna do capitalismo mercantil na Colônia, obteve bons resultados com o aumento das plantações de cacau, cana-de-açúcar e do número de engenhos com processos industriais de fabricação de vários gêneros que foram exportados pelo porto de Belém por longos anos (CASTRO, 2006, p. 143).

As mudanças promovidas pela política pombalina reafirmariam a ordem econômica da administração colonial. O governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado visava reduzir não somente o poder dos missionários em relação aos grupos indígenas e à colônia em geral, mas também minimizar a presença e a cultura indígenas, tendo inclusive alterado os nomes de vilas, povoados e missões, antes com nomeação de lugares de índios, substituindo-os por nomes de santos, o que evidencia a disputa simbólica pela afirmação do poder colonial.

Das inovações introduzidas pela Companhia, a literatura destaca as melhorias na navegação e no transporte de mercadorias, aumentando a possibilidade de comercialização do cacau para o mercado europeu e a intensificação do comércio de escravos africanos, visando suprir a demanda por mão de obra para as plantações no vale do Tocantins, subindo o rio na direção de Cametá, Alcobaça e Goiás – e pelo baixo Amazonas.

Os territórios que hoje correspondem aos estados de Rondônia, Mato Grosso, Tocantins, Roraima, Amazonas e Amapá, como mostram os capítulos desde livro, tiveram processos de ocupação histórica diferenciados. No entanto, há convergências enormes, em função das relações estabelecidas entre o poder das elites portuguesas e os subalternos, produzidos pelas narrativas do imaginário colonial.

Cabe, porém, entender os elos do passado e a construção da história nos séculos seguintes. E mesmo nos que antecedem a Guerra da Cabanagem que se forjou nos interstícios da sociedade, nas revoltas, muitas vezes surdas, e silenciadas, contra as raízes escravistas da colonização, e que eclodiria no início de janeiro de 1831.

Provavelmente foi o mais radical movimento político, entre tantos outros ocorridos no Brasil na primeira metade do século XIX, chegando a tomar o poder e fomentar os ideais de um outra relação entre governo e sociedade (RAIOL, 1970), e o término da escravidão, pois um dos eixos das revoltas propugnava por liberdade.

Período no qual a economia da borracha lentamente desponta, mas além dele, com o ciclo da borracha e o avanço das novas frentes de colonização do século XX, a partir da abertura de grandes eixos rodoviários, inicialmente com a Rodovia Belém-Brasília, que inaugura outra forma de integração, ao orientar a direção dos fluxos – sejam eles migratórios, de mercadorias, de serviços ou de investimentos. Da Belém-Brasília à Transamazônica, da BR-163 e da BR-194 à Perimetral Norte e à Porto Velho-Rio Branco e Manaus-Boa Vista, entre outras, as políticas nacionais de desenvolvimento traçam uma nova fronteira de recursos naturais, de apropriação de terras e de conflitos fundiários que, a partir dali, também são reconfigurados.

Formação sócioeconômica e perspectiva do desenvolvimento

As ciências sociais e econômicas na América Latina, sobretudo a partir de meados do século XX tiveram interesse central na problemática do desenvolvimento. Diversas perspectivas e orientações teóricas alimentaram os debates voltados ao entendimento, de um lado, dos processos históricos e da dinâmica do capitalismo, como os estudos sobre industrialização e agricultura, dependência e subdesenvolvimento, estrutura da propriedade e formação do Estado-nação, urbanização, divisão social do trabalho, alienação e dominação, marginalidade e ideologias; e, de outro, destacaram-se as questões relacionadas à ações do Estado, ao planejamento, às políticas de crescimento econômico e às estratégias de industrialização e de exportação. E, ainda, as discussões sobre a eficácia simbólica das instituições e das agências mundiais com seus discursos sobre o planejamento do desenvolvimento.

A emergência da sociedade industrial a partir da Revolução Industrial no século XVIII tornou dominante a crença na ciência e na tecnologia e embalou os sonhos de gerações sobre a possibilidade da razão humana encontrar soluções eficazes ao bem estar de cada nação. Erigiu a primazia da razão como crença das escolhas racionais. Ferramentas racionais para construir uma outra ordem econômica, cuja aventura principal seria o crescimento econômico, desafio maior e obsessão da ciência moderna, associado ao desenvolvimento da técnica. O iluminismo é um

discurso construído que tem como fundamento o poder de uma dada interpretação do mundo. É a dominação com pretensão à universalidade, à participação de todos em um projeto comum e por isso homogeneizador, erigido como estrutura do sistema moderno. Uma invenção ocidental produzida incessantemente.

A modernidade coloca o homem diante de impasses e contradições de uma sociedade que caminha cada vez mais rápido em direção ao progresso, mas violenta a vida cultural e a natureza. Habermas (1989) analisa a dinâmica social e os processos de diferenciação interna nos sistemas sociais e destaca que a classificação é uma forma de dominação pelo ordenamento de pessoas, saberes, processos, instituições e culturas – e faz parte da crescente racionalização do mundo.

O projeto de nação com grandes obras de infraestrutura incentivou a industrialização e o processo de modernização do país e de integração, sul a norte, leste a oeste, com a construção de Brasília, e da rodovia Belém-Brasília, conquistas do grande sertão central e da Amazônia, antigo sonho das elites nacionais. A leitura dos documentos do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o ISEB, revela, no correr dos anos 1950 e 1960, o debate travado sobre as ideias, lugares e circulação que dominou as áreas governamentais, acadêmicas, empresariais e políticas e a formulação de políticas econômicas para o progresso nacional, a integração da nação, a industrialização e a afirmação da modernidade trazida pelo modelo capitalista, vistos de forma totalmente acrítica, como mostrara Guerreiro Ramos (1962).

A passagem do século XX para o XXI marcaria certamente também as teorizações sobre desenvolvimento, desenvolvimento regional, crescimento econômico, mercado de trabalho formal e informal, classes sociais, desigualdades sociais, distribuição de renda, pobreza e alienação, mas sempre giravam no âmbito do desenvolvimento capitalista e do projeto de modernidade, reduzíveis assim, à matriz do crescimento econômico. As crises cíclicas do capitalismo, além da reforma do Estado sob programas de ajustes neoliberais advindas de instituições globais, pressionaram, e tensionam ainda mais o planejamento governamental e as estratégias de crescimento econômico.

Movimentos de fronteira, economia regional e conflitos na Amazônia

O conceito de fronteira foi a base de muitas análises dos anos 1970, sobre a Amazônia, visando entender as dinâmicas nas novas áreas e os fluxos da migração dirigida e espontânea atraída nas frentes dos programas de colonização. Mas esses

projetos de colonização estavam subordinados ao projeto mais amplo de modernização institucional e econômica do país. Por isso, a tensão entre os modelos e possibilidades de desenvolvimento e, em consequência, a violência também se tornou um corolário da ocupação dessas novas fronteiras. O padrão de avanço da fronteira na Amazônia seguiu o mesmo movimento ocorrido nos anos 1950 a 1970, no Rio Grande do Sul, São Paulo e Paraná; e depois ocupando novas terras no Mato Grosso do Sul, avançando as fronteiras para o oeste ou em direção ao Brasil Central, incorporando definitivamente novas terras à economia (VELHO, 1972; IANNI, 1978; HEBETTE, 2004; ALMEIDA, 2008); CASTRO, 2009; 2012, 2014; SCHMINK; WOOD, 2013; FEARNSIDE, 2013) do cerrado e à floresta tropical, encontradas nas grandes extensões atravessadas para chegar a Mato Grosso, Goiás, Tocantins e Rondônia.

A expansão das frentes pioneiras em direção à floresta tropical saltava aos olhos das elites nacionais, interessadas na abertura de novos territórios de recursos e oportunidades de mercado. A dinâmica econômica refez os fluxos migratórios, envolvendo novos segmentos da sociedade nacional. Por isso, a fronteira é movimento e mobilidade. Constitui um espaço em incorporação ao espaço nacional e global, considerado por enquanto um processo com outros significados políticos, pois também atendia aos interesses de controle das fronteiras continentais e de afirmação do compromisso com o projeto de modernização nacional. Esse também havia sido o caráter do movimento de expansão da fronteira do Centro-Sul, impulsionado pelo aumento da demanda de produtos agrícolas para atender aos mercados urbanos internos e a pauta de exportação, o que exigia o aumento das áreas produtivas.

O movimento de expansão da fronteira foi impulsionado pelo aumento da demanda por produtos agrícolas para os mercados internos e para atender à pauta de exportações de recursos primários, tais como madeira, minério, produtos agroextrativistas e agronegócio.

Certamente está em jogo a discussão do papel da agricultura e de seus novos arranjos na economia que se moderniza e da sociedade que vive um rápido processo de urbanização. O avanço da revolução verde pressionaria a expansão de terras para a agricultura em regiões com vantagens comparativas e, por isso, com possibilidades do desenvolvimento agrícola. A abertura da fronteira em direção ao Norte destinava-se ao mercado capitalizado, mas também a famílias camponesas do Sul e do Nordeste do país. O uso dessa incalculável disponibilidade de terras consistiu, à época, parte da estratégia geopolítica nacional colocada em prática, mas evidentemente sem anular as contradições da propriedade da terra enquanto relação social que caracteriza o

país. Nesse contexto haveria "dois campos fundamentais de tensão – nas áreas de fronteira, constituído pelos processos de transformação da "frente pioneira", onde o acesso à terra se dá pela posse; e na "frente de expansão", que se caracteriza pela implantação do regime de propriedade privada da terra" (COSTA, 2005, p. 89), o que certamente corresponde às tensões e contradições, segundo o autor, entre terra de trabalho e terra de negócio.

Os conflitos e as tensões intrinsecamente vinculadas à vida dos municípios atingidos nas primeiras ondas do processo de colonização, desde a abertura da Rodovia Belém-Brasília e depois das rodovias Transamazônica, BR-163 e BR-194 foi na segunda metade do século XX, atravessando o Nordeste do país, o centro-norte e o sudeste do Pará, o Amazonas e o nordeste de Rondônia. A expansão da pecuária se fez com outros ciclos de atividades relacionadas ao extrativismo da madeira, do jaborandi, dos minérios e, finalmente, com crescimento da agricultura familiar, com os programas governamentais direcionados às áreas de colonização, cujo exemplo com maior repercussão, nesses novos processos de ocupação da terra na Amazônia foi a abertura da Transamazônica e de suas vicinais.

Ademais, também produzem a violência e os conflitos de fronteira, que avançam sobre direitos territoriais, sociais e étnicos já estabelecidos nessas áreas, e que, em detrimento de serem territórios de ocupação antiga, os discursos do planejamento reproduzem a ideia colonial de vazio demográfico. Esses conflitos definiram a imagem dessas fronteiras como lugares de violência, de trabalho escravo, de mortes políticas anunciadas e de chacinas. Todos esses fatos relacionados à violência têm a ver com as tensões sobre a questão fundiária, as disputas pela terra e pelos recursos, na pressão para desalojar os que ali já se encontravam ou, ainda, na cobiça de novas terras através da grilagem; nas práticas ilegais de derrubada da mata e de espécies madeireiras sob o controle do IBAMA; e na depredação e erosão dos cursos d'água nos garimpos de rios. Notadamente, a alteração ambiental com violência acompanha o avanço das frentes pecuárias, garimpeiras e madeireiras até o presente[3], colocando

[3] A Amazônia é um exemplo, e na última década o Brasil perdeu 22 milhões de hectares de floresta, grande parte naquela região. Quanto ao desmatamento, se fizermos um balanço no tempo, constatamos que do início da colonização até o ano de 1978, os desmatamentos tinham atingido cerca de 15,3 milhões de hectares da floresta. E de 1978 a 1988 passa a ter uma área desmatada de 37,8 milhões de hectares. Em 1990, a área desmatada era de 41,5 milhões de hectares, e atualmente embora o desmatamento esteja com taxa anuais menores, ele continua e avança para as regiões ainda mais preservadas nos estados do Amazonas, Acre, Roraima e também nas novas fronteiras do Pará, Amapá, Tocantins, Amazonas e Rondônia.

a Amazônia no debate global e na construção da crítica ao desenvolvimentismo, na linha argumentativa de Leff (2003) e da ecologia política.

Neste processo, formam, com propriedades e posições diferentes, diversos agentes em disputa pelos usos e apropriação dos espaços e, no extremo, pelos critérios e limites culturais de definição legítima do espaço (entenda-se também lugar ou território), "são lutas de classificação". Entendemos "as lutas de classificação" nos termos indicados por Bourdieu (1982), enquanto "lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de fazer conhecer e fazer reconhecer, de impor as divisões legítimas do mundo social", buscando, por meio das suas pretensões performativas, "impor uma visão do mundo social através dos princípios de divisão" (BOURDIEU, 1982, p. 137-140). Conforme esta perspectiva performática, ampliada posteriormente no trabalho *O poder simbólico* (BOURDIEU, 1989), utilizamos também a nossa ideia de eficácia performática ou simbólica.

Quais os paradoxos de fronteiras anteriores, que vêm se consolidando em diferentes subespaços regionais? Primeiro houve uma reorientação pelos programas de colonização dos anos 1970 e 1980, e que particulariza a estrutura de ocupação da terra. Estados como Maranhão, Pará, Mato Grosso e Rondônia são exemplos marcados por essa presença dos programas governamentais de colonização e de assentamento, sobretudo da pequena produção familiar, apesar de combinados com incentivos fiscais a médias e grandes empresas pecuárias e madeireiras. A essa fronteira articula-se outra que é determinada pelo avanço de novas frentes nas atividades de extrativismo – borracha, castanha e madeira – associadas à pecuária e, mais recentemente, aos monoplantios de soja, algodão, dendê, arroz, eucalipto e piuns, articulados aos movimentos de expansão das fronteiras de mercado a partir de Mato Grosso, Goiás e Tocantins. Foi principalmente no Mato Grosso e no Tocantins que chegaram, num segundo circulo de expansão territorial, no final do século XX, atores capitalizados, cujas estratégias e interesses estão vinculados à dinâmica da economia pecuarista e da soja.

A análise sobre essas novas fronteiras nos leva a perceber o aumento dos interesses econômicos sobre as terras e recursos ainda preservados dos circuitos mercantis, a partir do final do século XX e que se expande por todos os estados da Amazônia Legal. Movimento de expansão do capitalismo financeiro e dos processos de acumulação que perpassam por todos os continentes em redes globais (HARVEY, 1993; POSSAS, 1985), e sob diversas formas de produção de capital, à revelia de uma economia que responda as questões postas sobre outros modelos de desenvolvimento.

Diversidade como singularidade da formação social da Amazônia

Da população total da Amazônia, estimada em 23 milhões de habitantes, aproximadamente 80% reside em cidades. Dados censitários referentes ao Brasil mostram a tendência geral à urbanização em todas as regiões do país, e revelam a tendência à urbanização desde 1980, com aumento significativo das taxas de crescimento urbano em todos os estados, conforme o censo de 2010. Novos núcleos urbanos continuam a ser formados, em consonância com as dinâmicas internas e externas das sub-regiões. Embora tenha reduzido o fluxo migratório para o Norte, os movimentos de trabalhadores para o interior da região aumentam em importância, inclusive para as cidades nas faixas de fronteira.

As localidades nos municípios alteram-se com os movimentos de fragmentação socioterritorial e incorporam novas demandas de serviços urbanos, embora se mantenham as estruturas agrárias e os modos de trabalho muitas vezes pautados nas atividades tradicionais no campo. As cidades na Amazônia assumem diferentes significados para os diversos agentes sociais envolvidos na produção do espaço urbano-rural. As estratégias dos agentes revelam redefinições do urbano, em meio a um rural em transformação. Identificam-se, assim, contribuições dos representantes do Estado, do setor privado, comercial e industrial, migrantes e segmentos de grupos tradicionais, visando montar uma diferenciação de tipos de aglomerados encontrados em vários municípios (das áreas de ocupação antiga às novas fronteiras).

O mosaico urbano na Amazônia se constitui de cidades metropolitanas, de médias e pequenas, compondo uma rede expressiva que cresce a taxas maiores de urbanização que outras regiões do Brasil. Há manifestação de uma hierarquização, com distinção entre os modos de vida rural e urbano existentes no passado, e que foram perdidos após as transformações ocorridas nas condições de acessibilidade, na dinâmica econômica; e na redefinição do conceito de cidade após a promulgação da Constituição de 1988, quando todas as sedes municipais passaram a ser consideradas cidades.

O urbano complexifica-se, mas há particularidades que dizem respeito também ao território marcado pela presença de inúmeros recursos florestais e da biodiversidade aquática. As cidades dependem desses recursos, o que fica evidente quando se elabora o mapeamento dos processos de trabalho e da produção das condições de existência das famílias. De tais fenômenos derivam certas especificidades das cidades amazônicas de hoje, pois em muitas áreas urbanas recentes permanecem as relações com o campo e a predominância das formas de trabalho vinculadas à exploração dos recursos naturais. Esta é uma particularidade provavelmente transitória de

parte dessas novas estruturas urbanas incorporadas à dinâmica socioeconômica dos municípios e dos estados na atualidade.

As cidades amazônicas em todos os nove estados mostram de maneira extraordinária a composição indígena, portuguesa, negra e de uma série de outros grupos étnicos que ali chegaram, em momentos distintos, ainda que predomine na representação e no pensamento social da grande maioria da população amazônica, processos de invisibilidade e de obscurecimento, de sua composição interna. As áreas urbanas por excelência mostram esse mosaico étnico. Neste sentido, as cidades brasileiras são também multiétnicas – dimensão não reconhecida na visão colonial que persiste no presente. Diversidade notória também em grandes cidades da Amazônia, como Belém e Manaus, nas cidades médias e pequenas. Muitas têm bairros que podem ter predominância de moradores indígenas, como Tefé, Tabatinga, Uiramutã, São Gabriel da Cachoeira, Parintins e Maués, no estado do Amazonas; Altamira, São Félix do Xingu, Jacareacanga e Marabá, no Pará; e ainda Paracaima, em Roraima, entre muitas outras.

Aqui gostáramos de distinguir diversidade cultural de diferenças culturais, pois esta carrega em si a densidade crítica de ruptura com os conceitos que buscam uma visão menos densa da cultura. Para Bhabha (1989), impõe-se uma revisão da história da teoria crítica sobre a "noção de diferença cultural, que não é apenas a diversidade cultural.

> *A diversidade cultural é um objeto epistemológico da cultura, como objeto de conhecimento empírico; enquanto diferença cultural é o processo da enunciação da cultura como "knowledg eable", autoritário, adequado para a construção de sistemas de identificação cultural. Se a diversidade cultural é uma categoria da ética comparativa, estética, ou a etnologia, a diferença cultural é um processo de significação através do qual afirmações da cultura ou sobre a cultura diferenciam, discriminam e autorizam a produção de campos de força, referência, aplicabilidade e capacidade.* (BHABHA, 1989, p. 211).

A produção do conhecimento sobre a formação social e econômica da Amazônia faz parte de um agenda de pesquisa prioritária. Procurou-se afirmar os princípios que levam ao entendimento da singularidade de cada região. Para romper com esse olhar genérico, procurou-se reconhecer os processos de interação e trocas culturais – simbólicas – fomentadas ao longo da experiência social, de caráter essencialmente múltiplo, elementos essencial na formação histórica da Amazônia.

Conforme procuramos demonstrar, a formação socioeconômica da Amazônia é estruturada, na historiografia convencional, como uma narrativa sobre o desenvolvimento. Os argumentos apontam, nessa direção, para uma literatura abundante. Em outra perspectiva, abordagens vindas de grupos de pesquisadores que buscam produzir reflexões criticas e pós-coloniais, de formações diversas,

têm procurado romper com certos paradigmas dominantes nas interpretações sobre o desenvolvimento a partir da crítica à modernidade, ao colonialismo e ao evolucionismo, matrizes ainda estruturantes, a nosso ver, de crenças e ideologias presentes na sociedade contemporânea (CASTRO, 2009; 2015) e que fomentam as matrizes do debate político e acadêmico sobre os conceitos de desenvolvimento e desenvolvimento sustentável.

Os valores da modernidade e da racionalidade cartesiana atravessam a economia e a sociedade e atualizam, com eficácia simbólica, incessantemente, as diferenças de acesso aos bens e serviços, de forma democrática, a desigualdade social e a supressão de direitos, pois os discursos sobre o desenvolvimento, como lembra Ribeiro (2008), são essencialmente discursos políticos. Talvez seja o momento de reverter algumas assimetrias ao reconhecer a importância de rupturas epistemológicas para poder ampliar as possibilidades de conhecimento. O conceito de lugar é fundamental. Essa perspectiva recupera os interesses sobre o desenvolvimento local e regional, mas no sentido de entender o lugar na relação com a cultura, a natureza e a economia. E a perspectiva das ciências sociais e de seu papel de desvendar as condições sociais, políticas e ideológicas da produção do conhecimento, e neste caso, de entender a noção de desenvolvimento no sentido acima apontado, com base na experiência social.

Neste marco, este texto procurou trazer, também, uma reflexão em duplo sentido. De um lado, sobre a prática do saber especializado; prática esta que compreendemos a partir dos efeitos políticos da teoria, justamente por esta não ser neutra, ou como mediação simbólica com alto grau de eficácia sobre o espaço social. De outro, sobre a vivência no espaço social e as conexões substantivas que, ao se estabelecerem, ligam o local ao global, no amplo sentido do termo, com todas as implicações dessa relação de caráter complexo. O local, e o lugar, parecem fundamentais no quadro de análise sobre as questões de desigualdades regionais, e da intervenção, por parte de políticas públicas. Além do que essa perspectiva recupera os interesses sobre o desenvolvimento local e regional, mas no sentido de entender o lugar na relação com a cultura, a natureza e a economia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alguns pontos em comum que encontramos nas análises dos vários capítulos deste livro chamam a atenção, embora não estejam arrolados de forma exaustiva. Inicialmente, as análises encontradas nos diversos capítulos constatam uma grande mudança na sócioeconomia regional nas últimas décadas. nos índices de renda,

diversificação setorial de investimentos, definição de alguns setores de ponta na economia nacional, notadamente *commodities* para exportação - pecuária, madeira, minérios - e transformação enorme no território, na cartografia social.

Mas cabe ainda destacar outras convergências bastante significativas: 1) a convergência de alguns processos comuns vividos no passado e atualizados no presente, por parte dos povos originários da Amazônia, a colonização portuguesa e o neocolonialismo do presente; 2) o extermínio de grandes contingentes indígenas e o menosprezo, ainda hoje, sobre a economia relativamente eficaz desses povos, no passado, para fazer face à reprodução da vida e da guerra, como a guerra na sociedade Tupinambá; 3) o extrativismo como eixo da economia colonial; 4) a economia da borracha como unidade regional estruturante, social, política e culturalmente; 5) a função da guerra insurrecional da Cabanagem como dimensão da integração política da bacia amazônica em toda sua extensão; 6) a experiência de intervenção no desenvolvimento regional pelo planejamento e ação do Estado nacional, apesar de ser intermitente, mas sobretudo forte nos seguintes períodos: política de Pombal e colonização, borracha, ditadura militar e no período atual; 7) avanço em direção a novas fronteiras, a partir do final do século XX e início do século XXI, em todos os nove estados, sobretudo naqueles onde os recursos naturais estão mais preservados; 8) novas políticas voltadas para reafirmar a economia extrativista e de *commodities* que se expande no século XXI - a mineração que ocupa todos os espaços de ocorrência de minérios; os recursos florestais; os recursos da biodiversidade e da água; outros recursos naturais; 9) permanência dos altos níveis de desigualdade social refletidos nos indicadores produzidos pelo IPPA - Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia, e no IDH, em todos os nove estados da Amazônia; 10) baixo investimento público, a não ser nas áreas de enclaves; 11) aumento crescente de pressão sobre as terras ocupadas por populações regionais, e tradicionais, sem controle social, tampouco do Estado; 12) conflitos, deslocamentos forçados, desterritorilização e criminalização de populações regionais; 14) processos, na prática, de desregulamentação, nas esferas nacional, estadual e municipal, de dispositivos legais de controle do desmatamento, da poluição de rios, e dos recursos naturais em geral; 15) e finalmente, cabe registrar que a predominância de elites políticas e econômicas vulneráveis ao jogo colonial.

Os capítulos que seguem, sobre cada um dos Estados da Amazônia, tem pontos de encontro pelas razões já expostas, e por isso serão encontradas certamente repetições, lacunas e convergências, entre eles. Mas há continuidades e rupturas, pelas origens sociais e econômicas, pela natureza dos ecossistemas, do território de

floresta e cursos d'água, e ainda, em decorrência do modelo de ocupação ao longo dos séculos, com alianças, conflitos e insurreições.

Em síntese, este livro é o resultado do esforço coletivo de pesquisadores de universidades que se propuseram a refletir sobre a formação histórica da sociedade e da economia na Amazônia, objetivando contribuir para a criação de núcleos de pesquisa-ação no campo das políticas públicas em municípios dos estados da Amazônia Legal, selecionados a partir de indicadores sociais, ambientais, econômicos, políticos e culturais.

Finalmente, gostaríamos de agradecer a todos aqueles que contribuíram na pesquisa que precedeu este trabalho, agentes institucionais que garantiram sua realização acadêmica, ao liberarem seus professores para formar equipes de trabalhos interinstitucionais e interdisciplinares, ao Fórum de Programas de pós-graduação e Desenvolvimento Regional, discentes de graduação e pós-graduação que fizeram parte dos seus grupos de pesquisa, ao BNDES como agência financiadora da pesquisa, ao Fundo Amazônia, e aos colegas que aceitaram participar como consultores do projeto, o Clovis Cavalcanti, da Fundação Joaquim Nabuco, de Recife, nosso querido parceiro de muitos momentos de debate acadêmico, no Brasil, sempre ardoroso defensor de ideias inovadoras, e nossos colegas da Universidade da Flórida, Mariane Schmink e Robert Buschbacher, cuja presença no projeto reafirma e celebra mais de 40 anos de cooperação institucional com o NAEA, com relações pessoais na pesquisa e em outras formas de cooperação acadêmica. E um agradecimento muito especial ao nosso querido colega Fábio Carlos da Silva, coordenador do Projeto IPPA que ao longo de vários anos foi incansável na condução desse enorme e relevante projeto de pesquisa e de intervenção social, econômica e ambiiental, sempre atento ao funcionamento das equipes, aos resultados da pesquisa e aos projetos de desenvolvimento local realizados em municípios com maiores taxas de vulnerabilidade, em cada um dos nove estados da Região Norte.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. B. **A ideologia da decadência**. Leitura antropológica a uma história da agricultura no Maranhão. Rio de Janeiro: Casa 8; FUA, 2008.

BAENA, A. L. M. (1839). **Ensaio corográfico sobre a Província do Grão-Pará**. Brasília: Senado Federal, 2004.

_____. **Compêndio das Eras da Província do Pará**. Belém: UFPA, 1969. (Coleção Amazônica – Série José Veríssimo).

BARATA, M. **Formação Histórica do Pará**. Belém: UFPA 1973. (Coleção Amazônica – Série José Verissimo).

BECKER, B. Cenários de curto prazo para o desenvolvimento da Amazônia. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, n.1, p. 53-85, 2000.

BENJAMIN, W. **Passagens**. Edição alemã de R. Tiedemann, organização e edição brasileira de Willi Bolle. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo, 2006.

BHABHA, H. **The location of culture**. Lndon: Routledge, 1989.

BOURDIEU, P. **Ce que parler veut dire:** L'économie des échanges linguistiques. Paris: Fayard, 1982.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

CANCLINI, G. ¿Síntomas o conflictos? Políticas e investigaciones urbanas. **Alteridades**, v. 18, n. 36, p. 13-22, 2008.

CASTRO, E. (Org.). **Belém de Águas e Ilhas**. Belém: CEJUP, 2006.

_____. E. Campo do desenvolvimento, racionalidade, ciência e poder. In: FERNANDES, A. C, LACERDA, N., PONTUAL, V. **Desenvolvimento, planejamento e governança:** o debate contemporâneo, Rio de Janeiro, Letra Capital, 2015.

_____. Estado e suas margens: limites da interpretação teórica e movimentos sociais. In: LIMONAD, E.; CASTRO, E. (Orgs.). **Um novo planejamento para um novo Brasil?** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

_____. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-america. **Revista Caderno CRH**, Salvador , v. 25, n. 64, 2012.

_____. Urbanização, pluralidade e singularidades das cidades amazônicas. In: CASTRO, E. **Cidades na Floresta**. São Paulo: Annablume, 2009. p. 11-40.

_____. Tradição e modernidade: perspectiva das análises sobre formas de trabalho na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 8, n. 2, 1999.

COSTA, F. A. O Planejamento do desenvolvimento regional na Amazônia: pressupostos conceituais para uma nova institucionalidade. Amazônia - **Ciência & Desenvolvimento**, Belém, v. 1, n. 1, p. 181-196, 2005.

DE DECCA, E. **O silêncio dos vencidos**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

ESCOBAR, A. After Nature: steps to an anti-essentialist Political Ecology. **Current Anthropology**, v. 40, n. 1, p. 1-30, 1999.

_____. **Encountering development**. Princeton: Princeton University Press. 1995.

FEARNSIDE, P. M. The evolving context of Brazil's environmental policies in Amazonia. Belém, **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 16, n. 2 p. 9-25, jul.-dez. 2013.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 2000.

GOMES, F. S. Fronteiras e mocambos: o protesto negro na Guiana Brasileira. In: GOMES, F. S. (Org.). **Nas terras do Cabo Norte**. Fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileiea - séculos XVIII/XIX. Belem: EDUFPA, 1999. p 225-318.

GONDIM, N. **A Invenção da Amazônia**. 2. ed. Manaus: Valer, 2007.

GUERREIRO RAMOS, G. **A redução sociológica**. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1962.

GUSMÃO, D. A. **Guerras na Amazônia do século XVII**: resistência indígena à colonização. Belem: Estudos Amazônicos, 2012. (Coleção Estudos Amazônicos/História).

HARBEMAS, J. **Teoria de la accion comunicativa**. Racionalidad de la accion y racionalizacion social; Buenos Aires: Taurus, 1989.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993. 349 p.

HEBETTE, J. **Cruzando fronteiras**: 30 anos de estudos do campesinato na Amazonia. Belém: EDUFPA, 2004. v. 2.

HOBSBAWM, E. **Sobre História**: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 83-105.

IANNI, O. **Escravidão e racismo**. São Paulo: Hucitec, 1978.

LEFF, E. La Ecología Política en América Latina: un campo en construcción. **Revista Sociedade e Estado**, v.18, n. 1-2, p. 17-40, 2003.

MARIN, R. A., CASTRO, E. **Negros do Trombetas**. Cejup, 1992, Belém.

MÉTRAUX, A. **A religião dos Tupinambá e suas relações com a das demais tribos Tupi-Guaranis**. São Paulo: Cia. Editora Nacional; EDUSP, 1979. (Coleão Brasiliana, v. 267).

OLIVEIRA, J. P. Uma etnologia dos índios "misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In. OLIVEIRA, J. P. (Org.). **A viagem de volta**. Etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. 2. ed. Rio de Janeiro: LACED; Contracapa, 2004. p. 13-42.

POSSAS, M. **Estruturas de mercado**. São Paulo: Hucitec, 1985.

RAIOL, D. A. **Motins Políticos** – ou a história dos principais acontecimentos políticos da província do Pará desde o ano de 1821 até 1835. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970. v.1-3.

REIS, A. C. F. **O seringal e o seringueiro**. Rio de Janeiro: Ministério de Viação e Obras Públicas, 1953.

RIBEIRO, G. L. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. **Novos Estudos CEBRAP**, 80, março 2008. pp. 109-125.

RICCI, M. **Cabanagem**, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. Tempo, v. 11, n. 22, p. 5-30, 2007.

ROOSEVELT, A. **Determinismo ecológico na interpretação do desenvolvimento indígena da Amazônia**. Belém: MPEG, 2009 (Coleção Emilie Snethlage).

SADER, E. **Quando novos personagens entram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SALLES, V. **O Negro no Pará**: sob o regime da escravidão. 2. ed. Brasília: Ministério da Cultura; Belém: Secretaria de Estado da Cultura, 1998.

SANTOS, R. **História econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980. 358p.

SPIX, J. B.; MARTIUS, C. F. **Viagem pelo Brasil**. 1817-1820. Tradução Lúcia Furquim Lahhmeyer. Sao Paulo, EDUSP, 1981.

THOMPSON, E. P. Tradición, Revuelta y Consciência de Clase: estudios sobre la crisis dela sociedad preindustrial. Barcelona: **Editorial Crítica**; Grupo Editorial Grijalbo, 1979

THOMPSON,, E. P. **Senhores e caçadores**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

VELHO, O. G. **Frentes de expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área da transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar, 1972. p. 25-26.

Capítulo 2

FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO ESTADO DO ACRE

Francisco Carlos da Silveira Cavalcanti

INTRODUÇÃO

O que se propõe neste capítulo é configurar um quadro do processo histórico da ocupação da Amazônia, suas implicações e determinações, visando dar sentido ao que ocorre no Acre na atualidade a partir do pressuposto de que o entendimento das especificidades da economia gumífera, notadamente o acesso à terra e o seu uso serão determinantes para a estruturação de processos produtivos atuais. Neste sentido, pretende-se tão somente tentar estabelecer os vínculos entre os elementos fundamentais presentes desde cedo nos processos econômicos da região, como a propriedade da terra e suas implicações na consolidação de um determinado padrão de desenvolvimento. Por outro lado, apesar de acreditar que o entendimento da ocupação recente do Acre e toda a problemática daí derivada não podem ser completamente apreendidas através do processo mais geral de ocupação do espaço amazônico, é preciso resgatar a origem e os elementos constitutivos da consolidação da economia da borracha na Amazônia como um todo, para então apreender as especificidades acreanas.

Autores como Mendes e Sachs (1998), Santos (1980) e Sawyer (1981), dentre outros que tratam das questões amazônicas concordam, em linhas gerais, em relação aos momentos da evolução da economia regional. Na visão deles, a primeira inserção da região no mundo produtivo ocorre com as atividades desenvolvidas na extração vegetal, conformando o que hoje é denominado de ciclo das drogas do sertão. No dizer de Armando Mendes, a mesa da humanidade seria bem mais modesta se a

Amazônia não tivesse produzido vários alimentos como o milho, a batata-doce, a mandioca, o cacau e muitos outros (MENDES; SACHS, 1998, p. 35).

Esse ciclo ocorre nos marcos do sistema colonial, e será este conjunto de relações entre a metrópole e a colônia que irá definir, pelo menos inicialmente, o processo de ocupação desse espaço geográfico. Com efeito, no início do séc. XVII, com a presença de soldados e colonos portugueses, tem-se o desenvolvimento das primeiras atividades econômicas coloniais na região. Enquanto os soldados trataram de expulsar franceses, ingleses e holandeses, os colonos cuidaram de implantar os primeiros núcleos de ocupação permanente, sendo responsáveis pela extração vegetal das especiarias e produtos consumidos principalmente na Europa. Assim, definiu-se a estrutura da economia colonial amazônica, cujo processo de trabalho baseou-se na coleta das chamadas "drogas do sertão". Apesar da tentativa de se ter "grandes lavouras de produtos de exportação como o cacau, a cana-de-açúcar, que faziam a riqueza de outras regiões da colônia, a monocultura jamais alcançou ali a mesma importância." (RIBEIRO, 1970, p. 21)[1]. Isso se deveu, em parte, à descoberta contínua de novos produtos, mas, sobretudo, em razão da existência de grandes extensões de terra.

A partir de 1755, a associação Estado/empresa privada constituiu a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, visando "dominar e humanizar" as grandes áreas amazônicas, tarefa esta muito dispendiosa para que a coroa estivesse em condições de arcar sozinha (DIAS, 1970, p. 258). Em decorrência, a Amazônia experimentou um momento de crescimento econômico representado pela intensificação da produção e exportação de cacau, café, algodão e pelo crescimento da pecuária.[2] A economia, antes incipiente e de subsistência, passou a desempenhar efetivamente o papel de fornecedora de produtos junto aos mercados europeus, consolidando internamente o que ficou conhecida como a fase de valorização da Amazônia.

---

1 O marco da colonização é a fundação da cidade de Belém no ano de 1616, que define claramente a incorporação econômica e política do espaço amazônico à lógica colonialista, em que a colônia deveria produzir e servir para a metrópole.

2 Quanto ao papel desempenhado pela Companhia neste período, há uma controvérsia. Enquanto para Nunes Dias e outros esta teria sido a grande responsável pelo surto de crescimento da economia. Já para Dauril Alden, se houve progresso, este ocorreu pelo cultivo do cacau, produto cuja exportação já vinha crescendo antes da vinda da Companhia. Parece correto supor, pelas informações, que é inegável a participação da Companhia no crescimento econômico da regiã. Todavia, não é menos verdade que a produção do cacau já vinha crescendo, independente da Companhia, conforme Santos (1980, p. 17).

É importante deixar claro que as primeiras atividades econômicas, seja através da extração de especiarias ou, posteriormente, no ciclo agrícola, definiram a forma subordinada da economia colonial, em suas relações de troca com o capitalismo mercantil europeu. O relevante neste caso é enfatizar que a base econômica da colonização foi afetada de forma crucial pelas condições impostas pela natureza. Nas palavras de Caio Prado Júnior, "a agricultura que requer um certo domínio sobre a natureza, apenas se ensaiou" (PRADO Jr., 1998, p. 69), concluindo com a argumentação de que as atividades produtivas na Amazônia requeriam apenas que se penetrasse na floresta ou se navegasse os rios, o que inviabilizava, pelo menos naquele momento, o desenvolvimento de uma agricultura tradicional.

O ciclo agrícola ou, mais precisamente, o ciclo de exportação do cacau, que se consolidou na medida em que os obstáculos naturais foram sendo superados, teve o seu declínio a partir da morte de Pombal e o consequente fim da Companhia Geral. As terras antes dedicadas à agricultura foram abandonadas, criando um problema que seria agravado progressivamente com a ampliação da atividade extrativa da borracha. Através do depoimento de Manoel Barata pode-se ter uma ideia deste momento de transição. Segundo ele,

> *"é triste dizer que o Pará compra hoje a outros estados e ao estrangeiro os gêneros que outrora produzia em abundância: o café, o arroz, o açúcar, o algodão, o milho, a aguardente e, até mesmo, a farinha de mandioca [...]. A maior parte dos cultivadores destes gêneros de produção foi distraída pela empolgante indústria do fabrico da borracha. A agricultura sucumbiu debaixo da influencia nociva dessa deslumbrante e áurea miragem do lucro rápido e fácil, mas efêmero"* (BARATA, 1973, p. 319/320).

Isso mostra como havia uma certa preocupação com a economia da borracha, mas já permite vislumbrar a força com que se imporia a economia extrativista da borracha. Em outro trecho do mesmo autor, essa noção fica mais evidenciada, ao afirmar que "nunca viu o Pará tanta moeda de ouro em circulação; o dólar americano andava em todas as mãos. O povo chamava-lhe *pichilinga*" (BARATA, 1973, p. 320).

O momento de consolidação da economia gumífera ocorreu no âmbito da II Revolução Industrial, com a transformação do látex em matéria-prima industrial. O capitalismo, fruto de um forte processo de concentração e centralização do capital, induziria de forma espetacular o desenvolvimento científico e tecnológico, o que resultaria em uso crescente de novos recursos naturais. As novas fontes de energia, a

expansão e sofisticação da indústria química e a indústria automobilística acabariam por definir um novo padrão de desenvolvimento, baseado no uso intensivo dos recursos naturais (PINTO, 1984).

Assim, a Amazônia passaria por uma nova onda de inserção na história do capitalismo mundial. Estima-se que mais de meio milhão de pessoas se deslocou para a região com o objetivo de se incorporar à extração do látex (FURTADO, 2000, p. 137). Estes números demonstram a importância econômica que o extrativismo da borracha passou a ter, principalmente em decorrência das inovações tecnológicas – no caso, o processo de vulcanização[3] –, que permitiu o uso em grande escala do látex como matéria-prima industrial.

A performance da economia da borracha é marcada por dois fatores que ocorrem concomitantemente. O primeiro refere-se aos excelentes preços internacionais, que são crescentes ao longo do tempo. Em 1840 o preço era de 72 £, e em 1901 havia subido para 283 £; em 1905 atinge 420 £, e em 1910chega ao seu auge, com o valor de 655 £ por tonelada. O segundo fator que explica em parte o declínio da borracha brasileira é a entrada da produção da borracha produzida pelas colônias asiáticas. Esta produção, feita em moldes racionais – plantio de árvores próximas e coleta mais ágil, estabelece diferenciais de produtividade à produção asiática que a economia gumífera amazônica foi incapaz de fazer frente.

AS GRANDES EXPEDIÇÕES

A ocupação do espaço geográfico, que hoje conforma o estado do Acre, é definida a partir da forma e pela especificidade como a economia das drogas do sertão se estruturou no resto da Amazônia. Neste período, a região acreana era ocupada por índios (AQUINO, 1978), sendo ainda desconhecida e fora do circuito produtivo que se desenvolvia no resto da região. Por outro lado, o aumento da produção ou a descoberta de novos produtos ocorria, de modo geral, pela incorporação de novas áreas. Para tanto, seguia-se o curso dos rios, localizando-se a área produtiva e assim a atividade econômica consolidava um processo produtivo peculiar baseado na coleta e no extrativismo.

[3] Conforme Roberto Santos (1980), o termo vulcanização foi usado pela primeira vez em 1842, e como implicava o uso de enxofre e calor, pareceu adequado à homenagem ao deus mitológico Vulcano. A vulcanização veio resolver os maiores problemas técnicos que o látex apresentava e que obstaculizava a sua expansão em termos de uso industrial, qual seja, o de a borracha tornar-se pegajosa no calor e muito dura e inflexível no frio.

As primeiras expedições que atingiram a região hoje conhecida como o estado do Acre datam dos anos 1850, com as expedições dos "encarregados dos índios", que percorreram todo o vale do rio Purus e tinham como objetivo "transmitir ensinamentos religiosos" aos índios (RANCY, 1986). Existem muitas referências também à expedição chefiada Seraphim da Silva Salgado, pelo brasileiro que em 1857, com duas dezenas de índios e soldados, viajando em canoas, chegou ao igarapé Arraia, afluente do Purus (PRELATURA..., 1928, p. 7). Todavia, um dos mais conhecidos exploradores, que ficaria bastante conhecido na região foi Manoel Urbano da Encarnação, que chegaria em 1861 à boca do Aquiry, nome indígena do atual rio Acre. Por fim, e também dignas de registro, são as primeiras expedições exploratórias com fins científicos, que ocorreram no período de 1864 a 1867. Estas, em sua maioria, foram chefiadas pelo engenheiro inglês William Chandles acompanhado de Manoel Urbano da Encarnação, que na primeira delas subiu o rio Purus até a boca do Araçá, região denominada atualmente "Chandles", em homenagem ao explorador.

A produção de especiarias no Acre não teve o mesmo dinamismo e importância que no resto da Amazônia. No entanto, estabeleceu os primeiros vínculos fundamentais para o período seguinte, por possibilitar a sistematização de um conjunto de informações sobre as potencialidades de riqueza na região.

Não é possível determinar o montante das especiarias produzidas na região acreana. De qualquer forma, o que se quer evidenciar é mesmo que a produção não tenha sido relevante do ponto de vista econômico, firmaram-se, neste momento, as condições para o desenvolvimento da economia da borracha. Com efeito, a passagem desta fase que convencionamos aqui denominar de "exploratória", para a fase seguinte – a da economia da borracha –, não se deu de forma brusca; pelo contrário, ocorreu progressivamente e na medida em que crescia a importância econômica do látex.

A chamada fase extrativista da economia acreana pode ter o seu início datado simbolicamente com a chegada dos primeiros imigrantes no navio "Anajás", em 3 de março de 1878, equipe coordenada pelo cearense João Gabriel de Melo, que fundou o seringal Tauariá, com o intuito de explorar a borracha.[4] Na verdade, esta chegada

[4] Craveiro Costa e outros autores fazem referência a Manoel Urbano. Ver a esse respeito Costa (1973, p. 22). Há uma pequena controvérsia quanto a esta data. De início, a data de chegada do navio Anajás era dada como 3 de abril de 1877. A Universidade Federal do Acre, equivocadamente, chegou a comemorar o centenário de imigração dos nordestinos em 1977, com um importante simpósio sobre a história do Acre. Para aprofundar esta discussão, pode-se obter informações em Tocantins (1979, p. 151).

marca um intenso fluxo populacional de nordestinos que se deslocaram para a Amazônia para se dedicar às atividades extrativistas da Borracha, naquele momento, em plena revolução industrial, transformara-se em importante matéria-prima industrial. Assim, será o extrativismo da borracha, portanto, a base da estruturação econômica e da urbanização do espaço regional acreano.

Para se ter uma ideia dos movimentos populacionais, consta que em 1871 excedia a dois mil o número de seringueiros na região (COSTA, 1973, p. 22). Isto é relevante se levarmos em conta que o movimento será acelerado a partir de 1877, ano em que ocorreria uma forte seca no nordeste, e deixaria a força de trabalho sem opção, a não ser a de migrar e tentar a melhoria de vida em outro lugar. No documento da Prelatura de São Pelegrino (1928, p. 10), estima-se o montante entre 30 e 40 mil migrantes . Apesar da imprecisão estatística, sabe-se que a migração foi intensa, pois todos os afluentes do rio Purus logo seriam penetrados, tendo as suas margens ocupadas. Quanto ao Juruá, a exploração não ocorreu com a mesma velocidade, uma vez que os Nauas, índios habitantes daquela região, colocaram obstáculos aos migrantes, o que resultou em confrontos violentos envolvendo as duas partes (REIS, 1941, p. 24).

Quanto a este caráter do fluxo migratório, Euclides da Cunha afirmaria de maneira contundente que "não se conhece na história exemplo mais golpeante de emigração tão anárquica, tão precipitada e tão violadora dos mais vulgares preceitos de aclimamento, quanto o da que desde 1879 até hoje atirou, em sucessivas levas, as populações sertanejas do território entre a Paraíba e o Ceará, para aquele recanto da Amazônia" (CUNHA, 1999, p. 33).

O extrativismo da borracha, ao se constituir como base do processo de urbanização da região acreana, resultou em transformações radicais na vida das populações locais. O novo condicionamento de vida na região se expressou através de uma acentuada mudança de hábitos de toda ordem, mas fundamentalmente na multiplicação dos núcleos urbanos no interior (REIS, 1953).

Os trabalhos clássicos sobre o tema da questão agrária brasileira, de modo geral partem do pressuposto de que a Lei de Terras (1850), ao possibilitar a transformação da terra em mercadoria, veio somente assegurar os interesses dos grandes proprietários. Dito com outras palavras, esta lei representou um marco no desenvolvimento capitalista no Brasil, por criar a moderna propriedade da terra, gerando as condições formais que possibilitariam que a terra fosse socialmente

explorada, representando, do ponto de vista histórico, o momento de separação do trabalhador da terra, enquanto seu meio de produção, e a instauração do trabalho assalariado. Em outros termos, a terra não apenas passou à condição de mercadoria, como criou as condições objetivas para instaurar o modo de produção capitalista.

Os estudos sugerem que uma boa forma de pensar a questão agrária no Brasil é procurar entender as raízes desta tradição desestabilizadora da lei, que ainda dá sentido a conflitos atuais. A partir desta perspectiva, pode-se então afirmar que as várias visões a respeito da regularização das posses são uma decorrência de diferentes interpretações da lei.

O que hoje é conhecido como estado do Acre, teve a sua formação através da exploração do rio Purus. Até então o Acre era ocupado por Índios, porém, segundo documento da Prelatura de São Peregrino,"o seu primeiro explorador digno de menção foi Seraphim da Silva Salgado, brasileiro, que nos meses de maio e outubro de 1857, com doze índios e doze soldados, viajou em canoa até o igarapé 'Arraia', afluente da margem esquerda do Purus"[5].

Esse período inicial de exploração ocorre exatamente quando se encerra a fase agrícola da Amazônia e se inicia, então, o que é comumente chamado de período das drogas do sertão[6]. As expedições tinham, portanto, caráter exploratório, com o objetivo de detectar especiarias.

Com efeito, no bojo desse objetivo aparece o segundo explorador, Manoel Urbano da Encarnação, que no início de 1861, "viajando em canoas remadas por indígenas, alcançou em 55 dias a boca de 'Ituxi', um pouco acima da atual cidade de Lábrea, levando a sua viagem até a boca do 'Aquiry', o maior dos afluentes do Purus, cujo nome, mudado para 'Acre', passou a indicar toda a região hoje conhecida por Território do Acre[7]"

Logo após esses exploradores, vem o engenheiro inglês William Chandless que, acompanhando de Manoel Urbano, nos anos de 1864 e 1867, subiu o rio Purús até a boca do Aracá, hoje conhecido por *Chandless*.

---

5 Prelatura de São Peregrino dos Servos de Maria nos Altos Acre e Purus. Resumo Histórico da Formação do Território do Acre em geral, e dos municípios de Rio Branco, Xápuri e Purus em particular. Rio de Janeiro, 2ª. edição. Ver Villani e Barbero (1928, p. 7).

6 Período das Drogas do Sertão é a denominação dada ao período de coleta e extração vegetal do cacau, salsaparrilha, cravo, canela, enfim, as especiarias de modo geral.

7 Prelatura de São Peregrino dos Servos de Maria nos Altos Acre e Purus. Ver Villani e Barbero, Op. cit., p. 7).

No Acre, essas explorações que marcam o início do período conhecido por período das drogas do sertão não tiveram a mesma intensidade que no resto da Amazônia. Apesar disso, chega a ser relevante a exportação da produção do rio Purus. Segundo Costa (1973, p. 22):

[...] 793 arrobas de salsaparrilha, 9.936 de cacau e 16.777 de borracha. Três anos depois verificava-se um aumento sensível: salsaparrilha 3.092 arrobas, 14.100 de cacau e 36.625 de borracha[8].

É possível afirmar, dessa forma, que é a partir do conjunto de informações sobre as drogas do sertão que se forma o interesse econômico pelo Acre. Todavia, sem sombra de dúvidas, é o extrativismo que irá comandar e orientar a ocupação da região acreana.

O primeiro explorador da fase extrativista, ou seja, o que veio com intuito de explorar economicamente as terras do Acre através do extrativismo da borracha, foi o cearense João Gabriel de Mello, que fundou o seringal Tauariá. Data de 1877 a chegada dos primeiros imigrantes em massa para o Acre. Chegaram em 3 de abril, na lancha de nome Anajás, trazidos por João Gabriel[9].

Nessa época, ocorre a famosa seca de 1876/79, que deixa a força de trabalho nordestina sem muitas opções, senão a de migrar e tentar a melhora da vida. Segundo Reis, "deslocou-se, em poucos meses, um quase milheiro"[10] com destino à Amazônia. Mas não existem informações seguras se para o Acre. Para se ter uma ideia quanto aos aspectos demográficos, consta que em 1871 excedia a dois mil o número de seringueiros na região[11]. No documento da Prelatura de São Peregrino há uma referência à migração da época da seca:

---

8 COSTA, Craveiro. **A Conquista do Deserto Ocidental**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973. p.22.

9 A exploração do Juruá não ocorreu com a mesma rapidez que a do Purus. Os Nauas, silvícolas que habitavam aquela região colocaram obstáculos, de forma que a exploração nessa parte do Acre se deu de forma violenta. Os primeiros exploradores teriam sido os irmãos de Cristóvão e Antônio ou José Coelho e os irmãos Sebastião e Lourenço Sevalho, que se dedicavam ao comércio do óleo de copaíba e ovos de tartaruga. Em 1865, quando da subida de Chandless, este encontrou "*povoadores isolados, na cata de seringa, da salsaparrilha, vivendo nos lados que marginam o Jurúa*" (Conforme REIS, Artur César F. **Conquista do Acre**. Porto Alegre: Barcellos, Bertaro & Cia, 1941. p.24.

10 REIS, Artur César F. **O Seringal e o Seringueiro.** [s.d.], p.26/27. Datilografado.

11 Costa, (Op. cit., p. 22).

[...] toda esta gente, em número de trinta a quarenta mil pessoas, espalhou-se pelos rios Acre e Purus, ocupando em breve toda a extensão marginal, e penetrando até as matas, como um lugar de conquista [12].

Um fato relevante é a monta de migrantes para a ocupação do Acre, de tal forma que todos os afluentes do Purus logo foram penetrados as suas margens ocupadas. Contudo, a ocupação real do Acre só ocorre após a seca de 1877. Euclides da Cunha é claro quanto ao caráter do fluxo migratório de então:

[...] não se conhece na história exemplo mais golpe ante de emigração tão anárquica, tão precipitada e tão violadora dos mais vulgares preceitos de aclima mento, quanto o da que desde 1879 até hoje atirou, em sucessivas levas, as populações sertanejas do território entre a Paraíba e o Ceará para aquele recanto da Amazônia[13].

Em que pese a grande maioria dos estudiosos considerar a ocupação do Acre e, no âmbito mais geral, da Amazônia, como uma decorrência da grande seca que teria feito um grande contingente de pessoas se deslocam para a região, é necessário discutir, num plano mais amplo, as causas da migração que efetivou a ocupação do Acre

O PRIMEIRO CICLO DA BORRACHA 1850-1913

Em 1839, Charles Goodyear inventou o processo de vulcanização da borracha. Este processo consiste em misturar enxofre à borracha natural e elevar a temperatura a 140º/150ºC durante algumas horas, objetivando tornar as propriedades da borracha inalteradas.

A criação do processo de vulcanização é um dos primeiros passos para a alavancagem da indústria automobilística. É esta indústria que durante a segunda revolução industrial irá fornecer os elementos necessários para o primeiro ciclo da borracha. Neste contexto, Souza (2011) salienta que a articulação do capital internacional com novas áreas produtoras e mão de obra abundante criou condições para que as empresas extrativistas do primeiro ciclo da borracha pudessem produzir

12 Prelatura de São Peregrino dos Servos de Maria nos Altos Acre e Purus, (Op. cit., p. 10.)
13 CUNHA, Euclides da. À margem da história. 5. ed. Porto: Lello & Irmão, 1941. p. 55.

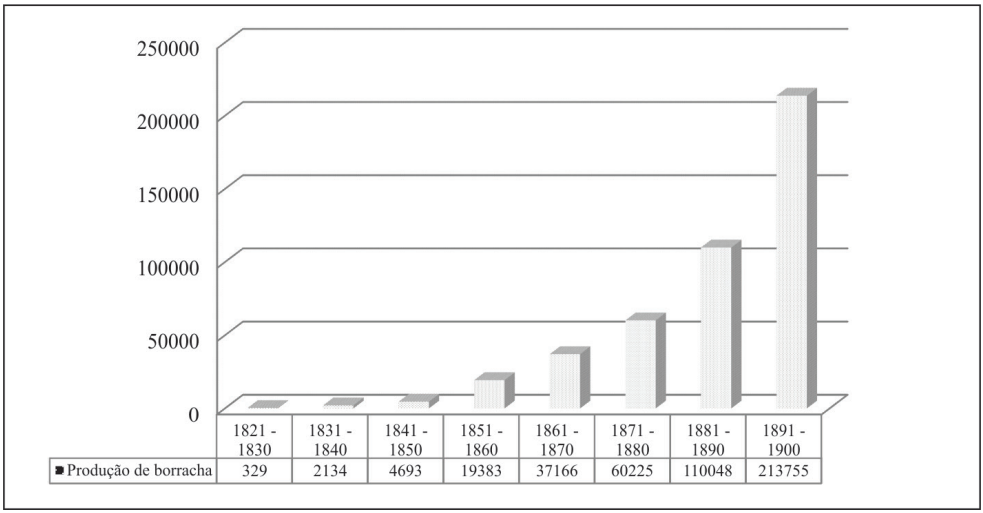
resultados satisfatórios ao capital internacional. Além disso, destaca que o sistema de aviamento, criado para financiar e ofertar bens, constituiu uma cadeia de ligação entre capital industrial, casas exportadoras, casas aviadoras, seringalistas e seringueiros, possibilitando assim a produção de borracha necessária à indústria.

Sobrinho (1992) destaca que, a partir da década de 1850, a produção de borracha natural seguiu um caminho ascendente, e sua produção elevou-se para atender às necessidades do mercado internacional, consequentemente impondo a necessidade de novas ocupações de terras.

> *A busca do látex tornou-se um frenesi. A floresta foi devassada na procura de novas árvores produtoras. O espaço territorial foi dilatado, não se respeitando os limites estabelecidos entre nações vizinhas (SOBRINHO, 1992, p. 22).*

O crescimento da produção de borracha natural na Amazônia no período de 1821 a 1900 foi espetacular. A taxa de crescimento decenal foi de 88,33%, e a taxa acumulada no período foi de 1.131,48%. A Figura 1 evidencia esta dinâmica.

Figura 1 – Produção de borracha natural na Amazônia no período de 1821 a 1900



Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de Cavalcanti (2002).

Conforme destaca Souza (2011), o estado do Acre mostra-se ao Brasil e ao mundo a partir de metade de século XIX, com a inserção da borracha no contexto monopolista internacional. Neste contexto, o processo de revolução industrial e a Segunda Guerra Mundial assumem um papel fundamental na formação socioeconômica deste estado. Além disso, é preciso destacar que, conforme Sobrinho (1992), a incorporação das áreas de produção de látex do Acre representou um aumento significativo na produção acreana. Em 1899, o Acre contribuiu com 60% da borracha produzida na Amazônia.

Esse conjunto de fatores contribuiu para o incentivo à emigração, colonização e a exploração da borracha natural nas terras acreanas. Neste cenário, a Região Nordeste se destaca em função de quatro grandes fatores associados: à crise da economia nordestina, à seca de 1877, à ilusão de enriquecimento rápido e ao recrutamento promovido pelos governos de Manaus e Belém.

Na verdade, o que se pode afirmar resumidamente é que a ocupação do espaço acreano é o resultado do avanço do capital sobre as fontes de matérias-primas, fundamentalmente a borracha transformada em matéria-prima industrial (PINTO, 1984).

Cavalcanti (2002) salienta que a fase extrativista da economia acreana teve início com a chegada dos primeiros imigrantes no navio Anajás, em março de 1878. Esta chegada marca o surgimento de um intenso movimento migratório de nordestinos para a Amazônia, para se dedicarem ao extrativismo da borracha.

No tocante ao quantitativo de emigrantes, São Pelegrino (1928 apud CAVALCANTI, 2002) estima que o montante de migrantes em 1877 ficou entre 30 e 40 mil pessoas. Disto, pode-se concluir que a ocupação do território acreano resulta do avanço do capital sobre a borracha natural.

O processo de migração em função do extrativismo da borracha, conforme Reis (1953), irá se constituir a base do processo de urbanização da região acreana, e resultou em transformações radicais na vida da população local.

O sistema que pôs toda a economia da borracha para funcionar – o sistema de aviamento – já era bastante conhecido e exercitado antes da economia gumífera, com as pequenas casas comerciais nos centros urbanos fornecendo mercadorias a crédito aos exploradores das especiarias (REIS, 1953). No caso dos seringais, ao crédito correspondia o empenho compulsório da totalidade da produção. O sistema funcionava mais ou menos da seguinte forma: o seringalista – proprietário das terras

– fornecia um conjunto de mercadorias (bens de consumo e utensílios necessários à produção) a crédito, e o seringueiro – produtor direto – empenhava toda a sua produção compulsoriamente.

Não havia circulação de dinheiro, mas o seringalista usufruía dos lucros através do monopólio exclusivo do comércio de mercadorias. Os preços eram fixados pelo aviador (aquele que fornecia a mercadoria – e isto permitia aferição de ganhos extras). O seringalista, por sua vez, era aviado pelas "casas aviadoras", em sua maioria estabelecidas em Belém e Manaus, as reais beneficiarias desse lucro extra, que Roberto Santos (1980) denominou de "juros extras".

O fato de que em determinado momento as relações de troca estavam desfavoráveis à empresa seringalista, esta buscou transferir os custos da produção para o seringueiro via sistema de aviamento. Dessa forma, a remuneração do trabalho atingiu limites inferiores às mais elementares necessidades humanas, de forma que a produção se manteve graças ao endividamento crescente do seringueiro no barracão, mesmo diante da redução gradativa de sua cesta de consumo. O endividamento se alastrou no sentido seringueiro/casas aviadoras/Banco da Borracha, sendo este último o financiador da produção e, em decorrência, o credor e responsável por toda a articulação da produção gumífera.

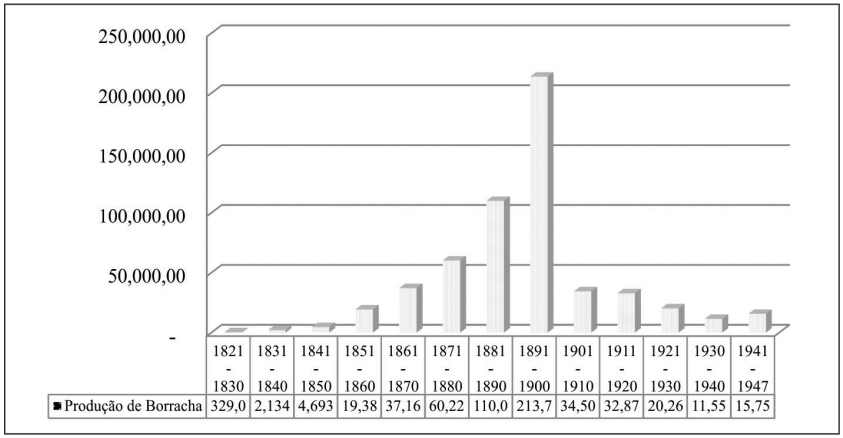
Cavalcanti (2002) destaca que as casas aviadoras exportavam toda a produção, e que o mecanismo de funcionamento indica como se efetuava a usurpação por parte do capital estrangeiro.

Os preços e a produção de borracha cresciam no mercado internacional, tornando possível o surgimento da concorrência. Em função deste cenário, os ingleses se lançam neste mercado, inicialmente através da pesquisa científica:

> *Com base nas pesquisas de Sir Wickman, que a partir de 1876 fez um trabalho de coleta a aclimatação de sementes e de experimento da cultura da hevea fora da Amazônia, introduziram o plantio da seringueira no Ceilão. No início deste século, várias plantações racionais de seringueiras foram introduzidas também na Birmânia, Malásia e nas Índias Neoirlandesas [...]. Em pouco tempo, a produção de borracha asiática passou a superar a brasileira. Em 1913, a produção brasileira caiu para 39.560t, enquanto a produção da Ásia subiu para 47.618 toneladas. Em 1915, a produção subiu para 107.867, enquanto que a nossa baixou para para 37.220t. No final da década, em 1919, nossa produção da borracha era de 34.285 toneladas contra 381.860 produzidas pela Ásia" (DUARTE, 1987, p. 17).*

No período de 1901 a 1947, a taxa de crescimento decenal da produção de borracha natural foi de -26,1%, e a taxa acumulada foi de -78%, mostrando claramente um declínio da produção. O primeiro ciclo da borracha pode ser visualizado na Figura 2. Inicia-se em 1850, com auge no período de 1891-1900 e o fim em 1913.

Figura 2 – Produção de borracha natural na Amazônia no período de 1821 a 1947



	1821 - 1830	1831 - 1840	1841 - 1850	1851 - 1860	1861 - 1870	1871 - 1880	1881 - 1890	1891 - 1900	1901 - 1910	1911 - 1920	1921 - 1930	1930 - 1940	1941 - 1947
Produção de Borracha	329,0	2,134	4,693	19,38	37,16	60,22	110,0	213,7	34,50	32,87	20,26	11,55	15,75

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de Cavalcanti (2002).

Duarte (1987) sustenta que as condições de produção da borracha amazônica tornavam impossível a concorrência com a produção das colônias inglesas. A dispersão das seringueiras, a ausência de tecnologia, a falta de apoio governamental, o alto custo de mão de obra, a falta de capital e as dificuldades de transporte contribuíram de forma decisiva para a redução da competitividade e elevação dos custos de produção.

[...] em 1915, consta que o rendimento por homem em borracha seca é de 230 kg na Amazônia e de 700 a 2.000 na Ásia. Enquanto o custo de produção de borracha da Amazônia é mais que o dobro, o preço de mercado é quase igual: 6,60 e 6,38 francos por kg na Amazônia e na Ásia respectivamente (DUARTE, 1987, p. 17).

O Acre tinha a sua economia assentada na monocultura do látex, e com a crise da borracha, ocasionada pela produção das colônias inglesas, recebeu grandes impactos negativos. Neste cenário, Duarte (1987) afirma que:

As cidades que serviam de entrepostos comerciais se esvariaram. Muitos seringais foram abandonados. Os seringueiros, sem fornecimentos dos barracões, que por sua vez, perderam o fornecimento do comércio de Manaus e Belém, ficaram relegados à sua própria sorte. Uma das consequências desta crise foi a reemigração para o Nordeste, havendo um grande esvaziamento populacional. A população do Acre que no início do século, segundo Craveiro Costa, era calculada em aproximadamente 100.000 habitantes, no censo de 1920 apresentava 92.379 habitantes, enquanto em 1940, esta população baixara para 79.768. Somente no censo de 1950, é que apresentou um aumento populacional: 114.755 habitantes (DUARTE, 1987, p. 17).

Ilustrando a crise do primeiro ciclo da borracha, Martinello (2004) salienta:

A quebradeira era geral. As falências e a concordatas estavam na ordem do dia. Seringais eram desativados sem saldarem seus débitos para com as casas aviadoras. E como afirma na época um relatório da Associação Comercial do Estado do Pará: 'nesse calamitoso ano (de 1913) desapareceram as mais antigas firmas da praça de Belém [...] nossos estabelecimentos de créditos, impotentes para socorrê-las, foram forçados a limitarem suas operações (MARTINELLO, 2004, p. 63).

No entanto, é preciso destacar que o impacto da crise do primeiro ciclo da borracha impactou muito além da produção quantitativa do látex. A estrutura de organização produtiva entrou em decadência. Isto fica evidente quando Martinello (2004) afirma que:

Ao entrar em colapso o extrativismo da borracha, entrou em crise o sistema de aviamento que organizava as forças produtivas e as relações de produção do Vale. Isto significa que entrou em colapso o sistema de suprimento de armas, ferramentas, utensílios domésticos, medicamentos, bebidas, vários outros produtos e inclusive os gêneros alimentícios. Assim, o retrocesso e a estagnação das atividades econômicas e sociais na Amazônia foram acompanhadas por um rearranjo geral das forças produtivas e das relações de produção (MARTINELLO, 2004, p. 66).

Após o fim do primeiro ciclo da borracha, os seringueiros que permaneceram no Acre dedicaram-se à agricultura de subsistência. Contudo, é preciso destacar que a monocultura extrativista foi perdendo espaço para uma pauta de produção agropecuária mais diversificada, conforme aponta Duarte (1987):

Em 1930, a situação agrícola do Acre já é notável. As terras 'são cultivadas com sucesso e espantam pela abundância com que produzem'. Não se trata mais tão somente do milho, do feijão, da mandioca. 'Já se faz a cultura do café, da cana-de-açúcar, do algodão, do arroz, da batata e do fumo'. Começam a surgir zonas distintas de lavoura. 'De todos os municípios, é o do Juruá o que presentemente mais produz, tendo já uma promissora exportação, seguindo-se-lhe o do Purus'. A pecuária, ainda que rudimentar, estabiliza-se [...]. A economia florestal, por sua vez, apresenta possibilidades múltiplas. [...] O quadro das madeiras é vistosamente importante. Madeiras para construção civil e naval..." (DUARTE, 1987, p. 18).

Em relação à concentração da terra, Duarte (1987) destaca que os dados do censo de 1920 e 1940 revelam uma redução do número de estabelecimentos com menos 1.000 ha, e o aumento dos estabelecimentos com mais de 1.000 ha, pois em 1920 correspondiam a 6% do total, ocupando 84,7% da área total; e em 1940 passaram a corresponder a 18,8% dos estabelecimentos e a ocupar 91,7% da área. Isto demonstra claramente uma concentração da terra.

O SEGUNDO CICLO DA BORRACHA 1942-1945

Após o primeiro ciclo da borracha, o Acre esteve marcado pela estagnação econômica, conforme salienta Silva (1982):

Transcorreu um longo período em que o Acre esteve marcado pela inércia, pelo marasmo e pela incerteza. Sua principal atividade produtiva, o extrativismo da borracha, encontrava-se estagnada; seus seringais, desativados; e sua população, sem perspectiva. Entretanto, acontecimentos externos pareciam acenar novos rumos para a economia silvestre (SILVA, 1982, p. 26).

O segundo ciclo da borracha está vinculado diretamente à Segunda Guerra mundial. Com a tomada dos seringais na Malásia e no Ceilão por parte do Eixo (japoneses), e a redução crescente dos estoques de borracha disponíveis aos aliados, a Amazônia assume um papel de protagonista como fornecedor de borracha natural.

Um boletim informativo do governo brasileiro, em 1941, estimava a existência de 300.000.000 de árvores da Hevea brasiliensis*, espalhadas pela Amazônia, com um potencial de produção de 800.000 toneladas anuais, numa área de quase 1 milhão de milhas quadradas, compreendendo o Brasil, Peru, Bolívia, Colômbia. Se fosse possível explorar metade apenas destas*

árvores silvestres obter-se-ia, no mínimo, uma produção de cerca de 450 mil toneladas anuais, uma quantia capaz de debelar, sem dúvidas, a aguda crise do produto em que se achavam os aliados (MARTINELLO, 2004, p. 93-94).

O segundo surto da borracha é fruto de uma série de acordos entre o Brasil e os Estados Unidos, os chamados *Acordos de Washington*, objetivando o fornecimento de borracha para atender às necessidades da indústria armamentista dos aliados.

Dentre as cláusulas dos *Acordos de Washington*, ficou pactuado que o Brasil viabilizaria a reativação dos seringais. No tocante a isto, foi estabelecido um fundo de financiamento especial administrado pela R*ubber Development Corporation* e pelo Departamento Nacional de Imigração. Este fundo tinha como finalidade recrutar, encaminhar e instalar os trabalhadores (soldados da borracha) nos seringais da Amazônia. Duarte (1987) destaca que:

Em 1942, através do Decreto lei 5.451, foi criado o Banco de Crédito da Borracha, com capital brasileiro e americano. Este banco tinha as atribuições de estimular a produção e regularizar os preços e a comercialização da goma elástica. Esta regularização era conseguida através do monopólio estatal da borracha, eliminando-se assim os intermediários.

Foi desenvolvido um plano de saneamento na Amazônia, com auxílio da Fundação Rockffeler. Mais tarde, este serviço se transformou no SESP-Serviço Especial de Saúde Pública.

Para o recrutamento de trabalhadores em outras regiões, a fim de suprir de mão-de-obra os seringais desfalcados, foi criado o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia-SEMTA[14], sendo substituído pela comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia-CAETA.

O abastecimento seria feito pela SAVA-Superintendência de Abastecimento para o Vale da Amazônia.

A Rubber Reserve Corporation, agência governamental norte-americana, que era encarregada da produção de borracha para a guerra, e que estava à frente de todos os planos, ficara encarregada de organizar o sistema de transporte, inclusive de construção de vários aeroportos na Amazônia (DUARTE, 1987, p. 18).

[14] Em relação ao processo migratório, é preciso destacar que o perfil do migrante é diferenciado no primeiro e segundo surto da borracha. Enquanto no primeiro surto os migrantes eram de origem sertaneja da região nordestina, no segundo ciclo foi ampliado por novos contingentes vindos do Rio de Janeiro, Vitória, Ilhéus, Recife e Belo Horizonte. Este fato modificou as relações de trabalho, pois os migrantes do segundo surto conheciam novas relações trabalhistas.

O Banco de Crédito da Borracha exerce papel fundamental na nova dinâmica da economia extrativista, pois decreta o fim do sistema de aviamento presente no primeiro ciclo da borracha. Costa Sobrinho (1992) destaca que:

> *A criação do Banco de Crédito da Borracha e a instauração do monopólio estatal nas operações de compra e venda da borracha brasileira quebraram, em parte, a cadeia do velho e arcaico sistema de aviamento, e criaram as condições para o Estado, que passou a bancar os recursos para a reativação da falida economia extrativista, ampliar seu raio de intervenção, passando a regular as relações de trabalho e disciplinando, inclusive, a participação dos envolvidos, diretamente no processo produtivo, com relação aos preços que seriam pagos pelo produto final* (COSTA SOBRINHO, 1992, p. 65).

No tocante ao Acre, pode-se destacar que houve um ressurgimento da economia extrativista. Esta retomada ocorreu em função de um conjunto de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do setor extrativista do látex, que foram implementadas a partir da efetivação das cláusulas dos *Acordos de Washington*.

Para se ter uma ideia da importância da atividade agropecuária e extrativista para a economia acreana, na década de 1940, aproximadamente 82% da população residia na zona rural.

Oliveira (1985) destaca que no início dos anos 1940 a população e a economia não tiveram grandes alterações. Contudo, a partir de 1942, com o segundo surto da borracha, houve uma expansão demográfica, e estima-se que chegou ao Acre um contingente de aproximadamente 25.000 soldados da borracha. Além disso, este período contribuiu para a retomada de uma parte do mercado internacional de látex.

O FIM DO SEGUNDO SURTO DA BORRACHA

Após o fim da segunda guerra mundial e o retorno da produção de borracha natural por parte das colônias britânicas para o mercado internacional, o Brasil, a Amazônia e, de forma mais aguda o Acre, sofreram um grande impacto negativo em função da perda de mercado, da superprodução de borracha natural e da falta de políticas públicas eficientes de longo prazo voltadas para o desenvolvimento da economia extrativa. Silva (1982, p. 28) destaca que:

Mas uma vez o Acre, e a Amazônia em geral, passa a servir ao capital monopolista, à política imperialista como solução de emergência. Este fato fica evidenciado quando, com o término da guerra, em 1945, embora o período de vigência do acordo fosse de 1942 a 1947, a produção foi abandonada pelos americanos que voltaram a se abastecer do produto barato dos seringais de cultivo do oriente. Voltara a concorrência. Não havia como exportar e nem era possível um frenagem brusca na produção, enquanto a capacidade de absorção do mercado interno girava em torno de 50% da produção efetiva. A economia amazônica passou a enfrentar, assim, o fantasma da superprodução. Era o início de um novo período crítico para a economia extrativista da borracha. Os níveis de estoque se tornaram insuportáveis, era preciso adotar medidas que expandissem rapidamente os meios de consumo. Uma das medidas imediatas adotadas pelo governo foi a criação da lei nº. 86, de setembro de 1947, instituindo a Comissão Executiva da Defesa da Borracha. Posteriormente, em 1950, o banco de Crédito da Borracha foi transformado em Banco de Crédito da Amazônia, permanecendo o monopólio e criando o Fundo de Fomento.

Contudo, é preciso ressaltar que parte dos impactos negativos se deu por um período curto. A solução para a excesso de produção[15] foi a organização e o incentivo para a indústria nacional dos artefatos de borracha. Já a partir de 1950, a oferta de borracha natural não supria a demanda do mercado interno.

A política de reserva de mercado[16] posta em prática pelo governo federal ocasionou um grave desequilíbrio no mercado, pois o preço pago ao produtor em 1948 era de 18 cruzeiros, enquanto a média do mercado internacional era de 7 cruzeiros. Observe que, embora o preço seja muito acima do mercado internacional, o custo de produção do látex na Amazônia era muito superior ao custo do mercado internacional.

Esta divergência entre o preço do mercado doméstico e o preço do mercado internacional fez com que a indústria de artefatos exercesse pressões políticas para o fim da reserva de mercado. Estas pressões ocasionaram a assinatura do Decreto-Lei 44.728, de 1958, por Juscelino Kubitschek, com o fim do monopólio da comercialização da borracha importada administrada pelo BCA.

---

15 O governo federal colocou em prática uma política de protecionismo via o Banco de Crédito da Amazônia (BCA) que ficou responsável pela administração do monopólio estatal da produção de borracha, do produto importado e de outras fontes de abastecimento.

16 A política de reserva de mercado da borracha decorreu em função da pressão de grupos de interesses organizados ligados aos extrativistas que utilizam como argumento para esta política a manutenção dos empregos e geração de renda.

O impacto desta medida foi desastroso para a economia do látex na Amazônia e no Acre. As vendas de borracha natural, em 1958, eram da ordem de 23 mil toneladas e em 1959 foram de 18 mil toneladas. Contudo, o consumo de borracha natural pela indústria, em 1958, foi de 43 mil toneladas.

Mas uma vez, a economia extrativista leva um choque. Assim como foi no primeiro ciclo da borracha, a história se repetiu. O seringueiro, agora travestido de soldado da borracha, amarga o prejuízo econômico que representa mais um fracasso da política pública de desenvolvimento regional. Neste cenário, o Acre só possui um único caminho – a agropecuária. Do final do segundo surto da borracha até o final da década de 1960, este foi o caminho tomado pelas políticas públicas de desenvolvimento.

2 ANÁLISE DA FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO ACRE NO PERÍODO DE 1960-1998

Após o fim da segunda guerra mundial, com o retorno da normalidade no mercado internacional de matérias-primas, os seringalistas gradativamente aumentaram suas dívidas com o banco da borracha, principal agente financiador da produção gumífera.

A partir da década de 1960, a Amazônia, que até então era considerada como espaço a ser ocupado, passou a ser encarada como o espaço ideal para a aplicação dos investimentos capitalistas, estes apoiados pela política econômica e fiscal do governo central. Desta forma, esta década marca o início do deslocamento de capitais privados (nacionais e estrangeiros) para a exploração dos minérios como primeira opção, e agrícolas propriamente ditos.

A década de 1960 encontrou a grande maioria das empresas seringalistas do estado vinculada a débitos junto ao Banco da Borracha, sob a forma de hipotecas. Foi no bojo dessa dependência que se estabeleceram as bases das futuras negociações de terras no estado do Acre.

Para Octávio Ianni (1979) o que ocorreu na Amazônia no período de 1964-78 "foi principalmente um desenvolvimento extensivo do capitalismo"[17], de forma que as modificações geradas alcançaram progressivamente todas as relações e atividades sociais.

Quanto aos acontecimentos marcantes desse período, há um certo consenso entre os autores. A construção da rodovia Belém-Brasília seria o primeiro fato relevante. A rodovia ganha tem importância na medida em que facilita o intercâmbio de mercadorias, garante a plena mobilidade de trabalhadores em busca de terra etc. O segundo fato importante é a criação do SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), que com a sua política de incentivos fiscais passou a fomentar a atividade agropecuária, como a propulsora do desenvolvimento regional [18].

Com efeito, a década de 1960 corresponde a intensas mudanças estruturais na economia amazônica, por representar:

- Intensificação dos fluxos migratórios estimulados pelo governo: são atraídos, através do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), pequenos produtores sem-terra para serem assentados ao longo da Transamazônica;
- Grandes empresas que encontraram nos incentivos fiscais as condições de implantação a baixo custo e, consequentemente, condições para obtenção de elevadas taxas de lucros.

Dentro das determinações mais gerais que se impõem à economia regional é possível derivar o conjunto das questões básicas da presente análise: o problema da ocupação e a venda indiscriminada de terras do Acre, que tem início na década de 1970.

Esse processo, em que pese a sua inserção no processo mais global de ocupação da Amazônia, possui especificidades próprias, decorrentes da formação histórico-social do Acre.

Com efeito, o entendimento da ocupação recente do Acre não deve ser visto totalmente através do processo de ocupação mais ampla do espaço amazônico, mas

[17] IANNI, Octávio. **Ditadura e Agricultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p.55.

[18] Ver, para isso, IANNI, Octávio. **A luta pela terra**. Petrópolis: Vozes, 1978. p. 97-98; e CARDOSO, F. H.; MULLER, G. **Amazônia**: expansão do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1977. p.13-14.

somente em sua caracterização geral, devido ao fato de o quadro de determinantes do caso acreano ter vinculação estreita com as especificidades de suas raízes históricas.

O Acre teve no extrativismo a base econômica de sua sustentação por um longo período de tempo, ou seja, o desempenho da economia acreana sempre esteve ligado aos interregnos entre uma crise e outra do extrativismo.

A DÉCADA DE 1970: A CONTRADIÇÃO DE UM MESMO PROCESSO

O processo de desenvolvimento da Amazônia e do Acre está diretamente vinculado ao processo de desenvolvimento executado pelos governos militares na época do "Milagre Econômico". Com o slogan "*integrar para não entregar*", e objetivando promover a ocupação dos espaços vazios da Amazônia, o Estado promoveu um conjunto de políticas públicas buscando realizar uma integração geográfica e econômica.

No início dos anos 1970, este aparato institucional foi reforçado com a criação do Programa de Integração Nacional-PIN (1970), e do Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste-PROTERRA (1971). O PIN seria o braço direito dos incentivos fiscais, dando suporte por meio da construção dos eixos rodoviários na Amazônia (Transamazônica, por exemplo), agilizando as ações ligadas à colonização oficial e definindo as zonas onde deveriam ser localizados os investimentos agropecuários e agroindustriais. O PROTERRA propunha-se a racionalizar o processo de distribuição de terras no Norte e Nordeste, além de promover atividades consideradas compatíveis com o projeto de desenvolvimento nacional. Estes dois programas faziam parte do II Plano Nacional de Desenvolvimento do governo Médici (SILVA, 1998, p. 51).

O início da década de 1970 marcou um momento de transição na economia acreana, com a implantação da pecuária como atividade básica e articuladora do processo de desenvolvimento regional. Esta mudança foi beneficiada, em parte, pela situação de insolvência em que se encontravam os seringais, em decorrência do próprio processo histórico visto anteriormente, havendo um grande impacto sobre a estrutura fundiária.

Por outro lado, some-se a este quadro a expansão da pecuária extensiva como elemento nuclear da política estatal definida a partir da operação Amazônia (MI/SUDAM, 1968). Nesse processo, pelo menos duas medidas tiveram forte impacto no interior da economia acreana. A primeira foi a criação da SUDAM, a partir da extinção da SPVEA (Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia), e a transformação do Banco da Borracha no Banco de Crédito da Amazônia, de financiador da economia extrativista, em gestor das ações de compra e venda de terras, visando recuperar parte das dívidas dos seringalistas.[19]

O fim do segundo surto da borracha coloca a economia acreana em uma situação delicada, pois a principal fonte de desenvolvimento da economia extrativista foi novamente desestruturada, e os serviços públicos não possuíam a força necessária para elevar o nível de desenvolvimento econômico do Acre.

O governo de Francisco Wanderley Dantas (1971 a 1975) e o governo de Geraldo Mesquita (1975 a 1979) deram o tom do processo de formação econômica do Acre na década de 1970. Muito embora ambos tenham dado ênfase à agropecuária, é clara a divergência da atuação de ambos na política governamental.

Objetivando criar condições favoráveis para alavancar o processo de desenvolvimento econômico, o governo de Francisco Wanderley Dantas coloca em marcha uma política econômica com ênfase no desenvolvimento da agropecuária no estado, que se identificava diretamente com a política posta em prática no cenário nacional.

No tocante à corrida da terra, no início da década de 1970, Silva (1982) afirma que este período assinala uma mudança significativa no Acre, pois, além da economia extrativista estar enfraquecida, a incorporação das terras acreanas por parte de compradores do Centro-Sul não tem o objetivo de assegurar e preservar a exploração da seringueira.

---

[19] É esclarecedor o depoimento sobre o endividamento de um seringalista, prestado pelo governador do estado: "Para que se tenha ideia do que isto representou em termos de endividamento, basta assinalar que um dos maiores seringalistas acreanos do vale do Juruá, com uma dívida de 1 milhão e oitocentos mil cruzeiros (resultado de um débito inicial acrescido de juros e correção monetária resultante por sua vez de sucessivas composições de dividas), sofreu intervenção do Banco da Amazônia em todas as suas propriedades. Dois anos depois recebeu os seringais de volta com a dívida elevada para cerca de 12 milhões de cruzeiros." (MESQUITA, 1978, p. 10-11).

No momento em que os seringais foram vendidos, a estrutura fundiária existente não se desfez, visto que para os novos proprietários não interessava a subdivisão, a não ser por interesses transacionais. No início dos anos 70, a crise dos seringais coincide com o adiantamento da fronteira capitalista na parte da Amazônia Ocidental. Os seringalistas, insolventes junto ao sistema de crédito regional, diga-se Banco de Crédito da Amazônia (a partir de setembro de 1966, Banco da Amazônia S.A.-BASA), foram "consentidos" expressamente a negociarem as terras para saldar seus débitos; isto sob a orientação do poder público. Na direção inversa agiam os agentes econômicos do Centro-Sul, na esteira do projeto político-econômico de ocupação da região. Estes passaram a adquirir as terras com a mesma estrutura fundiária dos seringais; com áreas superiores à média nacional, e com um diferencial de preços significativo. O valor de 50 hectares no Centro-Sul eqüivalia, naquele momento, à cerca de hum mil hectares no Acre.

A compra dos seringais deu-se, basicamente, na década de 70, quando do início dos projetos agropecuários incentivados pelo poder público. A busca de uma interpretação para as motivações da "territorialização", latifundiarização capitalista no Acre, via pecuaristas (posteriormente juntam-se aos madeireiros), passa por duas questões interligadas. (SILVA, 1998, p. 36-37).

Com o slogan "*Produzir no Acre, investir no Acre, exportar pelo pacífico*", Dantas inaugura um novo momento econômico no Acre. Este momento impacta diretamente sobre o mercado de terras, sem precedentes na história acreana. Calixto et. al. (1985 apud SOUZA, 2011) salientam que entre 1972 e 1974 estima-se que aproximadamente 1/3 das terras acreanas foram vendidas a grupos empresariais de Mato Grosso, Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais, São Paulo, Goiás e outros, em menores proporções. A valorização das terras acreanas oscilou entre 1.000 e 2.000%. Em Rio Branco, no ano de 1977, foram vendidos 70 seringais, e um único grupo comprou 2,5 milhões de hectares, ou seja, 16,66% do total das terras do estado. Na década de 1970, 2/3 das terras do Acre foram vendidas.

A questão da concentração fundiária no Acre atingiu padrões absurdos. Enquanto o índice de Gini da Amazônia era de 0,88 em 1976, o Acre, no mesmo período, apresentou um índice de 0,93! Ainda em relação à questão da terra, Oliveira salienta que:

Nesse contexto, não é difícil compreender a opção dos grandes compradores de terras, beneficiados pelos preços, pelos incentivos, pela violência e pela fraude, em seguir se apropriando e mantendo paradas as terras, como forma de assegurar a valorização especulativa das mesmas. Paralelamente, terras que foram compradas a preços irrisórios já foram revendidas com lucros

fabulosos. A marcha da especulação, alimentada por mitos de todos os tipos, não sofre nenhum golpe mais profundo durante esses últimos anos, embora em algumas áreas, enfrente a oposição crescente de seringueiros e posseiros residentes (OLIVEIRA, 1985, p. 53).

Conforme Silva (1998), a ação governamental de Dantas em relação à economia extrativista ficou restrita a encaminhar as solicitações dos agentes ao governo federal. Contudo, em relação à adequação de sua política de desenvolvimento a do governo federal, o governo Dantas teve uma atuação mais decisiva. Fez inúmeras viagens a Brasília e a Belém objetivando sintonizar suas ações com as contidas no projeto de desenvolvimento regional elaborado pela União e coordenado pela SUDAM.

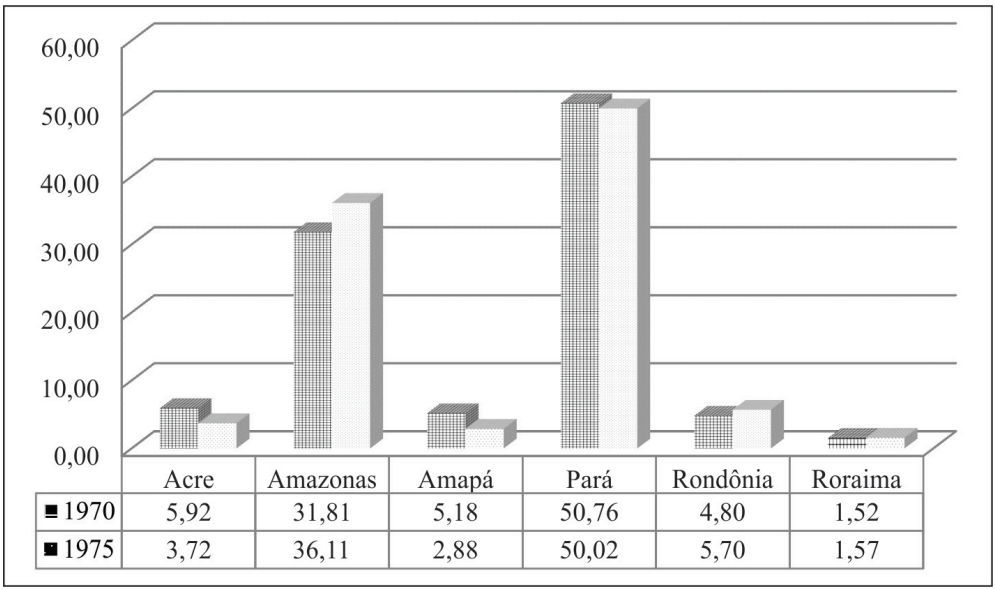
Um fato que chama a atenção no governo Dantas é o desempenho econômico do Produto Interno Bruto (PIB). Muito embora houvesse uma sintonia entre o projeto nacional e local no tocante ao desenvolvimento, no período de 1970 e 1975 houve uma variação positiva de 1,07% (3 milhões de reais, a preços de março de 2012). Esta variação foi superior apenas ao estado do Amapá, que teve uma variação negativa da ordem de 10% do PIB. Assim, fica claro é que a política de Dantas para o desenvolvimento do Acre, via incentivo à pecuária, não foi eficiente para aumentar o produto da economia.

No tocante à avaliação dos impactos das políticas de desenvolvimento sobre o produto da economia, observa-se que o PIB teve o segundo[20] menor crescimento anual estimado[21], da ordem de 0,21% a.a., totalizando um crescimento acumulado de 0,85%. O estado que apresentou o maior crescimento acumulado foi o Amazonas, com 82,86%.

A Figura 3 mostra a participação relativa dos PIBs dos estados da região Norte. É possível verificar que em 1970 o Acre era o terceiro maior PIB da região e, em 1975, Rondônia supera o Acre, e a participação no PIB regional reduziu-se em 2,2 pontos percentuais.

[20] O estado do Amapá apresentou no mesmo período uma queda do PIB de aproximadamente 10%.
[21] Cálculos dos autores, com base nas estimavas do PIB de 1975 e 1980, do estado do Acre.

Figura 3 – Participação relativa dos estados da Região Norte no PIB regional nos anos de 1970 e 1975



	Acre	Amazonas	Amapá	Pará	Rondônia	Roraima
1970	5,92	31,81	5,18	50,76	4,80	1,52
1975	3,72	36,11	2,88	50,02	5,70	1,57

Fonte: Elaborado pelos autores a partir do IPEADATA.

Geraldo Mesquita sucedeu Dantas, e adotou uma política econômica voltada à agropecuária, porém diferente da anterior. Mesquita utiliza como norte para a sua política de desenvolvimento o II Plano Estadual de Desenvolvimento (PED) que, conforme Silva (1998), tinha como principais diretrizes:

[...] criar condições para o aumento da oferta de alimentos e matérias-primas para os mercados interno e externo; expansão da fronteira agrícola e da produtividade agropecuária e diversificação da pauta de produção rural; estabelecimento de um esquema de apoio institucional à agropecuária, garantidor de assistência técnica, creditícia, tecnológica, infraestrutural de transporte, armazenamento, beneficiamento e comercialização; desenvolver esforços para agilizar a regularização da situação fundiária; implantação de um programa de industrialização, donde se destacam a localização industrial e a assistência creditícia-financeira para consolidação de empresas. Nas entrelinhas, havia uma ideia do Estado vir a ser auto-suficiente na produção rural (SILVA, 1998, p. 58).

Um aspecto positivo no governo de Mesquita foi a criação de um aparato institucional voltado à promoção do desenvolvimento no estado. Nesse período, um conjunto de empresas de economia mista[22] foi criado com recursos da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

Especificamente com relação ao desenvolvimento rural, pode-se destacar a criação, em 1975, dos Núcleos de Apoio Rural Integrados (NARIs). Silva (1998) destaca que um dos principais objetivos era a "fixação do homem à terra, reduzindo-se as disparidades de atendimento entre as populações urbanas e rurais, no tocante aos serviços públicos."

Quanto à avaliação dos impactos das políticas de desenvolvimento sobre o produto da economia, observa-se que o PIB teve o segundo maior crescimento anual estimado[23], da ordem de 19,04% a.a., totalizando um crescimento acumulado de 100,78%. O estado que apresentou o maior crescimento acumulado foi Roraima, com 179,47%.

Muito embora o crescimento do Acre tenha sido expressivo no período do governo Mesquita, a sua participação no PIB regional diminuiu em 0,24 pontos percentuais (Figura 4).

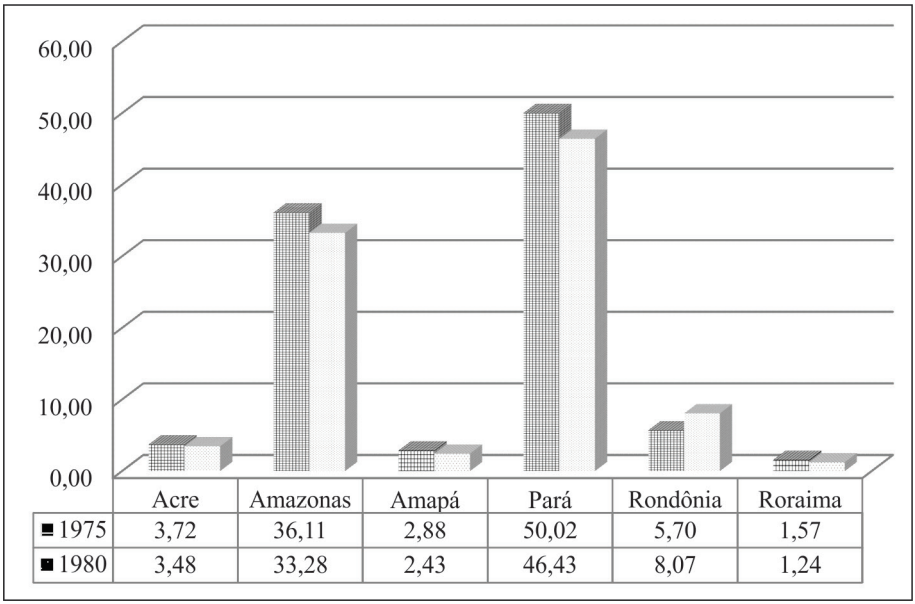
No tocante à formação socioeconômica, a década de 1970 pode ser sintetizada da seguinte forma:

- Venda de maior parte das terras do Acre;
- Elevando nível de concentração de terras;
- Elevado nível de migração da zona rural para a urbana;
- Criação de mecanismos institucionais para o desenvolvimento do estado;
- Baixo nível de crescimento do PIB na primeira parte da década e alto nível na segunda.

[22] "Criou-se a Companhia de Armazéns Gerais e Entrepostos do Acre-CAGEACRE (Lei nº 564, 26-09-75); Companhia de Desenvolvimento Agrário e Colonização do Estado do Acre-COLONACRE (Lei nº 560, 10-07-75); Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Acre-EMATER-AC, substituindo a ACAR-ACRE (Lei nº 563, 29-09-75); e Companhia Industrial de Laticínios do Acre-CILA (16-09-76)" (SILVA, 1988, p. 59).

[23] Cálculos dos autores, com base nas estimavas do PIB do estado do Acre de 1975 e 1980.

Figura 4 - Participação relativa dos estados da Região Norte no PIB regional nos anos de 1975 e 1980



	Acre	Amazonas	Amapá	Pará	Rondônia	Roraima
1975	3,72	36,11	2,88	50,02	5,70	1,57
1980	3,48	33,28	2,43	46,43	8,07	1,24

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir do IPEADATA.

A década de 1980: da década perdida ao início da preocupação ambiental

A condução da política econômica da década de 1980 e consequentemente a formação socioeconômica do Acre se dará pelas políticas de quatro governos: Joaquim Falcão Macedo (1979-1982), Nabor Teles da Rocha Jr. (1983-1986), Iolanda Fleming (1986-1987) e Flaviano Melo (1987-1990)[24].

A década de 1980 trará à tona uma discussão nova, que no período anterior era negligenciada nas discussões de desenvolvimento socioeconômico regional. Conforme Porfiro da Silva (1998):

[24] Joaquim Falcão Macedo, PDS (15 de março de 1979 a 15 de março de 1983); Nabor Teles da Rocha Júnior, PMDB (15 de março de 1983 a 14 de maio de 1986); Iolanda Lima Fleming, PMDB (15 de março de 1986 a 15 de março de 1987); Flaviano Flávio Baptista de Melo, PMDB (15 de março de 1987 a 2 de março de 1989); e Édison Simão Cadaxo, PMDB (2 de março de 1989 a 15 de março de 1991).

A estrutura socioeconômica do Acre, ao longo da década de 80, não se coadunava às políticas de desenvolvimento elaboradas na década de 70, logo, era inviável politicamente para o governo continuar defendendo-as. Uma série de circunstâncias (crise econômica, questões ambientais, etc.) transformou as ações públicas inadequadas para atender os interesses regionais, forçando o governo a modificar seu discurso na busca de compatibilizá-lo às novas determinações. O padrão de desenvolvimento existente entrou em desarmonia com a dinâmica que o sustentava, levando o governo a construir novas bases para adequar-se ao ambiente econômico e político. Essas bases foram orientadas fundamentalmente em direção a um discurso de defesa do meio ambiente (SILVA, 1998, p. 152).

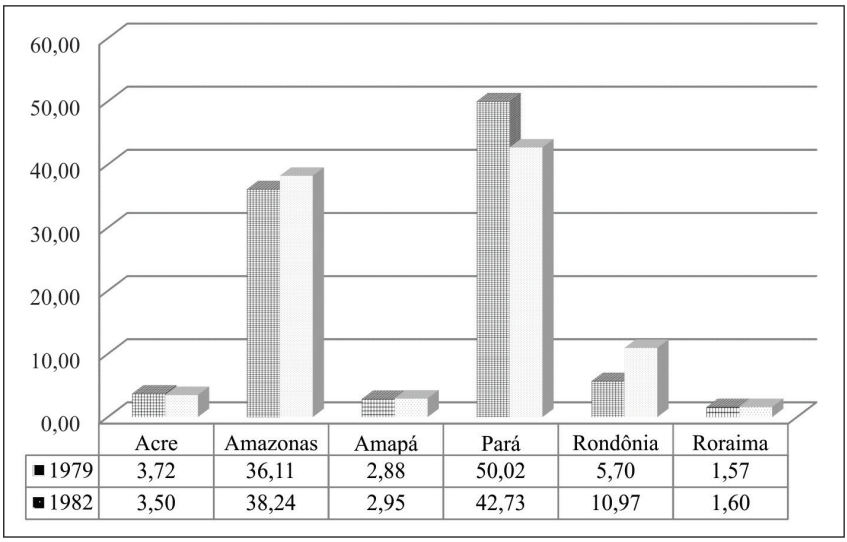
As políticas econômicas de Macêdo não diferiram substancialmente dos governos anteriores, e nem poderia, pois o forte da economia acreana era a agropecuária. Silva (1998, p. 61) destaca que:

Em seu Plano de Ação do Governo (1979/82), previa uma completa modernização dos aparelhos administrativos. "Detalhou todas as medidas para enfrentar a questão agrária, e da produção agrícola do estado. Ênfase foi dada aos assentamentos dirigidos, como forma de resolver o problema fundiário, decorrente da fuga de mão-de-obra do setor extrativista, e do conflito entre fazendeiros e posseiros. Para os agricultores estava previsto uma completa assistência, em todas as suas dimensões: preços mínimos, armazenagem, informações técnicas, infraestrutura, etc. Estava implícito a ideia de modernizar a agricultura do Estado, por meio da formação de uma denominada "classe média rural", constituída por segmentos de pequenos e médios produtores rurais, aptos a incorporar técnicas produtivas modernas, elevando a produtividade e a renda familiar, garantindo, dessa forma, a fixação do homem no campo; o controle dos conflitos fundiários e a minimização da crise social seriam a consequência máxima desta estratégia. Esta concepção, de certa forma, é uma extensão da administração anterior, de Geraldo Mesquita (SILVA, 1998, p. 61).

Na avaliação dos impactos das políticas de desenvolvimento sobre o produto da economia, observa-se que o PIB teve um crescimento de 7,20% a.a., o que corresponde a 23,17% acumulado. Somente o estado de Rondônia, com crescimento de 2,52% a.a., teve desempenho inferior.

Muito embora o crescimento do Acre tenha sido expressivo no período do governo Macedo, a sua participação no PIB regional diminuiu em 0,22 pontos percentuais, conforme indica a Figura 5.

Figura 5 – Participação relativa dos estados da Região Norte no PIB regional nos anos de 1979 e 1982



	Acre	Amazonas	Amapá	Pará	Rondônia	Roraima
■1979	3,72	36,11	2,88	50,02	5,70	1,57
■1982	3,50	38,24	2,95	42,73	10,97	1,60

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir do IPEADATA.

No período de 1983 a 1986, a política econômica do Acre passa a ser conduzida pelo governador Nabor Júnior. O ambiente econômico era altamente desfavorável, pois havia uma forte retração da produção industrial brasileira e um menor crescimento da economia. Essa década foi sinônimo de crises econômicas. Com relação ao Acre, a situação era agravada em função da grande repercussão dos repasses da União nas finanças estaduais.

No tocante ao setor forte da economia acreana, o governo de Nabor Jr. estabelece no seu plano de ação governamental:

Elevar a produção extrativa vegetal com a melhoria dos sistemas de exploração, elevação da população de plantas dos seringais e castanhais e aproveitando os restos de madeira na extração de lenha e produção do carvão vegetal; estimular a conservação e preservação dos seringais e castanhais com a garantia de comercialização e de preços; oferecer, a preços acessíveis, insumos e ferramentas de largo emprego na extração e beneficiamento do látex, bem como assegurar o fornecimento de gêneros alimentícios aos seringueiros e castanheiros; aumentar a produção de alimentos básicos e hortifrutigranjeiros, por meio de uma adequada política de

crédito, assistência técnica, fornecimento de insumos modernos, produção e fomento de sementes melhoradas e garantia da comercialização; incentivar e apoiar a diversidade de atividades agropecuárias, a nível de pequena e média propriedade, visando reduzir o êxodo rural e melhorar as condições de vida do produtor; identificar as áreas de tensão social e incentivar medidas relacionadas com a posse e uso do solo agrícola, conforme estabelece o 'Estatuto da Terra'; estimular e apoiar a melhoria do rebanho bovino, principalmente de leite, com fornecimento de crédito e assistência técnica, introdução de raças melhoradas e adaptadas às condições ambientais acreanas, formação de pastagens e instalação de currais, cercas e revenda de insumo, etc. (ACRE,1983, p. 24-27 apud SILVA, 1998, p. 63).

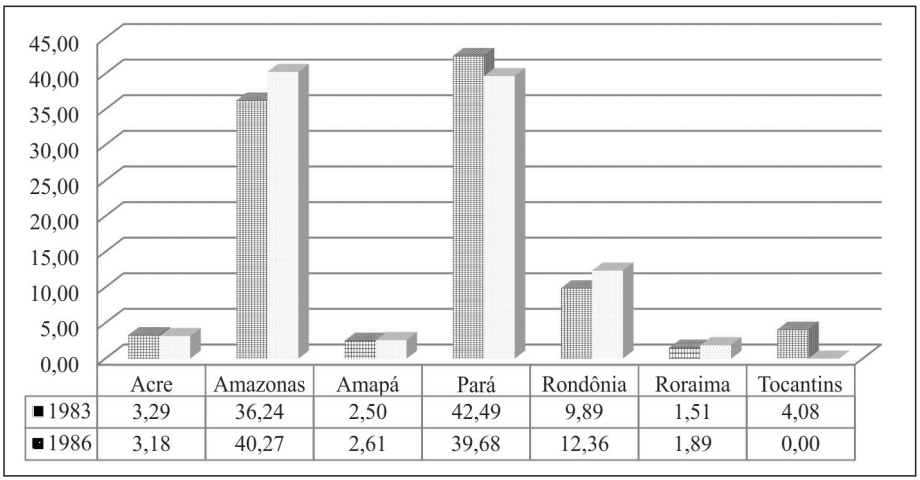
Em termos de avaliação das políticas econômicas sobre o produto da economia e a participação relativa do Acre no produto regional, observa-se que durante os quatro anos de Nabor Jr., o PIB teve um crescimento médio anual de 5,54%, perfazendo um crescimento acumulado de 17,57%. Contudo, este desempenho foi pífio em relação aos demais estados da Região Norte, pois somente Rondônia apresentou resultado inferior de crescimento anual e acumulado, de 4,38 e 13,74%, respectivamente. Ao final deste governo, a participação relativa do Acre no PIB regional era de 3,18%, conforme indica a Figura 6.

Nabor Júnior candidata-se a senador, e a vice-governadora, Iolanda Fleming, assume o governo. Contudo, não houve grandes modificações na política institucional de desenvolvimento socioeconômico.

Após o governo de Iolanda Fleming, Flaviano Melo vence as eleições e inicia sua gestão dando contornos diferentes à política econômica. Esta nova nuance ocorre em função da estagnação do extrativismo, do baixo poder de desenvolvimento da pecuária e do surgimento da preocupação de conciliar desenvolvimento e meio ambiente.

O aumento da preocupação ambiental, em conjunto com o surgimento e fortalecimento de movimentos sociais, tiveram impactos significativos sobre as instituições de financiamento nacional e internacional. Estas instituições passaram a suspender os financiamentos para a região amazônica e, consequentemente, a construção de estradas, projetos de colonização e outros não tinham mais fontes de recursos.

Figura 6 – Participação relativa dos estados da Região Norte no PIB regional nos anos de 1983 e 1986



	Acre	Amazonas	Amapá	Pará	Rondônia	Roraima	Tocantins
1983	3,29	36,24	2,50	42,49	9,89	1,51	4,08
1986	3,18	40,27	2,61	39,68	12,36	1,89	0,00

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir do IPEADATA.

Dentro deste novo ambiente institucional, Silva (1998, p. 72) salienta que:

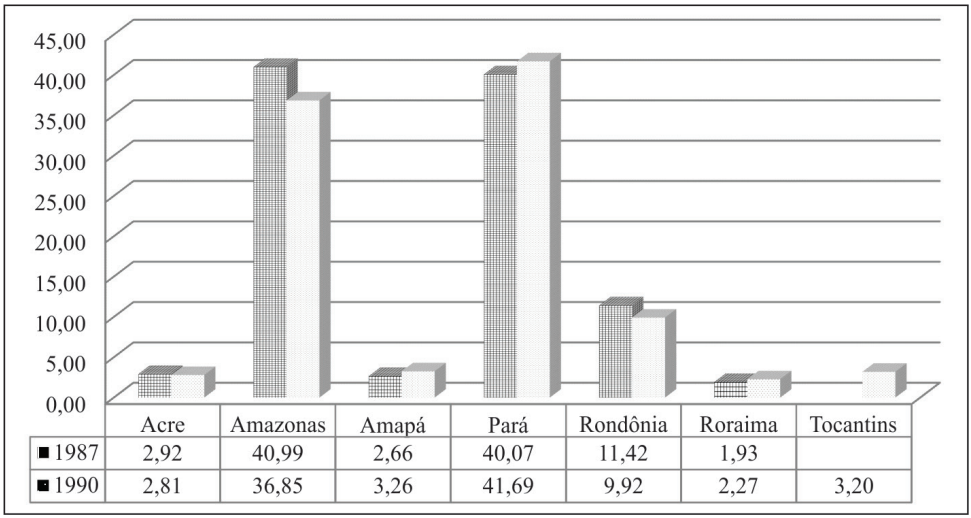
O governo do Acre (1987/1990) – chefiado por Flaviano Melo – coagido pela situação socioeconômica e política adversa [...] foi levado a propor uma política de desenvolvimento que sintetizava todos os conflitos sociais e políticos daquele momento. Seu objetivo explícito era criar, mediante esta política, uma estratégia de desenvolvimento local autodenominada de "modelo agroflorestal" buscando diminuir os efeitos negativos do estilo de desenvolvimento prevalecente e ao mesmo tempo incorporando no aparato governamental os pressupostos formais do discurso de proteção ambiental."

O governo de Flaviano Melo via no modelo agroflorestal a alternativa viável para a conciliação da preocupação ambiental com o desenvolvimento econômico. "O processo de desenvolvimento acreano tem que levar em conta a vocação agropecuária e florestal que nos caracteriza [...] o aproveitamento desses recursos com métodos e práticas preservacionistas é o desafio que se coloca no atual momento." (SILVA, 1998 p. 86).

A política econômica de Flaviano Melo teve impactos modestos sobre o desenvolvimento econômico. O PIB estadual apresentou um crescimento de 2,52%

a.a., o que representa 7,75% no período. No mesmo período, destacam-se os Estados do Amapá e Roraima, que cresceram 37,55% e 32,27%, respectivamente. Em relação à participação relativa do PIB, houve um pequeno decréscimo, conforme indica a Figura 7.

Figura 7 – Participação relativa dos Estados da Região Norte no PIB regional nos anos de 1987 e 1990



	Acre	Amazonas	Amapá	Pará	Rondônia	Roraima	Tocantins
1987	2,92	40,99	2,66	40,07	11,42	1,93	
1990	2,81	36,85	3,26	41,69	9,92	2,27	3,20

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir do IPEADATA.

O governador Flaviano Melo se candidata a senador e, em 2 de maio de 1989, o vice-governador, Edson Simão Cadaxo, assume e conclui o mandato em 15 de março de 2001, contudo, não houve modificações acentuadas na política de desenvolvimento do Estado.

A DÉCADA DE 1990: A CRISE DO ESTADO

A política econômica da década de 1990 foi conduzida por três governadores: Edmundo Pinto de Almeida Neto (15 de março de 1991 a 17 de maio de 1992), Romildo Magalhães da Silva (17 de maio de 1992 a 1 de janeiro de 1995) e Orleir Messias Cameli (1 de janeiro de 1995 a 1 de janeiro de 1999).

A economia acreana a década de 1990 foi marcada por um conjunto de problemas de ordem política e econômica. Na conjuntura nacional, o início desta década é caraterizado pelo combate à inflação, sem sucesso, e a crise política nacional, que desencadeou o *impeachment* do presidente Collor.

Edmundo Pinto assume o governo, porém foi, assassinado em São Paulo – um crime que até o momento não foi escarecido para a sociedade acreana. O governo de Edmundo Pinto definiu como a grande meta a pavimentação da BR-364 no trecho Porto Velho-Rio Branco. Esta meta foi contretizada pelo governo.

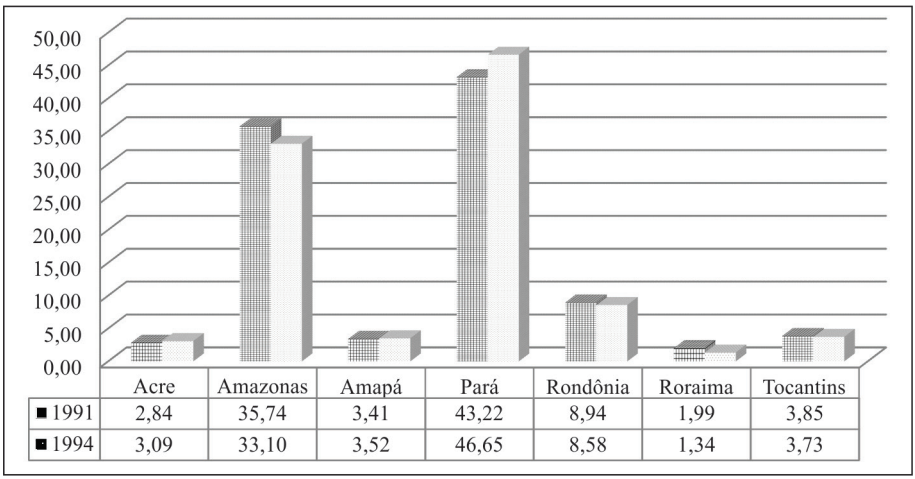
Com o falecimento do governador, o vice, Romildo Magalhães, assume o cargo e lança um grande pacote de incentivos governamentais – de 1.000 obras até o final do seu mandato. Com base neste pacote, o governo realizou obras e contratou serviços desde construções de passarelas até a distribuição de sopa em programas de assistência social.

Três traços ajudam a caracterizar o ambiente político-institucional deste governo. O primeiro foi a grande atribulação política, em função do assassinato do governador Edmundo Pinto, e as constantes denúncias de corrupção no governo. O segundo foi o atraso de quatro meses do pagamento dos funcionários públicos estaduais e, por fim, a contratação de 10.000 servidores públicos para a área de educação.

Muito embora a ambiente político, institucional e econômico não tenha sido favorável ao governo de Romildo Magalhães, é necessário destacar que a crise econômica do início dos anos 1990 teve impactos consideráveis sobre os demais estados da Região Norte. O Acre teve um crescimento anual de 8,73% e de 28,75% no período, seguido pelo Pará, com um crescimento acumulado de 27,84%, e o Amapá, com 22,09%. O destaque foi Roraima, com um decréscimo de 20,11% no PIB do período (Figura 8).

O governo de Orleir Cameli inicia com um compromisso financeiro muito grande – o de honrar as folhas de pagamento atrasadas pelo governo anterior. Seguindo o caminho do antecessor, as acusações de corrupção se avolumavam ao logo do tempo, e o ambiente político-institucional continuava extremamente conturbado.

Figura 8 - Participação relativa dos Estados da Região Norte no PIB regional nos anos de 1991 e 1994



	Acre	Amazonas	Amapá	Pará	Rondônia	Roraima	Tocantins
1991	2,84	35,74	3,41	43,22	8,94	1,99	3,85
1994	3,09	33,10	3,52	46,65	8,58	1,34	3,73

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir do IPEADATA.

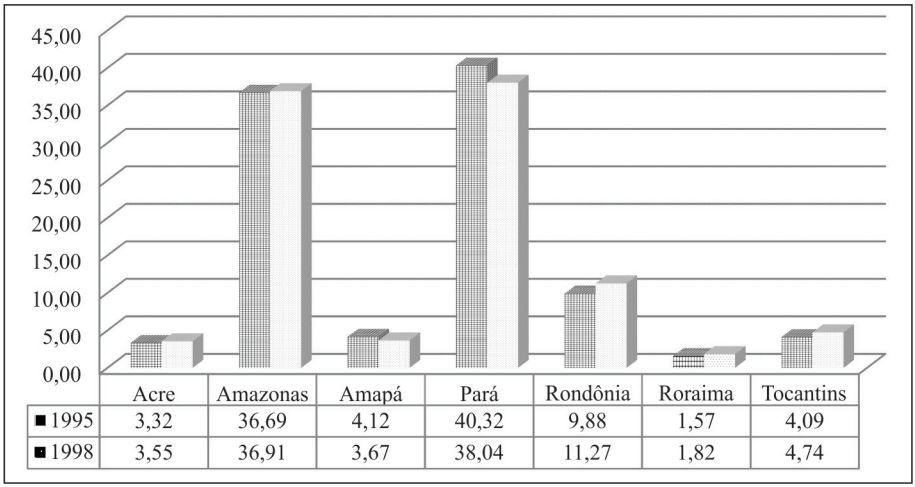
No cenário político nacional, em função da estabilização da economia, com o plano real posto em prática em 1994, inicialmente a situação era estável. Contudo, as crises da Ásia (1997) e da Rússia (1998) causaram impactos negativos sobre a estabilidade macroeconômica nacional.

Neste sentido, o governo federal, objetivando criar superávit primário e garantir a âncora cambial do plano real, adota uma política monetária e fiscal contracionista. O estado do Acre, em função de sua alta dependência financeira, sofre grandes impactos negativos nas suas contas.

Muito embora a crise tenha alcançado todos os Estados da federação, no período do governo Orleir Cameli, o PIB cresceu a uma taxa anual de 3,60%, alcançando um crescimento acumulado de 11,19%. Este crescimento foi inferior aos estados de Tocantins (20,55%), Rondônia (21,02%) e Roraima (18,60%). Os estados do Pará e Amapá tiveram redução no PIB, de 1,89% e 7,51%, respectivamente.

A Figura 9 mostra que no período do governo Orlei Cameli o Acre teve um aumento na sua participação no PIB regional. O destaque fica para Amapá e Pará, com redução de sua representação na economia.

Figura 9 - Participação relativa dos estados da Região Norte no PIB regional nos anos de 1995 e 1999



	Acre	Amazonas	Amapá	Pará	Rondônia	Roraima	Tocantins
■1995	3,32	36,69	4,12	40,32	9,88	1,57	4,09
■1998	3,55	36,91	3,67	38,04	11,27	1,82	4,74

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir do IPEADATA.

3 ANÁLISE DA FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO ACRE NO PERÍODO DE 1999-2010

A década de 2000 inicia-se de forma diferente no Acre. Pela primeira vez na história acreana uma coligação de partidos de esquerda (Frente Popular do Acre)[25], liderada pelo PT e PC do B, vence a eleição estadual em 1998, e dá início a uma sequência de governos que perdurará pelo menos até 2016. Seguindo a ordem cronológica, tem-se: Jorge Viana (1999-2006), Arnóbio Marques (2007-2010) e Tião Viana (2011-2014).

O plano de governo de Jorge Viana, intitulado "A vida vai melhorar", inicia-se com uma descrição da situação do Acre e, num segundo momento, elenca um conjunto de medidas e políticas públicas que, em tese, serão executadas pelo novo governo. Especificamente em relação ao diagnóstico da economia, o plano diz:

[25] Naquele momento, tratava-se de uma frente partidária composta por doze partidos (PT, PSDB, PC do B, PMN, PL, PDT, PPS, PV, PTB, PT do B, PSB e PSL).

A economia está estagnada, o povo empobrecido e os serviços públicos destruídos ou sucateados. A população não encontra emprego. Caem brutalmente as oportunidades e os negócios enquanto crescem o desânimo e o desalento no empresariado [...]. A capacidade de planejamento do Estado foi aniquilada, e destruídas as possibilidades de captação de recursos financeiros federais e junto a agências internacionais. [...] O desemprego assumiu proporções catastróficas. Estima-se que há 72.715 desempregados no Acre, o que representa 19,98% da população economicamente ativa. A agricultura e o extrativismo estão paralisados [...]. A incipiente indústria acreana praticamente desapareceu. (ACRE, 1998, p. 1).

Com base neste diagnóstico, a gestão do governador Jorge Viana desenvolverá as políticas públicas que julga eficientes para promover o desenvolvimento do Acre. O eixo principal para a promoção do desenvolvimento socioeconômico, conforme aponta o plano "A vida vai melhorar", é a promoção da exploração racional e sustentável dos recursos naturais e, além disso, esforços para a implantação da infraestrutura econômica e social consistente, como o desenvolvimento econômico e as demandas sociais.

Uma característica que marca o governo de Jorge Viana é a expressividade da política ambiental. Segundo Sant'Ana Júnior *(2006)*:

Logo no início do primeiro mandato do Governo da Floresta, os termos conservação ambiental e povos da floresta (índios, seringueiros, ribeirinhos), passam a constituir-se em presença constante no discurso governamental. Com a finalidade de sinalizar as posições socioambientais do novo Governo, foram adotados o neologismo florestania e o slogan Governo da Floresta [...]. Segundo Toinho Alves, "Governo da Floresta é símbolo de que esse núcleo dos herdeiros da luta dos povos da floresta é o núcleo de maior densidade no interior desse Governo" [...]. No organograma de governo, foi criada a Secretaria Executiva de Floresta e Extrativismo, apresentada como um dos instrumentos para garantir que se efetivasse a desejada mudança no vetor de desenvolvimento do Estado, que estaria se voltando para a exploração racional dos recursos naturais."

A condução da política econômica nos dois mandatos de Jorge Viana está assentada sobre a economia florestal, como instrumento propulsor de desenvolvimento econômico, conforme aponta o plano de governo da segunda gestão.

O rumo do desenvolvimento é claro: deve ser sustentável, valorizar a floresta e seus recursos, respeitar a cultura do povo acreano. A vocação do Acre é para uma economia florestal moderna que distribua emprego e renda em todos os setores, desde ao extrativismo no interior da floresta até a indústria urbana (ACRE, 2002, p. 27).

Em relação ao governo de Arnóbio Marques, observa-se que está em sintonia, em termos de condução da política econômica, com o governo antecessor. No Plano Plurianual (PPA) do período de 2008-2011, fica destacado que:

[...] Durante muito tempo, prosperou por aqui o debate se a vocação do Acre era agropecuária ou extrativista. Hoje, o consenso estabelecido é que há espaço para todos. Uma atividade, porém, assume cada vez mais a condição de força estruturante do desenvolvimento econômico local: a chamada economia florestal.

Nesse sentido, grandes investimentos estão sendo realizados na criação de uma base produtiva florestal voltada para exportação, como exemplo o programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre, conhecido como "Projeto BID".

Esses investimentos vão desde a criação de florestas públicas de exploração até a atração de grandes e médias indústrias de processamento florestal, passando pela formação de capital humano e adensamento da organização e capacidade de gestão das comunidades. Dessa forma, em breve o Acre contará com uma atividade econômica realmente forte e assentada em bases sustentáveis, garantindo renda e bem estar para sua população hoje e no futuro.

No Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre estão elencadas as necessidades e definidos os investimentos estratégicos para o desenvolvimento do setor. Eles visam criar o ambiente institucional adequado à gestão eficiente e regulação criteriosa da exploração dos recursos florestais madeireiros e não-madeireiros do Estado. (ACRE, 2007, p. 18).

Conforme se observa, fica transparente a opção de desenvolvimento socioeconômico, a partir da utilização dos recursos florestais. Para isto, durante o período de 1999-2010, foi estruturada no estado do Acre uma infraestrutura institucional, política, econômica e administrativa.

A vida melhorou no governo da floresta deixando o Acre um melhor lugar para se viver?

GESTÃO DO ESTADO E POLÍTICA FISCAL

Em janeiro de 1999, o governador Jorge Viana assume o seu primeiro mandato. O seu principal problema, a curto prazo, consiste em honrar os compromissos financeiros do estado do Acre. Machado (2003 apud FRANÇA, 2006) salienta que as dívidas com fornecedores estavam em torno de R$ 150 milhões de reais, 7% de precatórios judiciais não pagos, baixa arrecadação de recursos próprios e altos índices de inadimplência e sonegação. Além disso, a dependência de recursos federais oscilava em torno de 93% da receita total.

Como forma de aumentar a eficiência da máquina pública, o governo Viana implementa uma reforma administrativa, através da edição da Lei complementar nº 63, de 13 de janeiro de 1999, que objetivava reorganizar a estrutura administrativa do Estado do Acre. E em um segundo momento, por meio da Lei complementar nº 72, de julho de 1999, as Secretarias de Estado foram organizadas por áreas temáticas[26].

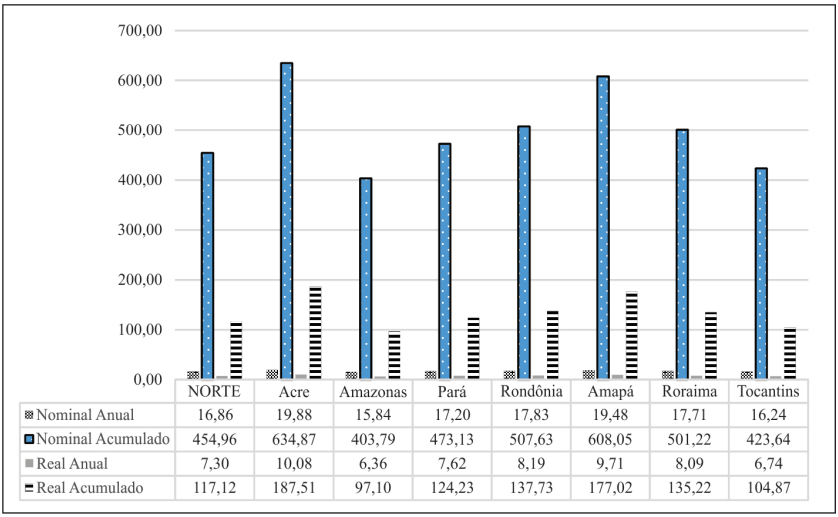
Especificamente no tocante à finanças públicas, a Lei complementar nº 62/1999, fixou o teto máximo dos salários dos ocupantes de cargos públicos e reduziu em 20% a quantidade de cargos comissionados e funções gratificadas. Em sintonia com esta medida, foi promulgada a Lei nº 1.279, de 19 de janeiro de 1999, que adere ao Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal de Estados e autoriza o estado a contrair um empréstimo de 20 milhões de reais junto à União.

França (2006) salienta que a adesão do governo ao Programa de Reestruturação Fiscal e o parcelamento dos créditos tributários, com a modernização/informatização da Secretaria de Estado da Fazenda, aumentou a eficiência do combate à sonegação fiscal e um aumento de arrecadação.

[26] Gestão (Secretaria de Estado da Gestão e Coordenação, Secretaria da Fazenda e Secretaria da Administração e Recursos Humanos); Desenvolvimento Humano (Secretaria da Educação, Secretaria do Estado de Saúde e Saneamento, Secretaria de Justiça e Segurança Pública e Secretaria de Cidadania, Trabalho e Assistência Social); Desenvolvimento Econômico-Sustentável (Secretaria de Estado da Infraestrutura, Secretaria de Estado da Produção, Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente).

No tocante ao ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), observa-se que no período de 1999 a 2010 houve um aumento real anual de 10,08%, o que representa um aumento acumulado, de 187,51% no período. O estado do Acre teve o maior crescimento de arrecadação de ICMS da Região Norte, conforme indica a Figura 10.

Figura 10 – Taxas de crescimento anual e acumulada nominal e real da arrecadação anual do ICMS nos estados da Região Norte, no período de 1999 a 2010



	NORTE	Acre	Amazonas	Pará	Rondônia	Amapá	Roraima	Tocantins
Nominal Anual	16,86	19,88	15,84	17,20	17,83	19,48	17,71	16,24
Nominal Acumulado	454,96	634,87	403,79	473,13	507,63	608,05	501,22	423,64
Real Anual	7,30	10,08	6,36	7,62	8,19	9,71	8,09	6,74
Real Acumulado	117,12	187,51	97,10	124,23	137,73	177,02	135,22	104,87

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Além do expressivo aumento do ICMS no período citado, é preciso mencionar que a participação relativo da arrecadação acreana no montante de arrecadação regional aumentou significativamente. Em 1999, o Acre participava com 2,80% da arrecadação regional, e em 2010 este montante passou para 3,71%, ou seja, uma variação de 32,42%, conforme mostra a Tabela 1.

Além do expressivo aumento da arrecadação de ICMS, a dependência dos recursos da União teve uma expressiva redução, pois, conforme salienta França (2006), as despesas com pessoal e encargos sociais nunca ultrapassaram o limite de 60%, imposto pela lei de responsabilidade fiscal. Todavia, no governo Cameli este comprometimento atingia valores superiores a 60%.

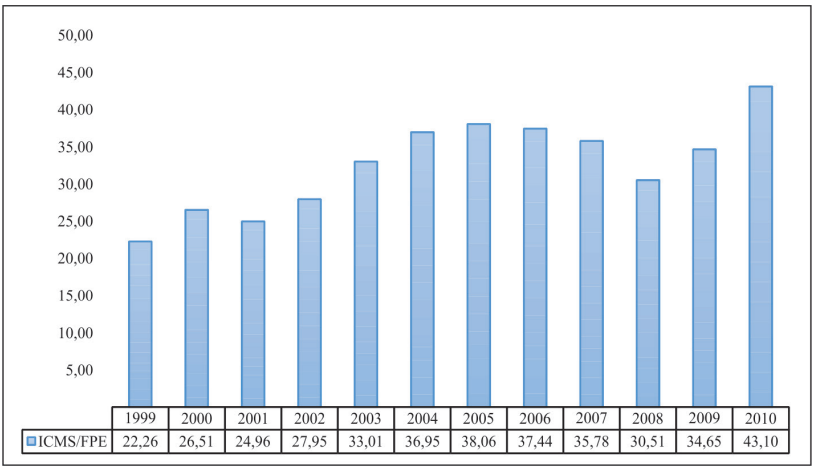
No tocante à política fiscal praticada nos governos de Jorge Viana e Arnóbio Marques, é visível que os esforços implementados para aumentar a arrecadação própria foram extremamente eficientes. A taxa de crescimento real da relação entre ICMS e Fundo de Participação do Estado (FPE) aumentou, em média, 6,73% a.a., o que representa um crescimento acumulado de 104,86% no período de 1999 a 2010 (Tabela 1). A Figura 11 mostra que em 1999 o ICMS correspondia a 22,26% do montante do FPE. No ano final dos governos Jorge Viana e Arnóbio Marques, esta relação era de 37,44% e 43,10%, respectivamente.

Tabela 1 – Participação relativa da arrecadação de ICMS dos estados da Região Norte, no período de 1999 a 2010

Anos	Estados							NORTE
	Acre	Amazonas	Pará	Rondônia	Amapá	Roraima	Tocantins	
1999	2,80	39,46	32,32	12,85	2,46	2,45	7,66	100,00
2000	2,98	37,93	31,97	13,95	2,75	2,91	7,50	100,00
2001	2,98	37,93	31,97	13,95	2,75	2,91	7,50	100,00
2002	3,30	37,93	33,41	12,17	2,69	2,41	8,09	100,00
2003	3,35	35,21	34,22	13,89	2,37	2,16	8,81	100,00
2004	3,54	35,91	33,07	14,54	2,54	2,07	8,34	100,00
2005	3,89	35,20	33,43	14,58	2,82	2,16	7,92	100,00
2006	3,76	35,02	34,49	13,89	3,00	2,31	7,53	100,00
2007	3,70	35,07	34,65	13,62	2,96	2,54	7,45	100,00
2008	3,22	37,12	33,60	13,45	2,84	2,42	7,36	100,00
2009	3,35	34,13	35,31	13,90	3,26	2,74	7,31	100,00
2010	3,71	35,83	33,38	14,07	3,14	2,65	7,22	100,00
Variação %	32,42	-9,22	3,27	9,49	27,59	8,34	-5,64	

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados da STN.

Figura 11 – Evolução da relação ICMS/FPE no estado do Acre no período de 1999 a 2010



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

AGROPECUÁRIA

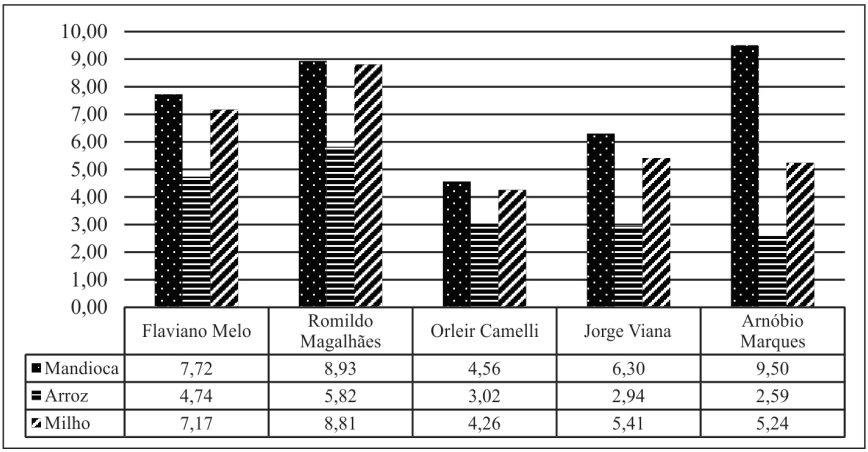
Em relação à agropecuária, esta análise será conduzida em três eixos. O primeiro é a evolução da agricultura familiar, através da análise de três produtos: milho, arroz e mandioca. O segundo eixo é a análise da pecuária e, por fim, será analisado o nível de pobreza rural no estado do Acre.

A Figura 12 indica que em termos de participação relativa, o governo de Romildo Magalhães foi o que obteve o melhor desempenho na produção agrícola. Observa-se que no período de 1999 a 2010 houve um decréscimo significativo na participação do Acre em relação à produção regional de milho e arroz. O destaque foi para a produção de mandioca no último ano do governo de Arnóbio Marques.

É válido destacar, que, em relação à produção de mandioca, foi criada uma política pública específica, objetivando, além de aumentar a produção dessa cultura, aumentar a renda do produtor rural. Os números apontam que a política foi bem sucedida. Contudo, em termos de eficácia dessa política, observa-se que o montante da participação média relativa do Acre na produção regional, no governo de Romildo Magalhães, foi superior à participação relativa média de mandioca no governo de

Arnóbio Marques. Observa-se que o ganho de participação relativa foi pouco expressivo, mas a redução no milho e no arroz foi significativa.

Figura 12 – Participação relativa média do estado do Acre em relação à Região Norte, de produtos selecionados, no período de 1990 a 2010



	Flaviano Melo	Romildo Magalhães	Orleir Camelli	Jorge Viana	Arnóbio Marques
Mandioca	7,72	8,93	4,56	6,30	9,50
Arroz	4,74	5,82	3,02	2,94	2,59
Milho	7,17	8,81	4,26	5,41	5,24

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados do IBGE.

No tocante à modernização da agropecuária, Alencar e Silva (2012) destacaram que em 2005 o Índice de Modernização Agropecuária (IMA)[27] do Acre indicou que 21 dos 22 municípios possuíam IMA inferior a 35%, ou seja, possuíam um baixo nível de modernização agropecuária. Além disso, os autores classificaram em três *clusters* o nível de modernização dos municípios do Acre e de Rondônia.

O primeiro *cluster* era constituído dos municípios com mais "alto nível" de modernização. Era composto de 13 municípios, sendo 12 do estado de Rondônia e um do estado do Acre. O segundo agrupamento possuía 43 municípios, e representa um "médio nível" de modernização. Este grupo possui a participação de 35 municípios de Rondônia e nove municípios do Acre, e o nível médio de modernização deste *cluster* foi de 33%. Por fim, o terceiro agrupamento apresenta os 17 municípios com menor nível de modernização, sendo a média do índice neste *cluster* de 28%. O Acre apresenta 12 municípios, o que representa, aproximadamente, 71% do total de municípios com baixo nível de modernização.

[27] O IMA está no intervalo de 0 e 1. Quanto mais próximo a 1 maior é o nível de modernização e, por sua vez, quanto mais próximo a 0, menor é este nível.

Os censos de 1995/96 e 2005/06, apresentam resultados bastante interessantes para analisar a dinâmica do desenvolvimento agropecuário no estado do Acre. A Tabela 2 mostra que o valor da produção vegetal em 2005 foi 33% superior ao valor da produção de 1995. Observando o comportamento desagregado da produção, observa-se que a produção vegetal (agricultura) teve uma redução de 8,51%. Por sua vez, a produção animal teve um aumento de 100,48%.

Este aumento explica a grande redução que a agricultura teve na participação relativa da agropecuária. Em 1995, a produção vegetal representa 62,51% do valor da produção agropecuária do Estado do Acre e, em 2005, por sua vez, esta participação cai para 42,89%, ou seja, uma redução de 31,38%.

Tabela 2 - Valor da produção agropecuária acreana em 1995 e 2005

Especificações	1995/06		2005/06		Variação
	R$	%	R$	%	%
Valor da produção Animal	170.079.791,74	37,49	340.982.244,22	56,37	100,48
Valor da Produção Vegetal	283.590.458,18	62,51	259.449.801,20	42,89	-8,51
Valor da Produção Agropecuária	453.670.249,92	100,00	604.866.500,44	100,00	33,33

Fonte: Elaborado pelo autor ,a parir dos censos agropecuários de 1995/96 e 2005/06.
Obs. Os valores constantes nesta tabela foram atualizados pelo IGP-M para Julho de 2013.

Em relação à produtividade da agricultura e da pecuária, observou-se que houve uma redução significativa de 1995 para 2005. A Tabela 3 indica que a agricultura teve uma queda de produtividade da ordem de 88,69%, e a pecuária de 65,49%. Especificamente no caso da agricultura, observa-se uma drástica redução da produtividade da terra. Em 1995 foi de R$ 3.734,45/ha, e em 2005 caiu para R$ 422,41/ha. A redução da produtividade da agricultura se deu em função da redução do valor da produção agrícola e do aumento de 708,82% das áreas destinadas à agricultura. Por sua vez, a redução da produtividade da pecuária ocorreu devido ao aumento 480,89% das áreas destinadas à pastagem, enquanto o aumento do valor da produção foi de 33,33%.

Tabela 3 – Produtividade da terra para os setores da agropecuária do Acre nos períodos de 1995/06 e 2005/06

Atividades	Produtividade		
	1995/96	2005/06	Variação %
Agricultura	3.734,45	422,41	-88,69
Pecuária	956,95	330,27	-65,49
Geral	1.788,42	367,33	-79,46

Fonte: Resultado da pesquisa.

A Figura 13 mostra o valor da produção agropecuária (VPA) do Acre em 1995. Caso a produtividade da agropecuária em 2005 tivesse sido a mesma de 1995, o valor estimado da VPA seria de aproximadamente 3 bilhões de reais. A perda da eficiência na produtividade da terra ocasionou um impacto negativo sobre a agropecuária, visto que o VPA de 2005 realizado representa apenas 20,54% do VPA estimado.

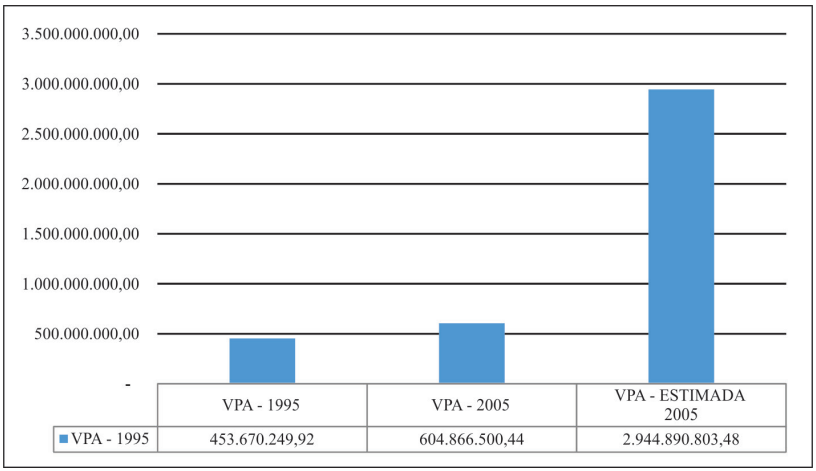
Em relação à produtividade da mão de obra, observa-se que houve um aumento de 25,67%. Este aumento ocorreu devido à variação positiva do VPA ter sido superior à variação positiva da mão de obra empregada. Contudo, é válido mencionar que em relação à agricultura, observa-se que a produtividade da mão de obra apresenta o mesmo comportamento da produtividade da terra. O aumento da produtividade da mão de obra ocorre em função da produtividade da pecuária; e o aumento da produtividade da pecuária ocorreu devido ao aumento substancial do valor da produção pecuária (Tabela 4).

Muito embora não exista uma política agrícola formulada em lei, ao longo deste período, o governo realizou um conjunto de ações objetivando melhorar o desempenho da agropecuária. Dentre as ações, pode-se destacar:

a) Incentivo à cadeia produtiva da mandioca;
b) Subsídios[28] à produção de borracha natural;
c) Programa de combate à febre aftosa;
d) Implantação de novos polos agroflorestais;

[28] Posteriormente, os subsídios foram transformados em pagamento de serviços ambientais.

Figura 13 – Valor da produção agropecuária acreana realizada para 1995 e 2005, e estimada para 2005



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados do IBGE.

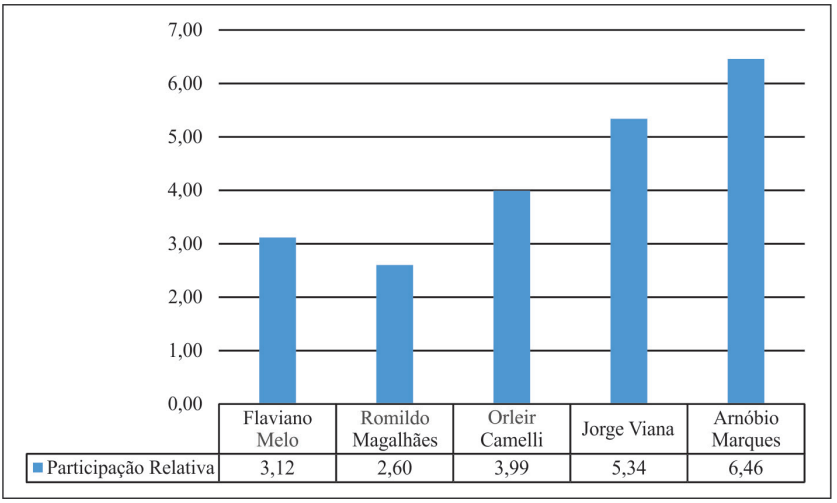
Tabela 4 – Produtividade da mão de obra para os setores da agropecuária do Acre nos períodos de 1995/06 e 2005/06

Atividades	Produtividade		
	1995/96	2005/06	Variação %
Agricultura	5.585,74	4.816,73	-13,77
Pecuária	3.972,38	7.506,54	88,97
Geral	4.847,63	6.091,98	25,67

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados do IBGE.

As quatro ações governamentais teoricamente têm impactos diretos sobre o VPA de 2005. Nesse aspecto, é válido destacar que as ações voltadas à agricultura não foram eficientes na promoção da expansão da produtividade, nem do valor da produção agrícola. No entanto, as ações destinadas à pecuária fizeram o Acre se destacar, pois possibilitaram que aumentasse a sua participação relativa no rebanho bovino regional, de 3,99% no governo de Orleir Camelli, para 6,46% ao final do governo de Arnóbio Marques, conforme indica a Figura 14.

Figura 14 – Participação relativa do rebanho bovino do estado do Acre em relação ao rebanho bovino da região Norte



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados do IBGE e do Ipeadata.

No período de 1991 a 2010, os estados de Rondônia e Acre tiveram as maiores taxas de crescimento anual do rebanho bovino da região. Essas taxas foram muito superiores à taxa de crescimento da região, conforme mostra a Tabela 5.

A Tabela 6 mostra a decomposição da taxa de crescimento do rebanho bovino do Acre nos governos de Romildo Magalhães a Arnóbio Marques. É possível verificar que no primeiro mandato do governo de Jorge Viana houve um crescimento anual de 25,02% do rebanho. Este crescimento é um pouco inferior ao do governo de Orleir Camelli. Contudo, de Viana a Marques, a taxa de crescimento anual da pecuária bovina foi de 9,71%, ou seja, representa um crescimento acumulado de 177,25%.

No tocante à concentração de renda rural, Maciel et. al (2011) destacam que nos anos 1996/97 e 2006/07 houve uma sensível redução do índice de Gini na mesorregião do Vale do Acre, em todos os sistemas de produção (extrativista, agrícola e florestal) analisados. O sistema agroflorestal apresentou o melhor desempenho, pois teve uma redução de 17% na concentração de renda, sendo seguido pelo sistema extrativista, com 10%. Vale ressaltar que o governo incentiva o sistema extrativista através do pagamento de serviços ambientais.

Tabela 5 – Taxas de crescimento anual e acumulado do rebanho bovino dos estados da Região Norte no período de 1991 a 2010

Estados	Crescimento	
	Anual	Acumulado
Acre	10,98	623,38
Amazonas	5,66	184,43
Amapá	2,62	63,33
Pará	7,35	284,96
Rondônia	13,59	1.026,67
Roraima	2,48	59,24
Tocantins	3,77	102,02
Região Norte	7,39	287,80

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados do IBGE e do Ipeadata.

Tabela 6 – Taxas de crescimento anual e acumulada do rebanho bovino do estado do Acre no período de 1991 a 2010

Taxas de crescimento	Governos				
	Romildo Magalhães	Orleir Camelli	Jorge Viana I	Jorge Viana II	Arnóbio Marques
Anual	4,73	24,37	25,02	9,37	3,65
Acumulada	14,86	92,37	95,43	30,84	11,34

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados do IBGE e do Ipeadata.

Em relação ao Vale do Juruá, conforme mostra a Tabela 7 observa-se, conforme mostra a Tabela 7, que houve um aumento de 12,22% do índice de Gini, indicando um aumento da concentração de renda na agricultura. No tocante ao relacionamento dos 10% mais ricos e os 50% mais pobres, é possível observar que houve uma redução da participação dos 10% mais ricos na apropriação da riqueza de forma geral. Contudo, na agricultura do Vale do Juruá, e no sistema agroflorestal do Vale do Acre, observou-se um comportamento atípico, pois em ambos os sistemas aumentou a participação dos 10% mais ricos na apropriação da renda.

No tocante à agropecuária, os indicadores mostram que as políticas públicas alcançaram alguns êxitos de forma pontual, tais como: altas taxas de crescimento do rebanho bovino, redução do nível de concentração de renda em alguns sistemas

de produção familiar, aumento da produção de borracha natural e de mandioca. Contudo, em termos de volume monetário, produtividade dos fatores de produção e participação regional, as políticas não foram eficientes.

Tabela 7 – Indicadores de desigualdade de renda no Vale do Acre e Juruá, para os sistemas de produção extrativista, agrícola e agroflorestal, Acre, Brasil

Mesorregiões	Medidas de Concentração de renda	Sistemas de produção					
		Extrativismo		Agricultura		Agrofloresta	
		2006/07	Variação %	2006/07	Variação %	2006/07	Variação %
Vale do Acre	Índice de Gini	0,44	-10,18	0,51	-5,94	0,42	-17,02
	% Renda 10+	23%	-0,76	26%	36,51	21%	38,25
	% Renda 50-	32%	33,05	33%	111,81	27%	-1,49
	10% rico/50% pobre	0,72	-25,42	0,77	-35,55	0,78	37,31
Vale do Juruá	Índice de Gini	0,42	-5,45	0,52	12,22	-	-
	% Renda 10+	23%	-5,08	19%	-38,73	-	-
	% Renda 50-	36%	62,20	22%	-14,85	-	-
	10% rico/50% pobre	0,62	-41,48	0,87	28,05	-	-

Fonte: Maciel et. al. (2011).

Obs. Para o Vale do Acre a variação é calculada com base nos valores apurados em 1996/97. Por sua vez, no vale do Juruá a referência para o sistema extrativista é 2000/2001, e para a agricultura é 1999/2000.

A ECONOMIA FLORESTAL

O governo da floresta tem como objetivo e prioridade máxima a construção de um novo modelo de desenvolvimento sustentável local e regional, pautado no combate à pobreza e na elevação do bem-estar da população, no dinamismo econômico com a geração de emprego e renda, no fortalecimento da identidade e respeito à diversidade cultural e no uso dos recursos naturais com sabedoria e a manutenção do equilíbrio ambiental. Um elemento fundamental da estratégia para alcançar esse objetivo é implantar e consolidar uma economia florestal baseada no manejo sustentável múltiplo dos recursos naturais (floresta, solo, rios, lagos e serviços ambientais) combinada com atividades agropecuárias sustentáveis e proteção de ecossistemas (ACRE, 2002; 2003; 2006).

A grande característica dos governos da frente popular no período de 1999 a 2010 foi a ênfase à questão ambiental. Neste sentido, Silva (2012) salienta que os governos da FPA desenvolveram um conjunto de ações e políticas[29] voltadas para o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis objetivando impulsionar a técnica do manejo florestal. E para a viabilização do seu objetivo de desenvolvimento econômico com base na economia florestal, toda uma conjuntura política e institucional foi criada.

Contudo, para a implementação de sua política econômica, tornava-se necessário um conjunto de medidas institucionais. Em nível federal, a Lei nº 11.284, de 02/03/2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para produção sustentável, deu uma grande contribuição para a política ambiental acreana. A lei elenca oito princípios que devem nortear a gestão das floretas públicas, que são:

I - a proteção dos ecossistemas, do solo, da água, da biodiversidade e valores culturais associados, bem como do patrimônio público;

II - o estabelecimento de atividades que promovam o uso eficiente e racional das florestas e que contribuam para o cumprimento das metas do desenvolvimento sustentável local, regional e de todo o país;

III - o respeito ao direito da população, em especial das comunidades locais, de acesso às florestas públicas e aos benefícios decorrentes de seu uso e conservação;

IV - a promoção do processamento local e o incentivo ao incremento da agregação de valor aos produtos e serviços da floresta, bem como à diversificação industrial, ao desenvolvimento tecnológico, à utilização e à capacitação de empreendedores locais e da mão de obra regional;

V - o acesso livre de qualquer indivíduo às informações referentes à gestão de florestas públicas, nos termos da Lei nº 10.650, de 16 de abril de 2003;

[29] Silva (2012, p. 202) destaca as seguintes Leis como arcabouço institucional para o setor florestal acreano: i) Lei nº 1277, de 03/01/1999 e suas modificações, conhecida como "Lei Chico Mendes", que estabeleceu o pagamento por serviços ambientais aos extrativistas por meio de subsídio no valor da borracha e produtos florestais extrativistas; ii) Lei nº 1426, de 27/12/2001, que dispõe sobre a preservação e conservação das florestas do estado, institui o Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas, cria o Conselho Florestal Estadual (CFE) e o Fundo Estadual de Florestas e dá outras providências; iii) Lei nº 1904, de 05/06/2007, que institui o Zoneamento Ecológico-Econômico; iv) Lei nº 2025, de 20/10/2008, que cria o Programa de Certificação das Unidades Produtivas Familiares (FUNDO AMAZÔNIA, 2009); v) Lei nº 2.308, de 22/10/2010, que cria o Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA), o Programa de Incentivos por Serviços Ambientais (ISA) Carbono e demais Programas de Serviços Ambientais e Produtos Ecossistêmicos do Acre.

VI - a promoção e difusão da pesquisa florestal, faunística e edáfica, relacionada à conservação, à recuperação e ao uso sustentável das florestas;

VII - o fomento ao conhecimento e a promoção da conscientização da população sobre a importância da conservação, da recuperação e do manejo sustentável dos recursos florestais;

VIII - a garantia de condições estáveis e seguras que estimulem investimentos de longo prazo no manejo, na conservação e na recuperação das florestas.

No período de 1999 a 2010, foi implementado no Acre um conjunto de ações objetivando o desenvolvimento do setor florestal. Uma das ações mais marcantes está assentada na expansão das áreas de conservação. Antes de 1999, o estado possuía 2.578.986 ha destinados a estas área, ou seja, 15,70% do estado e, por sua vez, após 1999, este total representava 45,65%, ou 16.422.136ha.

No tocante à implementação das políticas de desenvolvimento do setor florestal, dez políticas[30] podem ser elencadas para contextualizar as principais ações governamentais implementadas pelo governo da Frente Popular, que são:

1. Política Estadual de Gestão de Florestas Públicas: Lei Estadual nº 1426, de 27/12/2001, que "dispõe sobre a preservação e conservação das florestas do estado e institui o sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas, cria o Conselho Florestal Estadual e o Fundo Estadual de Florestas e dá outras providências". É uma das pilastras legais para o novo padrão de desenvolvimento, e possui seis objetivos:

I - ordenar o uso do recurso florestal;

II - contribuir para o desenvolvimento social e o crescimento econômico do estado do Acre;

III - garantir a manutenção da cobertura florestal do estado, conforme a legislação vigente e preceitos científicos, assegurando a geração de bens e serviços ambientais;

IV - aumentar a produção do setor florestal e do setor extrativista através do manejo florestal;

V - contribuir para a preservação da biodiversidade;

VI - incentivar o uso racional da floresta e fomentar o ecoturismo, a recreação, a pesquisa e a educação florestal.

[30] Para maiores detalhes, consultar Silva (2012).

2. O Programa de Zoneamento Econômico-Ecológico (ZEE) do Acre, em 1999:

[...] foi instituído por meio do Decreto nº 503, de 6 de abril de 1999. A sua trajetória de construção consistiu de duas fases, a primeira fase chamada de ZEE-AC Fase I, que ocorreu entre 1999 a 2000, período em que foi elaborado um diagnóstico do Estado do Acre e teve como resultado produtos cartográficos na escala de 1.000.000.

A maior parte das informações do ZEE-AC Fase I foi baseada em dados secundários, aproveitando e sistematizando os estudos já realizados no Estado. Essa sistematização gerou documentos técnicos relacionados aos temas: (i) Recursos Naturais e Meio Ambiente, (ii) Ocupação Territorial e Subsídio a Gestão e, (iii) Indicativo para Gestão Territorial, publicados em 3 volumes.

O Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre Fase II, elaborado no período de 2003 a 2006, expressa uma visão estratégica do governo e da sociedade no planejamento regional e gestão do território acreano, bem como a formulação de políticas públicas com a construção do Mapa de Gestão na escala 1:250.000 e cruzamento de informações dos eixos de Recursos Naturais, Socioeconomia e Cultural-Político."[31]

3. Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento do Estado do Acre (PPCD-AC):

O Plano Estadual de Prevenção de Controle do Desmatamento visa garantir reduções expressivas, consistentes e duradouras nas taxas de desmatamento do Estado do Acre, a partir do fortalecimento das capacidades do governo e sociedade para gestão ambiental e para consolidação de uma Economia Limpa, Justa e Competitiva com forte Base Florestal" (ACRE, 2009, p. 12).

4. Política de Valorização do Ativo Ambiental Florestal:

"A ideia desse programa é integrar diversas políticas de governo, com o propósito de estabelecer um processo de certificação socioambiental das propriedades rurais, oportunizando aos participantes do programa benefícios socioeconômicos, a garantia de uso sustentável de recursos naturais, a gestão adequada do território e a inclusão socioambiental dos produtores rurais.

Realizar a sensibilização e difusão desse programa de certificação e implementar a certificação da propriedade rural por meio de quatro etapas distintas são algumas

[31] Disponível em: <http://www.agencia.ac.gov.br/index.php/zee.html>. Acesso em: 18 out. 2013.

ações previstas nesse projeto, que visa ainda instituir e fortalecer o Sistema de Gestão, Monitoramento e Avaliação do programa com a implantação de uma rede de extensão e assistência agroflorestal.

Programa de Florestas Plantadas do Acre.

Essa medida pretende promover o estabelecimento de florestas plantadas em áreas alteradas e degradadas, por meio da produção de mudas, com vistas à oferta de suprimento de caráter produtivo e estratégico, aumentando a competitividade das indústrias de base florestal do estado, com geração de trabalho e renda.

As ações de implementação desse programa são: desenvolver projetos para implantação de florestas plantadas com fins madeireiros e não madeireiros; levantar espécies potenciais apropriadas para a produção de mudas e plantio, contemplando opções de produto e mercado; ampliar a capacidade instalada do Viveiro da Floresta, em Rio Branco, e implantar viveiros de menor porte no interior do Estado, entre outras iniciativas."[32]

5. Programa Acreano de Incentivo à Produção Florestal e Agroflorestal Familiar:

O objetivo do programa é estimular a produção, as condições de mercado, os preços e o consumo de produtos florestais e agroflorestais na merenda escolar e no cardápio de todas as instituições mantidas pelo Estado. Para tanto, autoriza a administração estadual a adquirir os produtos florestais e agroflorestais sustentáveis do Estado que se enquadrem no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), desde que os preços não sejam superiores aos praticados no mercado regional. O gerenciamento do programa será feito por um conselho gestor presidido pela Secretaria de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar.[33]

---

[32] Disponível em: <http://www.gvces.com.br/index.php?r=noticias/view&id=127927&0%5Bidioma_id%5D=&0%5Bidnoticia%5D=&0%5Bidusuario%5D=&0%5Btitulo%5D=&0%5Btexto%5D=&0%5 Bdatacad%5D=&0%5Bdatapub%5D= &0%5Bpublicado%5D=1 &0%5Bfonte%5D=&0%5Bautor%5D=&0%5 Bidfonte%5D= &0%5Bidtipo%5D=&0%5Bidioma%5D=&0%5Burl_referencia%5D=& 0%5B destaque%5D=>. Acesso em:15 out. 2013.

[33] Disponível em: < http://www.ipam.org.br/revista/Incentivo-a-producao-florestal-e-agroflorestal-noAcre/51>. Acesso em: 18 out. 2013.

6. Programa de Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas estratégicas:

Dentre as principais ações do governo estadual no âmbito desse programa foi a criação de uma Lei que previa o pagamento de subsídios ao kg da borracha, de forma a aumentar a renda dos seringueiros e servir de motivação para continuarem produzindo borracha. Trata-se da Lei nº 1.277 (assinada em 13 de janeiro de 1999 e regulamentada pelo Decreto nº 868, de 05/07/1999), a qual ficou conhecida como "Lei Chico Mendes". Com essa Lei os seringueiros passaram a receber um valor adicional de R$ 0,40 por quilo da borracha. [...] Outro segmento importante contemplado pelo Programa de Apoio às Cadeias Produtivas Estratégicas do Acre que merece ser notado é o da castanha, cujo setor vem servindo de experiência do governo estadual em termos de desenvolvimento local, dada a ampliação da eficiência econômica do setor extrativista, a ampliação da infraestrutura de escoamento, armazenagem e produção. Porém, esse setor ainda passa por problemas, dos quais a qualidade da matéria-prima é um dos mais importantes, devido à contaminação microbiológica, química e física que ocorrem desde a fase de pré-coleta da castanha até a fase de beneficiamento.

[...] Dada a elevação da demanda por produtos lácteos no mercado consumidor acreano e a baixa produção de leite no estado, o governo estadual iniciou o planejamento e execução de medidas com vistas a aumentar a produção leiteira no Acre. O programa de apoio às cadeias produtivas estratégicas do Acre passou então a investir na produção leiteira de pequenos e médios produtores, concentrando os investimentos nas bacias leiteiras do Baixo e Alto Acre, especialmente nos municípios de Rio Branco, Porto Acre, Senador Guiomard, Plácido de Castro e Acrelândia (SILVA, 2012, p. 223-225).

7. Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre (PDS)

O PDS tinha como finalidade criar as condições para desenvolver uma economia florestal e promover a melhoria na qualidade de vida da população acreana, a partir do seu crescimento econômico. Especificamente para o setor floresta, esse Programa previa o financiamento de projetos de gestão florestal, que se coadunavam em grande medida com a proposta governamental da FPA, além de apoiar financeiramente atividades voltadas para a disseminação da prática do manejo florestal (capacitação de pessoal, treinamentos) e de práticas produtivas condizentes com a conservação dos recursos naturais, além de apoiar e fomentar o setor produtivo com o desenvolvimento de atividades sustentáveis. A criação e fortalecimento de uma estrutura institucional que desse suporte ao desenvolvimento da economia florestal acreana fazia parte dos objetivos do PDS, o que se concretizou com o fortalecimento de instituições como o Iteracre, SEF e Imac. Assim, considerando os objetivos do Programa, o componente (ambiental) concretizado em seus Subcomponentes: a) administração de terras, executado pelo Iteracre; estabelecimento e gestão de áreas protegidas, executado pela Secretaria de Estado de Florestas-SEF; c) fortalecimento do sistema de gestão ambiental, executado pelo Instituto de Meio Ambiente do Acre (IMAC)." (SILVA, 2012, p. 228)

8. Programa Pró-Florestania

A lei nº. 1.460, de 3 de maio de 2002, institui o Programa de Apoio às populações Tradicionais e Pequenos Produtores (PRÓ-FLORESTANIA), com o propósito de criar oportunidades de investimento com fins produtivos para pequenos produtores e populações tradicionais, visando melhorar suas condições de bem-estar, de acordo com os padrões do desenvolvimento humano sustentável, combatendo a pobreza e reduzindo a degradação ambiental. Os objetivos da lei estão contidos nos artigos 3 e 4:

Art. 3º - São objetivos gerais do Programa:

I - apoiar ações de suporte na formulação de estudos específicos, como a elaboração dos Planos de Desenvolvimento Comunitário, projetos produtivos e estudos específicos destes projetos,

valorizando o conhecimento das populações tradicionais e de pequenos produtores;

II - proporcionar que as populações tradicionais e de pequenos produtores rurais tenham acesso a projetos, notadamente no que se refere a sistemas de produção que maximizem o uso dos recursos produtivos, valorizando o conhecimento das populações tradicionais e pequenos produtores.

Art. 4º - São objetivos específicos do Programa:

I - proporcionar aos beneficiários a obtenção de suporte para a elaboração de Planos de Desenvolvimento Comunitário (BDCs), Projetos Produtivos e Estudos, notadamente no que se refere a sistema de produção, que maximizem o uso dos recursos produtivos;

II - proporcionar que os beneficiários tenham acesso a ações, insumos, consultorias e equipamentos para recuperação de áreas alteradas;

III - proporcionar aos beneficiários o fomento à pecuária orgânica, tendo acesso a ações, consultoria, insumos e equipamentos;

IV - preparar associações e cooperativas das populações tradicionais e pequenos produtores para interagir com o mercado, tendo acesso a ações, infraestrutura, consultoria, insumos e equipamentos;

V - proporcionar que os beneficiários tenham acesso a ações, infraestrutura e equipamentos para extração sustentável de recursos naturais (flora e fauna).

9. Programa de Inclusão Social e Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado do Acre (Proacre):

O Programa de Inclusão Social e Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado do Acre - Proacre foi lançado em abril de 2009, no terceiro mandato consecutivo da Frente Popular do Acre. É financiado com recursos do BIRD (Banco Mundial), mediante Acordo de Empréstimo nº 7625/BR - BIRD assinado no dia 19/12/2008, no valor de 150 milhões de dólares. Deste total, 120 milhões de dólares constituíram recursos do BIRD e 30 milhões de dólares foi contrapartida do Governo do Estado do Acre." (SILVA, 2012, p. 232)

O foco do programa é a melhoria da qualidade de vida e a sustentabilidade ecológico-econômica das comunidades, atendendo prioritariamente àquelas localizadas em áreas rurais com maior necessidade de atenção quanto ao acesso a serviços básicos de educação, saúde e produção familiar, e nas áreas urbanas em regiões de fundos de vale associadas a problemas graves de saneamento, saúde, segurança e riscos ambientais.[34]

O Proacre é implementado desde 2009 pela Secretaria de Planejamento do estado do Acre-Seplan e pelo Instituto do Meio Ambiente do Acre-IMAC e tem como objetivo promover, num prazo máximo de seis anos, a inclusão social associada ao desenvolvimento econômico comunitário sustentável das famílias acreanas residentes 233 nas chamadas Zonas de Atendimento Prioritário (ZAPs) dos 22 municípios do Estado do Acre; melhorar a qualidade de vida e a sustentabilidade ecológica-econômica das comunidades acreanas; e dar atendimento prioritário àquelas comunidades localizadas em zonas com maior urgência de atenção quanto ao acesso a serviços básicos de saúde, educação e desenvolvimento produtivo comunitário, especialmente, em áreas rurais nas Unidades de Conservação, terras indígenas e Projetos de Assentamentos e nas cidades em regiões de fundos de vale (ACRE, 2012 apud SILVA, 2012).

10. Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Acre (PIDS).

O Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre, foi instituído em 2002 mediante contrato nº 02.2.089.7.1, de 16/04/2002, tendo como objetivo geral "promover a inclusão social e incremento da renda das famílias assentadas e o fortalecimento da economia dos municípios do Vale do Rio Acre através do uso sustentável do patrimônio florestal sob gestão comunitária" (p. 20), conforme exposto no item 3.1.1. do referido contrato. De forma específica, o Programa visava promover a consolidação de uma economia de base florestal sustentada e comunitária no estado; fortalecer, estruturar e consolidar os Assentamentos de base florestal; além de contribuir para a conservação dos fragmentos florestais no entorno da BR 317 e garantir o suprimento sustentado do Complexo Industrial Florestal de Xapuri (fábrica de pisos de madeira) (SILVA, 2012, p. 235).

[34] Disponível em: < http://www.ac.gov.br/wps/wcm/connect/284307804c6169ef8bde8f77 cd9482a4/Anexo+3+-+Questo%CC%83es+Sociais.pdf?MOD=AJPERES>. Acesso em: 10 out. 2013.

REFERÊNCIAS

ACRE. Governo do Estado do Acre. **Frente Popular do Acre**: Plano de Governo. A vida vai melhorar (versão preliminar). Rio Branco: Frente Popular do Acre, 1998.

ACRE. Governo do Estado do Acre. **Frente Popular do Acre**: Plano de Governo. Cuidando bem do Acre. Rio Branco: Frente Popular do Acre, 2002.

ACRE. Governo do Estado do Acre. **Lei complementar nº 62, de 13 de janeiro de 1999**. Fixa o teto máximo de salários dos ocupantes de cargos públicos. Disponível em: <www.legiserb.com.br.>. Acesso em: 5 out. 2013.

ACRE. Governo do Estado do Acre. **Lei complementar nº 63, de 13 de janeiro de 1999**. Institui a reorganização da estrutura administrativa do Estado do Acre. Disponível em: <www.legiserb.com.br.>. Acesso em: 5 out. 2013.

ACRE. Governo do Estado do Acre. **Lei complementar nº 72**, **de julho de 1999**. Institui a organização das secretarias por áreas temáticas. Disponível em: <www.legiserb.com.br.>. Acesso em: 5 out. 2013.

ACRE. Governo do Estado do Acre. **Lei Estadual nº 1.460, de 3 de maio de 2002**. Institui o Programa de Apoio às populações Tradicionais e Pequenos Produtores – PRÓ-FLORESTANIA. Disponível em: <www.legiserb.com.br.>. em: 5 out. 2013.

ACRE. Governo do Estado do Acre. **Lei nº 1.**279**, de 19 de janeiro de 1999**. Adere ao Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal de Estados e autoriza o Estado contrair um empréstimo de 20 milhões de reais junto a União. Disponível em: <www.legiserb.com.br.>. Acesso em: 5 out. 2013.

ACRE. Governo do Estado do Acre. **Lei nº 1426, de 27 de dezembro de 2001**. Dispõe sobre a preservação e conservação das florestas do Estado, institui o Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas, cria o Conselho Florestal Estadual (CFE) e o Fundo Estadual de Florestas e dá outras Providência. Rio Branco, 2001.

ACRE. Governo do Estado do Acre. **Plano Estadual de prevenção e controle dos desmatamentos do Acre**. Documento Base. Versão Preliminar. Rio Branco: Governo da Frente Popular do Acre, 2009.

ACRE. Governo do Estado do Acre. **Plano Plurianual do Acre (PPA) - 2008 a 2011**. Rio Branco, 2007.

ACRE. Governo do Estado do Acre. **Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre**. Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre Fase II: documento Síntese – Escala 1:250.000. Rio Branco: SEMA, 2006. 354p.

ALENCAR, J.J.; SILVA, R. G. Política Agrícola e modernização: Rondônia e Acre em evidência. **Revista de Política Agrícola**, v. XX, p. 5-18, 2011.

ALMEIDA, E. **Econometria Espacial Aplicada**. Campinas: Alínea, 2012.

ANSELIN, L. Local indicator of spatial association – LISA. **Geographical Analysis**, v. 27, n. 2, p. 93-115, 1995.

ANSELIN, L. Spatial econometrics, spatial multipliers and spatial econometrics. **International Regional Science Review**, v. 26, n. 3, 2003.

AQUINO, T. V. **Kaxinawa**: de seringueiro "caboclo" a peão "acreano". 1978. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 1978.

BARATA, M. **Formação Histórica do Pará**. Belém: UFPA, 1973. p. 319-320. Coleção Amazônica.

BRASIL. **Lei nº** 11.284, de 2 de março de 2006. Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para produção sustentável, institui o Serviço Florestal Brasileiro-SFB, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, e cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF. Brasília, DF: Presidência da República, 2006.

BRASIL. **Lei nº 601, de 18 de novembro de 1850 – Lei de Terras**. Brasília, DF: Presidência da República, 1850.

CALIXTO, V. de O.; SOUZA, J. F. de; SOUZA, J. D. de. **Acre**: uma história em construção. Rio Branco: Fundação Cultural do Acre, 1985.

CARDOSO, F. H.; MULLER, G. **Amazônia**: expansão do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1977. p.13/14.

CAVALCANTI, Francisco Carlos da Silveira. **A política Ambiental na Amazônia**: um estudo sobre as Reservas Extrativistas. Campinas – SP – Tese de Doutorado, 2002.

COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente. Capital e trabalho na Amazônia Ocidental: contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre. São Paulo: Cortez – Rio Branco, AC: Universidade Federal do Acre, 1992.

COSTA, João Craveiro. **A conquista do deserto ocidental**: subsídios para história do Território do Acre. 2ª. ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1973. p. 22.

CUNHA, Euclides da. À margem da história, Porto, 5ª. edição, Lello & Irmão, 1941, p.55.

CUNHA, Euclides da. À margem da história. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 33.

DUARTE, **Élio** Garcia. **Conflitos pela terra no Acre**: a resistência dos seringueiros de Xapuri. Rio Branco: Casa da Amazônia, 1987. p. 17.

FRANÇA, R.N.C. **Acre, uma experiência inovadora de governança?**. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** 27 ed. São Paulo: Companhia editora Nacional/Publifolha, 2000. p. 137.

IANNI, Octávio. **A luta pela terra**. Petrópolis, Vozes, 1978, p.97/98

IANNI, Octávio. **Ditadura e Agricultura**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979, p.55.

IPAM. **Incentivo à produção florestal e agroflorestal no Acre**. Disponível em: <http://www.ipam.org.br/revista/Incentivo-a-producao-florestal-e-agroflorestal-noAcre/51> . Acesso em: 18 out. 2013.

MACIEL, R. C. G. (Org.). **Diagnóstico socioeconômico dos sistemas básicos de produção familiar rural do estado do acre (Aspf)** período 1996/2006. Rio Branco: EDUFAC, 2011. v. 1. 154p .

MARTINELLO, P. **A "batalha da borracha" na segunda guerra mundial**. Rio Branco: EDUFAC, 2004. p. 63-66.

MENDES, A.; SACHS, I. A inserção da Amazônia no mundo. In: UNAMAZ. **Anais da Conferência Internacional Amazônia 21:** uma agenda para o desenvolvimento sustentável. Brasília, DF: UNAMAZ; SCAMMA, 1998. p. 35.

MENDONÇA, M. dos S. Índice de qualidade de vida na região Norte: uma aplicação da análise fatorial. 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2008.

MESQUITA, G. **Uma opção estratégica para a ocupação da Amazônia Ocidental**. Conferência. Rio Branco: Escola Superior de Guerra, 1978, p.10-11.

OLIVEIRA, L. A. P. de. **O sertanejo, o brabo e o posseiro**: a periferia de Rio Branco e os cem anos de andanças da população acreana. 1985. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1982.

PAULA, J. A. de. **Notas sobre a economia da borracha no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 1977. Mimeografado.

PINTO, N. P. A. **Política da Borracha no Brasil**: a falência da borracha vegetal. São Paulo: Hucitec; Conselho Regional de Economia, 1984.

PRADO Jr., C. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1998. p. 69.

PRELATURA DE SÃO PEREGRINO DOS SERVOS DE MARIA NOS ALTOS ACRE E PURUS (1928). **Resumo Histórico da formação do território do Acre em geral e dos municípios de Rio Branco, Xapury e Purus em particular**. 2. ed. Rio de Janeiro: Villani e Barbero, 1928.

RANCY, C. M. D. **Raízes do Acre (1870-1912).** Rio Branco: Secretaria de Educação e Cultura, 1986.

REIS, A. C. F. **Conquista do Acre**. Porto Alegre: Barcello, Bertaro & Cia., 1941. p. 24.

REIS, A. C. F. **O seringal e o seringueiro**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/ Serviço de Informação Agrícola, 1953.

RIBEIRO, A. C. T. **Rio-metrópole**: a produção social da imagem urbana. 1988. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988. 2 v.

RIBEIRO, D. **Os índios e a civilização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. p. 21.

SANT'ANA Jr. H. A. **Desenvolvimento e Conservação Ambiental**: políticas sócio-ambientais do Governo do Acre. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 3. 2006. Brasília. **Anais**... Disponível em:< https://www.google.com.br/url?sa= t&rct=j q=&esrc =s&-sou rce= web&cd=1&cad=rja&ved=0CCsQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.anppas.org.br%2Fencontroanual% 2Fencontro3%2Farquivos%2FTA208-05032006-214351.DOC& ei=yatu UoiV LIWq kQfF 14F o&us g=AFQj CNHji6RVkvBEP8uHdwQ5L6pV-QrRDJA&bvm=bv.55123115,d.eW0> Acesso em: 28 out. 2013.

SANTOS, R. **História Econômica da Amazônia**: 1800-1920. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SILVA, A. F. da. **Raízes da ocupação recente das terras do Acre**: movimento de capitais, especulação fundiária e disputa pela terra. Belo Horizonte: UFMG, 1982.

SILVA, F. C.; HERREROS, M. M. A. G.; ANDRADE, D. N. M.; MORAES, R. A.; NUNES, S. F. Índice de sustentabilidade dos municípios da Amazônia. Belém: NAEA/UFPA, 2013. Mimeo

SILVA, J. P. da. **Preservação e Sutileza**: a Política de Desenvolvimento do Governo do Acre (1987/1990). 1998. Dissertação (Mestrado Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio De Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

SILVA, S. M. P. **Políticas públicas e ambientalismo no agroamazônico**: um estudo de caso do Acre (1999-2010). 2012. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

SOUZA, A. P.; PINTO, C. C. X.; PONCZEK, V. P.; ARABAGE, A. C.; BAPTISTA, D.; CANHAVATE, F.; DUARTE, G.; CAMARGO, J.; MARTINS, L. F.; TAVARES, P. A.; SILVEIRA, P. B. V.; REGATIERI, R. R. **Indicador Social de Desenvolvimento dos Municípios – ISDM**. Nota Técnica. São Paulo: FGV, 2012.

SOUZA, J. E. de. **Entre lutas, porongas e letras a escola vai ao seringal (re)colocações do projeto seringueiro (Xapuri/AC – 1981-1990)**. 2011. Tese Doutorado – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

TOCANTINS, L. **Formação Histórica do Acre**. Rio Branco: Civilização Brasileira; INL; Conselho Federal de Cultura; Governo do Estado do Acre, 1979. p. 151.

Capítulo 3

FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO ESTADO DO AMAPÁ

Antonio Sérgio Monteiro Filocreão

INTRODUÇÃO

O Estado do Amapá, criado em 1988, localiza-se na parte setentrional do país, na Amazônia brasileira. Com 142.827,91km^2, sua área corresponde a 1,68% do território nacional e a 3,71 % da Região Norte. Seus limites territoriais compreendem: ao norte, a Guiana Francesa; a noroeste, o Suriname; a oeste, sul e sudeste, o estado do Pará; a leste, o Oceano Atlântico e a nordeste, a foz do rio Amazonas.

A conjunção do estuário do Amazonas com o Atlântico, a leste, e o platô das Guianas, a oeste, resultou na paisagem diversificada do espaço amapaense, dotado de grande variedade de ecossistemas. Esta diversificação decorre de dois padrões distintos de cobertura vegetal: 1) Com o domínio das formações florestadas (floresta densa de terra firme, floresta aluvial de várzeas ou áreas inundáveis, mata de igapó e floresta de manguezais) ocupando 81,7% do espaço; 2) Com o domínio das formações campestres (cerrado e campo aluvial de várzeas) ocupando 16,7% do território amapaense. As áreas de contato entre esses dois ecossistemas padrões apresentam formações vegetais típicas de áreas de transição, cujo entrelaçamento se configura num mosaico de variadas nuances (CABRAL, 2012).

A diversidade de ecossistemas foi um dos fatores determinantes para a intensa ocupação humana do território do Amapá, comprovada pela existência de vestígios arqueológicos que remontam a períodos históricos anteriores à chegada dos colonizadores europeus. Atualmente, esse espaço geográfico é dividido em duas mesorregiões: o norte do Amapá, composto pelas microrregiões Oiapoque e Amapá; e o sul do Amapá, formado pelas microrregiões Macapá e Mazagão. Essas regiões têm

constituição diferenciada, em função da ocupação por grupos sociais e da formação econômica, cultural e política ao longo da sua história.

FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO AMAPÁ (1616-1960)

O Amapá foi ocupado muito antes da era cristã, por grupos sociais de procedências e níveis culturais diferentes. Os estudos arqueológicos sobre o Amapá indicam um quadro de grande diversidade cultural e política, que parece ter sido a mais intensa da Amazônia brasileira, "como indicado pela proliferação de uma série de cerâmicas distintas, e aparentemente contemporâneas, em uma área relativamente pequena" (NEVES, 2006, p.71). Quanto aos números dessa ocupação, estudos realizados para a Guiana Francesa trabalham com a hipótese de um mínimo de 100.000 índios, podendo chegar, de forma realista, ao dobro ou ao triplo (MIGEON, 2006), com uma densidade estimada entre 1,2 a 3,6 habitante/km^2, antes da chegada do europeu. Com base nestas estimativas, à época, o Amapá teria uma população entre 172.000 a 450.000 índios. Atualmente, a população indígena remanescente é de 7.344 habitantes, conforme o Censo Demográfico de 2010.

Para Nunes Filho (2005), os povos indígenas do Amapá eram grupos culturalmente heterogêneos, formados por horticultores de floresta tropical e agricultores. Alguns grupos de origem andina migraram para o Amapá através de vias interiores (rios e igarapés navegáveis); outros de origem antilhana chegaram pela via costeira. Possuíam uma característica comum: a agricultura itinerante, um modo de cultivar a terra cujo processo é típico da região tropical. Ele consiste no preparo do solo através de queimada, derrubada e coivara. A datação por Carbono 14 mais antiga do Amapá provém da região do Maracá, com cerca de 3.750 anos.

Expansão da fronteira colonial (1616-1750)

A descoberta de toda costa setentrional brasileira para fins de dominação colonial pelo europeu, é atribuída ao navegador espanhol Vicente Yañez Pinzon e teria ocorrido poucos meses antes da chegada de Cabral ao Brasil. Pinzon partiu de Palos, na Espanha, comandando uma esquadra de quatro caravelas. Após escalas nas ilhas Canárias e no arquipélago de Cabo Verde, Pinzon atingiu o litoral do Nordeste em 26 de janeiro de

1500. Prosseguiu navegando no sentido leste-oeste até atingir o estuário do Amazonas, o qual denominou de Santa Maria de la Mar Dulce, em razão grandiosidade do rio. Em 1509, retornando de outra viagem, Pinzon consolidou sua descoberta. Navegou do extremo norte do litoral brasileiro, o Cabo Orange, em direção ao sul, até atingir novamente o rio Amazonas. Nesta costeagem, o navegador espanhol encontrou as "terras inundadas" ou "afogadas" que caracterizam o litoral amapaense.

Em 1544, Francisco de Orellana recebeu da Espanha a concessão para povoar o litoral contíguo à foz do rio Amazonas, região então denominada Adelantado da Nueva Andaluzia. Em 1546, Orellana parte da Espanha rumo à região que lhe foi concedida, numa expedição formada por quatro navios. Ao chegar à foz do Amazonas, a esquadra estava reduzida a somente duas embarcações. Ademais, Orellana faleceu antes de tomar posse da concessão. Posteriormente, a Espanha outorgou outras concessões em terras amapaenses, contudo, elas também não chegaram a ser ocupadas pelos favorecidos (REIS, 1949; SARNEY; COSTA, 2004).

Do lado português, em 1553, o rei D. João III autorizou a primeira concessão de terras no Amapá a Luís de Melo da Silva, que havia explorado a região, em 1546. A concessão não teve êxito, pois esta expedição colonizadora acabou em um naufrágio ocorrido em 1554, na entrada do litoral do Pará (REIS, 1949; RIO BRANCO, 2008). A reunificação dos reinos de Portugal e Espanha, entre 1580 e 1640, permitiu aos portugueses o acesso e a conquista das terras amapaenses. Antes da reunificação, a região era de propriedade da coroa castelhana, conforme o Tratado de Tordesilhas, de 1494, que dividiu os territórios entre Portugal e Espanha.

Então denominada de Guiana Brasileira, a região do Amapá era constituída por uma faixa de terras situada entre os rios Oiapoque e Amazonas. Esta área geográfica foi objeto de disputa acirrada entre os luso-brasileiros e os outros países que não reconheciam o Tratado de Tordesilhas. Isso será resolvido a partir da criação, em 1616, do Forte do Presépio, ao redor do qual surgiu a cidade de Santa Maria do Grão-Pará. Deste assentamento pioneiro partiram as incursões bélicas que destruíram as fortificações e povoados instalados pelos opositores. Até a metade do século XVII, concluiu-se definitivamente a expulsão de holandeses, ingleses e irlandeses, consolidando o completo domínio desses termos que hoje constituem a mesorregião sul do Amapá. Sendo os franceses ocupantes das terras vizinhas de Caiena, a disputa pela mesorregião norte se estendeu até ao início do século XX, encerrando-se com o acordo diplomático conhecido como Laudo Suíço.

A intensa disputa pelas terras da Guiana brasileira determinou que o início do processo de ocupação do Amapá pelos portugueses fosse permeado por fins estritamente militares. De início, as ações foram de caráter ofensivo, culminando com a expulsão dos invasores estrangeiros. Posteriormente, as ações voltaram-se à defesa militar, garantindo a posse do território amapaense em favor da Coroa Portuguesa. Para tanto, houve a instalação de fortificações em pontos estratégicos que, por sua vez, deram origem a diversas vilas e povoações.

A defesa e controle da área levou as autoridades luso-espanholas a criarem, em 1637, a Capitania do Cabo Norte, entre o Rio Oiapoque e o Amazonas, doando-a para Bento Maciel Parente. Na área dessa capitania já havia posições permanentes luso-brasileiras, como os povoados de Gurupatuba e Surubiú, como também o Forte do Desterro, construído no Paru em 1638. Bento Maciel Parente toma posse de sua Capitania em 1639, porém, não pode se ocupar de sua donataria, por ter sido ordenado como governador do estado do Maranhão. Ao falecer em 1641, os direitos da capitania foram repassados ao seu filho Bento Maciel Parente, e posteriormente para Vital Maciel Parente. Como este último não deixou herdeiro, a administração da Capitania reverteu-se à Coroa Portuguesa (REIS, 1993).

Em 1687 e 1688, respectivamente, foram instalados na Capitania o Forte do Rio Araguari e o Forte de Cumaú e a Casa Forte da Ilha de Santana foi implantada em 1729. Durante a administração do Marquês de Pombal, a Coroa Portuguesa criou, em 1761, o Forte de São José de Macapá e deu início à instalação da Fortaleza de São José de Macapá, ocorrida de 1764 a 1782 (CASTRO, 1999).

A partir destas fortificações, a colonização das terras do Cabo Norte exigiu a imigração de colonos para a produção dos gêneros alimentícios necessários ao abastecimento das povoações, além dos produtos agrícolas e extrativistas demandados pelo mercado europeu.

Devido ao caráter militar da ocupação, a população nativa foi alvo de ações de violência e intimidação. Foram imputadas represálias e castigos aos indígenas que negociavam ou se aliavam aos invasores, como estratégia de atemorização psicológica, visando evitar novas alianças e relações comerciais. Neste contexto houve a inclusão compulsória dos indígenas como aliados nas batalhas contra os estrangeiros. Ocorreu ainda a submissão de algumas etnias ao trabalho forçado, na construção de fortificações e criação de vilas. Neste período de repressão, os índios Tucujus do litoral amapaense foram praticamente eliminados devido à conexão e colaboração com os invasores.

Paralela à dominação bélica portuguesa, na Capitania já existiam ocupações de caráter religioso, fruto do vanguardismo dos jesuítas. Os missionários persuadiram os indígenas a executar diversas atividades necessárias à implantação e manutenção das missões. A força de trabalho nativo era aplicada na construção de edificações, na agricultura de subsistência e na geração excedente de produtos agrícolas e extrativistas destinados à exportação. Essas atividades produtivas davam sustento ao cotidiano funcional das missões, permitiam a acumulação de capital e, por conseguinte, reforçavam o poder político e financeiro das ordens religiosas.

Segundo Rio Branco (2008), na região do rio Araguari, em 1687, o padre Aluísio Conrado Pfeil, da Companhia de Jesus, fundou uma missão no local denominado Tabanipixi. À mesma época, a missão de Camonixari, nas margens do lago de mesmo nome, foi confiada ao jesuíta Antonio Pereira. Posteriormente a missão passou a ser chamada de Macari e, por fim, de Carapaporis. Nos Annaes da Biblioteca e Arquivo Público do Pará (1916), há o registro de que até 1700, no atual território do município de Mazagão, mesorregião Sul do Amapá, que abrange a área de influência dos rios Maracá e Cajari, nenhum povoado se estabeleceu. Quanto aos trabalhos dos missionários, não há informações sobre a criação de alguma aldeia nessa região até 1740. É possível que a ação repressiva dos portugueses tenha provocado a fuga dos nativos para locais mais distantes ou com destino às missões estabelecidas nos rios Jari e Paru, onde tinham a proteção dos jesuítas.

Segundo Fragoso (1982), na região do rio Jari, de grande importância estratégica em função da vizinhança com povoações francesas, foi instalado um aldeamento próximo à confluência desse rio com o Amazonas. A área ficou sob a responsabilidade evangelizadora dos jesuítas até 1693, quando foi repassada aos franciscanos da província de Conceição. O aldeamento foi reconhecido oficialmente em 1711, tendo como população majoritária a etnia dos Guiapís. Em 1757, o aldeamento foi elevado a lugar civil, com o nome de Fragoso. A região em que se situava o lugarejo tinha apenas 23 casas de palha e era considerado doentio. Devido à proliferação de doenças, em 1765 a povoação de Fragoso foi transposta e assentada na embocadura do rio Jari. Em 1883, Baena (2004) a inclui no rol das povoações que se extinguiram após 1788.

Segundo Porro (1996), nos primeiros duzentos anos de ocupação europeia verificou-se um fenômeno demográfico e cultural no histórico da ocupação indígena

ao longo do rio Amazonas. Deste fenômeno resultou, em meados do século XVIII, o surgimento de uma realidade etnográfica distinta daquela observada pelos exploradores quinhentistas. Trata-se do desaparecimento de nações indígenas nativas do Amazonas devido à alta mortalidade das lutas e doenças resultantes do contato com os colonizadores europeus. Pelos mesmos motivos, os grupos indígenas remanescentes empreenderam fuga para locais distantes no interior da Amazônia. Em vista desta conjuntura, a região passou a ser povoada por outras etnias indígenas descidas dos afluentes para a calha rio Amazonas por agentes da colonização (tropas de resgates e missionários).

Nesse processo de despovoamento maciço e repovoamento parcial, dois aspectos devem ser assinalados:

> *a) o desaparecimento dos padrões adaptativos (demográficos, organizacionais e ergológicos) da população original, que não chegam a se reconstituir, a não ser parcialmente, quando do repovoamento induzido pelo colonizador; neste segundo momento ocorre, b) a formação de um estrato que chamaremos neoindigena, inserido na sociedade colonial e marcado pelo desenraizamento e pela aculturação intertribal e interétnica* (PORRO, 1996, p.37-38).

No sul do Amapá, o fenômeno do despovoamento foi violento. Restam apenas vestígios da população indígena nativa, embora antes da chegada dos europeus a região fosse densamente povoada. Isto é comprovado pela existência de diversos sítios arqueológicos da chamada fase Maracá, além das inúmeras manchas de terra preta arqueológica (TPA)[1] nas regiões dos castanhais.

Economia e sociedade no período pombalino e na transição para o Brasil independente (1750-1850)

A política de fortificação e ocupação das terras do Cabo Norte se fortaleceu com a ascensão de Marquês de Pombal ao cargo de ministro da Coroa Portuguesa. Além

[1] Terra preta arqueológica (TPA): "alterações produzidas na química e física dos solos pelos ancestrais dos índios por processos ainda mal conhecidos, favorecem a formação de uma espécie de húmus bastante estável, mesmo sob as condiçõeas climáticas da região, onde as chuvas abundantes e o calor não contribuem para o acúmulo de matéria orgânica.[...] é um forte indicador da existência de povoamento permanentes, densos, hierarquizados e estáveis, a partir do quinto milênio A.C., hoje desaparecidos" (MIRANDA, 2007, p. 74-79).

da constante a ameaça francesa de avançar a fronteira do rio Oiapoque, outro fator concorreu para isso. O Tratado de Madrid, de 1750, delimitou as posses portuguesas e espanholas no Hemisfério Sul, substituindo os limites do Tratado de Tordesilhas pelo princípio do "*uti possidetis*". Nesse contexto, prevaleceu o critério da ocupação efetiva, exigindo maiores investimentos nas políticas de povoamento e defesa do território ocupado, visando a ampliação das possessões portuguesas na Amazônia.

Em 1751, o Marquês de Pombal cria a Província do Grão-Pará e Maranhão, deslocando a sede administrativa do Norte brasileiro, de São Luís para Belém. Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão de Pombal, foi designado para ser o governador da nova Província. Em 1752, Mendonça Furtado também é nomeado como 1º comissário para a demarcação dos limites da Província do Grão-Pará e Maranhão com a Espanha. Dentre as instruções de Portugal a Mendonça Furtado, destacam-se as seguintes: 19ª, mandando povoar as Missões do Cabo Norte e especialmente fazer alguma defesa contra a presença de franceses e holandeses; a 22ª, para novamente entregar as aldeias do Cabo Norte aos jesuítas; e a 28ª, para examinar as fortalezas e repará-las, especialmente a da costa de Macapá (OLIVEIRA, 1983; SARNEY; COSTA, 2004).

Para cumprir as instruções, entre 1751-1752 enviados colonos açorianos para povoar Macapá. Eles foram assentados na mesma região onde, já existia um destacamento militar português desde 1738. Em 1758, Mendonça Furtado transforma o povoado de Macapá na Vila de São José de Macapá. Para a ocupação mais ao sul do Amapá, a política pombalina contribuiu para a formação de um centro de exploração e irradiação econômica na região, com a fundação das Vilas Vistoza Madre Deus (1769) e Nova Mazagão (1771). As vilas foram povoadas por colonos lusitanos e seus escravos trazidos de Lisboa e de possessões portuguesas na África (PARÁ, 1916).

Para Marin (1998), a junção de colonos portugueses, dos escravos africanos e de índios trazidos de diversas regiões do vale amazônico permitiram que as terras do Cabo Norte recebessem um sopro de povoamento, tendo a Vila de São José de Macapá como o seu epicentro. Em 1765, Macapá contava com 802 habitantes, e treze anos depois (1778) havia 1.591 pessoas; e, segundo Baena (2004), em 1833 a população já alcançava 2.558 habitantes. Esses núcleos populacionais pioneiros serviam mais como reserva militar e salvaguarda de fronteira, sendo cada colono um misto de soldado e agricultor a serviço do governo português. A despeito disso, obtiveram-se à época, níveis de produção comerciais de arroz e de algodão, graças ao estímulo de alguns administradores das vilas.

Na Vila de São José de Macapá, a criação de bovinos e de equinos foi introduzida pela coroa em 1763. Inicialmente, 156 vacas, 21 éguas e 8 touros foram distribuídos para 12 famílias, e isto estimulou o crescimento da pecuária. Como resultado, em 1839 já havia 52 fazendas instaladas, que dispunham de um plantel de 1.039 bovinos e 90 equinos. Em paralelo, no entorno da região de Macapá surgiram fazendas, roças e engenhos, estes destinados à produção de mel e aguardente. As atividades agrícolas se estendiam ao longo dos rios Macaquari, Matapi, Frechal, Maruanum, Anauarapucu e Camihipi; nas vizinhanças dos igarapés de Curiaú, Bacuré, Munguba, Ponte, Pirituba; e nas ilhas adjacentes à Vila Macapá (MARIN, 1998; BAENA, 2004).

No período pombalino, os moradores de Mazagão desenvolveram uma agricultura comercial de arroz e algodão, cuja produção destinava-se à Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão e aos donos das máquinas de beneficiamento em Belém. Com a saída da Companhia, diminuiu-se a produção de arroz e foram reforçadas as atividades de policultura, incluindo o extrativismo. Décadas depois, a vila de Mazagão e arredores apresentava uma agricultura estabilizada em pequenas plantações de algodão nas ilhas do Pará, o único gênero agrícola exportado. De resto, praticava-se uma agricultura de subsistência, concentrada no cultivo de arroz, milho, feijão, tabaco, frutas, cana-de-açúcar e, principalmente, da mandioca, nas regiões do rio Preto e do Maracá, para a produção de farinha. (MARIN, 1998). Em 1833, a Vila de Mazagão contava com uma população de 498 brancos, 325 escravos, 181 mestiços e 148 índios, num total de 1.152 moradores, que nessa época vendiam: "arroz, algodão, cacau silvestre das ilhas vizinhas, e outros efeitos, que vão sacar dos matos dos rios Anauarapucu, Maracá, Jari e Cajari" (BAENA, 2004, p. 239).

Em contrapartida, a política de melhoria das fortificações nas terras do Cabo Norte arrefeceu. Desde 1738, no governo de Mendonça Furtado, havia o interesse das autoridades portuguesas em construir uma fortaleza imponente na costa da Vila de São José de Macapá. Contudo, isso não ocorreu, dadas às dificuldades financeiras da Coroa Portuguesa. O substituto de Mendonça Furtado, que em 1759 assumiu o governo da Vila de São José de Macapá, limitou-se à construção emergencial de uma fortificação provisória (fortim de faxina), finalizada em 1761. Apenas no governo de Ataíde Teive, em 1764, é que a construção da Fortaleza de São José de Macapá foi iniciada, e dezoito anos depois, em 19 de março de 1782, dia do padroeiro de Macapá, ela é inaugurada, mesmo ainda inacabada (SANTOS,1994; CAMILO,2009, REIS, 1949).

A Cabanagem nas terras amapaenses

A maioria da população das vilas de Macapá e Mazagão tinha ascendência portuguesa. Destarte, era contrária aos movimentos políticos de secessão e, por isso, relutou em aceitar a proclamação da independência do Brasil em 1822. A fidelidade à monarquia portuguesa se manteve até 15 de agosto de 1823, quando as vilas aderem timidamente ao império brasileiro fundado por D. Pedro I. Esse posicionamento também explica a oposição aguerrida ao movimento nativista denominado Cabanagem, ocorrido na Amazônia entre 1835 a 1839. Os mazaganenses e macapaenses não aceitaram o governo rebelde e a sua moeda. De pronto, foram às armas em defesa da legalidade e forneceram continuamente gêneros alimentícios às forças legalistas. Dispuseram também embarcações e homens nas ações de defesa e ataque contra as forças cabanas. A fortaleza de São José de Macapá serviu como abrigo aos que escapavam das vilas ocupadas pelos revoltosos cabanos, formando uma frente de luta com as vilas de Gurupá, Monte Alegre, Santarém e Cametá (SANTOS, 1994; REIS, 1949).

A Cabanagem desestabilizou a vida socioeconômica da Amazônia. No que tange à produção de agrícola, provocou graves prejuízos à elite rural. À luta contra os cabanos se somou vários surtos de varíola, provocando um despovoamento estimado em 30.000 habitantes, dentre uma população em 130.000 pessoas, com efeitos diretos no estoque de força de trabalho. Na visão de Weinstein (1993), foi também um fator importante na consolidação do campesinato agroextrativista:

> *O afrouxamento dos controles sociais e políticos que caracterizou os anos de guerra civil acelerou a formação de uma população rural semiautônoma – tendência que já havia começado no século XVIII. Os escravos negros abandonavam em grupos as fazendas agrícolas e de pecuária, muitos dos quais indo formar comunidades de fugitivos, conhecidas como quilombos, nas regiões mais longínquas do interior. Analogamente, índios semiescravos abandonavam as zonas de agricultura tornando-se agricultores de subsistência ou "nômades", destruindo desse modo os últimos vestígios do sistema colonial. Assim, uma importante consequência da Revolta da Cabanagem foi a expansão de uma população cabocla que havia rompido a maior parte de seus vínculos ou obrigações para com a elite branca* (WEINSTEIN, 1993, p. 59).

Essa população liberta e fugitiva vai instalar-se em terras livres e desenvolver uma agricultura de subsistência, complementada pela caça, pesca e coleta de produtos

extrativistas, desempenhando um papel importante no início do chamado "ciclo da borracha".

Economia da Borracha (1850-1920)

No Amapá, o período áureo da economia da borracha vai se manifestar de forma distinta entre as duas mesorregiões. Ao norte do Amapá, onde a instabilidade da posse da terra persistia na disputa entre o Brasil e a França, a organização da produção apresenta-se na forma de unidades camponesas, sob o domínio de pequenos comerciantes. No sul do Amapá, região onde se concentravam grandes espaços extrativistas como os seringais e os castanhais existentes na bacia dos rios Maracá e Jari, a organização da produção estava na mão de poucos latifundiários. A partir do comércio, os seringalistas acumularam capitais e, em especial, poder político, através do qual passaram a ter influência na sede administrativa da região do Amapá, localizada em Belém. Dessa forma, obtiveram o controle do acesso às terras e estabeleceram práticas dominantes de trabalho compulsório.

Esse período de grande dinamismo econômico para a Amazônia trouxe resultados positivos para o Amapá. O contingente mão de obra que foi mobilizado e atraído para a região avançou por toda malha hidrográfica na busca do látex, o que permitiu conhecer os recursos naturais existentes e estabelecer núcleos populacionais na região entre os rios Amapá Grande e Jari; e possibilitou ainda o consumo de produtos manufaturados vindos da Europa e Estados Unidos, distribuídos por agentes comerciais. Eles percorriam os seringais, inclusive os recém-formados, para a compra do látex, atendendo, desta forma, a demanda dos mercados internacionais. Ao mesmo tempo, comercializavam produtos agrícolas e extrativistas, abastecendo os principais povoamentos já existentes ou que foram se estruturando durante esse curto período.

Os dados disponíveis sobre a ocupação demográfica que, conforme Baena (2004), em 1833 a população era de 3.710 moradores, concentrados nas vilas de Mazagão e Macapá, por sua vez, Reis (1949) afirma que, em 1862, a população dessas vilas era 6.523 pessoas, incremento impulsionado pela economia da borracha. Outro dado demográfico a ser considerado é fornecido por Coudreau (1887), que inventariou os 1.500 brasileiros que ocupavam a área então em litígio com a

França. Com base nesses dados, podemos estimar uma população superior a 12.000 habitantes no território amapaense, em 1883.

No início do século XX, a descoberta de ouro em Calçoene, no município de Amapá, provoca um aumento populacional na mesorregião norte. O município passa a ter mais de 10.000 habitantes, superando numericamente a população de Macapá e Mazagão. Esta situação perdura até 1920, quando este número se reduz a menos da metade das décadas anteriores, devido ao esgotamento dos veios superficiais de ouro, portanto, de fácil extração e, em especial, crise instaurada nas exportações da borracha. Devido às dificuldades na extração do ouro, borracha e pau-rosa, a população do Cunani e Calçoene vai ter na pesca do pirarucu e no grude de gurijuba suas principais fontes de renda, produtos que eram comercializados na praça de Belém. Em compensação, ainda no Amapá, a pecuária bovina, com o rebanho atingindo 30.000 cabeças, atenuou os impactos da crise da borracha.

No município de Macapá, os efeitos foram profundos, pois deixou de receber os parcos investimentos do governo do Pará. Com isso, a pecuária, com rebanho de 50.000 cabeças, torna-se a principal atividade econômica, seguida da produção da farinha de mandioca e da pesca (REIS, 1949).

Em Mazagão, onde se concentravam os maiores seringais e castanhais, os impactos econômicos do período foram menores, devido à possibilidade de uso dos trabalhadores nos castanhais durante o inverno, atenuando os efeitos locais da crise da borracha. Já na sede municipal, os resultados foram desoladores. Os impostos do extrativismo não eram recolhidos e o governo paraense, com o agravamento da crise da borracha, abandonou o município. Por outro lado, as violentas disputas políticas locais criaram um ambiente hostil aos moradores de Mazagão. Em razão disso, eles migram para Macapá e para o vale do rio Jari, com destino a um novo povoamento denominado de Vila Nova do Anauarapucu. A Vila se tornou o mais importante núcleo populacional de Mazagão e foi transformada em sede municipal em 1915, com o nome de Mazaganópolis (SANTOS, 1994).

Enfim, a euforia da borracha, associada à atividade garimpeira, garantiu a anexação de um importante espaço econômico para a nação brasileira. Em contrapartida, ao final do período áureo da borracha, nos anos de 1920, não havia perspectivas claras para a economia amapaense e nem sobre as condições de vida e sobrevivência dos 36.477 brasileiros que moravam na região, até então, parte do grande estado paraense.

A criação de condições para a exploração do Manganês

No século XX, a atividade produtiva de maior impacto socioeconômico na história do Amapá reside na extração de manganês, com uma mina situada na Serra do Navio e desenvolvida pela Indústria de Comércio e Minério (ICOMI). A exploração perdurou de 1957 a 1997, e foi exaustivamente discutida no estudo de Drummond e Pereira (2007).

Apesar da exploração comercial do manganês ter iniciado em 1957, no segundo governo do Território Federal do Amapá, as ações institucionais necessárias para viabilizar o projeto ocorreram durante o primeiro governo de Janary Nunes, cujo empenho foi decisivo para a concretização do empreendimento.

A existência de depósitos de manganês no Território Federal do Amapá foi registrada em 1934, no relatório produzido pelo engenheiro Josalfredo Borges, a serviço do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Todavia, no documento não constava a localização exata das jazidas. Em vista desta indefinição, o governador Janary Nunes, interessado em desenvolver a mineração como alternativa econômica, deu publicidade à descoberta. Em 1945, contratou o geólogo alemão Fritz Ackermann para realizar as pesquisas minerais necessárias e também ofereceu um "prêmio em dinheiro" a quem fornecesse informações sobre minas de ferro existentes na região.

A promessa do prêmio estimulou Mario Cruz a retornar ao rio Amapari. O comerciante foi em busca das pedras escuras e pesadas que utilizou em 1941 como lastro de seu barco a motor, de forma a enfrentar as corredeiras do Amapari. As amostras resgatadas foram levadas ao governador Janary Nunes, e em seguida submetidas à análise de Ackermann e do DNPM, confirmando que o material era constituído por manganês de alto teor. Em 1945, o engenheiro Glycon Paiva, do DNPM, a convite do governo territorial, avaliou o potencial produtivo da mina de manganês e indicou os procedimentos legais necessários para garantir e maximizar os ganhos da extração mineral em favor do Amapá (DRUMMOND; PEREIRA, 2007).

Seguindo as recomendações do técnico do DNPM, em 1946 o governador Janary Nunes obteve a assinatura do decreto presidencial que criava uma reserva nacional, englobando o depósito de manganês de Serra do Navio. O mesmo decreto concedia ao governo do Território Federal do Amapá a outorga de prospecção e exploração do minério. Em 1947, sob a coordenação do Conselho Nacional de Minas

e Metalurgia (CNMM), foi aberta concorrência pública para exploração da reserva de manganês do Amapá, vencida pela ICOMI. Em 4 de dezembro do mesmo ano foi promulgado o decreto presidencial que autoriza o governo do Território Federal do Amapá a assinar um contrato de prospecção com a ICOMI, sob a supervisão do CNMM.

A prospecção mineral foi realizada entre 1948 e 1951 pela ICOMI e a empresa norte-americana Bethlehem Steel. A associação empresarial foi uma alternativa encontrada pela ICOMI para a captação dos recursos necessários à viabilização do empreendimento. Em dezembro de 1956, o presidente da República assina o decreto de concessão da exploração de manganês para a ICOMI, durante um período de 50 anos. Após quase 10 anos de planejamento, prospecção e desenlaces burocráticos, o projeto exigiu ainda a realização de obras de grande porte, que foram construídas ao longo de três anos.

Drummond e Pereira (2007) classificam a infraestrutura produtiva do projeto em três grupos: 1) O Perímetro da Mineração, com estradas de acesso às áreas de mineração, prédios industriais, administrativos e residenciais – todos eles construídos na Serra do Navio e entregues em julho de 1956; 2) A estrada de Ferro do Amapá, ligando a Serra do Navio ao porto de Santana, numa extensão de 193,5 km de linha principal, à qual se somam mais 13 km de linhas secundárias e de serviço, instaladas entre fevereiro de 1954 e outubro de 1956; 3) O porto de Santana, construído entre 1954 a 1956. A empresa norte-americana Foley Brother Inc. foi a responsável por essas construções. Por sua vez, a ICOMI instalou geradores de energia elétrica para atender às necessidades do projeto. A mineradora também construiu diretamente, entre 1957 a 1959, as vilas operárias de Serra do Navio e do porto de Santana, perfazendo um total de 330 casas.

A infraestrutura implantada para a exploração do manganês significou, nos cálculos de Drummond e Pereira (2007), um investimento na ordem de 55 milhões de dólares, valor correspondente aos custos praticados em 1953. Para uma região pouco povoada e de economia debilitada, foi um investimento bastante expressivo. Em 1957, vieram os resultados, com as primeiras exportações de manganês. Elas totalizaram 678.358 toneladas, quantidade equivalente a 25,39 milhões de dólares em preço corrente. Entre 1957 e 1960 foram extraídas 2.791.358 toneladas de manganês, gerando uma receita bruta de 570 milhões de dólares, a preços de 1994. Outro benefício econômico para o Território Federal do Amapá foi o recebimento de

royalties, no valor de 28,5 milhões de dólares. A geração de 1.940 empregos diretos consolidou a extração do manganês como a principal atividade econômica do Amapá.

O investimento nas colônias agrícolas

Um dos grandes problemas enfrentados no período compreendido entre o pós-guerra e os anos de 1960 estava relacionado ao fornecimento de produtos agropecuários, para atender as necessidades decorrentes do acelerado crescimento demográfico ocorrido no Território Federal do Amapá. Por outro lado, o incremento demográfico estava relacionado aos investimentos na infraestrutura governamental, com a construção de obras públicas, abertura de estradas e oferta de empregos públicos. O crescimento populacional também foi consequência dos investimentos privados na infraestrutura da exploração do manganês da Serra do Navio. Os recursos injetados obrigaram o governo territorial a impulsionar o surgimento de colônias agrícolas, com o objetivo de aumentar a produção de alimentos, e assim baratear os seus custos.

As tentativas anteriores neste sentido fracassaram: a Colônia Militar D. Pedro II, criada em 1840, não atingiu seus intuitos produtivos e de povoamento, devido à insalubridade e às dificuldades ambientais para a produção. A Colônia Agrícola de Ferreira Gomes, em 1950, possuía um total de 29 casas de madeira ou de lasca de açaizeiro e três casas de alvenaria construídas pelo governo, destinadas para 125 agricultores. Todavia, a baixa produtividade obtida no cultivo de milho, arroz, mandioca, feijão e algodão sequer atendiam às necessidades dos agricultores. Na Colônia Militar do Oiapoque, criada em 1907, a rentabilidade da produção agrícola era similar, devido à qualidade das terras. Mesmo com a transferência para a vila Santo Antonio, a colônia do Oiapoque não obteve sucesso. O mesmo ocorreu com o Núcleo Colonial de Cleveland, criado com 30 famílias nordestinas, e que acabou sendo transformado em prisão política, extinta em 1935 (GUERRA,1954).

Em 1950, Guerra (1954) avalia as ações de colonização do governo territorial, desenvolvidas de forma experimental, ao longo da estrada da base aérea do Oiapoque, com doze famílias assentadas em junho de 1949, como uma experiência muito empírica e implantada em solos não adequados. Outras colônias agrícolas estudadas no período também não prosperaram. Mazagão, por exemplo, tinha um colono fixado, e a Colônia Ferreira Gomes apenas seis famílias (CUNHA Jr.; GENSCHOW, 1958).

Criada em 1949, a Colônia Agrícola do Matapi era composta, já em 1950, de 17 casas e 100 moradores. Destes, a maioria era formada por agricultores nordestinos, atraídos para a região durante a campanha da borracha, promovida no período da II Guerra Mundial. A outra parcela populacional da Colônia Matapi era oriunda de Bragança (PA), formando um conjunto de 36 lavradores. Assim como os demais, eles receberam lotes de 30 hectares e uma ajuda mensal em dinheiro. O recurso financeiro visou garantir a sobrevivência dos assentados durante o período de semeadura e cultivo. Os investimentos resultaram numa produção, em 1950, de 100.000 kg de arroz, 1.000.000 kg de mandioca e 15.000 kg de milho. À época, registrou-se ainda a produção menor de batata-doce, cana, feijão e 8.000 sacas de carvão. Um estudo acerca da colonização no Amapá avalia que os investimentos governamentais na Colônia Agrícola do Matapi tiveram sucesso. Os recursos públicos aplicados teriam contribuído para o crescimento demográfico da colônia, que em 1955 já reunia 698 habitantes, distribuídos entre 106 famílias de agricultores, das quais 40 eram de colonos japoneses. Outro resultado positivo pode ser constatado no tamanho da área cultivada: 402,5 hectares (ha). Outro fator contribuinte para o crescimento observado na Colônia Agrícola do Matapi também pode ter sido determinado pela sua localização geográfica, às proximidades da Serra do Navio, onde ocorria a exploração do manganês.

Considerações sobre o período pós-guerra a 1960

As bases estruturais para o perfil do desenvolvimento econômico do espaço amapaense foi consolidado nesse período. O montante de investimentos públicos e privados provocou um novo dinamismo econômico, com impacto superior ao que foi verificado no período do "*boom* da borracha". A demanda por mão de obra na extração do manganês e para a criação e funcionamento da infraestrutura administrativa do governo territorial determinou um crescimento demográfico sem precedentes, pois atraiu os contingentes populacionais ainda impactados pela crise que atingiu a economia extrativista vegetal e determinou a migração dos nordestinos que, fugidos da seca, buscavam trabalho e emprego.

Os Censos do IBGE mostram que de 1950 para 1960, a população amapaense passou de 37.477 para 68.520 habitantes, o que corresponde a uma taxa de crescimento de 82,83%. O incremento demográfico se concentrou no município de Macapá,

provocando um salto nos índices da população urbana, de 48,89% para 61,64%. Em contrapartida, estes índices indicam um decréscimo na população rural e, por conseguinte, uma queda na produção do setor agropecuário. Esta situação gera um descompasso: a oferta de produtos agrícolas decai e torna-se incapaz de atender a demanda crescente da população por gêneros alimentícios.

Durante o período ora enfocado, modifica-se o centro da dinâmica econômica, anteriormente baseada no extrativismo mineral e vegetal e localizada nos extremos norte e sul do território. Dentro da nova conjuntura, o polo principal de desenvolvimento é deslocado para o noroeste da mesorregião sul do Amapá, no eixo Macapá-Santana-Serra do Navio, onde se concentram os efeitos positivos do surto de desenvolvimento econômico iniciado na década de 1960, e prolongado até meados de 1990.

A conjuntura então estabelecida reduziu a importância política e econômica dos latifundiários que se dedicavam ao extrativismo empresarial. Esta vertente econômica era praticada na região mais ao sul do Território Federal do Amapá, com destaque para o município de Mazagão.

O esgotamento do poder político-econômico das elites rurais na região Sul do Amapá consolida-se simbolicamente em 1948, quando o coronel José Júlio de Andrade vende suas propriedades no vale do Jari para empresários portugueses. A partir de então, verificam-se algumas modificações nas relações de trabalho e, principalmente, no acesso e usufruto da população aos recursos naturais existentes. Neste último aspecto, até mesmo a pesca para fins de subsistência necessitava da autorização do latifundiário. Cabe ressaltar que o poderio praticado advinha da época do Brasil colônia, quando "Os portugueses liberaram a área em todos os sentidos, tanto econômica como politicamente" (LINS, 2001, p. 105).

Apesar deste contexto social injusto, com o extrativismo empresarial, a produção local tornou-se bastante diversificada. Em termos de retorno financeiro, os produtos exportados para Portugal e Inglaterra eram os mais importantes. Dentre eles, destacamos a madeira, a castanha e a borracha obtida da seringueira e da balateira, destinada à produção de pneus para a aviação e bolas de golfe.

Apesar de secundária, no aspecto econômico a produção do sul amapaense também abastecia o mercado regional, em especial Belém, com frutas, peles silvestres, peixes, caças, grãos etc. (LINS, 2001). A fase do extrativismo empresarial prolongou-

se de 1948 até 1967, quando o controle socioeconômico da região sul do Amapá foi repassado ao grande capital internacional, representado no milionário americano Daniel Ludwig, que implantará um ambicioso projeto agroindustrial: o Projeto Jari.

Ainda no período histórico em questão, vale destacar a construção, em 1941, na mesorregião norte, de uma base aérea norte-americana. Durante a II Grande Guerra Mundial ela tinha a função de abastecer os aviões norte-americanos, que partiam para os *fronts* de luta na África e na Europa. A base possuía pista de pouso e uma torre para a atracação de alguns dos dirigíveis utilizados no patrulhamento do litoral brasileiro. Até a sua desativação em 1948, a base aérea dinamizou a economia local, gerando renda e empregos (PORTO, 2003). Com a extinção da base aérea e o esgotamento da extração do pau-rosa pela redução dos estoques, o sustentáculo econômico da população local teve como base a pecuária, a pesca, a produção de farinha e a já então decadente atividade garimpeira.

EXPANSÃO DA FRONTEIRA ECONÔMICA (1960-1990)

Políticas de desenvolvimento e processo de ocupação territorial

O processo acelerado de ocupação da Amazônia caracterizou-se pela destruição da floresta para a implantação dos grandes projetos agropecuários e a emergência acentuada dos conflitos agrários. Contudo, essas decorrências se manifestam de forma diferenciada e um pouco tardia no território amapaense. Para tanto, contribuíram diversos fatores, tais como a barreira imposta pela falta de ligação rodoviária com o resto do país, a precariedade da malha rodoviária interna e a existência de um grande estoque de pastagens nativas, formadas por várzeas inundadas e campos de cerrado, para onde vai ser direcionada a expansão da pecuária. As atividades econômicas então desenvolvidas não causavam impactos significativos à cobertura vegetal. A agricultura familiar, por exemplo, exigia a derrubada e ocupação de pequenas áreas florestais. Por sua vez, atividade garimpeira causava impactos pontuais, ao contaminar pequenos trechos dos rios de onde extraíam o ouro.

No início das décadas compreendidas entre 1969 e 1990, a velocidade da devastação da floresta e a emergência dos conflitos agrários ainda não impactavam o

Amapá com a mesma intensidade com que atingiam os estados da Amazônia que já estavam interligados por rodovias ao Centro-Sul do país. Contudo, a intervenção do governo brasileiro na ocupação econômica do Território Federal do Amapá causou impactos socioambientais semelhantes aos que atingiram outros estados amazônicos. A intervenção do Estado consistia na abertura de rodovias, na margem das quais estabelecia colônias agrícolas, ao mesmo tempo em que estimulava a implantação de grandes projetos minerais e agropastoris. Cabe ressaltar que as intervenções do governo federal tinham diretrizes semelhantes às do primeiro governo do Território Federal do Amapá, iniciado em 1944. Isso pode ser constatado ao longo do governo de Janary Nunes, através do plano rodoviário elaborado para o território, nos esforços para a exploração do manganês da Serra do Navio e nas tentativas de implantação de colônias agrícolas nos municípios.

Com o final do primeiro governo do Território Federal do Amapá, em 1956, quando Janary Nunes aceitou o convite do presidente da República para dirigir a Petrobrás – sete governadores dirigiram os destinos do espaço amapaense até a emergência dos militares ao Poder, em 1964. Esses governantes deram continuidade às políticas implantadas por Janary Nunes, como o assentamento de novas colônias agrícolas e investimentos na infraestrutura da capital do Território, com a instalação da rede de água, esgoto, construção de escolas, pavimentação de ruas, expansão da energia elétrica etc. Quanto à criação de insumos voltados ao desenvolvimento econômico, os principais feitos, além do apoio à exploração de manganês, foram: a criação da Companhia de Eletricidade do Amapá, o início da construção da Hidroelétrica do Paredão e a continuidade da construção da estrada de Macapá-Clevelândia.

Em 1964, no mandato do primeiro governador designado pelo regime militar, os trabalhos da Hidroelétrica do Paredão, parados desde 1960, foram reiniciados. Outra medida governamental foi a de subsidiar investimentos produtivos no Amapá vinculados à ICOMI, com a criação do Instituto Regional de Desenvolvimento do Amapá (IRDA), para inventariar e elaborar propostas de aproveitamento econômico, dos recursos naturais. Simultaneamente, fundou-se a Companhia Progresso do Amapá (COPRAM), para captar recursos e promover os investimentos no território (RAIOL, 1992; PORTO, 2003; MORAIS, 2004).

Na década de 1970, os principais investimentos públicos focaram a implantação de infraestrutura adequada para dinamizar a economia amapaense. Com esta

perspectiva, deu-se continuidade à construção dos dois grandes eixos rodoviários, a BR-156 e a interligação terrestre Macapá-Oiapoque. Destaca-se, ainda, a aceleração das obras de construção da Hidroelétrica do Paredão, com a supervisão *in loco* de uma representação regional das Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A (Eletronorte). Segundo Porto (2003), a Hidroelétrica do Paredão foi concluída em 1976, com 20% dos recursos da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM); 25% do Ministério da Minas e Energia; 25% da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras); 20% dos royalties da exportação do manganês, e 10% da poupança privada.

Outra ação do governo territorial no estímulo à produção econômica deu origem ao Distrito Industrial de Santana, no início da década de 1980. A política de incentivos fiscais, o apoio financeiro do FINAM e os recursos naturais do Amapá seriam os principais atrativos para a implantação das indústrias. Segundo Porto (2003), foi uma medida governamental então justificável em face de fatores como: as oscilações na exportação de manganês verificadas em décadas anteriores; a necessidade de eliminar a dependência do setor industrial ao extrativismo mineral; a proximidade das fontes de matéria-prima (madeira, pesca e minérios); a disponibilidade de vias de transporte fluvial; os baixos custos de escoamento da produção através do Porto de Santana; o fornecimento de energia elétrica e a facilidade de captação de água.

Para promover a modernização e o desenvolvimento da agropecuária amapaense, em 1974 foi criada a Associação de Crédito e Assistência Rural do Amapá (ACAR-AP). Ao instalar-se nos municípios, a ACAR-AP estimula a criação de bubalinos, com mecanismos de assistência técnica e a oferta de crédito rural subsidiado. Ao mesmo tempo, a instituição promove o fortalecimento da agricultura familiar, por meio da organização dos trabalhadores rurais. Decorre daí a implantação, em 1977, da Sociedade Central de Agricultores, da qual se originou, em 1981, o Sindicato de Trabalhadores Rurais do Amapá (SINTRA). A entidade sindical protagonizou a organização política dos pequenos agricultores e concretizou as principais reivindicações da categoria, como a Feira dos Agricultores, em Macapá, e as Reservas Extrativistas no sul do Amapá (FILOCREÃO, 2002, 2012).

Segundo Raiol (1992), em meados dos anos 1970, iniciou-se a expansão da pecuária de búfalos, no Amapá, estimulada pelo secretário de Agricultura, Júlio Cantelli. Para tanto, foi executado um programa de revenda de matrizes e reprodutores bubalinos com recursos do Fundo Federal Agropecuário, do Ministério da Agricultura. Como áreas de pastagem foram utilizados os campos inundáveis

amapaenses, com área aproximada de 1.300.000 hectares, distribuídos entre quatro dos cinco municípios do território. Os resultados foram significativos. Em 1970, o rebanho bovino era de 64.990 cabeças e o bubalino de apenas 3.692 cabeças. Doze anos depois, 1982, o rebanho de búfalos começava a superar o de bovinos, num processo acelerado de substituição do plantel, por parte dos fazendeiros.

Segundo Jorge (2003), em 1977/78, a diretriz política do PROTERRA permitiu o início de um processo de alienação de terras, realizado em vários estados da Amazônia através de concorrência pública. A finalidade era a de destinar as áreas alienadas às empresas que pretendessem implantar grandes projetos agropecuários e florestais na região. Nesse processo, foram adquiridos pela CAEMI Mineração e Metalurgia S.A. seis lotes de terras, num total de 177.000 hectares. A área foi repassada para a empresa Amapá Florestal e Celulose S.A. (AMCEL), integrante da CAEMI. A AMCEL teve como atividade inicial o plantio intensivo de *pinus* na área do cerrado amapaense, de forma a garantir matéria-prima para uma futura produção de celulose. A implantação da empresa teve incentivos fiscais da SUDAM, com os quais várias empresas, à época, fixaram-se no Amapá.

Grandes Projetos de Investimento: aspectos sociais, econômicos e ambientais

Na mesorregião Sul do Amapá, o processo de apropriação direta dos recursos naturais da Amazônia via "grandes projetos" e acelerado na década de 1960, manifesta-se claramente na região do Jari, a partir do controle econômico-territorial da região pelo capital internacional, personificado no milionário empresário norte-americano Daniel Ludwig:

> *Os antigos proprietários venderam o controle acionário de três companhias: a Jari Indústria e Comércio, a Companhia Industrial do Amapá(CIA) e a Navegação Jari S/A, esta última ainda em fase de organização. O preço total da venda foi de 4.703.333 dólares* (PINTO, 1986, p. 11).

O investimento de Ludwig visou à implantação do Projeto Jari, provocando profundas modificações na economia e no modo de vida da população, ao

transformar radicalmente a economia local. Até então, o processo de formação histórica da economia do Amapá tinha como base a atividade extrativista comercial, consistindo na exploração de recursos vegetais, como a castanha e borracha. Neste contexto, subsistiam empresas com baixa composição orgânica de capital. Elas mantinham relações de trabalho mescladas, nas quais a remuneração ocorria através do assalariamento formal e, principalmente, por meio do sistema de aviamento.

Repentinamente, essas empresas foram substituídas por um grande enclave econômico, usuário dos mais recentes avanços tecnológicos e que vai acessar os recursos naturais através de relações de trabalho predominantemente assalariadas.

Para estabelecer as condições necessárias à consolidação do projeto, as atividades iniciais consistiam na derrubada das florestas nativas para o plantio de espécies importadas, causando impactos socioambientais significativos, quando comparados aos que eram provocados pela economia extrativista comercial, pois:

> *[...] do ponto de vista físico, a região encontrava-se, a bem dizer, intacta. A população vivia do extrativismo, sem nenhuma tradição agropecuária que os levasse a efetuar derrubadas significantes, a não ser pequenas áreas de plantio de mandioca para fabricar farinha* (LINS, 2001, p.149).

Em contrapartida, o Projeto Jari consistia na implantação de diversos subprojetos, cujas etapas iniciais consistiam na derrubada de mais de 200.000 hectares de florestas, visando: a silvicultura de espécies exóticas, para a posterior fabricação de celulose; a prática de pecuária extensiva, com um rebanho de 100 mil bovinos e de 40 mil búfalos; o plantio de 20 mil ha de arroz e de 80 ha de banana e dendê; a extração industrial dos minérios existentes na região e projetos de extrativismo industrial.

Para a produção industrial de celulose, foi montada uma fábrica no Japão, depois transportada via marítima e fluvial até a mesorregião sul do Amapá, numa operação que teve um custo total de 269 milhões de dólares. Por conseguinte, para atender às demandas energéticas da fábrica, estava prevista a construção de uma hidrelétrica no rio Jari.

A implantação do Projeto Jari requeria uma extensa área de terra cuja real dimensão permanece indefinida. Em torno do tamanho da área, existem diversas

versões, divulgadas em épocas diferentes pela administração do próprio projeto. Destacavam-se pelo menos três: o Projeto Jari registrou no INCRA, em 10 de outubro de 1977, uma área total de 1.006.261 ha, dos quais 576.222,3 ha no Pará e 430.039,6 ha, no Amapá (SAUTCHUCK, 1979). Outra versão estipulava a área em 1.632.121 ha, porém, menos de um terço dela teria título de propriedade definitivo. A terceira versão reúne declarações de diretores e advogados da empresa, estipulando uma área superior a 3,5 milhões de hectares.

Cabe lembrar ainda o levantamento de 1976, no qual o INCRA constatou que a ocupação efetiva das terras era de 6 milhões de ha, cuja maior parte teria sido obtida por meio de "grilagem".

Outro problema fundiário consistia na ocupação histórica das terras por milhares de pequenos agricultores considerados "posseiros" que, por isso, defrontavam-se constantemente terminará com a segurança armada do Projeto Jari:

> *Isto é, os moradores dispersos entre os rios Paru e Cajari, gente que ali estava antes da Jari Florestal e Agropecuária ltda. e que se dedicava ao extrativismo. Sua presença antiga é atestada pela observação das citadas folhas topográficas do RADAM, que mostram uma ocupação, ao longo dos rios, características da época do extrativismo. Estes moradores, com a decadência dessa atividade, como em outras áreas, passaram a dedicar-se às culturas de subsistência* (GARRIDO FILHA, 1980, p. 34).

A implantação de grandes projetos e de novas relações de trabalho na região do Jari desvela uma grande contradição inerente ao capitalismo: o aumento da riqueza de um lado, provoca a miséria do outro. A instalação da superestrutura industrial do projeto Jari – grandes máquinas, laboratórios, aeroporto etc. – ocorreu na mesma velocidade que se formaram os "beiradões", ou seja, as favelas sobre palafitas fincadas no rio Jari, na margem oposta a do complexo residencial de Monte Dourado, construído para abrigar o *staff* funcional graduado. Da mesma forma surgiu o "Beiradinho", em frente à fábrica de celulose do projeto, na localidade de Munguba.

Outro importante impacto social do Projeto Jari sobre a população nativa resultou da perspectiva de investir na industrialização do extrativismo vegetal. Em uma das propriedades adquiridas por Ludwig havia uma fábrica de beneficiamento de castanha desativada. A manufatura, localizada em Jarilândia, resultou de um projeto financiado em 1966, com incentivos fiscais da Superintendência do

Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). Em 1967, o balanço contábil da fábrica registra a compra 26.481 hectolitros de castanha *in natura* e, contraditoriamente, a venda de 43.090 hectolitros de castanha beneficiada. Em razão da flagrante irregularidade, a fábrica foi multada pela Receita Federal do Pará, por sonegação fiscal. Neste mesmo ano, a empresa se comprometeu a entregar 52.000 hectolitros de castanha beneficiada para exportadores do produto em Belém. Contudo, foram entregues apenas 32.000 hectolitros. A quebra de contrato gerou uma ação indenizatória, para ressarcir os prejuízos causados aos exportadores, bem como a desativação da empresa (PINTO, 1986).

Ao assumir o controle da fábrica, o Projeto Jari tratou de garantir a produção de matéria-prima, liberando o acesso e a coleta nos castanhais situados nas áreas que eram de sua propriedade mediante a apresentação de documento de autorização, expedido pelo setor de segurança e vigilância do empreendimento (FILOCREÃO, 2002).

Em 1970, os insucessos verificados no comércio da castanha levam o Projeto Jari a arrendar a fábrica e os castanhais para a empresa Amapá Importação e Exportação Ltda. (AMPEX), cuja atuação também foi desastrosa. A empresa descumpria acordos comerciais, remunerava de forma irregular a produção dos extrativistas, foi alvo de denúncias por escravização de posseiros e outras infrações legais e administrativas. O desempenho empresarial da AMPEX trouxe problemas de relacionamento político entre o Projeto Jari e o governo do então Território Federal do Amapá, que mandou apurar as denúncias sobre a prática de atos de violência da empresa contra os posseiros da região (PINTO, 1986; RAIOL, 1992). Em 1975, o Projeto Jari, após sete anos de experiências frustrantes, sustou o arrendamento de suas filiais de extração e beneficiamento de castanha e de outros produtos florestais. Em seguida, retirou os bens patrimoniais e fechou a maioria das filiais, mantendo apenas o serviço de vigilância, para evitar a ocupação dos prédios que sediavam os empreendimentos.

Findo o monopólio do projeto na compra de produtos florestais, o controle comercial da produção extrativista da região cai nas mãos dos pequenos comerciantes, que operavam em bases fixas ou por meio de regatões. Neste contexto, foi reinstaurado o sistema de aviamento, no qual os extrativistas são induzidos a receber mercadorias, como forma de pagamento pela castanha que vendem aos comerciantes. O monopólio de compra submete os produtores a um regime de exploração em níveis elevados, superando as exorbitâncias e os excessos a que eles estavam sujeitos antes

da implantação do Projeto Jari. A situação adversa obriga os extrativistas a limitar as suas atividades produtivas à agricultura de subsistência, determinando o fim do monopólio exercido pelos pequenos comerciantes.

Em 1977, a Jari voltou a comprar castanha por meio da sua subsidiária Serviços Agrários e Silviculturais Ltda. (SASI). A atitude da empresa foi considerada como uma estratégia de controle dos funcionários, pois eles não estariam cumprindo os seus turnos de trabalho para se dedicar, com frequência, à coleta de castanha. De todo modo, a SASI permaneceu nessa atividade até 1995, "[...] apenas para incentivar o comércio, dando o exemplo de fazer os pagamentos à vista e não na base da troca, como era feito este comércio no passado" (LINS, 1997, p. 118).

Outro empreendimento do Projeto Jari nasceu em 1974, quando foi constituída a Caulim da Amazônia Sociedade Anônima (CADAM), com o objetivo de extrair, beneficiar e exportar o caulim existente numa jazida localizada no Morro do Felipe, no município amapaense de Mazagão (OLIVEIRA, 2010).

Em 1976, na localidade de Munguba, no município paraense de Almeirim, ocorreu a implantação da CADAM, com o apoio do governo federal, através do Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA). O projeto executado pela Cadam beneficiava sobremaneira a receita fiscal do estado do Pará, pois o caulim extraído no Território Federal do Amapá era conduzido por um sistema de tubulação que atravessava o rio Jari e findava em território paraense, onde ocorriam o processamento industrial e a exportação.

No mesmo ano, em Porto Grande, foi instalada a empresa Amapá Celulose S.A. (AMCEL), voltada ao plantio extensivo de pinus e eucalipto no cerrado amapaense, com área total prevista de 84.000 ha. Em 1992, o plantio abrangia uma área de 72.000 ha (RAIO, 1992) e a madeira obtida servia de matéria-prima (cavaco) para a fábrica de celulose do Projeto Jari. Em 1996, a empresa foi vendida para a Champion Papel e Celulose Ltda. Na ocasião, o patrimônio da AMCEL incluía os equipamentos industriais instalados em Santana e 400.000 ha de terras nos municípios de Porto Grande e Tartarugalzinho, onde haviam sido plantados 44.000 ha de pinus e 31.000 ha de eucalipto.

Em 1981, o Projeto Jari, em meio a uma profunda crise, foi repassado a um grupo de "empresários nacionais", capitaneados pelo Grupo Auxiliar de Empresas de Mineração (Grupo CAEMI), proprietário da mineradora Indústria e Comércio de Minérios S.A (ICOMI). A transação foi financiada pelo governo federal, sob a

justificativa de recuperar tecnicamente o projeto e resgatar os insumos logísticos concedidos e incentivos fiscais aplicados no empreendimento. A reforma administrativa da nova gestão do Projeto Jari teve como foco inicial a redução progressiva do quadro funcional. Em decorrência, os funcionários demitidos passam a engrossar a população residente nos "beiradões", demonstrando a falta de interesse do governo federal em compensar os prejuízos sociais causados à população da região.

Outra atividade econômica relevante na mesorregião Sul do Amapá, a partir da década de 1960, ocorre na Serra do Navio. Em função da exploração do manganês, a economia local é dinamizada por novos investimentos da CAEMI por meio da ICOMI. A injeção de recursos tem o aval do governo federal, através das políticas de incentivo fiscal.

Em 1986, o grupo CAEMI instala em Santana a Companhia Ferro Liga do Amapá (CFA). Os propósitos principais da CFA visavam o beneficiamento do manganês e a produção de determinados tipos de ligas minerais utilizadas na indústria siderúrgica. Em 1989, foi implantada a usina de beneficiamento da CFA, permitindo que o grupo CAEMI incluísse em suas atividades a transformação industrial do minério extraído pela empresa (DRUMMOND; PEREIRA, 2007).

No final da década de 1980, o grupo CAEMI resolveu investir na exploração de jazidas de cromita, tendo como objeto principal verticalizar a produção da empresa. Através de sua subsidiária Mineração Cassiporé, em 1988, a empresa iniciou a exploração das minas de cromita na região de Vila Nova. Em 1992, o grupo CAEMI repassou para a CFA a concessão de exploração do mineral, bem como a responsabilidade de produzir ferro-liga, apartir da junção de o manganês e cromo. As atividades de fabricação do ferro-liga se iniciaram em 1990. Contudo, a CFA só conseguiu fabricar o ferro-liga utilizando o manganês, encerrando suas atividades seis anos depois (OLIVEIRA, 2010).

Segundo Drummond e Pereira (2007), entre 1963 e 1991, os empreendimentos de natureza produtiva diversificada da CAEMI tiveram como principal fonte de capital os recursos financeiros provenientes da extração do manganês pela ICOMI, que foram da ordem de 200.680.000 dólares (valores de 1994). Este montante, somado à quantia inicial aplicada na criação de infraestrutura para a extração do manganês, resulta num investimento total acima de 500 milhões de dólares, que foi injetado na economia amapaense entre 1948 e 1994. Evidentemente, não foi contabilizado ou

mensurado o volume de recursos aplicados pelo governo federal através das políticas de apoio logístico e incentivo fiscal aos empreendimentos do grupo CAEMI.

No que diz respeito ao aproveitamento dos recursos vegetais, em 1968, a Brunynzeel Madeireira S.A. (BRUMASA) foi instalada em Santana, voltada à exploração, beneficiamento e exportação de laminados, tábuas e peças de mobiliário produzidas a partir da *Virola surinamensis*. Os investimentos aplicados no empreendimento elevaram em 32,4% a participação do extrativismo vegetal industrial na economia amapaense. Entre 1973 e 1982, a BRUMASA exportou 220.749 toneladas de madeira (PORTO, 2003). A empresa foi desativada em 1988, devido ao esgotamento dos estoques naturais da *Virola surinamensis*.

Ainda na área do extrativismo vegetal com fins industriais, cabe relevar a implantação, em 1981, em Porto Grande, pelo Grupo CAEMI, a Companhia de Dendê do Amapá (CODEPA). O cultivo da palmeira objetivava o plantio, extração e produção do óleo de dendê. Em 1985, a área de plantio alcançou 4.000 ha, permitindo no ano seguinte, 1986, o funcionamento da usina de processamento, com capacidade produtiva de 11.200 toneladas de óleo de dendê, por ano (RAIOL, 1992). Segundo Porto (2003), em 1990, o dendê participaria com 60,4% do valor total da produção agrícola amapaense.

A economia da mesorregião Norte do Amapá foi dinamizada pelo investimento de grandes empresas na exploração industrial dos garimpos de Calçoene. A industrialização tem como ponto de partida a compra da concessão mineral de Joel Ferreira de Jesus, pela Companhia de Mineração e Participações. Em seguida, a concessão foi repassada à Mineração Novo Astro (MNA), um consórcio formado pela Companhia de Mineração do Amapá, com 71% das ações; a TVX Participações, 19%; e a DEGUSA S.A., 10%. As operações iniciam em 1983, com a instalação da MNA, na localidade de São Lourenço. Após investir 53 milhões de dólares e extrair um volume declarado de 20 toneladas de ouro (OLIVEIRA, 2010), em 1995 a MNA encerrou suas atividades, em função do esgotamento das reservas auríferas.

Destaca-se, ainda, na extração industrial de ouro na região de Calçoene, a empresa Mineração Yukio Yoshidome Sociedade Anônima (MYYSA). A mineradora japonesa iniciou as operações em 1989, com a extração secundária da jazida aurífera e a prospecção de uma mina subterrânea. Ao encerrar suas atividades em 1992, a mineradora japonesa tinha investido sete milhões de dólares, para uma produção total de 1,1 toneladas de ouro (OLIVEIRA, 2010). Segundo Porto (2003), um dos principais fatores para a falência da empresa, está relacionado às dívidas trabalhistas.

A implantação de grandes projetos econômicos no Amapá, subsidiados por incentivos fiscais e outras benesses oferecidas pelo governo federal, instaurou um cenário de constantes conflitos socioambientais. Nesse contexto, as empresas mineradoras entram em choque com os garimpeiros pelo direito de explorar os minérios existentes. Os projetos de pecuária prejudicam os pequenos agricultores, pois o plantel de gado bovino e bubalino, criado de forma extensiva, invade e destrói as roças. O Projeto Jari disputa a posse das florestas com os extrativistas. Em suma, as atividades dos grandes projetos deixaram para a sociedade amapaense impactos e prejuízos socioambientais imensuráveis.

Política agrária, projetos de colonização, extrativismo e agricultura familiar

A partir de 1943, quando foi desmembrado do estado do Pará, a situação fundiária da área rural do Território Federal do Amapá era extremamente precária. A maioria dos registros de propriedade expedidos por cartórios de Belém era provisório. Dentre os 1.542 imóveis rurais registrados, apenas 15 apresentavam o título definitivo de propriedade, e outros 95 tinham somente o título de legitimação de posse.

Ao longo de trinta anos, os nove governadores designados para administrar o território amapaense nada fizeram no sentido de estabelecer uma política de regularização fundiária. Apesar de possuírem a atribuição legal de proceder ao registro e à titulação de terras que vinham sendo ocupadas há décadas. Por efeito, sob a perspectiva legal, a maioria das áreas rurais eram devolutas, portanto, pertenciam ao governo federal.

Até 1973, haviam sido expedidos 1.917 títulos de legitimação de posse. Contudo, os documentos não asseguravam o registro de propriedade das terras ocupadas. A falta do título definitivo impedia o acesso ao crédito bancário, dificultando a aplicação de investimentos e, provavelmente, inibindo o desenvolvimento da agropecuária (JORGE, 2003).

Durante o regime militar, as políticas do Programa de Integração Nacional (PIN) e do Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA) que, em tese, facilitariam a regularização fundiária, beneficiaram apenas os grandes empreendimentos. Exemplos disso são as empresas do grupo CAEMI, que obtiveram a propriedade de terras por concorrência pública,

e a mineradora Novo Astro, a partir do tráfico de influências no governo federal (RAIOL, 1992).

O processo de execução dos projetos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para o assentamento de pequenos agricultores, chega ao Amapá no final da década de 1980. Isso, em que pese a implatação de assentamentos no início dos anos de 1970, às margens de rodovias federais como a Transamazônica.

Da mesma forma, as ações do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República, executado pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) entre 1985-1989, somente atingem o Amapá em 1987, com a criação de três projetos de assentamento rural: o de Piquiazal, atendendo a demanda antiga do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Mazagão; o da Perimetral, na região de Pedra Branca; e o de Carnot, em Calçoene. Ressalte-se que os três projetos davam prioridade à população migrante de outros estados, mais precisamente do Maranhão (JORGE, 2003).

Como no resto da Amazônia, a implantação de grandes projetos nacionais e estrangeiros no Amapá demandou a criação de imensos latifúndios em terras historicamente ocupadas por populações nativas, que sobreviviam da agricultura de subsistência e da coleta extrativista vegetal. Neste contexto, as comunidades agroextrativistas foram expropriadas do direito de acesso às terras que cultivavam e aos recursos vegetais da região. Estabeleceu-se, então, um cenário de grandes tensões, pela resistência das populações tradicionais ao poderio dos empreendimentos recém-instalados. Isso gerou fortes pressões sobre o governo federal no sentido de promover intervenções que atenuassem os conflitos.

Na mesorregião Sul do Amapá, por exemplo, o controle da região dos rios Jari e Cajari, pelo Projeto Jari, caracterizou-se pela violência. A segurança armada do empreendimento reprimia a comunidade local, para evitar, dentre outras coisas, a construção ou melhoria de moradias, salvaguardando assim o direito de posse das terras outorgado ao projeto. A situação da população nativa da região tornou-se extremamente difícil:

A violência da repressão da Jari sobre os camponeses da região se deu ininterruptamente. Com a chegada do poder econômico e político de Ludwig, esses camponeses passaram a receber o nome de posseiros e como tal, efetivamente, foram tratados. Passaram a ser considerados estrangeiros dentro de sua própria terra açambarcada por um estrangeiro. A segurança da Jari, ajudada por policiais militares, queimavam suas madeiras, alagavam canoas, prendiam

e espancavam os camponeses e, quando não tomavam, cortavam suas jangadas. A polícia da Jari chegou a proibir, de revólver em punho, que os camponeses executassem suas atividades agrícolas. Roubavam o produto de seus trabalhos como a castanha e quando não os prendia imediatamente, os ameaçava de prisão (RAIOL, 1992, p. 136-137).

Além dessa repressão, o processo de expropriação imposto por pequenos comerciantes que passaram a monopolizar a compra da produção agroextrativista, tornou-se insuportável para a população local. Devido ao superfaturamento das poucas mercadorias oferecidas e ao subfaturamento da produção comprada, os produtores agroextrativistas ficavam totalmente amarrados aos novos patrões, por uma dívida que se tornava impagável. Isto garantia aos "novos patrões" uma rápida capitalização, às custas da vida extremamente difícil imposta às comunidades nativas. Exemplo desse processo observava-se em Água Branca do Cajari, onde em 1983 havia apenas dois compradores para toda a produção local de castanha. Os caminhões utilizados no transporte da produção trafegavam em ramais abertos na floresta, construídos a braços (manualmente), já que não havia estradas para a região (FILOCREÃO, 1983).

Esses fatores contribuíram para emergência de diversos e violentos conflitos, que forçaram a população local a organizar-se através do Sindicato do Trabalhadores Rurais do Amapá (SINTRA), bem como por meio de associações e cooperativas agrícolas. Essas entidades surgem em torno da defesa do direito de acesso à terra e de obter uma justa remuneração pelos produtos agroextrativistas. Com a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros, em 1985, no I Encontro Nacional dos Seringueiros, em Brasília, o SINTRA passa liderar o movimento de resistência, tendo como principal aliada a Cooperativa Mista Agroextrativista Vegetal dos Agricultores de Laranjal do Jari (COMAJA), criada em 1985.

Desde então, o SINTRA passou a exercer pressões políticas sobre as representações do INCRA e do Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária (MIRAD). O movimento tinha como estratégia a regularização fundiária das terras ocupadas pelos trabalhadores agroextrativistas. O discurso adotado era uma forma de fazer cumprir a proposta de criar áreas reservadas à prática exclusiva de atividades agroextrativistas. A proposta do Conselho Nacional dos Seringueiros foi avalizada pelo governo federal e incorporada ao Plano Nacional

de Reforma Agrária (PNRA), de 30/07/1987, portaria nº 627, convergindo para a elaboração e configuração do Projeto de Assentamento Extrativista (PAE).

Com este objetivo se estabelece uma agenda de reuniões sistemáticas, envolvendo o MIRAD/INCRA, SINTRA e COMAJA, para debater a proposta. Posteriormente, foram incorporados à discussão o Conselho Nacional dos Seringueiros, o Instituto de Estudos Amazônicos (IEA) e a Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Amapá (ASTER-AP). A partir desta agenda foram realizados levantamentos preliminares das áreas do sul do Amapá, que resultaram na implantação dos Projetos de Assentamentos Extrativistas (PAEs) do Rio Maracá I, II e III, em 1988; da Reserva Extrativista do rio Cajari, em 1990, e, indiretamente, na criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do rio Iratapuru, em 1997.

A criação das PAEs do Rio Maracá I, II, e III foi facilitada pela existência de área desapropriada e disponibilizada para fins de reforma agrária, em 1981, por iniciativa do Grupo Executivo para a Região do Baixo Amazonas (GEBAM), que detinha a atribuição de propor soluções à questão fundiária na região. Ainda nessa época estabelecem-se conflitos pelo controle e exploração dos castanhais do rio Maracá, envolvendo os dois principais comerciantes locais. Como resultado, um deles é expulso da região. A compra e o aviamento da castanha ficam sob a responsabilidade de José Valente, dono de um grande armazém em Santana-AP, e dos irmãos Carvalho, com comércio em Central do Maracá. Na mão desses comerciantes, as atividades entraram em decadência, pois os mesmos não fizeram os mesmos investimentos que eram feitos pelos "patrões" anteriores.

As terras desapropriadas, ricas em castanhais e seringais, ficaram sem destinação até 1988. A partir deste ano, comerciantes da região, com o dinheiro acumulado no comércio extrativista, passaram a utilizar as áreas para a criação de búfalos e bovinos, gerando conflitos com os produtores agroextrativistas, devido à destruição de roças pelos animais.

A desapropriação foi consolidada pelos decretos presidenciais nº 86.235 e nº 86.236, de 29 de julho de 1981, incorporando os 45 imóveis rurais que figuravam como patrimônio social da Agroindustrial do Amapá S.A, controlada por empresários japoneses. Ainda através desses decretos, o INCRA ficou responsável por proceder

às desapropriações; questionar juridicamente a regularidade da titulação das propriedades; determinar o uso das terras, considerando os seus fins sociais; e promover a sua utilização produtiva.

As áreas tinham aproximadamente 580.000 ha, situadas nos municípios amapaenses de Mazagão e Macapá. Sobre esta questão, Almeida (1984) considera que:

> *[...] A desapropriação da Agroindustrial do Amapá S. A. funciona como um aval da lisura desta operação severa e de verniz 'nacionalista', que procura distinguir as ocupações consideradas legítimas daquelas obtidas através de indisfarçáveis atos fraudulentos em cartórios e tabelionatos. No caso da Agroindustrial do Amapá S.A. as irregularidades parecem por demais flagrantes e o Decreto que institui a desapropriação se apoia em recursos legais que não permitem à empresa qualquer meio de contestação jurídica* (ALMEIDA, 1984, p. 70).

Portanto, todas essas circunstâncias facilitaram a criação das PAEs do Rio Maracá. Em contrapartida, o processo de criação da Reserva Extrativista do Rio Cajari foi bem mais complexo. Foi necessária a desapropriação de terras que o Projeto Jari considerava de sua propriedade e que até hoje continuam sendo questionadas na justiça.

Em suma, a criação dessas "reservas extrativistas" no sul do Amapá, sob a forma de unidades familiares, deu sobrevida ao agroextrativismo. Elas garantiram às famílias que historicamente desenvolviam suas atividades extrativistas ou agroextrativistas na região, o acesso às terras e aos recursos florestais. Permitiu, também, um conjunto de investimentos dos governos estadual e federal no sentido da agregação de valor aos principais produtos, através da industrialização local.

Evolução da estrutura produtiva regional

Para identificar os fatores geradores do desenvolvimento econômico nas mesorregiões e microrregiões do Amapá entre os anos de 1959 e 1991, tomamos como base a composição e evolução do Produto Interno Bruto (PIB), com relação à dinâmica demográfica verificada no período (Tabelas 1, 2 e 3). A partir desta análise comparativa, podemos aferir algumas conclusões.

Pode-se afirmar, por exemplo, que a dinâmica demográfica do Amapá apresenta uma grande assimetria entre as suas duas mesorregiões. Em 1959, o Amapá tinha 68.520 habitantes. Já em 1991, a população do estado somava 289.397 habitantes, ou seja, ao longo de 32 anos houve um crescimento de 322,35%.

Entretanto, o aumento populacional se concentrou na mesorregião Sul, que apresentou um incremento demográfico de 385,62%. Por outro lado, o crescimento da população da mesorregião Norte foi de apenas 79,86%.

Paradoxalmente, a assimetria demográfica entre as duas regiões ocorre de forma inversa no aspecto da evolução econômica. Entre 1959 e 1991, o PIB amapaense saltou de R$ 279.844.400,00 para R$ 1.498.009.220,00, uma taxa de crescimento de 435,30%. No entanto, a evolução econômica foi maior na mesorregião Norte, de 1.760,04%, índice quatro vezes maior que a verificada na mesorregião Sul, de 416,13%.

Observam-se também assimetrias no desempenho econômico no interior das mesorregiões. Na mesorregião Norte, a microrregião Oiapoque apresentou um índice de desenvolvimento econômico de 4.120,31%, percentual 5,5 vezes maior do que o verificado na microrregião Amapá, de 760,15%. A assimetria na evolução econômica também se repete na mesorregião Sul, onde a microrregião de Mazagão atingiu um percentual de 3.745,89%, enquanto na microrregião Macapá a taxa foi de 394,17%.

Os picos de crescimento econômico ocorridos nas microrregiões não se manifestaram de forma contundente no comportamento global da economia, posto que o menor desempenho ocorreu na de Macapá, que em 1959 representava 97,9% do PIB amapaense, caindo para 90,4% em 1991. Quanto ao bom desempenho das outras microrregiões, os dados da composição do PIB mostram que os resultados foram relacionados aos componentes dos setores Serviços e Indústria. Na mesorregião Norte, certamente o desempenho positivo decorre da mineração industrial de ouro e dos garimpos de Calçoene e Oiapoque.

Na mesorregião Sul, em geral, o resultado positivo se deve aos investimentos do Projeto Jari. Quanto ao baixo desempenho na microrregião Macapá, onde o crescimento da indústria foi negativo, a desativação da BRUMASA contribuiu significativamente para a baixa performance constatada.

Quanto à variação do PIB *per capita*, observa-se, no período, um crescimento médio em todo o estado do Amapá, de 26,74%.

Tabela 1 - Produto Interno Bruto (PIB) e sua composição por regiões (1959)

Regiões	1959 (Composição do PIB)					
	População (hab.)	**PIB *per capita* (R$)**	**PIB (R$ 1.000,00)**	**Agropecuária (R$ 1.000,00)**	**Indústria (R$ 1.000,00)**	**Serviços (R$ 1.000,00)**
AMAPÁ	68.520,00	4.084,13	279.844,40	5.776,30	157.056,80	117.011,20
Mesorregião Norte do Amapá	14.178,00	281,61	3.993,00	2,01	221,00	1.764,00
Microrregião Oiapoque	6.278,00	189,25	1.188,10	836,06	52,74	299,29
Microrregião Amapá	7.900,00	355	2.804,54	1.171,59	168,40	1.464,55
Mesorregião Sul do Amapá	54.342,00	5.076,22	275,85	3.769,00	156,84	115.267,00
Microrregião Macapá	46.777,00	5.858,54	274.045,04	3.098,68	156.417,27	114.529,10
Microrregião Mazagão	7.565,00	238,82	1.806,71	670,01	418,39	718,31

Fonte: IPEADATA (2012). Valor corrigido para R$ de 2.000.

Tabela 2 - Produto Interno Bruto (PIB) e sua composição por regiões (1991)

Regiões	1991(Composição do PIB)					
	População (hab.)	**PIB *per capita* (R$)**	**PIB (R$ 1.000,00)**	**Agropecuária (R$ 1.000,00)**	**Indústria (R$ 1.000,00)**	**Serviços (R$ 1.000,00)**
AMAPÁ	289.397,00	5.176,31	##########	60.588,49	135.194,40	1.256.543,76
Mesorregião Norte do Amapá	25.500,00	2.912,34	74.264,68	9.165,99	3.135,67	59.742,29
Microrregião Oiapoque	12.732,00	3.938,22	50.141,42	4.287,04	2.901,99	43.322,00
Microrregião Amapá	12.768,00	1.889,35	24.123,26	4.878,95	233,67	16.420,29
Mesorregião Sul do Amapá	263.897,00	5.395,08	##########	51.422,50	132.058,74	1.196.801,47
Microrregião Macapá	233.614,00	5.797,00	##########	45.690,79	128.884,17	1.126.729,67
Microrregião Mazagão	30.283,00	2.294,49	69.484,10	5.731,71	3.174,57	70.071,80

Fonte: IPEADATA (2012). Valor corrigido para R$ de 2.000.

Tabela 3 - Variação percentual do PIB e sua composição por regiões (1959-1991)

Regiões	(Composição do PIB) Variação Percentual (1959-1991					
	População (hab.)	**PIB *per capita* (R$)**	**PIB (R$ 1.000,00)**	**Agropecuaria (R$ 1.000,00)**	**Industria (R$ 1.000,00)**	**Serviços (R$ 1.000,00)**
AMAPÁ	322,25%	26,74%	435,30%	948,91%	-13,92%	973,87%
Mesorregião Norte do Amapá	79,86%	934,18%	1760,04%	356,55%	1317,93%	3287,05%
Microrregião Oiapoque	102,80%	1980,99%	4120,31%	412,77%	5402,38%	14374,70%
Microrregião Amapá	61,62%	432,21%	760,15%	316,44%	38,76%	1021,18%
Mesorregião Sul do Amapá	385,62%	6,28%	416,13%	1264,47%	-15,80%	938,46%
Microrregião Macapá	399,42%	-1,05%	394,17%	1374,52%	-17,60%	883,79%
Microrregião Mazagão	300,30%	860,74%	3745,89%	755,47%	658,76%	9655,13%

Fonte: IPEADATA (2012). Valor corrigido para R$ de 2.000.

Contudo, a evolução na mesorregião Norte foi de 934,18%, enquanto na mesorregião Sul foi de apenas 6,28%, devido ao desempenho negativo da microrregião Macapá. Os motivos podem ser creditados aos descompassos verificados na evolução da economia e da população no período 1959-1991.

Isso pode ser constatado com maior clareza na mesorregião Norte, onde o aumento populacional foi acentuadamente menor, se comparado ao crescimento do PIB, este último devido à instalação da indústria mineral aurífera. Já na mesorregião Sul houve um aumento populacional (385,62%) decorrente dos investimentos iniciais para implantação da ICOMI na década de 1960. Com o início da exploração industrial do manganês, o volume de investimentos diminui ao necessário para as operações da ICOMI. Acresce-se ao fato a desindustrialização ocorrida no período, em âmbito nacional, desestimulando novos investimentos e a formação de capital.

Dinâmica socioeconômica, demográfica e ambiental

No período de 1943 até 1990 a população amapaense não parou de crescer. A Tabela 4 permite uma visualização do comportamento decenal desse crescimento.

Tabela 4 – Crescimento demográfico (1941-2010)

Década	Taxa de Crescimento (%)		
	Amapá	Norte	Brasil
1941-1950	56,81	25,87	25,97
1950-1960	89,05	43,95	36,67
1960-1970	69,08	42,95	33,13
1970-1980	50,46	61,57	28,19
1980-1990	52,67	51,57	21,27
1990-2000	77,28	25,7	15,43
2000-2010	40,35	23,04	12,48

Fonte: Drummond e Pereira (2007); IBGE(2012).

Na década de 1940, a criação da infraestrutura para o funcionamento do governo territorial foi o fator determinante para a taxa decenal de 56,81%, principalmente na cidade de Macapá. Nos outros municípios, os principais vetores foram as atividades dos garimpos, atraindo brasileiros e guianenses; a instalação

e operação da base aérea do Amapá e a criação de alguns núcleos de colonização, constituídos por trabalhadores migrantes.

Na década de 1950, o crescimento populacional atingiu seu pico, em 89,05%. O aumento corresponde à chegada de trabalhadores migrantes em busca de emprego nas obras de construção da infraestrutura necessária à extração industrial de manganês, na Serra de Navio. A descoberta de novos garimpos em Calçoene, Oiapoque, Amapari, Tartarugalzinho e Vila Nova e as obras governamentais também contribuíram para o incremento demográfico neste decênio.

Na década de 1960, a taxa decenal de crescimento demográfico foi menor, de 69,08%. A retração se deve à queda de produção dos garimpos e à estabilização na demanda de trabalhadores para a exploração de manganês. Contudo, o fluxo migratório teve continuidade devido à retomada das obras de construção da hidroelétrica do Paredão e em função da abertura de rodovias, como a Perimetral Norte e a BR-156.

Na década de 1970, a taxa de crescimento demográfico foi de 50,46%, com média anual de 5%, tendo como principais vetores: os empregos gerados pela BRUMASA e CODEPA; a construção da Hidroelétrica do Paredão e a instalação do Projeto Jari.

Na década de 1980, as taxas decenal e anual de crescimento populacional mantiveram-se nos mesmos níveis dos anos de 1970, respectivamente, 52,67% e 5,2%. Os índices registrados se devem principalmente ao fluxo migratório direcionado à mineração industrial nos garimpos de Calçoene e às obras públicas para a instalação da infraestrutura administrativa do estado do Amapá.

Na década de 1990, as taxas decenal e anual aumentaram, respectivamente, 77, 28 % e 7, 728 %. O aumento ocorreu em função dos investimentos públicos em obras de infraestrutura; da criação da Zona de Livre Comércio de Macapá e Santana, da pavimentação da BR-156, da abertura da rodovia Macapá-Laranjal do Jari e das novas frentes de mineração, como a exploração de cromita em Vila Nova.

Com base nos dados bibliográficos e documentais analisados, pode-se afirmar que a economia do Amapá, entre 1943 e 2000, apresenta uma estrutura extremamente fragilizada, pela falta perspectiva produtiva para a sua sustentabilidade econômica em longo prazo. Isso se deve ao fato de a dinâmica econômica ter sido alavancada por atividades extrativas minerais, vegetais e animais.

Em termos de sustentabilidade econômica, o extrativismo mineral é passageiro, pois depende de recursos naturais não renováveis. Desta forma, suas atividades

ocorrem num período limitado, cuja extensão varia conforme o volume disponível dos recursos minerais a serem explorados. Ademais, quando esses recursos se exaurem, o extrativismo mineral deixa como herança graves problemas socioambientais.

Por sua vez, o extrativismo vegetal e animal se baseiam em recursos naturais que podem ser renováveis. Contudo, esse potencial depende de um manejo adequado que garanta a reposição dos estoques de recursos vegetais e animais existentes. Esta reposição, por sua vez, depende de conhecimentos científicos e tecnológicos que ainda são incipientes no Amapá.

No final dos anos 1980, a transformação do Amapá em estado, gerou um clima de euforia que contagiou toda a população. Com a posse do primeiro governador eleito do Amapá, em 1991, concretizava-se a tão desejada emancipação política e administrativa em relação ao governo federal. Entretanto, a conquista de autonomia institucional, ainda que limitada às elites locais, trouxe incertezas e indefinições quanto aos rumos a serem tomados para o desenvolvimento do estado.

Logo de início prevaleceu o clientelismo, configurado na crescente hegemonia da administração pública estadual na formação do PIB amapaense. Prova disso são os gastos públicos com o funcionalismo estadual, que em 1970 eram de R$ 39.048.000,04 e chegaram a R$ 512.830.000,00 em 1990. Um índice de crescimento de 1.213,33 %! Iniciava-se, então, a chamada "economia do contracheque" (CHELALA, 2008).

ECONOMIA REGIONAL CONTEMPORÂNEA NO AMAPÁ: IMPACTOS SOCIAIS E AMBIENTAIS (1990-2010)

O estado do Amapá teve como primeiro governador eleito Aníbal Barcelos (1991a 1994), cujos principais investimentos foram na construção de prédios públicos para atender às necessidades do governo estadual, aquecendo a construção civil. Em 1992, foi elaborado o Plano de Ação Governamental do Amapá, que articulava as políticas regionais, segundo a identificação e exploração racional de suas potencialidades, destacando, segundo Porto (2003), o incentivo ao turismo. Nesse período, criaram-se sete novos municípios: Pedra Branca do Amapari, Serra do Navio, Cutias, Pracuúba, Porto Grande, Itaubal do Piririn, todos em 1992, e Vitoria do Jari em 1994.

De 1995 a 2002, o Amapá foi governado por João Alberto Capiberibe, eleito por uma frente de partidos de esquerda (PSB e PT). O governo Capiberibe

referenciou suas ações nas recomendações da Agenda 21, expressas no Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá (PDSA). Tendo em vista que o Amapá possui limites fronteiriços com a Guiana Francesa, com base no PDSA buscou-se a cooperação da França, de forma a compensar o apoio insuficiente do governo federal brasileiro na superação das dificuldades impostas ao desenvolvimento do estado.

No governo Capiberibe, a preocupação com o meio ambiente se traduziu na criação e fortalecimento de órgãos voltados à gestão ambiental e ao uso sustentável dos recursos florestais. Na execução desta estratégia governamental, a mesorregião Sul do Amapá foi a mais beneficiada, pelo fato de abrigar recursos e práticas tradicionais no âmbito do extrativismo vegetal. Dentre os benefícios recebidos pela mesorregião Sul amapaense, destacamos: a implantação de projetos para beneficiamento de castanha e de açaí; e os investimentos do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais (PPG7), negociados na ECO 92, como o Zoneamento Econômico-Ecológico (ZEE).

No que tange às ações diretas do governo estadual, foi disponibilizada uma área de 18.771,00 km^2 para o usufruto das populações agroextrativistas, com a criação dos Projetos de Assentamento Agroextrativista no rio Maracá (1988); da Reserva Extrativista do rio Cajari (1990) e da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do rio Iratapuru (1997) (FILOCREÃO, 2007).

De 2003 a 2010, o Amapá foi governado por Waldez Góes, com o programa de governo "Desenvolvimento com Justiça Social", que posteriormente configurou-se no Plano de Desenvolvimento Integrado Amapá Produtivo. Segundo Abrantes (2010), este plano tinha como objetivo selecionar as atividades produtivas capazes de induzir à constituição de polos de desenvolvimento. Fundamentado no conceito de Arranjos Produtivos Locais (APL), os polos de desenvolvimento deveriam receber estímulos e apoios focados, visando alavancar a economia amapaense. Para isso, foram priorizados os seguintes APLs: 1) Madeiras e móveis; 2) Fruticultura e alimentos preparados de origem vegetal; 3) Turismo; 4) Agronegócios, incentivando o cultivo regional de produtos agrícolas então importados, como: cereais, frutas, hortifrutigranjeiros e mandioca; 5) Pecuária de corte; 6) Produção e conservação de pescados; 7) Produtos florestais não madeireiros; 8) Apicultura; e 9) Complexo oleiro-cerâmico.

Enquanto o governo Capiberibe foi marcado pela intensa disputa com os poderes Legislativo e Judiciário pela divisão do orçamento estadual, o governo Waldez

camuflou a disputa, ao atender algumas reivindicações quanto à partilha orçamentária, caracterizando a sua gestão como "o governo da harmonia". A redistribuição dos recursos pelo Executivo beneficiou os demais poderes institucionais, no entanto, reduziu a capacidade de investimento do governo estadual em políticas públicas.

Em paralelo, ocorreu o enfraquecimento do órgão estadual de gestão ambiental e o sucateamento do Instituto de Pesquisa Cientifica e Tecnológica do Estado do Amapá (IEPA), responsável pelo Zoneamento Econômico-Ecológico iniciado no governo anterior. Estas circunstâncias facilitaram a instalação açodada de empreendimentos de alto impacto ambiental, expresso no fenômeno que Abrantes (2010, p. 92) denomina de "Retorno do *boom* da mineração".

No geral, entre 1991 a 2010 foram executadas políticas governamentais, federais e estaduais, que dinamizaram a economia amapaense, gerando empregos, ocupações e fontes de renda. Neste aspecto, destacam-se: a criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS); a implantação de atividades produtivas no âmbito do PDSA; os investimentos na pavimentação da BR-156 e a superação dos gargalos provocados pela então deficiente infraestrutura estadual de energia elétrica.

A criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS)

A ALCMS foi criada no final de 1991, como um mecanismo dinamizador da economia local, mas ainda totalmente dependente de recursos financeiros do governo federal. Para Abrantes (2010), a ALCMS mostrava-se como uma opção competitiva para um estado recém-instalado, tendo em vista a conjuntura desfavorável que permeava o período de sua criação. À época, ocorria um abrupto refluxo dos recursos federais aplicados no Amapá e a principal atividade econômica da região mantinha-se fortemente dependente das exportações de manganês.

O modelo da ALCMS tinha como foco principal a comercialização de produtos importados do exterior do Brasil. No entanto, em sua área de 85 km^2 poderiam ser instaladas instituições de ensino e saúde, assim como indústrias de beneficiamento de matérias-primas da região. Como forma de atrativo, essas instituições e indústrias poderiam acessar os incentivos fiscais para a compra de produtos importados utilizados como insumos em suas atividades. Para agilizar o desembarque das mercadorias importadas, construiu-se um terminal de contêineres no porto de Santana, cuja operação foi iniciada ao final de 1996.

A criação da ALCMS fez crescer o comércio de produtos importados, movimentando, em 1993, US$ 2.971,15 mil; em 1997, US$ 42.638,27 mil; em 1998, US$ 17.104,45 mil, e alcançando, em 2000, um volume de US$ 27.008,65 mil (PORTO, 2003; PORTO; COSTA,1999). É provável que o crescimento da ALCMS em seus primeiros anos de operação, deva-se ao suprimento da demanda, antes reprimida, do Pará, Maranhão, Piauí e Ceará. Quanto à queda no volume de importações, a partir de 1998, esta teria sido resultado dos avanços no processo de abertura da economia brasileira ao comércio exterior.

A infraestrutura de Energia

No início da década de 1990, a energia elétrica no Amapá era produzida pela Usina Hidroelétrica Coaraci Nunes (UHCN). Operando em plena carga, as duas turbinas da hidroelétrica geravam 42 Megawatts (MW) de energia, atendendo às necessidades de Macapá, Santana, Ferreira Gomes e Serra do Navio. Pela dificuldade de acesso à rede de distribuição da usina, a energia elétrica nas localidades mais distantes era gerada a partir de termoelétricas. A capacidade energética instalada no estado em 1991 era de 45 MW; sendo que, deste total, apenas 6,7% era produzida por termoelétricas (Tabelas 5 e 6).

Esse quadro ambientalmente favorável sofrerá mudanças radicais ao longo dos anos, devido à falta de investimentos na construção de novas usinas, apesar do grande potencial hidráulico amapaense.

As Tabelas 5,6 e 7 mostram que de 1991 a 2010 a produção de energia elétrica no Amapá subiu para 557,8%, um crescimento bem acima daquele registrado no Brasil (98,3%) e na região Norte (176,4%).

Porém, a produção de "energia limpa" de origem hidroelétrica cresceu apenas 83,3%. Em contrapartida, a produção de "energia suja", a partir de termoelétricas, cresceu 7.200 %, gerando altos custos de operação com a queima de combustível fóssil, aumentando a emissão de gases que provocam o efeito estufa.

Segundo Drumond e Pereira (2007), em 1994 a capacidade de produção de energia elétrica no Amapá era de 91 MW, sendo 56% desse volume gerado por termoelétricas, cuja operação demandou 27,3 milhões de litros de óleo diesel a um custo aproximado de cinco milhões de dólares. Com base nestes dados, tem-se uma ideia do problema energético verificado em 2010, quando a geração de energia termoelétrica cresceu 4,3 vezes mais em relação a 1994.

Tabela 5 – Produção de Energia Elétrica Total

Região	Produção de Energia Total (MW)				Variação (%)
	1991	1999	2005	2010	1991/2010
Brasil	57.146	63.966	93.158	######	98,3
Norte	5.169	6.357	10.740	14.289	176,4
Amapá	45	158	211	296	557,8

Fonte: IBGE: AEB 1992,2000; EPE: BEN 2006, 2011.

Tabela 6 – Produção de Energia Hidroelétrica

Região	Produção de Energia Total (MW)				Variação (%)
	1991	1999	2005	2010	1991/2010
Brasil	52.376	58.078	70.858	80.703	54,1
Norte	4.329	4.858	8.274	10.895	151,7
Amapá	42	42	68	77	83,3

Fonte: IBGE: AEB 1992,2000; EPE: BEN 2006, 2011.

Tabela 7 – Produção de Energia Termoelétrica

Região	Produção de Energia Total (MW)				Variação (%)
	1991	1999	2005	2010	1991/2010
Brasil	4.770	5.888	20.293	29.689	522,4
Norte	840	1.499	2.466	3.394	304,0
Amapá	3	116	143	219	7200,0

Fonte: IBGE: AEB 1992,2000; EPE: BEN 2006, 2011.

Quanto ao consumo de energia elétrica no Amapá, a Tabela 8 mostra que de 1991 a 2010 ocorreu um crescimento no consumo residencial de 448,4%. Índice bastante superior ao crescimento do consumo industrial (35,6%) e inferior ao do consumo comercial (592,0%).

Observa-se ainda a ocorrência de um expressivo incremento no consumo da região rural (373,9%), que em 1991 era de 0,6 gigawatt/hora (GWh) e em 2010 atingiu 3,0 gigawatts/hora (GWh). O aumento da demanda resulta dos investimentos na eletrificação rural, por meio do Programa Luz para Todos. Iniciado

em 2003, sob a coordenação da Eletrobras e a execução da Eletronorte, o programa objetiva fornecer energia elétrica à parcela da população rural brasileira que ainda não tinha acesso a este serviço público. No Amapá, o Luz para Todos previa um investimento de 170 milhões de reais, para fornecer energia elétrica a 21.209 pessoas (ELETROBRAS, 2013).

Tabela 8 – Estrutura do consumo de energia (GWh)

Região	Consumo de GWh			Variação (%)
	1991	2001	2010	1991/2010
Residencial	72,4	220,0	397,0	448,4
Comercial	26,0	83,8	180,0	592,0
Industrial	25,8	20,9	35,0	35,6
Rural	0,6	1,8	3,0	373,9
Outros	49,2	123,8	171,0	247,4
Total	174,1	450,3	786,0	351,5

Fonte: Anuários Estatisticos do Amapá 1992, 2002; Anuário de Energia (EPE), 2011.

Na década de 2000, os segmentos políticos e empresariais do Amapá passaram a atuar de forma mais arrojada, no sentido de superar a frágil infraestrutura energética do estado. Como resultado desta ação, em 2004 o governo federal retomou os estudos preliminares de viabilidade, iniciados ao final dos anos de 1980, para a instalação de uma rede de transmissão de energia, a partir da hidroelétrica de Tucuruí. A rede incluía a implantação de linhas de transmissão para o Amazonas e o Amapá, incorporando estes estados ao Sistema Interligado Nacional (SIN). Incluído no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal, o projeto teve um custo estimado em 3 bilhões de dólares. O investimento inicial será compensado ao longo do período de operação da rede, visto que proporcionará uma economia de R$ 2 bilhões/ano, valor que hoje é aplicado na compra de combustível fóssil, para a geração de energia por termoelétricas. Além da economia de recursos públicos, a rede de transmissão vai proporcionar lucros ambientais, ao reduzir uma emissão estimada de 3 milhões de toneladas de carbono, pela queima de óleo diesel.

Ainda no aspecto energético, por meio do PAC está sendo construída a Hidrelétrica de Santo Antonio, no Jari, entre o Pará e Amapá. A hidrelétrica terá capacidade de produção de 373,4 MW, com início de operação previsto para 2014. Os

custos da obra atingem 1 bilhão de reais. Grande parte deste investimento, R$ 736,8 milhões, cabe à iniciativa privada, que obteve financiamento para tal junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Em território amapaense também está sendo construída a Hidrelétrica de Ferreira Gomes, com capacidade energética de 252 MW e início de operação previsto para 2015. O projeto foi orçado em R$ 910 milhões, dos quais 40% provieram do capital privado e 60% com recursos financiados pelo BNDES.

Outro projeto energético do PAC no Amapá é a Central Hidrelétrica de Cachoeira Caldeirão, no rio Araguari, podendo gerar, em plena carga, 219 MW. Com operação prevista para 2017, a construção da hidroelétrica está sob a responsabilidade da empresa Energias do Brasil (EDP), num investimento da ordem de R$ 1,1 bilhão.

Com os investimentos do PAC, o Amapá sairá da situação de grande consumidor de combustível fóssil para geração de energia, para uma situação de exportador de energia limpa. Contudo, o estado vai arcar com os impactos socioambientais de grande magnitude, inerentes aos projetos hidroelétricos, em especial na bacia do rio Araguari.

A infraestrutura de Transporte

A BR-156 é a principal rodovia federal situada no Amapá, atravessando o estado de norte a sul e interligando nove dos seus 16 municípios. A pavimentação parcial da rodovia ocorreu entre o início das décadas de 1980 e de 1990, num trecho total de 150 km, interligando Macapá e Ferreira Gomes. À época, a pavimentação foi paralisada, por não estar entre as prioridades do governo federal. Isso, a despeito de sua importância estratégica para o Amapá, pois a estrada permite o acesso à região do Caribe, através da Guiana Francesa.

Em 1998, a BR-156 foi inserida no Projeto Brasil em Ação, no governo de Fernando Henrique Cardoso. Somente em 2000 foram alocados recursos para continuidade da obra. De 2000 a 2010 foram pavimentados mais 224 km, alcançando a sede do município de Calçoene, localizada a 384 km de Macapá (JUAREZ, 2011).

A pavimentação da BR-156 faz parte das prioridades da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), instituída a partir de 2000, pelos presidentes de países da América do Sul. A IIRSA tem o propósito de prover a região de infraestrutura básica nas áreas de transporte, comunicações e energia,

fincando as bases para uma maior integração comercial e social do subcontinente sul-americano. Na perspectiva da IIRSA, o asfaltamento da BR-156 atenderá aos seguintes objetivos: a) articular a estrada ao sistema rodoviário da Guiana Francesa; b) integrar o Brasil, através do Amapá, aos países vizinhos do Norte (Guiana Francesa, Suriname e Guiana); c) possibilitar o uso do Porto de Santana por parte dos ditos países para o intercâmbio comercial, e; d) articular a produção e o mercado do Amapá com a Venezuela, e dali à comunidade andina (CARVALHO, s.d.).

Além da pavimentação da rodovia, foi incluído no IIRSA a construção de uma ponte binacional Brasil-França, sobre o rio Oiapoque, ligando a BR-156 à rodovia Caienne-San George, na Guiana Francesa. Todos esses projetos foram incluídos no PAC, resultando na conclusão da ponte binacional e na retomada da pavimentação da BR-156, cujas obras estão em fase de conclusão.

No período de 2007-2010, incluindo a reforma do aeroporto de Macapá, foi investida nas obras pactuadas no IIRSA a quantia de R$ 354,1 milhões. Para depois de 2010, está previsto o investimento de R$ 250,4 milhões, a ser aplicado no asfaltamento da BR-156, no trecho Macapá-Oiapoque. Em fase de tramitação, a pavimentação do trecho entre Macapá e Laranjal do Jari, cerca de 250 km, possibilita a interligação rodoviária entre o Amapá e o Pará, com a construção de uma ponte sobre o rio Jari (BRASIL, 2010)

Os problemas e as ações relacionadas ao meio ambiente: conflitos socioambientais

No final da década de 1980 e nos primeiros anos do decênio de 1990, emergem os primeiros conflitos socioambientais no Amapá, com grande repercussão na mídia local e regional. O sul do estado, região que abriga castanhais e seringais, é o palco dos embates que envolvem latifundiários e as populações nativas que sobreviviam do agroextrativismo. Os conflitos iniciais recrudescem, com a criação, em 1988, dos PAEs do rio Maracá I, II e III; da Reserva Extrativista do rio Cajari, em 1990; e da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do rio Iratapuru, em 1997. As PAEs ocupam 18.771,00 Km^2, o equivalente a 40,1% da soma total das terras (46.787,90 km^2) que abrangem os três municípios que formam a microrregião Mazagão (FILOCREÃO, 2007).

De 1995 a 2002, os principais embates de natureza socioambiental tinham relação direta com os impactos socioambientais provocados pelas atividades de mineração, como: a contaminação por mercúrio do rio Tartarugal, causada pelos garimpos; a contaminação do lençol freático de Santana pela ICOMI, por efluentes, em especial o arsênico, resultantes da pelotização de manganês; a contaminação com o cianeto de sódio utilizado na exploração do ouro, nos rios Vila Nova e Lourenço, provocada pela empresas Mineração Água Boa e Novo Astro; e a poluição atmosférica gerada pela CADAM, na exploração do caulim, em Vitória do Jari.

A gravidade dos impactos ambientais e o envolvimento de mineradoras estrangeiras não foram os únicos fatores a atrair a atenção da imprensa regional e nacional. A conjuntura política da época, marcada pelo fim dos governos militares, permitiu a pressão e manifestação intensa dos movimentos sociais organizados. Somado a este fato, no período em questão ocorria a execução do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá (PDSA), do governo do Amapá, circunstância que estimulou o envolvimento direto da sociedade civil local nas decisões políticas de natureza socioambiental.

Entre 2005 e 2009, dois outros grandes empreendimentos geraram conflitos e despertaram a atenção da mídia e dos movimentos sociais que acompanharam de perto as etapas de licenciamento ambiental e de operação dos projetos. Um deles foi o da empresa Mineração & Metálicos S.A. (MMX Mineração). Criada em 2005, a MMX Mineração objetivava a extração e beneficiamento industrial do minério de ferro. A previsão da MMX Mineração era de uma produção anual de 2 milhões de toneladas de ferro gusa a partir de 2008, utilizando parte da logística da ICOMI, como a ferrovia e a "company town" instaladas na Serra do Navio.

O outro empreendimento foi da Mineradora Pedra Branca do Amapari (MPBA). De 2006 a 2009, a MPBA operou na extração do ouro existente em uma mina localizada na sub-bacia do igarapé Willian, um dos tributários do rio Amapari, entre os municípios de Serra do Navio e Pedra Branca. Os conflitos socioambientais envolvendo a MPBA foram resolvidos na esfera judicial, devido à mobilização da sociedade civil (SANTOS, 2009; CHAGAS, 2010).

Os conflitos socioambientais ocorridos na década de 2000 resultam, de certa forma, da visão pragmática dos governantes do Amapá, no sentido de implantar

empreendimentos produtivos, independente dos custos socioambientais que geram. Ações governamentais que foram executadas no período enfocado reforçam esta avaliação e revelam a intenção deliberada de enfraquecer a atuação dos órgãos estaduais de gestão ambiental. Dentre as ações, destacamos a supressão de verbas e o uso de coação política, este para desagregar e desestimular o quadro funcional das instituições públicas com atuação na área ambiental. Os impactos negativos dessa política só não foram maiores devido à mobilização da sociedade civil, que procurou fazer valer os interesses da maioria da população através da cobrança do cumprimento das regras institucionais vigentes.

Ações de gestão ambiental

Segundo Chagas (2003), a gestão ambiental pública no Amapá foi iniciada em 1989, com a criação da Coordenadoria de Meio Ambiente (CEMA/AP). No período de 1990 a 1995, as atividades da CEMA, mesmo que de forma precária e com parca estrutura tecnológica, priorizaram a fiscalização e o monitoramento das atividades de mineração, causadoras de grandes impactos ambientais. O uso do mercúrio nos garimpos era a fonte principal das agressões ao meio ambiente, contaminando os cursos d'água e a fauna aquática. O fato foi comprovado nas pesquisas da Universidade de São Paulo, realizadas em áreas de garimpo, como de Tartarugalzinho. O mercúrio detectado no cabelo da população das áreas garimpeiras estava acima dos níveis preconizados pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

De 1995 a 2002, os recursos do PPG7, canalizados a partir do Subprograma de Política de Recursos Naturais (SPRN), permitiram um amadurecimento institucional das entidades gestoras do meio ambiente no Amapá, pela qualificação contínua dos quadros técnicos. Após esses aperfeiçoamentos, foram executadas ações de fortalecimento institucional dos órgãos ambientais na região sul do Amapá, escolhida como área prioritária por motivos que incluem: a sua expressiva importância socioambiental; a existência de áreas ambientalmente protegidas; e em razão dos impactos produzidos pelo Projeto Jari.

Outra ação de impacto positivo ocorreu em 2002, com a criação, pelo governo federal, do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque (PNMT). A criação do PNMT foi feita de forma apressada, resgatando as orientações de um workshop sobre biodiversidade ocorrido em Macapá (AP), em 1999. Na ocasião, com base no

conhecimento científico dos participantes, definiram-se as áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade na Amazônia. Segundo Chagas (2008), o processo de elaboração do projeto do PNMT foi pouco participativo, devido à proximidade da realização da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável ou Rio +20, em que o governo brasileiro precisava mostrar os resultados assumidos em acordos internacionais sobre a proteção de áreas florestais na Amazônia.

No período de 2003 a 2010, as preocupações do governo estadual com a questão ambiental praticamente desaparecem. O licenciamento de projetos com grande impacto ambiental ocorre de forma célere, sem enfrentar resistência da máquina governamental. Foi o caso da Sólida Siderurgia, um empreendimento para exportação de ferro, licenciado em 2005. A rapidez na aprovação da licença ambiental e de instalação foi semelhante à urgência empregada pela empresa na construção de dois fornos siderúrgicos, com capacidade para produzir 288.000 toneladas/ano de ferro gusa, na primeira fase; e dobrando a produção inicial numa segunda etapa. Apesar do planejamento, o projeto sequer dispunha de área florestal previamente plantada, com o objetivo de alimentar a demanda de 720.000 m^3/ano de carvão vegetal, insumo essencial para o funcionamento dos fornos siderúrgicos. Devido à mobilização popular, o empreendimento foi paralisado e seus dirigentes saíram do Amapá deixando várias pendências (www.acordaamapá.blogspot.com, 2008).

As principais transformações socioeconômicas ocorridas entre 1990 a 2010

A implementação das políticas públicas federais, estaduais e municipais resultaram em variadas modificações socioeconômicas. Estas podem ser analisadas a partir da dinâmica do crescimento demográfico, no desempenho econômico, a partir da composição e evolução dos indicadores do PIB, da capacidade de investimentos públicos, considerando a evolução da arrecadação tributária e a distribuição orçamentária entre os Poderes e, por fim, na dimensão social, considerando as variações no IDH e na evolução de outros indicadores vinculados às principais políticas sociais.

No período de 1990 a 2010, a população amapaense continuou a crescer, atingindo a taxa demográfica mais expressiva na década de 1990, de 77,28%. O índice em questão equivale ao triplo do crescimento populacional registrado na

Região Norte (25,7%) e foi cinco vezes maior do que a taxa demográfica nacional. O crescimento populacional acentuado vem ocorrendo desde a elevação da região do Amapá, antes incorporada ao Pará, em Território Federal. Desde então, o espaço geográfico amapaense tornou-se num dos principais polos de atração de migrantes de todo o Brasil. Retornando à Tabela 4, pode-se visualizar graficamente a evolução populacional ao longo dos decênios.

Com a transformação institucional do território Amapá em estado, as taxas decenais de crescimento mantiveram-se altas, em face do impulso gerado pelos investimentos na construção da infraestrutura governamental; na criação da Zona de Livre Comércio de Macapá e Santana; na pavimentação da BR-156; na abertura da rodovia Macapá-Laranjal do Jari; na geração empregos públicos, em função do aumento das instâncias burocráticas do novo estado; na implantação de novos municípios e na execução de novos projetos de mineração, como a exploração da cromita em Vila Nova.

Como afirmado anteriormente, na década de 1990 o crescimento populacional atingiu o ápice e, portanto, foi seguido de uma tendência de queda, acompanhando a desaceleração do movimento demográfico nacional, porém, mantendo-se em patamares ainda elevados.

Segundo Castro (2012), o refluxo da expansão explosiva da população amapaense parece ter dois ingredientes principais. O primeiro tem caráter interno e está vinculado ao encerramento da exploração do manganês na Serra do Navio, em 1997, cujos efeitos começaram a ocorrer na década seguinte. O segundo ingrediente tem origem externa e decorre na involução da ALCMS de Macapá-Santana. O desempenho da foi prejudicado pelos seguintes fatores: a gradual abertura do país ao comércio externo; o aumento cambial do dólar; os efeitos das crises econômicas e financeiras de 1998 e 2008; e às restrições ao volume de compras externas impostas ao comércio e aos consumidores finais. Castro (2012) considera ainda provável que a elevação verificada na qualidade da vida da população brasileira tenha desestimulado os fluxos migratórios inter-regionais, inclusive os que historicamente tinham como destino final o Amapá.

O crescimento demográfico amapaense, acentuado em relação à região Norte e ao país, provavelmente tem correspondência com o índice de urbanização, conforme mostra a Tabela 9.

Tabela 9 - Evolução da urbanização (1991-2010)

Especificação	Taxa de Urbanização		
	1991	2000	2010
Brasil	76%	81%	84%
Norte	59%	70%	72%
Amapá	81%	89%	90%
Mesorregião Norte	57%	65%	68%
Mesorregião Sul	83%	91%	92%

Fonte: IBGE (2012).

Neste aspecto, o estado do Amapá tem apresentando valores superiores à média nacional e regional. Tal fenômeno indica uma demanda crescente por equipamentos sociais nas áreas urbanas dos municípios, exigindo uma oferta também crescente e em igual proporção de investimentos públicos. Em contrapartida, a concentração demográfica em áreas urbanas pode ser um fator facilitador, no sentido de atender as necessidades exigidas pela maioria da população.

O fenômeno anteriormente descrito, certamente vem atenuando os impactos negativos da explosão demográfica e potencializa a capacidade de enfrentamento das demandas sociais. Ele pode ser considerado um fator positivo, tendo em vista que o Amapá dispõe de um baixo volume de recursos públicos e está situado numa região periférica, no contexto da geografia econômica brasileira.

Ainda em termos de urbanização, ela é mais acentuada na mesorregião sul, em especial nas sedes dos municípios de Macapá e Santana, abrangendo quase 92% dos amapaenses e concentra, conforme dados censitários de 2010, 80% de toda população urbana do estado do Amapá.

Apesar do país ter enfrentado sérias dificuldades econômicas da época, na década de 1991-2000, o Amapá apresentou uma evolução do Produto Interno Bruto (PIB) na ordem de 57,3%, índice 2,1 vezes superior ao desempenho do Brasil (26,6%) e 3,23 vezes maior que o da Região Norte (17,7%), conforme mostra a Tabela 10.

Observa-se, ainda, que o PIB *per capita* do país cresceu em 11,8%. Já na década seguinte, 2000-2010, a evolução desse indicador no Amapá teve um significativo crescimento, passando de R$ 4.941,04 para R$ 12.346,00. No entanto, evolução do PIB *per capita* do Amapá, na ordem de 149,87 %, foi inferior ao do país, de 184,52%; e ao

da região Norte, de 216,92%. Um dos fatores responsáveis pelo tímido desempenho econômico nas décadas em questão foi o grande crescimento demográfico ocorrido no Amapá. Na década de 1991-2000, a população amapaense cresceu três vezes mais que a da região Norte e cinco vezes mais que a do restante do país. Na década seguinte, 2000-2010, o crescimento demográfico do Amapá foi três vezes maior que a do Brasil, e quase o dobro do verificado na Região Norte, conforme a Tabela 4.

Tabela 10 - Evolução do PIB (1991-2010)

Região	PIB (R$ 1.000,00)			Evolução (%)	Evolução (%)
	1991	2000	2010	1991/ 2000	2000/ 2010
Brasil	931.876.400,69	1.179.482.000,00	3.770.084.872,00	26,6	219,6
Norte	43.915.837,22	51.705.786,00	201.510.748,00	17,7	289,7
Amapá	1.498.009,22	2.357.036,00	8.265.965,00	57,3	250,7

Fonte: IPEADATA (2012); IBGE (2013).

Na década seguinte (2000-2010), os dados indicam que a economia amapaense continuou evoluindo, acompanhando o surto de desenvolvimento econômico verificado no restante do país. O PIB amapaense cresceu de R$ 2,357 bilhões para R$ 8,265 bilhões. A evolução econômica registrada, de 250,69%, ficou acima o desempenho da economia brasileira, de 219,64%, porém ficou abaixo do crescimento verificado na Região Norte, que foi de 289,73 %.

Quanto à evolução do PIB per capita (Tabela 11), verifica-se, na década de 1991-2000, um decréscimo de 3%, no Amapá e de 5% na Região Norte.

Tabela 11 - Evolução do PIB *per capita* (1991-2010)

Região	PIB per capita (R$ 1.000,00)			Evolução (%)	Evolução (%)
	1991	2000	2010	1991/2000	2000/2010
Brasil	6.215,57	6.946,34	19.763,93	11,8	184,5
Norte	4.218,32	4.007,98	12.702,03	-5,0	216,9
Amapá	4.958,37	4.941,04	12.346,00	-0,3	149,9

Fonte: IPEADATA (2012); IBGE (2013)

Analisando a evolução da composição do PIB nas Tabelas 12 e 13, verifica-se que no decênio 1991-2000 ocorreu um desempenho positivo do Amapá, provocado pela produção industrial, que cresceu 41,16%, enquanto no país e na região Norte, os valores relativos à indústria foram negativos.

Tabela 12 - Evolução da composição do PIB (1991-2000)

Região	Agropecuária (%)		Evolução (%)	Indústria (%)		Evolução (%)	Serviços (%)		Evolução (%)
	1991	2000		1991	2000		1991	2000	
Brasil	7,2	5,6	-22,62	37,9	27,7	-26,75	54,1	66,7	23,31
Norte	17,2	10,1	-41,02	34,0	26,5	-22,08	48,9	63,4	29,78
Amapá	4,2	3,7	-12,27	9,3	13,1	41,16	86,5	83,2	-3,84

Fonte: IPEADATA (2012); IBGE (2013).

Tabela 13 - Evolução da composição do PIB (1991-2000)

Região	Agropecuária (%)		Evolução (%)	Indústria (%)		Evolução (%)	Serviços (%)		Evolução (%)
	2000	2010		2000	2010		2000	2010	
Brasil	5,6	5,3	-5,36	27,73	28,07	1,23	66,7	66,63	-0,06
Norte	10,13	9,56	-5,63	26,47	34,11	28,86	63,4	56,33	-11,15
Amapá	3,66	3,21	-12,3	13,14	9,96	-24,2	83,2	86,83	4,36

Fonte: IBGE (2013).

Já na década seguinte (2000-2010), a participação do setor industrial no PIB do Amapá caiu 24,20%. Em contrapartida, na Região Norte, este índice aumentou 28,86%, e no restante do país, 1,23%. O bom desempenho da indústria amapaense na década de 1991-2000 pode ser creditado aos investimentos na construção civil, com a edificação das obras públicas para o funcionamento do governo estadual, somados aos resultados da indústria extrativa mineral, configurada na exploração do manganês pela ICOMI. O péssimo desempenho industrial na década seguinte (2000-2010) deve-se principalmente ao encerramento da exploração do manganês em 1997.

No âmbito da Agropecuária, os dados verificados em 1991-2000 e 2000-2010 revelam uma retração progressiva do setor na formação do PIB do Amapá, acompanhando a tendência nacional e regional verificada nestas duas décadas.

Quanto à participação da área de Serviços na composição do PIB amapaense, percebe-se que ao final da década 1991-2000, o setor representava 83,2% na formação da riqueza do estado. No mesmo período, este setor apresentava na Região Norte e no Brasil, respectivamente, 63,4% e 66,7%. Já ao término do decênio 2000-2010, no Amapá, o setor apresentava uma discreta elevação de 86,3%, mas ainda tinha uma participação bastante significativa, se comparada a da Região Norte, de 56,33%, e a do país, de 66,63%.

Um dos fatores que contribuíram para essas diferenças na composição do setor Serviços, no PIB das décadas enfocadas foi o peso dos gastos da administração pública. Na tabela 14, os dados mostram que no Amapá, na década 1991-2000, as despesas com a administração pública representavam 43,60% do PIB do estado, índice superior ao verificado no Brasil (14,93%), e na região Norte (22,50%).

Tabela 14 - Variação dos gastos públicos no PIB

Região	Administração Pública (%)		Evolução (%)
	2000	2010	
Brasil	14,93	16,2	8,51
Norte	22,5	22,56	0,27
Amapá	43,6	48,13	10,39

Fonte: IBGE (2013).

Em 2010, esses números evoluem para 48,13%, representando um crescimento de 10,39%, enquanto o aumento na Região Norte foi de 0,27% e no Brasil, de 8,51%.

Pelos dados expostos, constata-se que na formação do PIB do Amapá a remuneração do funcionalismo estadual tem participação significativa, apesar de ter, um peso desproporcional sob o aspecto econômico-produtivo. Este fenômeno, denominado de "economia do contracheque", pode ser explicado pelas circunstâncias político-administrativas que permearam a criação do estado do Amapá. Contudo, em longo prazo, a distorção custeio-pessoal existente no orçamento estadual pode ocasionar a escassez de recursos e, por conseguinte, a oferta de serviços públicos deficitários, bem como a redução dos investimentos governamentais no desenvolvimento econômico sustentável do estado.

O comportamento da estrutura produtiva estadual

A evolução da estrutura produtiva amapaense foi analisada em oito setores, conforme metodologia do IBGE. São eles: 1) Indústria Extrativa Mineral; 2) Indústria de Transformação; 3) Serviços Industriais de Utilidade Pública; 4) Construção Civil; 5) Comércio; 6) Serviços; 7) Administração Pública; e 8)Agropecuária.

Dentre os setores analisados, os que mais se destacaram em termos de crescimento foram: Agropecuária (514,3%); Serviços (411,4%); Administração Pública (336,4%) e Comércio (326,3%). Quanto ao número de estabelecimentos formais, no período de 1991 a 2000 estes cresceram 272%, de acordo com a Tabela 15.

Tabela 15 - Distribuição dos estabelecimentos por setor

Setor	1991	2000	2010	1991-2000 %	2000-2010 %
1 - Extrativa Mineral	4	5	22	25,0	340,0
2 - Indústria de Transformação	52	161	306	209,6	90,1
3 - Serviços industriais de Utilidade Pública	6	5	12	-16,7	140,0
4 - Construção civil	56	164	308	192,9	87,8
5 - Comércio	278	1.185	2.727	326,3	130,1
6 - Serviços	193	987	1.858	411,4	88,2
7 - Administração Pública	11	48	57	336,4	18,8
8 - Agropecuária	7	43	104	514,3	141,9
Não classificados	91	-	-	-	-
Total	698	2.598	5.394	272,2	107,6

Fonte: RAIS/CAGED (2013).

Este comportamento refletiu as expectativas por novas oportunidades de negócios surgidas com a transformação do Amapá em estado, a criação de novos municípios e a implantação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS).

Na década seguinte (2000-2010), o índice de crescimento da quantidade de estabelecimentos formais foi, de forma geral, bem inferior em relação ao período anterior, atingindo apenas 107,6%.

Na evolução setorial, o melhor desempenho ocorreu na Indústria Extrativa Mineral, que cresceu 340%, seguida da Agropecuária (141,9%), Serviços Industriais de Utilidade Pública (140,0%) e Comércio (130,1%). A desaceleração verificada pode refletir a redução das expectativas de novos negócios, que surgiram a partir da transformação do Amapá em estado, em função da baixa capacidade de investimentos do poder público estadual, da implantação da ALCMS, e devido à abertura do comércio brasileiro ao mercado mundial.

Quanto à evolução da capacidade de geração dos empregos formais, os dados indicam (Tabela 16) que no período de 1991 a 2000 os setores com melhor desempenho foram, pela ordem: Industriais de Utilidade Pública (822,1%); Serviços (291,8%) e Agropecuária (282,1%).

Tabela 16 - Evolução dos empregos formais por setor

Setor	1991	2000	2010	1991-2000 %	2000-2010 %
1 - Indústria Extrativa Mineral	1.255	19	1.081	-98,5	5.589,47
2 - Indústria de Transformação	1.398	2.149	3.024	53,7	40,7
3 - Serviços Industriais de Utilidade Pública	875	8.068	1.463	822,1	-81,9
4 - Construção Civil	2.083	2.177	4.618	4,5	112,1
5 - Comércio	1.935	7.129	21.117	268,4	196,2
6 - Serviços	3.590	14.064	26.004	291,8	84,9
7 - Administração Pública	18.310	13.760	49.849	-24,8	262,3
8 - Agropecuária	39	149	1.035	282,1	594,6
Não classificados	3.825	-	-	-	-
Total	33.310	47.515	###	42,6	127,7

Fonte: RAIS/CAGED (2013).

Dentre os fatores que determinaram estes resultados positivos, destacamos: no setor Serviços, o aumento do número de municípios, que ampliou a produção e

distribuição de água, energia elétrica e gás; no setor da Agropecuária, a atuação das cooperativas no beneficiamento de produtos agropastoris.

Nesse mesmo período ocorreu uma redução de 98,5% dos postos de trabalho no setor da Indústria de Transformação, em razão dos seguintes fatores: o encerramento da produção de manganês pela ICOMI, em 1997; a redução (24,8%) nos empregos da administração pública federal e estadual, motivada pelas aposentarias e a redistribuição, para outros estados, de servidores públicos federais que atuavam no ex-Território Federal do Amapá.

Quanto à evolução dos empregos formais, no período 2000-2010, a Tabela 16 indica que, de forma relativa, no setor da Indústria de Transformação ocorreu uma megaevolução de 5.589,47%, seguido da Agropecuária, que cresceu 594,6%, e da Administração Pública, que alcançou 262,3%. O pior desempenho ocorreu nos Serviços Industriais de Utilidade Pública, com uma redução de 81,9% nos postos de trabalho.

Os bons resultados alcançados pela Indústria de Transformação são resultado dos investimentos na exploração de minério de ferro e ouro, por empresas mineradoras. No que diz respeito à queda no volume de empregos no setor de Serviços Industriais de Utilidade Pública, a causa pode estar relacionada à falta de investimentos do governo estadual na produção e distribuição de água, energia e gás, bem como pelas mudanças na tecnologia e regulamentação destas atividades. Quantitativamente, os resultados mais expressivos se concentraram na administração pública estadual, que criou 36.089 novos postos de trabalho, ou seja, 59,5% de todos os empregos formais criados entre 2000 e 2010.

No cômputo geral, a evolução no emprego formal foi de 42,6% entre 1991 a 2000, e de 127,7% no período de 2000 a 2010, acompanhando o crescimento da economia brasileira nestes períodos.

Em relação à quantidade de salários mínimos destinados aos trabalhadores formais, com referencial no mês de dezembro (Tabela 17), conclui-se que a administração pública manteve-se como principal fonte pagadora de salários, desde a criação do estado do Amapá. Em 1991, a participação da administração estadual correspondia a 49,7% da massa salarial do mercado formal, seguida por setores não classificados (12,4%), setor de Serviços (11,6%) e pela Indústria de Transformação (7,4%), esta com a predominância das empresas de mineração industrial. Em 2000, a participação da Administração pública decresce para 43,5%, seguida pelo setor de Serviços Industriais de Utilidade Pública (24,7%) e do setor de Serviços (19,0%).

Neste ano, a participação da Indústria de Transformação caiu para 0,2%, reflexo do término da exploração industrial de manganês na Serra do Navio.

Tabela 17 - Salários mínimos pago aos trabalhadores formais por setor

Setor Econômico	1991		2000		2010	
	S.M.	%	S.M.	%	S.M.	%
1 - Indústria Extrativa Mineral	13.322,4	7,4	424,5	0,2	5.347,4	1,2
2 - Indústria de Transformação	7.275,9	4,0	6.803,1	2,4	5.840,5	1,3
3 - Serviços Industriais de Utilidade Pública	10.148,7	5,6	69.136,0	24,7	6.022,7	1,4
4 - Construção Civil	10.270,9	5,7	10.032,6	3,6	15.427,1	3,5
5 - Comércio	6.368,4	3,5	18.417,9	6,6	36.594,1	8,3
6 - Serviços	20.829,4	11,6	53.285,3	19,0	62.901,7	14,3
7 - Administração Pública	89.430,9	49,7	###	43,5	###	69,3
8 - Agropecuária	73,2	0,0	239,3	0,1	2.361,2	0,5
Não classificados	22.306,1	12,4	-	-	-	-
Total	###	100,0	###	100,0	###	100,0

Fonte: RAIS-MTE (2013).

A Tabela 17 mostra que, em 2010, a participação da Administração Pública na massa de salários do mercado formal chegou a 69,3%, seguida do setor de Serviços (14,3%) e de Comércio (8,3%). À época, as indústrias de extração mineral, inclusas no setor da Indústria de Transformação, apresentavam desenvolvimento produtivo acelerado, fato designado por Abrantes (2003) como o "boom da mineração". Contudo, as grandes indústrias de extração mineral participaram, em 2010, com apenas 1,2% na massa salarial do mercado formal. Quanto à participação dos salários dos trabalhadores formais, em 2000 ela representava 23,3% do PIB amapaenses, índice que aumentou em 2010 para 35,2%.

Quanto ao rendimento médio do trabalho formal, a Tabela 18 indica que de 1991 a 2010 ocorreu uma queda nos salários médios pagos, tendo como referência o número de salários mínimos (s.m.).

Tabela 18 - Evolução dos salários dos trabalhadores formais

Setor Econômico	Salários (1991)			Salários (2000)			Salários (2010)		
	Total	Vínculos	Médio	Total	Vínculos	Médio	Total	Vínculos	Médio
1 - Indústria Extrativa Mineral	13.322,4	1.255	10,6	424,5	19	22,3	5.347,4	1.081	4,9
2 - Indústria de Transformação	7.275,9	1.398	5,2	6.803,1	2.149	3,2	5.840,5	3.024	1,9
3 - Serviços Industriais de Utilidade Pública	10.148,7	875	11,6	69.136,0	8.068	8,6	6.022,7	1.463	4,1
4 - Construção Civil	10.270,9	2.083	4,9	10.032,6	2.177	4,6	15.427,1	4.618	3,3
5 - Comércio	6.368,4	1.935	3,3	18.417,9	7.129	2,6	36.594,1	21.117	1,7
6 - Serviços	20.829,4	3.590	5,8	53.285,30	14.064	3,8	62.901,7	26.004	2,4
7 - Administração Pública	89.430,9	18.310	4,9	###	13.760	8,8	###	49.849	6,1
8 - Agropecuária	73,2	39	1,9	239,3	149	1,6	2.361,2	1.035	2,3
Não classificados	22.306,1	3.825	5,8	-	-	-	-	-	-
Total	###	33.310	5,4	280.070,6	47.515	5,9	###	108.191	4,1

Fonte: RAIS-MTE (2013) - Valores em salários mínimos

A queda nos salários médios atingiu todos os setores, com exceção da Agropecuária, onde ocorreu uma pequena variação, de 1,6 s.m. para 2,3 s.m. Em termos gerais, a redução média dos salários variou de 5,9 s.m. para 4,1 s.m.

As reduções mais significativas ocorreram na Indústria de Transformação. Este setor, hegemonizado pela indústria de extração mineral, pagava um salário médio, em 1991, de 10,6 s.m. Já em 2000, a média subiu para 22,3 s.m. Contudo, em 2010, o salário médio passou a ser de 4,9 s.m. O refluxo tem correspondência direta com a exaustão das reservas de manganês da Serra do Navio e, em decorrência, o encerramento da extração industrial em 1997. Na ocasião, houve a demissão em massa dos trabalhadores, permanecendo apenas os funcionários da gerência local da empresa (ICOMI). Até 2000, esses funcionários ainda mantinham vínculos empregatícios, de modo a executar os procedimentos legais e administrativos que consolidariam o término institucional da empresa.

No que diz respeito à evolução do grau de informalidade da economia, ou seja, a relação existente entre os trabalhadores sem carteira assinada e o total de trabalhadores em atividade, os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) indicam que no Amapá houve um decréscimo nesta relação, entre 1992 (51%) e 2009 (50,3%). Esta redução foi significativamente inferior à média nacional, que decresceu de 51,9% em 1992, para 46,4% em 2009 (Tabela 19).

Tabela 19 - Grau de informalidade da economia

Estado/País	1992	2001	2009
Brasil	51,9	52,5	46,4
Acre	50,6	55,3	48,1
Amazonas	51,7	56,5	50,0
Amapá	51,0	48,6	50,3
Pará	63,1	64,7	61,1
Rondônia	52,5	52,9	41,3
Roraima	48,2	72,1	51,4
Tocantins	76,1	71,1	60,7

Fonte: IPEADATA (2011).

Balança comercial amapaense

No que tange ao desempenho da balança comercial amapaense, a Tabela 20 mostra o comportamento positivo nas exportações do estado, no contexto do comércio exterior brasileiro.

Tabela 20 - Evolução da Balança Comercial no Amapá

Local	Anos	Exportações US$ FOB	Importações US$ FOB	Saldo US$ FOB	Exportações %	Importações %
Brasil	1991	31.620.459,000	21.041.458,000	###	100	100
	2000	55.085.595,000	55.834.343,000	-748.748,000	100	100
	2010	###	###	###	100	100
Amapá	1991	53.315,000	26.888.000	26.427.000	0,17	0,13
	2000	35.998.815	28.282.050	7.716.765	0,07	0,05
	2010	352.978.000	49.148.000	303.831.000	0,17	0,03

Fonte: MIDIC.

Com base nos dados registrados em 1991, 2000 e 2010, o Amapá vem mantendo uma média de 0,17% de participação, no total das exportações brasileiras, embora em 2000 tenha havido uma redução para 0,07% de participação, devido ao encerramento das atividades de mineração industrial do manganês na Serra do Navio.

Em relação à participação do Amapá na composição das importações nacionais, verificam-se decréscimos contínuos: em 1991, a participação foi de 0,13%; em 2000, 0,05%, e em 2010, 0,03%. A redução nos índices de participação reflete a redução das vendas na Área de Livre Comércio de Macapá e Santana, em razão da abertura do mercado brasileiro.

Quanto aos produtos exportados pela economia amapaense (Tabela 21), observa-se que, em 1991, cerca de 90% delas eram compostas por minérios, em especial o manganês, e seus subprodutos produzidos pela ICOMI.

Registra-se, ainda, uma exportação significativa de madeira serrada e de camarão rosa, por grandes empresas de pesca.

Tabela 21 - Evolução do produtos exportados pelo Amapá

Produtos Exportados (1991-2010)		
Principais Produtos Exportados em 1991	**US$ FOB**	**%**
Minérios, escórias e cinzas	40.531.479	74,16
Produtos de Aço	8.647.095	15,82
Peixes, crustáceos e outros invertebrados	5.157.142	9,44
Madeira, carvão e obras de madeira	319.177	0,58
Principais Produtos Exportados em 2000	**US$ FOB**	**%**
Madeira de coníferas, em estilhas ou em partículas	21.190.116	58,86
Cromita (minérios de cromo)	9.244.757	25,68
Palmitos preparados ou conservados	2.756.345	7,66
Minérios de Niobio, Tantalo ou Vanadio, e seus concentrados	1.268.629	3,52
Outros minérios de manganês	1.228.067	3,41
Principais Produtos Exportados em 2010	**US$ FOB**	**%**
Minérios de ferro não aglomerados e seus concentrados	279.150.524	79,08
Madeira de não coníeras, em estilhas ou em partículas	42.074.706	11,92
Cromita(minérios de cromo)	8.808.010	2,50
Outras frutas, partes de plantas, prepars/conserv.	5.447.958	1,54
Sucos de outras frutas, Prods. Horticolas	2.037.102	0,58

Fontes: MIDIC (2013). Anuário Estatístico do Amapá (1991).

Em 2000, com o fim das atividades de exploração industrial de manganês, o principal produto foi a madeira de *Pinnus,* na forma de lascas e partículas, compondo 60% das exportações. O produto provém do plantio florestal extensivo e se destina à produção de celulose. Dentre os demais produtos exportados, destacam-se, na ordem de importância, a cromita, proveniente das do rio Vila Nova, o palmito de açaí e outros minérios, como o manganês residual de Serra do Navio.

Em 2010, os principais produtos exportados voltam a ser os minérios, com 81,58%; a com matéria prima para celulose, com 11,92%, e novos produtos vegetais, em especial o açaí, 1,54%.

Evolução da gestão pública e arrecadação tributária

A dinâmica da economia do estado do Amapá mantém como característica principal a forte e histórica dependência dos recursos federais, subordinação que remonta à época em que detinha o status de Território Federal. O orçamento do Amapá comprova este atrelamento, visto que a principal fonte de receitas tem sido a cota parte do Fundo de Participação dos Estados (FPE) (Tabela 22).

Tabela 22 - Evolução do comportamento da Receita Estadual

Ano	Tranferências da União	Receita Tributária	Receita Orçamentária	Trans-ferências (%)	Receita Própria (%)
1991	###	###	###	60,54	5,82
2000	519.070.613,63	104.286.193,85	678.947.235,59	76,45	15,36
2010	2.228.527.253,49	556.877.038,55	2.623.461.619,23	84,95	21,23

Fonte: SEPLAN-AP(1991); STN-MF(2000,2010). Em 1991 (Cr$), 2000 e 2010 (R$).

Em 2000, a cota parte somou R$ 455.481.095,10, representando 87,7% das transferências do governo federal ao Amapá. Em 2010, a cota referente ao FPE foi da ordem de R$1.664.377.719,39, o equivalente a 74,7% dos repasses federais. Em que pese esta conjuntura, a receita própria do estado, oriunda da arrecadação de impostos, vem crescendo ao longo do tempo. Em 1991, a arrecadação tributária correspondia a 5,8% do orçamento estadual, alcançando 21,23% em 2010.

Paralelo ao avanço gradual na arrecadação tributária estadual verifica-se, na relação Orçamento Público *versus* PIB, um comportamento inverso, de queda (Tabela 23).

Em 1991, o orçamento estadual representava 44,43% do PIB. A participação caiu, em 2000, para 28,81%. Já em 2010, houve um discreto crescimento, de 31,74%.

Em tese, a oscilação verificada no período enfocado pode indicar uma expansão das atividades do setor privado, no contexto geral da economia do Amapá. Isso, a despeito do incremento verificado em 2010, pois na época ocorriam avanços na economia brasileira e, por efeito, houve um incremento nacional na arrecadação de tributos, inclusive no Amapá.

Tabela 23 - Relação orçamento estadual versus PIB

Ano	PIB	Receita Orçamentária	% do PIB
1991	###	118.404.972.983,51	44,43
2000	2.357.036.000,00	678.947.235,59	28,81
2010	8.265.965.000,00	2.623.461.619,23	31,74

Fonte: IBGE (2012). Em 1991 (Cr$), 2000 e 2010 (R$).

No período enfocado, verificou-se ainda uma regressão acentuada nos índices de investimento governamental em serviços e equipamentos públicos (Tabela 24).

Tabela 24 - Capacidade de investimentos do governo estadual

Ano	Investimentos	Receita Orçamentária	% da Receita
1991	###	118.404.972.983,51	35,32
2000	88.664.618,99	678.947.235,59	13,06
2010	166.802.496,06	2.623.461.619,23	6,36

Fonte: SEPLAN: Balanço Geral, 1991; STN (2000-2010). Em 1991 (Cr$), 2000 e 2010 (R$).

Em 1991. os investimentos correspondiam a 35,32% da receita orçamentária; em 2000, 13,06%; e em 2010, 6,36%. Considerando o incremento demográfico ocorrido nas décadas em questão, denota-se a progressiva incapacidade do governo estadual no atendimento das necessidades da população, gerando, dentre outros efeitos, a dependência junto ao governo federal para contemplar as demandas sociais.

A escassez de recursos orçamentários e a necessidade política de atender às demandas da sociedade por investimentos públicos têm obrigado os governantes do Amapá a contrair empréstimos financeiros. Estes, em última instância, resultam em dívidas públicas e na redução da receita orçamentária e dos investimentos governamentais. Ressalte-se que o endividamento do estado do Amapá é um fenômeno recente, tendo em vista que a busca por empréstimos não era uma prática usual dos governantes em décadas anteriores. Com base no triênio em pauta, podemos afirmar que a contração de empréstimos tornou-se rotineira.

Em 2008, a dívida pública correspondia a 10,01% da receita orçamentária estadual, aumentando para 16,08% em 2009, e atingindo um quarto do orçamento em 2010 (Tabela 25).

Tabela 25 - Endividamento do estado do Amapá

Ano	Dívidas	Receita Orçamentária	% da Receita
2008	###	2.470.688.046,59	10,01
2009	###	2.529.216.340,78	16,08
2010	###	2.623.461.619,23	25,32

Fonte: STN/MF(2013);FNP(2013).

As dificuldades de investimento do governo estadual têm suscitado tensos debates políticos em torno da proporção das parcelas do orçamento público destinadas aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. A partir do segundo governo eleito (1995-2002), os questionamentos em torno da divisão dos recursos emergiram, por ocasião da aprovação dos orçamentos públicos anuais, em cumprimento às Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Em tais instantes, o clima tenso gerado no confronto entre os três poderes institucionais impedia o estabelecimento de consensos. Por efeito, a decisão final sobre a partilha do orçamento acabava sendo determinada em instâncias superiores do Judiciário. Os embates interinstitucionais foram de tal ordem, que levaram o imaginário popular a denominar o segundo governo estadual como o "governo do conflito" e o subsequente (2003-2010), o "governo da harmonia".

Ao final do "governo da harmonia", diversas investigações e operações policiais constataram irregularidades administrativas e desvio de recursos públicos em altas esferas governamentais. As investigações resultaram no afastamento do cargo, indiciamento e prisão de diversos deputados estaduais e conselheiros do Tribunal de Contas do Estado. O escândalo motivou o questionamento dos movimentos sociais quanto à justeza da distribuição orçamentária entre os poderes, e os impactos negativos desta partilha sobre os investimentos governamentais que deveriam ser destinados à saúde, segurança e educação públicas.

Com base na Tabela 26, conclui-se que o repasse financeiro do Executivo aos demais poderes, entre 1991 e 2010, teve evolução expressiva.

Em 1991, o percentual do repasse era de 6,2% em 2000, 14% em 2000, atingindo 15,6% em 2010. Em termos gerais, os repasses aumentaram duas vezes e meia. O volume de recursos financeiros destinados ao Poder Legislativo duplicou, mas a bancada de deputados estaduais permaneceu estável. O repasse financeiro ao Judiciário praticamente triplicou, um aumento significativo, em que pese à justificativa de expansão no atendimento aos municípios.

Tabela 26 - Evolução dos repasses financeiros aos Poderes

Especificação	1991		2000		2010	
	CRS	%	R$	%	R$	%
Orçamento Estadual	###	100,0	###	100,0	###	100,0
Legislativo	2.957.973.171,49	2,5	25.927.190,07	3,8	125.046.751,99	4,8
Tribunal de Contas	1.362.073.500,00	1,2	15.531.722,29	2,3	62.585.385,85	2,4
Judiciário	2.202.596.815,65	1,9	30.753.597,86	4,5	144.626.222,72	5,5
Ministério Público	868.000.000,00	0,7	23.030.706,38	3,4	77.048.638,16	2,9
Total	7.390.643.487,14	6,2	95.243.216,60	14,0	409.306.998,72	15,6

Fonte: SEPLAN-AP/STN.

Os gastos *per capita* com os Poderes no Amapá são elevados, se comparados aos que são praticados em outros estados brasileiros (Tabela 27).

Tabela 27 - Gastos "*per capita*" com Função Judiciária em 2010

Ranking	Estados	R$/per capita
1	Amapá	331,09
2	Roraima	226,03
3	Rondônia	210,36
4	Acre	191,93
5	Rio de Janeiro	176,78
6	Tocantins	160,90
7	Espírito Santo	158,86
8	Sergipe	152,18
9	Mato Grosso	152,15
10	Mato Grosso do Sul	150,27

Fonte: FNP/STN/SEPLAN-AP

O Amapá lidera o ranking dos estados que mais gastam com a função judiciária, R$ 331,09, considerando o poder Judiciário e o Ministério Público Estadual. Nos gastos *per capita* na função legislativa (Tabela 28), ou seja, os dispêndios financeiros destinados à Assembleia Legislativa e ao Tribunal de Contas do Estado, o Amapá está em segundo lugar, R$ 280,24, perdendo a primazia para Roraima, R$ 325,01.

Os gastos *per capita* elevados com função legislativa certamente são fatores contribuintes para baixa capacidade de investimentos estaduais em serviços para a população.

A baixa capacidade de investimentos do governo estadual acaba penalizando os municípios. Em 1991, os repasses financeiros aos municípios foram de apenas 1,07% do orçamento. Em 2000, 4,41%, atingindo 5,78% em 2010 (Tabela 29).

Tabela 28 - Gastos *per capita* com Função Legislativa em 2010

Ranking	Estados	R$/*per capita*
1	Roraima	325,01
2	Amapá	280,24
3	Distrito Federal	168,27
4	Acre	158,18
5	Mato Grosso	118,55
6	Tocantins	113,19
7	Rondônia	112,67
8	Sergipe	103,31
9	Mato Grosso do Sul	102,78
10	Amazonas	80,75

Fonte: FNP/STN/SEPLAN-AP.

Tabela 29 - Evolução dos repasses financeiros aos municípios

Ano	Repasse a Municípios	Receita Orçamentária	% da Receita
1991	1.272.311.350,00	118.404.972.983,51	1,07
2000	29.958.471	678.947.235,59	4,41
2010	151.664.610,46	2.623.461.619,23	5,78

Fonte: SEFAZ(1991); STN-MF(2000,2010). Em 1991 (Cr$), 2000 e 2010 (R$).

Os baixos índices dos repasses tomam gravidade maior devido às dificuldades socioeconômicas enfrentadas pela administração dos municípios para exercer suas atribuições, como investimentos públicos e a disponibilização de serviços à população. Dado este contexto, são poucas as perspectivas de aumento na qualidade de vida da população interiorana.

Ao analisarmos a evolução do emprego no setor público amapaense, constata-se que à época da elevação do Amapá a Estado da Federação, em 1990, havia 18.310 servidores públicos federais, o que correspondia a 22,1% da população ocupada do novo estado (Tabela 30). Eles formavam um quadro de pessoal em vias de gradual extinção, pois a legislação, obviamente, vedava novas contratações. Em 2000, o contingente funcional era de 10.769 servidores federais, equivalendo a 7,4% da população ocupada. Em 2010, os 10.066 servidores federais representavam 3,9% da população ocupada. As reduções verificadas no período resultaram de transferências e remoções para outros estados, aposentadorias e falecimentos.

Em 2000, o governo do estado e as prefeituras municipais já haviam formado seus quadros funcionais, num total de 21.469 servidores públicos, o correspondente a 22,1% da população ocupada. Em 2010, o estado e municípios empregavam 52.536 funcionários, o equivalente à metade dos empregos formais e a 20,2% da população ocupada.

Observa-se, também, que entre 1991 e 2000 o crescimento de empregos no setor público foi de 17,25%, índice inferior aos percentuais de aumento do emprego formal (42,64%) e da população ocupada (75,68%).

A estreita margem de evolução do emprego no setor público do Amapá reflete a política do governo federal, no sentido de reduzir o quadro funcional da administração pública, praticada nos governos Collor e Fernando Henrique Cardoso. Entre 2000 e 2010, verifica-se no Amapá um surto de crescimento no serviço público, com uma evolução média de 144,71%, bastante acima do crescimento da população ocupada, estipulada em 78,79%; e superior ao crescimento do emprego formal, que foi de 127,70%. A maior evolução ocorreu no setor municipal, onde o crescimento do emprego no período atingiu 478,10%, enquanto no setor estadual o crescimento atingiu 220,10%.

Quanto à representatividade da remuneração do servidores públicos em relação aos trabalhadores formais, a Tabela 31 indica um crescimento contínuo dos ganhos do funcionalismo público, em relação a massa salarial do mercado formal, no período 1991-2010.

Tabela 30 - Evolução do emprego no setor público no Amapá

Variável	1991	%	2000	%	2010	%	1991-2000 (%)	2000-2010 (%)
População Ocupada	83.000	100,0	###	100,0	###	100,0	75,68	78,79
Empregos Formais	33.310	40,1	47.515	32,6	###	41,5	42,64	127,70
Setor Público Federal	18.310	22,1	10.769	7,4	10.066	3,9	-41,19	-6,53
Setor Público Estadual	-	-	7.535	5,2	24.173	9,3	-	220,81
Setor Público Municipal	-	-	3.165	2,2	18.297	7,0	-	478,10
Setor Público Total	18.310	22,1	21.469	14,7	52.536	20,2	17,25	144,71

Fonte: RAIS/CAGED (2013)

Tabela 31 - A remuneração dos servidores públicos no Amapá

Variável	1991	%	2000	%	2010	%	2000-2010 %
Empregos Formais	###	100,0	###	100,0	###	100,0	56,62
Setor Público Federal			###	36,5	99.376,9	22,7	-2,78
Setor Público Estadual			76.455,2	27,3	###	41,5	138,22
Setor Público Municipal			8.473,1	3,0	47.400,3	10,8	459,42
Total	89.430,9	49,7	###	66,8	###	75,0	75,75

Fonte: RAIS/CAGED (2013). Unidades em Salário Mínimo.

Nos anos 1991, a remuneração dos servidores públicos representava 49,7%, da massa salarial destinada ao total dos empregos formais. Em 2000, o índice subiu para 66,8%. Outro crescimento de 75% ocorre em 2010.

Entre 2000-2010, o crescimento médio da massa salarial destinada à totalidade dos empregos formais foi de 56,62%. Contudo, os salários dos servidores públicos

cresceram 75,75%, em média. O maior crescimento foi no setor público municipal, que evoluiu 459,42%.

A Tabela 32, que trata da evolução da escolaridade dos servidores públicos indica uma melhoria contínua no grau de escolarização dos servidores públicos no Amapá.

Tabela 32 - Evolução da escolaridade dos servidores públicos no Amapá

Variável	1991	%	2000	%	2010	%	2000-2010 %
Analfabeto	112	0,61	128	0,60	17	0,03	-86,72
Até 5ª Incompleto	951	5,19	667	3,11	420	0,80	-37,03
Até 5ª Completo fundamental	1.633	8,92	1.068	4,97	236	0,45	-77,90
6ª a 9ª Fundamental	1.262	6,89	661	3,08	1.038	1,98	57,03
Fundamental completo	3.170	17,31	4.150	19,33	3.719	7,08	-10,39
Médio incompleto	1.650	9,01	835	3,89	427	0,81	-48,86
Médio completo	6.752	36,88	10.694	49,81	36.555	69,58	241,83
Superior incompleto	588	3,21	322	1,50	999	1,90	210,25
Superior completo	2.103	11,49	2.944	13,71	9.071	17,27	208,12
Mestrado	-	-	-		33	0,06	
Doutorado	-	-	-		21	0,04	
Não classificado	89	0,49				-	
Total	18.310	100,00	21.469	100,00	52.536	100,00	144,71

Fonte: RAIS/CAGED (2013).

Os que possuíam curso superior completo em 1991, representavam 11,49% do total dos funcionários públicos. Em 2000, o percentual aumentou para 13,71%, atingindo, em 2010, 17,27%. A evolução, entre 2000-2010 foi de 208,12%.

Por outro lado, decresceu em 86,72% a quantidade de funcionários analfabetos. O número de servidores com nível médio completo cresceu de 10.694 em 2000, para 36.555 em 2010, ocorrendo uma evolução de 241,83%.

A Tabela 33 indica que no Amapá os trabalhadores com menor escolaridade estão concentrados na esfera municipal. Isto significa que a maioria dos munícipios amapaenses dispõem servidores com baixa escolaridade.

Tabela 33 - Escolaridade dos servidores públicos por setor em 2010

Escolaridade	Servidores Federais	Servidores Estaduais	Servidores Municipais	Empresas Estaduais	Total
Analfabeto	-	-	11	6	17
Até 5ª Incompleto	159	5	226	30	420
5ª Completo Fundamental	-	3	204	29	236
6ª a 9ª Fundamental	649	18	330	41	1.038
Fundamental completo	1.312	86	2.254	67	3.719
Médio incompleto	19	25	350	33	427
Médio completo	5.003	18.660	11.804	1.088	36.555
Superior incompleto	22	243	509	225	999
Superior completo	2.901	2.970	2.605	595	9.071
Mestrado	-	15	1	17	33
Doutorado	1	1	3	16	21
Total	10.066	22.026	18.297	2.147	52.536

Fonte: RAIS/CAGED (2013).

As únicas exceções são Macapá, capital do estado, e o município de Santana, que concentram 80% da população urbana estadual. Não por coincidência, estes locais possuem a melhor e maior infraestrutura urbana instalada e dispõem da maior parte dos serviços públicos. Em suma, o fenômeno indica as dificuldades das administrações dos pequenos municípios de acessar e gerenciar os recursos públicos, o que implica na oferta inadequada de equipamentos e serviços à população.

Quando se analisa a evolução dos gastos com os servidores estaduais em relação à receita orçamentária, exposta na Tabela 34, percebe-se um crescimento de 15,5% nos custos de pessoal em relação à receita orçamentária.

CONCLUSÃO

Em conclusão, pode-se afirmar que nos últimos 20 anos ocorreram mudanças significativas na sociedade amapaense, refletindo as que foram verificadas em nível nacional, tais como a política de combate à pobreza; de redução das desigualdades socioeconômicas regionais via investimentos em infraestrutura; as ações visando à integração das economias brasileira e sul-americana; o aproveitamento dos recursos e potencialidades regionais para implantar mecanismos de dinamização econômica etc.

No Amapá, verificam-se mudanças substanciais na estrutura econômica dinamizada pela mineração, provocando ciclos de prosperidade à população regional e a atração de migrantes. Em contrapartida, surgem outros desafios a serem superados, como a migração populacional crescente, que sobrecarrega a capacidade governamental em atender na mesma proporção da evolução quantitativa das demandas sociais. O enfrentamento dessas dificuldades recém-surgidas é necessário para prosseguir os avanços requeridos pela sociedade do Brasil e do Amapá, na superação dos desequilíbrios geopolíticos e das desigualdades socioeconômicas, heranças tardias de um passado que aos poucos deixa de se refletir no tempo presente.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Joselito Santos. **(Des)Envolvimento local em regiões periféricas do Capitalismo**: limites e perspectivas no caso do Estado do Amapá. 2010. 267f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. O GEBAM, as empresas agropecuárias e a expansão camponesa. In: **IBASE**. Os donos da terra e a luta pela Reforma Agrária. Rio de Janeiro: CODECRI, 1984.

AMAPÁ.Território Federal do Amapá. **Relatório das atividades do Governo do Território Federal do Amapá em 1944**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946. p. 156.

AMAPÁ. Secretaria de Estado de Infraestrutura. **Plano Estadual de Habitação de Interesse Social do Estado do Amapá – PEHIS-AP**: diagnóstico habitacional. Versão preliminar. Macapá: SEINF, 2008. Mimeografado.

BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. **Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

BRASIL. Ministério do Planejamento. **Programa de Aceleração do Crescimento**: balanço 4 anos: 2007-2010. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/noticias/pac/Pac_1_4.pdf>.

BRASIL. Senado Federal. **A importância da SUFRAMA para o Amapá**. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/senadores/Senador/jsarney/boletim/artigos_sena-dor.asp>.

BRASIL. Eletrobras. **Luz para Todos**: relatório síntese 2004/2012. Brasília: Eletrobras, 2013.

BRASIL. **Programa de Aceleração do Crescimento**. Balanço 4 anos: 2007-2010. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/pub/up/relatorio/18217bc6ed365d0c38d4a8dc721d3d65.pdf>.

CAMILO, Janaína. **Homens e pedras no desenho das fronteiras**: a construção da Fortaleza de São José de Macapá (1764/1782). Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009.

CARVALHO, Guilherme. **BR-156 no Amapá**: Estado, integração e conflitos socioambientais. Belém: [s.n.t.]. Disponível em: <http://www.fase.org.br/v2/admin/anexos/acervo_temp/10_BR_156_Amapa.pdf>.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. O fecho do Império: história das fortificações do Cabo Norte ao Amapá de hoje. In: **As Terras do Cabo Norte**: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira – séculos XVIII/XIX. Belém: EDUFPA, 1999. p.129-193.

CASTRO, Manoel Cabral de. **Crescimento econômico e desenvolvimento sustentável**: conceitos na análise do perfil ambiental e de aspectos da evolução recente do capital humano no Amapá. Macapá: GEA, 2012. Arquivo digital.

CHAGAS, Marco Antonio. Conflitos, gestão ambiental e o discurso do desenvolvimento sustentável na mineração no Estado do Amapá. 2010. 235f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

_____. Gestão Ambiental no Amapá: evolução e contribuição do Subprograma de Política de Recursos Naturais do PPG7. 2003. 142f. Dissertação (Mestrado em Política e Gestão Ambiental) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

_____. **Tumucumaque**: o "Big Park" e a história do conservacionismo no Amapá. Rio de Janeiro: Marco Antonio Chagas, 2008.

CHELALA, Charles Achcar. A magnitude do Estado na sócioeconomia amapaense. 2008. 174f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2008.

COUDREAU, Henri. **La France Equinoxiale**: voyage a travers les Guyanes et L'Amazonie. Paris: Challamel Ainé, Editeur, 1987.

COUTO, Leandro Freitas. A Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana – IIRSA como instrumento da política exterior do Brasil para a América do Sul. **Revista OIKOS**, v. 5, n. 1, 2006. Disponível em: <http://www.revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/article/viewFile/109/77>.

CUNHA, Álvaro da. **Relações públicas governamentais no Amapá**. Macapá: Imprensa Oficial, 1954.

DRUMMOND, José Augusto; PEREIRA, Mariângela de Araújo Póvoas. **O Amapá nos tempos do manganês**: um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

FILOCREÃO, Antonio Sergio Monteiro. Extrativismo e capitalismo: as transformações recentes no agroextrativismo do sul do Amapá. 2007. 545f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

_____. **Extrativismo e Capitalismo**: a manutenção, funcionamento e reprodução da economia extrativista do sul do Amapá. 1992. 236f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1992.

_____. **Relatório Descritivo**. Macapá: ASTER-AP, 1983.

FRAGOSO, Frei Hugo. Os aldeamentos franciscanos do Grão-Pará. In: HOORNAERT, Eduardo (Org.). **Das reduções Latino-americanas às lutas indígenas atuais**. São Paulo: Edições Paulinas, 1982. p.119-160.

FURTADO, Bernardo Alves et al. **Estimativas do déficit habitacional brasileiro (2007-2011) por municípios (2010).** Nota Técnica 01. Brasília: IPEA, 2013. Disponível em: http://www.ipea.gov.br. Acesso em: xxxxx.

GARRIDO FILHA, Irene. **O Projeto Jari e os capitais estrangeiros na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1980.

GUERRA, Antonio Teixeira. **Estudo Geográfico do Território do Amapá**. Rio de Janeiro: IBGE, 1954.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**: aglomerados subnormais, primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>.

JORGE, Sérgio Paulo de Souza. **Política Fundiária como instrumento de ordenamento territorial**. 2003. 139f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

JUAREZ, Rodolfo. **Rodovia BR 156** – Macapá/Oiapoque. Macapá: [s.n.t.], 2011. Disponível em: <http://www. rodolfojuarez.blogspot.com.br/2011/10/rodovia-br-156-macapaoiapoque.html>.

LINS, Cristóvão. **A Jari e a Amazônia**. Rio de Janeiro: Dataforma, 1997.

_____. **Jari**: 70 anos de história. 3. ed. Rio de Janeiro: Dataforma, 2001.

LORIMER, Joyce. **English and Irish Settlement on the River Amazon**: 1550-1646. London: The Hakluyt Socety, 1989.

MARIN, Rosa Acevedo (Org.). **Escrita da História Paraense**. Belém: NAEA/UFPA, 1998.

MENDES, Allan Jasper Rocha. **A expansão da educação superior no Amapá**: o público e o privado em questão (2000-2010). 2012. 103f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2012.

MIGEON, Gérard. L'occupation amérindienne ancienne de la Guyane, de l'holocène a la Conquête: état de la question e données nouvelles. In: FOUCK, Serge Man Lam; ZONZON, Jacqueline (Orgs.). **L'Histoire de la Guyane**: depuis les civilizations amérindiennes. Maroury: Ibis Rouge Editions, 2006. p.31-86.

MIRANDA, Evaristo de. **Quando o Amazonas corria para o Pacífico**: uma história desconhecida da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 2007.

MORAIS, Paulo Dias. **Governadores do Amapá**: principais realizações. Macapá: Gráfica J.M., 2004.

NEVES, Eduardo Góes. **Arqueologia da Amazônia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

NUNES FILHO, Edinaldo Pinheiro. **Pesquisa arqueológica no Amapá**. 2. ed. Macapá: B-A-BÁ, 2005.

OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. Ocupação humana. In **Amazônia, Desenvolvimento, Integração e Ecologia**. São Paulo: Brasiliense, 1983. p.144-327.

OLIVEIRA, Marcelo José de (Cord.). **Diagnóstico do Setor Mineral do Estado do Amapá**. Macapá: IEPA, 2010.

PARÁ- Secretaria de Educação e Cultura. **Annaes da Bibliotheca e Arquivo Público do Pará**. Belém, 1916.

PINTO, Lúcio Flavio. **Jari, toda a verdade sobre o projeto de Ludwig**. São Paulo: Marco Zero,1986.

PORRO, Antonio. **O povo das águas**: ensaios de etno-história amazônica. Petrópolis: Vozes; São Paulo: EDUSP, 1996.

PORTO, Jadson. **Amapá**: principais transformações econômicas e institucionais - 1943 a 2000. Macapá: GEA/SETEC, 2003.

Porto, Jadson; COSTA, Manoel. **Área de Livre Comércio de Macapá e Santana**: questões geoeconômicas. Macapá: Editora Gráfica O Dia, 1999.

RAIOL, Osvaldino da Silva. **A utopia da terra na fronteira da Amazônia**; a geopolítica e o conflito pela posse da terra no Amapá. Macapá: Editora Gráfica O Dia, 1992.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Território do Amapá**: perfil histórico. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949.

_____. **Limites e demarcações na Amazônia Brasileira**. Belém: SECULT, 1993. v.1.

RIO BRANCO, Barão do. **Questões de Limites**: Guiana Francesa. Brasília: Senado Federal; Conselho Editorial, 2008.

SANTOS, Antonio Carlos Rodrigues dos. **Geografia do Amapá**: a (re)produção do espaço amapaense e seus contrastes. Macapá: Gráfica JM, 2009.

SANTOS, Fernando Rodrigues dos. **História do Amapá**. Macapá: Valcan, 1994.

SANTOS, Roberto. **História econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SARNEY, José; COSTA, Pedro. **Amapá**: a terra onde o Brasil começa. Brasília: Senado Federal, 2004.

WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia**: expansão e decadência 1850-1920. São Paulo: Hucitec; EDUSP, 1993.

Sites consultados:

http://brasileconomico.ig.com.br/noticias/edp-obtem-concessao-de-central-hidreletrica-no-amapa_126185.html

http://exame.abril.com.br/meio-ambiente-e-energia/energia/noticias/bndes-aprova-r-736-8-mi-para-usina-santo-antonio-do-jari

http://exame.abril.com.br/meio-ambiente-e-energia/energia/noticias/bndes-aprova-r-736-8-mi-para-usina-santo-antonio-do-jari

http://wikicoi.planalto.gov.br

http://www .aequus.com.br/comparabrasil/

http://www.portal.mte.gov.br/portal-mte/dados-e-estatisticas/temas-estatisticas/

http://www.abrasil.gov.br/anexos/download/relatorio.pdf

http://www.abrasil.gov.br/anexos/download/relatorio.pdf

http://www.atlasbrasil.org.br/

http://www.brasil.gov.br/sobre/economia/energia/obras-e-projetos/linhao-tucurui-macapa-manaus/view

http://www.brasil.gov.br/sobre/economia/energia/obras-e-projetos/linhao-tucurui-macapa-manaus/view

http://www.datasus.gov.br/

http://www.epe.gov.br/

http://www.ferreiragomesenergia.com.br/ferreiragomes/web/conteudo_pti.asp?idioma=0&tipo=40874&conta=45

http://www.ibge.gov.br

http://www.ipeadata.gov.br

http://www.obrtglt.inpe.br/prodes/

http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac/publicacoesregionais?estado=ap&ano=2008&keyword=

http://www.seplan.ap.gov.br

http://www.stn.fazenda.gov.br/

Capítulo 4

FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO ESTADO DO AMAZONAS

Andreia Brasil Santos
José Alberto da Costa Machado
Marcelo Seráfico

INTRODUÇÃO

Logo após as viagens de Francisco Orellana, Pedro de Ursúa e Lope de Aguirre, a Amazônia com seu grande contingente de índios – mão de obra em potencial – foi revelada à Europa como sendo uma região com grandes possibilidades de tornar-se um El Dorado (SOUZA, 2009). Esta possibilidade não vinha com a descoberta do ouro – objeto do desejo dos colonizadores, mas sim com a exploração de produtos naturais, além do plantio de cana-de-açúcar e tabaco.

A fronteira amazônica passou, então, a ser palco de conflitos entre espanhóis e portugueses. A Espanha, com seus leigos e religiosos, estava legalmente amparada pelo Tratado de Tordesilhas. Já Portugal, reivindicava o direito de posse baseado na defesa e proteção do território contra as invasões inglesas, holandesas e francesas. Eles realizavam essa proteção em relação à embocadura da região, partindo do extremo norte do território, que então lhe pertencia, pois era a parte considerada Brasil. Entretanto, não havia maiores incursões ao interior da região.

A partir de 1616, com a expedição de Francisco Caldeira Castelo Branco, o projeto político de Portugal relativo à ocupação da Amazônia toma corpo e se desdobra através de três faces inter-relacionadas, quais sejam:

• **Posse e defesa do território**, através de missões militares, construção de fortes e expedições ao interior da região para delimitação e mapeamento do território, além da identificação de recursos naturais para exploração.

• **Exploração econômica**, primeiramente com a da extração das chamadas drogas-do-sertão e plantio da cana-de-açúcar e, posteriormente, pela tentativa de uma experiência agrícola e implantação da pecuária.

• **Configuração cultural**, através da catequese religiosa.

De início, aparentemente o objetivo de Portugal era apenas a expulsão dos seus concorrentes (ingleses e holandeses), que aos poucos iam se instalando ao longo dos grandes rios da Amazônia. Os portugueses, de fato, pretendiam assegurar o monopólio do mercado das drogas-do-sertão e da produção de açúcar, que tinha se revelado muito promissora, a partir dos plantios no estuário do Amazonas.

Para alcançar este objetivo era necessário que Portugal ocupasse imediatamente a área cobiçada, e essa ocupação se deu através de guerras contra os invasores e da construção de fortes nos pontos estratégicos da Amazônia. Ocorre que, mesmo combatendo e expulsando os seus inimigos, as terras não se encontravam livres para servir aos interesses econômicos de Portugal. Os índios, seus habitantes nativos, não facilitaram a invasão do seu território e resistiram ao máximo, tornando-se hostis aos portugueses. Santos (2009) relata que as incursões realizadas pelos colonizadores desencadearam um verdadeiro estado de guerra entre os indígenas contra o domínio de suas terras e a escravidão da sua força de trabalho. Por isso, os missionários foram chamados para auxiliar na colonização, conduzindo o processo de deslocamento dos índios de seus aldeamentos originais para os aldeamentos religiosos (chamados de descimento), deixando, dessa forma, as terras livres para a coleta das drogas-do-sertão e outras atividades econômicas.

O período que vai de 1616 a 1750 foi caracterizado pela instalação dos postos coloniais ao redor das missões religiosas e dos fortes, que posteriormente se transformaram nas vilas e cidades da Amazônia, além das expedições de posse e dos descimentos, as guerras justas e os resgates das populações nativas[1]. Assim, a ocupação da Amazônia foi seguida de um processo de despovoamento dos grupos nativos. São inúmeros os registros históricos relatando que a região era densamente povoada em toda a sua várzea ou ao longo da faixa litorânea do Pará, que vai de Guajará ao Gurupi e, no caso deste trecho, mais precisamente, povoada pelos índios Tupinambás, localizados no litoral e nas margens dos rios que afluem nessa área[3]. Os registros dão conta, ainda, de que a ilha de Marajó encontrava-se habitada por

[1] Oliveira (1983) e Mattos (1980) apresentam informações sobre as fortificações portuguesas na Amazônia, indicando a localização e o período de fundação.

inúmeros grupos indígenas, prevalecendo os Aruak, denominados pelos portugueses de Nheengaibas.

Nestes primeiros setenta anos de colonização portuguesa na Amazônia, as fronteiras do seu domínio na região foram alargadas. Esse processo, no entanto, resultou no extermínio de inúmeros povos indígenas, desde o delta do Amazonas até a ilha de Marajó e o baixo Amazonas. Tal fato levou os portugueses a buscar índios na Amazônia Ocidental, subindo na direção do rio Solimões e dos seus afluentes, chegando aos rios Negro e Japurá. Essas expedições levaram os portugueses a ultrapassar o marco de Tordesilhas, atingindo parte das fronteiras atuais da Amazônica brasileira.

Nesse primeiro período, os atores principais foram os colonos e aventureiros de toda ordem oriundos das colônicas portuguesas, bem como os missionários religiosos, todos interessados na exploração e domínio da região para a Coroa lusa, mas sem um projeto plenamente articulado. Para tal empreitada, Portugal já possuía vasta experiência colonizadora em regiões da África, o Nordeste brasileiro e o Sudeste asiático, o que auxiliou os portugueses na sua fixação na Amazônia e dominação da sociedade indígena.

Santos (2009) afirma que o início da ocupação dos colonizadores na calha do rio Negro ainda não é bem conhecido. Entretanto, há registros de que as autorizações para as expedições iniciaram em 1649, com histórico de confrontos entre brancos e índios, até que, por volta de 1669, fundou-se Fortaleza de São José da Barra do Rio Negro. A sua localização, entretanto, não era eficiente do ponto de vista da estratégia militar de defesa do território, e a instalação passou a ser um órgão burocrático, que servia de cidadela para reprimir os indígenas e, ainda, de entreposto comercial.

A intensificação das atividades econômicas na Amazônia se dá por meio de expedições sertanistas e militares que partiam de Belém, Gurupá e Cametá. Os portugueses saíam em busca de escravos indígenas, de ouro e das especiarias abundantes na região (cacau, baunilha, canela, cravo, salsaparrilha, raízes aromáticas etc.): As chamadas "drogas do sertão" interessavam a Portugal por serem produtos extrativistas com valor comercial equivalente ao das especiarias importadas das Índias (BATISTA, 2007). Imaginava-se que, devido à demanda já instalada na Europa para tais produtos, a sua extração poderia promover a recuperação econômica da Coroa.

A euforia com a potencialidade econômica desses recursos levou Portugal a iniciar o seu projeto econômico colonialista e, portanto, o saque dos recursos naturais da Amazônia. Para tanto, precisava da mão de obra indígena, que conhecia

bem a região e sabia onde encontrar esses produtos e lidar com as suas adversidades. Foram organizadas, então, as expedições militares que visavam o recrutamento de mão de obra índigena e as sertanistas, cujo objetivo era a extração dos recursos naturais, embora também atuassem no recrutamento por meio de aliciamento. O recrutamento da mão de obra se dava através de:

• Descimentos: expedições que visavam induzir (com ajuda dos missionários) os índios a "descerem" para as aldeias de repartição, de onde seriam distribuídos entre os colonos, missionários e serviços da coroa. Com a justificativa de civilizá-los, confinavam-nos em aldeias e utilizavam o seu trabalho até a exaustão e, apesar da existência da lei que regulamentava o pagamento de uma espécie de "salário" (alimentos, roupas, objetos), isso praticamente não ocorria.

• Resgates: expedições nas quais os colonos portugueses trocavam – com tribos aliadas – índios prisioneiros de guerras intertribais por quinquilharias, ferramentas, etc. Como os nativos iam ser mortos pelos inimigos, os portugueses tinham-nos como resgatados e, por isso, a lei autorizava escravizá-los por um período de 10 anos. Ocorre que, em 1626, quando se completou o período de dez anos iniciais de colonização portuguesa e, portanto, o primeiro grupo de escravos seria libertado, houve uma modificação na legislação, condenando esses índios à escravidão.

• Guerras Justas: tratava-se de expedições realizadas por tropas de guerra que invadiam povoações e territórios indígenas para escravizá-los e vendê-los para os colonos. Isso ocorria quando eles atacavam colonos ou suas propriedades ou se recusavam a lutar em favor dos interesses portugueses e aceitar os preceitos religiosos impostos pelos missionários ou, ainda, quando se aliavam aos estrangeiros contra os interesses da Coroa portuguesa.

Desta forma, constata-se que o recrutamento de mão de obra era, na verdade, a caça ao índio, que se mostrava rentável porque o contingente de colonizadores brancos na Amazônia era insuficiente para viabilizar os trabalhos nas lavouras do tipo colonial, que visavam suprir o mercado europeu. Portanto, sendo os índios numerosos na região, Portugal recorreu a este contingente para suprir necessidade de braços para várias atividades como agricultura, coleta das drogas do sertão, remeiros de canoas, transporte de mercadorias, construções, salga de peixe, fabricação de manteiga de tartaruga, roçados, serviços domésticos, engenhos e como guerreiros.

O índio era, portanto, o "ouro vermelho" da região – um importante fator de lucro, pois podia ser utilizado na agricultura, no extrativismo e ainda no trabalho doméstico. No comércio e serviço público trabalhavam principalmente os portugueses.

A ideia de incompetência do amazônida tem origem neste comportamento. Ocupada no que os portugueses entendiam como atrativo, a força de trabalho do nativo era usada até o esgotamento extremo, impedindo a sua reprodução étnica e cultural. Apesar da existência de leis de proteção à sua liberdade, os nativos deixaram de se dedicar às potencialidades naturais, as quais conheciam e dominavam.

Os jesuítas foram os primeiros obstáculos a essa situação, denunciando-a à Coroa e deflagrando os primeiros conflitos com os colonos leigos. A partir de 1655, Portugal passou a encarregar os jesuítas de administrar aldeias e expedições de recrutamento. Neste caso, as expedições militares para recrutamento, especialmente as "Tropas de Resgate", tornaram-se menos frequentes. As expedições sertanistas visavam à extração das "drogas do sertão", penetravam o interior da floresta e percorriam rios e igarapés extraindo tudo que encontravam. Estas duravam meses, e foram fundamentais para expandir e consolidar o domínio português na região por meio da fundação de fortes e feitorias, reconhecimento e ocupação da região, e exploração dos recursos naturais mais acessíveis.

À medida que iam penetrando na floresta amazônica, os sertanistas iam submetendo à escravidão, quantos indígenas encontrassem, estando ou não em conformidade com a lei vigente. Os nativos eram transportados para Belém, onde eram comercializados entre os moradores por um preço estipulado pelo governador e pela câmara (REIS, 1989). Esse processo acabou por vulgarizar a escravidão do nativo.

É claro que a violência praticada pelos portugueses durante as expedições de captura dos índios foram respondidas também com ataques violentos das populações indígenas contra o colonizador português. Nesse processo de ataque, defesa e represália, inúmeros povos indígenas foram sendo dizimados totalmente, como os Maués, Barés, Omáguas, Muras, Tapajós, Manaós, dentre outros. Sobre este aspecto, Freire (1994) observa:

> *[...] um fato é indiscutível: em setenta anos de colonização portuguesa, os povos indígenas foram exterminados do delta do Amazonas, da ilha de Marajó e do baixo Amazonas, obrigando os portugueses a procurar índios na Amazônia Ocidental, e subir na direção do Solimões e de afluentes como o rio Negro e Japurá. Foi justamente em expedições de caça aos índios que os portugueses empurraram o marco de Tordesilhas até as fronteiras atuais* (FREIRE, 1994).

Da mesma forma que ocorreu com o pau-brasil no litoral, a coleta predatória das drogas do sertão levou ao esgotamento desses recursos, induzindo a Coroa a

determinar um período de "descanso" ou "pousio". A mão de obra indígena também começou a ficar escassa por causa da brutal exploração, além dos efeitos das doenças e vícios trazidos pelo invasor. Por isso, as "drogas do sertão" não se constituíram em um fator econômico suficiente para a recuperação econômica de Portugal, e nem para substituir as especiarias da Índia, mas estimularam a penetração do colonizador na floresta e em áreas difíceis, contribuindo para sedimentar a posse e ocupação.

Economia e sociedade no período pombalino e na transição para o Brasil independente (1750-1850)

No século XVIII, a burguesia, como nova classe em ascensão, necessitava de um referencial ideológico que a legitimasse no poder. O Iluminismo veio atender aos interesses desta classe, tendo como principais características doutrinárias o materialismo, o racionalismo, o antiabsolutismo, o anticlericalismo e a crítica aos princípios mercantilistas. Esta doutrina representou o novo fortalecimento do mercantilismo lusitano, na medida em que ampliava a relação de dependência entre a metrópole e a colônia.

Em 1750, D José I ascende ao trono português, tendo como um de seus interesses principais consolidar o domínio de Portugal no oeste da Amazônia. O rei nomeou como Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra Sebastião José de Carvalho e Melo, mais tarde titulado Marquês de Pombal, que se propunha a colocar Portugal no caminho do século das luzes, sem romper com os princípios mercantilistas. A Coroa portuguesa desejava romper a sua dependência econômica da Inglaterra e a tutela político-ideológica da Igreja. Sua política basicamente era de promover Portugal no mercantilismo internacional e, por isso, a ideia de extrair da Amazônia todos os recursos possíveis voltou a vigorar na relação do colonizador com a região (SANTOS, 2009).

Uma das políticas pretendidas era intensificar a dependência colonial em relação à metrópole, para que esta pudesse ter um controle mais direto sobre aquela. Cardoso (1984) ressalta as medidas adotadas por Pombal, de cunho tipicamente mercantilista, e as que tiveram maior repercussão sobre a Amazônia foram as seguintes:

– Mudança na política relativa à mão de obra indígena, com a criação do Diretório dos Índios;

– Criação do Estado do Grão-Pará e Maranhão;

– Criação da Capitania de São José do Rio Negro;

– Subdivisão do Estado do Grão-Pará e Maranhão, constituindo os Estados Maranhão e Piauí e Grão-Pará e Rio Negro;

– Destituição de funcionários ligados ao clero e nobres portugueses representantes dos interesses ingleses;

– Expulsão dos Jesuítas e confisco de seus bens (primeiro da Amazônia e depois de todas as terras portuguesas);

– Política agrícola e incentivo à imigração;

– Criação da Companhia de Comércio monopolizadora do Grão-Pará e Maranhão.

A execução das medidas planejadas nesse processo de mudança foi confiada por Pombal ao seu meio-irmão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Como estratégia para conduzir o processo administrativo estabeleceu-se uma espécie de "paz colonial", dando "liberdade" (revogando a escravidão legal), e ao mesmo tempo "europeizando" a população indígena, para que esta colaborasse com o processo de colonização. Desde então, a população indígena passou a obedecer a um novo estatuto, o Diretório dos Índios.

Instituído em maio de 1757, o Diretório dos Índios foi resultado da política mercantilista de Pombal. Com ele há uma profunda mudança na política indigenista na região. Em seus 95 parágrafos, procurou abranger todos os aspectos da vida colonial: cultura, administração, economia e o social. Em sua essência, o Diretório visava ocidentalizar o nativo da região, dotando-o de qualidades do homem europeu português, a fim de facilitar a nova tentativa de direcionar a região aos objetivos mercantilistas do colonizador.

O Diretório dos Índios legalizava a extinção do poder dos missionários e o entregava aos Diretores (leigos), que deveriam "ser dotados de bons costumes, zelo, prudência, verdade, ciência da língua e todos os mais requintes necessários para poder dirigir...". Em cada povoação havia um Diretor "para dirigir com acerto os referidos índios debaixo de ordens" (SANTOS, 1997, p. 52).

Os índios passaram a cumprir obrigações penosas, dentre as quais podemos destacar as seguintes: obrigação do uso da língua portuguesa, em detrimento da língua materna de cada nação indígena aldeada e da língua geral, o Nheengatu; os índios deveriam ter sobrenomes semelhantes aos das famílias de Portugal e construir

moradias no estilo dos brancos; era obrigatório aos índios o uso de roupas, proibindo-os de andar nus, especialmente as mulheres (SANTOS, 2009).

Nas vilas, o governo temporário era exercido pelos juízes ordinários, vereadores e oficiais de justiça; e nos aldeamentos indígenas pelos principais chefes indígenas. A direção espiritual seria confiada à "exemplar vigilância do prelado desta diocese".

Os diretores tinham a incumbência de erigir casas de câmara e cadeia pública, e ainda de persuadir os índios a fazerem "casas decentes para seus domicílios". Eram responsáveis pelo crescimento populacional das povoações através da promoção de descimentos. O número de habitantes deveria ser de pelo menos 150 pessoas por povoação, e deviam estimular o casamento entre brancos e índios.

No parágrafo 95 do Diretório estão listados os seus diferentes objetivos: "a dilatação da fé; a extinção do gentilismo; a propagação do Evangelho; a civilidade dos índios; o bem comum dos vassalos; o aumento da agricultura; a introdução do comércio; e, finalmente, o estabelecimento, a opulência e a total felicidade do Estado".

Apesar dos investimentos feitos e das mudanças que provocou, o Diretório não alcançou os resultados econômicos esperados e foi extinto em 12 de maio de 1798.

A desarticulação do projeto pombalino e o retorno da velha estratégia de assegurar a mão de obra por meio da escravidão e da relação feudal afetaram os pilares dessa aparente estabilidade, e deixaram a Amazônia sem rumo e sem projetos econômicos. Uma grande quantidade de homens, agora sem identidade indígena e sem a possibilidade de se inserir na dinâmica econômica vigente, passou a constituir uma população de miseráveis nas periferias urbanas. Além disso, a vinda da família real portuguesa para o Brasil dando prioridade às demandas requeridas pelas regiões Nordeste e Centro-Sul e ofuscando os interesses da região amazônica. Estes fatos trouxeram uma situação de letargia para a região, que só viria a ser quebrada com as revoltas que ocorreriam nas primeiras décadas do século XX.

Nas duas últimas décadas do colonialismo português – até 1822 – a política indigenista da Coroa Portuguesa foi de declarar guerra aos nativos e se intensificou após a chegad da família real portuguesa ao Brasila, em 1808, que veio fugida das tropas de Napoleão.

O Brasil tornou-se independente em 1822, e transformou em províncias as antigas capitanias. No Amazonas, a Província do Rio Negro continuou vinculada ao

Pará. Em 1823, o Estado do Grão-Pará aderiu ao Brasil e desvinculou-se de Portugal.

As péssimas condições sociais e o declínio econômico, nos quais viviam as populações, fizeram explodir, em 1835, a maior e mais popular rebelião ocorrida na história da Amazônia: a Revolta dos Cabanos ou a Cabanagem, que reuniu uma massa de negros, índios, tapuios e caboclos descontentes. Além disso, a nomeação de autoridades provinciais diretamente pelo poder federal impedia os fazendeiros paraenses de participar, como antes, na política local, o que os levou à insatisfação e à oposição a essas autoridades.

Pinheiro (1999) afirma que a Cabanagem deve ser encarada como uma "revolta aberta", já que os setores populares reelaboraram o discurso de seus dirigentes e, além disso, procuraram agir de forma autônoma para assegurar os seus interesses.

Belém foi tomada pelos cabanos em 6 de janeiro de 1835. Várias autoridades foram executadas, entre elas Lobo de Souza e José Joaquim. O comando da província foi entregue a Felix Malcher, um fazendeiro que estava preso, mas já disposto a abandonar o movimento. Por isso, ao assumir, prestou fidelidade ao imperador e condenou o radicalismo dos líderes, a quem mandou prender. Por isso, foi deposto e executado. O segundo cabano a assumir o comando da província foi Francisco Pedro Vinagre, que também traiu o movimento e permitiu a intervenção de tropas regenciais, que colocaram no governo Manuel Jorge Rodrigues. Os cabanos retiraram-se para o interior, reorganizam-se e, sob o comando de Eduardo Angelim, retomaram Belém e o poder provincial em agosto de 1835. Angelim desligou a província do Império, mas não libertou os escravos e mandou fuzilar os líderes negros.

Desgastados pela árdua luta, enfraquecidos por epidemias, divididos por conflitos internos com muitas traições e sem recursos para sustentar a luta, o movimento cabano enfraqueceu e foi dominado pelas tropas regenciais em 1836. O Brigadeiro Francisco José de Souza Soares, novo Presidente da Província, reprimiu brutalmente o movimento até 1840.

Com a perda de muitas vidas, a Cabanagem provocou uma acentuada baixa demográfica na Amazônia. A falta de um projeto político consistente, apesar da justa motivação do povo e da esperança, acabou levando a Cabanagem à ruína. As elites assistiram-na de longe, e quando dela participou foi para traí-la.

A criação da Província do Amazonas

Além da Cabanagem, outros movimentos políticos tiveram palco na região, visando à autonomia da região do Rio Negro[2]. Quando o Grão-Pará aderiu à Independência do Brasil, a sua Capitania do Rio Negro, como não poderia deixar de ser, permaneceu ligada a ele, porém na categoria de Comarca. Os movimentos por autonomia remetiam essa subordinação à situação de penúria vivida pela Comarca, mas reconheciam a unidade política e territorial do Império. Contudo, as manifestações eram frágeis, porque tinham focos em municípios pouco articulados com os demais.

Na Assembleia Provincial, alguns políticos paraenses começaram a defender o desmembramento da região do Rio Negro como Província. E isso ocorria mais porque queriam as vagas para chegar à Câmara e ao Senado. Os argumentos para a criação da Província não eram em torno das potencialidades da região, e sim da sua situação decadente e precária. Imaginava-se que somente um governo autônomo e local poderia fazer algo em prol da região, e não adiantaria qualquer esforço direto do poder central, pois não surtiria efeito para desenvolvê-la (LIMA, 1978).

O surgimento da Província do Amazonas se deu em três etapas: a aprovação do projeto de criação em 1849, pelo então Ministro do Império, Visconde de Monte Alegre; a sua instituição por D. Pedro II, pela Lei Imperial 582, de 5 de setembro de 1850, como território da antiga comarca do Rio Negro e sua capital seria na cidade da Barra, depois nominada de Manaus; e a sua instalação, em 1 de janeiro de 1852, com a posse do seu primeiro presidente, Tenreiro Aranha.

Por essa época, a população era composta, em sua maioria, por índios destribalizados, uma boa quantidade de caboclos e um pequeno número de negros, em torno de 29.900 habitantes (SAMPAIO, 1997), que se ocupava em trabalhos domésticos, agrícolas e industriais ou vivia dispersa ao longo do rio Amazonas e de alguns de seus afluentes.

Este novo formato administrativo, no entanto, não significou grande melhoria para o povo e nem trouxe a paz para as povoações indígenas que ainda restavam. A província continuou econômica e politicamente dependente do Pará, já que suas lideranças tinham raízes nessa província e, além disso, atuavam em total submissão ao poder central.

---

[2] Santos (2009) indica os anos de 1825, 1826-1828, 1832-1833, 1834 e 1836 como os períodos em que ocorreram as manifestações autonomistas na Barra do Rio Negro

As províncias do Amazonas e do Pará só viriam a ter relevância no cenário econômico do país por ocasião da expansão da demanda internacional por látex, quando foi inaugurado um novo ciclo econômico na região, que ficou conhecido como ciclo da borracha.

Economia da Borracha (1850-1920)

Reis (1997) afirma que o seringal foi a unidade socioeconômica mais expressiva da Amazônia brasileira, no período em que a borracha era o principal produto na pauta das exportações regionais. As principais propriedades que tornaram o látex interessante como matéria-prima são a elasticidade e a impermeabilidade, as quais o credenciaram para o uso industrial em larga escala, principalmente pela Europa, na segunda metade do século XIX. Neste contexto, origina-se a grande demanda externa pelo látex, que fomentaria o início do ciclo da borracha. Entretanto, a sua utilização na indústria só se tornou factível após a descoberta do processo de vulcanização em 1839, por Charles Goodyear (SANTOS, 1980).

Na fase anterior ao ciclo da borracha, a navegação a vapor teve impacto bastante significativo, pois propiciou mecanismos mais ágeis para o escoamento da produção em direção aos mercados consumidores. Em face dos interesses internacionais na Amazônia, sobretudo por parte de Estados Unidos, França e Inglaterra, o governo imperial resolveu integrar a região ao resto do país através das comunicações e da navegação (em 1843 chega a Manaus o primeiro vapor da frota imperial – o Guapiaçu). Sem capital para investir, o governo concedeu o monopólio dessa navegação, em 10 de agosto de 1852 (Lei 1037), à Companhia de Navegação e Transportes do Amazonas, do Barão de Mauá. Em quatro anos, de uma frota inicial de três navios, passou para 10. A demanda internacional pala borracha, requerendo maiores volumes do produto e com maior rapidez, levou à quebra desses monopólio. Em 7 de dezembro de 1866, o rio Amazonas foi aberto à navegação estrangeira, ensejando o aparecimento de outras companhias: Companhia Fluvial Paraense e Companhia Fluvial do Alto Amazonas, além de outras frotas particulares (SANTOS, 1980; GREGÓRIO, 2009). A dinamização da navegação e das comunicações deu um grande salto e foi uma das razões para a expansão econômica baseada na borracha.

No período compreendido entre 1870 e 1913, a região viveu um período áureo. A face indígena deu lugar a uma face ambígua: de um lado, brasileiros e estrangeiros

abastados, com hábitos europeus, vivendo nos centros urbanos; de outro, uma multidão de nordestinos sendo explorados de todas as formas, nos distantes seringais. Às margens dos rios, os caboclos e tapuias do ciclo anterior completavam o cenário.

Inicialmente, a exploração do látex se deu próximo a Belém, nas ilhas do estuário, principalmente no Marajó e em rios como o Xingu e Jari. Os habitantes locais foram abandonando a agricultura, inclusive a de subsistência, para se dedicar inteiramente ao extrativismo da borracha. A técnica inicial de extração, o arrocho (sulcos de alto a baixo e aperto com cipós para espremer a árvore), que tinha a capacidade de extrair todo o látex de uma só vez, depredou as áreas iniciais e forçou a penetração em outros rios no interior da bacia: Tapajós, Madeira, Purus e Juruá, até chegar à área onde hoje se localiza o Acre, que então era território boliviano.

O crescimento da demanda estimulou o aumento da produção e do preço: o valor da tonelada passou de 181 libras-ouro em 1871 para 389 em 1910. Isso acontecia porque esse aumento de produção era sempre incerto, já que dependia da descoberta de novos seringais e de incorporação de mais mão de obra. As duas situações implicavam em aumento dos custos e, consequentemente, do preço. Como a Amazônia era a principal fonte de látex, o aumento dos custos era sempre repassado aos preços. O volume da produção não comprometia esse movimento porque havia demanda, e os fornecedores da Amazônia atuavam de forma conjunta, o que só foi alterado em virtude da inserção da borracha asiática no mercado.

A distribuição demográfica também se alterou com a expansão da economia gumífera, devido ao surgimento de novas vilas e povoados ao longo das bacias dos rios, a maioria dependente da dinâmica econômica da borracha. Os centros urbanos (Manaus e Belém) cresceram em termos de equipamentos e facilidades, embora o interior continuasse sobrevivendo em função do que ocorria nas capitais. Em termos de facilidades e estruturas urbanas, essas duas cidades nada deviam às capitais europeias da época. Possuíam sistema portuário, coleta e disposição de lixo, eletricidade, telefonia, telegrafia, habitações confortáveis, edifícios públicos modernos, setor hoteleiro, praças arborizadas, estruturas requintadas para lazer, bibliotecas públicas, transporte coletivo baseado em sistema de bondes, hospitais, grandes instituições financeiras e comerciais, intensa atividade artística e esportiva, órgãos de imprensa, livrarias globalizadas e sistema educacional de excelência, contando, inclusive, com a primeira Escola Universitária Gratuita de Manaus, criada em 15 de março de 1909 (SANTOS, 2009).

Os vínculos comerciais e culturais desses centros urbanos eram estabelecidos com Londres e Paris, respectivamente. Suas elites tentavam reproduzir a Europa nos trópicos, porém escondiam a miséria dos seringais do interior e de suas periferias, que já começavam a se manifestar de forma significativa. A concentração da riqueza era limitada a umas poucas famílias locais e, na maior parte, a estrangeiros que negociavam na região.

Uma das características deste período são os processos migratórios estimulados pelas políticas governamentais de colonização e também pelas iniciativas de particulares, em virtude da escassez de mão de obra. A exploração da força de trabalho, as epidemias e a mortandade no período da Cabanagem, deixaram a região num vazio demográfico que impossibilitava o sucesso do novo ciclo que se iniciava. A imigração para a região se deu primeiramente com objetivo de ressuscitar a agricultura. Estimulou-se, então, a vinda de brasileiros de outros estados, tanto quanto de estrangeiros, o que ficou conhecido como imigração dirigida. Essa iniciativa falhou porque com o êxito da extração gumífera, esses migrantes desviaram-se para esta atividade. Outras estratégias foram a indução, através do recrutamento ou aliciamento de migrantes em cidades nordestinas, que estavam em grande dificuldade econômica devido a uma prolongada seca; e a migração espontânea, na qual os próprios trabalhadores se dirigiam para a região em busca de oportunidades, sendo esta a mais eficaz, pois trazia pessoas qualificadas e desejosas de prosperar.

Esta nova composição populacional introduziu vícios e novas enfermidades entre a população indígena remanescente. Ademais, a permissão governamental para ocupação de terras indígenas e a política de integrar os índios à sociedade alterou definitivamente a cultura indígena, e definiu o novo padrão dessa população, que mais tarde viria a ser identificada pelos antropólogos como pequenos grupos escondidos na selva densa e completamente arredios ao contato com outros povos.

A propaganda em torno da borracha no exterior, também trouxe muitos estrangeiros para a Amazônia, em busca de riquezas. A partir de 1872, sírios e libaneses passaram a se estabelecer no comércio, exercendo as funções de mascates, varejistas ou no comércio de regatão, além de americanos fugidos de conflitos internos em seu país, que se instalaram no Tapajós, e judeus de diversas origens, que influenciaram significativamente as finanças no comércio local.

O direcionamento da maior parte da população para a produção da borracha levou o comércio e a agricultura ao declínio, apesar dos esforços do governo. Ganhou

ênfase, então, o sistema de aviamento, que passou a ser a base do suprimento de produtos básicos aos trabalhadores nos seringais e da coleta da produção gerada. No topo da sua estrutura estavam as grandes casas aviadoras e exportadoras, que forneciam as mercadorias a um comerciante de vilarejo ou posteriormente ao regatão. Esse comerciante fornecia para o seringalista, e este para o seringueiro, que pagava a mercadoria com a borracha produzida. Esta era vendida ao comerciante de vilarejo, que posteriormente a vendia para a casa aviadora localizada em Belém ou em Manaus.

Com a entrada do regatão, esta cadeia foi quebrada, pois ele negociava diretamente com o seringueiro. Anos depois, o regatão foi integrado ao sistema, passando a funcionar também como alternativa no elo entre as casas aviadoras e os comerciantes.

Nesta estrutura, a figura do seringalista era extremamente importante, pois ele era o patrão – controlador da mão de obra produtiva – e a autoridade civil e militar. Outro ator era o seringueiro, que vivia totalmente desprotegido ou desassistido, morava em uma barraca de palha, tinha jornadas de trabalho de cerca de 16 horas diárias, alimentava-se de conservas, charque, farinha, arroz etc.

Um evento também significativo nesse período foi a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré, desde 1861, com o objetivo de escoar a borracha do Mato Grosso e da Bolívia. Esta infraestrutura permitiria superar os trechos encachoeirados até os pontos navegáveis do rio Madeira. A primeira tentativa começou em 1872, com uma firma inglesa, a Madeira-Mamoré Railway Co. Ltda., que foi interrompida um ano depois, com o argumento de que a empresa não fora corretamente informada sobre a extensão e as condições da área. Em 1879, iniciou-se a segunda tentativa com uma firma norte-americana, que viera a falir um ano depois. A terceira tentativa só ocorreria 28 anos depois, por força do Acordo de Petrópolis (1903), referente ao Acre, e que concluiu a ligação de Porto Velho a Guajará, em 1912,com uma extensão de 364 km.

Na fase brasileira, assim como nas tentativas anteriores, foram contratados cerca de 22.000 indivíduos entre brasileiros e estrangeiros de diversas regiões do mundo, como da Ásia e da América Central. O número de baixas era elevado, tanto pelo alto índice de mortalidade quanto pela volta dos trabalhadores às suas regiões de origem, pela dificuldade de adaptação. A conclusão da estrada ocorreu já no período de declínio do ciclo da borracha e, por isso, ela foi desativada.

Outro fator relevante ocorreu em 1876, quando o botânico inglês Henry Wickham levou sementes de seringueira para a Inglaterra, onde foram tratadas em estufa, levando ao aproveitamento de 7.000 mudas que foram transferidas para colônias inglesas e holandesas na Ásia. A seringueira se desenvolveu bem nestes países, originando plantações de maior qualidade e menor custo, causando uma queda abrupta dos preços, a quebra do monopólio brasileiro e, consequentemente, o declínio da economia amazônica.

A queda nos preços levaram o capital estrangeiro ligado ao comércio do produto a abandonar a Amazônia e se transferir para o oriente. Os planos e projetos de valorização e defesa do produto brasileiro no mercado internacional foram tímidos e não tiveram resultados, principalmente porque o seu foco era na situação do mercado, e não nos elementos condicionantes da produção. Ademais, a proteção da economia cafeeira do Centro-Sul tinha mais relevância política e despertava mais a atenção do governo central.

Economia amazônica no pós-guerra

A Amazônia perdeu a ligação com o capitalismo internacional a partir do declínio da economia da borracha, ficando bastante isolada. Entre 1920 e 1940, a base da atividade econômica regional passou a ser o extrativismo e a agricultura de subsistência, antes tidas como complementares à economia da borracha. O extrativismo vegetal, mineral e a criação de gado ganharam certa importância e, de forma espontânea, atraíram, as chamadas "frentes pioneiras agropecuárias e minerais" provindas do Nordeste durante este período.

A economia local tentava se reestruturou a partir da extração da castanha, o novo carro-chefe da produção vegetal, exceção feita apenas à pecuária do Marajó, que já possuía dinâmica própria. Nesta fase, ocorreu a expansão da pecuária no baixo e médio Amazonas, e se dinamizaram atividades como o cultivo de fibras vegetais, pimenta-do-reino e arroz, entre outras, ao longo da bacia amazônica, além do aproveitamento de outros produtos extrativos nativos (andiroba, breu, jutaisica, coquirana, sorva etc.).

Essa modalidade produtiva, que conduzia ao autoabastecimento, poderia ter sido a propulsora do desenvolvimento agrícola regional. Porém, ela foi desarticulada quando eclodiu a Segunda Guerra Mundial. O bloqueio do acesso do Ocidente às

fontes produtoras de borracha asiática por parte do Japão, fez com que os aliados se voltassem para a antiga fonte. Em 1942, foram assinados os chamados Acordos de Washington, entre o Brasil e EUA, que tinham por objetivo a rápida expansão da produção gumífera nativa da Amazônia. Neste período, foram criados o Banco de Crédito da Borracha, para atuar com exclusividade no financiamento, compra e venda de borracha; e o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP). Com a ajuda dos EUA, foram realizados investimentos para a melhoria dos sistemas de transportes, em especial a construção de aeroportos, dentre outros (OLIVEIRA, 1983). Estas iniciativas visavam dar cumprimento aos Acordos de Washington e à consequente Batalha da Borracha, provendo a região principalmente de infraestrutura, sem a qual essas iniciativas seriam inviabilizadas.

O preço da borracha foi fixado ao nível de 25% do preço cobrado pela Bolívia e asseguraria a mão de obra para esta atividade. Novamente o Nordeste foi acionado e, entre 1942 e 1945, cerca de 100 mil nordestinos chegaram à Amazônia e ficariam conhecidos como os "soldados da borracha"[3]. Esse fluxo migratório, no entanto, a despeito do crescimento demográfico, não trouxe o crescimento desejado à produção gomífera que, segundo Oliveira (1987), passou de 10.700 toneladas (t) em 1941, para 21.000 t em 1944 e 18.900 t em 1945, volume modesto se comparados aos cerca de 43.000 t registrados em 1912.

O final da Segunda Guerra Mundial coincide com o final do interesse internacional pela borracha da Amazônia, e a região então retornou ao isolamento e à economia de subsistência. Agora, entretanto, a situação mostrava-se pior ao da entrada nesse segundo surto, pois havia uma desarticulação da produção agrícola de subsistência que estava se formando no período anterior, devido ao deslocamento da mão de obra para a produção de borracha; e, ainda, ao acréscimo do contingente populacional, pela presença de milhares de nordestinos.

O crescimento dos índices de pobreza na região suscitou a intervenção do governo federal com uma série de medidas conhecidas como Plano de Valorização Econômica da Amazônia. A primeira dessas medidas foi a transformação do Banco de Crédito da Borracha, no Banco de Crédito da Amazônia, em 1950. Depois viria a criação da Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA), em 1953.

[3] Este número é controverso, havendo autores que o dimensionam em 60.000, como Marcos Vinícius Neves, e outros que o estimam em 150.000, como Samuel Benchimol.

A SPEVEA formulou o I Plano Quinquenal, que foi o marco para as ações que seriam empreendidas entre 1955-1959, enfatizando como pontos principais o desenvolvimento da produção agrícola e animal, a melhoria dos sistemas de transportes, comunicações, energia e saúde, o aproveitamento dos recursos minerais, o aumento demográfico, o desenvolvimento do crédito bancário, além da pesquisa e preparação de quadros técnicos regionais.

Nos anos iniciais, a ênfase maior foi dada à criação de infraestrutura, principalmente no que diz respeito aos sistemas de transportes, comunicações, energia e saúde. Nos dois últimos anos tiveram maior ênfase as ações voltadas ao desenvolvimento do setor agrícola. Como não possuía uma estrutura própria, a atuação da SPEVEA era viabilizada por meio de convênios com órgãos públicos e privados como o SESP, o Serviço Nacional de Malária, SNAPP, o Instituto Agronômico do Norte, entre outros.

Os resultados dessa atuação ficaram muito abaixo do esperado, principalmente pela grande demanda pelas ações da SPEVEA e pelo pouco conhecimento existente sobre a região, além da insuficiência e inconstância dos recursos aportados para as suas iniciativas. Por isso, no bojo de uma nova política para a Amazônia, agora sob a orientação do regime militar, articulada sob a denominação de Operação Amazônia, a SPEVEA foi extinta em 1966, e no seu lugar foi criada a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Essas novas políticas serão melhor discutidas no capítulo seguinte.

EXPANSÃO DA FRONTEIRA ECONÔMICA PARA OS ESTADOS AMAZÔNICOS: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS (1960-1990)

Políticas de desenvolvimento e processo de ocupação territorial

A ideia dos polos de desenvolvimento de Perroux, que seriam originados das cidades que poderiam ser centros propulsores de desenvolvimento, foi a concepção que norteou as políticas de desenvolvimento da Amazônia, no que diz respeito à ocupação do território (LIRA; SILVA; PINTO, 2009). A crescente preocupação com a integração da Amazônia ao restante do país ao longo da década de 1950, após o

fracasso da "Batalha da Borracha", deu início ao processo de implantação dos grandes projetos de desenvolvimento, característica do governo central de então.

No período compreendido entre 1964 e 1967, esteve em vigor o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), do governo Castelo Branco, que implementou a chamada "Operação Amazônia" como uma estratégia de desenvolvimento regional, que reordenou, a partir de 1966, as formas de intervenção do governo federal na região, nos planos jurídico, institucional, político e econômico, assentados em três grandes mudanças (FERREIRA, 1994):

1. A primeira mudança ocorre com a transformação do Banco de Crédito da Amazônia (BCA) em Banco da Amazônia (BASA), por meio da Lei n° 5.122, de 28 de agosto de 1966. O novo agente financeiro deveria ser um banco de investimento regional dotado de mais recursos.

2. A segunda mudança se consolida, com a Lei n 5.173, de 27 de outubro de 1966, que dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, extinguindo a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPEVEA) e criando a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

3. A terceira mudança acontece com a publicação do Decreto-lei n° 288, de 28 de fevereiro de 1967, que reformula a Zona Franca de Manaus e cria a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), que se configuraria no mais importante projeto de desenvolvimento para o estado do Amazonas, sobre o qual a atividade econômica do estado continua pautada até o início do século XXI.

Após o período de expansão econômica experimentado com o ciclo da borracha, o município de Manaus se mantinha com a pequena renda gerada pelo extrativismo vegetal, pelas pequenas indústrias de alimentos e também das transferências realizadas pelo governo federal. Os empregos eram gerados basicamente pelo frágil comércio, pelo serviço público e por pequenas indústrias de beneficiamento de produtos regionais, alimentícios e artigos de uso doméstico. A baixa densidade demográfica também contribuía para aumentar a inviabilidade econômica das atividades ali instaladas (BENTES, 1983).

Seria necessário, portanto, que o governo interferisse na região com estratégias que permitissem o início do processo de desenvolvimento. Em 1957, durante o governo de Juscelino Kubitschek, foi criada a Zona Franca de Manaus, pelo Decreto Lei n. 288, de 28 de fevereiro de 1967, tendo como objetivo:

[...] a criação, no interior da Amazônia, de um centro industrial, comercial e agropecuário dotado de condições econômicas que permitam o seu desenvolvimento, em face dos fatores locais e da grande distância em que se encontram os consumidores de seus produtos.

A Zona Franca de Manaus (ZFM) foi efetivamente implantada dez anos depois, já no governo de Castelo Branco, o que trouxe a expectativa de uma nova e promissora fase para a economia local.

A criação da Zona Franca constitui-se numa das principais ações governamentais para ocupar e desenvolver a Amazônia. Para alcançar tal objetivo, fez-se necessária a ação mais efetiva dos órgãos de desenvolvimento regional, sendo criada a SPEVEA, substituída em 1966 pela SUDAM, que passou a ser o órgão coordenador das ações do governo federal na região. O Decreto-lei que criou a ZFM criou também a autarquia responsável pela sua administração, a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), à época vinculada ao Ministério do Interior. Esta tinha, entre outras atribuições, a missão de elaborar e executar programas e projetos de interesse da ZFM e de articulação com as demais instituições federais, estaduais ou municipais para o desenvolvimento da ZFM.

O período de implantação da ZFM foi marcado pelo objetivo do governo de acelerar o ritmo da produção industrial no país, por meio do aumento das exportações e do processo de substituição de importações, que beneficiou as indústrias instaladas no Brasil e contribuiu para que algumas empresas estrangeiras aqui se instalassem, como forma de terem seus produtos consumidos no mercado nacional (BAPTISTA, 1987). Assim, a ZFM teria como objetivos intermediários a produção de bens de consumo duráveis – que antes eram importados e ora são impedidos de entrar no país devido à substituição de importações – para atender à demanda do restante do país e, por outro lado, utilizar os bens de capital produzidos pelas indústrias do sul do país.

Num primeiro momento (entre 1967 e 1970), os setores comercial e de serviços foram os mais desenvolvidos, devido aos redirecionamentos das atividades para a importação de produtos, que eram isentos de tributação e, portanto, vendidos a preços menores do que no restante do país. Isto trouxe para a região um grande fluxo de turistas nacionais e estrangeiros, sendo o período em que se verificou também a expansão das atividades bancária e hoteleira, além de outros serviços destinados

ao atendimento dos turistas[4]. Neste período, também se observou o crescimento da economia informal, principalmente através dos vendedores ambulantes que passaram a ocupar as ruas (BENTES, 1983; SARABIA, 1998).

A partir de 1970, verifica-se a implantação das primeiras indústrias na região, com níveis de atividades ainda bastante restritos. Em meados da década de 1970, porém, o interesse das empresas de diversas origens em se instalar naquela região foi intensificado, atraídas pela concessão de incentivos fiscais.

Este interesse motivou a criação do Distrito Industrial, em uma área com 1.600 hectares, e permitiu a implantação da infraestrutura física e de serviços para receber as indústrias. Fatores como a sua localização estratégica em relação às vias rodoviárias, portuárias e aeroportuárias disponíveis naquele momento histórico, mas que a partir dos anos 2000 já se mostrariam saturadas, bem como a oferta dos lotes a preços subsidiados – US$ 1,00 o metro quadrado – fizeram do Distrito Industrial mais um incentivo para a instalação das indústrias (MINTER/SUFRAMA, 1989).

Costa Jr. (1996) salienta que a ZFM que estava sendo implantada era basicamente exportadora, pois fatores como o baixo nível de renda da população e o pequeno mercado regional não permitiam o consumo local desses produtos. Isso pode ser melhor compreendido quando se considera o fato de que a ZFM trouxe um grande contingente de migrantes provenientes do interior do Amazonas e de outros estados para Manaus, provocando um substancial aumento da população de baixa renda. Na Tabela 1 pode-se constatar o aumento da população urbana do Amazonas nas décadas de 1960 a 2010.

Tabela 1 – População urbana e rural do Estado do Amazonas nos Censos Demográficos (1960 a 2010)

Anos	Total	Urbana	Rural
1960	714.774	236.654	478.120
1970	955.203	406.052	549.151
1980	1.430.528	856.716	573.812
1991	2.103.243	1.502.754	600.489
2000	2.813.085	2.104.290	708.795
2010	3.483.985	2.755.490	728.495

Fonte: IBGE, 2012.

[4] Segundo a SUFRAMA (1998), os setores de comércio e serviços foram as principais atividades econômicas do estado do Amazonas até 1975, quando o setor industrial adquiriu a importância que tem até hoje.

A população, que era em sua maioria rural na década de 1960, vai se transferindo para a região urbana, que em duas décadas tornou-se superior em número de habitantes. Essas pessoas foram atraídas para a capital principalmente por vislumbrar a possibilidade de melhoria de renda, e pela falta de infraestrutura no interior do estado.

Porém, um aspecto a ser ressaltado é que a ZFM permitiu a organização de um mercado de trabalho capitalista. Quando a economia era baseada na extração de borracha, o seringueiro quase sempre tinha dívidas com o dono do seringal, em virtude da aquisição de gêneros alimentícios em estabelecimentos mantidos dentro das propriedades, dívidas estas que consumiam a maior parte do seu salário e o levava a trabalhar por uma remuneração irrisória. Depois que as indústrias se instalaram, passou-se a observar a formação de um mercado de trabalho mais regular, com a fixação de salários, garantias, direitos e benefícios trabalhistas. Embora não se possa afirmar que a situação estabelecida posteriormente à implantação da ZFM seja exclusivamente boa para o trabalhador assalariado, é visível que esta trouxe mais dinamismo e regularidade para o mercado de trabalho regional (OLIVEIRA; POCHMANN, 1996).

As empresas passaram a produzir na ZFM bens finais e componentes de marcas mundialmente conhecidas, através de empresas multinacionais, *joint-ventures* com grandes grupos brasileiros e contratos de marca e cessão de tecnologia.

A grande diversidade de empreendimentos instalados é uma característica marcante da ZFM, que viu o número de projetos evoluir ao longo dos seus 50 anos de existência. Entre as atividades industriais desenvolvidas na região há aquelas que têm grande peso econômico e cujos mercados consumidores são bastante dinâmicos, como o eletroeletrônico.

As indústrias são classificadas pela SUFRAMA em subsetores, de acordo com a sua atividade produtiva. O Quadro 1 apresenta a classificação atual desses subsetores e o percentual de sua participação no faturamento da ZFM, entre os quais se destacam o eletroeletrônico e o de material de transporte.

A elevada participação do subsetor eletroeletrônico no faturamento da ZFM foi uma característica permanente até os anos 2000, o que evidencia a importância deste para a atividade industrial do estado.

Quadro 1 – Subsetores e participação no faturamento da Zona Franca de Manaus (1990)

Subsetores	Participação % no Faturamento
Eletroeletrônico	66,86
Bens de Informática	0,61
Relojoeiro	4,57
Duas rodas	8,79
Termoplástico	2,28
Bebidas	1,37
Metalúrgico	1,37
Mecânico	0,79
Madeireiro	0,54
Papel e Papelão	0,57
Químico	1,32
Mineral não metálico	1,37
Ótico	0,52
Brinquedos	1,86
Isqueiros, canetas e barbeadores descartáveis	2,85
Outros (*)	4,33

Fonte: SUFRAMA, 2011.
(*) Composto pelos setores couro e similares, material de limpeza, produtos alimentícios, editorial e gráfico, mobiliário, beneficiamento de borracha, naval e diversos.

As indústrias que se instalaram na ZFM não tinham como obter os insumos necessários à produção na própria região, e também não poderiam vender a sua produção no mercado local. Estava se configurando, então, o que seria um dos maiores motivos de críticas ao modelo, pois, embora sendo uma estratégia de desenvolvimento regional, as atividades realizadas estavam quase que exclusivamente voltadas para o mercado externo, tanto na aquisição de capital fixo e de matérias-primas necessárias para as atividades, como na própria comercialização dos produtos.

O processo de industrialização, portanto, ocorreu de forma amplamente vinculada à dependência de capital e tecnologias estrangeiros, importação de componentes e atividades limitadas à montagem, além dos incentivos fiscais especiais concedidos pelos governos federal e estadual.

Foi então estabelecido pela SUFRAMA, a partir de 1976, um índice de nacionalização para os produtos produzidos na ZFM, com o objetivo de evitar que as indústrias instaladas fossem apenas montadoras e estimulá-las a utilizar matéria-prima nacional, além de apresentar índices de nacionalização mais elevados. Este índice, que é a relação entre o valor dos materiais nacionais e o valor total das matérias-primas (nacionais e importadas) usadas no processo produtivo, chegou a variar entre 27% e 98% na década de 1980, e, em alguns casos, o índice não foi maior devido à inexistência de oferta do componente no mercado nacional.

A exigência de praticar elevados índices de nacionalização provocou efeitos como a elevação dos preços, com relativa baixa de qualidade, que eram praticados livres de concorrência, devido à inexistência de similares importados disponíveis no mercado nacional. Mas, o objetivo de elevar o grau de nacionalização dos produtos foi parcialmente cumprido, embora não tenha eliminado totalmente a característica de indústria montadora da ZFM, principalmente devido à ineficiência de fiscalização por parte da SUFRAMA.

Araújo Filho (1991) afirma que esse processo de nacionalização contribuiu mais para a capacitação técnica das regiões de fora da ZFM, pois a transferência de tecnologia era feita para as "matrizes nacionais", geralmente estabelecidas em outras regiões do país, e exemplifica que as modificações no processo produtivo eram normalmente implantadas por técnicos vindos de São Paulo.

O êxito do setor industrial da ZFM era visivelmente contrastante com a retração do setor primário. Em 1950, este era responsável pela ocupação de 73,65% da população economicamente ativa do estado do Amazonas. Em 1980, o percentual reduziu para 38,59%, e ainda se registrou sucessivas baixas nos anos posteriores. Essa retração refletia fortemente sobre Manaus, que tendo o seu volume populacional substancialmente elevado, passou a enfrentar problemas de abastecimento de gêneros alimentícios, exatamente devido ao deslocamento das pessoas da zona rural para a área urbana. Em virtude disso, a maioria dos alimentos passou a ser importada, o que elevou bastante o custo de vida na região[5].

A oferta de trabalho em Manaus cresceu significativamente: o crescimento relativo do pessoal ocupado na cidade, no período 1970-1975, foi de 107%, enquanto

[5] Na legislação da ZFM era prevista a criação de um distrito agropecuário, pelo qual alguns esforços foram realizados (destinação de terras, aprovação de projetos etc.), mas que efetivamente não alcançou os seus objetivos.

no interior foi de apenas 23%. Quando se verifica as informações relativas ao então recém-instalado setor industrial, com suas atividades intensivas em mão de obra, observa-se que o crescimento relativo do emprego industrial entre 1970 e 1975, em Manaus, foi de 176,7%, enquanto o do comércio foi de 46,6% e o de serviços 147,7%[6], e permaneceu assim durante alguns anos (BENTES, 1983).

A Tabela 2 demonstra a evolução do volume de mão de obra empregada, à medida que as empresas vão se instalando na ZFM.

Tabela 2 - Mão de obra empregada no setor industrial da Zona Franca de Manaus (1968-1988)

Ano	Empresas			Mão de obra empregada	Número de empregados/ Empresa Implantada
	Implantadas	Em Implantação	Total		
1968	1	1	2	ND	ND
1975	47	12	59	17.772	378
1979	176	33	209	37.226	212
1981	184	32	216	49.563	269
1982	208	27	235	49.790	239
1983	228	38	266	50.100	220
1984	257	44	301	43.698	170
1985	311	41	352	55.069	177
1986	390	55	445	59.594	153
1987	401	38	439	76.931	192
1988	346	83	429	76.762	222

Fonte: Araújo Filho (1991).

Estas informações permitem observar o crescimento da mão de obra empregada pelas indústrias com projetos aprovados para a ZFM. O número passa de 17.772 em 1975, para 37.226 no final da década de 1970, e cresce ainda mais na década seguinte. Araújo Filho (1991) salienta que a redução desse número que se verifica em alguns meses, se dá principalmente por causa das crises econômicas do país, o que, todavia, não impediu o crescimento médio de 14,4% no período apresentado.

[6] Principalmente serviços voltados para o turismo, como hotelaria, por exemplo.

A GLOBALIZAÇÃO, A ZONA FRANCA DE MANAUS E SEUS AGENTES SOCIAIS[7]

A Zona Franca de Manaus foi implantada em 28 de fevereiro de 1967, através do Decreto nº. 288, no governo do General-Presidente José de Alencar Castello Branco, com o intuito de oferecer estímulos fiscais e de infra-estrutura que atraíssem para a cidade investimentos nas atividades comerciais, agropecuárias e industriais. Este foi um dos atos contidos na Operação Amazônia, conjunto de medidas que incluíram a criação do Banco da Amazônia S.A.(BASA) da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) com o fim de promover a "integração nacional" e o "desenvolvimento regional" da área, parte do território brasileiro que, desde meados da segunda década do século XX, vivia mergulhada na estagnação econômica.

Essa situação se explicava pela liquidação das condições histórico-sociais que animaram a economia da borracha, caracterizada, do ponto de vista econômico, pela produção da *Hevea brasiliensis* voltada para o abastecimento do mercado internacional aquecido pelas demandas da emergente indústria automobilística.

Do ponto de vista sociológico, essa produção se organizava em torno de um sistema de endividamento que tinha nos seringais sua unidade produtiva básica e nas relações entre seus donos, as casas importadoras, as casas exportadoras, as casas aviadoras e os seringueiros seus agentes fundamentais (BESSA, 1999). Essa estrutura econômica e social foi liquidada quando o capital britânico substituiu os seringais nativos da Amazônia pelos seringais da Malásia, no Sudeste Asiático, nos quais a borracha passou a ser produzida por meio de técnicas racionais (SOUZA, 1977; WEINSTEIN, 1993).

A estagnação econômica regional se tornou ainda mais evidente a partir da década de 1930, pois contrastava com o rápido desenvolvimento industrial do Sul-Sudeste do País (FURTADO, 1972; IANNI, 1979; e BAER, 1985). Ficava claro que as medidas vinculadas à política de substituição de importações adotadas pelo Estado nacional brasileiro não incluíam mecanismos de integração das forças produtivas regionais à dinâmica experimentada pela industrialização brasileira (SILVA, 1997) e

[7] A parte deste capítulo referente a Zona Franca de Manaus, foi escrita por Marcelo Serafico e publicado originalmente no livro *Globalização e empresariado*. Estudos sobre a Zona Franca de Manaus. São Paulo, Annablume, 2011, e atualizado para fins deste trabalho.

isso suscitava em segmentos sociais da Amazônia a impressão de que, abandonada pelo capital internacional, ela fora esquecida pelo Estado nacional (PEREIRA DA SILVA, 1957; e REIS, 1969).

Foi no quadro desse misto de estagnação econômica e de sensação de abandono que a ZFM foi, primeiramente, proposta e, em seguida, implantada. O Decreto nº. 288 reestruturou o projeto de lei nº. 3.173, de seis de junho de 1957, apresentado pelo Deputado Federal Francisco Pereira da Silva, com o qual propunha a criação de um porto franco em Manaus. Conforme a Exposição de Motivos para a implantação de uma zona franca na capital do Estado do Amazonas, o problema que se punha era o de atrair investimentos em atividades comerciais, agrícolas e industriais que, a um só tempo, permitissem dinamizar as forças produtivas locais e integrá-las ao sistema econômico nacional.

Ao mesmo tempo em que a ZFM respondeu às demandas do capital internacional por novos mercados de trabalho e de consumo, ela despertou a sensibilidade do empresariado local para o que percebia ser o abandono da região pelo poder central, desde o fim do ciclo da borracha. Isso pode ser ilustrado pelas reiteradas declarações de analistas, acerca dos resultados da grande crise (LOUREIRO, 1986) para o mundo empresarial local.

Benchimol (1994) afirma que a desestruturação da economia da borracha, sem a adoção de alternativas que a substituíssem, produziu uma situação caracterizada, dentre outros fatos, pela decadência da vida interiorana, deterioração dos preços nas relações de troca, descontinuidade dos negócios, êxodo de empresários, políticos e profissionais, e pela "descoronelização"[8].

A ZFM foi, portanto, a alternativa tardia à economia da borracha, foi o modo específico através do qual a região foi reintegrada à divisão internacional do trabalho e à dinâmica do capitalismo global.

Concretamente, a ZFM consiste em um conjunto de incentivos fiscais e extrafiscais geridos por um órgão do governo federal, a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), com o fim de reduzir os custos de produção de empresas

[8] A noção de" descoronelização "utilizada por Benchimol (1994) se refere à estrutura social característica da economia da borracha .Esta tinha como unidade produtiva o seringal ,do qual eram proprietários os seringalistas ,chamados de" coronéis de barranco."

que cumpram com determinados requisitos técnicos. Os principais incentivos fiscais são a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto sobre Importação (II).

Quanto aos incentivos extra-fiscais, a SUFRAMA oferece área a baixo custo, devidamente urbanizada, servida por telecomunicações, transporte, água tratada e energia.

Complementarmente, o governo estadual concede crédito e restituição do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o governo municipal isenta as empresas incentivadas do recolhimento de uma série de tributos[9]. Em princípio, esse conjunto de incentivos vigeria até 1997, mas a Constituição de 1988 prorrogou-os até 2013 e a Comissão Especial da Reforma Tributária, em 2003, estendeu-os até 2023. Em novembro de 2008, já se cogita de nova prorrogação.

Vista em perspectiva histórica mais ampla, a criação da ZFM é parte do processo de transformação da economia mundial relacionado à desterritorialização técnica e social da produção capitalista. Trata-se, portanto, de um mecanismo de dinamização econômica, criado e difundido em contraponto com o processo de descentralização industrial que se desenvolveu com o fim da II Guerra Mundial e no contexto da Guerra Fria (HOBSBAWN, 1994; e SILVA, 1997).

No caso brasileiro, a reestruturação e implantação da ZFM foi uma forma de conversão parcial ao liberalismo de uma política econômica de traço predominantemente protecionista. Com ela, a ditadura militar "abriu" a Amazônia para os investimentos e produtos estrangeiros, e conservou as demais regiões do País "fechadas" a eles. Isso se deu por meio da instituição dos dispositivos fiscais, tributários e de investimentos públicos em infra-estrutura que permitiram à empresa privada – local, nacional e estrangeira – reduzir custos de transporte de bens acabados, de trabalho, de investimento inicial, e dispor de acesso a um mercado de força de trabalho abundante e barato.

Com isso, a política econômica brasileira incorporou orientações compatíveis com a lógica que regia – e rege – as estratégias das corporações transnacionais:

[9] Para uma relação dos diversos incentivos fiscais e extra-fiscais concedidos pelos governos Federal e do Estado do Amazonas ,bem como pela Prefeitura Municipal de Manaus ,conferir Apêndice B.

Na lógica das empresas transnacionais, as relações externas, comerciais ou financeiras, são vistas, de preferência, como operações internas da empresa (...). As decisões sobre o que importar e o que produzir localmente, onde completar o processo produtivo, a que mercados internos e externos se dirigir são tomadas no âmbito da empresa, que tem sua própria balança de pagamentos e se financia onde melhor lhe convém (FURTADO, 1992, p. 32).

Portanto, às possibilidades técnicas e econômicas das corporações transnacionais de "desterritorializar" a produção industrial, somou-se a determinação política da ditadura militar no Brasil de associar o desenvolvimento regional da Amazônia. Isto porque os países que ofereciam força de trabalho barata mantinham, em geral, política econômica de proteção do mercado nacional. Para que essa restrição fosse superada, era necessário romper, ainda que parcialmente, essa orientação e, assim, abrir novas oportunidades de investimento ao capital estrangeiro – mas também ao nacional e local.

A ZFM surge, então, como um modo de contornar o "protecionismo" e, com ele, os custos que bloqueavam o avanço da "diáspora industrial" (FURTADO, 1992). Através dela a ditadura militar pode combinar a "proteção", que julgava necessária à industrialização do Sul-Sudeste do País, com a "abertura" econômica, vista como tática adequada ao desenvolvimento de regiões nacionais desprovidas de suficientes atrativos econômicos à empresa privada.

A criação da ZFM, em 1967, é um exemplo de como a política econômica da ditadura militar convergiu para os interesses das corporações transnacionais e possibilitou a superação, em âmbito nacional, de alguns entraves à acumulação capitalista. Nesse sentido, sua implantação dependeu, de um lado, das estratégias globais das corporações transnacionais, num momento específico do desenvolvimento capitalista e, de outro, do alinhamento da política econômica nacional aos interesses relativos à internacionalização do capital. Em outras palavras, a implantação da ZFM teve a ver com o modo específico pelo qual o Estado nacional brasileiro lidou com os problemas da dinamização da economia nacional e de como pretendia integrá-la à economia mundial (NUNES, 1990). Daí a observação feita por Silva:

O que aparentemente é um problema – a cooperação entre o militarismo, a economia mundial e o nacionalismo – faz parte de um momento definido da ordem internacional. Essa

concatenação de interesses determina a escolha do lugar de experimentação de uma das primeiras zonas francas do mundo; determina também os modos de compatibilizar a "ordem nacional" com a "ordem mundial"; e, finalmente, determina a contrapartida que os Países "periféricos", "dependentes", podem obter por constituírem-se em área de expansão da acumulação capitalista (SILVA, 1997, p. 29).

Assim, a implantação da ZFM permitiu a articulação de interesses situados em diferentes "ordens", escalas, – local, nacional e internacional – nas quais se realiza a reprodução ampliada do capital. Nesse contexto, como se pode atestar das palavras que rematam o trecho acima transcrito: "O que importa é reforçar que a concepção e a decisão de implantação da ZFM são oriundas de processos e relações mais amplas que efetivam um movimento de descentralização da produção capitalista fora das suas zonas originárias" (SILVA, 1997, p. 29).

De modo sintético, portanto, pode-se dizer que o surgimento da ZFM corresponde a um momento do processo de desterritorialização técnica e social da produção capitalista (SILVA, 1997), protagonizado pelas grandes corporações transnacionais e politicamente corroborado pelo projeto de capitalismo associado no qual se empenhou a ditadura militar no Brasil (IANNI, 1981). Ironicamente, foi o capital transnacional que forçou o Estado brasileiro a lembrar-se da Amazônia (SILVA, 1997).

A implantação da ZFM expressa, ainda, a alienação da sociedade local em relação a processos decisórios que se desenvolvem fora da região, mas cujas repercussões alteram profundamente as condições de vida locais. Na medida em que a dinâmica do modelo está condicionada por interesses desvinculados da região (SALAZAR, 2004; BENCHIMOL, 1994), são freqüentes os impasses decorrentes de sua manutenção. Isso se verifica nas inflexões experimentadas pelo modelo ao longo de sua existência.

As metamorfoses da Zona Franca de Manaus

A ZFM tem se metamorfoseado ao longo de seus 41 anos de existência. Nesse período, ela experimentou três fases distintas, condicionadas por mudanças da ordem econômica internacional e pelos efeitos destas sobre a política econômica nacional.

Quadro 2 – As metamorfoses da zona franca de Manaus

	FASES DA ZFM		
	COMERCIAL (1967-1975)	**COMERCIAL E INDUSTRIAL (1975-1991)**	**INDUSTRIAL (1991- 2008)**
CONFIGURAÇÃO MUNDIAL DO CAPITALISMO	Configuração multinacional do capitalismo e Guerra Fria.	Transição da configuração multinacional do capitalismo para a global.	Configuração global do capitalismo.
POLÍTICA ECONÔMICA NACIONAL	Proteção e estímulo à indústria nacional, via substituição de importações.	Crise decorrente do aumento dos preços do petróleo e das taxas de juros norte-americanas. Manutenção da política de substituição combinada à política de equilíbrio do balanço de pagamentos.	Liberalização e desestatização da economia, acompanhada da política industrial de qualidade e competitividade.
CARACTERÍSTICAS DA ZFM	Liberalização da importação de bens de consumo e máquinas (Decreto nº. 288/67).	Definição de índices mínimos de nacionalização e de cotas de importação distribuídas pela SUFRAMA aos setores comercial e industrial (Decretos Lei nº. 1.435/75 e Lei 1.455/76).	Definição dos processos produtivos básicos em substituição aos índices mínimos de nacionalização (Decreto nº. 205/91 e Lei nº. 8.387/91).

Fonte: Elaborado pelo autor com base em informações de Salazar (2004), Garcia (2004) e Machado *et alli* (2006).

Entre 1967 e 1975, quando ainda vigia a estratégia de industrialização nacional de substituição de importações, Manaus se tornou uma plataforma de importação de bens (FREITAS PINTO, 1987), cuja circulação em outras unidades federativas estava proibida pelas políticas que visavam proteger a indústria nacional da concorrência com empresas industriais estrangeiras. Enquanto nos demais estados da Federação as importações estavam controladas, em Manaus elas eram livres, o que possibilitava a aquisição de bens de capital, de bens de consumo duráveis, de componentes e bens

necessários à produção industrial e ao setor comercial. Ao longo desse período, o setor econômico que mais se desenvolveu foi o comercial, notadamente, o de produtos importados.

A livre importação de produtos eletroeletrônicos, bebidas, perfumes e material fotográfico, dentre outros, transformou a cidade em um pólo de atração de turistas brasileiros que buscavam produtos que não podiam comprar em seus estados de origem.

Nesse momento, a ZFM foi uma base de importação e um enclave industrial (MAHAR, 1978). Ela funcionava como uma porta aberta para a entrada no mercado nacional de bens de consumo cuja importação estava restringida em outras partes do território brasileiro e como um pólo de atração de investimentos de indústrias, nacionais e estrangeiras, cuja competitividade poderia ser aumentada por meio do aproveitamento dos incentivos fiscais e da mão-de-obra barata disponível localmente. Era nessa condição, portanto, que a ZFM passava a integrar a configuração multinacional do capitalismo.

Vista como um "enclave de importação" (MAHAR, 1978), em sua primeira fase a ZFM foi um dos modelos de industrialização[10] adotados pela ditadura militar na região amazônica com o fito de, simultaneamente, abrí-la – devassá-la, nos termos de Cardoso e Müller (1978) – aos investimentos da empresa privada, nacional e estrangeira. Fazendo-o, a ditadura também alinhava o País aos interesses do capitalismo internacional e mantinha alguns segmentos do empresariado nacional protegidos da concorrência (SILVA, 1997).

Em 1975 essa situação começou a se modificar. Isto porque a crise do balanço de pagamentos brasileiro resultante do aumento do preço do petróleo e da taxa de juros norte-americana levou o governo a controlar as importações nacionais. O efeito desse controle sobre a ZFM foi a adoção da política de cotas de importação, administradas pela SUFRAMA com o objetivo de reduzir as importações do setor comercial e fomentar a nacionalização dos produtos produzidos nas indústrias da ZFM (CORRÊA, 2002; e SALAZAR, 2004). Desse momento em diante, a SUFRAMA passou a privilegiar a concessão de cotas às empresas industriais, o que, combinado com a exigência de índices mínimos de nacionalização, levou ao aumento do número

[10] Outros modelos foram o enclave de exportação e substituição de importações.

de indústrias de componentes eletroeletrônicos instaladas em Manaus. Ainda que o setor comercial tenha passado a dividir, com o industrial, as cotas de importação, isso não redundou em sua desestabilização, pois a importação dos bens comercializados em Manaus continuava a ser objeto de pesada tributação no restante do País.

Com efeito, se entre 1967 e 1975 a SUFRAMA havia aprovado 116 projetos industriais[11], entre 1975 e 1990 esse número chegou a 946, o que demonstra o aumento significativo da intenção de empresas industriais se instalarem em Manaus no período.

Em 1991, todavia, as condições que possibilitaram a manutenção do comércio importador e o avanço da industrialização foram profundamente alteradas pela política de liberalização econômica do governo federal.

Do ponto de vista do empresariado comercial, a redução das taxas de importação eliminou a "vantagem comparativa" do comércio importador local *vis a vis* o do restante do País. Progressivamente, o comércio de bens importados e os serviços que em torno dele haviam surgido – como o de hotelaria, quase todo ele voltado para o consumidor vindo de outras partes do Brasil – se enfraqueceram.

No que concerne à atividade industrial, a substituição do índice mínimo de nacionalização[12] pelo processo produtivo básico[13] teve profundas conseqüências sobre as indústrias incentivadas. Boa parte delas havia sido implantada em Manaus a partir de 1975 e se dedicava à produção de componentes eletroeletrônicos, cujo destino eram linhas de produção de grandes corporações transnacionais que faziam da ZFM um lugar no qual regionalizavam seus processos produtivos globais (FREITAS PINTO, 1987). O que atraía os produtores de componentes, nacionais e estrangeiros, além do

---

[11] Cabe notar que a aprovação de projetos pela SUFRAMA não significa sua efetiva implantação. Isto é, a aprovação é um sinal do órgão do governo federal de que o projeto industrial está apto a ser implantado e a receber os incentivos fiscais tão logo comece a produzir. Nisso, inclusive, consiste uma diferença entre os incentivos fiscais da zona franca e os subsídios financeiros antes fornecidos pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) (MACHADO *et alli*, 2006).

[12] O índice mínimo de nacionalização era calculado pela proporção de insumos produzidos no País, incorporados aos bens manufaturados na Zona Franca de Manaus. Até 1991, era critério utilizado pela SUFRAMA para conceder cotas de importação e demais incentivos fiscais e infra-estruturais às empresas industriais implantadas ou que desejassem se implantar em Manaus.

[13] Processo produtivo básico (PPB) consiste num conjunto mínimo de operações realizadas no estabelecimento fabril, que permita aferir a efetiva industrialização de determinado produto, incidindo sobre operações de industrialização, transformação, beneficiamento, montagem e recondicionamento.

mercado consumidor representado pelas grandes corporações e dos incentivos fiscais e extra-fiscais, era o baixo custo da mão-de-obra local. Com as exigências do processo produtivo básico, os efeitos desses atrativos foram minimizados (GUIMARÃES NETO, 1996) e as indústrias de bens eletroeletrônicos, principalmente, promoveram a reconversão de seus processos produtivos. Substituindo o uso intensivo de capital variável pelo uso de capital constante, isto é, por técnicas e tecnologias, essas empresas buscavam aumentar a produtividade do trabalho, a melhoria da qualidade e o incremento da competitividade de seus produtos.

O resultado disso foi o encerramento das operações locais de muitas indústrias, sua transferência para outras regiões do País, e a modernização dos processos produtivos de outras. Essas mudanças fizeram declinar o contingente da mão-de-obra empregada nas indústrias da ZFM.

Em 1990, havia, entre trabalhadores temporários e efetivos empregados, o total de 76.798. Em 1995, esse número havia se reduzido a 48.760, mantendo-se estável até o ano 2000, quando totalizava 48.879 (GARCIA, 2004).

Tabela 3 – Evolução da mão-de-obra do pólo industrial de manaus (PIM)

ANO	MÃO-DE-OBRA EMPREGADA
1990	76.798
1995	48.760
2000	50.003
2005	89.224
2007	102.444

Fonte: Elaborado pelo autor com base e dados de Nogueira (1998) e SUFRAMA (2007)

Após a crise e a reestruturação das empresas, os indicadores de emprego voltaram a crescer, atingindo, em 2005, números superiores àqueles de 1990, quando tinham alcançado seu patamar mais alto, e mantendo-se em crescimento nos anos seguintes.

Hoje, esse pólo industrial consiste num conjunto de 19 sub-setores econômicos nos quais estão distribuídas 417 empresas (SUFRAMA, 2007), cuja demanda por força de trabalho é próxima de 100.000 trabalhadores diretos e temporários empregados, como o revela a tabela abaixo.

Tabela 4 – Distribuição das indústrias e do emprego no pólo industrial de Manaus (outubro/2007)

Sub-Setores	Nº. DE EMPRESAS	%	MÃO- DE- OBRA	%
Mat. Eletroeletrônico	132	31,65	45.952	47,56
Produtos de matéria plástica	68	16,30	9.187	9,66
Metalúrgico	42	10,07	5.918	6,15
Mecânico	32	7,67	4.844	4,65
Material de transporte	30	7,19	15.046*	14,53
Químico e farmacêutico	24	5,75	1.431	1,48
Bebidas	19	4,55	1.751	1,81
Diversos	70	16,78	12.487	15,39
Total	417	100	96.616	100

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da SUFRAMA (2008).
* Considera apenas o segmento duas rodas.

O sub-setor de material elétrico, eletrônico e de comunicação vem sendo o que, na década de 2000, lidera os principais indicadores do PIM[14]. Em 2007, era nele que atuavam 132 empresas (pouco menos de 32%), em que se registrava demanda por 45.982 trabalhadores. São do mesmo sub-setor as empresas com faturamento mais expressivo – 46,26% de um total de 25 bilhões de dólares, em 2007 –, seguidas pelas de transportes e de bebidas. Os principais produtos produzidos pelo PIM são eletroeletrônicos (telefones celulares, televisores, DVDs, cinescópios para televisores, auto-rádios, fornos de micro-ondas, monitores com tela, cd-players etc.) e veículos de duas rodas (motocicletas, sobretudo).

Destaque-se, ainda, que os dois segmentos mais dinâmicos – eletroeletrônico e de duas rodas – respondem por 62,09% da força de trabalho e 69,53% do faturamento, em 2007.

A tabela acima destaca a importância do chamado pólo eletroeletrônico da indústria da ZFM. Em todos os anos da série, ele mais os bens de informática respondem por mais da metade do faturamento, salvo no ano de 2007, quando se registra queda de mais de 10% de participação no faturamento global. Após expressivo desempenho no ano inicial da série, 2000, as empresas dos sub-setores de produtos eletroeletrônicos e de informática apresentaram ligeira oscilação, entre 2001 e 2003, para experimentar constante declínio a partir de 2004.

[14] Emenda Constitucional apresentada pelo senador Arthur Virgílio Neto) PSDB/AM (em 2004 incluiu o artigo-43 A no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias ,modificando o artigo40 para substituir a denominação Zona Franca de Manaus por Pólo Industrial de Manaus.

Tabela 5 – Faturamento do polo industrial de Manaus por sub-setor de atividades

Sub-Setor Ano	TOTAL (US$ 1,000)	Eletroeletrôn. e informática (%)	Duas rodas (%)	Químico (%)	Outros (%)
2000	10.392.606	57,23	15,17	9,39	18,21
2001	9.130.863	53,95	16,92	9,50	16,63
2002	9.104.766	53,73	14,37	10,78	21,12
2003	10.531.230	54,97	17,66	9,65	17,72
2004	13.961.237	56,88	16,84	8,95	17,33
2005	18.964.109	56,48	16,72	9,35	17,45
2006	22.858.368	53,50	18,34	8,72	19,44
2007	25.713.675	46,26	23,27	10,28	20,19

Fonte: SUFRAMA (2008).

O sub-setor de duas rodas, ao contrário, desde 2005 tem aumentado sua participação percentual no faturamento da ZFM. Em 2007, quase um quarto do faturamento lhe é atribuído. Quanto ao sub-setor químico, embora apresente números crescentes desde 2004, ainda não logrou repetir a façanha verificada em 2002, quando contribuiu com 10,78% do faturamento global. Nos dois últimos anos da série histórica, observa-se cada dia mais notável participação de outros sub-setores, que se aproxima de percentuais próximos daqueles do ano de 2002.

As principais indústrias do PIM orientam sua produção para os mercados nacional e internacional, dentre os quais se destaca São Paulo. A propósito, é na capital paulista que se concentram os setores de distribuição dos produtos elaborados nas unidades fabris instaladas em Manaus. Esse fato, mais o intenso intercâmbio comercial do PIM com aquele estado do Sudeste leva alguns analistas a considerar a existência de uma "zona franca de São Paulo" (CORRÊA, 2002).

A partir de 2000, às mudanças microeconômicas ocorridas nas indústrias do PIM combinou-se uma reorientação estratégica da SUFRAMA, cujas ações voltaram-se para: (a) o adensamento das cadeias produtivas; (b) a internacionalização da indústria local e (c) a interiorização do desenvolvimento na Amazônia Ocidental (MACHADO *et alli*, 2006; p. 44)[15].

[15] Para uma análise mais detalhada dos investimentos realizados e de seus impactos ,conferir SUFRAMA .*Relatório de gestão .2006* O documento encontra-se disponível em formato digital no endereço http//:www.SUFRAMA.gov.br/SUFRAMA_relatorio_de_gestao.cfm.

De modo a adensar as cadeias produtivas das principais indústrias localmente instaladas - as de eletroeletrônicos e de veículos de duas rodas –, desenvolveram-se esforços no sentido de atrair para Manaus novas empresas estrangeiras dedicadas à produção de insumos e produtos necessários àquelas indústrias. Além disso, realizaram-se investimentos em instituições locais de Ciência, Tecnologia e Inovação de modo a dar suporte à "competitividade da produção empresarial *high tech*". Exemplos desses esforços são a implantação do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA), e os investimentos em cursos de pós-graduação *stricto e latu senso*, em parceria com as universidades públicas locais, a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), e Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Destaque-se, neste particular, a criação do Centro de Ciência, Tecnologia e Inovação do Pólo Industrial de Manaus (CT-PIM), órgão vinculado à SUFRAMA, dedicado à pesquisa e desenvolvimento de produtos tecnológicos.

Do mesmo modo, verificaram-se iniciativas das empresas privadas incentivadas de desenvolver tecnologia, localmente. Disso podem dar notícia o Instituto Genius, da Gradiente e o Instituto Nokia, da empresa finlandesa de mesmo nome.

Para o adensamento das cadeias produtivas eram necessários novos investimentos. Estes podem ser atestados pela implantação de empresas como a chinesa Foxcom e a finlandesa Perlos, sub-contratadas da Nokia. Merece menção, igualmente, o Centro de Incubação e Desenvolvimento Empresarial (CIDE), cujo conselho superior reúne representantes governamentais e do empresariado.

Em 2003, a lei estadual nº. 2.826, de 29/09, estabeleceu a contribuição das empresas à Universidade do Estado do Amazonas. Esse dispositivo reserva recursos retirados do valor correspondente ao crédito estimulado, para a manutenção da UEA.

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) já tivera sua criação autorizada em 2001 (Lei nº.2.637), com a finalidade exclusiva de amparar a "pesquisa cientifica básica e aplicada e ao desenvolvimento tecnológico experimental no Estado do Amazonas,nas áreas das Ciências Exatas e da Terra, Engenharias, Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Ciências Agrárias e Ciências Humanas e Sociais, com o objetivo de aumentar o estoque de conhecimentos científicos e tecnológicos ..." (Lei nº 2.637/2001, art. 2º).

A meta de internacionalizar a indústria local mediante o estímulo às exportações, à promoção comercial e à cooperação internacional baseia-se na compreensão de que

o mercado interno deixará de ser o principal destino dos produtos do PIM. Exemplo desse esforço é a Feira Internacional da Amazônia (FIAM), que passou a ser realizada no ano de 2002, desde quando tem crescido a quantidade de visitantes e expositores.

Finalmente, o objetivo de interiorizar o desenvolvimento na Amazônia Ocidental, buscado pela SUFRAMA, tem se dado principalmente, por meio de convênios firmados com governos estaduais, prefeituras municipais e entidades civis dos Estados do Acre, Amazonas e Rondônia. Em 2006, esses convênios representaram a liberação de cerca de R$ 17 milhões para 61 projetos a serem executados nessas unidades da Federação. Parte desses recursos provém das Taxas de Serviços Administrativos (TSA), aplicada em projetos produtivos de cunho empresarial ou cooperativo. Exemplifique-se-os com a unidade de processamento de açaí no Município de Codajás-AM.

Como se vê, depois da abertura da economia nacional, a ZFM, que antes tinha como segmentos dinâmicos o comércio e a indústria, transformou-se em uma zona franca predominantemente industrial, o que se revela inclusive no modo pelo qual passou a ser tratada: Pólo Industrial de Manaus – PIM. Além disso, geraram-se diversos encadeamentos tanto para o setor privado quanto para o público.

Os impactos sócio-econômicos da Zona Franca de Manaus

Os impactos da ZFM sobre a cidade podem ser esboçados a partir da consideração de alguns dados. Entre 1999 e 2003, Manaus foi uma das nove capitais estaduais que apresentaram aumento de participação no PIB do País (IBGE, 2005); entre 1995 e 2003, o Estado do Amazonas foi responsável, em média, por 55,35% da arrecadação de tributos e contribuições federais na região Norte – excluindo-se o Estado de Tocantins (Garcia, 2004); entre 1996 e 2000, a arrecadação municipal de Manaus elevou-se de R$ 66.208 mil para R$ 97.759 mil, um incremento da ordem de 47,65%, configurando-se como a maior arrecadação dentre as capitais nortistas; em 2002, a cidade passou a integrar o conjunto dos nove municípios brasileiros que concentravam 25% da produção industrial nacional (IBGE, 2005); além disso, neste mesmo ano, a renda *per*

capita de Manaus tornou-se a terceira maior entre as capitais brasileiras (R$ 14.965,), atrás apenas de Vitória, ES (R$ 26.534,) e Brasília, D.F (R$ 16.920).

Esse processo de mudança social compreendido pela implantação e desenvolvimento da ZFM, pode também ser acompanhado em seus impactos sobre a estrutura da economia e sociedade locais.

Um dos fatos que mais chama a atenção é a expansão das unidades empresariais ocorrida entre 1996 e 2005.

A ampliação do número de unidades produtivas, inclusive da administração pública, registra maior crescimento no Amazonas que em sua capital (125% contra 96%). O crescimento mais expressivo ocorreu na atividade de pesca, em que o Estado experimentou acréscimo de 544% e Manaus de 650%. Em contrapartida, houve perda de 5% e 21% respectivamente, no Amazonas e na sua capital, de unidades de produção e distribuição de eletricidade, gás e água.

Outros números chamam a atenção do analista. A indústria de transformação cresceu no Amazonas 107% e em Manaus 84%. Reclama atenção o fato de que o interior do Estado cresceu, nesse período (1996 a 2005), quanto ao número de unidades produtivas, à taxa de 237%. Considerando que a economia interiorana nem por isso passou a contribuir mais significativamente com a arrecadação de tributos, pode-se suspeitar de que as unidades criadas fora do município de Manaus são economicamente frágeis.

Em 1970, o PIB municipal correspondia a 72,8% do total do produto do Estado. Em 2003, esse percentual havia se elevado ao patamar de 83%, indicando que a tendência à concentração da atividade econômica na capital do Amazonas, já expressa desde o fim do "ciclo da borracha", se aguçou ainda mais com a ZFM.

Tabela 6 – Evolução do Produto Interno Bruto do Amazonas e de Manaus em milhões de R$ (1970-2003)

ANO	AMAZONAS	MANAUS	MANAUS/AM (%)
1970	1.805	1.315	72,8
1980	7.769	6.520	83,9
1996	18.090	11.310	59,8
2000	18.873	15.638	82,8
2003	28.063	23.294	83,0
Crescimento relativo (%)	1.454	1.671	-

Fontes: Elaborado pelo autor com base em dados do IPEADATA e IBGE.

Verificou-se ainda o aumento exponencial da população da cidade. Em 1970, 24,3% da população amazonense residiam na capital. Em 2005, esse percentual chegou a 50,8%. Isso corresponde a um crescimento absoluto de 1.334.980 habitantes em 37 anos, ou, percentualmente, a um incremento de quase 430%. Enquanto isso, o Amazonas experimentava oscilação em torno de 240%. À pouco mais que triplicação da população do Estado, portanto, correspondeu a multiplicação por mais de cinco do número de habitantes de sua capital. A tabela a seguir retrata essa realidade.

Tabela 7 – Evolução da população residente no Brasil, no Amazonas e em Manaus (1960-2007)

ANOS	BRASIL		AMAZONAS		MANAUS	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%
1970	93.139.037	100	955.203	100	311.622	100
1980	119.002.706	127	1.430.528	149	633.383	203
1991	146.825.475	157	2.103.243	220	1.011.501	324
2000	169.799.170	182	2.812.557	294	1.405.835	451
2007	185.464.129	199	3.221.939	337	1.646.602	528

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do IPEADATA e IBGE.

A população econômica ativa, por seu turno, expressa-se em movimento ascendente, nos quase quarenta anos registrados. O número de habitantes da capital se multiplicou por pouco mais de cinco no período, enquanto a população econômica ativa experimentou crescimento de quase dez vezes. É o que se pode ver na tabela seguinte.

Tabela 8 – Evolução da população econômica ativa de Manaus (1970-2007)

ANOS	POPULAÇÃO DE MANAUS	PEA MANAUS	
		Absoluto	%
1970	311.622	86.852	27,8
1980	633.383	219.411	34,6
1991	1.011.501	384.009	35,63
2000	1.405.835	614.421	43,7
2007	1.646.602	841.756	52,2

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados IPEADATA.

Muito desse crescimento populacional se relaciona à combinação de dois fatores: de um lado, à própria intensificação da atividade econômica gerada pela ZFM e concentrada na capital; e, de outro, à relativa estagnação econômica em que permanecia o interior do Estado, assim como outras regiões do País, principalmente o Nordeste. O fato é que nos últimos 37 anos a cidade "inchou" e com isso registra-se a proliferação de processos de ocupação desordenada do território, aumento da demanda por infra-estrutura e serviços, desemprego, subemprego e elevação do custo de vida (BATISTA, 1976; BENTES, 1983; e BENTES, 2005), bem como a formação de um exército industrial de reserva (SALAZAR, 1992).

Uma das mudanças mais superlativas da economia local foi o protagonismo do setor industrial, algo que se evidenciou especialmente a partir da década de 1980, quando a indústria passou a representar mais de 60% do PIB municipal.

Sob outro ângulo, todos os indicadores do IDH-M experimentaram significativa melhoria entre 1970-1991, diferente do ano 2000, quando se verificou expressiva queda do indicador renda, o que pode ter sido um dos efeitos do ajuste da ZFM à nova política industrial do País.

De acordo com o Censo 2000, 26% da população de Manaus com algum rendimento recebiam até 3 salários mínimos, e apenas 3,17% possuíam rendimentos superiores a 10 salários mínimos (IBGE *apud* BENTES, 2005); 88,4% das famílias ricas do Amazonas residiam em Manaus e as mais ricas dentre elas movimentavam 87,4% do total do produto interno. Essa concentração também se manifesta territorialmente, pois naquele mesmo ano 64,1% dos rendimentos dessas famílias estavam localizados em três das nove regiões administrativas do município (POCHMANN *et alli*, 2005). Então, Manaus era a 1.112ª cidade no *ranking* da exclusão social no Brasil, atrás de Belém, PA (384ª) e de Porto Velho, RO (873ª), para ficar apenas nas capitais dos Estados do Norte (POCHMANN *et alli*, 2003).

Tabela 9 – Índice de desenvolvimento humano de Manaus (1970-2000)

ANOS	LONGEVIDADE	EDUCAÇÃO	RENDA	IDH-M
1970	0,431	0,649	0,554	0,544
1980	0,523	0,688	0,951	0,721
1991	0,629	0,750	0,950	0,776
2000	0,711	0,909	0,703	0,774

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do IPEADATA.

Os agentes sociais da Zona Franca de Manaus

Ainda que o foco das análises aqui apresentadas recaia sobre o empresário local, cabe indicar quais são os agentes sociais cujos interesses estão relacionados de modo mais direto à ZFM. A seguir, se encontra uma caracterização desses segmentos, tendo em conta seus interesses específicos no que diz respeito ao modelo.

Tupiassu, responsável pela análise política da ZFM em estudo coordenado por Anciães (1980), identificou os principais grupos interessados no modelo, que para ele seriam: os grupos industriais multinacionais, o empresariado nacional ligado ao capital estrangeiro, grupos comerciais estrangeiros e nacionais – particularmente os de Manaus que se implantaram e/ou cresceram com a ZFM-, grupos ligados ao turismo interno brasileiro e grupos financeiros e tecnocráticos. Essa caracterização ajuda a mostrar como a implantação e manutenção da ZFM não se resumiu à imposição dos interesses das grandes corporações transnacionais, mas sim, à sua combinação com interesses de segmentos do empresariado nacional e local que, com ela, viam a oportunidade de novos investimentos e lucros. Para dizer de outra maneira, assumindo-se a ZFM como uma modalidade de transnacionalização da economia nacional, revela-se como as medidas do governo também estavam alicerçadas em grupos e segmentos do empresariado nacional empenhados em, para lucrar, promover mecanismos de reterritorialização do processo de acumulação de capital conforme os impulsos da formação de um sistema econômico que articula agentes sociais em várias escalas territoriais.

Essas considerações guardam especial valor pelo fato de que levam o autor a um balanço da relação entre os efeitos econômicos e políticos da implantação da ZFM. Diz Tupiassu:

> *(...) As forças tradicionais, que em 1964 viram com imaginável satisfação afastados os "perturbadores populistas", nem por isso tiveram assegurada a volta ao antigo domínio e, mesmo após a quebra do isolamento mencionado [da economia amazonense em relação à nacional], tiveram que assistir, relativamente marginalizadas, à emergência de novas forças econômicas e tecnocráticas com a ZFM. Aos poucos, vários segmentos seus acabaram por se associar às novas forças, inclusive porque a "frente ideológica" [de defesa da ZFM] e as oportunidades de bons negócios a isto favoreciam* (ANCIÃES, 1980, p. 204).

Essas observações são ainda mais importantes pelo fato de escaparem a uma tentação que, de certa maneira, marca algumas análises aqui tratadas. Primeiro, ela supera a idéia de que a ZFM promoveu apenas a subordinação econômica do empresário local ao nacional e transnacional. O faz mostrando que se, em termos econômicos isso é fato, política e socialmente não o é, e mais, não o é porque economicamente também parece ter havido ganhos substantivos para vários segmentos do empresariado local. Segundo, ela permite olhar para o empresário local menos através de adjetivações – atrasado, extrativista, conservador, entre outros – do que pelas relações que ele passa a desenvolver de modo a se aproveitar, ainda que em posição subordinada, da dinâmica econômica da transnacionalização. Essa postura é sugestiva da necessidade de se observar o empresário local através do modo como se confrontou ou acomodou, econômica e politicamente, com um mecanismo de dinamização cuja implantação e desenvolvimento lhes escapam ao controle.

Essa perspectiva não implica abdicar de adjetivações, mas sim de compreendê-las no quadro das ações que, do ponto de vista empresarial, da acumulação de capital, portanto, fazem sentido, revestem-se de conteúdo explicativo. O que do ponto de vista político-ideológico pode parecer um emblema do atraso, a mentalidade extrativista ou o conservadorismo, na perspectiva do empresário pode se mostrar como estratégia de (re)produção social diante de determinadas circunstâncias, diante de determinadas chances, possibilidades de escolha feitas em relação às possibilidades de lucro vislumbradas.

Tomando-se em consideração as observações de Tupiassu (1980) e a observação da realidade atual da ZFM, podem-se identificar como seus principais agentes sociais pelo menos seis grupos diferenciados: a) a burocracia estatal, particularmente aquela composta pelos funcionários da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA; b) os executivos das grandes corporações transnacionais e de empresas nacionais, com fábricas instaladas no Pólo Industrial de Manaus, a partir da série de incentivos estatais que lhes são oferecidos; c) os empresários locais diretamente favorecidos pela dinâmica da economia local, decorrente da política de incentivos em vigor; d) os profissionais diretamente envolvidos nos processos vinculados à concessão e funcionamento da política de incentivos – consultores empresariais, despachantes aduaneiros, consultores jurídicos e contadores, dentre outros; e) os

políticos locais, particularmente deputados federais e senadores, representantes do estado do Amazonas no Congresso Nacional; e f) os trabalhadores ocupados nas empresas do Pólo Industrial de Manaus.

O primeiro desses segmentos – a burocracia estatal – é composto pelos dirigentes e técnicos da autarquia responsável pela administração dos incentivos fiscais vigentes na área. É a eles que cabem decisões e funções referentes à análise e aprovação de projetos industriais que se pretendam instalar em Manaus.

Os interesses desse grupo têm a ver com a execução e manutenção das políticas econômicas ditadas pelo governo central, que justificam seu próprio emprego e o poder político a ele associado. Ao mesmo tempo, isso reforça seu compromisso com as empresas atraídas para Manaus. Nesse sentido, vale considerar o que diz Motta quando discute as relações entre empresários e burocracia na ZFM. Esse autor, inspirando-se em Karl Wittfogel, propõe a aplicação do conceito de "despotismo hidráulico" ou "despotismo oriental", consistente na hipótese de que a ZFM "constitui um condomínio de empreendedores privados e de burocratas do Estado, cada um dos quais tenta se apropriar de uma parte dos benefícios resultantes da atividade industrial e comercial do enclave" (MOTTA, 1990; p. 34).

Esse particular segmento é, sobretudo, representado pelo corpo funcional da própria Superintendência que administra os incentivos. Embora outras agências públicas também participem dele (Receita Federal, Secretarias Estadual e Municipal da Fazenda, Secretaria de Planejamento do Estado, dentre outras), os objetivos deste trabalho se contentam com a consideração da autarquia federal. Essa preferência se justifica por vários motivos, o primeiro dos quais a inegável influência que a SUFRAMA exerce nos rumos da economia regional. Por isso, há como certa competição entre as lideranças e grupos políticos e empresariais, locais ou não, cada um deles pretendendo manter sob sua orientação a equipe dirigente do órgão.

Entre 1990 e 2008, foram sete os superintendentes da ZFM: de abril de 1990 a março de 1991, dirigiu-a Leopoldo Carpinteiro Peres Sobrinho, ex-deputado federal, ex-senador da República, ex-presidente da ARENA e irmão do então vereador por Manaus e professor da Universidade Federal do Amazonas, Jefferson Peres. De março de 1991 e agosto de 1992, assumiu a superintendência Alfredo Nascimento. Este, vinculado ao grupo de Amazonino Mendes, havia exercido até então as funções

de Secretário Municipal de Administração de Manaus e prefeito-interventor do Município de Manaus. Seguiu-se a ele Manoel Rodrigues, que permaneceu no cargo de 1992 a 1994. Professor da Universidade Federal do Amazonas e integrante do quadro técnico da Superintendência, Manoel nela já exercera a função de Superintendente-Adjunto de Planejamento. Depois veio Mauro Ricardo Costa, cuja gestão se estendeu de 1996 a 1999.

Parte dos quadros da tecnocracia federal, Mauro Ricardo era tido nos meios políticos e empresariais locais como representante dos interesses da indústria paulista. Sua indicação foi feita pelo senador por São Paulo, José Serra, reconhecido nos meios locais como um dos principais opositores do modelo ZFM.

Substituiu aquele superintendente Antonio Sérgio Melo (1999-2001), funcionário graduado do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Ozias Monteiro Rodrigues, amazonense do interior (Codajás), ex-professor da Universidade Federal do Amazonas, ex-secretário da Fazenda por vários períodos, no Amazonas, Distrito Federal e Ceará, ex-presidente do Banco do Estado do Amazonas e da Associação Brasileira de Bancos Estaduais (ASBACE) era bem representativo da tecnocracia local. Ficou no cargo de 2001 a 2003.

Hoje, a SUFRAMA tem em seu posto mais alto a economista amazonense Flávia Skrobot Barbosa Grosso, pertencente aos quadros técnicos da própria autarquia, na qual exercera, dentre outras, a função de superintendente-adjunta.

Em estudo dedicado à análise da disputa por poder envolvendo aquele posto estratégico para a economia da região, Nascimento (2004) mostra como os interesses dos governantes do Estado e do governo federal se chocaram, particularmente ao longo dos anos 1994 e 2002.A autora revela como governos identificados com oligarquias regionais empenhadas em controlar as expressivas receitas hauridas pela SUFRAMA, freqüentemente entraram em conflito com o governo central. Nesse período, os dirigentes maiores da autarquia eram vistos como meros representantes de interesses associados à indústria paulista. Disso decorria certa desconfiança do empresariado e do governo local, em relação aos dirigentes da SUFRAMA, um dos quais passou a auxiliar do governador paulista, logo após exonerado da superintendência..A desconfiança não é destituída de alguma dose de razão, na medida em que ao longo da gestão daquele profissional, Mauro Costa, realizaram-se apenas duas reuniões do

Conselho de Administração da SUFRAMA- CAS, instância na qual são apreciados e aprovados os projetos que se pretendem beneficiar dos incentivos da ZFM. Tais reuniões têm freqüência bimestral. Hoje, o ex-superintendente é o titular da Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo

A cobiça pela autarquia pode ser explicada pela soma de recursos próprios decorrentes da cobrança da TAS – Taxa de Administração de Serviços. Esses recursos asseguram papel fundamental nos investimentos em infra-estrutura e serviços públicos, na capital e no interior do Estado, tanto quanto nas outras unidades da Amazônia Ocidental e no Estado litorâneo do Amapá.

Resumindo: no período de 1990 até hoje, sete foram os superintendentes da SUFRAMA. Dentre estes, cinco mantêm ligações políticas locais e dois são identificados com a tecnocracia federal.

O segmento dos executivos de corporações transnacionais e nacionais compreende os profissionais contratados por esses agentes econômicos para representar seus interesses junto ao poder público local e para administrar o cotidiano dos empreendimentos sediados em Manaus. As manifestações de apoio deste segmento à ZFM denotam seu comprometimento com a defesa pública dos incentivos. Levadas aos governos – federal, estadual e municipal -, tais manifestações têm em vista assegurar o acesso aos benefícios fiscais. Individualmente, buscam maximizar a amplitude dos benefícios conferidos pelo poder público às empresas que representam; coletivamente, através de entidades de classe, lutam pela manutenção e ampliação do conjunto de regalias características da ZFM.

Ainda que não haja estudos sobre o perfil social desses executivos – suas origens, formação profissional, tempo de permanência na cidade etc., suspeita-se de que em sua vasta maioria sejam profissionais que não permanecem na cidade por muito tempo. Tal suspeita pode ser relativizada pela constatação de casos tanto de profissionais locais que desempenham papel relevante nas empresas, como ocorre com o engenheiro amazonense Ulyssses Tapajós, ex-diretor da MASA da Amazônia, quanto de executivos que, vindos de outras regiões, não apenas permanecem por longo período na cidade, como também passam a desempenhar papéis políticos de destaque no meio empresarial local – como são os casos de Maurício Loureiro (presidente do Centro das Indústrias do Estado do Amazonas - CIEAM e membro

da coordenadoria de política econômica e desenvolvimento industrial da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas-FIEAM); Flávio Dutra, ex-executivo da transnacional Xerox, atualmente integrando o corpo diretivo da FIEAM, como Diretor-Executivo das Coordenadorias Operacionais, depois de ter sido chefe de gabinete da presidência dessa mesma Federação; outro é Maurício Marsiglia, ex-executivo da Philips e dos Brinquedos Estrela, hoje ocupando a vice-diretoria de na FIEAM; e Wilson Périco (vice-presidente da Federação das Indústrias, e atual presidente do Sindicato das Indústrias de Aparelhos Eletroeletrônicos e Similares de Manaus-SINAEES e da Associação de Comércio Exterior da Amazônia-ACEAM).

Vale considerar a presença desses agentes na máquina pública. É ilustrativo o caso de Daniel Feder, chegado a Manaus como executivo de empresa, depois ocupante de posto-chave na Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico do Amazonas (SEPLAN), o de Secretário Executivo de Políticas Setoriais e, concomitantemente, da Presidência da Companhia de Gás do Amazonas (CIGÁS).

O que se pode acrescentar é que, não obstante essa permanência e papéis políticos desempenhados pelos membros desse segmento, suas decisões dependem das estratégias políticas e econômicas das matrizes a que estão subordinados. Independentemente da origem, da formação profissional, dos papéis políticos e do período de permanência em Manaus, parece ser pouca sua autonomia decisória. As estratégias que devem seguir são definidas pelas matrizes.

Outro dado relevante para esclarecer a situação desses importantes protagonistas, diz respeito ao fato de que sua presença em Manaus é uma imposição de ato normativo da SUFRAMA. A autarquia exige que as empresas beneficiadas com incentivos mantenham pelo menos um diretor com residência na capital amazonense. Por si só, isso parece indicativo das dificuldades no relacionamento do órgão federal com as indústrias localizadas na ZFM.

Não obstante a fragilidade do vínculo entre os executivos e a economia local, as empresas por eles representadas se empenham em demonstrar apoio à manutenção do aparato jurídico-político que garante os incentivos de que são beneficiárias. Isso pode ser atestado, por exemplo, pelas manifestações de empresas beneficiadas pelos incentivos fiscais em diversas edições de periódicos locais comemorativas de datas alusivas à ZFM.

Os profissionais da Economia, do Direito e da Contabilidade, dentre outros, podem ser identificados como outro segmento, e estão empenhados na elaboração de projetos e na assessoria às empresas beneficiárias dos incentivos fiscais. Sua capacitação técnica os torna indispensáveis à pretensão dos empresários que desejam instalar-se na área abrangida pela ZFM. Mas não é só da qualificação específica que os profissionais se beneficiam, eis que a maior facilidade de acesso a dirigentes locais da SUFRAMA e secretarias estaduais diretamente ligadas à administração dos incentivos – Secretarias de Estado e municipal da Fazenda e do Planejamento, por exemplo – conta muito para a contratação de seus serviços. Cabe notar que muitos deles fazem parte de organização informal – a Associação dos Consultores do Amazonas – através da qual são elaboradas teias de relacionamento envolvendo as empresas e instâncias da burocracia local.

Reunidos em associação profissional, os consultores buscam não apenas discutir aspectos econômicos, legais, contábeis e tecnológicos implicados pelo processo produtivo, mas propor medidas que, a seu critério, removam obstáculos à produção ou ao financiamento desse processo. Disso decorre seu prestígio e a garantia de audiência por parte dos administradores públicos e empresariais.

Outro segmento importante que participa diretamente da "produção social" da ZFM é o dos políticos locais. Alguns deles são empresários de projeção local – como Pauderney Avelino (atuante no ramo da construção civil, ex-deputado federal e presidente regional do Partido Democratas) e Francisco Garcia (ex-deputado federal, ex-vice-governador do estado, ex-presidente da FIEAM, concessionário de um canal aberto de televisão e uma montadora de automóveis, além de presidente regional do Partido Progressista). Outros, mesmo não desempenhando atividades empresariais ou fazendo-o sem maior expressão, também se engajam na defesa da ZFM, na medida em que a consideram um modelo de desenvolvimento sem o qual a economia e sociedade amazonenses voltariam a estagnar-se. Dentre esses estão nomes como Arthur Virgílio Neto (senador pelo Partido da Social-Democracia do Brasil e líder dessa agremiação no Senado), Vanessa Graziottin (deputada federal pelo Partido Comunista do Brasil) e Átila Lins (deputado federal pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro que desempenhou, recentemente, a função de presidente da comissão de reforma tributária).

Deve-se atentar, também, para o fato de que são freqüentes os casos de empresários que se tornam políticos, de que são exemplos Carlos Alberto de Carli (ex-senador), Sadie Hauache (ex-deputada federal), Ézio Ferreira (ex-deputado federal), Luiz Fernando Nicolau (ex-deputado federal), Cláudio Chaves (ex-deputado federal) e Eduardo Braga (atual governador do Estado, ex-vereador, ex-deputado federal e ex-deputado estadual). Todos eles transitaram do mundo empresarial ao político.

Também integram a estrutura social da ZFM os trabalhadores empregados nas diversas unidades produtivas – sejam indústrias ou estabelecimentos do setor de serviços -, cujas atividades estão diretamente relacionadas à dinâmica do Pólo Industrial de Manaus. Esse segmento se integra ao conjunto de agentes diretamente envolvidos na produção social da ZFM por serem as atividades dela provedoras da oportunidade de empregar-se. É dos estabelecimentos instalados em Manaus que grande parte da população economicamente ativa aufere ganhos salariais. A carência de alternativas e o excedente de força de trabalho localizado em Manaus tornam a zona franca uma das poucas saídas para o problema do desemprego.

O quinto segmento, é o dos empresários locais. Ele é formado por proprietários dos meios de produção que, beneficiários diretos ou indiretos dos incentivos fiscais, têm na cidade seu centro decisório e/ou são associados a empresas cujo centro de decisão se situa fora de Manaus. Tal como seus congêneres forâneos, os integrantes desse segmento vêem no apoio ao regime de incentivos fiscais um modo de assegurar condições favoráveis de lucratividade. Diferentemente, contudo, daqueles cujas estratégias econômicas envolvem a articulação nacional ou transnacional do processo produtivo, suas posições na economia local aparentam relações de dependência mais profundas com o modelo.

REFERÊNCIAS

ANCIÃES, A.W. da F. (Coord.). **Avaliação da Zona Franca** - subsídios para a formulação de uma política tecnológica. Brasília, DF: CNPq, 1980.

ARAÚJO FILHO, G. **A dinâmica sócio-técnica da ZFM**. 1991. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991.

BAER, W. **A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil**. 6. ed. Tradução de Paulo de Almeida Rodrigues. São Paulo: FGV, 1985.

BAPTISTA, M. **A indústria eletroeletrônica de consumo a nível internacional e no Brasil**: padrões de concorrência, inovação tecnológica e caráter da intervenção do Estado. 1987. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1987.

_____. **A indústria eletroeletrônica de consumo a nível internacional e no Brasil**: padrões de concorrência, inovação tecnológica e caráter da intervenção do Estado. 1987. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1987.

BATISTA, D. **O complexo da Amazônia** – análise do processo de desenvolvimento. 2. ed. Manaus: Valer; EDUA; INPA, 2007.

_____. **O complexo da Amazónia**: análise do processo de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Conquista, 1976.

BENCHIMOL, S. **Manaus do Amazonas**: memória empresarial. Manaus: Governo do Estado; ACA, 1994.

BENTES, N. **Manaus**: realidade e contrastes sociais. Manaus: Valer, 2005.

BENTES, R. M. **A Zona Franca e o processo migratório para Manaus**. 1983. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1983.

BESSA, C. E. C. **Outras produções no Amazonas durante a expansão e queda da borracha (1870-1920)**. 1999. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Fluminense, Niterói, 1999.

CARDOSO, C. F. S. **Economia e sociedade em áreas coloniais periféricas**: Guiana Francesa e Pará, 1750-1817. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

CARDOSO, F. H.; MÜLLER, G. **Amazônia**: expansão do capitalismo. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1978.

CORRÊA, S. **Zona Franca de Manaus**: histórias, mitos e realidade. Manaus: Vitória Régia, 2002.

COSTA JR, A. **Indústria de bens de consumo eletroeletrônicos da ZFM**: automação microeletrônica e as mudanças no processo produtivo e nas ocupações. 1996. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1996.

FERREIRA, S. M. P. **A dinâmica da economia amazonense no período 1950-1990**. 1994. Dissertação (Mestrado em Economia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1994.

FREIRE, J. R. B. et al. **A Amazônia Colonial** (1616-1798). 5. ed. Manaus: Metro Cúbico, 1994. 253 p.

FREITAS PINTO, R. Como se produzem as Zonas Francas. In: **Trabalho e produção capitalista**. Belém: 1987. p. 1-17. (Série Seminários e Debates, n. 13).

FURTADO, C. **Análise do modelo brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

GARCIA, E. **Zona Franca de Manaus:** história, conquistas e desafios. Manaus: Norma, 2004. 222p.

GREGÓRIO, V. M. O progresso a vapor: navegação e desenvolvimento na Amazônia do século XIX. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 19, n. 1, p.185-212, jan.-abr. 2009.

GUIMARÃES NETO, L. **Implicações institucionais de uma nova estratégia para a Zona Franca de Manaus**. Campinas: SUFRAMA; FECAMP; UNICAMP-IE, 1996.

HOBSBAWN, E. **A era dos extremos**: o breve século XX (1914-1991). 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

IANNI, O. **A ditadura do grande capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

_____. **Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970).** 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,1979.

LIMA, R. de J. **A província do Amazonas no sistema político do Segundo Reinado** (1852-1889). 1978. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1978.

MAHAR, D. **Desenvolvimento econômico da Amazônia**: uma análise das políticas governamentais. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1978. (Coleção Relatórios de Pesquisas, n. 39).

MATTOS, C. M. **Uma geopolítica Pan-Amazônica**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

MENDES, A. D. (Org.). **Amazônia, terra e civilização**: uma trajetória de 60 anos. 2. ed. Belém: Banco da Amazônia, 2004.

MINTER/SUFRAMA. **Distrito Industrial, um projeto em expansão**. Brasília: SAP/SADEOS, 1989.

MOTTA, R. M. C. La zone franche de Manaus et le mode parias de la production. **Cahiers du Bresil Contemporain**, v. 11, p. 27- 48, 1990.

NUNES, B. F. La Zone Franche de Manaus: 'echec regional 'une industriaization reussie. **Cahiers du Bresil Contemporain**, v. 11, p. 449-464, 1990.

OLIVEIRA, A. E. Ocupação Humana. In: SALATI, E. et al. **Amazônia**: desenvolvimento, integração e ecologia. São Paulo: Brasiliense; CNPq, 1983.

OLIVEIRA, B. de; POCHMANN, M. **Mercado de trabalho e gestão da mão de obra na Zona Franca de Manaus**. Campinas: SUFRAMA, 1996.

PINHEIRO, L. B. S. P. De mocambeiro a Cabano: notas sobre a presença negra na Amazônia na primeira metade do século XIX. **Terra das Águas**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 148-172, 1999.

POCHMANN, M. et al. **Atlas da exclusão social no Brasil**: dinâmica e manifestação territorial. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. et al. **Atlas da exclusão social no Brasil**: os ricos no Brasil. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

REIS, A. C. F. et. al. **Problemática da Amazônia**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1969.

REIS, A. C. F. **História do Amazonas**. 2. ed. Manaus: Secretaria de Cultura do Amazonas; Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.

_____. **O seringal e o seringueiro**. 2. ed. Manaus: EDUA, 1997.

SALAZAR, A. P. **Amazônia globalização e sustentabilidade**. Manaus: Valer, 2004.

SALAZAR, J. P. **O novo proletariado industrial da Manaus e as transformações sociais possíveis** (estudo de um grupo de operário). 1992. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

SAMPAIO, P. M. M. **Os fios de Ariadne:** tipologia de fortunas e hierarquias sociais em Manaus (1840-1898). Manaus: EDUA, 1997.

SANTOS, A. B. **Inovações tecnológicas e gestão da mão de obra na indústria eletroeletrônica da Zona Franca de Manaus:** 1990-1997. 1999. 97f. Dissertação (Mestrado). – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1999.

SANTOS, F. J. Diretório Pombalino na Amazônia. In: **Além da Conquista**. Manaus: EDUA, 1997.

SANTOS, F. J. **História Geral da Amazônia**. 3. ed. Rio de Janeiro: MemVavMem, 2009. 320p.

SANTOS, R. **História Econômica da Amazônia** (1800-1920). São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.

SARABIA, R. H. A **Rede educacional do estado do Amazonas**: suas relações com a estrutura populacional e o aparelho produtivo. Manaus: FUNDAJ; IESAM, 1998.

SILVA, M. C. da. **Metamorfoses da Amazônia**. 1997. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

SOUZA, M. **A expressão amazonense**. Do colonialismo ao neocolonialismo. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

_____. **História Amazônia**. Manaus: Valer, 2009.

SUFRAMA. **Indicadores de desempenho do Polo Industrial de Manaus** (1988 a 2010). Manaus, 2011. Disponível em: <www.suframa.gov.br>. Acesso em: 10 out. 2012.

_____. **Zona Franca de Manaus e Amazônia Ocidental**: perspectivas e oportunidades de negócios e investimentos. Manaus: SUFRAMA, 1998.

WEINSTEIN, B. **A borracha na Amazônia**: expansão e decadência (1850-1920). São Paulo: HUCITEC; EDUSP, 1993.

Capítulo 5

FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO ESTADO DO MARANHÃO

Benjamin Alvino de Mesquita
Celia Maria da Motta
Josenildo de Jesus Pereira
Nilce Cardoso Ferreira
Zulene Muniz Barbosa

INTRODUÇÃO

A análise da formação socioeconômica do Maranhão contribui particularmente para a compreensão da formação socioeconômica e da expansão das fronteiras dos nove estados da Amazônia brasileira, principalmente devido às suas especificidades geográficas, à construção histórica de sua estrutura política (oligárquica) e ao recente processo de reestruturação produtiva, que define as diretrizes da atual política econômica maranhense.

Com o objetivo de apresentar uma historiografia regional, este capítulo propõe-se a analisar a formação e expansão social e econômica do Maranhão em três pontos históricos articulados.

Inicialmente, considera-se a fase histórica de inserção do Maranhão no modelo de ocupação territorial colonial, a partir dos ciclos econômicos e expansão das fronteiras regionais. Em seguida, apresenta-se a percepção de que os traços da herança colonial perpetuam-se nas dinâmicas políticas e econômicas. Inclui-se ainda o período da chamada República Velha, quando se fortaleceram os laços do coronelismo, do compadrio e do clientelismo. Configura-se, então, uma estrutura oligárquica político-econômica composta por facções atreladas a diferentes núcleos familiares. Tal estrutura efetiva-se nas relações entre o empresariado urbano, as

oligarquias políticas e o Estado. Tem como característica, especialmente na área rural, a manutenção das relações de mando e subserviência, que remontam ao período colonial. A despeito disso, nesse período ainda ocorriam sucessivas disputas entre os segmentos oligárquicos em torno da hegemonia econômica e política do Estado. Esta conjuntura, caracterizada por um relativo equilíbrio na correlação das forças políticas, perpassa o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945) e se estende até o governo de Juscelino Kubitscheck (1956-1961).

O segundo ponto em análise engloba o período do governo militar (1964-1985), quando o caráter autoritário da estrutura oligárquica maranhense torna-se agudo, ficando a hegemonia do poder governamental centrada nos grupos políticos e econômicos comprometidos com o regime de exceção. Neste contexto, a partir da década de 1980 desencadeiam-se novos processos de grilagem de terras, uma prática histórica no estado, que se agrava devido à implantação do Projeto de Ferro Grande Carajás. Em paralelo, o II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) promove a criação de grandes projetos agropecuários e minero-metalúrgicos integrados ao Projeto Grande Carajás. Por efeito, cria-se um cenário de conflitos fundiários decorrente das desapropriações para "fins sociais" viabilizadas pelos projetos de colonização, por meio de "contratos de compra e venda" das terras ocupadas pelos trabalhadores rurais.

Na sequência, analisa-se a consolidação do atual padrão de desenvolvimento regional a partir do século XX. São considerados os impactos socioambientais dos projetos de reestruturação produtiva, promovidos pelas políticas econômicas de industrialização, baseadas especialmente na implantação de grandes projetos minero-exportadores. Relevam-se ainda as demais atividades econômicas contemporâneas (tradicionais e complementares) praticadas no estado do Maranhão.

Finalmente, o terceiro ponto de análise enfoca as tendências potenciais do atual padrão de desenvolvimento econômico do Maranhão, definidas na produção de três *commodities*: alumínio, soja e produtos do complexo de ferro. Observa-se, portanto, que apesar do recente estímulo à abertura de novos mercados, permitindo a reconfiguração territorial e socioeconômica, o Maranhão permanece atrelado à produção e à exportação de produtos primários. Este fato revela que o estado permanece sob a tutela de estruturas oligárquicas, mantenedoras de um modelo econômico cujos benefícios sociais são restritos a uma pequena parcela da população. No tocante à hegemonia política, esta se conserva inalterada, ainda que à custa de

alianças partidárias firmadas nas eleições majoritárias, entre crupos políticos de convicções ideológicas opostas.

O entendimento das particularidades da formação e expansão socioeconômica do Maranhão são fundamentados na literatura científica e acadêmica sobre o tema, como as obras de Alfredo Wagner Berno de Almeida (1994), Victor Asselin (1982), Alberto Arcangelis (1987), Benjamin Mesquita (2010; 2011), Raimundo Feitosa (1994), José de Ribamar Caldeira (1978); Wagner Cabral (1997), Flávio Reis (2013), Marcelo Sampaio Carneiro e Wagner Cabral (2009), Zulene Barbosa (2006), dentre outras.

OCUPAÇÃO COLONIAL E DEFINIÇÃO TERRITORIAL DO MARANHÃO

Inicialmente, deve-se considerar a especificidade geográfica da integração do estado do Maranhão na composição da Amazônia Legal. Ocupando uma posição de transição entre três macrorregiões brasileiras (Norte, Nordeste e Centro-Oeste), a porção amazônica maranhense abrange uma área equivalente a 80% da superfície territorial do estado (264 mil km), a oeste do meridiano 44 W[1], compreendendo 180 dos seus 217 municípios, distribuídos em cinco mesorregiões e 21 microrregiões.

Considerando que a história do Brasil contemporâneo definiu-se pelo modo de produção capitalista, segundo Caio Prado Júnior (2006), a dinâmica deste sistema, instituída pela política econômica internacional, nacional e local, foi determinante na formação socioeconômica do Maranhão em diversas fases históricas do desenvolvimento do estado. Assim, a definição dos limites territoriais do Maranhão acompanha o efetivo processo de ocupação do território colonial brasileiro, a partir da criação das capitanias hereditárias (1534).

Contudo, as duas capitanias do Maranhão (primeira e segunda seções) não foram efetivamente ocupadas pelos capitães donatários, retornando as terras à autarquia da Coroa portuguesa por volta de 1554. Dessa época até meados do século do XVII, por razões diversas, exerceu-se um controle débil sobre a extensa área articulada pelos deltas dos rios Parnaíba (Piauí) e Gurupi (Maranhão), e o extremo leste da Ilha de

[1] A região maranhense da Amazônia Legal foi definida em 1953 (Lei 1.806, de 06/01/1953), pela Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), juntamente com a incorporação de Goiás (norte do paralelo 13º de latitude Sul – atual estado de Tocantins) – e Mato Grosso (norte do paralelo 16º latitude Sul) à Amazônia Brasileira, desde então definida como Amazônia Legal.

Marajó (Pará). Para garantir o controle desse trecho da costa setentrional brasileira, a Coroa portuguesa limitou-se a empreender expedições guarda-costas esporádicas e visitas eventuais. Nesse mesmo lapso de tempo, a falta de interesse da Coroa propiciou as frequentes incursões à região, patrocinadas pelos reinos da França, Inglaterra e Holanda, que aderiram tardiamente à expansão ultramarina e mercantil iniciada pelo reino de Portugal no século XIV. Mas a concorrência com aquelas nações debilitou o monopólio português no comércio oceânico de especiarias e no tráfico de escravos.

O império lusitano sofre um novo revés em 1578, quando o rei de Portugal, D. Sebastião, morre na guerra contra os mouros, durante a batalha de Alcácer Quibir, no Marrocos. À vacância da Coroa, seguiu-se uma crise política, em razão da disputa entre os nobres que reivindicavam a primazia e o direito hereditário de assumir o trono português, entre eles o rei Felipe II da Espanha, que foi aclamado rei Felipe I de Portugal, apoiado pela maioria do conselho de governadores do reino. A anexação institucional de Portugal ao reino de Castela foi condicionada aos compromissos assumidos pelo novo rei perante aos representantes do Clero, da aristocracia e da burguesia portuguesas. As normas estabelecidas nas Cortes de Tomar, em 1581, concederam aos nobres lusos ampla autonomia (econômica, militar e administrativa) para continuar governando Portugal e suas colônias, sob a supervisão de Madrid. A aliança dinástica das coroas lusitana e hispânica resultou na "União Ibérica" (1580-1640), quando então foi empreendida a política econômica mercantilista baseada no colonialismo e no escravismo, fatores que delinearam o modelo de ocupação do Brasil e, consequentemente, a definição territorial do Maranhão e da Amazônia brasileira.

O potencial de exploração de riquezas na Amazônia já havia sido constatado em várias expedições "estrangeiras" de reconhecimento, entre os séculos XVI e XVII. A primeira delas foi de Vicente Pinzón, em 1500, ao longo do litoral maranhense e do estuário do rio Amazonas. Já a partir de 1612, nessa mesma região efetivou-se a instalação de diversas feitorias comerciais francesas, a partir da fundação do Forte e do povoado de São Luís, origem da cidade de São Luís do Maranhão.

Com a expulsão dos franceses em 1615, ocorreu a ocupação militar das terras marginais aos grandes rios maranhenses: Itapecuru, Pindaré, Turiaçu, Mearim e Grajaú. Em seguida, houve a retomada da região circunvizinha à foz do Amazonas pelas forças luso-espanholas, sob o comando do capitão português Francisco Caldeira Castelo Branco. O controle de Portugal sobre o território amazônico consolidou-se em 1616,

com a edificação do Forte do Presépio, marco de fundação da cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará. Vale lembrar que, à época, os territórios reconquistados estavam sob o domínio da União Ibérica, não havendo, portanto, a necessidade de se respeitar as fronteiras luso-espanholas estabelecidas no Tratado de Tordesilhas, em 1494. Esta circunstância histórica propiciou a ocupação efetiva dessa região pela Coroa portuguesa.

No século XVII, o rei Felipe III assume o trono da União Ibérica e revoga a autonomia político-administrativa lusitana. De tal conjuntura decorre a revolução que restaura o reino de Portugal em 1640, seguida da Guerra da Restauração contra a Espanha. Com a vitória lusitana, em 1668, a paz firmada no Tratado de Lisboa incluiu o reconhecimento oficial pela Espanha da autonomia política da Coroa portuguesa.

A recomposição do poder bélico e do domínio territorial português havia se revelado anteriormente, em 1644, quando os holandeses foram expulsos da ilha de São Luís, após três anos de ocupação. Nesse curto período, os batavos desenvolveram plantações de cana-de-açúcar, fundaram feitorias no rio Xingu e estabeleceram a prática do escambo com os índios. Com o fim do controle holandês, o modelo de exploração econômica no Maranhão foi alterado. A produção açucareira, já em desenvolvimento, deu lugar ao extrativismo das especiarias: cravo, canela, castanha, salsa e, sobretudo, de cacau. Destacou-se, também, a exploração de madeira, frutos, óleos vegetais, ervas medicinais, raízes e produtos de origem animal, como o óleo extraído de algumas espécies de peixes da região.

Ao longo do período pré-colonial, o processo de implantação da estrutura produtiva mercantilista e a expansão das atividades econômicas portuguesas no Norte do Brasil refletiram-se nos diferentes "status" político-administrativos atribuídos ao Maranhão e à região amazônica: Capitania (1535), Província do Maranhão (1621), Província do Maranhão e Grão-Pará (1654), Província do Grão-Pará e Maranhão (1751). Província do Maranhão e Piauí e Província do Grão-Pará e Rio Negro (1772) (MEIRELES, 2008). Neste recorte histórico, Trovão (2008) observa a ocorrência de três correntes migratórias que caracterizam o povoamento do território maranhense:

1ª Corrente – do litoral: no século XVII, o deslocamento populacional de São Luís para o noroeste, em direção à foz do Gurupi, deu origem às cidades de Cururupu e Alcântara, em razão da produção de algodão e arroz. No século XIX, a colonização se expande em direção ao centro-leste do território maranhense, em função da produção de arroz e cana-de-açúcar.

2ª Corrente – da pecuária: no século XVIII, criadores de gado da região do São Francisco, principalmente da Bahia e Pernambuco, expandem seus currais ao vale dos rios Gurgéia, Canindé, Paranaíba e Piauí. Posteriormente, o fluxo expansionista chega ao vale do Itapecuru, Mearim e Balsas, já no atual território maranhense, para se instalar na região de Pastos Bons. As fazendas ocuparam o cerrado maranhense a oeste (microrregiões de Imperatriz e Pindaré), ao centro (microrregiões de Alto Mearim e Grajaú), a leste (microrregiões de Caxias e Chapada do Alto Itapecuru) e ao sul do estado (microrregião de Gerais de Balsas).

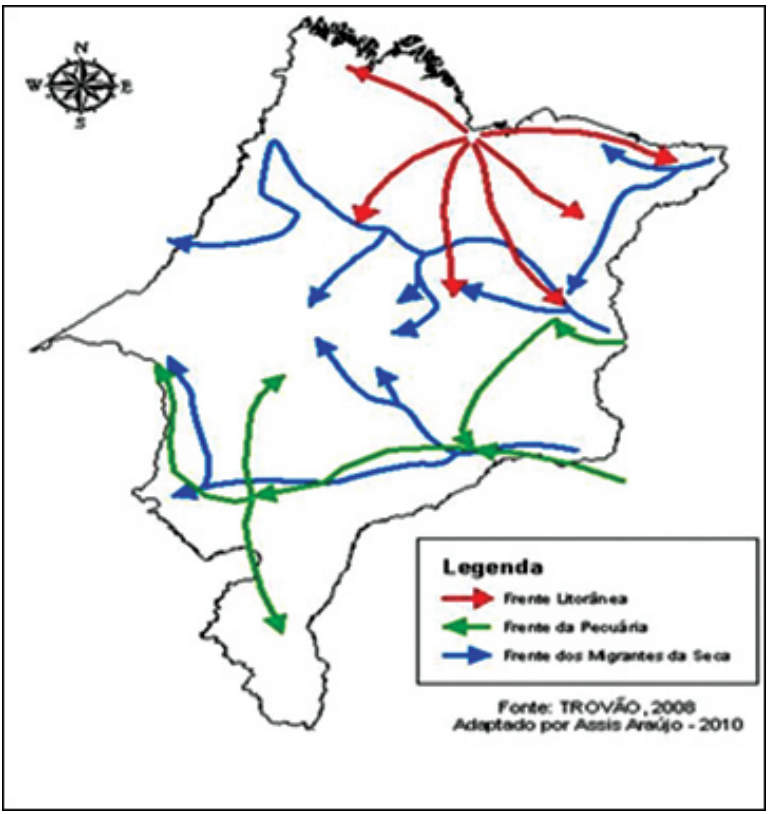
3ª Corrente – migrantes da seca: na segunda metade do século XIX, migrantes nordestinos, em especial do Ceará, afligidos pela seca, ingressam pelo porto de Tutóia (nordeste do Maranhão) e a partir de Teresina e Floriano (estado do Piauí). As correntes de povoamento direcionam-se principalmente: ao oeste (microrregiões de Imperatriz e Pindaré), ao centro (microrregiões de Alto Mearim, Médio Mearim e Presidente Dutra), ao leste (microrregiões de Caxias e Chapada do Alto Itapecuru), ao norte (microrregião de São Luís) e ao sudoeste do estado (microrregião de Porto Franco). Em que pese às agruras da seca, a migração teria sido motivada pela perspectiva de acesso aos recursos florestais e de ocupação de áreas agriculturáveis situadas em terras devolutas.

A representação dessas três correntes (TROVÃO, 2008) pode ser visualizada na Figura 1.

No século XVIII, o processo de ocupação e povoamento do interior do Maranhão concretizou-se gradualmente pelo desenvolvimento da pecuária extensiva, a partir da frente pastoril que se deslocava de Pernambuco e da Bahia.

> *O início do processo ocorreu nas primeiras décadas do século XVIII, quando o gado começou a ser retirado da grande propriedade canavieira [...] os criadores se encontravam instalados, juntamente com seus gados, na região do rio São Francisco, de onde começavam a expandir seus currais rumo aos vales dos rios Canindé, Gurgéia, Paraim e Parnaíba, no Piauí. Posteriormente, este fluxo chegou aos rios Itapecuru, Mearim e Balsas, em território maranhense* (BRANDÃO, 1995, p. 37).

Figura 1 - Mapa das correntes de povoamento do Maranhão



Fonte: Trovão (2008), adaptado por Assis Araújo (2010). Reproduzido de Geomorfologia UEMA. Disponível em: <http://geomorfologiacesc.blogspot.com/2012>.

Nos primórdios do estabelecimento da pecuária extensiva, as fazendas eram as unidades produtivas maranhenses mais importantes, localizando-se principalmente na região dos rios Munim, Itapecuru e Parnaíba, estendendo-se para a ribeira dos rios Pindaré e Mearim. A atividade exigia a articulação comercial com outros núcleos econômicos, estabelecendo uma densa rede de negócios, como sugere o emblemático testamento de Gaspar dos Reys (1744), analisado por Mota (2006, p. 47-48):

Declaro que nas Minas Gerais me deve Cahetano Ferreyra cinco mil cruzados em bom dinheiro ou juro dele o que melhor constar do seu crédito que deixei a um sobrinho por nome Antonio da Sylva para o cobrar e me remeter [...] Declaro que sou procurador do Reverendo

Padre Sylva Bezerra, clérigo presbítero do hábito São Pedro no Recôncavo da Bahia, o qual me deu […] crédito quando se foi […] de cento e cincoenta mil reis, que lhe devia João Tavares da Rocha, que eu cobrei, e do dito dinheiro paguei onze mil reis a meu irmão que o dito padre lhe devia de resto de uns cavalos por ele mesmo assim me ordenar […] Declaro outro sim que o mesmo padre tinha um sítio da outra banda do rio Itapecuru havido por sesmaria o qual eu vendi ao sargento-mor Antonio Coelho, e a seu sobrinho Manuel Álvares por preço de sessenta mil reis, de que não tenho crédito, porém não há no dito rio quem não o saiba, e com muita especialidade João de Fraga peço a meus testamenteiros cobrem também esse dinheiro para o remeterem na mesma forma ao referido Sylva Bezerra.

Vale salientar que entre as peculiaridades do território maranhense articulado pelo litoral, os vales de rios e o sertão, também respondem pelo modelo e dinâmica das atividades econômicas implantadas:

Cada uma destas áreas tinha peculiaridades que as distinguiam uma das outras: no litoral, a proximidade com o oceano fez a diferença, possibilitava comunicação entre a metrópole e as outras áreas coloniais; a ribeira dos rios propiciava inúmeros recursos naturais como alimento, navegação, solo fértil; as regiões nas proximidades da Amazônia, ricas em madeiras, plantas e homens; o sertão, desmesurado, com pasto natural para a pecuária extensiva (MOTA, 2006, p. 39).

Sobre a configuração econômica maranhense no século XVII, a mesma autora informa que:

Embora a maioria dos que ocupavam esta vasta região estivesse ao nível da subsistência na primeira metade do setecentos, já vinha se desenvolvendo desde o século XVII atividades ligadas ao extrativismo e algum cultivo ligado ao açúcar (MOTA, 2006, p. 31).

Em razão desse contexto histórico, durante três séculos e meio a economia do Maranhão e da Amazônia permaneceu limitada ao extrativismo e ao comércio de produtos primários, cujo valor e demanda eram altos no mercado europeu. As atividades produtivas resumiam-se a penetrar a floresta e os rios para a coleta de matéria-prima, diferente do modo de produção implantado no nordeste brasileiro, onde prevalecia a monocultura da cana-de-açúcar.

Sobre a formação social brasileira, Pereira (2006, p. 24) considera que: "A gênese da formação histórica do Maranhão está inserida no contexto da expansão do império colonial português nas Américas no século XVII". No mesmo sentido, Caio Prado Júnior (1942, p. 310) reafirma que a colonização das regiões tropicais adquiriu o caráter de uma "*empresa comercial*" destinada à exploração dos recursos naturais pelo mercado europeu: "É este o verdadeiro sentido da colonização tropical de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social da formação e evolução dos trópicos americanos". Desse modo, o sistema colonial implantado no Brasil tinha como princípios o modelo econômico mercantilista e o monopólio comercial imposto pela Coroa portuguesa. Para tanto, estruturou-se em três elementos fundamentais: a grande propriedade da terra, a monocultura e o trabalho escravo.

Até o século XIX, o estado do Maranhão e Grão-Pará correspondia à atual região amazônica. Além da divisão política da Amazônia, a criação da Companhia Geral do Comércio do Maranhão e Grão-Pará (1755) foi fundamental para as políticas pombalinas de estímulo à comercialização da produção amazônica.

Antes das mudanças promovidas pela Companhia do Grão-Pará e Maranhão (1755), a população do Maranhão constituía-se pelo contingente indígena livre e parte do escravizado; o segmento rural era constituído pelos criadores de gado; o Clero formado pelos representantes de diversas ordens religiosas e por seus familiares (irmãos, tias, sobrinhos); o funcionalismo régio-militar composto de sargentos, capitães, alferes, soldados e suas respectivas famílias; e alguns poucos escravos africanos.

> *Os comerciantes ainda não existiam por esta época enquanto grupo social especializado. Havia pessoas que comerciavam: os fazendeiros transacionavam suas boiadas, sargentos comercializavam aguardente e tecidos, pessoas ligadas ao alto clero intermediavam transações com vinho e panos nobres, capitães-mores vendiam e compravam mercadorias diversas* (MOTA, 2006, p. 52-53).

Durante o período colonial, o sistema extrativista teve papel primordial na ocupação da Amazônia e na ampliação das fronteiras brasileiras, além dos limites do Tratado de Tordesilhas. Nessa fase histórica inicial, as ordens religiosas, em especial as jesuíticas e carmelitas, tiveram participação fundamental. As missões da Companhia de Jesus estabeleceram relações sociais de produção correspondentes a uma economia

de enclave. Tal conjuntura propiciou aos jesuítas a criação de portos privados para a comercialização das "drogas do sertão"; o controle de parte da população indígena, garantindo mão de obra; e a prática de sonegar impostos à Coroa portuguesa.

A maior parte da produção era exportada, gerando saldos grandiosos às congregações religiosas e, por conseguinte, o enorme poder político e financeiro desfrutado no início do século XVIII. Sobre a economia jesuítica, relatos do padre Serafim Leite são destacados por Viveiros (1954, p. 45):

> *A aldeia de Maracu consistia, informa ele, sobretudo na criação de gado, com seis currais, – cinco de gado vacum e um de gado cavalar – todos com as casas adequadas ao fim de cada qual: curral de Ibacá, curral de São José, curral de baixo, curral do meio, curral de cima e curral das éguas. Existiam nesses currais cêrca de 15.600 cabeças de gado vacum e 500 de gado cavalar. Em frente a Maracu, à sua vista, ficava a fazenda de São Bonifácio, com quatro engenhos de canas, oito alambiques, casas de fazer farinha com duas rodas de ralar mandioca, oficinas de tecelão, carpintaria, serraria e ferraria, e a casa de canoas, onde chegaram a construir um bergatim de quarenta palmos. Nesta fazenda cultivavam-se cana, café, cacau, mandioca, laranja e pacova. Outras fazendas importantes possuíam os jesuítas em Anhamdiba, na Ilha Grande; no Girijó, em Alcântara; no Pericumã, no Mearim, no Itapecuru.*

O modelo econômico de cunho mercantil-extrativista promoveu a exploração desumana dos indígenas amazônicos e a deformação das culturas tribais, pela introdução de valores culturais europeus.

O estabelecimento da Companhia de Jesus alterou e sistematizou o modelo de divisão social do trabalho indígena que vigorava nas aldeias. A mão de obra indígena passou a ser arregimentada em diferentes grupos de trabalho, dedicados à execução de tarefas específicas, como a agricultura de subsistência, o extrativismo florestal, a caça e a pesca; e até mesmo em atividades especializadas, como a construção das edificações missionárias. Para tanto, criou-se uma autarquia hierarquizada, composta por diretores e mestres religiosos, com a finalidade de coordenar as diversas frentes de trabalho.

Em paralelo, para executar os seus empreendimentos, os colonos, amparados na legislação portuguesa, tinham o direito de capturar e escravizar indígenas, de forma a explorar a sua força de trabalho. Ocorreram nessa época as "guerras justas" promovidas pelos colonos portugueses, para recrutar mão de obra indígena. Em

diversas ocasiões, a resistência à escravidão era dissipada com o extermínio sumário das tribos rebeladas. De início, a disputa em torno da "força de trabalho" nativa gerou reclamações recíprocas de colonos e missionários à Coroa portuguesa. A respeito da escravização de indígenas, Meireles (2008, p. 157) sublinhou:

> *A questão da escravização do indígena não foi só um problema do governo colonial português, do Estado do Maranhão ou do Brasil, mas igualmente dos demais governos europeus que concorriam na conquista e colonização da América, assim espanhóis, como ingleses e franceses; e, com a característica própria de que se revestia aqui e ali, era geralmente o mesmo, tendo, desde o início, posto em campos opostos o colono conquistador e o missionário catequista.*

O rígido controle dos índios pelos missionários e o decorrente enriquecimento das ordens religiosas acirraram os conflitos. Os colonos alegavam que as confrarias estavam fugindo aos ideais de doutrinação cristã. Afinal, as sedes dos colégios e das missões assemelhavam-se mais a grandes empresas econômicas do que a locais destinados ao culto, catequese e orações. Além de dominarem a maior parte do comércio colonial, os religiosos sonegavam impostos ao governo luso, o que contribuía para acentuar o empobrecimento da colônia.

Em 1682, foi criada a Companhia Geral de Comércio do Maranhão, destinada a estimular a produção de açúcar e o cultivo do algodão. A Companhia detinha o monopólio do comércio no estado do Maranhão, isenta de impostos e com direito a fornecer crédito e escravos africanos aos produtores da região, além da incumbência de garantir a exportação desses produtos para a Europa. A centralização e a desorganização das atividades comerciais pela Companhia culminaram na conhecida Revolta de Bequimão, liderada por Manuel Bequimão, proprietário do maior engenho açucareiro do Maranhão no Vale do Mearim. A Companhia foi extinta em 1685, quando a economia regrediu para o estágio de subsistência e "os colonos do chamado Estado do Maranhão lutaram tenazmente para sobreviver", mas também "foram conhecendo melhor a floresta e descobrindo suas potencialidades" (FURTADO, 1986, p. 67).

A situação despertou a atenção da Coroa portuguesa e, no século XVIII, deu-se início às reformas para reverter o quadro socioeconômico na região Norte do Brasil Colônia.

Economia e sociedade no período pombalino

Conforme Mota (2006, p. 31), o Norte colonial brasileiro "Passou por dois momentos bem diferenciados: antes e depois das reformas pombalinas, sendo a instalação da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão o ponto-chave para essa divisão histórica".

Nessa época, a Revolução Industrial originada na Inglaterra promovia mudanças radicais nas relações sociais de produção do continente europeu e dava início ao desenvolvimento do capitalismo comercial. A nova ordem refletia a doutrina do liberalismo econômico. Os liberais eram contrários à intervenção política do Estado na economia e ao modelo econômico mercantilista. Em resposta, surgem então os "déspotas esclarecidos", dispostos a executar as reformas econômicas necessárias à implantação de um "mercantilismo esclarecido". Em Portugal, o Marquês de Pombal, na função de Secretário de Estado do Reino, ficou responsável pela definição dessas reformas "liberais" durante o reinado de D. José I (1750-1777). Imbuído dessa missão, Pombal realizou reformas políticas, administrativas e econômicas profundas no sistema colonial brasileiro, em especial na Amazônia.

Dentre as reformas pombalinas, a criação da Companhia Geral do Comércio do Maranhão e Grão-Pará (1755) foi fundamental ao desenvolvimento econômico regional. Além disso, objetivando incrementar a produção mercantil, Pombal determinou a introdução sistemática de escravos africanos. A mudança no perfil da força de trabalho implicou na proibição da escravidão indígena, na extinção dos aldeamentos missionários e, por fim, na expulsão dos jesuítas. Os bens da Companhia de Jesus foram incorporados à autarquia portuguesa, sendo em parte distribuídos aos chefes políticos (oligarcas) locais. A partir de então, o domínio colonial português expandiu-se sobre o vasto território amazônico, consolidando o modelo mercantilista baseado na exploração do cacau, na coleta das drogas do sertão e nas grandes plantações de algodão, cacau, café e arroz (FARAGE, 1991, p. 74).

Ressalte-se que a interdição legal da escravidão indígena no Brasil não configurava, entretanto, uma deliberação política inspirada diretamente no pressuposto clássico do liberalismo europeu do século XVIII – a substituição da mão de obra escrava pela exploração da força de trabalho assalariada. A "liberação" do

índio foi uma decisão nos moldes mercantilistas, visando à valorização do escravo africano como "mercadoria importada".

Sobre esta questão, Raymundo Faoro (1994) sugere que a ideologia liberal no Brasil "foi uma mera contemporização, uma conciliação que conserva o antigo com o verniz novo". No Norte brasileiro, o liberalismo teve a sua expressão mais contundente: "Nenhum constrangimento há entre liberalismo e escravidão, certo que o novo aparelho estatal protege os direitos, entre os quais, e, no caso, sobretudo, o de propriedade, abrangente dos escravos" (FAORO, 1994, p. 52-53, 61).

Essa "conciliação" pode ser claramente observada na definição da própria Lei de 1755, que extinguia a escravidão indígena, mas transferia o controle dos índios dos jesuítas para os funcionários públicos conhecidos como *"diretores das aldeias"* (ALMEIDA, 1997). Na sequência, a Lei do Diretório (1757) apresentava 95 parágrafos que definiam o índio como uma das *"responsabilidades"* do Estado português na Amazônia.

Esse verdadeiro tratado indigenista, que alterava a formação socioeconômica, religiosa e étnica das populações nativas, versava sobre a "civilização" dos índios: técnicas de cultivo da terra, volume de produção agrícola para exportação, expedições coletoras de espécies nativas, relações de trabalho e convivência com os moradores, formação de vilas e a possibilidade de casamentos entre brancos e índios:

> *A política pombalina não foi nada progressista. Pelo contrário: o Diretório tornou obrigatório o uso da língua portuguesa nas escolas [...]. Essa legislação etnocêntrica permitiu o trabalho forçado, pois os diretores passaram a monopolizar os índios, concentrando-os em verdadeiras aldeias-currais, e fazendo-os trabalhar na extração de drogas do sertão* (LEONARDI, 1996, p. 237-238).

A questão da liberação dos indígenas e o incentivo à miscigenação entre portugueses e nativos, longe de uma medida "liberal de igualdade", atendia à necessidade de crescimento populacional, com vistas ao povoamento da região e, consequentemente, garantia a posse das áreas fronteiriças da América portuguesa (MAXWELL, 1996, p. 53).

Os *"diretores das aldeias"* mantinham o antigo sistema de exploração e castigos em troncos, cárceres privados, açoites e toda forma de violência física, psicológica, moral etc. O objetivo maior era organizar essa população em expedições

extrativistas, de caça e pesca ou produção agrícola. Como a sexta parte da produção das lavouras e do comércio era retirada pelos diretores, a atividade mais estimulada deveria ser, portanto, a extração das drogas do sertão, destinada à exportação. Tais medidas ameaçavam a sobrevivência das povoações, e a constante intensificação de sua exploração durante o período pombalino não assegurou qualquer resultado significativo ao sistema de colonização portuguesa na Amazônia. Contudo, as atividades econômicas desenvolvidas até meados do século XVIII lançaram as bases para a formação de uma sociedade patrimonialista e de base escravista, cujos reflexos e resíduos históricos ainda persistem no Maranhão contemporâneo.

Economias do algodão e da borracha

Ao final do século XVIII, "A crise colonial coincide com o processo de ruptura do absolutismo" e "a independência das colônias britânicas [1776] coincide com o fim do consulado pombalino" (FAORO, 1994, p. 54). À época, a hegemonia marítimo-comercial portuguesa declina, em razão da revolução tecnológica e industrial, que garantiu a supremacia da Inglaterra no mercado mundial, consolidando o imperialismo econômico, militar e cultural inglês, que se estendeu até o início do século XX.

Decorre daí o surgimento do ciclo algodoeiro no Maranhão, voltado ao fornecimento de matéria-prima para a indústria têxtil inglesa. Além da alteração verificada nas relações de produção da região, o "ciclo do algodão" ampliou as fronteiras econômicas do Maranhão.

O algodão e as fronteiras do Maranhão

No período em análise, a economia colonial brasileira dividia-se em três centros econômicos: a faixa açucareira, a região mineira e o Maranhão. "Dos três sistemas principais, o único que conheceu uma efetiva prosperidade no último quartel do século foi o Maranhão" (FURTADO, 1986, p. 90). O progresso constatado por Furtado teve origem na criação da Companhia Geral de Comércio do Maranhão e Grão-Pará (1755) pelo Marquês de Pombal, quando se intensificou o estímulo ao cultivo do algodão.

Segundo Caio Prado Júnior (2011), "é no Maranhão que o progresso da cultura algodoeira é mais interessante, porque ela parte aí do nada, de uma região pobre a inexpressiva no conjunto da colônia". O cultivo se concentrava nas margens do rio Itapecuru, estendendo-se até a região de Caxias. Nas fazendas das grandes regiões produtoras do Maranhão, o trabalho era realizado por escravos africanos, principalmente na época da colheita. Na análise deste autor: "Modifica-se a feição étnica da região, até então composta na sua quase totalidade, salvo a minoria dos colonos brancos, de índios e seus derivados mestiços. O algodão, apesar do ranço, tornará preto o Maranhão" (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 82).

Nesse intervalo histórico, a questão da formação social do Maranhão merece destaque:

> *Fundamentalmente, do tipo escravista, elitista e marcada por uma forte religiosidade cristã. Essas características gerais são resultantes do modelo de exploração econômica que caracterizou o processo de povoamento da região. O modelo foi a economia agrário-exportadora escravista e mercantil definida, particularmente, a partir da segunda metade do Século XVIII. Assim, a condição jurídica: livre ou escravo e o padrão de renda das pessoas, somadas a elementos da tradição europeia do Ocidente, como os resíduos das relações de suserania e vassalagem ainda presentes na mentalidade do colonizador português, imprimiram, formalmente, os códigos das relações sociais no Maranhão* (PEREIRA, 2001, p. 34).

Na vida social da província maranhense, distinguiam-se funcionários públicos, grandes comerciantes do setor importador e exportador, grandes proprietários de terras e de escravos, trabalhadores escravos e libertos, bem como os brancos pobres e os "índios".

No início do século XIX, a área de grande lavoura da província do Maranhão dividia-se em comarcas, municípios e freguesias. Estendia-se do norte até a Nova Vila de Caxias, com uma população de trinta mil "livres" e mais de duzentos mil escravos (PAULA RIBEIRO, 1849). Segundo Gayoso, em 1805, a ribeira do rio Itapecuru possuía uma população em torno de 14.692 habitantes, sendo "livres" 2.917 (9.85%), e escravos 11.775 (80.15%), como se observa na Tabela 1.

Tabela 1 - População da Ribeira do Itapecuru - 1805

População	Nº de Habitantes	Percentagem
Livre	2.917	19,85%
Escrava	11.775	80,15%

Fonte: Gayoso (1818).

Ainda segundo Gayoso, em 1818 o Maranhão possuía cinco classes sociais:

1ª- Os reinóis (portugueses natos que ocupavam os principais postos da administração pública); 2ª- Os nacionais (descendentes de europeus estabelecidos no Maranhão e dedicados à grande lavoura de exportação e escravista); 3ª- Os mulatos e mestiços (uma geração miscigenada, geralmente praticavam as artes mecânicas, isto é, os ofícios); 4ª- Os negros (escravos, em sua maioria, trabalhavam em diferentes serviços da lavoura, os chamados escravos do eito); 5ª- Os índios ou gentios (nativos da terra, geralmente obrigados a se afastarem das fazendas de algodão e arroz). Os brancos pobres geralmente eram foragidos dos sertões de Pernambuco e da Bahia, vivendo de rapina e da pistolagem" (GAYOSO 1818 apud XAVIER, 1956, p. 309).

Gayoso (1818) revela que o fazendeiro maranhense, para demonstrar opulência e desfrutar de alto prestígio social, tinha que ser possuidor de numerosa escravaria, ainda que se endividasse junto aos vendedores de escravos. Por outro lado, conforme Pereira (2001, p. 36):

Os escravos, por sua vez, tinham nessa condição um duplo significado: por um lado, eram "as mãos e os pés do senhor", o símbolo de prestígio e a garantia de acesso aos créditos financeiros no mercado de capitais na época. Mas em contrapartida, por outro lado, eles eram o motivo de medo e de pânico de seus senhores.

De acordo com o coronel Antônio Bernardo Pereira do Lago, em 1822 a população da Província era de 152.893 habitantes, dos quais 77.914 eram escravos, portanto, 51% do total, como pode se pode observar na Tabela 2.

Tabela 2 - A população da Província - 1822

População	Nº de Habitantes	Percentagem
Livre	74.979	49%
Escrava	77.914	51%

Fonte: Antônio Bernardino P. do Lago. Itinerário da Província do Maranhão (1820).

O "*boom*" econômico do algodão favoreceu o desenvolvimento cultural da capital, São Luís, nos padrões da Europa, onde os jovens ricos iam estudar e se apropriar de conhecimentos e hábitos "civilizados", gerando uma grande produção literária, o que conferiu à cidade a denominação de "Atenas Brasileira". Esse processo articulou-se com um acelerado crescimento urbano, arquitetônico e populacional da capital maranhense. Por volta de 1820, a cidade de São Luís possuía cerca de 3.903 trabalhadores, dos quais 2.979 eram escravos, equivalendo a 76% da população. Estes se ocupavam dos mais diversos ofícios: ourivesaria; carpintaria; alfaiataria, marcenaria, construção civil, ferraria e outros.

Neste contexto social, a produção algodoeira no Maranhão passou a atender às demandas do mercado inglês ao longo do século XVIII, dinamizando, em termos formais, o processo de acumulação de capital pela Coroa portuguesa, que controlava o comércio importador e exportador de artigos primários, produtos manufaturados e de escravos africanos no Brasil colonial.

O período entre os anos de 1766 a 1778 ficou caracterizado pela grande exportação algodoeira do porto de São Luís para Lisboa. O valor da arroba era de 30$000 réis. Por esse tempo, a frota da Companhia Geral de Comércio do Maranhão e Grão-Pará transportou de São Luís para a metrópole nada menos do que 362.572 arrobas de algodão. Mesmo deduzindo as despesas, o comércio algodoeiro significou um alto lucro para os seus agentes, ou seja, a própria Coroa portuguesa, os comerciantes importadores e exportadores, como também os lavradores da Província (PEREIRA, 2001).

Assim como os demais círculos econômicos existentes na economia maranhense, a cultura do algodão desencadeou-se muito mais em função de uma conjuntura internacional favorável do que pela iniciativa de Portugal em realizar os investimentos produtivos necessários ao desenvolvimento endógeno da região. O Maranhão atendia, então, à demanda de produtos agrícolas das economias centrais,

em particular as de Portugal e da Inglaterra. Isso possibilitou a melhor estruturação dos portos maranhenses e gerou um grupo local de fazendeiros e comerciantes ricos, ligados ao domínio da metrópole. Segundo Feitosa (1981, p. 33):

As exportações de algodão começaram em 1760, com um carregamento inicial de 651 arrobas ou 9.562 kg ou, ainda, como queiram, 9 e ½ toneladas, atingindo o ano de 1900 com a exportação de 2.458 toneladas. De 1760 até a proximidade dos anos 20 do século XIX a produção e as consequentes exportações, excetuando cerca de uma dúzia de anos, foram crescentes, principalmente no que se refere às últimas. O ciclo de 1760 a 1870, abstraindo-se o fato da falta de informações para alguns anos, garantiu a exportação de cerca de 125 mil toneladas de algodão".

Os dados da Tabela 3 mostram o crescimento das exportações de algodão e de arroz do Maranhão para Lisboa no período de 1749-1821.

Tabela 3 - Exportação maranhense para Lisboa (1759-1821)

Ano	Exportação (toneladas)	
	Algodão	Arroz
1759	10	-
1766	-	43
1771	61	-
1772	-	974
1774	-	1544
1798	952	-
1819	-	5400
1821	3392	-

Fonte: Tribuzi (1981). Compêndio Histórico Político dos Princípios da Lavoura do Maranhão.

Enquanto havia um cenário internacional favorável, gerado pelos conflitos bélicos nos Estados Unidos e na Europa, a produção maranhense de algodão avançou e se destacou. Porém, a partir de 1850, verificou-se um lento processo de decadência econômica, caracterizado principalmente pela descapitalização dos proprietários rurais e pelo fim do tráfico internacional de escravos. A estes fatores se somaram a concorrência das *plantations* estadunidenses, no sudoeste dos EUA; e das inglesas, cultivadas na Índia, além da retração do preço do algodão no mercado internacional.

O "boom" econômico do açúcar e do arroz

Depois do algodão, o arroz era o mais importante produto de exportação da província do Maranhão:

> *Capitania muito menos importante que a do Pará, antes do estabelecimento da Companhia, alcançou depois um desenvolvimento econômico deveras impressionante. A cultura dos dois principais gêneros de produção exportável – arroz e algodão – só por si suficiente para fazer a riqueza maranhense* (DIAS, 1970, p. 433).

A produção anual do arroz era, em média, de 560.000, 580.000 até 600.000 alqueires, dos quais um terço era exportado, sendo o restante utilizado na alimentação dos escravos.

É importante destacar a retomada da produção açucareira em meados do século XIX, em função da perda de mercado do algodão maranhense, levando a novos investimentos nos engenhos de cana-de-açúcar, com a modernização e criação de agroindústrias, o que acarretou altos níveis de produção e aumento da exportação deste produto por 30 anos (TRIBUZI, 1981), conforme demonstra a Tabela 4.

Tabela 4 - Exportação de açúcar no Maranhão (1857-1917)

Anos	Exportação (kg)
1857-1870	2.022.406 (média anual)
1880	6.900.000
1880	8.480.000
1882	16.114.208
1917	1.000.000

Fonte: Tribuzi (1981). Compêndio Histórico Político dos Princípios da Lavoura do Maranhão.

No entanto, esse novo *boom* da produção açucareira do Maranhão não se manteve após a abolição da escravatura, já que os produtores contavam com os baixos custos de mão de obra. Esse fato, aliado à falta da infraestrutura necessária, acarretou um processo de endividamento dos empresários, gerado pelo nível de investimento desencadeado no período de crescimento das exportações e cessado após 1888.

O primeiro ciclo da borracha (1879 e 1912)

O império britânico estendeu o seu poderio a todas as regiões do planeta, considerando as várias dimensões e potencialidades de exploração. As relações internacionais entre a Inglaterra e o Brasil certamente não desconsideraram a importância estratégica da Amazônia como fornecedora de matérias-primas à emergente indústria inglesa. Várias expedições destinaram-se à investigação da região amazônica, resultando em registros, catálogos e "descobertas" de espécies e riquezas naturais. Assim, os europeus mostraram interesse na exploração do látex vegetal extraído da seringueira (*Hevea brasiliensis*).

No contexto da Revolução Industrial, já na segunda metade do século XIX, a utilização da borracha tornou-se comercialmente viável. A partir de 1890, com a invenção da pneumática e pelo processo de vulcanização, a industrialização da borracha tomou grande vulto, aumentando a sua cotação no mercado internacional. Respondendo aos estímulos da demanda internacional, a Amazônia assumiu a ampliação da produção do "ouro branco" e as consequências econômicas, sociais e humanas produzidas por esse novo "ciclo econômico". A região amazônica conheceu uma das maiores transformações da sua história. As florestas foram afetadas pela exploração intensiva e as margens dos rios foram quase inteiramente ocupadas pelos seringueiros.

Para o escoamento da produção de látex, inicialmente utilizavam-se os percursos fluviais dos rios Mamoré (território boliviano) e Madeira (território brasileiro). Para superar os trechos intransponíveis desses rios, iniciou-se a construção de um trecho ferroviário paralelo: a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, concluída em 1912.

A ampliação das áreas de exploração dos seringais e as atividades direta ou indiretamente ligadas à produção e exportação da borracha mobilizaram um grande contingente de trabalhadores para suprir a mão de obra extrativista, intensificando os movimentos migratórios de várias partes do país, principalmente do Nordeste. Nesse contexto, cerca de 300 mil trabalhadores nordestinos, principalmente do Ceará, Maranhão, Rio Grande do Norte e Piauí, atingidos por um período de seca severa, formaram verdadeiras frentes de ocupação para as áreas de produção de borracha.

Entregue a um trabalho sazonal, os trabalhadores permaneciam inativos durante o inverno, e eram obrigados a se endividar no chamado "barracão do

seringalista", onde compravam alimentos e produtos com acréscimos de até 100% ao valor de mercado. Geralmente analfabetos, eles perdiam o controle de suas "dívidas" e eram compelidos à condição de semiescravidão. A tentativa de retornar às regiões de origem implicava em aumentar a produção e, por efeito, um maior endividamento. Ademais, fugas eram impossibilitadas pela vigilância constante de capangas.

Em menos de três décadas a produção amazônica de borracha foi abandonada, uma vez que sementes contrabandeadas para a Ásia transferiram os investimentos ingleses para a implantação de imensos seringais no sudeste asiático, com custos de produção consideravelmente reduzidos. Também abandonados à própria sorte, a maioria dos 35 mil trabalhadores que permaneceram na região amazônica recorreram à caça e à pesca, restaurando a economia de subsistência, no chamado Primeiro Ciclo da Borracha (1879 e 1912).

O segundo ciclo da borracha (1942 a 1945)

O SEGUNDO PERÍODO de crescimento da produção de látex relaciona-se ao bloqueio do fornecimento da borracha asiática aos países aliados durante a Segunda Guerra Mundial. Em virtude de ser matéria-prima fundamental para a indústria bélica, o "reservatório natural" da borracha amazônica foi novamente requisitado pelo mercado internacional, reiniciando o processo de atração de mais cem mil trabalhadores para restabelecer a produção ao nível desejado.

O acordo entre o Brasil e os Estados Unidos determinava que o governo norte-americano financiaria a produção e o brasileiro se encarregaria de enviar milhares de trabalhadores à Amazônia – recebendo cem dólares por cada trabalhador agregado, pagos pelo órgão internacional de capital industrial estadunidense, Rubber Development Corporation (RDC). Nesse período foram enviados para os seringais cerca de 30 mil trabalhadores (flagelados da seca de 1941) do Ceará, dos 54 mil imigrantes nordestinos. Esse alistamento compulsório era realizado pelo Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA). Além do alistamento compulsório, havia o "alistamento" de trabalhadores como "soldados da borracha", para trabalharem na "Batalha da Borracha" e contribuir para a vitória dos EUA.

Entre 1942 e 1945, o governo do presidente Getúlio Vargas (Estado Novo), criou a Superintendência para o Abastecimento do Vale da Amazônia (SAVA), o

Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) e o Serviço de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará (SNAPP). O fornecimento de infraestrutura contou com a criação do Banco de Crédito da Borracha (Banco da Amazônia, desde 1950), de hotéis luxuosos, do aeroporto e da Base Aérea de Belém. Esse ciclo se erncerrou com a vitória dos países aliados e o restabelecimento da produção da borracha na Malásia. Em cosequência, novamente os trabalhadores foram abandonados à própria sorte, sem políticas governamentais, favorecendo as condições de escravidão por dívida e a morte por doenças.

Economia maranhense após a Segunda Guerra Mundial (1945-1960)

A história do Brasil registra uma série de expedições para explorar o interior do território nacional: as "entradas" dos bandeirantes para a prospecção mineral e aprisionamento de indígenas; e a construção de ferrovias por companhias inglesas, com a Abertura dos Portos (1808) ou pelo lucrativo negócio da construção de rodovias, a partir da década de 1950. O lema "governar é construir estradas", associando "desbravamento" a desenvolvimento, definiu diversos programas nacionais de governo, acompanhando as determinações das políticas econômicas do capitalismo internacional. Assim, se no século XIX a implantação de ferrovias atendia às exigências do imperialismo inglês, no século XX a expansão da indústria automobilística atendia às imposições do mercado do petróleo.

Acompanhando a crise do liberalismo econômico mundial e a grande depressão econômica dos Estados Unidos (1929), a crise política no Brasil provocou a substituição da antiga oligarquia cafeeira paulista, com o golpe da Aliança Liberal (Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul) em 1930. A nova oligarquia que ascendeu ao poder representava os interesses emergentes do capital agroindustrial brasileiro. Destarte, após instituir o "Estado Novo" (1937-1945), Getúlio Vargas adotou uma política de "substituição de importações", com o intuito de fabricar no Brasil mercadorias e insumos básicos, que à época se tornaram escassos no país, em razão do comércio internacional em crise e reflexo direto da eclosão da II Guerra Mundial (1939-1945).

A necessidade de aumento da produção industrial nacional, nesse período manteve-se atrelada ao programa de ampliação da infraestrutura de transporte rodoviário e de comunicações. O programa conhecido como "a marcha para o

oeste", a partir da década de 1930, iniciava o processo de urbanização acelerada, ao mesmo tempo em que propunha a ocupação do interior do território nacional. No final da década de 1950, essa política de expansão econômica implicou na retomada do processo de ocupação da Amazônia e, por conseguinte, no avanço da fronteira econômica sobre a região, alterando profundamente a frágil estrutura socioeconômica local.

No período de 1956-1961, o governo de Juscelino Kubitscheck (JK) se dispôs a acelerar o processo de industrialização do Brasil, com a captação de recursos junto ao capital estrangeiro. O Plano de Metas de JK definia como fundamentais os investimentos estatais no setor de "transportes" para a efetivação das metas do Plano Desenvolvimentista Industrial (comunicação, educação, saúde, energia). Neste aspecto, a construção de Brasília (1960) propiciou o início da implantação de extensa rede rodoviária, interligando o centro geográfico do país às demais regiões do Brasil. Financiada pelo Estado brasileiro, as estradas de rodagem complementariam a estratégia de integração e desenvolvimento "nacional" e, simultaneamente, atenderiam às necessidades do mercado internacional do petróleo: expansão da indústria automobilística, combustíveis, pneus, asfalto etc. (MOTTA, 2004). Neste contexto, foram construídas as rodovias federais: Brasília-Rio de Janeiro, Brasília-São-Paulo, Brasília-Livramento, Brasília-Fortaleza, Brasília-Acre e a Belém-Brasília. Esta última, rodovia Bernardo Sayão (BR-010), possui 2.772 km de extensão, sendo que os 450 km finais cortam a floresta amazônica, após atravessar os estados de Goiás, Tocantins, Maranhão e Pará.

A implantação de um novo padrão de industrialização (siderurgia, bens de capital e bens de consumo) reforçou a condição do estado de São Paulo como centro dinâmico da economia e polo catalizador do capital produtivo nacional. Isso possibilitou a alocação de investimentos produtivos em outras regiões brasileiras, propiciando a inserção destas no mercado e na economia nacionais. No entanto, a integração econômica tinha como pré-requisito a implantação de políticas governamentais de desenvolvimento que fossem adequadas às necessidades do capital monopolista nacional e internacional (MESQUITA, 2011).

O Maranhão se insere nesta dinâmica como importante produtor de arroz, assumindo uma posição-chave no processo de acumulação do núcleo dinâmico do capital mercantil brasileiro até a década de 1970. O arroz maranhense passou a competir no mercado nacional através de um intercambio que, mesmo ocorrendo

no interior de uma relação desigual (como fronteira de expansão e de valorização do capital), colocou este estado no circuito do capitalismo urbano-industrial inaugurado nos anos JK. Os excedentes do capital acumulado (a partir da dinâmica mercantil) com a produção e comercialização do arroz foram investidos na aquisição de terras, com mais de 500 ha para a criação extensiva do gado bovino, inicialmente nas regiões do Itapecuru e Mearim e, em seguida, em Pindaré e Tocantina.

Todavia, o recrudescimento da produção de arroz foi antecedido por uma fase de "involução econômica" ou de "hiato" na economia maranhense, que perdurou da década de 1920 até a segunda metade dos anos de 1950. O período coincide com o processo de transição da "agricultura mercantil de grandes explorações para um sistema de pequena produção" (MALUF apud FEITOSA, 228). Ainda sobre esta fase, Mesquita (2011) afirma que: "o extrativismo representará junto com o arroz de sequeiro, durante mais de meio século, a principal atividade geradora de renda e absorvedora de mão de obra não qualificada".

Paralela à mudança ocorrida no sistema produtivo, a rizicultura desenvolveu-se vigorosamente na região do Vale do Itapecuru, ampliando-se posteriormente para as regiões do Mearim, Grajaú e Pindaré. O crescimento da cultura do arroz atrai correntes migratórias do Nordeste. Famílias inteiras, fugindo da seca, buscam sobrevivência em áreas devolutas, que foram gradativamente ocupadas, principalmente por cearenses e piauienses. Os constantes movimentos migratórios provocados pelos diversos programas de "desenvolvimento nacional" perpetuaram-se, atendendo aos interesses de uma parcela do capital nacional e à necessidade de expansão do capital internacional, indiferentes aos efeitos sociais que produziam.

A produção do arroz praticamente dobrou entre as décadas de 1940 e 1950, viabilizada por meio de dois importantes processos. O primeiro, baseava-se na força de trabalho que se deslocava das antigas áreas de ocupação (Ilha Grande do Maranhão), Baixada Ocidental e dos núcleos populacionais do Vale do Itapecuru. O segundo com base na mão de obra dos imigrantes nordestinos. Nesse período, a rizicultura era destinata ao autoabastecimento e à comercialização da produção excedente, garantindo a ocupação da grande maioria da população economicamente ativa (FEITOSA, 1994). Ao final da década de 1950, a rizicultura torna-se mais competitiva e dinamiza a economia maranhense, possibilitando a integração do estado à dinâmica do capitalismo urbano-industrial.

Em contrapartida, a produção agrícola voltada à exportação ainda sofria os reflexos das sucessivas crises que afetaram o setor, mas ganhava sobrevida pela grande produção de algodão no Maranhão. Segundo Caldeira (1988), este fator estimulou os comerciantes a criar pequenas indústrias têxteis, que proliferaram em núcleos urbanos como São Luís, Caxias e Codó. A força de trabalho incorporada na tecelagem fabril foi originalmente recrutada dentre os segmentos mais pobres da população (70% composta por mulheres e crianças), estabelecendo um clima de tensão e conflito entre empregados e empregadores (BARBOSA, 2007).

O colapso do setor têxtil maranhense teve como fator preponderante a baixa competividade fabril, em face da entrada de outros estados do Nordeste no mercado. A completa extinção da atividade ocorreu na década de 1980.

Com a decadência da tecelagem no Maranhão houve o incremento da produção do babaçu. A amêndoa da palmácea, antes extraída para o consumo dos segmentos mais pobres da população, tornou-se um produto de exportação rentável. Em razão disso, a produção do babaçu foi estimulada, desfrutando dos incentivos fiscais e creditícios de órgãos regionais como a Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) e a Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia). Diante deste contexto favorável, o empresariado maranhense vislumbrou novas fontes de lucro e passou a investir na produção industrial de derivados do babaçu, como o óleo bruto, comestível ou refinado; sabão, vela etc. Outro benefício da indústria do babaçu residiu na geração de vários empregos diretos, especialmente no interior do estado, pela incorporação de um grande contingente de trabalhadores rurais nas atividades primárias e o aproveitamento da mão de obra feminina nas atividades complementares da cadeia produtiva.

Em meados da década 1970, os sinais de crise se manifestam no subaproveitamento da infraestrutura fabril existente, em razão da crescente escassez de matéria-prima. O acesso às áreas de "babaçuais" nativos para a coleta da amêndoa foi cerceado aos extrativistas. As restrições foram decorrentes da política governamental de reordenamento do espaço físico maranhense, executada em meados da década de 1960. Feitosa (1994) observa que muitas áreas tradicionais de coleta e quebra do coco babaçu foram cercadas e os proprietários das áreas de babaçuais, adquiridas por compra ou por grilagem, agora ditavam as suas regras, impactando fortemente a atividade extrativista.

EXPANSÃO DA FRONTEIRA ECONÔMICA DO MARANHÃO (1960-1990)

A expansão da fronteira econômica do estado do Maranhão implicou no avanço da ocupação e incorporação de novas áreas agrícolas ao processo produtivo. Determinou, ainda, o fortalecimento da integração da economia local à das regiões Centro-Oeste e Sul do país e ao mercado exterior. Estes dois fatores estão articulados, grosso modo, à dinâmica econômica imposta pelo capital nacional e transnacional sediado nas regiões Sul e Sudeste, as mais desenvolvidas do país.

De forma resumida, o primeiro subperíodo inicia-se com o projeto "Marcha para o Oeste" durante o "Estado Novo" (1930-1945), sendo retomado pelo seu idealizador, Getúlio Vargas, durante o seu último mandato presidencial (1951-1954). O mesmo subperíodo abrange ainda a execução do "Plano de Metas" do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) e se encerra no governo de João Goulart (1961-1964). O segundo subperíodo corresponde aos primeiros oito anos do regime ditatorial-militar (1964-1973), quando as agências governamentais de desenvolvimento regional – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) – promovem a implantação efetiva dos instrumentos de incentivos fiscais. Por fim, o terceiro subperíodo corresponde ao mandato "presidencial" do general Geisel (1974-1979) e subsiste até o início do século XXI, ao final do governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998/1999-2002).

Primeiro subperíodo de expansão (1930-1945)

A ampliação geográfica das atividades econômicas está diretamente relacionada às conflituosas políticas fundiárias executadas pelo governo federal ao longo de quase três décadas do século XX (1938-1964), que correspondem ao primeiro subperíodo da expansão da fronteira econômica do Maranhão. Durante o "Estado Novo", a colonização do Centro-Oeste e da Amazônia tornou-se estratégica para os interesses nacionais. Nesse sentido, em 1938, o presidente Vargas lançou o projeto "Marcha para o Oeste". Em seu segundo mandato (1951-1954), Vargas relançou o projeto, tendo como base a Lei 1.806/1953. Para fins de administração, instituíram-se os limites da Amazônia Legal, definindo as linhas básicas do desenvolvimento

regional. Foi criada também a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), com base em dicursos governamentais que se propunham a diminuir as desigualdades regionais, valorizar o território amazônico e promover o desenvolvimento e integração econômica da região ao restante do país. A SPVEA vivenciou um período de contradições durante os governos posteriores.

Ao ao final da década de 1950, os investimentos estatais do governo JK provocaram a demanda crescente por matérias-primas e alimentos, possibilitando a rápida integração da economia do Maranhão ao mercado brasileiro, por meio da divisão nacional do trabalho. Em 1959, a Lei 3.692 instituiu a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), cujos objetivos eram planejar a economia, buscar o crescimento econômico e reduzir as disparidades inter-regionais, que persistiam, apesar do crescente processo de industrialização. Para definir a área de atuação da Sudene, essa mesma lei determinou que a configuração político-administrativa da região Nordeste incluiria os estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia; o norte de Minas Gerais e o Maranhão, que estava integrado à Amazônia Legal, ficando, portanto, sob a jurisdição da SPVEA e da Sudene.

A expansão da fronteira econômica maranhense ocorreu por meio da agricultura e do extrativismo vegetal, voltados, respectivamente, ao arroz e ao babaçu. A mão de obra, por sua vez, abarcou o segmento populacional constituído por pequenos agricultores que trabalhavam na condição de posseiros, arrendatários e parceiros. Esta característica – e a reduzida participação do capital produtivo, por meio de investimentos privados, indicam que as relações sociais de produção correspondiam a uma versão atualizada do sistema escravagista-feudal do período colonial. A replicação desse modo de produção pré-capitalista se efetivou no controle e apropriação dos ganhos comerciais por parte dos tradicionais segmentos produtivos maranhenses, que mantinham o controle secular das áreas mercantil, comercial e usurária. A importância político-econômica dessa estrutura arcaica declinou lentamente, tornando-se praticamente nula nos primeiros anos da década de 1980.

Ressalve-se que neste segundo subperíodo, no Maranhão houve um avanço das atividades produtivas agrícolas nas mesorregiões Oeste, Norte e Centro. A expansão teve como base uma rede de pequenas unidades agrícolas, aumentando a autossuficiência na produção de alimentos e consolidando a importância desse conjunto produtivo na estrutura econômica maranhense.

Outra expansão verificada nas fronteiras econômicas refletiu a "Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste", efetivada a partir do I Plano Diretor da Sudene (1961-1964). O processo decorreu do estudo realizado pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), que constatou a potencialidade agrícola e econômica dos vales úmidos do Maranhão, localizados nas microrregiões do Alto Mearim e Grajaú, Pindaré e Litoral Ocidental Maranhense – Turiaçu. A pesquisa do GTDN revelou também que a incorporação dessas áreas à economia regional demandava um significativo contingente de trabalhadores. Com foco principal na colonização dirigida, implementada com a migração espontânea de agricultores nordestinos, o Projeto de Colonização do Alto Turiaçu (PACT) pretendia ser uma alternativa aos problemas agrários e demográficos do Nordeste. Abrangendo nove municípios maranhenses e ocupando as "terras consideradas livres", o PACT foi o maior projeto de colonização oficial localizada em uma área de transição entre o Nordeste e a Amazônia, envolvendo nove municípios maranhenses. Por efeito, a pré-Amazônia maranhense ainda pode ser considerada "A mais importante área da fronteira agrícola nordestina" (JATOBÁ, 1978), levando-se em conta a área e a população.

O final do primeiro subperíodo de expansão das fronteiras econômicas coincide com a deposição do presidente João Goulart. O golpe militar de 1964 teve, dentre as motivações, a política fundiária de Goulart, instituída pela Lei 4.214, de março de 1963. Denominada "Estatuto do Trabalhador Rural", esta lei concedia direitos trabalhistas aos camponeses; fortalecia a atuação das entidades sindicais; e, em especial, regulamentava as relações de uso, acesso e propriedade sobre os imóveis rurais. Caso fosse efetivado na íntegra, o estatuto implicaria na desapropriação dos latifúndios existentes – alguns sob o domínio secular das oligarquias agrárias – para o assentamento de trabalhadores rurais.

Segundo subperíodo de expansão (1964-1973)

O segundo subperíodo (1964-1973) corresponde à etapa de consolidação do regime ditatorial-militar, propiciada pelo clima de tensão internacional estabelecido à época. A "Guerra Fria" inicia-se nos anos subsequentes ao final da II Guerra Mundial (1939-1945) e nas décadas seguintes resulta num cenário de iminente conflito bélico-nuclear. Na conjuntura geopolítica internacional predominavam dois blocos de nações, diferenciados conforme o sistema econômico-produtivo que adotavam. O capitalista

reunia os países sob a esfera de influência econômica e domínio político-militar dos Estados Unidos da América (EUA). De modo idêntico, o bloco "comunista" agregava os países que apoiavam, de forma compulsória ou não, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Nesse cenário de disputa pela hegemonia mundial, estabeleceu-se uma situação de "Guerra Fria", alimentada pela "corrida armamentista", ou seja, o crescente estoque e aperfeiçoamento tecnológico de mísseis atômicos. Paradoxalmente, a ampliação dos arsenais nucleares postergou e evitou um confronto direto, pois resultaria na destruição recíproca do poder bélico-político-econômico, o tripé de sustentação da hegemonia exercida pelos EUA e URSS sobre o planeta. Em tal circunstância, a beligerância mútua limitou-se a uma situação de guerra iminente. Contudo, a belicosidade era expressa concretamente na forma de apoio militar direto ou indireto, nas insurreições armadas, situadas em regiões de relevância geopolítico-militar aos interesses de soviéticos e estadunidenses. Simultaneamente, as duas potências travavam "guerras" de propaganda ideológica que, não raro, culminavam na derrubada de governos instituídos democraticamente, em especial na América Latina, como foi o caso do Brasil, com o golpe militar de 1964.

Nese contexto, o regime de exceção foi marcado pela repressão política, cujo ápice se deu durante "Os anos de chumbo", correspondentes ao mandato do general-presidente Médici, arbítrio executado em nome da "ordem e da paz social". No Maranhão, o golpe recebeu o apoio de grupos oligárquicos tradicionais e emergentes. A partir de então, essas estruturas revezaram-se no controle político-governamental, refletindo a dinâmica e a alternância de poder existente no interior do próprio regime militar.

Em que pese às divergências pontuais, havia unanimidade nas cúpulas militares quanto à necessidade de ocupar e integrar o território amazônico ao restante do país. Na avaliação do governo, os fatores determinantes para o "atraso" econômico da Amazônia Legal residiam nas incipientes e precárias atividades produtivas desenvolvidas, sendo necessária, portanto, a intervenção estatal. Um dos principais ideólogos do regime pós-1964, general Golbery do Couto e Silva, considerava que a região amazônica era "Um imenso espaço desigualmente ocupado e carente de integração". Tal avaliação reforçava a "necessidade" da intervenção federal na economia da região, visando a sua integração ao restante do território brasileiro.

O grau de urgência e prioridade atribuída à questão tem como exemplo a Lei 5.173, de 1966, que criou a Sudam, em substituição à SPVEA.

Durante três séculos e meio, o eixo econômico da Amazônia se desenvolve em torno do rio, em cujas margens se instalaram as cidades e as comunidades rurais. Durante três séculos e meio, com a mentalidade dominante voltada quase exclusivamente para o extrativismo vegetal, dependendo tradicionalmente da coleta da borracha, da castanha, das madeiras, das peles de animais silvestres, a região se manteve à margem da evolução econômica brasileira (SUDAM, 1972, p. 16).

O projeto de desenvolvimento econômico destinado à Amazônia Legal mantinha relação intrínseca com as ações governamentais destinadas ao território nordestino. Assim, durante o regime militar as políticas direcionadas a ambas as regiões, ou seja, 78% do território nacional, foram planejadas e elaboradas pela Sudam e Sudene.

O planejamento emerge aqui como uma "forma" da intervenção do Estado sobre as contradições entre a reprodução do capital em escala nacional e regional, e que tomam a aparência de conflitos inter-regionais; o planejamento não é, portanto, a presença de um Estado mediador. Mas, ao contrário, a presença de um Estado capturado ou não pelas formas mais adiantadas da reprodução do capital para forçar a passagem no rumo de uma homogeneização, ou conforme é comumente descrito pela literatura sobre planejamento regional, no rumo da "integração nacional (OLIVEIRA, 1993, p. 29-30).

As metas estratégicas planejadas pela cúpula tecnocrática do governo foram contempladas no I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico (I PND), lançado 1972, no governo do general Médici, sob o lema "Segurança e Desenvolvimento". A política econômica definida como "milagre econômico" (1972-1974) deveria transformar o país em uma nação capitalista desenvolvida, tendo entre as principais diretrizes a abertura de estradas, ou seja, a mesma diretriz do governo JK, que, por sua vez, foi resgatada do período final da República Velha (1889-1930): "Governar é abrir estradas", do presidente deposto Washington Luís.

Essa diretriz norteou a política de integração econômica da Amazônia Legal estabelecida no I PND. As ações necessárias à efetivação dessa política pretendiam, simultaneamente, dar solução ao vazio demográfico da Amazônia e à situação de insurgência social então vigente no Nordeste brasileiro. O cenário de conflito fundiário no território nordestino já se delineava bem antes do golpe. Após um breve período

de arrefecimento, determinado pela repressão militar às lideranças, o movimento camponês voltou a emergir. A retomada teve como determinante o Estatuto da Terra, instituído por Decreto-lei, ao final de 1964, na presidência do general Castelo Branco, nascido no Ceará. O estatuto previa a execução de ações voltadas ao reordenamento do espaço físico das áreas rurais da região, que pertenciam ao patrimônio físico da União – as terras devolutas. Em consequência, diante da expropriação das terras ocupadas por milhares de pequenos agricultores, ressurgiram diversos focos de insatisfação e revolta. Despojada dos meios de produção e sob a repressão militar, restou à massa camponesa engrossar as correntes migratórias direcionadas ao Sul, Sudeste e Norte do país, sendo que nesta última região os destinos preferenciais eram o interior do Maranhão e a Amazônia.

Mesmo sendo responsável pelo contexto social que originou o deslocamento compulsório de parte da população nordestina, o regime militar propagandeava que o fluxo populacional configurava um fenômeno demográfico tipificado pela "migração espontânea" de "homens sem terra, para uma terra sem homens". Nessa perspectiva, a corrente migratória teria como polo de atração os projetos agrícolas e de programas de colonização previstos no I PND, que contemplavam a estratégia governamental de ocupação, incremento produtivo e fortalecimento da economia amazônica. O plano previa a cessão de pequenos lotes de terra – 100 hectares, distribuídos entre os diversos assentamentos agrícolas implantados às margens da Transamazônica. (TAVARES, 1985, p. 127).

Os programas de colonização ficaram sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), criado em 1970. O órgão tinha como missão institucional promover a "Reforma agrária, de forma a expandir as regiões brasileiras. O intuito era colonizar e ocupar as regiões brasileiras de baixa densidade demográfica, buscando preencher o território, de forma que ele tivesse maior coesão interna" (www.incra.gov.br).

Assim, ao invés da reforma agrária, desenvolveu-se um ambicioso programa de colonização em terras devolutas da União. Os discursos produzidos pelo governo e as estragégias de convencimento visavam estancar os focos de tensão fundiária, existentes desde o período colonial, quando se processou a formação e expansão dos latifúndios. A inserção do meridional brasileiro na rota do capital estrangeiro e a

estratégia de "integração nacional" propiciaram a migração de pequenos agricultores do Sul e Sudeste do país para a Amazônia Legal.

Os grandes impactos socioambientais que atingiram a Amazônia Legal nas décadas seguintes tiveram origem na meta de promover a "integração nacional". Na ótica do governo militar, a ocupação da região se daria com a efetivação de projetos de colonização agrícola, a partir da criação de assentamentos ao longo das rodovias que seriam construídas. Essas, por sua vez, garantiriam o deslocamento dos agricultores migrantes e o escoamento da produção agrícola. A partir de 1972, foram realizados os assentamentos pioneiros de colonização agrícola no município paraense de Altamira, na área circunvizinha ao trecho inaugural da rodovia Transamazônica. Além da BR-230, o sistema rodoviário a ser implantado incluía a BR-316 (Pará-Maranhão), a BR-163 (Cuiabá-Santarém) e a BR-319 (Manaus-Porto Velho). A BR-010 (Belém-Brasília), obra do governo JK, recebeu pavimentação.

O processo de implantação do projeto pioneiro de colonização da Amazônia Legal deu início a uma série de impactos socioambientais, que posteriormente se replicaram em áreas do centro-sul e leste do Pará, e no oeste maranhense. As diretrizes estratégicas de desenvolvimento e expansão da economia amazônica também tiveram efeitos negativos. Na Transamazônica, por exemplo, além da baixa produtividade do solo, a situação precária da BR-230 e das estradas vicinais, especialmente no inverno, impedia o escoamento da parca produção. Os esparsos e diminutos núcleos populacionais – em meio à floresta e nas marginais devastadas da Transamazônica – acentuavam a imensidão dos "vazios demográficos" existentes. Este cenário persistiu por décadas, sem que novos projetos de colonização ou de produção agrícola alterassem a condição de abandono que penalizou as incipientes povoações.

Ao final do governo Médici, em 1973, ocorreu o embargo do petróleo promovido pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep). Na sequência, adveio a crise econômica internacional, com graves reflexos no Brasil, cuja matriz energética era constituída, em grande parte (82%), por combustíveis fósseis. A recessão econômica mundial determinou a extrema unção do "milagre econômico brasileiro" e revelou as contradições e debilidades que decretaram o fim do I Plano Nacional de Desenvolvimento.

Terceiro subperíodo de expansão (1974-2002)

A retórica sobre a colonização dirigida mudou, e as verdadeiras intenções do bloco no poder se revelaram em meados da década de 1970, quando a concessão dos incentivos fiscais teve como escopo o grande capital nacional e estrangeiro, para a implantação de grandes projetos na Amazônia Legal. Tal processo se originou em 1974, quando o general-presidente Ernesto Geisel lançou o II Plano Nacional de Desenvolvimento-II PND (1975-1979), objetivando suplantar a crise econômica gerada pela dívida fiscal e o crescente déficit na balança de comercial.

Oliveira avalia esse subperíodo como mais uma etapa do processo de desenvolvimento e de expansão das forças do capital sobre o território brasileiro:

> *[...] No Brasil, o desenvolvimento do modo capitalista de produção se faz principalmente pela fusão, em uma mesma pessoa, do capitalista e do proprietário de terra. Este processo, que teve sua origem na escravidão, vem sendo cada vez mais consolidado, desde a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre, particularmente com a Lei da Terra e o final da escravidão. Mas, foi na segunda metade do século XX que esta fusão se ampliou significativamente. [...] A política de incentivos fiscais da Sudene e da Sudam foram os instrumentos de política econômica que viabilizaram esta fusão. Dessa forma, os capitalistas urbanos tornaram-se os maiores proprietários de terra no Brasil, possuindo áreas com dimensões nunca registradas na história da humanidade* (OLIVEIRA, 1993, p. 186).

Octávio Ianni (1979, p. 55), por sua vez, afirma que entre 1964 e 1978 a região amazônica vivenciou um "desenvolvimento extensivo do capitalismo", com práticas distintas e em diferentes espaços de atuação dos empresários-industriais. Ainda a respeito desse contexto, Oliveira observa que:

> *Em decorrência desse processo, tornou-se possível identificar dois aspectos contraditórios destes capitalistas modernos: a mesma indústria automobilística que pratica as mais avançadas relações de trabalho do capitalismo no Centro-Sul, na Amazônia, ao contrário, praticava em suas propriedades agropecuárias a 'peonagem', relação de trabalho também chamada de 'escravidão branca'. Em outras palavras, a mesma empresa atuava de forma diferenciada em regiões distintas deste país* (OLIVEIRA, 2001, p. 186).

Num apanhado geral, pode-se afirmar que o II PND teve como dínamo as empresas capitalistas subsidiadas pelo governo militar, via incentivos fiscais. A

maioria dos projetos se direcionava à pecuária extensiva. Em simultâneo, iniciava a instalação, em médio prazo, dos megaprojetos direcionados a atividades produtivas inerentes a uma economia de enclave. Destarte, a etapa inicial do terceiro subperíodo é centrada no binômio: grande propriedade rural e pecuária extensiva. Essa equação econômica teve resultado negativo em diversos aspectos: a reduzida geração de empregos; a concentração da renda produtiva; a expropriação fundiária da população nativa, dedicada à agricultura de subsistência e ao extrativismo florestal; a formação de latifúndios; os impactos socioambientais; a subordinação da agricultura aos complexos agroindustriais; o incentivo ao surgimento de minifúndios e a crise das pequenas propriedades rurais. Em contrapartida, ocorreu a mecanização e a aplicação de técnicas agronômicas nos processos de semeadura, cultivo e coleta. Contudo, o aumento da produtividade objetivou a exportação de *commodities*, alterando timidamente os índices de produtividade das atividades agrícolas voltadas para o mercado regional.

Conforme Tavares (1985): "A política agrícola dos governos autoritários definiu como objetivo a modernização da agricultura, e para atingi-la muitos instrumentos econômicos foram utilizados: crédito agrícola, incentivos fiscais, política de sustentação de preços mínimos, etc."

Essa estratégia implicou na modernização do setor primário através da pecuária de base empresarial, além da abertura das terras disponíveis aos projetos de colonização, para absorver as famílias camponesas provenientes das áreas de tensão social existentes no estado.

Para essas regiões, a estratégia principal do II PND visava à captação de recursos externos, na forma de investimentos de empresas transnacionais, para a implantação megaprojetos industriais voltados à exportação de *commodities*. Outro alvo dessa estratégia consistia no estabelecimento de polos industriais fora do Sudeste, o eixo central do parque fabril brasileiro.

Em face do contexto estabelecido no II PND, a ampliação da atividade produtiva e a retomada do desenvolvimento econômico tinham como pré-requisito a inserção do Maranhão e da Amazônia Oriental no fluxo do comércio global, dominado pelas transnacionais. No ápice da crise econômica, a condicionante imposta pelo capitalismo comercial foi alardeada pelas oligarquias maranhenses como a redenção socioeconômica, propiciando ao Maranhão a subida ao pódio

dos estados brasileiros em desenvolvimento e/ou industrializados. Entretanto, nada disso aconteceu. No início da década de 1980, a entrada em operação da infraestrutura ferroviária, portuária e metalúrgica tipificaram a economia de enclave inerente ao Complexo de Carajás. Ou seja, um modelo produtivo no qual os benefícios auferidos pela criação de fontes de renda e emprego não compensam o passivo socioambiental resultante. A industrialização primária de ferro-gusa, o transporte de minério bruto e o descarte de resíduos tóxicos do alumínio foram, e continuam sendo, alguns dos impactos causados ao meio ambiente pelo Complexo de Carajás. Os saldos positivos indiretos – tais como o incremento dos setores fabril, comercial e de serviços – revelaram-se modestos e restritos às regiões que sediam as etapas finais de produção: São Luís e Açailândia. Cabe ressaltar, todavia, o novo perfil propiciado à economia maranhense, em termos de especialização técnica profissional, produção de bens intermediários e inserção no mercado global.

Em contrapartida, há de se considerar também que, ao final da década de 1990, a conjuntura política que permeou a implantação do complexo minerário estimulou o estabelecimento de projetos em moldes correspondentes à economia de enclave. Exemplo disso, tem-se o agronegócio – representado pelo plantio extensivo da soja – e a atividade agroflorestal – centrada no eucalipto – que se consolidaram e expandiram as fronteiras econômicas do Maranhão. Isso porque, apesar de seu caráter extensivo, o cultivo da soja e do eucalipto ocorreu em diferentes áreas geográficas e contribuiu bem mais para a ampliação dos *"fronts"* econômicos do que a expansão decorrente da pecuária extensiva. Os projetos agropecuários ficaram restritos a poucas regiões maranhenses e, até o final da década de 1980, ainda ocupavam imensas áreas de pastagens improdutivas, devido à inadequação do solo. Contudo, essa vantagem comparativa dos empreendimentos de soja e eucalipto se dilui ante ao fato de tipificarem uma economia de enclave, na qual as atividades têm por fim a produção de "*commodities*", e cujos benefícios não atingem a maioria dos segmentos sociais.

A intervenção estatal nas atividades produtivas dominou a agenda política brasileira até meados dos anos 1990, quando a política governamental foi direcionada à abertura de mercado e à inserção do país no processo de "globalização econômica", inaugurando o período "neoliberal" no Brasil.

A formulação teórica do "neoliberalismo" se contrapunha às políticas *"keynesianas",* que estabeleceram o "Estado de bem-estar social". O "*Welfare State*"

reorganizou o modo de produção capitalista, revertendo, assim, a crise política e econômica desse sistema, ocorrida no período pós-II Guerra Mundial (1939-1945).

O pensamento neoliberal, por sua vez, alegava que as políticas de "bem-estar social" e o "excesso de democracia" eram responsáveis pela crise financeira internacional e pela falta de "governabilidade" dos Estados-nação, que caracterizavam a conjuntura mundial ao final da década de 1970 (HUNTINGTON, 1975). Portanto, iniciou-se um processo que objetivava ampliar a autonomia do setor produtivo privado internacional, promovendo a reestruturação dos setores produtivos mundiais e, por conseguinte, determinando a "liberação da economia mundial". Apesar de apresentar como principais características a concentração e a internacionalização (BENETTI, 2004), a partir da década de 1990, o modelo neoliberal foi sendo incorporado paulatinamente à política econômica nacional.

Com o fim da ditadura militar brasileira (1964-1886), a transição para o regime democrático exigiu, necessariamente, o estabelecimento de um processo de reestruturação político-institucional que, por efeito, determinaria profundas mudanças na conjuntura socioeconômica nacional. O contexto histórico então estabelecido mostrou-se propício ao avanço inicial do neoliberalismo no Brasil.

Durante o governo Sarney (1986-91), o "Plano Cruzado" implicou na reforma do sistema monetário nacional. Na curta presidência de Fernando Collor (1990-1992), a privatização das empresas estatais tornou-se uma meta governamental prioritária, respaldada pela criação do Programa Nacional de Desestatização (Lei nº 8.031/1990).

A hegemonia das políticas neoliberais se efetiva no Brasil ao longo dos dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). O "Plano Real", lançado no governo Itamar Franco (1992-1994), quando FHC era Ministro da Fazenda, mais do que uma reforma monetária, sintetizava as diretrizes do neoliberalismo em âmbito mundial. Tais diretrizes foram definidas de forma mais ampla no Plano Diretor da Reforma do Estado (BRASIL, 1995), com o objetivo de reformar o Estado através de um arcabouço de leis direcionadas à desestatização, desnacionalização, privatização e liberação dos mercados nacionais. Dentre os variados efeitos dessa política neoliberal na economia brasileira, temos como exemplo a consolidação das atuais estruturas do agronegócio, "fortemente concentradas nas suas várias

indústrias, com grande participação do capital internacional, e em várias delas, sob seu domínio".

De forma sistemática e gradual, as medidas governamentais concentraram-se inicialmente na realização de ajustes institucionais e na concessão de financiamentos, para efetivar a abertura do mercado brasileiro aos competitivos setores do capitalismo comercial transnacional. Na linguagem neoliberal, esta política se traduzia pelo eufemismo "inserção do país à economia global". Em paralelo, realizou-se a desregulamentação institucional das empresas estatais. A medida permitiu a privatização das empresas públicas que atuavam em áreas estratégicas: telecomunicações, mineração, energia elétrica etc. Essas estatais foram arrematadas por consórcios empresariais patrocinados pelo capital nacional e transnacional.

Ao final do segundo mandato de FHC, a intervenção estatal na economia brasileira reduziu significativamente, ao mesmo tempo que se processavam mudanças no seio do processo de produção, sem a reestruturação das atividades produtivas e das relações sociais de produção.

As estruturas oligárquicas do poder político e econômico no estado do Maranhão

Certamente a implantação de projetos econômicos é atribuição política do Estado, em suas dimensões nacional, regional ou local. É igualmente correto afirmar que as estruturas coloniais de ocupação do território brasileiro configuraram-se nas relações do coronelismo, que predominaram no período da República Velha (1937-1945) e se reafirmaram durante o período da ditadura militar (1964-1986).

Outro fato evidente reside na sucessiva centralização do poder político ao longo da história no Maranhão. Esta circunstância pode ser citada como exemplo clássico de um sistema de domínio, hegemonia e controle exercido por estruturas oligárquicas sobre determinada região. A prevalência desse contexto histórico remonta ao modo de produção escravagista adotado no período colonial, e que persistiu na República Velha (1889-1930), encarnada no mandonismo dos coronéis. As elites políticas e socioeconômicas do Maranhão ainda se fazem contemporâneas, pela capacidade mimética de se adaptar a diferentes estruturas políticas e por realizar as "mudanças" necessárias à conservação de seu secular poder oligárquico. Nas últimas cinco

décadas, o monopólio das oligarquias sobre o poder político maranhense tem como símbolo emblemático a figura de José Sarney, em torno da qual orbita o clã formado por seus familiares e agregados políticos.

José Sarney iniciou sua ascensão ao poder como partidário de Victorino Freire, que integrou o governo de intervenção federal no Maranhão em 1934. A partir de então, fez crescer, de forma autoritária, a sua influência e hegemonia sobre o cenário político maranhense. Entre 1946 e 1971, elegeu-se deputado federal, e várias vezes senador pelo Maranhão, por diferentes siglas políticas (PST, PSD, Arena e PDS).

Depois de romper com o "vitorinismo", Sarney ingressou na União Democrática Nacional (UDN) e foi o candidato das "oposições coligadas" ao governo do estado, com a proposta de uma nova fase de desenvolvimento, promovido pelo projeto "Maranhão Novo". Neste pleito não obteve sucesso, contudo, manteve-se como deputado federal entre 1955 e 1966. Tornou-se governador do Maranhão entre 1966 e 1970, período em que o regime militar assumia o absoluto controle do Estado brasileiro (CALDEIRA, 1978). Na década de 1970, foi eleito e reeleito para o cargo de Senador da República pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e pelo Partido Democrático Social (PDS), legendas que deram sustentação ao governo militar. Sarney migrou para o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) em 1984, quando se elegeu indiretamente, por um Colégio Eleitoral, como vice-presidente na chapa de Tancredo Neves. Com a morte do titular, assumiu a presidência da República (1985-1990). Em 1991, reelegeu-se senador pelo estado do Amapá, para onde transferiu seu domicílio eleitoral. Atualmente, encontra-se em seu quinto mandato como senador.

Os cargos políticos de Sarney permitiram-lhe ampliar seus espaços de ação política nos níveis local, estadual e nacional, principalmente pela indicação e eleição de seus candidatos. Apesar de vários rompimentos partidários, a definição do cenário político maranhense mantém-se direta ou indiretamente ligada ao grupo político de Sarney. Portanto, o alcance do poder oligárquico maranhense estende-se para além das relações familiares. Observe-se que "a oligarquia é mais do que o produto dos interesses desses núcleos [familiares], sendo também uma peça da construção do Estado brasileiro, cuja gestação foi favorecida pelo poder central" (REIS, 2013, p. 10).

No âmbito familiar, o poder oligárquico se manifesta no setor empresarial e na área política. Fernando Sarney possui várias empresas, entre elas o Sistema Mirante de Comunicação, afiliado à Rede Globo. Sarney Filho cumpre o sétimo mandato consecutivo como deputado federal. Sua filha, Roseana Sarney, debutou na

política partidária em 1990, já na condição de deputada federal. Foi governadora do Maranhão por dois mandatos sucessivos, em 1994 e 1998, e senadora em 2003. Devido à cassação do mandato de Jackson Lago em 2009, Roseana reassumiu o governo do estado, tendo sido reeleita para o cargo em 2010.

Como afirma ironicamente Wagner Cabral (1997) no artigo "Do 'Maranhão Novo' ao 'Novo Tempo' a trajetória da oligarquia Sarney": "Se o patriarca construiu os alicerces do edifício da 'modernidade', sua herdeira é responsável pelo prosseguimento da obra 'regeneradora' rumo a uma nova 'idade de ouro' no Maranhão". Cabral refere-se ao projeto "Novo Tempo", apresentado por Roseana no início da década de 1990, como uma variação do "Maranhão Novo", do pai.

Para Barbosa (2003), o projeto do "Novo Tempo" apenas seguiu

Estritamente o receituário da política desenvolvida no âmbito federal", pois agregou "Elementos econômicos políticos e ideológicos da política neoliberal, articulando-se ao novo padrão de dominação desenvolvido no Brasil, para cuja implementação foram importantes as políticas iniciadas no governo Collor e aprofundado no governo de Cardoso (BARBOSA, 2003, p. 23).

Em *Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão*, Flávio Reis (2013) indica que a configuração da oligarquia maranhense é de natureza infraestadual, e abrange diversificados segmentos políticos, econômicos e produtivos. O autor considera, ainda, que o estabelecimento dessa estrutura resulta mais da "necessidade de organização da política nacional" do que de um "prolongamento do poder local". Contudo, o autor não despreza a importância e a autonomia da classe oligárquica com "poder local", pois ela "não pode ser considerada como um mero prolongamento do poder central".

As características da atuação da oligarquia estão marcadas pela utilização sem freios do clientelismo e de toda espécie de barganhas envolvendo os chefes políticos municipais, o empresariado comercial e as próprias instâncias da administração do Estado. Sempre oferecendo em troca do apoio político ou da sutentação financeira o acesso aos benefícios que o Estado pode proporcionar, a oligarquia retém recursos de poder, o que explica sua margem de autonomia frente aos coronéis municipais, para o que muito contribuiu, sem dúvida, a característica de manter as decisões políticas e os recursos financeiros geridos centralizadamente (REIS, 2013, p. 206).

No âmbito do Maranhão,

A história política não foi determinada apenas a partir da disputa entre núcleos familiares, por mais que as redes de compadrio perpassando os grupos políticos ainda se mostrassem importantes na divisão dos cargos e nomeações e geralmente estivessem por trás das inúmeras cisões (REIS, 2013, p. 206).

Atualmente se questiona a possibilidade de enfraquecimento da chamada oligarquia Sarney, ante aos movimentos de "Fora Roseana" e à recente eleição (05/10/2014) do canditado ao governo, Flávio Dino, do PCdoB. Contudo, não se pode concluir que as eventuais dissidências, fracassos eleitorais ou perda de hegemonia de um núcleo familiar sejam suficientes para descaracterizar um grupo de estrutura de poder oligárquico.

A política oligárquica é comumente instável, sujeita a processos variados de acomodações e acordos pessoais, decorrentes seja do acirramenteo da disputa pelas posições de mando, seja pelas ressonâncias que as modificações no plano do governo central podem causar nas situações estaduais. A vinculação genética com o governo central propiciou que através dele fossem resolvidos muitos dos impasses das disputas intraoligárquicas (REIS, 2013, p. 205).

Esses conflitos podem ser observados ao longo do processo de consolidação do projeto político de José Sarney. Inicialmente, o embate se manifesta entre a oligarquia decadente – "vitorinismo" – e a oligarquia ascendente – "sarneísmo". Mais tarde, outra situação conflituosa se estabelece com a nomeação de Pedro Neiva de Santana para o governo do Maranhão (1970-1974), que foi sucedido por Nunes Freires (1975-1978), este último indicado pelo general Geisel, e com o respaldo de Victorino Freire. Exemplo mais recente desses processos de acomodações e acordos pessoais é a aproximação política firmada entre o PMDB do Maranhão e o Partido dos Trabalhadores (PT), originalmente contrário à oligarquia Sarney.

Assim, observa-se que mesmo na execução das modernas políticas de abertura econômica ou em aliança com partidos de oposição, as antigas estruturas de mando oligárquico maranhense não alteraram o seu projeto de desenvolvimento econômico.

Expansão das fronteiras políticas e econômicas pela grilagem

No Maranhão, a fronteira de ocupação econômica e a valorização do capital ampliaram-se após a década de 1950. Em 1960, os estabelecimentos agrícolas

totalizavam 242 mil unidades produtivas, e passaram para cerca de 400 mil em 1970, e somavam mais de 531 mil propriedades rurais em 1985. Sob o aspecto de área produtiva ocupada, os registros indicam o total de cinco milhões de hectares em 1960; 11 milhões em 1970, alcançando um patamar de 15,5 milhões de hectares, em 1985, com uma monumental expansão da fronteira agrícola maranhense (FEITOSA, 1994).

É fato patente que a consolidação do poder político no Maranhão não decorre unicamente do fortalecimento das oligarquias agrárias, mas da "Disputa entre grupos políticos na formação da estrutura oligárquica e as relações entre empresariado urbano, oligarquia política e o Estado" (REIS, 2013, p. 10). Contudo, a dimensão do poder político das elites agrárias maranhenses no período colonial e na República Velha, ainda hoje se faz sentir na área rural. Ela se configura na prática da "grilagem" – expropriação de terras mediante falsas escrituras de propriedade – e, em decorrência, na forma de conflitos fundiários.

Neste sentido, a região de Imperatriz tornou-se nacionalmente conhecida como *"terra da pistolagem"*. Alfredo Wagner Berno de Almeida (1994), no livro *Carajás: a guerra dos mapas,* apresenta um levantamento dos violentos conflitos entre pistoleiros e trabalhadores rurais, resultantes da histórica prática da *"grilagem"*, na região de Imperatriz.

Victor Asselin (1982; 2009), nas duas edições do livro *Grilagem-corrupção e violência em terras do Carajás*, também apresenta graves denúncias, como: o nome das pessoas envolvidas, inúmeros documentos oficiais sobre a questão e mapas que trazem a representação espaço-temporal da rota de expansão da "grilagem". Essa prática tem origem na época da implantação de Brasília, em 1960, e da construção da malha viária que interliga a capital federal às regiões Sul, Centro-Oeste e Norte do país. Entre 1967 e 1970, o asfaltamento da rodovia Belém-Brasília (BR-010) estimulou o surto de valorização das terras, "provocando ainda mais a cobiça dos grileiros, que formavam verdadeiras quadrilhas para açambarcar as terras dos índios e dos posseiros dessas regiões" (ASSELIN, 2009, p. 20). Ao longo da Belém-Brasília, desenvolveu-se a marcha da grilagem para o Maranhão.

Asselin (2009) descreve a participação de grupos econômicos e dos órgãos de repressão da ditadura militar, como o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e o Serviço Nacional de Informações (SNI). O livro inclui ainda

documentos que registram o nome, o cargo e o "*modus operandi*" dos "grileiros" e dos funcionários públicos envolvidos. Os registros revelam que a operação foi efetivada com base em uma estrutura organizacional que abrangia: os testas-de-ferro do planejamento e organização da grilagem; os servidores ou cumpradores de tarefas específicas (assinaturas de registros e procurações); os funcionários aliados (escrivãos, funcionários do segundo escalão); limpadores de área (pistoleiros ou policiais). Além das informações obtidas em milhares de páginas de documentos oficiais, o livro traz a transcrição de trechos de entrevistas e depoimentos coletivos e individuais. O conjunto de evidências documentais fundamenta a descrição minuciosa do processo de "grilagem" em diversas regiões do estado do Maranhão. Não bastasse, o livro demonstra, de forma patente, a ação de diversos escalões do governo militar. Constata-se, por fim, que o conjunto das ações arbitrárias, inerente à prática criminosa da "grilagem", transformou-se em um "instrumento de poder", principalmente quando se analisa as origens e o contexto da sua marcha para o Maranhão: "Analisar a 'grilagem' de terras nas décadas de 1960 e 1970 é examinar uma peça da engrenagem do capitalismo, até então centralizado no Sul-Sudeste do país, e carimbado 'entregue' a 31 de março de 1964" (ASSELIN, 2009, p. 21).

Apesar dos conflitos fundiários crescentes, o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra) deu início às desapropriações para "fins sociais" de pequenas propriedades rurais, através dos contratos de compra e venda. Mesmo estando organizados em sindicatos, os trabalhadores rurais foram coagidos a abandonar as terras que ocupavam. Na sequência, as mesmas áreas rurais expropriadas serviram para a implantação de grandes projetos agropecuários e à instalação dos projetos minero-metalúrgicos integrados ao Programa Grande Carajás, todos eles sob o patrocínio do II Plano Nacional de Desenvolvimento, lançado no mandato do general-presidente Ernesto Geisel (1974-1979).

Principalmente a partir do PND II, a política de integração nacional incluiu a ocupação dos "espaços vazios" da Amazônia, com a distribuição de imensas extensões de terra a grandes empresas rurais, em um processo equivalente a um novo sistema de capitanias hereditárias (MOREIRA apud ARCANGELIS, 1987). No Maranhão, de acordo com dados do IBGE (1990), os projetos pecuários quadruplicaram-se, especialmente na região do Mearim, com a elevação do efetivo bovino de 917.807 em

1950, para 3.900.000 em 1990 (FEITOSA, 1994). Os cultivos agrícolas de subsistência familiar em áreas de babaçuais foram cercados para a ocupação dos rebanhos bovinos. Essa "economia do gado" (ARCANGELIS, 1987) promoveu a inserção da economia maranhense no sistema internacional de trocas ou na divisão nacional do trabalho, durante a década de 1970, que se caracterizou pelo acirramento da luta entre o grande proprietário e os posseiros para definir o caráter da propriedade privada da terra.

> *Mudara o padrão de ocupação, e a legalização da terra substituía o trabalho incorporado à terra, na definição do direito de propriedade individual. Esse processo, porém, não seguiu a via pacífica: a formalização legal da terra foi a solução encontrada pelo Estado para resolver os conflitos que se agudizaram entre posseiros, grileiros empresários, e pecuaristas, sobretudo na região do Mearim* (BARBOSA, 2006, p. 83).

Outro fator de aceleração na criação de megalatifúndios consistiu na implantação de projetos de extração e beneficiamento da madeira no trecho do rio Tocantins localizado nas mesorregiões oeste e sul do Maranhão. Os empreendimentos pertenciam a diferentes grupos do setor industrial e financeiro, e contemplou os interesses de pecuaristas, agricultores ou grileiros que já atuavam na região do médio Tocantins. "A industrialização madeireira articulou-se perfeitamente com os interesses dos pecuaristas, grandes proprietários ou grileiros, permitindo o crescimento deste setor no Estado" (BARBOSA, 2006, p. 87).

A Lei da Terra foi elaborada no governo José Sarney (1966-1970) e promulgada em 1971, na gestão de Pedro Neiva de Santana. Esta medida legal inaugurou um significativo mercado de imóveis rurais, que transformou as relações sociais do campo. A lei teve o propósito de promover a ocupação racional das terras improdutivas e devolutas do estado e, para efetivar a sua meta, criou também a Companhia Maranhense de Colonização (Comarco), para promover as negociações das terras do Maranhão em âmbito regional, nacional ou internacional. A efetivação das medidas previstas na Lei da Terra teve o apoio institucional da Companhia de Colonização do Nordeste (Colene), subordinada à Sudene.

O Estado incorporou ao patrimônio da COMARCO uma área de terras localizada no centro-oeste do Maranhão, englobando parte dos municípios de Grajaú, Lago da Pedra, Vitorino Freire, Pindaré-Mirim, Santa Luzia e Amarante, avaliada em 1.700.000 hectares; e outra, de 400 mil hectares, na região do Maracaçumé; atingindo, principalmente, o município de Turiaçu e limitando com as terras da Colone – Companhia de Colonização do Nordeste – além dos 46 requerimentos já existentes na área. Esse 'além' deu cobertura aos grupos e sociedades anônimas já instaladas na área de interesse de políticos sulistas e maranhenses (ASSELIN, 2009, p. 159).

A incorporação dessas regiões à economia de mercado, com predominância do setor imobiliário, e o aperfeiçoamento do processo de legalização da propriedade da terra intensificaram a formação de vastos latifúndios.

As transformações na organização das relações internas do campesinato face à ação do Estado, refletem-se no conjunto da economia, atingindo tanto as áreas de terras devolutas e de frente agrícola, a partir de 1950, como as áreas de ocupação mais antiga [...] começa a vigorar, com grande ênfase, um projeto de transformação das regiões de fronteira agrícola, em área de aplicação de grandes capitais (LUNA, 1985, p. 56).

Os subsídios concedidos pelo governo aos grandes projetos agropecuários estimulavam a grilagem. A implantação definitiva do capital produtivo nas grandes fazendas sempre foi precedida pela grilagem das imensas áreas de ocupação camponesa, com a devida conveniência de cartórios (ARCANGELIS, 1987) que providenciavam os títulos "legais" de propriedade.

A valorização das terras do Estado, em decorrência da generalização do monopólio privado deste meio de produção, representa um entrave adicional para o desenvolvimento da economia camponesa, uma vez que o pequeno produtor descapitalizado não tem acesso, como comprador; ao mercado fundiário. Pior que isso, quando ele não é expropriado pela violência, (o pequeno produtor) entra nesse mercado como vendedor, permitindo que o direito adquirido, ao longo dos anos, sobre a terra em que trabalha, seja ofertado e negociado no mercado imobiliário, pelos especuladores profissionais de terra (ARCANGELIS, 1987, p. 156).

Atualmente, o padrão de ocupação e legalização de terras no Maranhão ainda segue o processo histórico de grilagem e expulsão de posseiros e de pequenos proprietários camponeses. Para isso, concorrem: a abertura de estradas em áreas

economicamente "vazias"; as medidas institucionais que definem a propriedade da terra e o financiamento estatal, que possibilitam a compra de extensas áreas de terra para a instalação de grandes projetos, em especial da área de mineração.

Acesso e uso da terra e o perfil produtivo da agropecuária na Amazônia

Privilegiar o grande capital no processo de ocupação do território amazônico tornou-se uma constante da história da região. Nos anos de 1980, a implantação das atividades da pecuária extensiva determinou a expropriação de dezenas de milhares de pequenos produtores. Na primeira metade da década de 1990, a Política de Reforma Agrária promoveu milhares de assentamentos agrícolas, com foco no desenvolvimento da agricultura familiar. O incremento da demanda do mercado mundial por *"commodities"* agrícolas e agroflorestais favoreceu as atividades do agronegócio, determinando o plantio intensivo de soja, dendê e eucalipto. Contudo, tais projetos visam à exportação de produtos primários agrícolas e, portanto, apresentam baixo retorno socioeconômico. Em que pese o uso de maquinários e técnicas agrícolas sofisticadas, o agronegócio não traz retornos econômicos significativos, seja na geração de emprego e renda ou no aspecto fiscal, devido ao baixo valor agregado do produto final.

Acesso e uso da terra

A área da Amazônia (Região Norte) totaliza aproximadamente 3.855 mil km², mas a área agrícola cadastrada mede apenas 555.358 km² (16,6% da área brasileira), e o número de estabelecimentos rurais somam 475.778 (9,2% do Brasil). Essa área da Amazônia tradicional é superior a vários países da Europa ou da América Latina juntos (poderia comportar várias Penínsulas Ibéricas).

Apesar disso, em pleno século XXI, o acesso à terra na Amazônia continua sendo um problema. Considerando os estabelecimentos com até 100 hectares (ha), o número é enorme – 355 mil, ou 80% do total –, mas a sua área corresponde a apenas 17,5% do total, enquanto os acima de 1.000 ha, embora somem 8.467 (1,9% do total), apropriam-se de 48,2% ou 27.000 km², o que equivale ao triplo da área de Portugal (Tabela 5).

Tabela 5 - Distribuição dos estabelecimentos agropecuários da Amazônia, por estrato de área e ano - 1995 e 2006

Faixa de área (ha)	Total de estabelecimentos por Faixa/Ano				Área total dos estabelecimentos por Faixa/Ano			
	1995		2006		1995		2006	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
≤ 10	134.803	30,4	126.532	28,5	485.318	0,8	367.729	0,7
10 < x ≤ 100	217.097	48,9	229.105	51,5	8.700.578	14,9	9.338.721	16,8
100 < x ≤ 200	50.314	11,4	48.432	10,9	6.264.281	10,7	5.980.191	10,8
200 <x ≤ 1.000	33.333	7,5	32.086	7,2	12.595.567	21,6	13.036.155	23,5
> 1.000	8.023	1,8	8.467	1,9	30.313.137	52,0	26.818.968	48,2
Total	443.570	100,0	444.622	100,0	58.358.881	100,0	55.541.764	100,0

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 2006).

Percebe-se, ainda, que em 2006 (Tabela 5) um elevado número de pequenos produtores (estabelecimentos) se encontrava na faixa de área igual ou inferior a 200 ha (91%). No intervalo inferior ou igual a 10 ha, registrava-se uma proporção (em número) de 28,5%, enquanto a da faixa superior a 1.000 ha não passava de 1,9%. A agricultura patronal/empresarial, por sua vez, retinha 48,2% das áreas dos estabelecimentos (26.818.968 ha), enquanto a agricultura praticada por pequenos produtores ficava com apenas 0,7% (367.729 ha). No Pará, no Amapá e no Tocantins essa distorção era ainda maior.

Os dados apresentados a seguir (Tabelas 6 e 7), referentes a 2006, oferecem um panorama da utilização da terra, pessoal ocupado e valor da produção, segundo o tipo de agricultura (familiar ou patronal)[2]. Na Amazônia, a agricultura familiar (até 200 ha) corresponde a 91% dos estabelecimentos e 28,3% da área total cadastrada. Ela é relevante (números absolutos e relativos) em todos os estados, em particular no Amazonas (93%) e

[2] A agricultura patronal aparece no Censo Agropecuário como atividade não familiar. A diferença entre o total e a agricultura familiar nas tabelas apresentadas se refere à agricultura patronal ou não familiar. O tamanho de até 200 hectares é um dos critérios da Lei que define o que é agricultura familiar. Todos os dados apresentados são do Censo Agropecuário de 2006.

no Pará (89%). No quesito área apropriada, a dianteira cabe a Rondônia (40%) e ao Pará (31%). A agricultura patronal, com 62.674 estabelecimentos e área total de 38,1 milhões de hectares, mostra quem efetivamente se apropria da parte do leão, ou seja, embora reúna apenas 13% dos estabelecimentos, abarca 68,6% da área.

Tabela 6 - Região Norte: estabelecimentos agropecuários, área e pessoal ocupado na agricultura familiar e não familiar - 2006

UF	Número de estabelecimentos (x1000)		Área dos estabelecimentos (x1000ha)		Pessoal ocupado (x1000)		
	Total	Agric. Familiar	Total	Agric. Familiar	Agric. Familiar	Não Familiar	Total
AC	29,5	25.2	3.491.3	1.494,4	0,83	0,17	99.0
AM	66.8	61.8	3.634.3	1.477,04	243,8	0,23	266.6
AP	3.5	2.9	873,8	130,7	24,9	0,004	29.5
PA	222.0	196.1	22.466.02	6.909,1	665,7	0,12	792.2
RO	87.1	75.3	8.329.13	3.302,8	233,35	44.4	277.7
RR	10.3	8.9	1.699.8	637,9	24,9	4,6	29.5
TO	56.6	42.9	14.292,9	2.695,2	122,9	53,9	176.8
Norte	**475.7**	**413.1**	**54.787,3**	**16.647,3**	**1.398,6**	**273,4**	**1.672.0**
Brasil	**5.175,5**	**4.367.9**	**329.941,4**	**80.250,4**	**12.322,2**	**4.245,4**	**16.567,5**

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 2006).

A utilização da terra, consolidada no período do regime militar via pecuária extensiva e extrativismo predatório de madeira, continua sem grandes mudanças neste Censo Agropecuário (2006), mas novos atores se juntam aos antigos em função da entrada de grandes grupos nacionais e internacionais na exploração de monocultivos de soja, dendê e eucalipto. Em linhas gerais (ver Tabela 7), a pastagem fica com 26,5 milhões de hectares, quase a metade (48,5%) da área cadastrada (54.787.393 ha) e as culturas perenes e temporárias ficam com 7%. A relação entre área de pastagem e área de lavoura é muito desigual, chegando a proporção a ser, em média, de um para 14. Observa-se também um fato curioso na Amazônia: há uma equivalência entre as áreas de culturas permanentes e aquelas de culturas temporárias, o que não se registra no Brasil, nem em outras regiões.

A agricultura permanente se destaca no Amazonas, no Pará e em Rondônia, sendo que nestes dois últimos as suas áreas ultrapassaram as da agricultura temporária. Em termos de área ocupada com lavoura temporária, novamente se destacam o Amazonas e o Pará, seguidos pelo Tocantins. A pastagem natural é muito importante no Tocantins, e um pouco no Pará; e a plantada, sobretudo no Pará, seguido pelo Tocantins e Rondônia.

Tabela 7 - Utilização da terra nos estabelecimentos, por tipo de ocupação (em hectares)

UF	Lavouras				Pastagens		
	Permanente (x1000)	Temporária (x1000)	Forrageira para corte (x1000)	Cultivo de flores (x(1000)*	Natural (x1000)	Plantada degradada(x1000)	Plantada em boas condições (x1000)
AC	63,3	77.9	21.9	0,3	157,9	93,9	786,8
AM	335,9	482.7	45.1	1,1	230,5	50,7	525,1
AP	34,6	20.5	6.9	0,021	223,2	14,1	29,8
PA	1.021,5	730.7	117.9	2,3	1.781,8	1.067,7	7.975,6
RO	254,1	166.1	74.2	0,26	275,4	242,7	4.291,7
RR	50,7	58.3	5.2	0,05	401,9	50,0	267,7
TO	99,3	440,9	91.4	1,6	2.834.3	649,1	4.574,0
Norte	**1.859,5**	**1.977,4**	**362,7**	**5,5**	**5.905.1**	**2.168.3**	**18.450,7**
Brasil	**11.612,2**	**44.019,7**	**4.114,5**	**100,1**	**57.316,4**	**9.842,9**	**91.594,5**

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 2006).

Esse agravamento do acesso à terra vem de longa data, mas o próximo censo deverá mostrar uma concentração ainda maior, por conta do avanço recente dos monocultivos de dendê, eucalipto e soja. Além disso, a complacência e a morosidade do estado na regulamentação e controle da terra têm facilitado a grilagem de terras públicas e a velocidade da expropriação de produtores não titulados. Ademais, as obras do PAC 1 e do PAC 2, voltadas para a infraestrutura, devem também facilitar esse processo de ocupação desordenada que acompanha a implantação de rodovias, ferrovias, gasoduto e hidrelétricas em andamento na Amazônia.

Na Amazônia há 1,6 milhão de pessoas vinculadas à agricultura, sendo que 84% estão na agricultura familiar e 16% na agricultura patronal (não familiar). Tocantins é

o estado onde a agricultura patronal tem mais representatividade (30,5%), enquanto nos demais estados a participação é inferior a 20%. Amazonas, Pará e Rondônia, juntos, concentram 82% de toda a força de trabalho regional na agricultura familiar.

A cada Censo Agropecuário percebe-se que diminui o número de pessoas ocupadas na agricultura. A razão está nas mudanças introduzidas na organização da produção, que são mais ou menos profundas em função das atividades implementadas – quanto mais intensiva a inserção de capital, menor será a necessidade de força de trabalho, especialmente da não qualificada. Portanto, a distribuição quantitativa e qualitativa de cada modalidade de ocupação especificada pelo censo se dá em função do formato de agricultura que prevalece na região. Monocultivo e pecuária têm um perfil de ocupação e a agricultura familiar tem outro. Isso também se aplica à questão da produtividade e ao vínculo formal de emprego dessa mão de obra, que é diretamente correlacionado ao pacote tecnológico adotado. A região de soja ou eucalipto tem um perfil, e a de mandioca e extrativismo tem outro bem diverso.

Aspectos sobre o perfil produtivo e possibilidades

Dados disponibilizados por diferentes fontes mostram que o perfil produtivo do setor agropecuário da Amazônia está alicerçado em dois blocos distintos de atividades. De um lado, o agronegócio da soja, eucalipto e dendê em franca expansão, especializado e concentrado em microrregiões específicas; e a pecuária extensiva de baixa produtividade. De outro, a produção familiar de alimentos básicos, as culturas permanentes, a produção de leite e o extrativismo, disseminados num amplo território, todos caracterizados por uma baixa produtividade, o que remete à inadequadação do seu uso e exploração. O maior uso é dado à pecuária de baixa produtividade (menos de uma unidade de animal por hectare), que ocupa mais de 26 milhões de hectares com pastagem. Dos 3,8 milhões de hectares restantes, 14% das áreas de pastagem, voltam-se para as culturas permanentes e temporárias, igualmente mal utilizadas. A área ocupada com alimentos básicos (arroz, milho, feijão e mandioca), fruticultura, e mesmo com matéria-prima industrial – juta, malva cacau, pimenta, soja, algodão, cana, seringueira, eucalipto e palma africana (dendê) – tem pouca representatividade, seja em área e/ou no valor da produção. O resultado é um número reduzido de

atividades com representatividade regional, como é o caso da produção de leite e café em Rondônia; carne bovina, mandioca e arroz no Pará; e peixe e soja no Tocantins (Tabela 8).

Mesmo assim, a maioria desses produtos perde espaço físico (hectares) e econômico em suas economias e/ou foi substituída por outras atividades, como é o caso da seringueira, do cacau, da pimenta, do arroz, do peixe e de outros produtos da cesta básica. Apenas um número reduzido desses produtos tem avançado ultimamente, como é o caso da soja, do açaí, do eucalipto e do dendê, ou seja, na Amazônia, a agricultura deixa de ser diversificada para se tornar especializada e homogênea.

Cruzando-se os dados do valor da produção em cada estado com o tipo de atividade e a forma de organizar a produção (familiar e patronal), constata-se a importância da dupla arroz e mandioca, seguida por leite de vaca, criação de pequenos animais, milho e café. Do valor total, cerca de 70% são gerados na agricultura familiar, sendo que só o Pará participa com 57%, seguido de longe por Rondônia e Amazonas. Do lado patronal (R$ 2.078.981 mil), o Pará representa 49%, seguido por Tocantins.

Um simples confronto de dados[3] relacionados a algumas atividades na Amazônia entre 1990 e 2010 permite checar como esse perfil tem evoluído. Em 1990, a produção de arroz e mandioca era de 4,9 milhões de toneladas ou 15,5% da nacional, e vinte anos depois subiu para 8,3 milhões ou 25%. A produção de soja saltou de 44.300 mil toneladas para 1,6 milhão, o que representa 2,3% da produção nacional, ou seja, a primeira nem chega a dobrar, enquanto a soja aumenta quase 40 vezes.

[3] Todas as referências relativas aos municípios e microrregiões que aparecem neste item sobre a soja, a mandioca e o arroz são do Sidra (IBGE, 2013).

Tabela 8 - Região Norte: valor da produção e quantidade produzida de produtos agropecuários selecionados (2006)

UF	Valor da produção				
	Total da agricultura da região Norte (R$ mil)		Produtos selecionados da agricultura familiar (R$)		
	Agric. Familiar	**Agric. Não familiar**	Produto agropecuário com maior valor da produção no estado	Produto agropecuário com segundo maior valor da produção no estado	Produto agropecuário com terceiro maior valor da produção no estado
Acre	**241.092**	**106.748**	70.897.582 (mandioca)	27.517.027 (milho em grão)	10.490.619 (leite de vaca)
Amazonas	**538.799**	**111.709**	206.030.640 (mandioca)	15.809.390 (aves)	11.001.467 (leite de vaca)
Amapá	**37.036**	**63.192**	10.425.853 (mandioca)	800.381 (suínos)	311.269 (leite de vaca)
Pará	**2.314.928**	**1.020.653**	477.734.836 (mandioca)	98.558.318 (arroz)	95.455.615 (leite de vaca)
Rondônia	**626.091**	**224.658**	175.220.043 (leite de vaca)	126.755.591 (café canéfora)	27.174.822 (mandioca)
Roraima	**38.156**	**60.760**	5.104.588 (arroz)	4.753.231 (milho)	3.482.147 (mandioca)
Tocantins	**273.730**	**491.225**	44.183.963 (arroz)	44.120.823 (leite de vaca)	23.940.329 (milho)
Norte	**4.069.832**	**2.078.981**	–		

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 2006).

A penetração comercial da soja na Amazônia propriamente dita é recentíssima – somente nos anos 2000. Nesse período inicial, detinha cerca de 25 mil hectares. A área era pequena e se encontrava fundamentalmente em seis microrregiões do Tocantins, mas já ocorria também em duas em Rondônia, uma no Amazonas e uma no Pará[4]. Dos dez municípios mais importantes, sete estavam no Tocantins, dois em Rondônia e um no Pará[5]. Num período mais recente (2010), as mudanças ocorreram no âmbito da dimensão e do ritmo de crescimento da cultura no Pará e em Rondônia, com altas a taxas de crescimento anual, respectivamente, 44% e 26% ao ano. A microrregião de Santarém passa a fazer parte desta dinâmica da soja na Amazônia. Dos dez maiores municípios, cinco estão no Tocantins, três em Rondônia e dois no Pará. Em termos de microrregiões, sete continuam no Tocantins, dois em Rondônia e dois no Pará[6].

Já a mandioca – cultura secular da Amazônia – é disseminada em toda a região, mas algumas microrregiões concentram a oferta do produto. Em 2000, a área ocupada era de 456 mil hectares, com destaque para o Pará e Amazonas. Das dez microrregiões produtoras, nove estão no Pará e uma no Amazonas. Fato semelhante ocorre com os municípios, sendo nove no Pará e um no Amazonas[7]. Para o ano de 2010, o quadro se altera um pouco, visto que seis municípios estão no Pará, três no Amazonas e um no Acre. Dos principais municípios produtores, nove continuam no Pará e um no Amazonas[8]. No intervalo de 15 anos, de 1995 a 2010, a mandioca cresceu apenas 16% em área plantada, ou seja, menos de 1% ao ano. A sua participação na

---

4 Respectivamente, Porto Nacional, Rio Formoso, Dianópolis, Jalapão, Gurupi, Miracema do Tocantins; Vilhena, Colorado do Oeste, Madeira e Paragominas.

5 Municípios do Tocantins: Pedro Afonso, Formoso do Araguaia, Campo Lindo, Dianópolis, Taguatiga, Almas e Alvorada; de Rondônia: Vilhena e Cerejeiras; e do Pará: Parogominas.

6 As principais microrregiões em 2010 são: Jalopão, Porto Nacional, Rio Formoso, Dianópolis, Gurupi, Miracema do Tocantins, Vilhena e Rio Formoso (Tocantins); Vilhena e Colorado do Oeste (Rondônia); Paragominas e Santarém (Pará). Os municípios são: Pedro Afonso, Formoso do Araguaia, Campo Lindo, Mateiro, Dianópolis, Formoso do Araguaia (Tocantins); Vilhena e Cerejeitras (Rondônia); Paragominas e Santarém (Pará).

7 Os noves municípios do Pará são: Acará, São Félix do Xingu, Oriximiná, Ipixuna do Pará, Juruti, Óbidos, São Geraldo do Araguaia, Santana do Araguaia, Aurora do Pará. E um do Amazonas: Tefé. Já as microrregiões são: Guamá, Óbidos, Tomé-Açu, Bragantina, São Félix do Xingu, Santarém, Paragominas, Altamira (Pará); e Tefé (Amazonas).

8 Para 2010, em termos de microrregiões, têm-se as seguintes alterações: Guamá, Óbidos, Tomé-Açu, Bragantina e Tucuruí (Pará); Cruzeiro do Sul (Acre); Tefé, Manaus e Parintins (Amazonas). Os municípios são: Acará, Santarém, Ipixuna do Pará, Óbidos, Juruti, Oriximiná, Aurora do Pará, Bragança e Itupiranga (Pará); e Tefé (Amazonas).

área plantada manteve-se em torno de 22%. Em igual período, a soja saiu de 3% para 25%. Em termos de área plantada, saltou de 25 mil hectares em 1995 para 563 mil hectares em 2010, o que representa uma taxa de crescimento de 23% ao ano. Em 1995, a soja representava semente 6% da área com mandioca; em 2010, esse percentual já era de 14%, superior à área plantada com mandioca, de 563 mil e 496 mil hectares, respectivamente. No Pará, o maior produtor de mandioca, a soja já representa 29% de sua área; e no Tocantins é 17 vezes superior à área ocupada com mandioca, de 20.869 hectares (IBGE, 2012).

A produção de mandioca na Amazônia continua sendo produzida artesanalmente e conduzida por pequenos produtores, com área igual ou inferior a 50 hectares, respondendo por 80% da oferta do produto. Para a soja, o perfil é bem diferente. Na Amazônia Legal, 48% da soja produzida vem de produtores com área superior a 1.000 ha, sendo que no Maranhão o nível de concentração é ainda maior, chegando a 64% em 2006 (MESQUITA, 2009).

A tradução dessa dimensão modesta e dinâmica lenta, apoiada na agricultura familiar e, mais recentemente, no agronegócio, expressa-se no fraco desempenho do PIB agrícola regional e no perfil especializado das exportações regionais centradas em *commodities*. Alguns dos principais produtos da pauta de exportação e importação, como carnes, grãos, celulose, dendê, pescado e arroz, estão presentes e em expansão na Amazônia, no entanto, as exportações agrícolas continuam irrelevantes, estando concentradas no Pará, que responde por 50% do total da região.

O Brasil é um dos maiores produtores e exportadores de alimentos do mundo. É o primeiro produtor mundial de açúcar, café e suco de laranja, e também o primeiro exportador desses produtos, além de soja e carne de frango. Tanto na produção quanto na exportação de carnes, óleo e farelo de soja e milho, o Brasil está entre o segundo e o quarto lugar. Embora possa parecer estranho, o Brasil também é um grande importador agrícola, e de forma crescente. De acordo com o MDIC, entre 2006 e 2011 as importações saltaram de US$ 4,5 bilhões para US$ 11,6 bilhões[9], registrando um crescimento anual preocupante, de 21,1%[10].

[9] Todos os dados citados neste item são do MDIC. Entre 2006 e 2011, as compras subiram de US$ 4,5 bilhões para US$ 11,6 bilhões. A razão está na elevação dos preços dos importados e dos exportados. O do trigo, por exemplo, elevou-se de 32% no último ano, para 110% entre 2006 e 2011.

[10] A pauta da balança comercial de produtos agrícolas (importados e exportados) é bem diversificada, reunindo centenas de produtos. Mas, como dito anteriormente, alguns complexos/produtos concentram a pauta de exportação e também a de importação. Segundo dados da Secex, em 2011

Os tipos de produtos importados e exportados são quase todos passíveis de produção e expansão em qualquer parte do país, sendo que a Amazônia tem tradição na produção de quatro deles, como é o caso de pescado, carnes, cacau e óleo de dendê. Se esses itens fossem produzidos aqui, poder-se-ia aumentar a sua oferta sem grandes transtornos e, portanto, substituir a importação e, por consequência, transferir para a economia local a renda e os empregos hoje gerados na Ásia, nos países ricos e no Mercosul.

O dendê (óleo de palma) é uma importante *commodity* do mercado global. Em 2011, o país gastou quase meio bilhão de dólares (US$ 461,5 milhões) com a importação deste produto. A oferta é dominada pelos países asiáticos, Indonésia (50%) e Malásia (37%), que, junto com a Colômbia, são os principais fornecedores dessa matéria-prima para o Brasil. O Pará detém o monopólio da produção, mas a área ocupada, apesar dos incentivos do Programa de Biocombustíveis, continua modesta. Os demais produtos agrícolas continuam sem quaisquer incentivos para a substituição das importações. O resultado é uma pauta de exportação pouco diversificada, refém de *commodities* minerais concentradas no Pará.

A Amazônia tem desempenhado papel relevante neste sentido, com destaque para o Pará e o Maranhão, onde a indústria extrativa e de transformação exerce funções cada dia mais importantes nas suas respectivas balanças comerciais. Os produtos não elaborados dessa pauta são o minério de ferro, cobre, manganês e grãos de soja; já os elaborados, que agregam algum valor, são ferro-gusa, alumínio e alumina[11]. Segundo Ottati e Mesquita (2013), a explicação está no *boom* das *commotidies,* decorrente da demanda chinesa acentuada neste novo século.

Na Amazônia, as exportações em geral cresceram 16,4% entre 2000 e 2010, sendo que somente os produtos básicos registraram expansão de 25%, alcançando US$ 10,3 bilhões, o que representa mais de 68% das exportações totais de 2010. Por outro lado, o crescimento registrado pelos bens industrializados foi três vezes menor,

---

a importação se concentra (78%) em poucos produtos, ficando os demais com os restantes 22%. Os principais itens da pauta de importação atual são: trigo (22%), pescado (10%), bebidas (6%), malte (5%), frutas frescas (4%), arroz (4%), lácteos (3%), azeite de oliva (3%), carnes (3%), cacau e derivados (3%), rações (2%), algodão (2%), alho (2%), óleo de dendê ou palma (2%), farinha de trigo (1%) e álcool (0,01%) (MDIC, 2013).

[11] Observando-se a pauta de exportação desses dois estados, nota-se uma extrema concentração da pauta e de destino, o que deixa tais economias em situação vulnerável e de alerta, bastando ver o que aconteceu em 2008, quando os compradores adiaram suas compras de minério de ferro e gusa. Imediatamente a Vale e as guseiras de Açailândia e Marabá demitiram centenas de empregados.

de 7,8% (4,7 bilhões). No âmbito regional, o Tocantins cresceu 45,1% e o Amazonas apenas 3,8%. Chama a atenção o forte crescimento do Pará (48,6%), o perfil deste estado e o nível de participação nas exportações regionais (48%). Levando-se em conta as exportações por fator agregado, a participação dos bens industrializados recuou de 55,5% em 2000, para 27% em 2010, enquanto que os produtos básicos (essencialmente *commodities* vegetais e minerais) registraram aumento de participação, saindo de 44,5% para 73%. Trata-se de fator preocupante, pois, de certa forma, houve uma concentração das exportações deste estado na Amazônia, saindo de 73,5% em 2000, para 84,9% em 2010, sobretudo devido ao elevado crescimento dos produtos básicos (salto de 1,1 bilhão, para 9,3 bilhões).

A atual balança comercial da Amazônia é modesta, apesar do crescimento na participação nacional de 6% para 7,5%, e continua altamente concentrada em dois estados – Pará e Amazonas, que concentravam 92% das exportações em 2010, mas já chegaram a 97% em 2000.

Na década de 2000-2010, o saldo foi superavitário, e poderia ser maior se houvesse uma política propositiva que atuasse no sentido de diversificar a pauta atual de exportação agrícola, concentrada em um reduzido número de produtos *in natura*, e se substituísse a importação em áreas onde reconhecidamente a Amazônia detém vantagens comparativas, como na produção de pescado, carnes, cacau, dendê, pimenta e fibras.

A opção pela grande empresa operacionalizada por instrumentos de política fiscal, monetária e cambial, reforça o processo de exclusão socioeconômica de populações inteiras, que não se inseriram nessa nova fase de inclusão da Amazônia no fluxo do comércio internacional. A produção familiar, embora numericamente representativa, perde espaço na corrida contra o agronegócio. Questões fundamentais como a reforma agrária, o acesso à assistência, à pesquisa, ao financiamento público farto e barato, que possibilitem uma mudança qualitativa desses produtores, saíram de pauta. O resultado é uma performance desigual entre a pequena produção e a produção comercial. A oportunidade de expansão no padrão atual de desenvolvimento é fundada apenas no mercado e na demanda externa. Desta forma, os espaços que poderiam servir para alterar essa estagnação que reina no segmento da agricultura familiar são aproveitados somente pelos complexos do agronegócio inseridos neste mercado.

Crescimento econômico e estrutura produtiva

Simplificadamente, a estrutura produtiva de uma economia é produto da ação das forças de mercado e da atuação do Estado. A estratégia adotada e os segmentos escolhidos irão definir a configuração final assumida. Se a ênfase recai em setores dominados por oligopólios, o perfil será bem diferente se a opção for direcionada a setores competitivos. Outra variável também importante na sua configuração é a maior ou menor inserção da economia no mercado externo.

Em tese, é o mercado que define e decide a alternativa a ser adotada. Porém, na sociedade a economia não funciona assim, e o Estado tem sempre um papel relevante na indicação do caminho e dos meios a serem seguidos. Ou seja, passa por uma decisão, sobretudo política. É essa a conexão entre a economia e o Estado que define, em última instância, o modelo ou padrão de desenvolvimento a ser adotado para a região A ou B, os grupos a cooptar, a atividade a priorizar e os fins que se quer atingir.

A literatura referente à política de desenvolvimento regional apresenta evidências na Amazônia nesse sentido. A associação entre grandes projetos e as políticas governamentais sempre estiveram presentes. Foi essa estratégia de privilegiar segmentos de oligopólios em diferentes ramos de atividades, em detrimento de outros, que formatou o perfil atual da estrutura produtiva da região. Esse perfil se caracteriza pela dualidade: número reduzido de grandes empresas dominando os setores estratégicos/lucrativos *versus* um universo de pequenos e médios empreendimentos em áreas concorrenciais.

Grosso modo, o motor da formação da renda nacional e, portanto, do crescimento econômico, são os gastos efetuados pelos capitalistas e pelo Estado. Esses gastos, conforme rezam os manuais de economia, podem ser de consumo e de investimento. São eles que incrementam o crescimento de uma economia. Os gastos de consumo dependem do aumento da renda, da população, do crédito, entre outras variáveis. Estes são factíveis de mensurar e previsíveis, pois guardam uma proporção com a renda. Os gastos de investimento se dão em função de outro conjunto de variáveis, mas fundamentalmente nas expectativas do retorno futuro que o capitalista espera ter no uso alternativo do seu capital (eficiência marginal do capital), e secundariamente da taxa de juros, ou seja, na sua avaliação há os critérios econômicos, mas também outros não econômicos, inclusive psicológicos. O vínculo do investimento com as expectativas futuras de retorno torna-o instável e flutuante. Como o investimento

é a variável que importa na dinâmica capitalista, e a que possibilita o aumento da capacidade produtiva de uma economia, a decisão de realizá-lo é a chave do crescimento econômico. Historicamente, nas economias maduras esse papel de bancar o investimento e, portanto, de ser o agente do desenvolvimento econômico, coube ao mercado, mas nas economias retardatárias, como a brasileira, esse papel coube ao Estado, principalmente entre o pós-guerra e os anos 1980. A presença de grandes empreendimentos privados em atividades extrativas e manufatureiras (da madeira ao eletrônico) na Amazônia criou um formato econômico e demográfico externamente concentrado em dois estados – Amazonas e Pará – e, para isso, contou com a ajuda formidável das políticas governamentais.

A maioria dos indicadores macroeconômicos da economia regional revela que esta vem sofrendo transformações importantes no seu perfil econômico, social, demográfico e ambiental, com consequências nem sempre desejáveis para a maioria da população. A razão disso se encontra no modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado e pelo capital, e na estratégia de sua implementação por esses agentes ao longo das últimas décadas.

Neste sentido, o percurso tomado pelo investimento ao longo das últimas duas décadas levou a uma performance em que os segmentos articulados às *commodities* e à infraestrutura ganham visibilidade, e dão maior dinâmica à economia regional em termos de crescimento econômico, superior à do Brasil.

A primeira constatação é que o crescimento econômico, aqui entendido como a taxa de expansão real do PIB, tem dado saltos importantes, inclusive superando o do país. Isso possibilitou que a Amazônia galgasse uma melhor posição relativa ao longo de várias décadas, embora ainda muito modesta. A participação no PIB subiu de 3,8% em 1985, para 5,3% em 2010. Tomando-se como referência a década de 1990 e a atual, percebe-se que na primeira o incremento anual foi de 4,8%, e de 5,9% entre 2000 e 2010. Entre 1991 e 2010, a taxa de crescimento anual da região foi de 5,2%, ou seja, acima da nacional e de outras regiões, à exceção do Centro-Oeste, que tem assinalado melhor desempenho. Os estados que mais cresceram no mesmo período foram o Amazonas e o Amapá, nos anos 1990; e Rondônia, Amazonas, Amapá e Tocantins, na primeira década do século XXI. Em termos regionais, "A economia do Pará foi a que menos cresceu" nos dois períodos citados (3% e 5,2% respectivamente), "apesar de ser a economia mais importante da Amazônia" (IBGE, 2013).

Se houve esse avanço positivo do PIB regional na economia brasileira, setorialmente se percebe que a posição relativa do PIB na Amazônia teve pequena alteração, o que pode ser visto tanto na série histórica antiga das Contas Regionais (1985 a 2005), quanto na recente, de 2002 a 2010 (Tabela 9).

Tabela 9 – Participação no valor adicionado bruto a preços básicos (%), por atividade. Série antiga (1985 = 100); e Série nova (2002 = 100)

Atividades Econômicas	Série antiga 1985 = 100				Série nova 2002 = 100	
	1985	1990	1995	2000	2005	2010
Agropecuária	16,0	11.6	10.0	7.6	12.5	11.3
Indústria	31,1	23,7	27,0	29,5	21,8	23,2
Indústria extrativa	10,8	3,5	3,2	5,4	1,7	4,0
Indústria de transformação	11,3	11,9	11,8	11,3	10,2	8,8
Serviços	53,1	64,4	62,3	63,0	65,7	65,5

Fonte: IBGE/Contas Nacionais.

A agricultura varia de 16,4% em 1985 (em média) para 11,3% em 2010; a indústria varia de 31,8% para 23,2%; e os serviços saíram de 53,8% para 65,5% no mesmo período.

Na série nova, a variação também não foi significativa. Com efeito, a agricultura, que em 2005 detinha 12,5%, em 2010 fica em 11,3% desse valor adicionado bruto. No mesmo período, a indústria ganha 1,4 ponto percentual, saindo de 21,8% para 23,2%, enquanto os serviços quase não mudaram, saindo de 65,7% para 65,5% (IBGE, 2013).

Por outro lado, o cálculo da taxa de crescimento real por setor mostra que a atividade tem ditado a dinâmica recente. Nota-se que, seja no plano macro, seja no plano setorial, a economia da Amazônia cresceu mais do que a economia brasileira no período analisado (2002-2010). Enquanto a Região Norte cresce 5,5%, o Brasil fica com 3,9% ao ano – e setorialmente isso se repete. Mas o que chamou a atenção foi o vigor da taxa de crescimento do setor industrial (7,7%) e o pouco dinamismo da agricultura (2,7%). No Brasil, essas taxas foram de 1,1% e 4,4%, respectivamente. O que explica esse crescimento da indústria regional é a espetacular expansão da indústria extrativa, em 21,9%. Neste ramo, diga-se de passagem, liderado pelo Pará, encontram-se os grandes projetos, o que decorreu do *boom* das *commodities* traduzido na balança comercial da região.

Pelo que foi visto anteriormente, são poucas as atividades de peso que têm avançado nestes últimos anos, em termos de novos investimentos que se traduzam em aumento da capacidade produtiva. Isso se deve, em parte, ao cenário econômico pós-crise de 2008, que ao afetar o crescimento da economia mundial, repercute internamente na economia, principalmente em atividades que antes tinham o seu pilar de sustentação no crescimento da demanda externa. Assim, a crise americana, ao diminuir o ritmo de crescimento das demais economias, inclusive da China, forçou uma reorganização interna e uma mudança de estratégia que contemplasse esse novo cenário.

Neste sentido, o Estado brasileiro fez/faz um grande esforço, via Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), elegendo determinados setores e atividades para se contrapor a esse cenário recessivo que se alastra pelo mundo afora, com ênfase nos países europeus. A estratégia foi/é continuar priorizando o investimento público direto e de empresas estatais, e atrair o capital privado para os setores de exportação e de infraestrutura, aceno que só em parte foi correspondido pelo capital[12].

O PAC, lançado no último governo Lula, não passa de uma coleção de projetos focados principalmente na infraestrutura logística, energética, urbana e social, que estavam represados em função de demandas não atendidas pelo capital e nem pelo governo, desde o sepultamento do Estado Desenvolvimentista nos anos 1980, com o objetivo explícito de rebaixar os custos de implantação e, assim, criar condições para que essa área periférica do capital possa ser objeto de recepção de novos investimentos e, portanto, aumente a capacidade produtiva local e altere o perfil produtivo da economia, baseado em enclaves.

O governo da presidente Dilma também reforça setores competitivos associados ao uso intensivo de recursos naturais, como os de *commodities*, já que a indústria manufatureira se encontra em franco declínio. A aposta então é continuar

[12] Esta foi a estratégia que os governos Lula e Dilma vêm fazendo, por meio dos planos de governo. Os investimentos mais importantes estão no âmbito do PAC 1 (2007-2010) e do PAC 2 (2011-2014), nas obras da Copa do Mundo de Futebol (2014) e das Olimpíadas Rio 2016. O orçamento do PAC 1 foi de R$ 503,1 bilhões, sendo R$ 411,6 bilhões (82%) voltados para infraestrutura física, com destaque para os investimentos em energia elétrica (62,5%). Em segundo lugar ficaram os investimentos nas áreas social e urbana (35,5%), traduzidos em saneamento e habitação, e o restante (2%) em infraestrutura, incluindo rodovias, ferrovias, portos, hidrovias e aeroportos. O PAC 2, o principal pilar da campanha à reeleição da presidente Dilma Roussef, mantém a proposta anterior, isto é, priorizando os antigos eixos, alterando apenas o volume alocado. Dentre os eixos, a energia continuou com a maior participação (48,3%), seguida pelo programa Minha Casa, Minha Vida (29%) e por transportes (10%). Os eixos Cidade Melhor, Água e Luz para Todos e Comunidade Cidadã somaram R$110,7 bilhões (11,6%).

na exportação de *commodities* agrícolas e não agrícolas, conforme já vinha ocorrendo anteriormente com sucesso, comandada eficazmente pelo capital privado, nacional e internacional. É aqui que a Amazônia tem se inserido rapidamente e contribuído para melhorar as contas externas do país, apesar da pouca expressão (2%) de sua balança comercial. De um lado, com os minérios do Pará e do Amapá; de outro, com os complexos da agricultura de exportação (soja, dendê, eucalipto e carnes), todos amparados na manutenção da demanda chinesa e nos incentivos financeiros e fiscais ofertados pelo governo. Essas são, portanto, as vertentes atuais para onde se direcionam os montantes mais significativos de investimentos públicos e privados.

Os investimentos públicos diretos vêm sendo alocados em um conjunto de obras públicas relacionadas à infraestrutura, particularmente na área de energia elétrica (geração e transmissão), logística e construção de estradas. Indiretamente, o Estado também vem atuando via empresas estatais e sistema estatal de financiamento. Do lado da iniciativa privada, em termos gerais, os investimentos passam pela logística, implantação de indústrias e expansão da área de atuação nos diferentes complexos que operam na Amazônia. Por exemplo, algumas iniciativas já em andamento e outras anunciadas têm especificidades que mudam de atividade para atividade.

No complexo mineral, os investimentos vão nessa direção (guseiras, aciarias, cimento e calcário); no complexo celulose (plantio de floresta, fábricas), na logística (duplicação de ferrovias, construção e ampliação de complexos portuários), no complexo da soja (compra de terras, ampliação de áreas, indústrias de beneficiamento). Enquanto isso, no complexo do dendê (bicombustível), as ações acompanham as da soja (compra de terras, ampliação de áreas, indústrias de beneficiamento). As fontes de financiamentos são diversas, inclusive estatais (BNDES), mas também próprias, de bancos e fundos de investimentos. Vale, Petrobras, Suzano, Agropalma e Bung Cargill são algumas das grandes empresas presentes nesse cenário atual da Amazônia.

Grandes empresas e conflitos socioambientais

O avanço do capital, seja qual for a atividade ou a sua localização, gera desigualdade socioespacial e constitui um elemento de desapropriação e de (re)organização do território de atuação e no seu entorno. Por sua vez, o grau dessa diferenciação está associado à dimensão física desse capital, à característica do processo produtivo (se menos ou mais intensivo de mão de obra), ao tipo de mercado em que se insere e ao

grau de organização dessa sociedade. As experiências históricas em vários locais da Amazônia apontam nessa direção, pois, além de gerar falsas expectativas à economia local, poderiam servir de alerta para os novos megaprojetos em implantação pelo PAC 1, PAC 2 e pela iniciativa privada. Dezenas de municípios, grandes, médios e pequenos, em toda a Amazônia, confrontaram-se com essa situação ao longo das últimas três décadas, como, por exemplo, São Luís, Santa Inês, Açailândia, Imperatriz (Maranhão); Carajás, Marabá, Tucuruí, Paraupebas, Paragominas, Santarém, Curiópolis, Barcarena e Belém (Pará); Macapá e Jari (Amapá); Palmas (Tocantins); Manaus (Amazonas); Porto Velho (Rondônia); e Rio Branco (Acre). O denominador comum entre eles foi a presença de grandes investimentos estatais e privados, que supostamente ocasionariam efeitos multiplicadores nos municípios e nos seus respectivos entornos, sobretudo na geração e apropriação de renda e emprego pela economia local (MESQUITA, 2014; UNB, 2011).

Seguramente os grandes projetos de investimentos públicos e privados do porte de empreendimentos como os projetos Jari (AP/PA), Icomi (AP), Albrás (PA), Alumar (MA); Alcoa[13], em Juruti (PA); MRN[14], em Oriximiná (PA); Viema, em Açailândia (MA); Suzano, em Imperatriz (MA); exploração da mina da Vale em Carajás (PA) eclusas do Rio Tocantins (TO); complexo da Cargill, em Santarém (PA); e as hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau são (foram) os principais atores dessa ampliação do *déficit* de demandas coletivas – não atendidas e amplificadas – em função de estratégias equivocadas de desenvolvimento regional e, no entanto, pouco fizeram para minorar esse perfil.

As questões das demandas coletivas, isto é, aquelas voltadas ao atendimento de serviços básicos como educação, saúde, saneamento básico, energia elétrica –, embora sejam mais visíveis no âmbito urbano, são mais graves no âmbito rural. Mas isso é apenas um lado da questão, haja vista que outras relacionadas à geração de emprego e renda são construídas aleatoriamente, e se baseiam na atuação pontual e específica para o atendimento de determinada demanda que atinja um número insignificante de pessoas.

A maioria dos municípios brasileiros – e na Amazônia não é diferente – vive um quadro de penúria, já que a demanda por serviços públicos está sempre reprimida.

[13] Um grande projeto de exploração de bauxita da Alcoa, em funcionamento (2009), que ocasionou grandes impactos nas comunidades e no seu entorno.

[14] Exploração de bauxita pela Mineração Rio do Norte (MRN), no município de Oriximiná-PA, em 1979.

A chegada de projetos nos moldes descritos anteriormente potencializa essa situação, em função do movimento migratório que se estabelece no local, provocando, assim, um colapso da oferta existente (MESQUITA, 2013).

Em muitos municípios, só a expectativa da implantação de um investimento dessa monta é suficiente para (des)estruturar o mercado de trabalho, a terra e a estrutura produtiva local e, consequentemente, criar e/ou ampliar um quadro de demandas não só por serviços básicos, já carentes em função da demanda reprimida há décadas, como também por outros conjunturais, como a especulação imobiliária, aluguéis, desabastecimento de bens e serviços, que se traduzem em mais inflação e afetam a todos. Em praticamente todas essas cidades isso ocorreu em maior ou menor escala. Quanto menor a dimensão da economia, maiores os efeitos frente aos investimentos previstos e/ou realizados.

São Luís, com o projeto Alumar; e Marabá (PA), com os investimentos das guseiras e da mina de ferro, são exemplos de um passado recente na década de 1980, enquanto que as localidades do Pará, de Rondônia e do Amazonas onde se localizam as megahidroelétricas de Belo Monte, Jirau e Santo Antônio, retratam as consequências que um investimento dessa envergadura pode ocasionar em termos conjunturais e estruturais nesses municípios e no seu entorno. A mídia, pesquisas acadêmicas de universidades regionais e outros estudos relatam essas e outras correlações, mostrando, por exemplo, que há uma melhoria (às vezes passageira) no âmbito meramente econômico, visto pelo incremento do PIB ou da renda *per capita* em tais localidades, mas outros indicadores sociais e ambientais não seguem tendência parecida, sendo, às vezes, piores ou semelhantes a outros municípios fora da influência de tais projetos.

Por outro lado, dependendo do tipo de atividade e da escala em que esses projetos atuam, emergem outras questões (fora do âmbito urbano), como a ambiental, de tal forma que exigem compensações ambientais complexas, que nem sempre são cumpridas e/ou efetivadas. Exemplos clássicos desses problemas são as linhas de transmissão de energia que cruzam aldeias indígenas ou áreas de povos e comunidades tradicionais[15] e extrativistas em toda a Amazônia; as barragens/lagos das hidrelétricas, que solapam dezenas de milhares de

[15] O Decreto n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, em seu art. 3º, inciso I, assim definiu povos e comunidades tradicionais: I – Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

hectares e excluem milhares de pequenos produtores, pescadores e grupos indígenas, além de gasodutos, ferrovias e maciços florestais (florestas plantadas).

Essas obras são conduzidas por grandes empresas, públicas (Ferrovia Norte-Sul, Eletronorte e Petrobrás) e privadas (Vale, Suzano, Agropalma, Alcoa, Camargo Correia, EBX, Odebrecht), que passam como se fossem um *tsunami* sobre tudo e todos, importando-se apenas com os seus interesses. Dessa forma, só o enfrentamento e o embate político e/ou jurídico têm surtido efeito na defesa dos direitos seculares desses povos e comunidades tradicionais e de pequenos produtores de alimentos que estão na sua rota. Os conflitos contra as grandes empresas como a Suzano, Vale, Alumar, Alcoa e Eletronorte constituem uma luta muito desigual e permanente, haja vista a lógica capitalista que dirige esses empreendimentos e a lógica da população impactada. O produto disso é a (des)organização desse espaço de reprodução e a dispersão dos grupos sociais ali presentes.

O processo de desterritorialização, corriqueiro nesses locais, objetos de instalação de grandes projetos, assume diferentes feições, sendo a mais usada a retirada dos nativos do seu território original sob a forma de indenização, o seu remanejamento para áreas distantes e a proibição de acesso aos bens comuns, antes livres, para a reprodução desses grupos, como lagos, mangues, campos e florestas. No Maranhão e no Pará, essas táticas foram muito utilizadas. A Base Alcântara (em Alcântara), a Alumar e a Vale (em São Luís) fizeram isso com o apoio dos municípios e dos governos estaduais nos anos 1980. Outra face do processo é a "limpeza ou cercamento" de áreas decorrentes de grilagens e compra de grandes extensões de terras públicas e privadas, que expropriam os residentes históricos, sem direito a uma nova área para a sua reprodução.

Embora algumas empresas façam acordo (compensação ambiental ou assumam termo de conduta) com as comunidades expropriadas e com o Ministério Público, o prejuízo dessa atuação ilegítima tem sido um passivo ambiental impagável e não recuperável para toda a sociedade, haja vista que uma vez perdida a biodiversidade decorrente dos processos de intervenção desses empreendimentos, não há retorno. O desmatamento é apenas um lado dessa questão, e o mais explorado midiaticamente, mas a perda (e pirataria) da biodiversidade é seguramente mais importante. No entanto, sequer é objeto de uma política de estado que mude a rota atual de descompromisso com a natureza e com o país. Se a dimensão já atingida pelo desmatamento chama a atenção e clama por uma nova e eficaz política de combate, o mesmo poder-se-ia fazer com relação à biodiversidade, mas não se faz.

Segundo o Inpe (2013), nos últimos 15 anos (1995 a 2010) a taxa de crescimento do desmatamento na Amazônia foi negativa (-6,9%); a queda mais significativa foi registrada no Tocantins (-16%), seguido de Roraima (-13,9%), mas cresceu no Amapá (11,7%). Pará e Roraima respondem por 81,3% desse desmatamento. O acumulado entre 1995 e 2010 totaliza 16.412.200 hectares, ficando o Pará com 9.500.000 ha e Roraima com 3.800.000 ha. Conforme mostram os dados, apesar de todo o esforço e pressão interna e externa, em 2010 ainda se desmatou mais de meio milhão de hectares (54,1 mil km²), sendo mais da metade no Pará.

Inúmeras variáveis estão por trás dessa dinâmica, de ordem externa e interna, conjunturais e estruturais. Poderia ser feita uma longa lista, sem, no entanto, ficar ausentes a abertura e asfaltamento de estradas, a duplicação e construção de ferrovias e oleodutos, linhas de transmissão de energia, mineração formal e clandestina, extração de madeira, a agricultura temporária e permanente e, naturalmente, a pecuária extensiva (MESQUITA, 2009). Ademais, a ausência do Estado na ação política e no seu monitoramento também não pode ser esquecida.

Até o final do século passado, a pecuária extensiva foi inegavelmente a grande vilã desse processo, embora outras como a agricultura itinerante e a extração de madeira também tenham contribuído para agravar aquele quadro já caótico de então. Mais recentemente, os monocultivos de soja, eucalipto e dendê entram nessa farra, assim como a produção clandestina de carvão vegetal para as empresas de gusa dos polos de Açailândia e Marabá. Para se ter uma ideia, o Maranhão e o Pará se tornam, num curto período, os maiores produtores de ferro-gusa e carvão, usando matas nativas como fonte de matéria-prima (MESQUITA, 2012).

No início do século XXI, assiste-se a uma guinada na expansão de diversas *commodities*, como o ferro-gusa (carvão), a soja, o dendê, o eucalipto e a carne (pecuária). Antes (1990-2000), deu-se o *boom* do carvão, cuja oferta saltou de 76 mil para 479 mil toneladas, e depois estagnou. O salto da soja ocorreu entre 2000 e 2005, saindo de 73 mil para 514 mil hectares plantados, o que representa um crescimento de 14,9%. A lavoura temporária regional saltou de 3,5% para 26,8%. Os três estados que mais contribuíram para esse feito foram Pará (25,6%), Rondônia (22,7%) e Tocantins (16,6%).

A pastagem cresceu menos (3,5%), mas os três estados que mais contribuíram para esse feito foram Rondônia, Acre e Amazonas. Os avanços do eucalipto e do dendê também são importantes, embora ocupando área ainda pequena para a grandeza da Amazônia. Em alguns estados, como o Pará e o Amapá, a expansão dessas culturas nos últimos anos, por conta de programas lançados e financiados pelo BNDES e pelo Banco do Brasil, tem avançado rapidamente, inclusive sobre a agricultura familiar (MESQUITA; MESQUITA, 2013).

A estrutura fundiária no Maranhão e o uso da terra[16]

Na análise da estrutura fundiária maranhense, qualquer que seja o ângulo examinado ou o conceito utilizado – estabelecimento (IBGE) ou imóvel rural (INCRA)[17] –, constata-se que a mesma se caracteriza pela rigidez e pelo caráter concentrado.

Há formas distintas de se checar esse aspecto, cada uma apresentando vantagens e desvantagens, mas todas apontam para uma estrutura de acesso e uso da terra extremamente desigual e antidemocrática. Os percentuais por estrato de área, as médias aritméticas e o índice de Gini[18] são as medidas estatísticas mais conhecidas e utilizadas para esse fim. No caso do Índice de Gini, a amplitude de variação vai de (zero a um). Quanto mais ele se aproxima de um, mais concentrada seria a desigualdade dessa aferição. No Maranhão, conforme a Figura 2, nos últimos cinquenta anos esse índice sempre esteve muito elevado, acima de 0,90, mas houve um recuo pouco significativo entre 1950 (0,93) e início da década de 1970 (0,926). Essa tendência declinante prossegue até 1995. Mesmo assim continuou alta, com 0,901 (PORRO, 2004). Quer dizer, se em nível macro, em meio século a situação da

16 Tópico baseado no item 6.11 da tese de doutorado de Mesquita (2006).

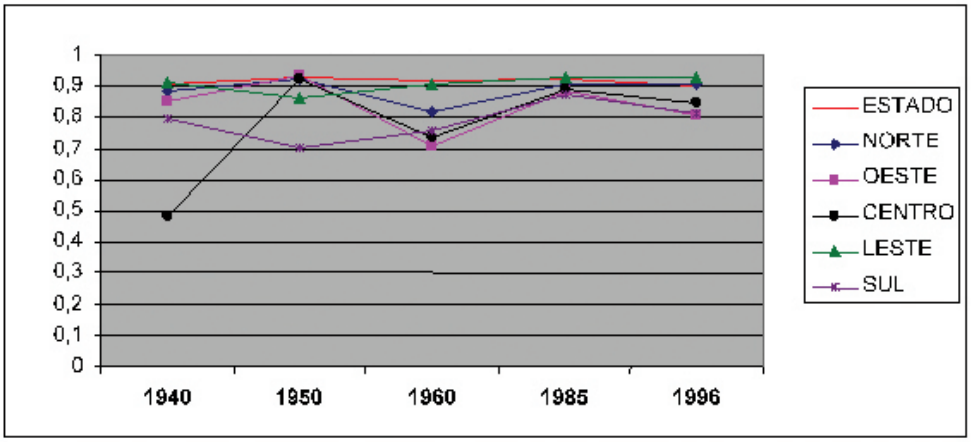
17 Cada uma dessas categorias tem suas vantagens e desvantagens no estudo da estrutura agrária, conforme já exposto anteriormente neste texto.

18 Graficamente, o "Índice de Gini" corresponde à proporção da área total entre uma linha diagonal que indica condições de distribuição igualitária e a curva de Lorenz (SHRYOCK; SIEGEL, 1971). O índice de Gini (IG) é calculado através da fórmula: IGA = (Xi Yi+1) - (Xi+1 Yi), onde "Xi" representa a percentagem cumulativa dos valores computados para uma variável A, "Yi" a percentagem cumulativa do número de casos considerados para essa variável, e "i" o respectivo intervalo entre as classes. Os índices de Gini para concentração da posse da terra foram calculados para os anos 1960, 1985 e 1995, com base em todas as classes de tamanho de estabelecimentos apresentadas pelo IBGE (PORRO, 2004, p. 29-30).

concentração da terra no Maranhão foi pouco alterada no sentido de democratizar o acesso à terra, no plano das meso e microrregiões o desenho não é diferente, pois em algumas a concentração foi intensificada.

Na Figura 2 percebe-se que houve alteração positiva na concentração fundiária em todas as mesorregiões, em particular na Oeste (25%) e no Centro (21%), principalmente no período de 1960 a 1985, época que marca o auge do crescimento da pecuária na área focalizada.

Figura 2 - Evolução do índice de Gini nas mesorregiões e no estado do Maranhão (1940- 1996)



Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 1940; 1950; 1960; 1985 1996).

Com exceção de uma microrregião (Litoral Ocidental), todas as demais (20) tiveram mudanças ascendentes significativas na concentração da terra entre 1960 e 1985, tendo um grande destaque para as do Pindaré (99,7%), Presidente Dutra (95%) e do Médio Mearim (47%). Porém, depois de 1985, conforme atestam os dados (Figura 2), houve uma queda em praticamente todas as mesorregiões (PORRO, 2004).

Quanto às microrregiões[19] e municípios, a situação na segunda etapa (1985 a 2000) é de certa desconcentração frente às décadas anteriores. Assim, ainda de acordo com Porro (2004):

> *O índice de concentração fundiária decresce em 81 dos 132 municípios existentes em 1985, assim como em 13 das 21 Microrregiões e em quatro das cinco Mesorregiões do Estado [...]. A Figura ilustra que esta tendência predomina no Sul, Centro e Oeste do Estado, enquanto a Mesorregião Leste é a única a apresentar uma pequena tendência de concentração fundiária no período* (PORRO, 2004, p. 32).

A estrutura fundiária também pode ser avaliada por estrato de área e média aritmética. Uma análise dos dados estratificados por grupo de área ou de lavoura é menos genérica do que o Índice de Gini, pois permite vincular o "tamanho dos estabelecimentos com outras variáveis diferenciadas, como emprego da força de trabalho e/ou superfície das lavouras" (SZMRECSANYI, 1990, p. 86).

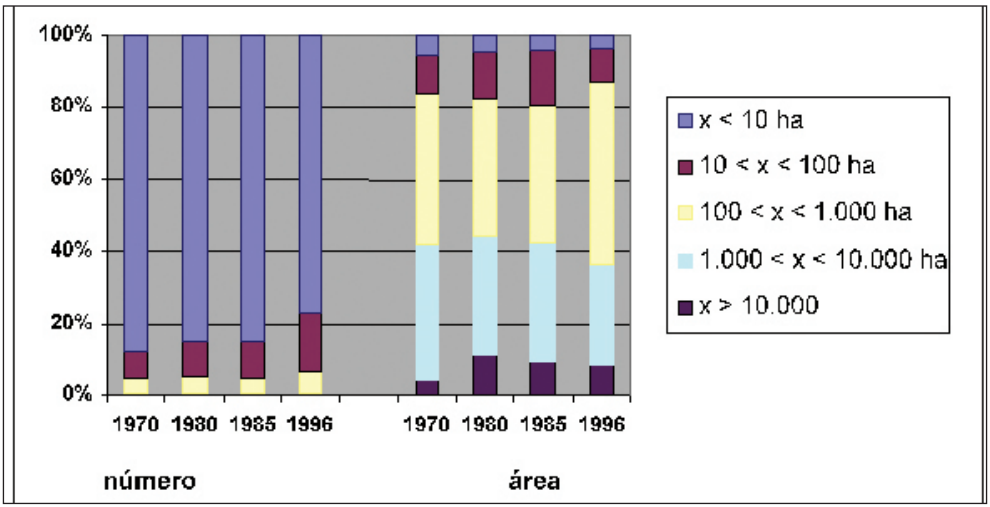
Para os objetivos pretendidos, uma segmentação por tamanho de estabelecimento (pequeno, médio e grande) se faz oportuna, já que permite acompanhar a evolução de cada um. Dessa forma, serão considerados pequenos os de área menor ou igual a 10 ha; os médios, entre 10 ha < x < 1.000 ha; e os grandes, acima de 1.000 ha.

De modo geral, levando-se em conta as duas etapas que se consideram nesta análise, o quadro é o seguinte: no estado do Maranhão, os minifúndios (menos de 10 ha) são muito numerosos, mas insignificantes em área apropriada. Eles caíram, em termos de quantidade, três pontos percentuais entre 1970 e 1985 (de 85,4% para 84%) e continuaram caindo até 1995 (73%). Em termos de área, a queda ainda foi maior: detinham aproximadamente 5,6% em 1970; chegaram a 4,5% em 1985; e a apenas 3,1% em 1995.

Nos outros extremos, têm-se os latifúndios (acima de 1.000 ha), que não têm expressão numérica, no entanto, no quesito área apropriada saltam de 42% em 1970 para 44% em 1980, mas depois decrescem para 36% em 1995. Quer dizer, teria ocorrido um movimento de queda em ambos os estratos, que teria sido apropriado pelos médios estabelecimentos (Figura 3).

[19] Um detalhamento do Índice de Gini pode ser visto em Porro (2004).

Figura 3 - Distribuição do número e área dos estabelecimentos, segundo o tamanho (1970-1996)

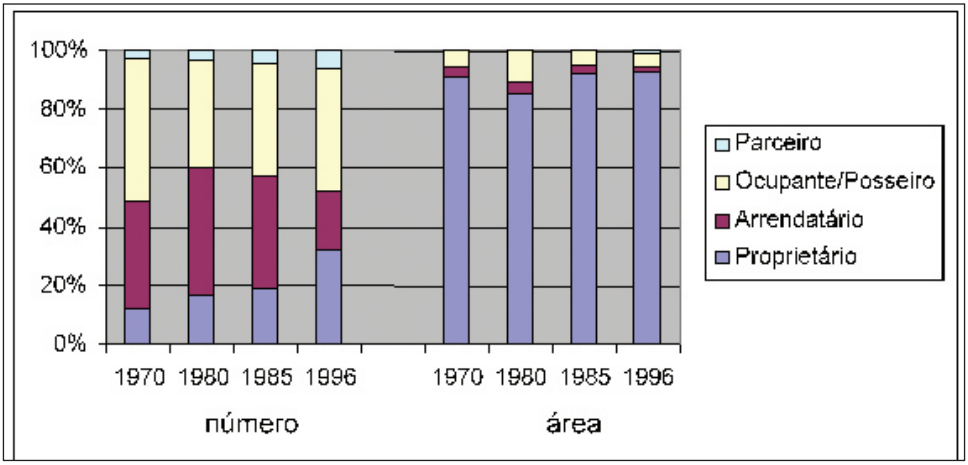


Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 1970-1996).

Por fim, levando-se em conta outro indicador (proprietário e não proprietário), o índice de concentração e centralização da terra toma outro rumo, e reforça a dicotomia minifúndio e latifúndio. Por exemplo, de acordo com a Figura 4, os pequenos produtores sem-terra (parceiros/ocupantes/arrendatários) perdem espaço sob todos os aspectos (número e área) e sua média diminui, saindo de 1,8 ha em 1970 para 1,4 ha em 1995. O latifúndio aumenta em 14% (de 2377 ha para 2716 ha em 1995). Os médios estabelecimentos, mesmo dobrando a participação (quantidade e área), têm a sua área média diminuída, caindo de 132 ha para 95 ha[20].

[20] Para 1995, a área média para o estado é de 34 hectares, a do proprietário é mais de três vezes essa (100 ha), enquanto a dos ocupantes é de apenas 4 hectares. Em média, cada proprietário possui uma área 25 vezes maior que a do posseiro, que, como se sabe, junto com os arrendatários, constitui ainda a espinha dorsal da agricultura maranhense em termos de produção e ocupação de mão de obra (IBGE, 1996).

Figura 4 - Distribuição do número e área dos estabelecimentos, segundo a condição do produtor no estado do Maranhão (1970-1996)



Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 1970-1996).

Segundo Mesquita (2011, p. 90), tanto em período pretérito quanto no presente a questão fundiária maranhense nunca foi resolvida, e sempre foi postergada: "a distribuição e o acesso à terra ao longo dos últimos 50 anos não se alteraram significativamente a favor dos excluídos; ela se caracterizando rigidez". O uso da terra no Maranhão, caracterizado pela ociosidade e inadequação do seu uso produtivo, reflete a política agrária vigente no período, e a ação de outras políticas setoriais (de desenvolvimento regional) voltadas para áreas periféricas não contempladas pela política de modernização agrícola do período da ditadura militar, em que o estado teve papel relevante até os anos 1980, e depois passou a responsabilidade para o mercado.

Assim, é possível observar dois períodos: a) *inicial* (1970-1985), marcado pelo desenvolvimento do setor agropecuário, com incentivos de crédito rural e fiscal, dados pelo Estado; b) *posterior* (1985-2000), com ação estatal de coordenação e mais voltada aos interesses do mercado e desmonte da máquina pública vinculada ao setor agrícola (MESQUITA, 2011).

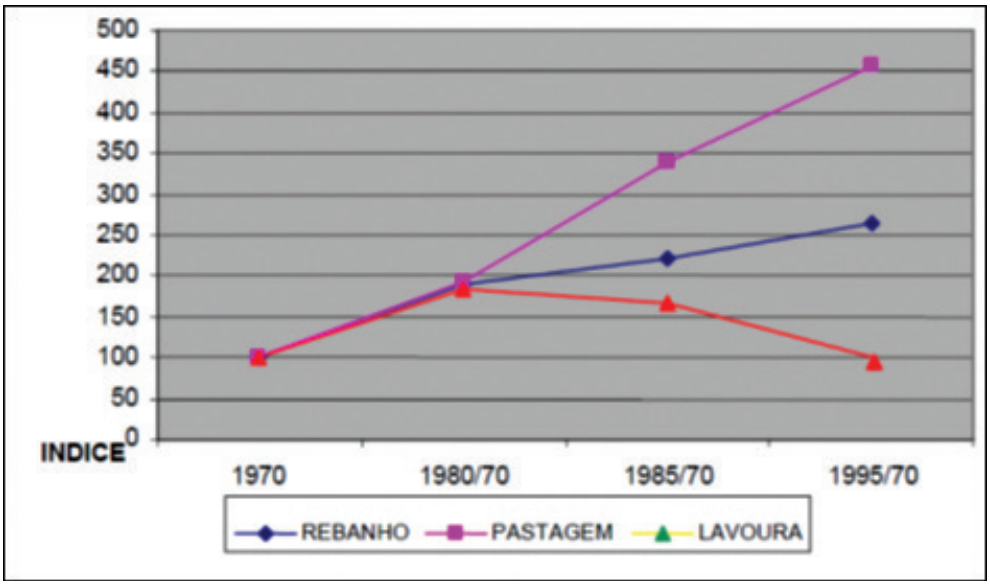
No Maranhão, até o final da década de 1970 e início dos anos 1980, a dinâmica do setor agrícola centralizava-se nas atividades do cultivo do arroz e extração do babaçu. Paralelamente ao ocaso da lavoura temporária e do extrativismo do babaçu,

há uma ascensão vertiginosa da pecuária empresarial, incentivada pela Sudene e Sudam. Nos anos 1990, o crescimento espetacular é da soja, e secundariamente do eucalipto, ou seja, a dinâmica setorial passa a ser do agronegócio (MESQUITA, 2006).

Percebe-se que até o *boom* das *commoties* agrícolas no final dos anos 1990, a dinâmica agrícola era dada pelo mercado interno e a política governamental assumia papel relevante. Posteriormente, o mercado externo e as empresas multinacionais impõem essa dinâmica, embora os fundos públicos e benefícios fiscais para exportação continuem tendo papel importante. Enquanto as culturas – arroz, feijão e mandioca – para o mercado interno crescem, quanto crescem, em termos quantiativos, a soja cresce em termos geográficos. No início dos anos 1990, a soja não tinha representatividade na lavoura temporária. Hoje, porém, cerca de quase um terço da área está ocupada com soja, enquanto que a participação dos produtos da cesta básica é estável ou declinante, dependendo da microrregião analisada.

É ilustrativo o estudo de Mesquita (2006), que apresenta dados referentes à pecuária (rebanho e pastagem plantada) e lavoura temporária num período de 25 anos – entre 1970 e 1995 (Figura 5).

Figura 5 - Evolução (índice) do rebanho, pastagem e lavoura no Maranhão (1970-1995)



Fonte: IBGE.

Até 1980, a pecuária e a lavoura temporária (arroz) apresentavam crescimento semelhante, e posteriormente entraram em declínio. Observe que em 25 anos o índice é negativo (98), enquanto a pastagem plantada, indicador do capital no campo, alcança 458.

De forma simplificada, o panorama dessa dinâmica pode ser assim resumido (comparativamente) em termos do índice de variação[21]: na primeira fase (1970-1985), a pecuária, vista por seus dois parâmetros – área de pastagem (439) e rebanho (220) – obteve expansão excepcional, maior que o dobro; o índice da lavoura temporária ficou em 167. Em taxas anualizadas, isso corresponde, respectivamente, a 10,4%, 5,4% e 3,5% ao ano. Na segunda fase (1985-1995), a lavoura estagna-se, assim como o pasto artificial, que estaciona em 4%. Porém, o rebanho ainda cresce 20% (1,8% a.a.). No horizonte de 25 anos (1970-1995), tem-se o incremento de pastagens (458) e, portanto, a sua área chega a quase duas vezes em relação à evolução do rebanho (265), e quase cinco vezes em relação à área de lavoura (102), em igual período.

Considerando os dois principais produtos da lavoura maranhense, arroz e mandioca, em igual período (1970/1985), nota-se um crescimento de suas áreas, de 1,82% e 1,3% a.a., respectivamente, bem abaixo da média da lavoura em geral. Na etapa posterior, os dois produtos seguem essa tendência declinante. Há, portanto, uma clara convergência de queda nos anos 1980, cuja razão já foi analisada anteriormente neste texto.

Para efeito de análise mais detalhada do impacto da pecuária sobre a lavoura temporária, primeiramente serão verificadas as mesorregiões e, em seguida, as microrregiões priorizadas com a abertura de pastagens; posteriormente serão analisadas as relativas à expansão do rebanho. Porém, a ideia é a mesma, ou seja, verificar se o movimento da pecuária coincide ou não com o da lavoura de alimentos, nas diferentes etapas de expansão ou de retração[22].

A dinâmica das pastagens, vista pelo lado das mesorregiões, no período de 1970-1985, tem como destaques: as mesorregiões do oeste (11,95% a.a.) e do norte (11,20% a.a.), cuja taxa de expansão é superior a do estado (10,40% a.a.). Para a etapa seguinte (1985/1995), o sul (3,1% a.a.) e o leste (2,5% a.a.) superam em muito a taxa do estado (0,4% a.a.), enquanto o norte retroage, com taxa negativa (-4,5% a.a.).

---

21 O índice de variação foi calculado tomando por base na 1ª fase o ano 1970 (=100); na 2ª, o ano de 1985 (=100) e em 25 anos o ano 1970 (=100).

22 Conforme apresentado no item anterior, relativo à concentração fundiária, serão considerados dois períodos distintos para análise – um que começa em 1970 e segue até 1985, e outro que cobre o intervalo de 1985-1996.

Quanto ao rebanho (em igual período), destaca-se o oeste (12,40% a.a.), depois o centro (6,1% a.a.). Nos momentos seguintes, continuam o oeste (3,5% a.a.) e o sul (2,9% a.a.), enquanto o norte acompanha a tendência das pastagens, que encolhe na evolução do rebanho (– 2,5% a.a.). Sintetizando, haveria, assim, um forte movimento da pecuária para oeste, norte e centro, isso até meados da década de 1980. A partir desse período ela segue para o sul, leste e oeste com taxa mais modesta, mas encolhe no norte [23].

No que se refere ao desempenho da lavoura temporária, nesse mesmo período e nas mesmas regiões geográficas, constata-se o seguinte: na primeira etapa (1970/1985), percebe-se que esta avança consideravelmente no sul e no oeste, pois cresce 9,5% e 5,25% a.a., respectivamente, bem acima da média do estado (3,5%). Porém, entre 1985 e 1995, em quase todas as mesorregiões o declínio da lavoura é significativo (norte, leste, oeste e centro); a exceção é o sul, onde fica estagnada (0,2%). Nessa segunda etapa, a lavoura encolhe. Nota-se, portanto, que entre 1970 e 1985, lavoura e pecuária se expandem sem problemas, com taxas diferenciadas, sendo a região oeste comum às duas. No período seguinte, o declínio da pecuária no norte (4,5% a.a.) é acompanhado pelo da lavoura (-6% a.a.), no entanto, nas demais mesorregiões a pecuária continua a crescer modestamente.

A princípio, portanto, os dados coletados no Censo (IBGE, 1995), em particular até 1985, não permitem apontar que a pecuária tenha se constituído em um entrave ao crescimento da agricultura (5,25%), pois cresce tanto no berço recente da pecuarização (oeste) quanto toma a direção do sul (9,5%), onde detém taxa semelhante à expansão das pastagens (10,2%), ou seja, estão perfeitamente articuladas. E, no caso do arroz, principal produto da lavoura temporária? Esse movimento se diferencia um pouco, mas, enquanto tendência, percebe-se que a atividade declina na segunda etapa, e mostra um movimento de desconcentração e descentralização da oferta. Da mesma forma, nota-se que a terra no Maranhão, ao longo deste período, sempre esteve direcionada à pecuária extensiva (pastagem) e, mais recentemente, às culturas do agronegócio, ambas com apoio e subsídio de políticas governamentais, mas todas com caráter extrativo (enclaves), geradoras

[23] No horizonte de 25 anos (1970/1995), o crescimento das pastagens foi superior ao do rebanho, respectivamente 6,3% e 4,0% a. a. sendo o sul (584) e o oeste (816), respectivamente, os maiores destaques quanto ao plantio de capim e expansão do rebanho.

de poucos empregos e baixo nível de agregação de valor. Embora representem um número pequeno de estabelecimentos, são significativas em termos de áreas apropriadas, o que explica o alto índice de Gini e a péssima distribuição fundiária dominante no estado do Maranhão.

Em 1990, o arroz se concentrava nas microrregiões de Pindaré, Alto Mearim e Grajaú, com 26% da produção; e com 19% nos municípios de Santa Luzia, Barra do Corda, Imperatriz, Graça Aranha e Codó. A produção da mandioca (40%) na mesorregião norte, nos municípios de Cururupu, Santa Luzia do Paruá, Grajaú e Turiaçu. As modalidades da agricultura maranhense seguiram a tendência de modernização da estrutura produtiva (permanências, transformações, especificidades) e a característica de cada uma dessas agriculturas: a agricultura tradicional (não capitalista), também classificada como itinerante, atrasada, de subsistência ou agricultura familiar, conduzida por produtor não capitalista, direcionada à produção de alimentos; e a agricultura comercial, patronal, empresarial, moderna (capitalista), sob a forma de monocultura, especializada ou mecanizada, voltada para mercados específicos.

A agricultura familiar assentava-se nos minifúndios (estabelecimentos com área inferior a cinco hectares), por posseiros, arrendatários e pequenos proprietários demandantes de políticas públicas. Por outro lado, a agricultura capitalista (agronegócio) organizava-se em termos de monoculturas de matérias-primas industriais: cana-de-açúcar, algodão, eucalipto e soja (MESQUITA, 2011).

A comparação entre o território da produção e o nível de concentração da agricultura familiar e do agronegócio no Maranhão, em 1990 e 2005, pode ser visualizada na Tabela 10.

Como observado anteriormente, a histórica estrutura do poder político maranhense não se alterou durante a década de 1990, marcada pelas políticas neoliberais – nacionais e internacionais. Ao contrário, a política econômica regional associou-se às medidas políticas de abertura de mercados, via privatização de amplos setores produtivos por grandes empresas multinacionais. Consequentemente, ao final da década já se observava um significativo crescimento do monopólio de mercados, confirmados pela clara centralização produtiva em áreas mais restritas.

Tabela 10 - Território da produção e nível de concentração da agricultura familiar e do agronegócio no Maranhão (1990 e 2005)

TERRITÓRIO DA PRODUÇÃO						
Produtos	1990			2005		
	Mesorregião	Microrregião	Município	Mesorregião	Microrregião	Município
Arroz	Centro Maranhense	Pindaré	Santa Luzia	Oeste Maranhense	Pindaré	Santa Luzia
		Alto Mearim	Barra do Corda		Alto Mearim	Buriticupu
		Grajaú	Imperatriz		Grajaú	Grajaú
			Graça Aranha			Balsas
			Codó			Codó
Mandioca	Norte Maranhense	Baixada Maranhese	Cururupu	Norte Maranhense	Pindaré	Alto Alegre do Pindaré
		Pindaré	Santa Luzia		Baixada Maranhense	Chapadinha
			Santa Luzia do Paruá			Bom Jardim
			Grajaú			Pinheiro
			Tutóia			Codó
Soja	Sul Maranhense	Gerais de Balsas	Balsas	Sul Maranhense	Gerais de Balsas	Balsas
		Chapadas das Mangabeiras	Tasso Fragoso		Chapadas das Mangabeiras	Tasso Fragoso
			Riachão			Sambaiba
			Sambaiba			São Raimundo das Mangabeiras
			São Raimundo das Mangabeiras			Riachão
Cana-de-açúcar	Leste Maranhense	Coelho Neto	Coelho Neto	Sul Maranhense	Chapadas das Mangabeiras	São Raimundo das Mangabeiras
		Alto Mearim	Tuntum		Porto Franco	Campestre do Maranhão/
		Grajaú	Aldeias Altas			Coelho Neto
			Porto Franco			Ribamar Fiquene
			Caxias			Porto Franco
Pecuária	Oeste Maranhense	Pindaré	Açailândia	Oeste Maranhense	Imperatriz	Açailândia
		Imperatriz	Santa Luzia		Pindaré	Amarante do Maranhão

TERRITÓRIO DA PRODUÇÃO						
Pecuária	Oeste Maranhense	Pindaré	Açailândia	Oeste Maranhense	Imperatriz	Açailândia
		Imperatriz	Santa Luzia		Pindaré	Amarante do Maranhão
			Imperatriz			Santa Luzia
			Bacabal			Bom Jardim
			Riachão			Itinga do Maranhão
Carvão	Leste Maranhense	Imperatriz	Açailândia	Oeste Maranhense	Pindaré	Bom Jardim
		Médio Mearim	Codó		Alto Mearim	Barra do Corda
			Santa Quitéria do Maranhão		Grajaú	Grajaú
			Chapadinha			Centro Novo do Maranhão
			Bacabal			Tuntum

Nível de concentração no território da produção						
Produtos	1990			2005		
	Mesorregião	Microrregião	Município	Mesorregião	Microrregião	Município
	Agricultura familiar					
Arroz	25,78%	26,06%	19,04%	29,66%	31,38%	11,22%
Mandioca	39,82%	25,53%	19,30%	38,02%	34,10%	15,03%
	Agronegócio					
Soja	100%	99,14%	88,21%	94,30%	91,51%	73,96%
Cana-de-açúcar	64,63%	63,94%	73,46%	71,32%	71,28%	84,95%
Pecuária	32,28%	29,41%	20,81%	46,48%	43,47%	15,57%
carvão	34,23%	34,78%	31,91%	49,48%	51,80%	41,83%

Fonte: IBGE.

Observa-se que, com a superação do modelo intervencionista do crédito subsidiado pelo estado, a partir da década de 1990, a dinâmica econômica direcionou-se para a soja, pecuária empresarial, eucalipto e carvão. Esse processo se desenvolveu paralelamente à dinâmica de ocupação/privatização, centrada na mesorregião oeste e nas microrregiões do Pindaré, Imperatriz e Alto Mearim/

Grajaú, destacando-se os municípios de Açailândia, Amarante, Santa Luzia, Bom Jardim e Itatinga (MESQUITA, 2011, p. 75, 86).

No setor do agronegócio (soja e cana), a concentração foi de 100% da soja no sul, e 65% da produção de cana no leste. A mesorregião oeste detinha um terço da produção pecuária, com 30% do rebanho nas microrregiões de Pindaré e Imperatriz, observando-se que os municípios de Açailândia, Santa Luzia, Imperatriz Bacabal e Riachão respondiam por 20% do rebanho do estado, em 1990. O carvão vegetal ocupava o leste (35%), nas microrregiões de Imperatriz e Médio Mearim, acrescentando-se que, junto com Açailândia, Codó, Santa Quitéria, Chapadinha e Bacabal produziam 32% da oferta total.

Após duas décadas (2006) houve concentração da produção da mandioca na mesorregião norte; o oeste superou o centro na produção de arroz – substituído pela pecuária e plantação de eucalipto. Após a década de 1990, apenas dois municípios mantiveram-se como produtores de arroz: Codó e Santa Luzia.

O agronegócio moderno (soja) permanece no sul (91%); a cana migrou do leste para o sul; e o carvão mudou do leste para o oeste (50%). A pecuária mantém-se hegemônica no oeste, onde a dinâmica agrícola (setor primário), em geral centraliza-se em sete microrregiões: Baixada Maranhense, Porto Franco, Gerais de Balsas, Alto Mearim, Chapada das Mangabeiras, Pindaré e Imperatriz (MESQUITA, 2011, p. 87-88).

Conclui-se que a chamada modernização agrícola do Maranhão centralizou atividades e privilegiou poucos produtores, em detrimento da agricultura familiar e do extrativismo, de forma "residual, seletiva e pontual". Essa centralização da dinâmica econômica voltada à produção primária "significa que o crescimento da atividade e, portanto, a expansão da produção e das exportações não dependem do mercado interno de grãos, mas da demanda externa por *commodities*".

Assim, se atualmente "a *commodity* está intimamente integrada ao mercado internacional, crises como a de 2007/2008 tendem a afetar o setor, para o bem e para o mal" (MESQUITA, 2011, p. 68-69, 99).

ECONOMIA REGIONAL CONTEMPORÂNEA: IMPACTOS SOCIAIS E AMBIENTAIS NO MARANHÃO (1990-2010)

Definição da atual política econômica regional

A implantação da política econômica de abertura dos mercados nacionais no Brasil a partir da década de 1990, não apresentou qualquer contradição entre os interesses do capital industrial, agrário ou financeiro. Ao contrário, tratava-se mais da necessidade de abertura de novos ou dos velhos mercados, idealizada e implementada pelos programas de governo federal, estaduais ou locais.

A chamada reforma do Estado, promovida pelo Plano Diretor da Reforma do Estado (BRASIL, 1995) não alterou o padrão de acumulação capitalista, mas promoveu os ajustes institucionais necessários para essa nova fase de liberação econômica, que oferecia projetos de desenvolvimento econômico via desnacionalização, desestatização e privatização de setores lucrativos, conhecida como processo de "reestruturação produtiva neoliberal".

Após o auge das privatizações brasileiras, em 1998, a estagnação econômica e a crise cambial (1999), associadas aos efeitos dos sucessivos golpes especulativos no Sudeste da Ásia (desde 1997), indicaram o primeiro colapso mundial da fase neoliberal da economia capitalista. Contudo, organismos financeiros internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BIRD) apresentaram seus relatórios de 1999 atribuindo o esgotamento do "consenso liberal" à excessiva centralização do capital financeiro. Tratava-se, então, de redefinir o projeto de desenvolvimento econômico.

A redefinição das regras financeiras integrava o "novo pacto mundial" ou Projeto do Milênio (ONU, 2000), introduzindo o conceito de desenvolvimento sustentável: "o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades" (Relatório Brundtland: Nosso Futuro Comum, 1987). Tratava-se de uma nova fase de abertura econômica com "responsabilidade social", conhecida como reformas neoliberais de "segunda geração".

Contribuindo para a expansão dos negócios da segunda geração a partir de 2003, o governo de Luiz Inácio da Silva incorporou os objetivos das metas ao seu programa de Desenvolvimento Sustentável. O estudo *Mudança do Clima*, realizado pelo Núcleo

de Assuntos Estratégicos (NAE, 2005), "identificou o potencial de enquadramento no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo de um conjunto de projetos em energia, resíduos sólidos, agronegócios e florestas" e apresentou a proposta de Oportunidades de Negócios em Segmentos Produtivos Nacionais – sempre considerando o "enorme potencial de negócios que poderá se materializar em diversos segmentos produtivos nacionais".

Certamente, as orientações capitalistas internacionais não se estabeleceram de forma estática, pela imposição direta do mundial sobre o local, mas pela dinâmica interação entre os interesses econômicos internacionais e as decisões políticas nacionais, sem contrariar interesses das oligarquias locais – que jamais deixaram de aproveitar as "oportunidades de negócios em segmentos produtivos nacionais", geralmente financiadas por vultuosos recursos estatais.

A atual política econômica regional: dinâmica socioeconômica e demográfica

No Maranhão, as atividades econômicas tradicionais ligadas à indústria têxtil e ao extrativismo vegetal, principalmente para a produção de óleo de babaçu, definiram historicamente o processo de ocupação do território. A gradual diversificação da base produtiva a partir da década de 1980 alterou o processo de ocupação do território maranhense, principalmente pela implantação de grandes empresas do setor de mineração:

> *Na década de 1980, o Estado passa de uma economia produtora de bens de consumo (têxtil e alimentos, entre outros) para produtora e exportadora de commodities e bens intermediários. Este processo impactou a economia, mas não gerou os efeitos de irradiação que se esperava, isto é, o adensamento das cadeias produtivas. Os projetos Carajás e Alumar abriram um novo ciclo na economia, mas com pouco efeito multiplicador e limitada agregação de valor, desafios que se colocam até hoje ao desenvolvimento futuro do Estado* (FIEMA, 2009).

Durante os governos militares, a recolonização das terras tornou-se política oficial. Durante o governo Médici (1968-1973), o Plano de Integração Nacional (PIN) tinha o objetivo de empurrar as fronteiras econômicas até as margens do rio Amazonas e orientar o fluxo migratório em direção a esta nova fronteira. No governo Geisel

(1974-1978), prevaleceu a colonização privada, responsável por vários programas: Polos Agropastoris e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), todos com seus sistema de incentivos aos grandes projetos. Na década de 1980 foram criados os grandes projetos que interligavam as regiões, como a Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT) sobre o rio Tocantins; a Mineração Rio do Norte (MRN), de exploração de bauxita metalúrgica; a Albrás e Alunorte, de produção de alumínio e alumina, no Pará; e o Projeto de Ferro Carajás (PFC), no sudeste do Pará, com ramificações em toda a região.

Os resultados da ocupação territorial promovida pela implantação das empresas mineradoras e hidrelétricas refletem-se na evolução da população das regiões Norte e Nordeste, observada na Tabela 11.

Tabela 11 - População das Unidades da Federação das regiões Norte e Nordeste, segundo Censos Demográficos (1960-1991)

Região	Unidades da Federação	1960[2]	1970[2]	1980[2]	1991[3]
N	**Região Norte**	**2.930.005**	**4.188.313**	**6.767.249**	**10.257.266**
NE	**Região Nordeste**	**22.428.873**	**28.675.110**	**35.419.156**	**42.470.225**

Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 1872, 1890, 1900, 1920, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980,1991, 2000, 2010). (1) População presente. (2) População recenseada. (3) População residente.

Verifica-se que os programas de implantação dos grandes projetos rodoviários e mineradores (1960-1990) alteraram não apenas a ocupação do território em que foram instalados, mas de toda a região Norte-Nordeste do país.

Do mesmo modo, a recente adoção da política econômica de abertura de mercados a partir da década de 1990, apenas estimulou a implantação de grandes projetos econômicos e suas consequências sociais, como a constante migração de trabalhadores entre as regiões ou o êxodo rural. Em *A evolução recente da economia maranhense e suas repercussões para a agricultura familiar*, Marcelo Carneiro (2009) avalia a significativa redução do número de trabalhadores no meio agrário, de 1.331.864 pessoas em 1995-1996, para 994.144 pessoas em 2006.

Grandes Projetos de Investimento: aspectos sociais, econômicos e ambientais

Ao se observar a dinâmica socioeconômica e demográfica do Maranhão é possível perceber que apesar do recente estímulo à abertura de mercados nos setores produtivos nacionais, a maior reconfiguração territorial e econômica do estado do Maranhão permanece atrelada ao campo minero-exportador, do qual derivam atividades complementares, especialmente nos setores de energia e transporte.

Esse processo iniciou-se a partir da descoberta das jazidas de minério de ferro[24], na Serra de Carajás, no Pará, pela Companhia Meridional de Mineração, subsidiária da United States Steel Corporation, em 1967. A estruturação do Programa Grande Carajás (1980) ocorreu durante a presidência de Eliezer Batista na Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) – privatizada em 1997 pelas políticas neoliberais dos governos de Fernando Henrique Cardoso. No início do projeto, na década de 1980, o ferro era o terceiro produto de exportação do Brasil, o que estimulou a construção da Estrada de Ferro Carajás no sudeste do Pará, no município de Parauapebas, com 900 km através da floresta amazônica. O Projeto Ferro Carajás abrange as áreas do sudeste do Pará, oeste do Maranhão e norte de Tocantins, em uma região cortada pelos rios Tocantins, Araguaia e Xingu.

A Amazônia Mineração (AMZA), criada em 1970, instalou-se em São Luís em 1974, como subsidiária da Companhia Vale do Rio Doce para a construção do complexo ferroviário, e iniciou a desapropriação de parte da área de Itaqui Bacanga. Pela ferrovia, o minério de ferro extraído da mina da Serra de Carajás era transportado até o Maranhão, transformado em lingotes de ferro exportados pelo porto de Itaqui.

O Estado assumiu a infraestrutura de transportes e aproveitamento das bacias hidrográficas para o projeto, além da instalação ou ampliação do sistema portuário e a construção do corredor de exportação de Carajás.

> *Apenas para a implantação do Projeto de Ferro Carajás (considerado o pilar do Programa Grande Carajás), ou seja, a construção da moderna estrutura ferroviária e porto, a previsão foi da ordem de US$ 1,500 milhões a serem negociados com o Banco Mundial, Comunidade Econômica Européia, Japão e Alemanha Ocidental. Ao Estado brasileiro coube, inclusive, o ônus de assumir todos os riscos de financiamentos junto às fontes financiadoras* (BARBOSA, 2006: 93).

[24] Encontrados 18 bilhões de toneladas de minério de ferro, 1 bilhão de toneladas de minério de cobre, 6 milhões de toneladas de manganês, 4,5 milhões de níquel, 37 mil toneladas de estanho, 400 mil toneladas de cobre e 4,7 bilhões de toneladas de bauxita.

Atrelados ao Programa Grande Carajás, para exploração do potencial energético concentrado na Região Norte do Brasil, desenvolveram-se os grandes projetos complementares, como a usina hidrelétrica de Tucuruí, a Mineração Rio do Norte, a produção de alumínio (Albrás) e de alumina (Alunorte) no município de Bacarena.

O Consórcio Alumínio do Maranhão (ALUMAR)

Para atender a demanda dos projetos de extração mineral do Projeto de Ferro de Carajás e do Distrito Industrial de Alumínio de Barcarena, foi construída a Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT) no rio Tocantins, no Pará. O potencial em bauxita das minas do rio Trombetas e a energia produzida em Tucuruí constiuíram as duas bases fundamentais para viabilizar o investimento do complexo ALCOA S.A/ Billiton Metais (Aluminum Company of America), uma das três maiores empresas de alumínio do mundo, em São Luís.

> *Como empresa líder do setor, a ALCOA detém reservas minerais no Rio Trombetas, na ordem de 290.000.000 milhões de toneladas (adquiridas do magnata Ludwig, então proprietário do Projeto Jari). Adquiriu também o direito de explorar aproximadamente 535.000.000 milhões de toneladas de bauxita no Estado do Pará, resultado da aquisição de 12 minas também do Grupo Ludwig. A negociação foi feita entre a Companhia de Mineração Santa Patrícia (Grupo Ludwig) e a ALCOA, representada pela COMISA* (BARBOSA, 2006, p. 104).

Em 1980, a ALCOA instalou-se em São Luís, com a concessão de 11% (90.000 hectares) de toda a área física de São Luís pelo então governador do estado, João Castelo Ribeiro Gonçalves. Mais tarde, a empresa apropriou-se de mais 57% de toda a área do distrito industrial do município, com a expropriação de grande contingente da população essencialmente rural (BARBOSA, 2006).

O governo do estado contribuiu decisivamente para o crescimento do Consórcio que, a partir de 1984, tornou-se Consórcio ALUMAR. Acordos com a Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (CAEMA) garantiam 50% de redução na tarifa de água para o processo produtivo. Foram também adiantadas

grandes somas em dinheiro para equipamentos do Projeto Italuís, construído para garantir o abastecimento de água no interior da Ilha de São Luís, onde está instalada a fábrica da ALCOA, ou seja, para a utilização da água pública no processo produtivo da bauxita.

A dezoito quilômetros do centro da cidade de São Luís, a ALUMAR é a acionista majoritária do Consórcio proprietário de uma refinaria e de um terminal privativo no Complexo Portuário de São Luís, que destina 80% da sua produção para o mercado externo.

A partir da década de 1960, todos os grandes projetos desenvolvidos no Maranhão ou na Amazônia em nome do "crescimento econômico" não apresentaram qualquer desenvolvimento social. Ao contrário, geraram grandes problemas sociais e econômicos, que se desdobram sem nenhuma ação concreta para reverter a política de exploração predatória dos espaços públicos e dos recursos naturais.

Seguindo a história dos grandes projetos de investimento para a região amazônica na década de 1980, encontram-se as origens dos crescentes problemas sociais brasileiros. Avaliando os aspectos humanos, ignorados por cada um dos grandes projetos apresentados anteriormente, percebem-se as mesmas questões: devastação ambiental, miséria humana e social. Essas questões se desdobram nos problemas de desapropriação, alagamentos, garimpagem, deslocamento de grande número de trabalhadores, escassez de recursos, falta de políticas públicas etc. A construção de grandes usinas e estradas expropriam os moradores e atraem trabalhadores de outras regiões, que após a conclusão inicial da obra, permanecem ao longo das estradas em inúmeros povoados miseráveis.

Na construção das fábricas dos projetos metalúrgicos em Barcarena e na região inundada pela represa de Tucuruí, 10.000 famílias de pequenos agricultores foram desapropriadas, além do deslocamento de povos indígenas, como os Pacuruí e os Parakanã. O alagamento causado pelo reservatório da Usina de Tucurui deixaram 1.500 famílias desabrigadas. Atingiram diretamente as sociedades indígenas Parakanã, Asurini (ambas do grupo Tupi), além dos "Gaviões da Montanha". Essas terras também foram invadidas por madeireiros para a extração ilegal da madeira e queimada das florestas.

Em São Luís, a ALCOA foi implantada sem considerar os riscos ambientais e sociais avaliados por comissão técnica, principalmente das comunidades rurais.

Para a instalação da fábrica da ALCOA, em São Luís foram destruídos 17 povoados e efetuadas quase 20.000 ações de despejos, com irrisórias indenizações e farta truculência da Polícia Militar e jagunços fortemente armados. As famílias, compostas em sua totalidade por pescadores e pequenos agricultores, perderam suas moradias e suas atividades tradicionais. A remoção para outra localidade sem qualquer infra-estrutura contou com a ativa participação de técnicos da CDI (assistentes sociais e advogados). A pressão psicológica foi eficiente coadjuvante desse aparelho, formal e informalmente, mas repressivo (BARBOSA, 2006, p. 106).

O surto da garimpagem, na década de 1980, foi um dos maiores desdobramentos do estímulo à exploração de minérios. Até 1960, havia aproximadamente 10.000 homens nos garimpos do Pará. Esse número subiu para 150.000 nos anos 1970, e para 400.000 no início da década de 1980.

A descoberta das reservas auríferas na Serra Pelada (PA), no início da década 1980, atraiu caminhões de paus-de-arara de diversas regiões do país, principalmente do sudoeste do Maranhão. O trabalho extenuante, a falta de condições de saúde e o uso do mercúrio no tratamento do ouro criaram uma situação internacionalmente conhecida. Além das mortes, lesões neurológicas irreversíveis, invalidez e deformidades congênitas, o uso do mercúrio contaminou os rios, inviabilizando a vida dos pescadores da região de Barcarena, município onde está instalada a Alunorte – e seus esgotos na cabeceira do rio Murucupi.

Esses fatos conhecidos exemplificam os efeitos provocados pelos grandes empreendimentos minero-exportadores iniciados na década de 1980 na região amazônica. A questão do desflorestamento provocado pela exploração predatória da região amazônica intensificou-se na década de 1990. Atualmente, novos projetos minero-exportadores envolvendo o complexo portuário do Maranhão estão em fase de implantação, renovando e intensificando os problemas sociais e econômicos da região. A usina de Marabá, por exemplo, deverá entrar em operação em 2018, com um reservatório de 1.115 km^2, capaz de deslocar 40 mil pessoas das margens do Tocantins, em nove municípios do Pará, Tocantins e Maranhão, o que inclui a devastação de florestas em terras indígenas.

Atividades econômicas tradicionais e complementares: efeitos e impactos na economia regional

A construção de complexos minero-exportadores incluem, portanto, atividades complementares de hidrelétricas, construção de estradas e portos escoadouros, desmatamento e queimadas.

O *Atlas de Pressões e Ameaças às Terras Indígenas na Amazônia Brasileira* (CARNEIRO; SOUZA, 2009) analisa a exploração madeireira e as zonas de atividade madeireira, e apresenta as fronteiras madeireiras antigas, novas e intermediárias. Essas fronteiras são definidas por informações sobre serrarias, principais polos madeireiros, corredores de transporte, áreas degradadas e registros de exploração madeireira do banco de notícias do Instituto Socioambiental (ISA).

Em 2010, o Serviço Florestal Brasileiro, órgão do Ministério do Meio Ambiente, e o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) divulgaram o relatório *A atividade madeireira na Amazônia brasileira: produção, receita e mercados*, apresentando as estatísticas sobre o mercado madeireiro da região amazônica, considerando o crescimento do consumo de madeira em tora, o número de empresas, os empregos gerados e a receita bruta. A conclusão reafirma que o setor madeireiro tornou-se a ponta-de-lança do desmatamento, ao iniciar o processo de degradação das áreas que posteriormente foram convertidas para a agropecuária (IMAZON, 2011).

A expansão da fronteira agrícola maranhense atingiu as áreas dos cerrados nordestinos, especialmente o sul do estado, a partir de 1970, com o uso da terra pela pecuária, seguida pela produção monocultora da soja e do eucalipto na década de 1990. Entre 1990 e 2007 houve um crescimento significativo das pastagens (58%) e uma estagnação (-21%) das culturas (arroz, feijão e mandioca). Em 2006, a pecuária representava 78% da área total ocupada. De acordo com dados do IBGE, cerca de 89% do rebanho e 50 milhões de hectares de terra são controlados por grandes produtores Cerca de 42% do rebanho bovino da Amazônia (2006) pertence a pecuaristas criadores de rebanhos superiores a mais de mil cabeças e, "embora grande área não necessariamente signifique grande escala", na Amazônia os estabelecimentos com mais de 1000 ha controlam mais de 2/3 da produção (74%) (MESQUITA, 2010, p. 17).

Paralelamente ao processo de desmatamento do setor pecuarista, na década de 1980 ocorreu a substituição das florestas nativas pela cultura do eucalipto, principalmente nas cidades de Açailândia e Imperatriz, na região da Amazônia

Maranhense. O eucalipto seria a fonte barata de produção de carvão mineral que alimentaria as fábricas produtoras de ferro-gusa para o Projeto Grande Carajás. Como uma "solução" para atender às necessidades das siderúrgicas, a substituição da madeira nativa pelas plantações de eucalipto configurou as oficialmente reconhecidas "áreas de reflorestamento" ou "florestas plantadas".

No município de Açailândia, a cultura do eucalipto tornou-se a segunda atividade econômica, cuja concentração de terras só é inferior à da pecuária. O grande latifúndio, definido pela pecuária e eucalipto, associa-se à atividade industrial, também monopolizada pelas cinco guseiras, no distrito industrial de Piquiá: a Ferro Gusa do Maranhão (Fergumar), Gusa Nordeste, Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré, Siderúrgica do Maranhão (Simasa) e a Viena Siderúrgica. No município de Imperatriz, estão sendo implantadas a Acearia da Gusa Nordeste e a fábrica de celulose da Suzano (antiga CELMAR). Almeida avalia que:

> *[...] a presença de grandes grupos econômicos, a exemplo do Grupo Suzano, Queiroz Galvão e JBS; médios como o Grupo Ferroeste, no município, evidenciam um processo de concentração de capital pertencente a grandes grupos financeiros nacionais e internacionais, fracionado em investimentos diversos, seja na pecuária, na silvicultura e na metalurgia* (ALMEIDA, 2012, p. 80-83).

No Brasil, o crescimento do agronegócio acentuou-se entre 2002-2005. Para o estado do Maranhão, o levantamento de 2011 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), apresenta um saldo acumulado de US$ 397,1 milhões, entre janeiro e setembro de 2011, resultando do crescimento do valor das exportações (47,65% em relação a 2010) – especialmente da soja. Nesse período, as exportações do agronegócio brasileiro atingiram a cifra recorde de US$ 90,3 bilhões. Entre os principais setores exportadores em 2011, destacam-se (Tabela 12):

Tabela 12 - Principais setores exportadores (2011)

Setor	Total de Vendas	Incremento (%)
Complexo Soja	US$ 22,2 bilhões	35,6%
Complexo sucroalcooleiro	US$ 15,9 bilhões	25,1%
Carnes	US$ 15 bilhões	12,1%

Fonte: MAPA (2012). Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/planoagricola>

O valor das exportações do agronegócio maranhense foi de US$ 485,6 milhões; as importações de US$ 88,6 milhões; e o saldo da balança comercial de US$ 397,1 milhões. As projeções de expansão de área plantada de soja mostram que a área deve passar para 29,0 milhões de hectares em 2021/2022. Isso representa um acréscimo de 4,7 milhões de hectares em relação à área prevista em 2011/2012 (MAPA, 2012).

Paralelamente, o estudo *Modernização Seletiva da Agricultura: o avanço do Agronegócio da soja no Sul do Maranhão* avalia que "em razão do caráter contraditório do desenvolvimento do capitalismo no campo, verifica-se um acirramento de históricos problemas agrários". Tais contradições, que advêm da "atuação do Estado, associada às técnicas de produção do agronegócio têm engendrado a expropriação de terras outrora pertencentes a camponeses, além de profundas mudanças nas relações de trabalho" (LIMA et al., 2012).

Tendências potenciais do atual padrão de desenvolvimento econômico no Maranhão: as três commodities

De acordo com Instituto Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), a economia maranhense, em 2010, "assim como nos anos anteriores, continua com alta concentração na sua pauta de exportações em três *commodities* (alumínio, soja e produtos do complexo ferro), que representam 96,5% do valor das exportações do Estado do Maranhão" (IMESC, 2010).

Além do preço baixo das terras, que atrai produtores de soja e do Programa Corredor de Exportação Norte, há o transporte rodoferroviário para a soja. É o caso da produção de soja do sul maranhense, que é transportada até a cidade de Imperatriz, e posteriormente ao Porto de Ponta da Madeira (pertencente à Companhia Vale, em São Luís), com baixos custos de embarque da soja para a Europa. As principais empresas exportadoras de soja atualmente no Maranhão são as multinacionais Bunge Alimentos S/A; Cargill Agrícola S/A e Multigrain S/A, e as empresas nacionais ABC INCO S/A, Ceagro Agronegócios S/A, Fazenda Parnaíba S/A, SLC Agrícola S/A, Weisul Agrícola Ltda e Maggi & LD Commodities S/A (OTTATI, 2013).

O agronegócio da soja na região do cerrado (sul), a pecuária de corte na região Pré-amazônica e o completo minero-metalúrgico (alumínio e minério de ferro) beneficiam-se do complexo portuário Itaqui, outro grande projeto do Maranhão –

que, além de terminal de exportação de minério, serve como canal de escoamento da produção agropecuária de estados do Norte e do Centro-Oeste, como um grande corredor de exportação.

A centralização econômica nas três *commodities* reproduzem os antigos problemas, como a redução da produção de alimentos (mandioca, feijão, milho) e o aumento do custo de vida das famílias de pequenos produtores ou extrativistas (babaçu, carnaúba, pequi etc.). A lógica da concentração de terras se intensifica à custa da expulsão da população do meio rural, que se concentra nas periferias das cidades para trabalhar para os grandes latifundiários da soja. Além disso, a produção intensiva promove a contaminação dos rios e fontes pelos agrotóxicos, intensifica o desmatamento de grandes áreas, o assoreamento dos rios etc. (OTTATI, 2013).

Paralelamente às propostas de diversificação da matriz energética, com as energias "alternativas" ou aos projetos de desenvolvimento da "economia verde", a proposta de ampliação da capacidade produtiva da economia nacional sempre integrou as políticas econômicas brasileiras, sustentada basicamente pela exportação de produtos primários.

Mais objetivamente, observa-se o recente exemplo das medidas tomadas para ampliar a produção, reduzindo os custos de exportação no Maranhão. Trata-se da construção do Terminal de Grãos do Maranhão (TEGRAM), no Porto de Itaqui (São Luís). O *Portal do Agronegócio* (2012) comemorou o início da construção do terminal, que deverá ter a capacidade de armazenamento e exportação de soja, milho e farelo, que aumente os atuais 2,5 milhões de toneladas de grãos/ano para até 15 milhões de toneladas/ano até 2020.

O Consórcio TEGRAM é formado pelas empresas NovaAgri Infra-Estrutura de Armazenagem e Escoamento Agrícola S.A, Glencore Serviços e Comércio de Produtos Agrícolas Ltda., CGG Trading S.A e Consórcio Crescimento, integrado pelas empresas Louis Dreyfus Commodities Brasil S.A e Amaggi Exportação e Importação Ltda. – ofertou à Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP) R$ 143,1 milhões a título de taxa de oportunidade de negócio. Outros R$ 322 milhões serão investidos na construção do terminal até o final de 2013.

A construção do TEGRAM, a entrada em operação da Ferrovia Norte-Sul, que liga Palmas (TO) a Açailândia (MA), e a sua conexão com a Estrada de Ferro Carajás (EFC) formam o corredor que se destina a Itaqui. Atualmente, a saída da soja de uma

fazenda de Balsas (principal município produtor) para o Porto de Santos, alcança um valor de US$ 140 por tonelada. Com a saída por Itaqui, o valor será de US$ 115 por tonelada, significando uma redução de 18%. Conta-se também com ampliação do Canal do Panamá, que permitirá a passagem de graneleiros de até 60 mil toneladas para 150 mil toneladas. Para a Ásia, principal destino da soja brasileira, calcula-se uma redução de 20% no frete. Considera-se que a perspectiva de exportação estimulará a cadeia do agronegócio, atraindo empresas como fertilizantes ou mesmo frigoríficas para o mercado interno (Portal do Agronegócio, 2012).

Certamente, a modernização dos transportes, a redução de custos e o aumento da produção são fatores quantitativos de crescimento econômico. A questão é que o atual padrão de desenvolvimento mantém as antigas tendências de produção para exportação, sem medidas para a sustentabilidade da pequena produção e redução da pobreza da população local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a análise histórica da formação e expansão socioeconômica do Maranhão buscou-se apresentar as características que inicialmente definiram o processo de ocupação colonial do território brasileiro, marcado pelas práticas do colonialismo e escravismo das políticas mercantilistas ibéricas a partir do século XVII. Nesse período, os ciclos produtivos de borracha ou algodão impulsionavam os fluxos migratórios e definiam as formas de apropriação da terra. Mesmo no período posterior à independência política (séc. XIX), a economia brasileira não se afastou das práticas econômicas monocultoras e relações de mando coronelistas, clientelistas e de compadrio.

Ao contrário, durante o período do regime militar ampliaram-se as relações da política econômica nacional com os grupos de poder local, permitindo uma nova fase de centralização do poder político, geralmente administradas por núcleos familiares tradicionais ou emergentes. O fortalecimento das relações de poder econômico e políticas oligárquicas no Maranhão apresentam particularidades históricas que se perpetuam, centralizadas no conhecido núcleo familiar Sarney, mas ancoradas no poder das oligarquias locais. Uma breve análise do processo de formação das estruturas oligárquicas no Maranhão permitiu considerar que tal poder não se funda

apenas nos modelos das "oligarquias agrárias", mas se desenvolve numa intrínseca relação de comprometimento, acordos e favores entre as oligarquias políticas, o empresariado urbano e o Estado.

Como uma prática associada à fundação das estruturas das oligarquias agrárias, a grilagem das terras ganha novo impulso a partir da década de 1980, com a implantação do Projeto de Ferro Grande Carajás, que definiu novo surto de migração e ocupação territorial da região nordestina e maranhense. A partir do Projeto Carajás, foram integrados outros grandes programas de colonização e projetos agropecuários e minero-metalúrgicos, como a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT), a ALCOA S.A/Billiton Metais (Aluminum Company of America), o Consórcio Alumínio do Maranhão (ALUMAR) e o grande complexo portuário no Porto de Itaqui no Maranhão, que atualmente agrega grandes projetos de produção termelétrica e de transporte.

A apropriação de terras para o desenvolvimento desses projetos enseja a prática da extração ilegal madeireira, da devastação de florestas e terras indígenas, além da constante expulsão direta ou indireta de trabalhadores de suas terras para outras, atraídos trabalho nas próprias obras de construção dos projetos hidrelétricos, mineradores ou de transporte. A expansão da fronteira agrícola maranhense atingiu as áreas dos cerrados nordestinos, especialmente o sul do Estado, a partir de 1970, com o uso da terra pela pecuária, seguida pela expansão da área ocupada pela produção monocultora da soja (agronegócio) e pastagens e plantação do eucalipto, na década de 1990. O eucalipto é a fonte barata de produção de carvão mineral que alimenta a produção de ferro gusa para a mineradora Carajás.

Assim, observa-se que apesar dessa diversificação de atividades complementares à produção minero-exportadora de Carajás, houve uma significativa continuidade nas políticas econômicas na região maranhense. Isso pode ser observado na atual definição das tendências potenciais para um padrão atual de desenvolvimento econômico no Maranhão, centralizado em três s commodities: alumínio, soja e produtos do completo de ferro.

Em nível nacional, observa-se que as políticas de abertura da economia nacional, definidas pelas medidas de desnacionalização, desestatização e privatização, conjuntamente chamadas de "reestruturação produtiva", a partir da década de 1990, não encontraram resistência no âmbito regional ou local. Ao contrário, foram

acolhidas e integradas às propostas de desenvolvimento dos programas de governos locais.

Estendendo a compreensão desse processo de desenvolvimento socioeconômico do Maranhão, verificou-se que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e Concentração de Renda, calculado pela ONU em 2010, classifica o Maranhão em penúltimo lugar (26º). A classificação dos municípios maranhenses, seguindo os critérios de Baixo (entre 0 e 0,499), Médio (entre 0,500 a 0,799) e Alto (maior ou igual a 0,800), encontram-se oito municípios no nível Baixo, 209 no Médio e nenhum município do estado do Maranhão atingiu o nível Alto.

A posterior análise da sustentabilidade socioeconômica dos municípios do estado do Maranhão (2000-2010), nas dimensões Econômica e Sociocultural, considerou os indicadores e variáveis de Renda, Saúde, Educação, Habitação e Cultura. Pela padronização dos piores e melhores valores, o resultado final indica a microrregião do Alto Mearim e Grajaú, na mesorregião centro maranhense, com o maior índice de vulnerabilidade na Amazônia Legal Maranhense e, portanto, carentes da elaboração de políticas públicas mais efetivas em âmbito local, regional ou nacional.

Entende-se que políticas públicas ou projetos sociais servem para minimizar ou impedir o agravamento das condições de pobreza da maior parte da população. Certamente as soluções requerem medidas de curto e longo prazo, mas com metas de mudanças estruturais que ultrapassem os limites da necessidade de expansão de mercados.

Considerando que ações conjunturais também podem ser estruturantes, capazes de produzir novas condições históricas para o desenvolvimento da vida humana, insistimos no trabalho de pesquisar, formular e executar propostas que possam interferir ou interromper a reprodução desse histórico círculo da pobreza no Maranhão.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B. (1994). **Carajás**: a guerra dos mapas. Belém: Falangola, 1994.

ALMEIDA, D. L. **Os trilhos do desenvolvimento na amazônia maranhense – conflitos e contrastes**: o caso Piquiá de Baixo, Açailândia/MA. 2012. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional) – Universidade Estadual do Maranhão, 2012.

APOLINÁRIO, V; SILVA, M. L; GARCIA, O. L. **Grandes Projetos Federais**: impactos sobre as economias dos estados do Nordeste. Análise do mapeamento e das políticas para arranjos produtivos locais no Norte, Nordeste e Mato Grosso e dos impactos dos grandes projetos federais no Nordeste. Projeto de Pesquisa (BNDES/FUNPEC). São Luís: [s.n.], 2010. (Nota Técnica 13/MA). Disponível em: <http://www.politicaapls.redesist.ie.ufrj.br>. Acesso em: 27 out. 2013.

ARCANGELIS, A. **O mito da terra**: uma análise da colonização da pré Amazônia maranhense. Ciências Sociais. São Luís, EDUFMA, 1987.

ASSELIN, V. **Grilagem**. Corrupção e violência em terras de Carajás. Imperatriz: Ética, 2009.

BARBOSA, Z. M. As "temporalidades" da Política no Maranhão. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 9, 2003.

BARBOSA, Z. M. **Maranhão-Brasil**: lutas de classes e reestruturação produtiva em uma nova rodada *de transnacionalização do Capitalismo*. São Luis: EdUEMA, 2006.

BENETTI, M. D. **Globalização e desnacionalização do Agronegócio brasileiro no pós 1990**. Porto Alegre: FEE, 2004. (Documentos FEE, n. 61).

BNDES-Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **Relatórios Anuais**: 1998 a 2005. Disponível em: <www.bndes.gov.br>.Acesso em: 31 mar. 2013.

BRANDÃO Jr., F. A. **A Escravatura no Brasil**. (Precedida de um artigo sobre agricultura e colonização no Maranhão). Bruxelles: Typ. H. Thiry-Van Buggenhoudt, 1865. 173 p.

BRASIL. Banco Central do Brasil. **Anuário de Crédito Rural**. Brasília, DF, 2003. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/CreditoRural/2001/rel53211.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2003.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Avaliações Agronegócio 2011-2012**. Brasília, DF: MAPA, 2012. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/planoagricola>. Acesso em: 3 maio 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio. **Programa de Aceleração do Crescimento-PAC**. Brasília, DF: MDIC, 2011. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/pac>. Acesso em: 30 nov. 2013.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal**: 2ª fase (2009-2011) – Rumo ao Desmatamento Ilegal Zero. Brasília: MMA, 2009. Disponível em: http://assets.wwfbr.panda.org/downloads/seminario_jornalistas_2010_nazare_lima.pdf.. Acesso em: 20 set. 2012.

BRASIL. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília: Câmara da Reforma do Estado; SECOM, 1995.

BRASIL.Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Brasil. Projeções do Agronegócio 2011/2012 a 2021/2022**. Brasília: MAPA/Assessoria de Gestão Estratégica, 2012.

CABRAL, W. **Do "Maranhão Novo" ao "Novo Tempo"**. A trajetória da Oligarquia Sarney. São Luís: [s.n.], 1997. Mmimeo.

CALDEIRA, J. de R. Estabilidade Social e Crise Política: o caso do Maranhão. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, Separata nº 46, 1978.

CARNEIRO F., A.; SOUZA, O. B. **O Atlas de Pressões e Ameaças às Terras Indígenas na Amazônia Brasileira**. São Paulo: [s.n.], 2009.

CARNEIRO, M. D. S. A evolução recente da economia maranhense e suas repercussões sobre a agricultura familiar. In: CARNEIRO, M. D. S.; COSTA, W. C. da. (Orgs.). A terceira margem do rio: ensaios sobre a realidade do Maranhão no novo milênio. São Luis: EDUFMA, 2009. v. 1.

CARNEIRO, M. S. D. A evolução recente da economia maranhense e suas repercussões para a agricultura familiar. **Boletim de Conjuntura da CNBB** – Regional NE v. 5, n.1, p.18-26, 2008.

CARNEIRO, M. S. D.; VIEIRA, A. S. A soja no Cerrado**:** algumas considerações sobre a lavoura da soja e os agricultores familiares no Leste Maranhense. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 4. 2009. São Luís. **Anais...** São Luís, 2009. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/8_agricultura/a-soja-no-cerrado-algumas-consideracoes-sobre-a-lavoura-da-soja-e-os-agricultores-familiares-no.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2013.

ELETRONORTE. **Cenário Socioenergético da Amazonia -2000-2020**. Disponível em: <http://www.eln.gov.br/opencms/export/sites/eletronorte/publicacoes/publica-coes/cenarioSocioenergeticoAmazonia2000-2020.pdf>. Acesso em: 20 out. 2013.

FAORO, R. **Existe um pensamento político brasileiro?** São Paulo: Ática, 1994.

FARAGE, N. **As muralhas dos Sertões** – os povos indígenas no rio Branco e a colonização. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

FEITOSA, R. M. M. **O processo sócio-econômico do Maranhão**. 1994. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará, Belém, 1994.

FIEMA. PDI-2020. **Plano Estratégico de Desenvolvimento Industrial do Maranhão**. São Luís: FIEMA, 2009. Disponível em: <www.fiema.org.br/anexo_download.kmf?cod=321>. Acesso em: 2 maio 2011.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 21. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1986.

GAYOSO, R. J. de S. **Compêndio Histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão**. Paris: Officina d P. N. Pogeron, 1818.

HUNTINGTON, S. P. **A ordem política nas sociedades em mudança**. Rio de Janeiro: Forense, 1975.

IANNI, O. **As origens agrárias do Estado brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censos Agropecuários**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp?e=v&p=CA&z=t&o=11>. Acesso em: 25 jul 2012.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censos Demográficos: 1872, 1890, 1900, 1920, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980,1991, 2000 e 2010.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Comunicação Social,** 23 dez. 2012. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contas Regionais**, 2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2010/default_xls_ 2002_2010_zip.shtm>. Acesso em: 2 ago. 2013.

IMAZON-Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia **Programa Monitoramento da Amazônia**. Belém: IMAZON, 2011.

IMESC-Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. **PIB do Estado do Maranhão – 2006-2010**. São Luís: IMESC, 2010.

LEONARDI, V. **Entre árvores e esquecimentos**. História Social nos Sertões do Brasil. Brasília, DF: Paralelo 15, 1996.

LIMA, F. L.; LOCATEL, C. D.; SILVA, C. C. L. **Modernização seletiva da agricultura**: o avanço do agronegócio da soja no sul do Maranhão. São Luís: [s.n.], 2012. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/ eixos/1295_1.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2013.

LUNA, R. C. M. **A terra era liberta**: um estudo sobre a luta dos posseiros pela terra no vale do Pindaré-MA. São Luís: UFMA, 1985. (Questão Agrária).

MARANHÃO. Governo do Estado. **Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Estado do Maranhão**. Governo do Estado do Maranhão. São Luis: PPCD-MA, 2011. Disponível em: <http://www.sema.ma.gov.br/pdf/ppcdma_diagnostico_110602.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2012.

MARANHÃO-Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Projeto de Lei do Plano Plurianual 2012-2015 do Governo do Estado do Maranhão**. São Luís: SEPAN, 2011.

MAXWELL, K. **Marquês de Pombal**: paradoxo do Iluminismo. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

MEIRELES, M. M. **História do Maranhão**. Imperatriz: Ética, 2008.

MESQUITA, B. A. A nova intervenção governamental, a dívida pública e o impasse no desenvolvimento regional da Amazônia brasileira. **Revista de Políticas Públicas**, número especial, v. 30, n. 3, p. 85-94, 2010.

MESQUITA, B. A. Conflitos Territoriais na Amazônia na "Era do Capital". In: ENANPPAS, 2010. Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2010.

MESQUITA, B. A. **Desenvolvimento recente do Maranhão**: uma análise do crescimento do PIB e perspectivas. 2008. Disponível em: <http://www.imesc.ma.gov.br/index.php>. Acesso em: 23 fev. 2013.

MESQUITA, B. A. **Notas sobre a dinâmica econômica recente em área periférica**: as mudanças na estrutura produtiva do Maranhão. 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/code/chamada2011/pdf/area4/area4-artigo33.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2013.

MESQUITA, B. A. **O desenvolvimento desigual da agricultura**: a dinâmica do agronegócio e da agricultura familiar. São Luís: EDUFMA, 2011.

MOTTA, C. M. Um desenvolvimento insustentável. **Revista Lutas Sociais**, São Paulo, v.11/12, 2004.

MOURA, J. G. de. et al. **Impactos dos Grandes Projetos Federais na Economia do Maranhão e Proposição de Políticas-Maranhão**. PROJETO DE PESQUISA (BNDES/FUNPEC)–Análise do mapeamento e das políticas para arranjos produtivos locais no Norte, Nordeste e Mato Grosso e dos impactos dos grandes projetos federais no Nordeste. São Luís/MA, agosto 2010. (Notas Técnicas 10-13/MA). Disponível em: <http://www.politicaapls.redesist.ie.ufrj.br/>. Acesso em: 27 out. 2013.

NAE-Núcleo de Assuntos Estratégicos. Série Mudança do Clima. **Cadernos do NAE**, v. 2/3, 2005.

OLIVEIRA, F. **Elegia para uma re(li)gião**. Sudeste: Planejamento e Conflito de Classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

ONU-Organização das Nações Unidas. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (WCED-1987). **Relatório Brundtland. Nosso Futuro Comum**. [s.l.]: ONU, 1987.

ONU-Organização das Nações Unidas. **Declaração do Milênio**. [s.l.]: ONU, 2000.

OPAS-Organização Pan-Americana de Saúde. **Sustentabilidade ambiental e de saúde na Amazônia Legal, Brasil**: uma análise através de indicadores. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/omsambiental/media/IndicadoresdaAmazoniaVOL4.pdf>. Acesso: 17 fev. 2011.

OTTATI, A. M. A. A. **As dinâmicas e as desigualdades regionais de desenvolvimento no estado do Maranhão**. 2013. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013. Disponível em: http://www.ufrgs.br/pgdr/dissertacoes_teses/arquivos/doutorado/PGDR_D_059_ANA_OTTATI.pdf. Acesso em: 23 nov. 2013.

PEREIRA, J. de J. **As representações da escravidão na imprensa jornalística do Maranhão oitocentista**. 2006. Tese (Doutorado em História Social) –Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

PEREIRA, J. de J. **Na fronteira do cárcere e do paraíso**: um estudo sobre as praticas de resistência escrava no maranhão oitocentista. 2001. Dissertação (Mestrado) – Pontificia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

PNUD-Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Millennium Project** - Commissioned by the UN Secretary General na Supported by the UN Development Group. [s.n.t.], 2005. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/PNUDSV/millennium-project-pnud>. Acesso em: 24 mar. 2011.

PORTAL DO AGRONEGÓCIO. **Terminal de Grãos do Maranhão reduzirá custo de exportação. Agronegócios/infraestrutura aeroportuária**, 2012. Disponivel em: <http://www.midianews.com.br/conteudo.php?sid=4&cid=139858>. Acesso: 10 dez.2013.

PRADO Jr., C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PRADO Jr., C. **História Econômica do Brasil**. 52. ed. São Paulo: Brasiliense, 2011.

REIS, F. **Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão**. 2. ed. São Luís: Halley, 2013.

REVISTA FÓRUM. **Rumo à Rio+20**: sociedade quer mais que discursos, v. *99, jun. 2011*. Disponível em: <http://cbja-rio2011.com.br/320/rumo-a-rio20-sociedade-quer-mais-que-discursos.html>. Acesso em: 03 abr. 2013.

SUDAM-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. **A Amazônia e seus problemas.** Economia. Belém: Sudam/Divisão de Documentação, 1972.

SUDAM-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. **II Plano Nacional de Desenvolvimento**Programa de ação do governo para a Amazônia (1975-1979). Cap. 7. Belém: SUDAM, 1976.

SUMMER, L. **Testimony Before the House Banking Committee**. [s.n.t.], 23 mar. 2000. Disponível em: <http://www.treas.gov/press/releases/ps480.htm>. Acesso em: 03 fev. 2013.

TAVARES, J. V. **Política e colonização agrícola e o protesto camponês**. Porto Alegre: Ensaio, 1985.

TROVÃO, J. R. **O processo de ocupação do território maranhense**. São Luís: IMESC, 2008. (Cadernos IMESC, 5).

XAVIER, M. A memória sobre o decadente Estado da lavoura e comércio do Maranhão e outros ramos públicos que obstão a prosperidade e aumento de que é suscetível (1822). **Revista IHGB**, Rio de Janeiro, v. 231, p. 305-16, 1956.

SITES CONSULTADOS

Ambiente Brasil. Disponível em: <http://ambientes.ambientebrasil.com.br/amazonia/floresta>. Revista Saúde em Debate. Disponível em: http://observasaude.fundap.sp.gov.br/BibliotecaPortal/Acervo/Condi%C3%A7%

C3%B5es%20e%20Condicionantes%20de%20Vida%20e%20Sa%C3%BAde/Sa%C3%BAde%20Ambiental/SustAmb_IndBr_AmazLeg.pdf. Acesso em: 23 out. 2012.

Geomorfologia Uema. Disponível em: http://geomorfologiacesc.blogspot.com/2012/01/as-frentes-de-ocupacao-doespaco.html. A História da Ocupação da Amazônia: http://www.tomdaamazonia.org.br/biblioteca. Acesso em: 18 out. 2012.

INCRA-Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Disponível em: <www.incra.gov.br>. Acesso: 23 fev. 2013.

Capítulo 6

FORMAÇÃO SOCIOCIOECONÔMICA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Alexandre Magno de Melo Faria
Alexandro Rodrigues Ribeiro
Carlos Teodoro José Hugueney Irigaray
Carolina Joana da Silva

UM NOVO PARADIGMA (1719-1960)

A região que constitui o atual estado de Mato Grosso pertencia à Espanha, considerando os limites do Tratado de Tordesilhas na América do Sul, firmado em 1494, entre Portugal e Espanha (SIQUEIRA, 2002). As incursões espanholas não consolidaram a efetiva posse da região, onde os núcleos de povoamento conhecidos (MENDONÇA, 1981; SIQUEIRA, 2002) não permaneceram ativos, em função do isolamento da região em relação aos demais centros da colônia espanhola, à ausência de formação de uma base econômica que gerasse excedentes e a uma forte hostilidade das comunidades indígenas (PEREIRA, 1995). Dentre esses fatores, percebe-se que a ação dos indígenas foi um elemento central, posto que um grande contingente formava uma verdadeira fronteira viva entre os dois impérios. Pressionadas a leste pelos portugueses e a oeste pelos espanhóis, eles permaneceram ao longo do rio Paraguai, lutando para manter sua autonomia e resistindo aos colonizadores e jesuítas que desejavam aldeá-los (SIQUEIRA, 2002).

Por não controlar o território, os espanhóis permitiram que os portugueses fizessem incursões além de seus limites, o que ocorreu na região do atual estado de Mato Grosso. Entre 1673 e 1682, os bandeirantes paulistas Manoel de Campos Bicudo e Bartolomeu Bueno da Silva subiram o rio Cuiabá até a confluência com o rio

Coxipó-Mirim, onde acamparam, denominando o local de São Gonçalo (SIQUEIRA, 2002). Essas bandeiras buscavam metais preciosos e aprisionar indígenas para servir de mão de obra escrava. Contudo, a região deixou de ser foco de expedições em função da descoberta de grandes estoques de ouro em Minas Gerais, a partir de 1693. A região mineira de Ouro Preto foi palco de disputas entre os bandeirantes e os portugueses atraídos para a região. A Guerra dos Emboabas, entre 1707 e 1709, ficou conhecida como um conflito pelo direito de exploração das minas de ouro e pelo fornecimento de alimentos e instrumentos de trabalho aos mineradores. Os portugueses saíram vitoriosos devido à intervenção do governador do Rio de Janeiro, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, que destituiu a administração paulista e manteve a estrutura administrativa emboaba. Sem os privilégios desejados e sem forças para guerrear, os paulistas retiraram-se da região.

Antônio Pires de Campos e Pascoal Moreira Cabral Leme pertenciam ao grupo de bandeirantes derrotados na Guerra dos Emboabas, em Minas Gerais. Após um período de reorganização, as bandeiras paulistas rumaram para o oeste e noroeste, alcançando o rio Paraná, subindo pelo rio Pardo e seu afluente Anhanduiaçu, seguindo por terra até um dos braços do rio Aquidauana, chegando ao rio Paraguai. Em 1718, Pires de Campos subiu o rio São Lourenço e alcançou o rio Cuiabá até a barra do Coxipó-Mirim, onde lutou com os índios Coxiponés.

Com a notícia da existência de indígenas que poderiam servir de mão de obra escrava, Moreira Cabral organizou uma bandeira de aprisionamento, desbravando o Coxipó-Mirim e encontrando vestígios de aldeamento. Cabral observou que os terrenos marginais desse rio apresentavam a superfície cravada de ouro. Quando encontrou índios enfeitados com ouro, certificou-se da riqueza da região. No combate contra os indígenas, a bandeira saiu derrotada. Foram socorridos por outra bandeira capitaneada pelos irmãos Antunes Maciel, seguindo para o Arraial de São Gonçalo, onde haviam deixado alguns homens acampados. Após uma refeição, alguns integrantes dessa bandeira, ao lavar os pratos no rio Coxipó-Mirim, encontraram casualmente pepitas de ouro. Assim foram descobertas as minas de ouro em território mato-grossense, em 1719 (SIQUEIRA, 2002). Em 8 de abril de 1719, Pascoal Moreira Cabral reuniu os bandeirantes e os fez assinar, naquela data, a Ata de Fundação de Cuiabá.

A notícia logo chegou a São Paulo e iniciou-se uma forte migração de todas as regiões da Colônia, que resultou no rápido povoamento das minas do Coxipó. Contudo,

por serem jazidas de aluvião, as lavras foram exauridas rapidamente. Em sequência, às margens do rio Mutuca foram encontradas novas jazidas de ouro, originando a criação do Arraial da Forquilha. Em 1721, o sorocabano Miguel Sutil de Oliveira descobriu a terceira jazida aurífera de Mato Grosso, desta vez às margens do córrego da Prainha, afluente do rio Cuiabá. A notícia desse novo descobrimento se espalhou rapidamente, e levas de mineiros do Arraial da Forquilha e do Arraial Velho (São Gonçalo) se instalaram nas Lavras do Sutil, onde floresceu um pequeno vilarejo, onde se desenvolveria o núcleo urbano de Cuiabá (MENDONÇA, 1981; SIQUEIRA, 2002).

Considera-se que umas das maiores manchas de ouro descobertas no Brasil tenha sido das Lavras do Sutil, tendo registros de retirada de mais de 400 arrobas de ouro em um mês[1] (MENDONÇA, 1981). Visando aumentar o controle sobre a extração de ouro, em razão da magnitude da descoberta, o governador da Capitania de São Paulo, Rodrigo Moreira César de Menezes, muda-se para Cuiabá em 1726 (SIQUEIRA, 2002).

O florescimento da mineração em Cuiabá ensejou a formação de um importante núcleo geopolítico e econômico, que engendrou e organizou a conformação social na região. Nessa época, Cuiabá mantinha umas das maiores populações do Brasil Colônia[2] (AZEVEDO; DELGADO, 2002). Como grande parte da população estava envolvida na mineração, havia pouco esforço em produzir bens de necessidade básica, como alimentos e ferramentas de trabalho. Os produtos agrícolas eram fornecidos por duas localidades, Rio Abaixo (atual Santo Antônio do Leverger) e Serra Acima (atual Chapada dos Guimarães). Os demais gêneros eram trazidos por comerciantes da Capitania de São Paulo. Os principais produtos "importados" eram roupas, bebidas, medicamentos, ferramentas de trabalho, alimentos variados, entre os quais se destacava o sal. A este sistema de abastecimento das minas pelo comércio paulista deu-se o nome de monções[3] (SIQUEIRA, 2002).

---

1 Considerando os preços médios de abril de 2013, as 400 arrobas (6000 quilos) corresponderiam a aproximadamente R$ 560 milhões, lavrados em um único mês.

2 Em 1720 havia cerca de dois mil habitantes em Cuiabá. Destes, 1.800 eram homens, e apenas 200 mulheres (BORDIGNON, 2004). Estima-se que no Rio de Janeiro havia dez mil habitantes em 1720 (UNICAMP, 2013).

3 Sf. 1. Período do ano ou ventos favoráveis à navegação. 2. Vento periódico, típico do sul e sudeste da Ásia, que no verão sopra do mar para o continente e no inverno sopra do continente para o mar. 3 (Hist.) Expedição que estabelecia comunicação fluvial da capitania de São Paulo à capitania de Mato Grosso nos séculos XVIII e XIX (DICIONÁRIO ESCOLAR, 2008, p. 874).

O abastecimento hidroviário era feito duas vezes ao ano, de quatro a seis meses. Entre várias dificuldades, como avarias nas embarcações, temporais e escassez de alimentos, o principal óbice das monções eram os ataques dos índios que habitavam regiões limítrofes ao trajeto (SIQUEIRA, 2002). A ocupação de Mato Grosso orientou-se ao Sul desde os primeiros povoamentos, e a ligação com a Capitania de São Paulo através dos rios Cuiabá e Paraguai; e o acesso aos rios Paraná e Tietê conformaram uma visão meridional de subordinação, sendo as regras e a orientação econômica impostas pelos paulistas. Na gênese, Mato Grosso não está integrado à Amazônia, mas aos ditames do Sul, que buscam em seu território riquezas minerais e força de trabalho escrava, criando um sistema de exploração de recursos naturais e humanos, acumulando capital de forma primitiva. O excedente gerado nas minas cuiabanas foi carreado monções e pela tributação da Coroa portuguesa, sendo reduzidas as taxas de investimento no território mato-grossense. Percebe-se claramente que o excedente não era aplicado no sistema produtivo e na infraestrutura local, mas para elevar o padrão de acumulação nos centros decisórios da Colônia e da Metrópole.

Contudo, em 1727, as atividades de lavra estavam em franca decadência, com esforço crescente de mineração e resultados de descobertas cada vez menores (PEREIRA, 1995). Soma-se a isto uma série de extorsões por parte do governador Rodrigo Menezes, que cobrava impostos aviltantes e cometia abusos de poder, expulsando a população para Goiás e São Paulo. Em 1728, Rodrigo de Menezes retorna a São Paulo, posto que a riqueza aurífera se esgotara, deixando um quadro desolador em Mato Grosso[4].

O rápido esgotamento do ouro de aluvião nos rios Coxipó e Prainha, somado à fiscalização abusiva e a política tributária aviltante de Rodrigo de Menezes, incentivou a busca por outros veios auríferos. A forte queda dos preços das casas e das terras indicava uma retração considerável na atividade econômica local, com a reorganização da força produtiva em direção a outros locais com potencial de mineração, haja vista a incapacidade de investir em outra atividade produtiva. Em

[4] Conforme registro do cronista Barbosa de Sá: "A Vila só tem 8 ou 9 casas de telha, entre as quais a melhor é a que foi do General Rodrigo Cesar; as demais são de capim, mas como sendo assim não se vendiam quando cheguei, por mais pequenas que fossem, por menos de 200 a 500 oitavas [de ouro] cada uma, e as que tinham mais algum cômodo chegavam a 700, porém daí a dois anos as vi vender a 40 ou 50 oitavas quando não as desamparavam os donos que vinham para o povoado, o mesmo sucedeu às roças que pedindo por algumas quando fui, 300 a 400 oitavas, vendiam depois por 50 a 100, e muitas as abandonaram os seus donos, retirando-se para São Paulo" (MENDONÇA, 1981, p. 16).

que pese os registros de descobertas de pequenas jazidas nos arredores de Cuiabá até 1738, o declínio da mineração foi célere, em função da concentração aurífera em depósitos superficiais e a relativa facilidade de mineração.

Destacam-se as descobertas em outras bacias, em especial dos irmãos Fernando e Arthur Paes de Barros no rio Galera, nos sertões dos índios Parecis, na confluência do rio Guaporé, onde os mineiros deparavam-se com uma mata densa. Impressionados com o porte das árvores e a exuberância da floresta, denominaram a região de "mato grosso". Em 1736, os bandeirantes sorocabanos Armando de Almeida Morais e Tristão da Cunha Gago alcançaram o médio curso do rio Guaporé, encontrando ouro no rio Corumbiara, estabelecendo um acampamento de mineração.

Apesar de ser preponderante em todo o período colonial, a mineração não foi a única atividade econômica regional. Havia pelo menos três outras ocupações: o cultivo da cana, a exploração da pecuária e a produção de subsistência. Apesar de haver duas atividades produtivas voltadas ao mercado, a produção de cana e de gado não alcançaram níveis compatíveis com a exportação, visto que somente o ouro, e eventualmente o diamantes ser exportados (PEREIRA, 1995). Em que pese o baixo nível produtivo regional, destaca-se que grande parte da força de trabalho estava inserida na mineração, com reduzido contigente nas atividades complementares. Soma-se a isso, o uso de técnicas rudimentares e do trabalho cativo, que dificultavam as inovações tecnológicas e a expansão da produtividade. Destarte, a capacidade de acumulação estava restrita às condições de apropriação da mais-valia absoluta, especialmente em um regime pré-capitalista de acumulação primitiva, que se expandia baseada no tempo de trabalho e na incorporação de novas áreas de exploração.

A força de trabalho era constituída por trabalhadores "livres", escravos africanos e afrodescentes, além de indígenas. A Coroa portuguesa não aceitava pacificamente a produção de outros bens na região de mineração, além da extração de ouro. Apesar de concorrer com a força de trabalho que deveria estar extraindo metais, a ausência da produção de cachaça e açúcar nas regiões mineradoras gerava uma demanda por produtos da Capitania de São Paulo, que já passava por sérias dificuldades econômicas ao final do século XVIII, em função da concorrência internacional. Deste quadro, percebe-se o embrião da divisão do trabalho, onde a periferia manter-se-ia como consumidora de bens produzidos na economia paulista, criando uma dependência de fornecimento a longo prazo, com acumulação econômica na Capitania de São Paulo. Estavam lançadas as bases de articulação entre São Paulo e as economias

periféricas, sendo que aos paulistas caberia a pujança produtiva de bens com algum grau de processamento, enquanto para economias periféricas como Mato Grosso caberia o fornecimento de matérias-primas de alto valor comercial, como a extração de metais nobres (PEREIRA, 1995).

Percebe-se que a conformação do sistema capitalista na periferia materializou um conjunto de características que se projetaram no tempo e no espaço. Primeiro, a ocupação pelos bandeirantes seguiu a lógica dialética da negação do concreto estabelecido. Ao investir sobre as populações indígenas autóctones, os paulistas negaram a sua identidade, autenticidade, autonomia e autoridade sobre o território que já estava ocupado, criando uma nova ambiência de dominação exógena, com novas regras, costumes e crenças. Ao controlar a natureza e transformá-la em sistema-objeto passível de incorporação ao sistema de mercadorias, negou a sua formação original. A natureza, por si, não se estabelece como uma unidade integrada e coerente, mas como um conjunto de bens passíveis de apropriação e comercialização na sociedade do capital. Além disso, a função da periferia era fornecer matérias-primas ao centro dinâmico, em escalas ascendentes, em um primeiro nível à capital econômica colonial, São Paulo, e depois à metrópole exógena, no distante continente europeu.

As riquezas de Mato Grosso não existem para enriquecer e a população local, mas para acumulação de riquezas em regiões distantes, no universo da economia expropriada. Então, Mato Grosso existe porque existe São Paulo e existe Portugal. Esta negação da sua autonomia funciona como um sistema de controle sobre as suas próprias trajetórias, sendo exterminadas as suas vocações, vontades e a sua liberdade. E, para confirmar a subordinação aos ditames externos, o controle sobre a terra, uma mercadoria especial, passa a ser direcionada ao estrangeiro, negando a posse e a territorialidade aos indígenas, desconsiderando as tradições e culturas milenares[5] e criando uma nova ambiência, a exclusão e à determinação senhorial. O mito do "vazio" constrói duas importantes ideias-forças: a negação dos povos autóctones e a necessidade de colonização pela população exógena. Trabalho e terra cativos geram um binômio de exploração capazes de engendrar uma sociedade excludente e sem aspirações de desenvolvimento social. Estas características, em maior ou menor grau, reverberaram pelos séculos e se consolidaram na economia mato-grossense.

[5] Há registros de ocupação datada de 25 mil anos em Mato Grosso, na Serra das Araras, na Fazenda Santa Elina, município de Jangada, distante 82 quilômetros de Cuiabá (VIALOU, 2005).

Na década de 1740, as condições de reprodução social em Cuiabá estavam nos seus estertores, com baixo dinamismo e capacidade de acumulação. A atividade que arregimentava o maior contingente de força de trabalho era, sem dúvida, a mineração; no período em que as frentes de descoberta a oeste de Cuiabá redirecionaram os esforços sociais. Naquele momento histórico, do ponto de vista puramente econômico, Cuiabá não mais representava um lócus estratégico para a Coroa portuguesa. Além disso, segundo Lima (2012), em 1740 a população do alto rio Guaporé, na nova área de mineração, alcançava 40.000 habitantes, efetivo que demonstra a magnitude do esforço produtivo na região de fronteira e o esvaziamento do vale do rio Cuiabá.

Esta movimentação em direção ao oeste, nas margens dos rios Guaporé e Galera, fixaram novos limites ao território colonial português, sendo a fronteira na região do Guaporé, vizinha ao Vice-Reino do Peru. Considerando a longevidade das minas de Mato Grosso em relação à Capitania de São Paulo e a dificuldade de controle sobre as atividades regionais, criou-se a Capitania de Mato Grosso, em 1748, através de Carta Régia de 9 de março, nomeando um nobre lusitano, Dom Antônio Rolim de Moura, como primeiro governador de Mato Grosso, que recebeu instruções diretamente da Rainha Mariana da Áustria, esposa do Rei Dom João V. Dom Rolim deveria trabalhar para garantir a posse da região, elevar a extração de ouro e informar sobre a viabilidade de comunicação fluvial com a Capitania do Grão-Pará (SIQUEIRA, 2002).

Dom Rolim chegou a Cuiabá em janeiro de 1751, implantou diversas medidas administrativas para organizar a Capitania e trouxe os primeiros jesuítas para Mato Grosso, os padres Estevão de Castro e Agostinho Lourenço. O primeiro deveria fundar uma aldeia jesuíta na atual região de Chapada dos Guimarães e o segundo deveria acompanhar o governador à região do vale do Guaporé, com o objetivo de criar uma missão jesuíta na fronteira com os espanhóis. Contudo, essa experiência inédita não foi concretizada devido à expulsão dos jesuítas da Companhia de Jesus da Colônia portuguesa em 1759, através do decreto expedido pelo Marquês de Pombal. Apesar de curta, a experiência jesuíta em Mato Grosso gerou um intenso processo de desorganização social, com perda de identidades, línguas e culturas, que foi acentuado pelo retorno dos indígenas ao controle dos administradores civis, cujo tratamento se assemelhava à escravidão.

Mesmo com diversos registros anteriores, os portugueses não conheciam completamente os cursos dos rios da Bacia Amazônica, e a população indígena era um mistério para os desbravadores. Por esse motivo, a Metrópole buscava pacificar e atrair os índios para a esfera dos colonizadores portuguesa ao invés de eliminá-los, pois faltava o elemento principal para a colonização, ou seja, o elemento humano (GARCIA, 2003). Desta forma, as missões jesuítas tinham o objetivo de cooptar os indígenas para o trabalho produtivo e para a defesa da Coroa contra os espanhóis.

O Tratado de Madri, de 1750, havia definido os limites entre as respectivas colônias sul-americanas de Portugal e Espanha, pondo fim às disputas, substituindo o Tratado de Tordesilhas. As negociações basearam-se no Mapa das Cortes, privilegiando a utilização de rios e montanhas para a demarcação delineando os contornos aproximados da atual fronteira brasileira. Neste sentido, como a efetivação da Capitania de Mato Grosso ocorreu somente em 1752, houve um ganho substancial, pois permitia desenvolver a navegação do Guaporé e do Madeira, eliminando as hostilidades das aldeias dos Moxos e dos Chiquitos, na porção espanhola (MENDONÇA, 1981).

Às margens do rio Guaporé foi instalada a nova capital, Vila Bela da Santíssima Trindade. O governo português estimulou a ocupação por colonos, concedendo diversas vantagens. Uma vez estabelecida a infraestrutura básica, buscou-se resolver o problema do abastecimento da capital Vila Bela. As monções que subiam o rio Cuiabá vindas de São Paulo encontravam grades dificuldades de acessar Vila Bela, dado o trajeto terrestre acidentado entre os núcleos. Como Vila Bela estava localizada na bacia amazônica e Cuiabá na bacia platina, não havia ligação fluvial direta, sendo necessária a incursão por terra para completar o percurso. A solução foi definida em Portugal, que nutria o interesse em salvaguardar as regiões ocupadas pelo Tratado de Madri. A criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, em 1755, pelo Marquês de Pombal, foi a forma encontrada para interligar Belém do Pará a Vila Bela, através dos rios Amazonas, Madeira, Mamoré e Guaporé, tornando mais fácil a ligação de Mato Grosso com a Metrópole, pois Belém estava localizada na saída para o Atlântico (SIQUEIRA, 2002).

Na primeira metade do século, as monções do Tietê eram o único meio oficial de abastecimento das minas. A rota Madeira-Guaporé, substituiria, com maiores vantagens, as monções do sul. A sua ligação com Belém punha a região em melhor contato com a Metrópole. A utilização intensiva do roteiro pela Companhia do Comércio do Grão-Pará, firmaria de vez o trajeto (LENHARO, 1982, p. 20).

Pela via fluvial, a Companhia de Comércio desembarcava em Vila Bela produtos manufaturados, e no retorno as embarcações transportavam o ouro extraído das minas do Guaporé. Percebe-se uma forte e importante mudança no sentido da colonização mato-grossense, que estava de costas para a porção Norte da Colônia e à região amazônica. Com a construção de Vila Bela, o fluxo de mercadorias e informações passam a se orientar ao Grão-Pará, uma mudança que inverte a lógica de dominação regional, de subordinado à Capitania de São Paulo, ao Sul, a partir de Vila Bela passa a se subordinar diretamente à Metrópole, ao Norte.

Sob a administração de Rolim de Moura a nova capitania prosperou rapidamente, pois Vila Bela não só se tornou um importante polo econômico e de decisões político-administrativas, como também centro das atenções de Lisboa, por ser considerada a "Capital do Ouro, a Chave do Sertão". Contudo, a navegação ao Norte não estava completamente garantida, em função da ocupação espanhola na região das missões jesuítas, o que poderia inviabilizar o transporte seguro das monções. Assim, em 1760, Dom Rolim construiu o Fortim de Nossa Senhora da Conceição, na margem direita do rio Guaporé, tomada dos espanhóis que mantinham a missão jesuíta de mesmo nome, passando se denominar Fortim de Conceição. Para guarnecê-la, destacou uma companhia constituída por bandeirantes, mestiços, negros livres e escravos (LIMA, 2012).

Garcia (2003) menciona que, apesar da Coroa portuguesa e dos colonos de Mato Grosso procurarem extrair a maior quantidade de ouro possível, a defesa da fronteira contra a ameaça espanhola era fundamental. Nesse sentido, percebeu que a defesa vinha antes da mineração. Por muito tempo, ambas caminharam lado a lado, e algumas vezes se confundiam. Volpato (1993) afirma que os custos com a defesa sempre oneraram a Capitania, visto que desviava recursos materiais e humanos que poderiam ser utilizados nas atividades produtivas. Apesar dos problemas com comunicação e localização, a Província conseguia extrair ouro suficiente para sustentar esse aparelho militar e administrativo. Na administração de Dom Rolim, a Capitania tinha mais a função militar do que mineradora. A intenção do então

governador era atrair habitantes, pois, com novos colonos mais ouro poderia ser extraído e novas minas descobertas. Assim, para a Coroa portuguesa a defesa da distante Capitania era mais importante do que a descoberta de novas minas, pois criava um ambiente de segurança.

Percebe-se que um dos problemas da Metrópole era a baixa capacidade de ocupar o território com população lusa, que poderia ao mesmo tempo manter a posse portuguesa e gerar excedentes econômicos para Portugal. Além disso, necessitava de uma população composta por indivíduos com o *ethos* do capitalismo alicerçado no trabalho racional, na busca pela acumulação e no consumo de bens manufaturados. Dom Rolim não dispunha deste contigente populacional, o que o obrigava a sustentar a posse territorial até que houvesse condições mais propícias de arregimentação de força de trabalho para a produção aurífera.

Sem força de trabalho com características de produção capitalista, os portugueses mantiveram durante todo o período colonial a institucionalização do trabalho escravo, extraindo mais-valia à força, com base na violência física e psicológica. Este quadro em Mato Grosso não seria alterado com a Independência ou mesmo na República, com registros de trabalho cativo e similar ao escravo até a década de 1930, nos principais sistemas econômicos da província. Em especial, os sistemas extrativos, dependentes de grande esforço na obtenção e transporte das mercadorias, foram baseados no modelo de acumulação primitiva, em que o trabalho manteve-se similar à escravidão.

Durante todo o período de extração de ouro em Vila Bela, os esforços bélicos internos ocorriam em paralelo aos esforços externos, sendo que os portugueses lutavam contra os espanhóis para a manutenção do território e, ao mesmo tempo, lutavam contra a perda de força de trabalho escrava. Se os esforços externos geravam desgaste com a Espanha, e vultosos recursos para manter a "Capital do Ouro, a Chave do Sertão", no plano interno a região estava aberta ao acesso dos escravos africanos e indígenas dispostos a se libertar da opressão lusa. Com uma vasta área sem ser ocupada pela lógica europeia de reprodução social e do capital, as matas, vales e chapadas serviam de espaço alternativo para os indivíduos sacrificados pelo modelo português de produção. Sem esta valiosa força de trabalho, o sistema de acumulação luso entrava em declínio, posto que não haveria mais-valia absoluta a ser apropriada. Com as engrenagens endógenas entrando em crise, os recursos para a manutenção das ações exógenas também entrariam. Dessa forma, havia a necessidade precípua de

se manter os estoques de força de trabalho em níveis compatíveis com a atividade de extração de ouro.

Em dezembro de 1772, assumiu o governo Luís Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, considerado o principal administrador colonial de Mato Grosso. Cáceres tinha planos que ultrapassavam as recomendações da Metrópole. Pretendia não apenas manter a posse da margem direita do rio Guaporé, mas também ocupar a sua margem esquerda, para manter os espanhóis longe das lavras de ouro das novas minas, além de expandir o espaço de posse portuguesa, de forma que as jazidas auríferas dos Guarujus (na atual Bolívia) ficassem dentro dos limites luso-brasileiros. Essas ações visavam exercer o pleno domínio da via fluvial Guaporé-Mamoré-Madeira, a fim de evitar o perigo de ataque espanhol e assegurar o tráfego pela Companhia de Navegação do Grão-Pará, a empresa estatal detentora do monopólio comercial de abastecimento das minas de Mato Grosso e do transporte do ouro para Portugal via Belém do Grão-Pará (LIMA, 2012). Cárceres construiu fortes na fronteira norte e sul, garantindo a realização de um plano político de conjunto, pelo qual procurava reprimir energicamente a expansão dos espanhóis e expandir o território luso (GARRIDO, 1940), permitindo a navegação e o controle das duas margens dos rios Guaporé e Paraguai, as duas grandes entradas de Mato Grosso ao norte e ao sul, respectivamente.

A partir de 1796, percebe-se um rápido declínio da região guaporeana, em função de um surto de varíola, dizimando grande parcela da população de Vila Bela, povoados e arraiais auríferos, ocasionando o início da decadência do alto e médio Vales do Guaporé, com redução da produção de ouro ao mínimo, abandono dos sítios agrícolas e pecuários, e praticamente a quase total paralisação do comércio com a capitania do Grão-Pará, tornando-se cada vez mais raras as viagens comerciais das monções entre a Vila Bela e Belém (LIMA, 2012).

Em que pese esta mudança na ordem do fluxo e direcionamento da Capitania de Mato Grosso, antes voltando seus esforços ao Sul, a influência do Grão-Pará, entre 1755 e 1796, foi curta, em função da crescente escassez de metais encontrados na região guaporeana, das características de ouro de aluvião, da falta de força de trabalho escrava, das dificuldades de fornecimento de alimentos por sistemas endógenos e seu corolário, as dívidas com o capital comercial luso-paraense. Os passivos comerciais em Vila Bela acumularam-se rapidamente e a navegação reduziu, levando a uma incapacidade de manutenção da rota Vila Bela-Belém do Pará em 1796. Apesar dessas

dificuldades econômicas, Vila Bela permaneceria como efetiva capital até o final do período colonial, quando finalmente perdera esta posição para Cuiabá, em 1835.

A crise ao final do século XVIII demonstrava o arquétipo de capitalismo construído na Colônia. O excedente econômico gerado pela colônia era apropriado através do "exclusivo metropolitano" do comércio. Desse modo, o mercado colonial servia de reserva para a espoliação da burguesia metropolitana, devido a imposições mercantilistas. Por razão do monopólio existente, os comerciantes portugueses tinham exclusividade de compra e venda de produtos nas Colônias, o que lhes proporcionava lucros sobrenormais dos dois lados, sendo monopsonistas e monopolistas ao mesmo tempo (LENHARO, 1982).

A decadência das minas de ouro no final do século XVIII afetava não somente Vila Bela, mas a Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá. Os roteiros monçoeiros do Sul e do Norte sequer mantinham uma viagem ao ano, pois, tanto os comerciantes paulistas quanto os luso-paraenses sabiam da escassez de ouro na região, e não estavam dispostos a correr o risco de transportar mercadorias até o extremo oeste sem a certeza de pagamento (SIQUEIRA, 2002). Neste quadro, cria-se um momento de isolamento da Capitania de Mato Grosso em relação aos demais centros coloniais, visto que Vila Bela e Cuiabá não mantinham funções orgânicas ao capitalismo luso-brasileiro.

> *Não era reduzido o número de comerciantes de Cuiabá e Vila Bela envolvidos em demandas de cobrança de dívidas atrasadas. Isso era sinal de como a desigualdade das trocas comerciais se agravava, acumulando um déficit oneroso para as finanças da Capitania e acarretando piores condições de vida para a população consumidora local* (LENHARO, 1980 apud SIQUEIRA, 2002, p. 74).

O período de 1800 a 1840 revela um momento singular e de transformação na Província do Mato Grosso. A mineração havia chegado aos seus estertores, a navegação para o Grão-Pará foi desativada, as monções com São Paulo também não se realizavam com a mesma frequência de outrora, o endividamento comercial tanto de Vila Bela quanto de Cuiabá alcançava níveis insustentáveis, a pobreza e a exclusão social dos afrodescendentes e indígenas era alarmante, e a ausência de uma nova atividade econômica pressionava os brasileiros nativos a se levantar contra a elite lusa estabelecida, que ficou conhecida como Rusga. Esse movimento político gerou a substituição parcial da elite lusa por uma elite nacional, mas sem grandes impactos

no tecido social regional. Na verdade, foi um conflito das elites o controle do reduzido excedente econômico gerado neste período.

O sistema sesmarial foi extinto com a promulgação da Lei de Terras, de 1850, que estabeleceu a compra como única forma de aquisição de terras. Somente os indivíduos com recursos poderiam adquirir terras do Estado Nacional, que deixaram de ser concedidas através de Cartas de Sesmarias e passaram a ser escrituradas em cartório. Esta nova institucionalidade, alterando as regras de acesso à posse da terra, criou um mercado fundiário até então inexistente, impondo um reordenamento territorial.

Interessante que o "fechamento institucional" da fronteira de expansão das terras por acesso livre ocorre exatamente no ano da abolição internacional do comércio de escravos. Sem fontes de reposição externa da força de trabalho, os latifundiários precisavam excluir a posse da terra como fonte de reprodução social, para garantir a formação do excedente em suas unidades produtivas. Sem a posse da terra como suporte para a sua reprodução, restaria às famílias e indivíduos com menor ou nenhum controle dos meios de produção a possibilidade de alienar o seu trabalho aos grandes fazendeiros.

Contudo, a alteração do processo de regularização fundiária não impactou tão fortemente a economia mato-grossense, porque uma das grandes dificuldades do Mato Grosso, em meados do século XIX, era de integração com os centros mais dinâmicos. Os sinais da criação de um mercado de terras não foram internalizados na Província devido à ausência de um produto com valor de exportação, à baixa densidade de habitantes não indígenas e às dificuldades de logística. Precisava-se de uma nova rota de transporte para substituir a ligação terrestre com Goiás e uma atividade produtiva que gerasse excedente.

Depois de várias tratativas, em abril de 1856, foi assinado o Tratado de Aliança, Comércio Navegação e Extradição entre Brasil e a República do Paraguai. Neste acordo, formalizou-se a integração dos rios Paraguai, Uruguai e Paraná, interligando o Brasil à Argentina, Paraguai e Uruguai. Havia um forte interesse da Inglaterra neste processo de integração, mas ao Paraguai não interessava o acesso inglês aos territórios sul-americanos, principalmente porque a economia paraguaia era autossuficiente, controlada pelo Estado, produzindo inclusive bens industriais. Argentina, Brasil e Uruguai não mostravam repulsão pela Inglaterra, e estavam dispostos a comercializar

seus produtos para as indústrias inglesas. Ao Paraguai interessava a saída para o oceano Atlântico (SIQUEIRA, 2002).

A abertura da navegação, em 1856, representou um alento à economia mato-grossense, que pôde iniciar um novo ciclo de expansão. Corumbá e Cáceres, por estarem localizadas às margens do rio Paraguai, tornaram-se importantes polos regionais. Os produtos que começaram a gerar importantes excedentes econômicos foram a pecuária e a poaia. No entanto, antes de se estabelecerem como atividades econômicas preponderantes, eclodiu a Guerra do Paraguai.

Entre dezembro de 1864 e março de 1870, a Guerra do Paraguai afetou seriamente o Mato Grosso. A navegação pelo oceano Atlântico interrompida, a força de trabalho desestruturada frente à epidemia de varíola e uma baixa capacidade de demanda interna remontam a um quadro de dependência exógena para acumulação de excedente, que, mesmo tendo a poaia e artefatos de couro para exportação, não conseguia realizá-la pelas dificuldades de produção e escoamento. Sem produção não havia arrecadação de impostos, o que remetia ao endividamento público tanto pelos esforços de guerra quanto para manutenção das condições mínimas de vida na Província. Com o Paraguai arrasado pela guerra, os vencedores impuseram as suas intenções, sendo que para Mato Grosso a mais importante foi a reabertura da navegação da bacia platina. Através do rio Paraguai, Mato Grosso volta a se comunicar com centros econômicos mais desenvolvidos. De 1870 a 1930, a navegação nesta bacia foi ininterrupta, com grande fluxo de mercadorias, pessoas e ideias (MENDONÇA, 1981; SIQUEIRA, 2002).

As embarcações que faziam o trajeto Rio de Janeiro-Cone Sul-Corumbá-Cáceres e Cuiabá levavam em média de 30 a 40 dias (PÓVOAS, 1977). Para a época, quando as viagens levavam de três a quatro meses por estradas internas, foi um grande salto na redução do tempo de viagem. Além disso, a capacidade de transporte expandiu-se fortemente com os navios a vapor. A escala e o tempo de deslocamento criaram novos eixos logísticos, que impulsionaram a economia regional.

O capital comercial, em franca expansão mundial, identificou oportunidades de empreendimentos em Mato Grosso para fornecimento de bens industriais produzidas na Europa. Além disso, havia algumas matérias-primas de interesse, que logo atraíram o capital produtivo. Os principais produtos fornecidos por Mato

Grosso eram couros bovinos secos, sebos, crinas, penas de aves, cascos de animais, látex manufaturado, erva-mate e poaia ensacada (SIQUEIRA, 2002). O capital estrangeiro comercial se estabeleceu em três principais polos – Corumbá, Cáceres[6] e Cuiabá, em função da navegação fluvial. Para garantir o fornecimento de produtos regionais, as forças comerciais também passaram a controlar o sistema de extração de poaia e látex, além de organizar a produção de gado de forma extensiva. Esta fase é de conformação de um capitalismo comercial voltado novamente ao eixo Sul, onde a saída pelo oceano Atlântico se consolidou como a forma mais segura e competitiva de interligar Mato Grosso ao mundo capitalista. A acumulação de capital se expande mais uma vez, muito relacionada às condições biofísicas do território, dado o caráter do extrativismo da biodiversidade. Em 1882, Cuiabá alcançava 20 mil habitantes, uma recuperação em relação a 1867, quando dos 12 mil habitantes, estima-se que quase a metade tenha falecido por varíola.

Mesmo com a abertura da navegação e a possibilidade de revigorar a economia, com novos vetores produtivos e a exportação de produtos industriais e da poaia, a balança comercial mato-grossense permaneceu deficitária entre 1872 e 1897, quando o saldo negativo foi coberto pelo Governo Imperial e pelo Governo Republicano. A fase entre 1870 e 1890 apresentou reduzido movimento de exportação. Entre 1890 e 1914 surgem, ao lado da extração da poaia, dois outros sistemas extrativos – a borracha e a erva-mate, estes com maior capacidade de agregação de valor, gerando excedentes apropriáveis a partir de 1902, em função do considerável superávit da balança comercial de Mato Grosso. A pecuária, tradicional produção mato-grossense, somente se estabeleceria como vetor econômico a partir de 1914, com o término da construção da ferrovia interligando Mato Grosso (a atual porção sul) com São Paulo (BORGES, 2001).

A exploração da poaia gerou acumulação de capital na porção oeste de Mato Grosso, na região compreendida entre o rio Paraguai e o rio Guaporé, o que poderia ter orientado mais uma vez a Província para o Norte, em contato com os núcleos amazônicos. Contudo, dadas as condições de navegação na bacia platina, Mato

[6] As primeiras empresas industriais com alta potencialidade de produção e exportação para a Europa surgiram em Cáceres, após a Guerra do Paraguai, pelas usinas de açúcar e as charqueadas de Descalvados e Barranco Vermelho.

Grosso consolida a sua orientação ao Sul, sofrendo influência direta da navegação no oceano Atlântico, com Barra do Bugres, Cáceres e Corumbá sendo os núcleos de organização desse empreendimento. Como outrora, no ciclo da mineração, a base de sustentação da economia poaieira é o extrativismo, porém, sem inovações técnicas ou um modelo de sustentação produtiva a longo prazo, dizimou os estoques de plantas nativas e destruiu seu hábitat natural, conduzindo a uma redução da disponibilidade de recursos e um esforço crescente na extração das raízes. A tendência de escassez precisaria de condições de arregimentação desta força de trabalho, de forma a garantir o fornecimento da matéria-prima, estabelecendo-se um sistema similar ao aviamento da borracha.

Outro produto regional amazônico que pôde ser extraído e exportado pela hidrovia do Paraguai foi o látex. Os ameríndios conheciam e utilizavam a borracha antes da chegada dos europeus (LIMA, 2008). As aplicações em larga escala da borracha somente foram desenvolvidas em 1840, quando a Goodyear criou o processo de vulcanização de pneumáticos baseado na borracha. O Brasil passou a ser o maior fornecedor mundial, em especial as províncias do Ceará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Mato Grosso, Pará e Amazonas (SIQUEIRA, 2002). A partir de 1874, inicia-se a exportação de grande vulto, mas até o final da década de 1880 a exportação ainda estava organizada de forma precária (BORGES, 2001). Cuiabá se transformou em centro comercial do produto, com várias empresas criadas para exportar a borracha mato-grossense. Destacaram-se, entre elas, a Casa Almeida & Cia., Alexandre Addor e Firmo & Ponce (SIQUEIRA, 2002), exportando para várias partes do mundo, principalmente para Londres e Hamburgo.

A economia gumífera estava baseada no extrativismo, assim como a mineração, a poaia e a erva-mate. Em Mato Grosso, as mangabeiras e seringueiras estavam concentradas na bacia do rio Tapajós e do Paraguai, classificadas como látex de excelente qualidade, pelo seu teor de coagulação (SIQUEIRA; COSTA; CARVALHO, 1990). O crescimento da extração deslocou grande parte da mão de obra disponível na região para a extração do látex, o que desarticulou a produção local de alimentos e agravou sobremaneira o problema de escassez de trabalhadores. No entanto, ocorreu um intenso fluxo migratório na região a partir do terceiro quartel do século XIX, provocado por um longo período de estiagem no Nordeste brasileiro, o que,

em última instância, supriu a falta de população economicamente ativa na região (WEINSTEIN, 1993). O sistema de aviamento, pelo qual o latifundiário controlava a força de trabalho, estabeleceu-se como elemento estruturante do sistema produtivo[7].

Em 1901, as exportações de borracha representavam importantes 23% das exportações mato-grossenses, alcançando a participação de 59% em 1907, e o pico em 1910, com 69% do valor exportado por Mato Grosso. A extração de látex permaneceria como principal atividade econômica de Mato Grosso até 1917, quando foi suplantada em 1918 pela pecuária e seus subprodutos, que estavam em franca expansão desde 1914, com o advento da ferrovia Noroeste do Brasil e da Segunda Guerra Mundial. A participação da borracha na exportação regional declinaria até a década de 1930, tornando-se o terceiro sistema produtivo na pauta de exportações, atrás da pecuária e da erva-mate (BORGES, 2001).

Na região sul da Província, hoje território de Mato Grosso do Sul, surgiu, ainda, no fim do século XIX, a produção de erva-mate (*Ilex paraguariensis*). Em 1878, o empresário Tomás Laranjeira obteve privilégios da Província para instalar a empresa Mate Laranjeira (SIQUEIRA, 2002). Conseguiu arrendar toda a região banhada pelos afluentes da margem direita do rio Paraná, numa área de aproximadamente 400 léguas quadradas. Em 1884, com o aumento da importância dos ervais, o Presidente da Província, General Floriano Peixoto, criou um imposto sobre a exportação de erva-mate, com elevação da receita pública de Mato Grosso (MENDONÇA, 1981).

A Mate Laranjeira expandiu as terras arrendadas, adquiriu propriedades territoriais, construiu trechos interligados por trilhos para facilitar a logística e reduzir o custo de transporte interno, adquiriu chatas, vapores e lanchas, comprou gado e edificações para a administração, empregados e armazenamento da erva-mate, contando ainda com setores de apoio ao processo produtivo. Associou-se ao empresário argentino Francisco Mendes, alterando a razão social para Laranjeira Mendes & Companhia. Como Mendes já possuía uma unidade na Argentina, a erva extraída em Mato Grosso passou a ser processada na indústria portenha, com maior diferenciação, com as linhas de ervas finas, ervas para chá e chimarrão, além da erva tereré. Parte da produção também era exportada para a Europa (SIQUEIRA, 2002).

[7] Houve uma complementação entre o sistema extrativo da poaia e do látex. Como o período de extração destes sistemas não coincidia, os trabalhadores eram alocados em torno de seis meses em cada sistema, sendo ambos regidos pelo aviamento.

A Laranjeira Mendes & Companhia tornou-se um empreendimento de grade vulto para o Mato Grosso, tanto na organização da produção, exportação e acumulação de capital quanto no pagamento de arrendamentos e impostos ao governo provincial. Os arrendamentos eram sempre pagos antecipadamente, mas o controle sobre o total extraído e o respectivo imposto incidente era deficitário. Em função da dificuldade de tributar a borracha que acabava sendo registrada no Pará ou Amazonas e das disputas políticas na virada do século XX, os recursos pagos pela Laranjeira Mendes & Companhia se constituíam na principal receita pública provincial. Na verdade, a Laranjeira Mendes & Companhia constituiu um agente de grande poder regional, subordinando as estruturas institucionais ao capital econômico.

Em 1901, a erva-mate representava importantes 63% das exportações mato-grossenses, tornando-se a principal atividade econômica capaz de internalizar excedentes externos. Até 1906, permaneceria como o setor mais dinâmico, sendo ultrapassado em importância pelas exportações da borracha, em 1907. Manteve-se como segundo setor mais dinâmico, com participação acima de 20% até 1911, quando perde posição para a pecuária, já em forte expansão. Com a retração da economia gomífera, assume a segunda posição em acumulação externa a partir de 1921, alcançando entre 37% e 38% da pauta de exportações, ao final da década de 1920 (BORGES, 2001).

Considerando a proximidade com a República do Paraguai, a Laranjeira Mendes & Companhia contratava preferencialmente trabalhadores paraguaios, que após a guerra estavam em uma condição social vulnerável. Os salários dos paraguaios eram inferiores aos pagos a brasileiros. A Laranjeira Mendes & Companhia exercia um forte domínio sobre os paraguaios, pois não falavam a língua local, viviam reclusos na área de propriedade da empresa, isolados de sua pátria e de suas famílias. Conhecidos como "mineros", os paraguaios eram obrigados a cumprir uma dura jornada de trabalho, sendo as regras estabelecidas pela Laranjeira Mendes & Companhia, sem interferência exógena nem controle estatal. A empresa possuía o seu próprio policiamento e aplicação de multas, construindo a sua própria institucionalidade (SIQUEIRA, 2002).

Mais uma vez, os empreendimentos na fronteira do capital revelam a sua face, ao extrair excedente a partir de meios coercitivos e de exploração dos recursos

naturais e humanos. De forma similar à mineração, extração da poaia e da borracha, o extrativismo de erva-mate se sustentou na sobre-exploração do trabalho e da natureza, mantendo a formação do excedente sob o controle de uma minoria, e sem profundas transformações sociais. E, além disso, não percebeu a necessidade de investimento na base produtiva, sem o cuidado de construir um sistema de manejo ambiental que pudesse manter a extração em longo prazo.

Na relação de trabalho, a substituição do sistema extrativo pelo produtivo não modificou as relações trabalhistas. As leis dos coronéis vigoravam nas usinas de açúcar, na empresa de erva-mate e na extração da poaia e de látex, que usavam a força como instrumento de extração da mais-valia. Borges (2001) menciona que o trabalho escravo nas usinas de açúcar e nos ervais de Cuiabá existiu, conforme registros, até 1931, sendo a escravidão de negros, índios e brancos sob um sistema repressivo, com guarda armada.

Com a revolução de 1930, buscou-se implantar no país novas formas de produção, em especial no período 1937-1945 (Estado Novo), recriando as institucionalidades vigentes. Implementou-se uma legislação padronizada em todo o território nacional, dando preferência aos trabalhadores nacionais frente aos estrangeiros e forçando as empresas a registrar os funcionários. Além disso, Getúlio Vargas pretendia substituir o modelo empresarial de exploração de erva-mate por um sistema baseado em pequenas propriedades e de base familiar. Houve um desestímulo à renovação dos contratos de arrendamento pela Laranjeira Mendes & Companhia, que foi desativada em 1947. Com a ausência da empresa Laranjeira Mendes & Companhia, ocorreu um intenso fluxo migratório em direção à porção sul no atual estado Mato Grosso do Sul (SIQUEIRA, 2002).

Assim, pode-se dizer que o declínio da produção de erva-mate de Mato Grosso tem fundamento no seu modelo socioprodutivo baseado na exploração da força de trabalho e da natureza. Como argumenta Haddad (2006), a sobre-exploração do trabalho e da natureza são vantagens competitivas espúrias, que não se sustentam em longo prazo. Com o advento da institucionalização do trabalho formal, a base de acumulação primitiva da Laranjeira Mendes & Companhia e reduziu consideravelmente. Além disso, com a quase extinção dos ervais nativos, não havia mais recurso da biodiversidade a ser transformado em mercadoria, fragilizando ainda mais o sistema. Por fim, a mudança institucional implicou em

uma política econômica contrária aos interesses comerciais desta cultura, levando o segmento econômico à falência em menos de duas décadas. Pode-se perceber que os condicionantes da derrocada do sistema erval são similares ao extrativismo mineral, da poaia e da borracha.

A pecuária bovina foi implantada desde 1737, mas durante todo o período colonial e quase todo o imperial não conseguiu estabelecer crescimento econômico autônomo (BORGES, 2001). Os impulsos para dinamicidade desta atividade estavam relacionados à demanda exógena, tanto quanto os demais produtos que acumularam capital em território mato-grossense. A expansão da pecuária somente se estabeleceria com a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. A ferrovia possibilitou tanto a industrialização parcial quanto o deslocamento do gado nos vagões. A industrialização do charque foi muito lucrativa, visto que a carne seca tendo durabilidade, poderia ser exportada para as regiões longínquas. Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial houve uma forte expansão da demanda, com o abastecimento das tropas europeias com a carne mato-grossense (SIQUEIRA, 2002). Após a construção da ferrovia, registra-se que em 1915 as exportações derivadas da pecuária eram de 27%. Em 1918, durante a guerra, registra-se 51% das exportações, tornando a pecuária e seus subprodutos a principal atividade econômica regional. Desde então, a pecuária se estabeleceria como o grande esteio da economia regional, até as últimas décadas do século XX (BORGES, 2001), reordenando o sistema regional, de extrativismo para produção.

A questão da regularização fundiária ainda estava por ser resolvida. Em 1927, um novo regulamento de terras passa a vigorar em Mato Grosso, buscando elevar o rigor na regularização através de medidores e demarcadores nomeados pelo Estado. Precisava-se conter os recorrentes abusos nos processos de legalização da posse da terra. A partir de então, há um maior controle sobre as terras devolutas, públicas e de propriedade privada. Contudo, há uma mudança importante na dimensão máxima das áreas. Na legislação de 1892, previa-se que cada propriedade poderia alcançar 900 hectares para áreas de lavoura e 3.600 hectares para pastagens. Na lei de 1927, suprime-se a limitação de 900 hectares de área de lavoura, garantindo legalidade a qualquer propriedade que não excedesse 3.600 hectares (MORENO, 1993).

De 1932 a 1934, o déficit fiscal de Mato Grosso foi elevado com o atraso do pagamento do funcionalismo público. Havia um descontentamento geral com a administração pública (MENDONÇA, 1981). As fontes de receitas públicas eram

a pecuária e seus subprodutos e a erva-mate, considerando a desarticulação da borracha, da poaia e da mineração de ouro e diamante. A crise econômica mundial estava em seu ápice, e as economias fortemente dependentes da exportação sofreram, como Mato Grosso, uma forte retração da demanda de seus produtos. Havia um forte processo de pauperização da sociedade regional.

A ideia do isolamento geográfico e da ausência do fator humano preparado para um sistema produtivo permanece. Criada em 1943, a Expedição Roncador-Xingu, que mais tarde se tornaria parte da Fundação Brasil Central, tinha como objetivo iniciar um novo movimento colonizador que, partindo de São Paulo, adentrasse o território mato-grossense. Conforme Póvoas (1996):

Formou-se uma verdadeira 'bandeira' do século XX [...] o empreendimento teve como ato inaugural uma missa solene, no Mosteiro de São Bento, na Capital Paulista, no momento da partida da 'bandeira', à semelhança do que faziam os bandeirantes do século XVIII [...] A expedição partiu de São Paulo e a 2 de agosto chegava a Uberlândia no Triângulo Mineiro, pelos trens da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, de onde seguiu para a fronteira de Goiás com Mato Grosso, na barra do rio da Garças no Araguaia [...].

Percebe-se a visão neocolonizadora, que se apoia em um processo de ocupação exógena à região, com um objetivo modernizante e progressista que poderia romper com o isolamento e o atraso. A bandeira moderna não buscava metais preciosos ou aprisionar indígenas, mas conectar a "fronteira de recursos naturais" ao centro dinâmico da economia nacional e expandir a fronteira da produção capitalista. O controle sobre as terras por agentes econômicos condizentes com a racionalidade capitalista poderia engendrar a formação de novos mercados, como o fundiário, de recursos naturais e de bens agropecuários. Em um país que se propunha a se industrializar, a oferta de alimentos a preços baixos representava uma necessidade fundamental, posto que a reprodução social da força de trabalho não impunha a necessidade de elevados salários e, quanto menor o gasto com alimentos, maiores os montantes gastos com bens industriais. Desta forma, o avanço sobre as terras do Centro-Oeste pelos bandeirantes modernos seria estratégico.

Em 1945, assume a presidência o mato-grossense General Eurico Gaspar Dutra. Ao nível estadual, assume como governador o Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo (MENDONÇA, 1981). Em 1945, criou-se o Fundo Rodoviário, que implantou, em 1947, o Departamento de Estradas de Rodagem no Mato Grosso (PÓVOAS, 1977),

criando as bases da implantação das rodovias. Os estudos e reconhecimento do território pela Expedição Roncador-Xingu forneceram subsídios para a construção do eixo de integração rodoviária.

A partir do governo de Arnaldo Estevão intensifica-se o processo de ocupação da região norte de Mato Grosso. Como engenheiro agrônomo, Estêvão visualizava a possibilidade de transformação das matas em sítios e fazendas produtivas. Foram implantadas as colonizações de Mutum, do Vale do São, Dourados, Bodoquena e de Barra do Bugres. Com o início da integração pelas rodovias a partir de 1950, pode-se afirmar que o governo de Arnaldo Figueiredo representou o início da ocupação do território mato-grossense, visando à implantação da agropecuária nos moldes atuais (MENDONÇA, 1981).

Na Constituição Federal de 1946, os Estados federados passaram a ter mais autonomia na concepção da política agrária. No entanto, o que viria a acontecer, considerando as legislações sobre as terras, desconsiderava vários dispositivos traçados no decorrer do tempo sobre as terras de Mato Grosso. As ocupações desordenadas do passado, às vezes com posses mansas, às vezes violentas, foram resolvidas com a legalização através de novas medições e revisão das medições originais. Com isso, terras onde não havia marcos ou fossem consideradas improdutivas seriam consideradas terras devolutas do estado de Mato Grosso. As novas institucionalidades de 1947 foram consideradas como "leis extremamente liberais, pois possibilitaram a regulação do arrendamento, as medições e demarcações de terras devolutas e a aquisição gratuita de terras desocupadas", além da possibilidade de compra, por garantia de direito de preferência às terras arrendadas, sendo fixados, ao término do contrato, 5% do valor venal das terras (MORENO, 1993). Se por um lado as leis permitiam o acesso menos burocrático às terras, por outro limitavam a posse a 10.000 hectares. Percebe-se uma importante alteração em relação aos limites legais de posse de terra, que eram de 3.600 hectares na legislação de 1892 e 1927, e passaram a ser de 10.000 hectares em 1949, criando um incentivo maior aos migrantes. Essa medida expandia a possibilidade de controle de capital fundiário, de especulação, de elevação da escala de produção e, ao mesmo tempo, a continuidade e expansão de latifúndios[8].

[8] Art. 156 - A lei facilitará a fixação do homem no campo, estabelecendo planos de colonização e de aproveitamento das terras públicas. Para esse fim, serão preferidos os nacionais e, dentre eles, os habitantes das zonas empobrecidas e os desempregados. § 1º - Os Estados assegurarão aos posseiros de terras devolutas, que nelas tenham morada habitual, preferência para aquisição até vinte e

Pode-se afirmar que, desde 1947, com a construção da nova institucionalidade de ocupação fundiária, permitiu-se a transferência do controle das terras públicas aos capitais particulares. Este processo tinha abrangência nacional, mas em Mato Grosso havia o olhar específico de um governador com formação em engenharia agronômica, que acreditava na agricultura como elemento estruturante da sociedade regional. Nesses termos, em que pese à multiplicidade da trajetória tecnico-econômica, a seleção de um vetor condiciona e determina muitos desdobramentos posteriores. Assim, com a nova legislação fundiária e a intenção de ocupar o território com migrantes, com objetivo de substituir a cobertura vegetal por sistemas produtivos, o estado de Mato Grosso possibilitou a venda de terras a preços irrisórios, como R$ 0,11 por hectare (a preços de dezembro de 2012), conforme Ribeiro (2013). Como o governo de Arnaldo de Figueiredo estava baseado no binômio transporte e colonização, estavam lançadas as bases de ocupação em uma nova perspectiva socioprodutiva, que se fundou na substituição do extrativismo e da pecuária extensiva por uma agricultura de fronteira, que com a integração rodoviária, poderia dar vazão à produção regional em direção aos principais centros consumidores nacionais.

Segundo Soares (2004), a nova legislação fundiária que vigorava desde 1947 não agradava aos setores políticos e econômicos, e o governo de Fernando Corrêa da Costa (1951-1956) introduziu o dispositivo (Lei 461/51) no Código de Terras, assegurando o direito de contratar os serviços de terceiros para a colonização das áreas ou parte delas reservadas para esse fim. Imbuído da ideia de que o território mato-grossense ainda estava pontilhado com imensos "vazios" populacionais, já que as populações indígenas não eram consideradas, o governo de Corrêa da Costa implementou as facilidades de acesso à terra. para elevar o fluxo migratório:

> *O território mato-grossense constitui, de fato, um convite para uma deslocação de fronteira, à espera de novos bandeirantes dotados de iniciativa, aparelhados e métodos modernos* (CORRÊA DA COSTA apud SIQUEIRA, 2002).

Em 1953, foi criada a SPEVEA (Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia), que tinha como função planejar a ocupação e utilização de recursos minerais e vegetais da Amazônia. Para tal, acreditava-se que era necessário

cinco hectares. § 2º - Sem prévia autorização do Senado Federal, não se fará qualquer alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dez mil hectares (BRASIL, 1946).

incorporar novas tecnologias para modernizar o extrativismo, bem como iniciar a produção agropecuária nos moldes tecnológicos dos países desenvolvidos. Na verdade, a necessidade de incorporar tecnologia e formas de gestão externas reforça a concepção de que a solução para o desenvolvimento seria exógeno. Assim, há uma antítese representada pelos métodos da população local, em especial os indígenas e caboclos, considerados arcaicos e pouco produtivos.

A ação da SPEVEA gerou um impacto significativo no fluxo de migrantes e no mercado de terras em Mato Grosso, conforme publicação no jornal "O Estado de São Paulo", em 1954, registrando que havia 40 mil processos de aquisição de terras. Citam-se locais onde seria possível adquirir as terras a preços simbólicos na região do atual estado de Mato Grosso. Atualizando os valores para dezembro de 2012, o alqueire paulista teria o preço de R$12,75 e o hectare de R$5,27. Não por acaso, houve uma forte comercialização a partir de 1954.

Em 1955, há um relato de Moreno (1993), que indica uma movimentação de mais de nove milhões de hectares neste período, representando cerca de 7,5% do território de Mato Grosso em apenas dois anos. O governador Corrêa da Costa encerra o seu mandato em janeiro de 1956, podendo-se afirmar que neste período há uma significativa transferência de terras devolutas a particulares, com uma arrecadação financeira capaz de equalizar as contas públicas e realizar investimentos na economia regional. Atualizando os valores das vendas de terras citadas por Moreno (1993), ter-se-ia uma entrada de aproximadamente R$ 21,239 milhões aos cofres estaduais na gestão de Corrêa da Costa[9].

Em janeiro de 1956, assume o governo o Dr. João Ponce de Arruda. Buscando solucionar o problema dos transportes, construiu várias rodovias estaduais (MENDONÇA, 1981), já que havia recursos orçamentários da venda de terras. Neste momento, o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRODOESTE) já havia possibilitado a pavimentação da BR-163 e da BR-364, e os investimentos

[9] No entanto, alguns conflitos fundiários foram percebidos neste processo. O órgão responsável pelo planejamento e vendas de terras na época era objeto de críticas pelo próprio governo, "[...] a febre na aquisição de terras neste Estado é tão grande que mesmo os seringais já estão sendo invadidos pelos requerimentos e se tornando em propriedades particulares" (SOARES, 2004). O fato da proliferação de aquisição de terras possibilitou a iniciativa privada, a colonização e também a aquisição de terras para especulação comercial.

estaduais buscaram capilarizar a integração rodoviária. Neste processo de integração, o mercado de terras continuou dinâmico durante as décadas de 1950-1970. Somando apenas o biênio 1955-56 e o ano de 1958, foram emitidos títulos para mais de 12 milhões de hectares, representando 9,7% da área de Mato Grosso.

Pode-se perceber como uma fonte de recursos valorizada pode fomentar a capacidade de investimento público. Neste caso, a valorização das terras e a possibilidade de alienação a particulares geraram um período de disponibilidade de recursos orçamentários no estado. Destarte, como a terra é um bem não reproduzível, o uso desse recurso deve ser classificado como redução líquida de patrimônio, e seu estoque redirecionado como fluxo. Porém, uma vez aplicado como fluxo, não retroalimenta novamente como estoque de recursos, encerrando um ciclo. Nada mais verdadeiro ao admitir que uma "poupança de capital natural" foi exaurida pelo Estado, e os seus fluxos investidos não se concretizariam por uma substituição de ativos econômicos que pudessem sustentar um novo ciclo de fluxos na forma de orçamento. Aplicado o recurso e esgotada a capacidade de alienação de novas terras, as fontes orçamentárias se esgotariam.

Assim, na década de 1950 já estavam consolidadas as bases infraestruturais necessárias para iniciar um novo momento da história econômica regional. As terras estavam sendo privatizadas a partir de uma nova institucionalidade, a rede de integração rodoviária estava sendo implantada, as comunicações iniciaram o processo de redução dos custos da informação e a força de trabalho – tão escassa, segundo os gestores coloniais, imperiais e republicanos – estava sendo arregimentada pelas oportunidades de aquisição de terras a custos muito reduzidos. Um novo capítulo começava a ser escrito.

EXPANSÃO DA FRONTEIRA ECONÔMICA (1960 A 1990)

Em janeiro de 1961, assume novamente o governo o Dr. Fernando Corrêa da Costa. Em seu segundo mandato foram criadas a ACARMAT[10], a CAMAT[11], a CASEMAT[12],

[10] Associação de Crédito e Assistência Rural de Mato Grosso.
[11] Companhia Agrícola de Mato Grosso S/A.
[12] Companhia de Armazéns e Silos de Mato Grosso.

o BEMAT[13]; a Usina Central de Jaciara (indústria açucareira) e diversas estruturas ligadas ao ensino e ao magistério; estradas e pontes, buscando a integração interna dos espaços produtivos; iniciou e quase concluiu a Usina nº 3 do rio da Casca (MENDONÇA, 1981). Não houve solução de continuidade em seu governo, mesmo com o golpe de Estado pelos militares, em março de 1964.

Em 1964, a mudança do comando político e administrativo no âmbito federal traria o aprofundamento da ocupação territorial de Mato Grosso. Em novembro de 1964, foi editada a Lei nº 4.504, conhecida como Estatuto da Terra. Nesse documento os militares alteraram alguns preceitos da Constituição de 1946, flexibilizando os limites máximos de cada propriedade rural. Antes limitada a 10.000 hectares, uma expansão considerável, comparada à legislação de 1892 e 1927, que limitavam a 3.600 hectares cada unidade rural, o Estatuto da Terra inovou com a definição de módulos rurais. O minifúndio seria o imóvel rural de área e possibilidades inferiores às da propriedade familiar, e o latifúndio seria o imóvel rural que excedesse 600 vezes o módulo médio da propriedade rural, nem a seiscentas vezes a área média dos imóveis rurais, na respectiva zona[14].

A dimensão da área dos módulos de propriedade rural é fixada para cada zona de características econômicas e ecológicas homogêneas, e distintamente pelos tipos de exploração rural que nela possam ocorrer. Em Mato Grosso, com exceção de Cuiabá, onde o módulo fiscal é de 30 hectares, nos demais municípios o menor módulo é de 60 hectares e o maior de 100 hectares. Considerando os limites introduzidos no Estatuto da Terra de 1964, tem-se que nos espaços onde o módulo é de 60 hectares, o limite superior de uma propriedade seria de 36.000 hectares, e nos municípios onde o módulo é de 100 hectares, o limite seria de 60.000 hectares.

Com esta alteração, a escala de produção e a possibilidade de especulação tomaram outra dimensão. Os limites de controle sobre uma propriedade se elevam de 10.000 hectares para no mínimo 18.000 hectares, podendo alcançar 60.000 hectares. Somando a possibilidade de crédito ofertado pela SUDAM, a infraestrutura de

[13] Banco do Estado de Mato Grosso.

[14] Artigo 4º do estatuto da Terra: V - "Latifúndio", o imóvel rural que: a) exceda a dimensão máxima fixada na forma do artigo 46, § 1°, alínea b, desta Lei, tendo-se em vista as condições ecológicas, sistemas agrícolas regionais e o fim a que se destine; b) não excedendo o limite referido na alínea anterior, e tendo área igual ou superior à dimensão do módulo de propriedade rural, seja mantido inexplorado em relação às possibilidades físicas, econômicas e sociais do meio, com fins especulativos, ou seja, deficiente ou inadequadamente explorado, de modo a vedar-lhe a inclusão no conceito de empresa rural.

transportes que estava sendo executada pela SUDECO e os baixos preços das terras, criava-se uma expectativa positiva em relação à ocupação territorial.

Segundo Costa (2000), a atuação da SUDAM foi direcionada aos grandes projetos de desenvolvimento na Amazônia, sendo que em Mato Grosso as grandes fazendas foram privilegiadas. Grande parcela dos recursos foi aplicada na substituição de floresta por pastagens e culturas agrícolas temporárias. Não havia um planejamento territorial para a ocupação e os incentivos não promoveram o desenvolvimento regional, mas o acesso aos recursos naturais e à concentração fundiária.

Para o Estatuto da Terra, a colonização significava toda a atividade oficial ou particular que se destinasse a promover o aproveitamento econômico da terra, pela sua divisão em propriedade familiar ou através de cooperativas. Somavam-se aos esforços regionais de ocupação territorial a legislação federal, que buscava regular a forma de acesso e criar os instrumentos para que a fronteira agropecuária fosse equipada e com condições de produção. Dentre os instrumentos estavam o acesso ao crédito, como a SUDAM e a SUDECO; os programas de integração logística, como o PIN e PRODOESTE, além de programas de ocupação como PROTERRA, e de produção, como PRODEPAN, POLOAMAZÔNIA, POLOCENTRO, POLONOROESTE, PROBOR, operacionalizados principalmente a partir da década de 1970.

Antes deste processo de ocupação mais vigoroso, em janeiro de 1966 assume o governo de Mato Grosso o engenheiro civil Pedro Pedrossian. Este foi considerado um governador desenvolvimentista, realizando diversas obras públicas, sendo que em cada município do estado de Mato Grosso houve pelo menos uma obra construída nesta gestão. Percebe-se que os recursos obtidos com a venda de terras iniciada na década de 1950 ainda retroalimentam a economia e financiam instalação de equipamentos sociais. Foram grandes as expectativas de sua gestão:

> *A ascensão do Engenheiro Pedro Pedrossian ao governo do Estado foi cercado de esperanças pelo povo, na expectativa de uma administração renovadora que viria "quebrar as velhas estruturas", como ele próprio prometia nos seus pronunciamentos de campanha eleitoral* (PÓVOAS, 1996).

Apesar da reconhecida corrupção e ilegalidade nas vendas de terras, foi somente no governo de Pedrossian que o Departamento de Terras e Colonização, desacreditado moralmente, foi extinto em fevereiro de 1966. Entre 1966 e 1970 foi criada a Comissão de Desenvolvimento do Fundo de Planejamento, que substituiu o

DTC no processo de oferta de terras devolutas e de legalização fundiária. Em 1970, foi criada a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso (CODEMAT) para legitimar a propriedade de terras.

No governo de Pedrossian as rodovias mereceram atenção especial, com construção de estradas vicinais, permitindo a capilaridade do sistema de transporte, com acesso não apenas aos núcleos urbanos de menor porte, mas às áreas rurais produtivas. A coordenação do processo de instalação dessas rodovias ficou a cargo da CODEMAT, que, apesar de esforços técnicos, gerou importantes déficits públicos no orçamento no governo de Pedrossian. Ainda em seu governo, foi criado o Instituto de Ciências e Letras (ICLC) e, logo depois, foi realizada uma das mais importantes ações de sua gestão, a criação da Universidade Federal de Mato Grosso, em 12 de dezembro de 1969, com sede em Cuiabá (MENDONÇA, 1981).

O governo de Pedrossian foi beneficiado com o início das operações da SUDAM. Em 1º de fevereiro de 1966, em Macapá, com a presença de governadores da região, o Presidente da República, Castelo Branco, anuncia o início da chamada "Operação da Amazônia", que objetivava transformar a economia da Amazônia, e ao mesmo tempo fortalecer suas áreas de fronteira. A antiga SPVEA foi substituída pela SUDAM. Abriam-se as concessões de incentivos fiscais em favor da região amazônica, a partir da Lei nº 5.174, que incluía amplas vantagens às empresas que se instalassem na Amazônia. Além da isenção de impostos sobre a renda, taxas federais, atividades industriais, agrícolas, pecuárias e de serviços básicos, a legislação isentava de impostos e taxas a importação de máquinas e equipamentos, e de bens doados por entidades estrangeiras.

Em março de 1971, assume o governo José Manoel Fontanillas Fragelli, indicado pelo Presidente Emílio Garrastazu Médici, e eleito pela Assembleia Legislativa Estadual. Em seu governo foram intensificadas as obras de infraestrutura, com a construção de 1.200 quilômetros de rede de transmissão de energia elétrica gerada em Urubupungá; Instalada a linha de transmissão Cachoeira Dourada-Cuiabá, estabilizando o fornecimento de energia à capital e construídos aproximadamente 4.500 quilômetros de estradas vicinais com recursos do PRODOESTE (MENDONÇA, 1981). Em 1970, iniciaram-se os trabalhos da EMBRATEL, e em 1972 foram ofertados 120 canais telefônicos em Cuiabá (PÓVOAS, 1977). Percebe-se que a

telecomunicação estava em seus primórdios no início da década de 1970, quando ainda se precisava de telefonista. Contudo, segundo Póvoas (1977), representava um avanço na integração de Mato Grosso aos centros mais dinâmicos do país, reduzindo os custos da informação e o tempo de difusão das notícias relevantes.

Em 1972, o Governo do Estado criou a Comissão Especial de Terras, subordinada à Secretaria de Agricultura, que tinha o objetivo de sistematizar os documentos relativos às terras particulares e da União. As Terras Indígenas, de propriedade da União, ficaram sob a responsabilidade da FUNAI. Ainda em 1972, foi criado o Departamento de Geografia e Geologia, incumbido da formulação de políticas agrárias, colonização e de cadastramento das posses de terra. Em 1975, este departamento seria substituído pelo Instituto de Terras de Mato Grosso (INTERMAT), que assumiria as mesmas funções de controle da posse da terra.

Um fator de integração e modernização do espaço regional foi a redução do tempo de deslocamento, posto que em 1970 estimava-se 72 horas de viagem entre Cuiabá e São Paulo, consideravelmente inferior aos 30 dias de navegação entre o Rio de Janeiro e Cuiabá antes da integração rodoviária[15]. Este processo foi tão intenso que desarticulou o transporte fluvial de passageiros, que, além de maior demanda de tempo, apresentava piora das condições de navegabilidade (PÓVOAS, 1977). A navegação ficou restrita ao transporte de mercadorias.

As comunicações e os transportes representavam vetores do progresso e processo de inclusão de uma vasta região que gravitava em torno do "mito do isolamento", que agora estava sendo rompido. Quanto maior a integração logística e de comunicação, torna-se menos distante dos centros dinâmicos, criando expectativas positivas em relação à sua integração produtiva.

Este momento da história de Mato Grosso é singular, representando a implantação de um modelo bem definido de desenvolvimento. A terra sendo fortemente privatizada a preços simbólicos, a extensão das unidades de produção sendo flexibilizada, podendo alcançar até 60.000 hectares, a SUDAM ofertando

[15] Ao iniciar o século XX, quando a via fluvial permanecia como a principal rota de transporte e comunicação de Mato Grosso, a população alcançava cerca de 118 mil pessoas. Em 1920, após a implantação da ferrovia (1914), a população totalizava 247 mil habitantes. Em 1950, a população chegava a 522 mil habitantes. Com o PRODOESTE e a construção de rodovias, em apenas dez anos (1950-1960) a população mato-grossense alcança 910 mil habitantes. A taxa de crescimento populacional foi de 5,96% ao ano entre 1960-1970, quando a população alcançou 1,623 milhões de habitantes.

crédito farto e a juros subsidiados, a rede de transporte sendo implantada, as comunicações reduzindo o isolamento e os custos da informação, e um fluxo migratório relativamente elevado, formado um mercado de trabalho regional.

Conforme Mendonça (1981), ainda no governo de José Manoel Fontanillas Fragelli foram iniciadas as obras do Centro Político Administrativo (CPA), obra de modernização de Cuiabá, onde se instalou a administração do governo regional[16]. Para Póvoas (1977), havia a descrença de que haveria recursos orçamentários para implementar o projeto, pois o governo de Fragelli tinha assumido com as contas públicas deficitárias e com diversos passivos. Primeiro o governador Fragelli equilibrou as contas do BEMAT e depois vendeu em hasta pública parte das terras públicas de Aripuanã (dois milhões e hectares[17]), consideradas de excelente qualidade pelo Projeto RADAM. Ao mesmo tempo em que oportunizava a ocupação da região amazônica, conseguiu recursos para uma intervenção importante no tecido urbano de Cuiabá.

Com esta ação a colonização foi intensificada, em especial pelo apoio de institucionalidades estabelecidas durante o governo militar, que buscavam promover a integração regional, ocupar o território e gerar novos produtos para exportação. Baseado nas doutrinas militares dominantes no governo federal, o governo de Mato Grosso passa a incluir em suas estruturas burocráticas a necessidade de planejamento de suas ações, acreditando na capacidade técnico-científica de propor diretrizes condizentes com um processo de desenvolvimento, conforme consta em uma mensagem oficial:

[...] Finalmente, tanto quanto possível, a administração foi planejada, no sentido de que fosse posta de lado a improvisação, muitas vezes filha da inspiração individual, como incompatível com as realizações desta época que tem de ser concebidas, medidas e executadas pela ciência e pela técnica, e que não admitem soluções isoladas, mas globais (FRAGELLI, 1975).

---

16 Segundo Póvoas (1977), planejou-se a desapropriação de uma área de 2.115 hectares, a nordeste do centro da cidade, na saída da Chapada dos Guimarães, com projeto técnico inspirado em Brasília, após técnicos de Mato Grosso visitarem o Plano Piloto em Brasília e se inteirarem dos fundamentos técnicos, arquitetônicos e paisagísticos daquele empreendimento. Em base física, o CPA possui 712 hectares a mais do que toda a área da antiga Cuiabá, compreendida dentro dos limites do anel rodoviário (Avenida Perimetral ou Miguel Sutil).

17 Arrematadas por empresas particulares ao preço de R$0,11 por hectare (a preços de dezembro de 2012), conforme Ribeiro (2013).

Pelo processo de eleição indireta, o presidente Ernesto Geisel indicou para governador de Mato Grosso o Deputado Federal José Garcia Neto, que havia sido vice-governador no período 1961-1966. Garcia Neto assumiu o governo em março de 1975, dando prosseguimento às obras do CPA e de todos os programas de desenvolvimento que estavam sendo implantados. Houve importantes investimentos em energia elétrica, considerada condição básica para o mínimo de conforto dos migrantes, que mantinham um grande fluxo em Mato Grosso. Contudo, a ação mais expressiva do seu governo foi a separação da porção Meridional, criando o estado de Mato Grosso do Sul (SIQUEIRA, 2002).

O período anterior à separação em dois "Mato Grossos" é fundamental para entender o processo de ocupação recente e como as políticas de desenvolvimento moldaram instituições que viriam a conduzir o processo de mudança na estrutura produtiva de Mato Grosso. Segundo Souza-Higa (2005), a partir dos anos de 1960 e 1970, o estado passou por importantes mudanças nos meios rural e urbano, em busca da modernização. Dentre essas mudanças estão: a expansão agropecuária, mecanização agrícola, aumento da urbanização implantação de grandes eixos rodoviários, desenvolvimento agroindustrial, principalmente agroindústrias e avanço do setor de serviços e de informática. Para a autora, além de ser considerado como fornecedor de matérias-primas, o setor industrial (principalmente as agroindústrias) teria passado por uma forte expansão a partir da década de 1970, contribuindo para a captação de divisas para o país.

> *A partir da década de 1970, a colonização ganhou um outro sentido: as terras que se situavam em Mato Grosso e Amazônia eram vistas como "espaços vazios", inabitados, sendo necessário abrir a fronteira, atraindo para esse território elementos que, fugindo dos problemas enfrentados nas regiões de origem, migrassem em direção ao espaço aberto à moderna colonização. A coordenação desse movimento ficou a cargo do governo federal, que implantou projetos oficiais de colonização, ao lado da iniciativa privada* (SIQUEIRA, 2002, p. 235).

O Programa de Integração Nacional (PIN) foi instituído pelo Decreto-Lei nº1106, de 16 de junho de 1970, e visava a integração produtiva da Amazônia e do Nordeste às regiões mais dinâmicas da economia nacional. No Artigo 2º do Decreto-Lei estava prevista a construção da rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163) e da Transamazônica (PÓVOAS, 1977, p. 81).

O PRODOESTE foi instituído pelo Decreto-Lei nº 1192, de 8 de novembro de 1971, com o objetivo de concluir e pavimentar rodovias, construir frigoríficos

e armazéns. Havia uma expectativa de Mato Grosso tornar-se o maior produtor de carne bovina do Brasil, e a comercialização do boi em pé, tanto para abate quanto para engorda, representava a maior fonte de recursos do erário estadual na década de 1970. Uma pequena fração do rebanho estava sendo abatida em frigoríficos mato-grossenses, sendo a maior parcela transportada para campos de engorda no estado de São Paulo, seguindo a pé (as boiadas) ou pela Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Mais de um milhão de cabeças eram transportadas de forma rudimentar, em longas caminhadas, que geravam perda considerável de peso dos animais. Para internalizar o processo produtivo, o PRODOESTE teria a função de financiar a instalação de frigoríficos, que foram instalados em Várzea Grande, Dourados, Campo Grande e Anastácio (PÓVOAS, 1977, p. 82).

O Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria (PROTERRA) foi instituído pelo Decreto-Lei nº 1179, de 6 de julho de 1971, beneficiou a região norte de Mato Grosso, posto que estava nas áreas de atuação da SUDAM e da SUDECO. Visava facilitar o acesso à terra e criar novas oportunidades agroindustriais nessas regiões. Além disso, o Programa de Incentivo à Produção da Borracha Vegetal (PROBOR) foi instituído pelo Decreto-Lei nº 1232, de 17 de julho de 1972, com o objetivo de solucionar a crise da produção nacional de borracha vegetal, oferecendo aos produtores crédito e assistência técnica permanentes, capazes de garantir a revitalização e intensificar o aproveitamento dos seringais (PÓVOAS, 1977, p. 84).

Instituído pelo Decreto nº 75.320, de 29 de janeiro de 1975, o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) visava a incorporação de três milhões de hectares dos cerrados ao sistema produtivo, transformando a biodiversidade nativa em campos de produção. Desses três milhões de hectares, estimava-se que 1,8 milhões seriam utilizados com lavouras de arroz, soja, milho, algodão, amendoim e abacaxi. Estavam previstas a incorporação de mil tratores de esteira e cerca de 21 mil tratores de roda, no período de 1975 a 1977. Transcreve-se a exposição de motivos do Presidente da República para a implementação do POLOCENTRO:

O principal obstáculo à exploração agrícola reside nas condições do solo, inadequado para o emprego de sistemas de manejo primitivos, obstáculo comprovadamente superável, para grande variedade de culturas, pela utilização de insumos modernos (calcário, fertilizantes, mecanização etc.) em sistemas de manejo mais intensamente capitalizados. Na verdade os estudos

empreendidos permitem avaliar em cerca de 50 milhões de hectares as áreas aproveitáveis para agropecuária, desde que empregadas técnicas de cultivo mais avançadas. Ademais, a localização dos cerrados no centro do País, onde estão situados Brasília e outros núcleos urbanos de porte, os beneficia com sistema viário desenvolvido, mormente após a execução do PRODOESTE (MÉDICI, 1975).

O POLOCENTRO tinha como objetivo a pesquisa, a experimentação agropecuária e a promoção e extensão agropecuária através de: a) mecanização agrícola; b) crédito bancário, visando principalmente o financiamento para desmatamento e conservação do solo, e para aquisição de corretivos de solo e fertilizantes; c) estímulo a projetos de florestamento e reflorestamento; d) construção de estradas vicinais; e) eletrificação rural; f) implantação de sistema de beneficiamento, armazenagem e transporte de produtos agrícolas; g) estímulo à produção e comercialização regional de calcário e de outros insumos agrícolas; e h) regularização fundiária da propriedade. Das 12 áreas selecionadas, quatro foram no atual Mato Grosso. As áreas de Xavantina e de Parecis poderiam incorporar até 350 mil hectares:

VI – Xavantina – Nesta área selecionada (Mato Grosso), os solos hidromórficos, de formação sedimentar, revestem-se de vegetação típica do chamado campo-lixeira. As características de clima, topografia e abundância, de água criam condições favoráveis às culturas irrigadas, as facilidades para obtenção de pó calcário, em jazidas existentes na área poderão viabilizar ainda mais a adoção de moderna tecnologia na exploração desses solos de média fertilidade. Embora seja um pouco afastada de Xavantina e de Barra do Garças e não esteja ainda dotada de energia elétrica barata e abundante, a potencialidade da área justifica os investimentos em infraestrutura, necessários ao desenvolvimento das atividades produtivas. A área delimitada entre o rio Cristalino e seu afluente, o ribeirão Água Preta, tem uma superfície aproximada de 200 mil ha, prevendo-se a incorporação de 75 mil ha ao sistema de produção.

VII – Parecis – Abrangendo superfície aproximada de 800 mil ha, a área situa-se às margens da BR-364, em faixa de 40 km ao norte da rodovia, entre os ribeirões Sumidouro e Sacré (Mato Grosso). De topografia plana e cobertura vegetal típica de cerrado-campo, seus solos são arenosos, profundos, bem drenados, de baixa fertilidade natural, porém com teor elevado de matéria orgânica. Uma precipitação anual em torno de 2 mil mm e um período seco bem definido, aliados à topografia suave, boas qualidades físicas do solo localização próxima de jazidas de calcário (no município de Nobres), infraestrutura de transporte razoável e existência de grupos empresariais atuantes, foram características determinantes da escolha dessa área. Pretende-se incorporar 275 mil ha de cerrado ao sistema de produção agropecuária, em cinco etapas anuais de 55 mil ha, utilizando-se o sistema de rotação de culturas entre lavouras e

pastagens. Além do crédito adequado e de esforço governamental concentrado nos setores de pesquisa e da promoção rural, são necessários a instalação do moinho de calcário e o reforço dos sistemas energético e de armazenamento da produção (MÉDICI, 1975).

O Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA) foi instituído para promover o aproveitamento do potencial da Amazônia nas áreas de agropecuária, agroindustrial, florestal e mineral. Na região Centro-Oeste foram selecionadas cinco áreas: 1) Polo Rondônia; 2) Polo Aripuanã; 3) Polo Juruena; 4) Polo Xingu-Araguaia; e 5) Polo Araguaia-Tocantins. Dessas cinco, três estão integralmente em Mato Grosso: Aripuanã, Juruena e Xingu-Araguaia.

No Polo Aripuanã foram delimitadas, por zoneamento, as áreas indígenas e de reservas ecológicas, as destinadas à pesquisa, as de exploração madeireira exclusiva, as de exploração agrícola exclusiva, as de exploração mista, com madeira e pecuária. Neste polo estavam previstas a construção de vias transversais para integração regional, a hidroelétrica Salto dos Dardanelos, o impulso ao Núcleo de Pesquisas de Humboldt[18] e a criação de um Centro de Tecnologia da Madeira.

No polo Xingu-Araguaia havia a presença das instituições de fomento, a SUDAM e a SUDECO, que dividiram as responsabilidades de elaboração, acompanhamento e controle de projetos. À SUDECO coube a execução da malha rodoviária e à SUDAM os demais projetos. As duas principais obras a ser executadas seriam a BR-158, partindo de Barra do Garças chegaria a região norte em direção ao Pará e Maranhão, bem como a BR-080, que interligaria a BR-158 na direção leste-oeste, atravessando o Parque Nacional do Xingu em direção à BR-163.

O Programa de Desenvolvimento do Pantanal (PRODEPAN) foi instituído em maio de 1974, visando suprir a região pantaneira com transportes, energia, pecuária e saneamento. O rebanho estimado à época do programa era de seis milhões de cabeças, em 3.500 propriedades rurais. A estrutura fundiária demonstra o predomínio da grande propriedade, com áreas médias de 4.700 hectares, demonstrando a necessidade de grande escala, haja vista o sistema de produção ser extensivo, com baixa densidade de animais, de 0,3 cabeça/hectare (PÓVOAS, 1977). Se confrontado com a média nacional, de 1,0 cabeça/hectare, a densidade pantaneira demonstrava certa fragilidade ecossistêmica e de manejo.

[18] Que se materializaria na Universidade da Selva (Uniselva), em Aripuanã, em 1972.

Na questão dos transportes, o PRODEPAN visava interligar, em uma malha viária regional, Corumbá a diversos pontos produtores de gado. Além disso, previa a construção da Rodovia Transpantaneira, partindo de Poconé, no sentido sul, em direção a Corumbá. Na questão energética, previa a construção de uma linha de transmissão entre Cuiabá e Cáceres, passando por Várzea Grande, Livramento e Poconé.

Na década de 1970, o Pantanal representava o mais importante lócus de acumulação de capital de Mato Grosso. A pecuária extensiva, estimada em seis milhões de cabeças, utilizava 19,8 milhões de hectares. Um dos problemas deste sistema de produção era a baixa agregação de valor na fase primária de produção, necessitando incorporar dentro das fronteiras regionais a fase de agroindustrialização. Para tal, contando com recursos do PRODEPAN, a logística regional precisava ser implementada, sendo planejadas duas rodovias. Por permanecerem alagadas durante um período anual, as estradas serviriam de refúgio e meio de transporte durante as cheias. Na administração estadual de 1966-1971, foi construída a rodovia BR-262, interligando Aquidauana, Miranda, Porto da Manga e Corumbá, chamada de rodovia de integração do Pantanal. Seu traçado de leste a oeste foi planejado no sentido transversal, na direção do escoamento fluvial da planície, criando barragens que não suportaram o peso das águas, sendo destruída em vários pontos (PÓVOAS, 1977).

Decidida a construção da Transpantaneira em 1971, com recursos estaduais da CODEMAT, foi planejada no sentido aproximado norte-sul, no sentido do escoamento das águas, interligando Poconé a Porto Jofre, com extensão até Corumbá. Este último ponto não foi atingido, com a rodovia terminando em Porto Jofre. Para evitar o problema da drenagem verificado na rodovia BR-262, a cada 1.500 metros foram construídos bueiros ou pontilhões para o escoamento das águas. A rodovia Transpantaneira viria a romper o isolamento de centenas de fazendas de gado, em uma área de abrangência de 100 mil quilômetros quadrados (PÓVOAS, 1977).

Para se ter ideia da importância da pecuária pantaneira e da dependência da estrutura de transporte fluvial herdada do período pós-Guerra do Paraguai, até a década de 1970 ainda estava em operação o Serviço de Navegação da Bacia do Prata[19] (SNBP). A SNBP transportava gado vivo em 70% de suas embarcações, nos

[19] Visando implementar o tráfego fluvial entre as porções norte e sul de Mato Grosso, Getúlio Vargas criou, em fevereiro de 1943, o Serviço de Navegação da Bacia do Prata, instituição governamental sob a forma de autarquia. Com o SNBP, foi estabelecida a ligação entre Cuiabá e a estrada de ferro

chamados navios currais. A empresa fazia a ligação entre as fazendas do Pantanal e o terminal fluvial de Ladário e os frigoríficos regionais, entre eles o importante Frigorífico Matelem Corumbá. Após chegar a Ladário, o gado era reembarcado por via férrea para os frigoríficos de São Paulo (PÓVOAS, 1977).

Em direção inversa, o SNBP transportava matrizes advindas de São Paulo para expansão da pecuária bovina na região amazônica de Mato Grosso (PÓVOAS, 1977). Do porto de Cáceres seguia para a região setentrional mato-grossense, ocupando as áreas recém-desmatadas na fronteira agropecuária. Os recursos da SUDAM permitiam contratar serviços de desmatamento e aquisição de animais para a formação de plantel. A porção norte de Mato Grosso ainda não tinha dinâmica econômica capaz de adquirir tamanho e volume de animais, e somente a injeção de recursos exógenos pela SUDAM poderia garantir o pagamento. Este processo foi tão vigoroso que o Pantanal deixaria de ser o lócus da produção de proteína animal em Mato Grosso, sendo substituído pela região amazônica. Em pouco tempo, a região Norte passaria a representar um dos maiores rebanhos no espaço nacional a partir da década de 2000 quando o Mato Grosso passaria a manter o maior rebanho brasileiro.

Na década de 1970, os incentivos fiscais se constituíram nas principais ferramentas econômicas indutoras da ocupação territorial, apesar da crescente importância da infraestrutura logística e de comunicações. Pereira (2007) indica que o processo de ocupação fomentou uma estrutura de concentração fundiária em um momento em que a equipe econômica do governo federal planejava a expansão da fronteira agrícola, para aumentar a oferta de alimentos e a produção de bens comercializáveis no mercado externo. Nesta fase, os principais produtos mato-grossenses eram a pecuária bovina, a extração de madeira tropical e a produção de arroz. Mato Grosso, juntamente com Goiás, Rondônia e Acre foram as unidades da federação que exibiram o maior incremento na área explorada. Pereira (2007) demonstra, ainda, que durante a década de 1970 houve um processo de inserção de tecnologia capaz de elevar a produtividade dos fatores de produção.

Com a separação política dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul em 1979, a porção norte, com economia mais frágil e maior diversidade de biomas, precisaria buscar novas atividades econômicas para elevar a base de tributação. Até

Noroeste do Brasil. A SNBP mantinha operando os navios-currais e cargueiros especiais para o transporte de minérios, cimento e cereais (SIQUEIRA, 2002).

1978, a pecuária, que estava fortemente concentrada na porção meridional, mantinha a arrecadação pública; e o estado de Mato Grosso precisava ampliar a sua base de arrecadação. Em 1978, registra-se o primeiro cultivo de soja e as informações de correção de solo e de manejo agrícola nos trópicos começavam a se tornar sistêmicas. Neste quadro, abria-se a oportunidade de ampliar a produção pecuária e de inserir a sojicultura e a milhocultura como novos vetores de expansão agrícola. Assim, as estruturas de produção relacionadas à extração de madeira, e sua subsequente produção de arroz, poderiam subsistir com outras duas culturas temporárias.

Percebe-se a inserção de uma concepção de ciclo produtivo de curto prazo, no qual as atividades agrícolas de médio e longo prazos como a heveicultura, cafeicultura e outras culturas permanentes encerravam um risco de imobilização de capital, que, por suposto, representava uma limitação ao processo de expansão. As culturas temporárias como a soja, o milho e o arroz carregam consigo riscos de sazonalidade de preços, mas que poderiam ser substituídas em função de ciclicidade econômica. Contudo, as culturas permanentes têm a característica de fixidez, mantendo uma rotação do capital inferior à rotação das culturas temporárias. Assim, a decisão por uma trajetória de culturas temporárias representava um risco de oscilação de preços, mas uma maior flexibilidade na realocação do capital na fronteira.

Impulsionada pelos planos militares de ocupação e integração territorial na década de 1970, a economia de Mato Grosso transmuta de uma "terra isolada" para uma "terra de oportunidades", conforme Póvoas (1977), apresenta as possibilidades de atividades econômicas e de acumulação de capital. Para este autor, a integração rodoviária, a operação de linhas aéreas, a oferta de telecomunicações e a disponibilidade de crédito haviam transformado o Mato Grosso da década de 1970 em uma terra de oportunidades, um convite à riqueza.

Póvoas incita a migração de empresários e profissionais com vocação aos empreendimentos agropecuários e agroindustriais como vetores de transformação, progresso e riqueza nas terras mato-grossenses recém-integradas ao eixo dinâmico da economia nacional. Mais uma vez, revela-se a necessidade do fator exógeno modernizante, onde o progresso e o desenvolvimento podem ocorrer se os "bandeirantes modernos" ocupassem a função de conduzir as forças produtivas regionais. Póvoas apresenta a emulação da riqueza materializada nas casas e objetos como um indicador de que na fronteira agropecuária mato-grossense havia capacidade de acumulação, formação de riqueza e de desenvolvimento. Os fatores objetivos que

emulam o conceito de riqueza se fazem presentes e buscam conquistar a confiança dos "estrangeiros", para que possam se agregar ao modelo de desenvolvimento proposto. Com uma população estimada de 2,169 milhões de habitantes em 1975[20], mesmo crescendo a uma taxa geométrica acima de 5% ao ano, havia uma percepção de muito espaço, com baixa densidade demográfica, suscitando a necessidade de incorporação exógena de capitalistas e trabalhadores.

Em março de 1979, assumiu o governo do estado de Mato Grosso Frederico Carlos Soares Campos, logo após a separação com Mato Grosso do Sul. No Relatório do Governo do Estado ao final de 1979, consta o seguinte relato:

> *Logo após a divisão, havia um prognóstico muito pessimista em relação ano nosso Estado: [...] a dívida total, 2/3do funcionalismo, uma menor parte da arrecadação – 1/3 só da arrecadação. Portanto, já registrava um estigma sério. Arrecadar pouco para gastar bastante. Então, havia até uma imposição do Governo Federal [...] de que o governo [estadual] deveria fazer demissões em massa, para reduzir as despesas de custeio, ao nível compatível com a receita. Coisa que, absolutamente eu não aceitei. Bem, mas houve um trabalho muito intenso do governador Garcia Neto e, logo depois, do governador Cássio Leite de Barros, para consolidar recursos para Mato Grosso. [...] No primeiro ano, pagamos todos os compromissos, além do impacto no desenvolvimento e na organização do Estado, que cresceu muito. E foi possível dar cobertura à infra-estrutura em todos os municípios. Em termos de máquinas e de viaturas, aplicamos recursos em todos os municípios, em todos os distritos, através de obras essenciais ao desenvolvimento. Foi um período que Mato Grosso jamais tinha vivido porque, nos últimos anos, antes da divisão, aquela revolução de Mato Grosso do Sul absorvia todos os recursos* (CAMPOS, 1979 apud NEVES, 2001).

Constata-se que a divisão estadual provocou a necessidade de ajustamento das contas públicas da porção norte, haja vista que na porção sul estava a principal base econômica e de arrecadação fiscal, e que gerou um déficit orçamentário relevante ao novo estado de Mato Grosso. Neste quadro, a questão fundiária permanecia em aberto, posto que os Programas PROMAT, POLONOROESTE, POLOCENTRO, POLAMAZÔNIA e PRODEPAN criavam expectativas positivas em relação ao território mato-grossense, com importante fluxo de migrantes. O estado não estava preparado para fornecer a infraestrutura necessária na mesma intensidade da criação de novos núcleos populacionais:

[20] Em 1970, a população era de 1,623 milhões de habitantes. Em apenas cinco anos a população expandiu em quase 34%. Essa população é o somatório dos atuais estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

O fluxo migratório dirigido a Mato Grosso, se de um lado aliviava as tensões sociais em outras regiões do país, participava do processo produtivo no Estado, mas gerava necessidades para as quais não estava preparado para atender de imediato, embora não pudesse negá-las. Perto de 30 cidades novas, com menos de 10 anos, pontilhavam regiões distantes. Outras, embora tradicionais, revitalizaram-se apresentando também as reivindicações resultantes do redescobrimento. O governo percebeu claramente a importância desses núcleos e não poupou-lhes o apoio necessário. Tanto que, no primeiro ano de administração, 17 municípios foram emancipados, alguns resultantes da colonização privada. O Estado trazia para a sua tutela a manutenção de núcleos urbanos nascidos do investimento privado, e reconhecia o desenvolvimento de outros. Nos anos seguintes chegaram a 20 os novos municípios mato-grossenses, elevando os antigos 38 para 58, em menos de quatro anos (MATO GROSSO, 1979 apud SIQUEIRA, 2002).

Como forma de responder ao intenso fluxo de migrantes, o INTERMAT regulamentou 38.262 títulos de terra entre 1979-1980, a CODEMAT esforçou-se para ofertar sinal de televisão nos municípios do interior, e houve expansão e pavimentação de estradas, bem como da rede de energia elétrica. As projeções pessimistas de que a porção norte mato-grossense iria estagnar não se concretizaram, pelo contrário, seguiu-se um processo intenso de crescimento econômico, com a criação de municípios como Alta Floresta, Sinop, Tangará da Serra, Sorriso, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e outros.

Em 15 de março de 1983, Júlio José de Campos assume o governo de Mato Grosso. Sua política estava centrada no binômio estrada-energia, com o objetivo de acelerar o processo de colonização da região norte iniciado na década de 1950, e intensificado nas décadas de 1960 e 1970. Os migrantes eram a base da meta de transformar Mato Grosso no "celeiro agrícola do Brasil". Foi veiculada uma farta propaganda nos canais de comunicação da região Sudeste, mas principalmente na região Sul, incentivando a colonização. Com a chegada dos migrantes acelerou a extração de madeira nas florestas tropicais e a produção agrícola, em especial a soja. A energia elétrica foi gerada a partir de termoelétricas, muitas em sistemas isolados.

Neste processo de colonização, muitas famílias e colonos não conseguiram se fixar na região, em função das condições edafoclimáticas muito diferentes das suas regiões de origem, da ausência de uma política de geração e difusão de tecnologias apropriadas ao trópico úmido, da dificuldade de acesso ao crédito e de uma logística de distribuição insuficiente. Um importante processo de êxodo rural foi observado no início da década de 1980, em direção a Cuiabá, Várzea Grande, Rondonópolis

e Cáceres. Por outro lado, os grupos mais organizados e amparados por empresas colonizadoras e cooperativas obtiveram maior sucesso na colonização, arrefecendo o processo de desconcentração de terras e permitindo que houvesse novamente uma tendência de concentração fundiária.

Apesar de o Governo Júlio Campos aplicar 52,8% dos recursos orçamentários do Estado em transporte e na pavimentação da rodovia Cuiabá-Porto Velho, em 1984, ainda não havia infraestrutura suficiente para escoar a produção estadual, bem como as instalações de armazenamento deixavam a desejar. Mesmo com investimento em termoelétricas e hidroelétricas, e da construção de mais um linhão de acesso à rede nacional, em meados da década de 1980 a disponibilidade de energia elétrica ainda era insuficiente. Além disso, eram precários o saneamento e os serviços de saúde e educação, tendo em vista a elevada taxa de crescimento populacional.

Em 1986, o governador Júlio Campos renuncia para se candidatar a deputado federal, entregando as finanças públicas no limite da capacidade de endividamento. Em 15 de março de 1987, Carlos Bezerra assume o governo estadual, com a proposta de investimentos em colônias agrícolas e loteamento de terras a pequenos agricultores. Em sua gestão foi criada a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), para fiscalização e conservação ambiental.

A política de industrialização foi materializada no Programa de Desenvolvimento Industrial (PRODEI), em 1988, que ofertou incentivos fiscais por dez anos a empresas que se instalassem em Mato Grosso. Segue-se a percepção de que a solução para o desenvolvimento regional seria um vetor externo às fronteiras regionais, onde a importação de empresários, capital e tecnologia poderia representar o fator da mudança. Considerando que a população regional, de aproximadamente 1,7 milhões de habitantes em 1988, representava uma reduzida capacidade de demanda de bens finais visto que, que Mato Grosso mantinha uma deficiente logística de transporte, e sua localização a uma distância considerável dos portos e centros consumidores, apenas a oferta de novas institucionalidades poderia romper o ciclo do subdesenvolvimento. Como os agentes racionais se orientam pela taxa de acumulação do capital, a redução da carga tributária poderia equacionar os fatores com sinais negativos e atrair novos investimentos ao tecido produtivo mato-grossense.

Atrelado ao movimento de abertura do mercado internacional, que havia se iniciado de forma mais célere desde o Consenso e Washington, em 1985, e com

a revogação da Lei de Tarifas, de 1957, recrudesceram as ideias da acumulação exógena como motor da expansão da economia regional. Se Mato Grosso havia se especializado, desde a sua colonização, como exportador líquido de matérias-primas, inicialmente com o ouro e chegando à pecuária bovina da década de 1980, a ampliação da infraestrutura de transporte e a integração espacial se constituíam em ações estratégicas. Apesar de esforços na logística, o governo de Carlos Bezerra continuou demonstrando a fragilidade estrutural das finanças públicas, visto que entregou o seu cargo ao vice-governador, Edison de Freitas, com atraso dos salários do funcionalismo público estadual (SIQUEIRA, 2002).

Como contraponto ao processo de ocupação da fronteira de recursos e da fronteira agropecuária desde a década de 1950, tem-se o posicionamento de Gabriel Novis Neves e Pedro Dorileo, ex-reitores da UFMT; e de Pedro Casaldáliga, ex-Arcebispo da Prelazia de São Félix do Araguaia. Dorileo (2005) relata o Tratado de Cooperação Amazônico, na reflexão feita pelo primeiro reitor da UFMT (Gabriel Novis Neves) sobre as universidades amazônicas:

> *Erram os estrategistas que acreditam que as feridas do colonialismo abertas no gigantesco espaço amazônico poderão ser tratadas e cicatrizadas, como vem ocorrendo no Centro-Sul com a consolidação e organização das fronteiras agrícolas, fixadas nos séculos anteriores. [...] Estes estrategistas deveriam meditar mais profundamente sobre a desorganização e decadência da fronteira agrícola do Vale do Paraíba, com suas cidades relíquias, e do Vale do Rio Doce, que teriam condições ambientais e infraestruturais para se rivalizarem com as regiões paranaenses e paulistas mais produtivas. Não devem esperar soluções para os terríveis problemas fundiários da Amazônia, como os do longínquo Vale do Araguaia, se solução semelhante ainda não foi encontrada para o Vale de São João, no desenvolvido e urbanizado Estado do Rio. Poderemos sugerir, ainda, que olhem para o bolsão de desorganização e subdesenvolvimento instalado no Vale do Ribeira, em São Paulo, cuja capital tem renda per capita superior a 3 mil dólares. A idéia básica do colonialismo do século XIX, que aceita que ao pioneiro tudo deve ser permitido, inclusive e principalmente a desordem, a ignorância entusiástica, a violência, num exercício de predação humano-ambiental, não pode ser admitida por uma Universidade Amazônica, porque destrói as funções da própria instituição universitária, plantadas para assegurar a continuidade do desenvolvimento econômico, social e cultural do Brasil* (DORILEO 2005, p. 247-248).

Gabriel Novis Neves se posiciona contrário a uma ocupação irracional e sem limites pelos empreendimentos capitalistas. O principal problema seria a incapacidade das instituições de gestão e de ciência e tecnologia de orientar a

ocupação, considerando as especificidades espaciais, ecológicas, sociais e culturais da região. O Projeto da Universidade de Humboldt, que seria implantado em Aripuanã, na forma de uma Universidade da Selva (Uniselva), poderia ter contribuído de forma central para uma sociedade mais harmoniosa com as questões regionais. O lema era "conhecer a Amazônia para então ocupá-la" (TAVARES, 2001, p. 98). Para Neves, a interrupção do projeto Uniselva, em meados da década de 1970, interrompeu uma oportunidade diferenciada de desenvolvimento. Conforme suas reflexões:

Se as propostas do Projeto Aripuanã defendidas há 38anos [1972] pela então Universidade da Selva (Uniselva) – hoje UFMT – fossem totalmente atendidas, Mato Grosso seria outro. Aquele que seria o momento histórico de conquista racional da Amazônia Norte do Estado foi perdido para os "bravos migrantes da moto-serra" (NEVES, 2010).

Os pioneiros da borracha foram substituídos pelos pioneiros do sul do Brasil, principalmente. A ciência e tecnologia era um aviso de como ocupar racionalmente a floresta. Saem os canivetes do sangramento dos seringais. Surge uma maquinazinha desconhecida dos seringueiros: a moto-serra. A nossa Amazônia é transformada na maior serraria do mundo! Etnias não foram extintas, mas muitas tiveram reduzidas as suas populações. Essa ocupação desordenada foi chamada de progresso (NEVES, 2011).

Em suas reflexões, Pedro Casaldáliga critica o processo de ocupação da região nordeste de Mato Grosso. Relata que durante a sua gestão à frente da Prelazia de São Félix do Araguaia percebeu uma forma de apropriação do espaço regional que envolve a exploração direta da natureza sem qualquer limite ecológico, em especial a partir de recursos públicos de financiamento pela SUDAM, além da presença marcante do trabalho escravo. Conforme os seus relatos:

Não havia fiscalização nenhuma. A Sudam era a prostituta do latifúndio, com o perdão das prostitutas. E o povo inerme, indefeso, não tinha organização, não tinha sindicato, enquanto as forças todas, políticas, judiciárias e militares estavam a favor do latifúndio. [...] A falta de infraestrutura continua. A falta de reforma agrária que seja também reforma agrícola e que vá à raiz, acabando com o latifúndio, também. Eu tenho uma convicção, a tenho repetido várias vezes e até hoje ninguém me desmentiu: desde que cheguei aqui, nestes 35 anos [1968], de Barra do Garças até a divisa com o Pará, onde termina a Prelazia, foi desmatado e queimado 80% do território. Houve uma época em que desafiamos algumas autoridades federais a apontar uma só fazenda em toda a Amazônia Legal que tivesse cumprido com aqueles requisitos que teoricamente se exigem, como respeitar a área de mata, favorecer o emprego de mão de obra e produzir o que

se dizia. Esta fazenda nunca nos foi mostrada. São só léguas e léguas de queimadas e destruição. [...] Aqui mesmo na região temos tido recentemente casos de escravidão nos municípios de Santa Terezinha, Vila Rica e Confresa. E este trabalho contra o trabalho escravo que faz a CPT é sobretudo no Norte de Mato Grosso, no Sul do Pará e no Tocantins. [...] Em resumo: veio muito dinheiro, mas não o desenvolvimento. Muitas vezes porque os incentivos fiscais que se davam ao latifúndio não eram investidos aqui, mas nas próprias empresas que os ditos fazendeiros tinham no Sul e Sudeste. Várias dessas fazendas eram de bancos. A Codeara, por exemplo, era do Banco Nacional de Crédito (CASALDÁLIGA, 2003).

O que se percebe durante todo o período de ocupação e reordenamento da base produtiva de Mato Grosso entre 1960 e 1990 é uma contraposição a um modelo endógeno de desenvolvimento, que poderia criar estruturas mais simétricas de geração e distribuição do excedente, sem se apoiar em vantagens competitivas espúrias. Enquanto o sistema produtivo regional continuar se pautando no agente exógeno, esquivando-se da ciência e tecnologia geradas localmente, na percepção da natureza como sistema-objeto e na exploração do trabalho como formas de acumulação de capital, a sociedade regional permanecerá distante de um modelo de desenvolvimento sustentável e includente.

ECONOMIA REGIONAL CONTEMPORÂNEA DE MATO GROSSO: CONSOLIDAÇÃO DA FRONTEIRA (1990-2010)

Em meados da década de 1980, a condução política do governo federal foi alterada do regime militar para o democrático. Em 1988, foi promulgada a nova Constituição Federal e, a partir deste momento, outros atos buscaram um processo de integração da economia brasileira à economia global de forma mais contundente. O Consenso de Washington de 1989 indicou as diretrizes a serem seguidas pelos países que se alinhavam à economia de mercado. Havia princípios básicos, como a disciplina fiscal, redução dos gastos públicos, reforma tributária, juros de mercado, câmbio de mercado, abertura comercial, investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições, além de privatização das estatais, desregulamentação de mercados (afrouxamento das leis econômicas e trabalhistas) e garantia de direito à propriedade intelectual.

A redução da participação do Estado na economia, com incentivo às privatizações de empresas estatais, além do corte de gastos sociais, da redução de alíquotas de importação, da desregulamentação de mercados e de uma política monetária de controle inflacionário passaram a representar os objetivos econômicos de curto prazo do governo brasileiro. Em 1989, o protecionismo do mercado interno foi eliminado, iniciando a integração da economia brasileira ao mercado externo. As tarifas de importação de diversos itens foram reduzidas e muitas passaram a ter isenção de alíquotas a partir de 1990 (IEL; CNA; SEBRAE, 2000).

Em Mato Grosso, até o final da década de 1980, as políticas públicas estavam mais atreladas ao processo de ocupação do território, com a transferência de terras devolutas e de áreas florestais a empreendimentos particulares ou a assentamentos familiares. O processo migratório intenso verificado desde a década de 1960 se arrefece nos anos 1980, mas volta a acelerar no início dos anos 1990. O governo estadual empossado em março de 1991 começa a orientar o planejamento para o sistema logístico de distribuição, e também para a ocupação racional do espaço. Quanto à logística, o governo de Jayme Campos (1991-1994) busca restaurar e pavimentar rodovias estaduais para garantir a capilaridade do acesso de insumos e do transporte dos principais produtos mato-grossenses deste período – a carne de gado bovino, a soja e a madeira. Em 1992, foi assinado um tratado internacional que garantia a navegação entre Cáceres e Nueva Palmira, no Uruguai, através da hidrovia do rio Paraguai, fortalecendo o sistema de exportação da produção regional[21]. Também em 1992, iniciaram-se as tratativas para a utilização de portos do Chile e do Peru, no oceano Pacífico, com claras intenções de acordos de exportação com países asiáticos[22].

Em 1993, o Governo de Mato Grosso recebeu recursos do Banco Mundial para iniciar os estudos de composição do Zoneamento Socioeconômico e Ecológico (ZSEE/MT). Iniciando os trabalhos de pesquisa nos anos de 1995 e 1996, as equipes começaram a acumular informações sobre a biodiversidade e as condições edafoclimáticas microrregionais e locais, que pudessem ordenar e racionalizar o uso do espaço. Contudo, o seu processo de construção perpassaria por cinco mandatos de governo, até tramitar na Assembleia Legislativa de Mato Grosso.

---

21 A ZPE seria aprovada na Câmara Federal somente em março de 2007, com sua regulamentação e homologação pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, em janeiro de 2013.

22 O asfaltamento de uma rodovia interligando Mato Grosso ao Peru, acessando o oceano Pacífico, seria totalmente construído somente em 2010.

Porém, na primeira metade da década de 1990, os esforços institucionais estavam mais focados na estabilização das contas públicas estaduais, que passavam por crise de financiamento. O governo Jayme Campos não conseguia nem mesmo honrar a folha de pagamento do funcionalismo, passando para a administração a Dante Martins de Oliveira, em 1995, que iniciou um ousado Plano de Metas. Dentre as principais propostas estavam a promoção do desenvolvimento para a cidadania, a transformação de Mato Grosso em polo agroindustrial, a garantia da manutenção da biodiversidade, a integração regional e internacional e a busca do equilíbrio fiscal (SIQUEIRA, 2002).

O desequilíbrio fiscal no início do governo Dante era de 41% de gastos, superiores à receita tributária. Seguindo os preceitos emanados do Consenso de Washington, no governo de Dante de Oliveira foram demitidos dez mil funcionários. Em 1995 e em 1996 foram assinados acordos de renegociação da dívida com o governo federal que, aliás, o montante era desconhecido pelo governo do estado de Mato Grosso. Ainda em 1996 inicia um processo de privatização e extinção de empresas públicas deficitárias. Foram extintas a CODEMAT, a COHAB e a CASEMAT. O BEMAT foi liquidado e a CEMAT foi privatizada. Na sequência, a SANEMAT foi municipalizada, com todos os ativos e passivos sendo repassados às prefeituras (ALBANO, 2001).

Das metas estipuladas, o equilíbrio fiscal foi a que mais rapidamente teve algum avanço. Em 1997, as finanças já estavam controladas e o estado poderia começar a avançar nas demais propostas. Para a integração regional e internacional eram necessários avanços na logística de transporte. Na meta da agroindustrialização deveria haver a expansão da oferta de energia elétrica e de maiores incentivos para atração de capitais e empresários.

No campo da logística, os avanços não foram tão significativos. As rodovias não foram duplicadas ou passaram por reformas profundas. Apenas foram envidados esforços de manutenção das condições de trafegabilidade. Nas hidrovias também não foram evidenciadas mudanças, pois questões de ordem ecológica confrontaram-se com motivações puramente econômicas. Neste ponto, as hidrovias pretendidas e planejadas não foram operacionalizadas dentro do esperado, em função das adequações impactarem negativamente nas condições biofísicas regionais. Contudo, a ferrovia esperada desde o período colonial alcança as fronteiras de Mato Grosso.

Em 1999, foi inaugurado o primeiro trecho da Ferronorte, com 410 km de extensão, interligando Aparecida do Taboado, em Mato Grosso do Sul, a Alto Taquari, em Mato Grosso[23]. Em 2002, foram inaugurados mais 90 km, interligando Alto Taquari a Alto Araguaia, colocando em operação mais um terminal. Em 2012 foram inaugurados mais 120 km entre Alto Araguaia e Itiquira, ofertando um terceiro terminal de operações. Em 2013, foi concretizada a interligação dos 140 km entre Rondonópolis e Itiquira, com impactos relevantes nesta região, pois tornaram-se centros atratores de empresas, que se estabeleceram nos terminais ferroviários. O Complexo Intermodal de Rondonópolis (CIR) está projetado para ser o maior da América Latina, ampliando em 260 km a malha ferroviária de Mato Grosso, com investimentos de R$ 750 milhões, aportados com o apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Diversos indicadores demonstram que os investimentos na logística desses municípios impactaram positivamente a região. Com o início das obras em 1998, o trecho que interligou Alto Taquari a Aparecida do Taboado criou expectativas positivas quanto aos ganhos de competitividade das atividades produtivas em Mato Grosso, tanto pela redução da aquisição de insumos quanto do transporte dos bens finais de Mato Grosso. Mesmo não resolvendo totalmente a questão da logística, a oferta do modal ferroviário gerou expectativas e planos de negócios que auxiliaram na forte expansão da economia regional.

Além disso, a oferta de energia foi expandida com o início de dois empreendimentos ainda na década de 1990. O primeiro foi a retomada do projeto da Usina Hidroelétrica de Manso, com capacidade de geração de 210MW, que já havia sido projetada em 1974. As obras tinham sido iniciadas em 1988, e no governo Dante, retomadas em 1998, sendo que a usina entrou em operação em 2000, já no segundo mandato de Dante de Oliveira. Em 2002, foi inaugurada a Usina Termoelétrica Pantanal, em Cuiabá, com capacidade de geração de 480MW, a partir da queima de gás natural fornecido pelo gasoduto de 648 km, interligado com a Bolívia. A partir destes dois empreendimentos, Mato Grosso passou de importador líquido de energia a exportador líquido.

Quanto aos incentivos fiscais, após alcançar o equilíbrio fiscal em 1997, o governo de Dante de Oliveira passa a ofertar alguns programas de redução de impostos. Foi criado o Programa de Desenvolvimento da Indústria (PRODEI) e o

[23] Em 2010, foram transportados sete milhões de toneladas de soja e farelo, cerca de 37% da produção desta oleaginosa em Mato Grosso naquela safra. O principal destino foi o Porto de Santos.

Fundo de Desenvolvimento Industrial e Comercial de Mato Grosso (FUNDEIC), ambos de abrangência geral. Empreendimentos interessados em se estabelecer em Mato Grosso poderiam tramitar no processo de redução de carga tributária por um período de dez anos. Em complemento, foram identificados setores-chave que poderiam receber incentivos específicos. Desta forma, foram criados os Programas de Incentivo à Cultura do Algodão (PROALMAT), à Industrialização do Algodão (PROALMAT Indústria), à Industrialização da Madeira (PROMADEIRA), à Industrialização do Couro (PROCOURO), à Cultura do Café (PROCAFÉ), à Cultura do Arroz (PROARROZ), à Produção e Industrialização do Leite (PROLEITE) e à Mineração (PROMINERAÇÃO), conforme Pereira (2007).

Todos esses programas receberam redução de carga tributária e carência no início do pagamento dos impostos. O aceite de novos empreendimentos vigorou até 2003, quando começaram a ser substituídos, no primeiro ano do Governo Blairo Maggi (2003-2010), por um programa que recebe todos os tipos de atividades, sem delimitar políticas setoriais. O novo Programa de Desenvolvimento da Indústria e Comércio (PRODEIC) pode reduzir em até 100% a carga de ICMS devida. Somente o PROALMAT continua em vigor como política setorial, com prazo de vigência até 2017.

Esses esforços no governo Dante de Oliveira (1995-2002) estavam imersos em outros movimentos do sistema produtivo nacional e internacional. Na década de 1990, a economia global elevou a integração de mercados, com fortes fluxos comerciais de bens e serviços, elevação dos sistemas de tecnologia da informação, do aumento do investimento direto externo (IDE) e do aporte de capitais financeiros em países em desenvolvimento. A globalização da economia mundial e a participação ascendente de Mato Grosso insertavam novos vetores no processo de crescimento econômico regional. Neste compasso, a Lei Kandir[24] e a Lei de Proteção de Cultivares[25] também tiveram forte impacto direto na economia mato-grossense.

No caso de Mato Grosso, essas duas mudanças institucionais permitiram um *boom* da produção de soja e algodão a partir de 1997, pois o custo de produção

[24] A Lei Complementar n.º 87, de 13/09/1996 isentou do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) os produtos primários e semielaborados com destino à exportação. Em média, os produtos agrícolas brasileiros alcançaram uma desvalorização fiscal em torno de 10%. Para maiores detalhes, ver Kume e Piani (1997) e Pereira e Faria (2000).

[25] A promulgação da Lei nº 9.456/97, a chamada Lei de Proteção de Cultivares, influenciou na criação de um novo ambiente institucional para o investimento de capitais na produção primária, pois garantiu os direitos de propriedade sobre as sementes (CARRARO, 2001; FREIRE; FARIAS, 2001; FARIA, 2012b).

foi reduzido, garantindo maior acumulação de capital, além da oferta de melhores sementes, que propiciaram a inserção de biotecnologia, com impactos diretos na produtividade agrícola. A produção agrícola mato-grossense inicia um período de rápida absorção de novas terras e de elevação da tecnificação, com aporte de maquinário, agroquímicos e biotecnologia. O PIB de Mato Grosso passa a crescer a uma taxa superior à média nacional, e as exportações de produtos relacionados ao agronegócio empresarial passam a representar uma importante parcela na formação da renda regional[26].

Percebe-se que a soja não recebeu incentivo direto do governo regional, apenas a isenção de impostos de exportação a partir da Lei Kandir. Não obstante, a sojicultura se estrutura como o principal vetor de ocupação de terras agrícolas e formação da renda regional, em que pese a reduzida taxa de transformação industrial verificada na década de 1990 e início dos anos 2000. A demanda de soja no mercado externo tem características de ser inelástica, ou seja, as flutuações dos preços têm baixo impacto na demanda externa, que mantém taxa de expansão desde 1990. Os impactos da redução de carga tributária, da oferta de transporte ferroviário, de expansão da oferta de melhores pacotes de sementes e da maior disponibilidade de energia foram percebidos na atividade econômica a partir de 1997.

Na Tabela 1 pode-se verificar a expansão da área de produção agrícola em Mato Grosso. No início da década de 1990, a área agrícola das principais culturas ocupava cerca de dois milhões de hectares, com a soja representando cerca de 66% desta área. A incorporação de terras expandiu a uma taxa de 7,7% ao ano, entre 1990 e 2011, alcançando uma área agrícola de 9,5 milhões de hectares em 2011[27]. Neste último ano, a soja representou quase 68% da área agrícola. A milhocultura e a cotonicultura também expandiram fortemente neste período, com taxas de 9,8% e 13,8% ao ano, respectivamente. A soja expandiu a uma taxa de 8,2% ao ano. A produção de cana

[26] Dados da Balança Comercial de 2006 (somados os mercados interno e externo) indicam que o principal setor exportador de Mato Grosso é o "cultivo e beneficiamento de soja", com R$ 7,2 bilhões, seguido por "carne e derivados", com R$ 2,1 bilhões (que inclui as "rações" como insumo); "extração e beneficiamento de madeira/móveis", com R$ 688 milhões; "cultivo e beneficiamento de algodão/têxteis"; com R$ 608 milhões; e "cultivo de cana, produção de açúcar e álcool", com R$ 221 milhões (FARIA et.al., 2009).

[27] Deve-se fazer uma ressalva quanto à área total registrada. As culturas de soja e milho geralmente ocupam a mesma área, porém em tempos diferentes. No manejo da principal cultura, a soja, utiliza-se em sua rotação o plantio de milho, tanto para intensificar o uso do solo quanto para realizar a rotação de culturas que reduz a população de espécies que predam as culturas. Assim, grande parcela do registro da safra de milho é sobreposta com a área de sojicultura.

também evoluiu, com uma taxa de 6,8% ao ano, porém o zoneamento da cultura tem limitado a sua expansão tanto ao norte, em direção à Amazônia, quanto ao sul, em direção ao Pantanal. No caso da mandiocultura, a área flutuou no período e, ao final, manteve-se próximo da área registrada no início da década de 1990. No caso da rizicultura houve uma retração da área cultivada, a uma taxa de 2,5% ao ano.

Tabela 1 - Taxa geométrica de crescimento anual da área das principais culturas temporárias em Mato Grosso: 1990-2011 (em hectares)

Safras	Algodão	Arroz	Cana	Mandioca	Milho	Soja	Total
Taxa	+13,8%	-2,5%	+6,8%	+1,9%	+9,8%	+8,2%	+7,7%

Fonte: Elaborada pelo autor, a partir de IBGE (2013a).

A produção em toneladas da safra agrícola de Mato Grosso cresceu a uma taxa superior à incorporação de terras, demonstrando uma elevação da produtividade agrícola. Enquanto as áreas cresceram a 7,7% ao ano, a produção física cresceu a 9,1% ao ano, com destaque para a sojicultura. Em 1990, a safra de soja foi de 3,0 milhões de toneladas, enquanto em 2011 alcançou 20,8 milhões. A oferta de soja cresceu a uma taxa média de 9,7% ao ano. A oferta de algodão cresceu a 20,7% ao ano, e de milho a 13,0% ao ano. No total, a oferta partiu de um patamar de 7,5 milhões de toneladas em 1990, para 46,1 milhões de toneladas em 2011. As três principais culturas em 2011 foram soja, milho e algodão. Estas culturas respondiam por 49,3% da produção física em 1990, e alcançaram 67% em 2011. No caso do algodão, a totalidade da produção passa pelo processamento inicial, o beneficiamento que separa a fibra do caroço. Somente com esse processamento os produtores recebem o incentivo do PROALMAT, de redução de 75% de ICMS. Além disso, o caroço, outrora considerado um subproduto sem valor, está sendo utilizado na ração de bovinos e ovinos em confinamento e para a produção de biodiesel. Após essa fase inicial, quase a totalidade da fibra é comercializada com indústrias têxteis de Santa Catarina, São Paulo e Minas Gerais, com menos de 3% da fibra sendo processada em Mato Grosso.

Na cadeia produtiva da soja ainda há grande potencial de elevação dos níveis de processamento industrial dentro das fronteiras de Mato Grosso, tanto para a extração do óleo para consumo humano quanto para a fabricação de biodiesel e de rações animais. No caso do milho, grande parcela é transformada em ração, para

ser utilizada como insumo na produção de aves, ovos, ovinos e bovinos, além da implantação de indústrias de fabricação de etanol de milho e de produtos para alimentação humana.

Tabela 2 - Taxa geométrica de crescimento anual da produção das principais culturas temporárias em Mato Grosso: 1990-2011 (em toneladas)

Safras	Algodão	Arroz	Cana	Mandioca	Milho	Soja	Total
Taxa	+20,7%	+1,9%	+7,7%	+2,4%	+13,0%	+9,7%	+9,1%

Fonte: Elaborada pelo autor, a partir de IBGE (2013a).

O valor da produção registrado demonstra que os preços relativos de todas as culturas têm se elevado, pois a taxa real de expansão do valor tem sido superior à produção física[28]. Enquanto a produção física cresceu a 9,1% ao ano, o valor da produção expandiu a 14,1% ao ano, indicando a valorização das culturas agrícolas regionais. A maior valorização registrada foi do algodão, com 25,5% ao ano, seguido do milho, com 15,7% ao ano e da soja, com 14,2% ao ano. Não por acaso, esses três sistemas representam 95% da área cultivada em 2011 (Tabela 3).

Tabela 3 - Taxa geométrica de crescimento anual do valor da produção das principais culturas temporárias em Mato Grosso: 1990-2011 (em R$ 1.000,00, a preços de dezembro/2011, deflacionado pelo IGP-DI)

Safras	Algodão	Arroz	Cana	Mandioca	Milho	Soja	Total
Taxa	+25,5%	+5,8%	+8,9%	+5,5%	+15,7%	+14,2%	+14,1%

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de IBGE (2013a).

No caso da cotonicultura, que apresenta concentração espacial nas regiões sudeste e norte de Mato Grosso, cerca de 50% da produção destina-se ao mercado internacional, sendo beneficiado pela redução de ICMS prevista na Lei Kandir. Os demais 50% são comercializados no mercado nacional e recebem incentivos do PROALMAT. Seja qual for o destino do algodão, as institucionalidades criadas na década de 1990 têm garantido a sua produção em território mato-grossense, que concentra cerca de 50% do algodão brasileiro e 2,5% do algodão mundial.

[28] Preços deflacionados pelo IGP-DI.

A sojicultura também recebe incentivos da Lei Kandir, sendo exportada em grãos ou processada. Em Mato Grosso, existem diversas plantas processadoras de soja, tanto para farelo e óleo quanto para biodiesel, instaladas em Rondonópolis, Primavera do Leste, Alto Araguaia, Nova Mutum, Lucas do Rio Verde e Cuiabá. As processadoras têm potencial de esmagar até 35,3 mil toneladas diárias de soja. Anualmente é possível processar cerca de 9,1 milhões de toneladas, representando 44% da produção mato-grossense.

Analisando a renda gerada por hectare, percebe-se uma intensificação do uso do solo, com uma taxa de crescimento de renda real por unidade de área de 6,4% ao ano. A cultura com maior incremento foi a cotonicultura, com 11,6% ao ano entre 1990 e 2011. O incremento de 5,9% ao ano da sojicultura é uma indicação de forte expansão da renda regional, pois esta cultura apresenta elevada participação na formação das riquezas de Mato Grosso. Ademais, a renda média gerada por hectare se elevou de 553 reais em 1990, para 2.174 reais em 2011[29] (Tabela 4).

Tabela 4 – Taxa geométrica de crescimento anual do rendimento por hectare das principais culturas temporárias em Mato Grosso: 1990-2011 (em R$, a preços de dezembro/2011, deflacionado pelo IGP-DI)

Safras	Algodão	Arroz	Cana	Mandioca	Milho	Soja	Total
Taxa	+11,6%	+8,4%	+2,0%	+3,6%	+5,8%	+5,9%	+6,4%

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de IBGE (2013a).

Esta expansão da área e dos preços relativos das principais culturas agrícolas em 14,1% ao ano, tem explicado a expansão do PIB mato-grossense a uma taxa de 11,4% ao ano entre 1990 e 2010, frente a uma taxa de 6,3% ao ano do PIB nacional no mesmo período. No conjunto, a agropecuária cresceu a uma taxa de 16,3%, respondendo por cerca de 20,0% do PIB em 2010, frente a 12,0% de sua participação em 1990. Esse fortalecimento em oito pontos percentuais demonstra uma crescente importância na formação do valor, na geração de renda, na estruturação de sistemas de oferta de insumos e de processamento dos produtos, na logística e na oferta de serviços financeiros de qualificação e de apoio diverso (Tabela 5).

[29] A preços constantes de 2011.

Tabela 5 - Taxa geométrica anual de crescimento do PIB de Mato Grosso, da agropecuária e da indústria de transformação: 1990-2010 (em milhões de R$, a preços de dezembro/2010, deflacionado pelo IGP-DI)

Safras	PIB de MT	Agropecuária de MT	Ind. de Transformação de MT
Taxa	+11,4%	+16,3%	+9,6%

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de IBGE (2013a).

Apesar da indústria de transformação ter crescido a uma taxa de 9,6% ao ano no mesmo período, permaneceu abaixo da média do conjunto regional, demonstrando um descompasso entre a oferta de produção primária e a capacidade de processamento industrial. Em 1990, a indústria de transformação respondia por 10,9% do PIB de Mato Grosso e em 2010 esta participação esteve em 10,4%. Esses dados mostram como a base de agregação de valor na economia mato-grossense ainda está fortemente atrelada à economia agrária, mesmo na presença de oferta de energia, incentivos fiscais e de logística de transporte para o setor industrial.

Em paralelo à expansão da área agrícola, pode ser visualizada na Tabela 6 a crescente oferta de proteína animal, a partir da expansão dos rebanhos, em especial da pecuária bovina. Em 1990, havia cerca de nove milhões de cabeças, que ocupavam aproximadamente dez milhões de hectares de pastos. Entre 1990 e 2011, a taxa de crescimento do rebanho foi de 5,7% ao ano, alcançando pouco mais de 29 milhões de cabeças em 2011. Dados do Censo Agropecuário do IBGE indicam uma área de pastagem de cerca de 32 milhões de hectares ocupados para a bovinocultura em 2010. A área de Mato Grosso é de cerca de 90 milhões de hectares, o que demonstra que a pecuária ocupa 35% do território mato-grossense. Destaca-se, também, a forte expansão do rebanho de ovinos[30], a uma taxa de 10,1% ao ano entre 1990 e 2011, utilizando principalmente pastagens, mas complementada com rações produzidas a partir do milho, soja, arroz, girassol e caroço de algodão. Destaca-se que a oferta de carne de ovinos não alcança a demanda crescente, havendo um hiato a ser resolvido.

[30] A ovelha (*Ovis aries*), que pode ser chamada no masculino por carneiro, e quando pequeno como cordeiro, anho ou borrego, é um mamífero ruminante bovídeo da subfamília *Caprinae*, que também inclui a cabra.

Tabela 6 - Taxa geométrica de crescimento anual da produção de gado bovino, suínos, ovinos e aves em Mato Grosso em 1990-2011 (em cabeças)

Safras	Bovinos	Suínos	Ovinos	Aves
Taxa	+5,7%	+4,0%	+10,1%	+8,7%

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de IBGE (2013a).

A produção de aves também se apresenta com uma taxa de crescimento bastante elevada, a 8,7% ao ano, entre 1990 e 2011. Destacam-se na produção de aves e ovos os municípios de Campo Verde e Primavera do Leste (FARIA et.al., 2009). Somente na produção de aves para abate, destacam-se Tangará da Serra, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Nova Marilândia, Sorriso e Cáceres (FRANCO; BONJOUR; PEREIRA, 2007). Grande parte da oferta de proteína animal de aves e ovos deriva da oferta de rações de milho e soja produzidas em Mato Grosso. A produção de cereal e oleaginosas tem garantido a transformação da produção vegetal e animal, e a crescente agregação de valor na economia regional. Por fim, a oferta de rações também tem impulsionado a produção de suínos, a uma taxa de 4,0% ao ano, entre 1990 e 2011, com destaque para o processamento industrial em Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Diamantino, Campo Verde e Rondonópolis.

Em que pese as elevadas taxas de expansão da economia mato-grossense e a inserção de vetores tecnológicos exógenos, deve-se refletir sobre ao menos duas questões relacionadas ao vetor de expansão econômica: o desmatamento e perda de biodiversidade e a estrutura fundiária que sustenta a produção. O desmatamento verificado no período entre 1990 e 2010 alcançou 12,3 milhões de hectares de floresta, representando 13,6% da área de Mato Grosso. O pico de desmatamento ocorreu no ano de 1995, e no período entre 1998 e 2004, período subsequente à Lei Kandir, e de grande incorporação de novas terras à produção vegetal e animal. No primeiro biênio do Governo Blairo Maggi (2003-2004) ocorreram os dois maiores registros de desmatamento em Mato Grosso, com perda de 2,2 milhões de hectares de floresta. Somente no período 2000-2004 foram adicionados 12,0 milhões de hectares à atividade produtiva. Em 2005 houve uma forte crise econômica do agronegócio, que arrefeceu o avanço da fronteira agrícola, e em 2006 iniciou-se uma maior fiscalização e controle sobre o desmatamento ilegal, que tem gerado taxas de desmatamento

decrescentes desde então. No quinquênio 2006-2010 foram desmatados 1,2 milhões de hectares de floresta[31].

A partir da constatação de uma grande perda de biodiversidade e das dificuldades em controlar a ocupação territorial, diversos movimentos sociais e estruturas institucionais do judiciário estadual e federal, e do executivo federal, pressionaram o governo estadual a finalizar e apresentar o ZSEE/MT à Assembleia Legislativa de Mato Grosso, o que ocorreu em abril de 2008. Após os trâmites legislativos e diversas audiências públicas, um projeto de lei substitutivo foi enviado ao plenário e aprovado no início de 2011, e sancionado pelo governador.

Sendo um instrumento fundamental para a política de planejamento e ordenamento territorial para atividades econômicas do estado, com definição das áreas produtivas, áreas de utilização restrita e de reservas biológicas, esperava-se que o substitutivo fosse erigido sob os dados científicos das condições biofísicas regionais. O texto legal aprovado acabou sendo questionado e a Justiça de Mato Grosso determinou a suspensão dos efeitos da Lei 9.523/11, que trata do zoneamento. Enquanto o atual instrumento permanecer subordinado à influência política e não incorporar informações técnicas e científicas, o zoneamento não poderá cumprir os seus objetivos de garantir a produção agrícola, respeitando os limites biofísicos, princípios básicos da sustentabilidade.

Outro ponto fundamental é a questão agrária. O acesso à terra e aos instrumentos de trabalho são elementos fundamentais na possibilidade de desenvolvimento rural

[31] Os produtos extraídos da floresta que necessitam de desmatamento são o carvão vegetal, a lenha e a madeira em tora. O carvão vegetal tem apresentado uma taxa de crescimento de 18,2% ao ano entre 1990 e 2011, em especial nas áreas de Cerrado. A transformação em carvão da biodiversidade nativa se acelerou a partir de 2004. Entre 1990 e 2003, a média de produção de carvão vegetal derivado de extração foi de 4,317 mil m^3. Entre 2004 e 2011 essa média se elevou a 49,068 m^3. Esse é um sistema que se deve ter atenção para evitar a perda crescente de biodiversidade regional. Por outro lado, o uso da floresta como lenha tem decrescido a uma taxa de 3,6% ao ano entre 1990 e 2011. Entre 1990 e 2000, a média de extração permaneceu em 3,006 mil m^3 e entre 2001 e 2011 recuou a 1,972 mil m^3. Por fim, a extração de madeiras tem apresentado uma redução anual de extração de 1,8% ao ano entre 1990 e 2011. Apesar de estar sendo objeto de maior controle no manejo e extração de madeira, representa o terceiro setor econômico com maior peso no saldo positivo da Balança Comercial (FARIA et.al., 2009). Isso se deve à expansão dos preços relativos que têm se elevado a uma taxa de 37,2% ao ano entre 1996 e 2011, partindo de um preço de R$ 92,06 o m^3 em 1996, para R$ 12.443,18 o m^3 em 2011. Em que pese a sua importância econômica e social, esse sistema extrativo apresentou uma retirada anual média de 2,7 milhões de m^3 entre 1990 e 2011.

equilibrado. Em Mato Grosso, as atividades agropecuárias desenvolvem-se numa situação fundiária representativa de forte desigualdade, oriunda do processo histórico de ocupação do território e das políticas de colonização implantadas, predominando as grandes propriedades quanto à extensão territorial, . As pequenas e médias unidades agropecuárias concentram-se nos projetos de colonização, particularmente nas regiões norte e sudoeste. A concentração da posse da terra é significativa em todo o Mato Grosso.

Na Tabela 7 pode-se verificar a concentração fundiária, visualizando os dados de Mato Grosso no Censo Agropecuário de 1995/1996 e 2006 (IBGE, 2013b). Os estabelecimentos com área acima de 1.000 hectares representavam apenas 9% do total de unidades agrícolas em 1995/1996, porém, apropriavam 83% de toda a área antropizada. Eram apenas 8.011 estabelecimentos, em um universo de 78.749 unidades agropecuárias. Controlavam 40,977 milhões de hectares, representando 45,4% da área total de Mato Grosso. No outro extremo encontravam-se as pequenas unidades, com extensão de área inferior a 50 hectares, que representavam 41% de todos os estabelecimentos que, entretanto, apropriavam-se de apenas 1% da área antropizada. Eram 32.044 estabelecimentos em um universo de 78.749 unidades agropecuárias. Controlavam apenas 0,65 milhão de hectares, representando 0,007% da área total de Mato Grosso.

Tabela 7 - Participação Relativa dos Grupos de Área na Estrutura Fundiária de Mato Grosso: 1995/1996 e 2006

Grupo de Áreas (hectares)	1995/6		2006	
	Estabelecimentos (%)	Área (%)	Estabelecimentos (%)	Área (%)
Menos de 50	41	1	47	2
50 a menos de 100	19	2	21	3
100 a menos de 500	25	8	19	9
500 menos de 1.000	6	6	5	7
Acima de 1.000	9	83	8	79

Fonte: Censo Agropecuário 1995: Mato Grosso (IBGE, 2013b).

No Censo Agropecuário de 2006, os estabelecimentos com área acima de 1.000 hectares representavam apenas 8% do total das unidades agrícolas e se apropriavam de 79% de toda a área antropizada. Eram apenas 8.7441 estabelecimentos, em um universo de 111.971 unidades agropecuárias. Controlavam 37,944 milhões de hectares, representando 42,0% da área total de Mato Grosso. No outro extremo, as pequenas unidades, com extensão de área inferior a 50 hectares, representavam 47% de todos os estabelecimentos, com controle sobre 2% da área antropizada. Eram 52.866 estabelecimentos, em um universo de 111.971 unidades agropecuárias. Controlavam 1,096 milhões de hectares, representando 0,01% da área total de Mato Grosso. Em que pese a redução da área total dos estabelecimentos com área acima de mil hectares e a ampliação da área total dos estabelecimentos inferiores a 50 hectares, pode-se afirmar que não houve alteração na concentração fundiária, pois o índice de Gini manteve-se em 0,79 nos censos de 1995/1996 e de 2006[32].

A concentração fundiária, que floresceu ainda no período colonial, não foi superada mesmo após sucessivas políticas de colonização agrária empreendidas pelo Estado a partir da década de 1940. Se a herança lusa representava uma estrutura agrária socialmente injusta, a sociedade brasileira poderia ter atenuado o problema com uma redistribuição mais equitativa de terras. Porém, tal política jamais foi implantada em solo mato-grossense, e as elites agrárias permaneceram controlando uma parcela considerável do espaço regional. Esta composição a favor de uma pequena parcela da sociedade regional tem gerado um processo de desenvolvimento incapaz de incluir parcelas crescentes da população às benesses do consumo e bem-estar. O desenvolvimento, portanto, não se completa.

Estima-se que em Mato Grosso existem cerca de 100 mil famílias de pequenos e médios empreendedores rurais, das quais 70 mil são assentadas. Por outro lado, grande parcela do valor da produção do agronegócio regional é formada por pouco mais de oito mil grandes empresários que cultivam soja, algodão, milho, cana-de-açúcar, arroz e pecuária bovina, ovina, suína e de aves[33]. Existe uma enorme assimetria entre estes dois grandes universos (produtores familiares e empresários), desde o controle do espaço territorial de produção, estoque de capital, tecnologia, acesso ao crédito, à assistência técnica e aos canais de comercialização (FARIA et.al., 2009).

[32] Calculado pelo autor a partir de Hoffmann (1991). Quanto mais próximo de zero, menor a concentração. Quanto mais próximo de um, maior a concentração do índice que está sendo calculado.

[33] A população estimada de Mato Grosso em 2010 foi de 3,035 milhões de habitantes. Os 8.744 proprietários de terras com área acima de mil hectares representam 0,28% da população regional.

Os assentamentos de agricultores familiares se concentram na porção setentrional e sudoeste do estado, preferencialmente em ambientes florestais, espaços ainda com média a baixa alteração da estrutura vegetal. A produção agrícola diversificada empreendida por esta estrutura socioprodutiva ocorre em extensões pouco expressivas, associada a situações com estrutura fundiária de pequenas e médias propriedades, resultante de projetos de colonização. A maior concentração de projetos camponeses ocorre, notadamente, nas regiões de Jauru, Alta Floresta e Juína (MATO GROSSO, 2004). Esses grupos sociais têm potencial de respostas quando ofertadas condições técnicas e canais de comercialização e podem compor, em conjunto com os grandes empreendimentos, o núcleo estratégico de desenvolvimento rural (FARIA, 2012a).

O capital agrário concentra a sua atuação nas áreas de Cerrado aptas à cultura mecanizada, notadamente para soja, milho e algodão. A grande produção agrícola homogênea está espacialmente concentrada na região Centro-Oeste mato-grossense (na Chapada dos Parecis) e na porção sudeste, em sua maioria associada ao domínio do Cerrado, principal suporte ecossistêmico do capital agrário mato-grossense (MATO GROSSO, 2004). Tem grande capacidade de arregimentação de informações técnicas e de organização coletiva. Sem dúvida, representam um vetor estratégico na geração de valor, mas podem ajustar seus sistemas de produção em direção a uma estrutura menos agressiva quanto ao uso de agroquímicos poluidores[34] e na manutenção da biodiversidade regional.

A pecuária de corte está dispersa por toda a região, mas o seu maior rebanho se concentra na porção norte, no bioma amazônico. Até o final da década de 1970, a pecuária de corte se concentrava no Pantanal, mas a oferta de crédito da SUDAM propiciou a expansão da pecuária para o norte, e desde a década de 1980 esta atividade avançou sobre solos menos férteis e mais ondulados, pouco atrativos para as culturas agrícolas mecanizadas. Em geral, a pecuária de corte está relacionada com os empreendimentos capitalistas de médio e grande portes. A pecuária leiteira também está dispersa por todo o território, mas apresenta duas concentrações mais

[34] A segunda maior aquisição registrada na Balança Comercial de Mato Grosso é a importação de fertilizantes e defensivos agrícolas, com R$1,172 bilhão de saldo negativo (FARIA, et. al. 2009). Resultados de pesquisas de Pignati, Machado e Cabral (2007), Pignati et. al. (2011) e Belo et. al. (2012), indicam o uso elevado de agrotóxicos em regiões de produção de soja e algodão, que têm tanto contaminado diversos compartimentos ambientais quanto exposto trabalhadores e a população aos riscos de morbidades.

importantes nas porções sudoeste e sudeste. A pecuária leiteira está mais relacionada com a agricultura familiar, em médias e pequenas unidades agropecuárias.

De forma geral, percebe-se uma intensa utilização do espaço agrário de Mato Grosso como suporte para a grande produção homogênea. Parcela considerável da renda é formada a partir da produção agropecuária e de suas interações com setores a montante e a jusante da produção primária. Porém, o grau de agroindustrialização ainda é reduzido e a indústria de transformação permanece com baixa capacidade de agregação de valor. O processamento industrial das matérias-primas principais como a soja, as carnes, a madeira e o algodão, incluem somente os primeiros elos da cadeia fabril. Os produtos finais da economia de Mato Grosso mantêm características de consumo intermediário em outros espaços produtivos que transformam as matérias-primas em produtos mais elaborados, diferenciados e com maior valor agregado.

Por fim, a ocupação de Mato Grosso foi uma extensão da política de exploração dos colonizadores lusos, de pilhagem de recursos naturais e de acumulação primitiva de capital. Iniciando com a mineração nos séculos XVIII, poaia e erva-mate no século XIX, passando pela borracha e pecuária no início do século XX, e chegando atualmente no século XXI em um mosaico de *commodities* que incluem soja, milho, madeira, algodão, cana-de-açúcar, arroz, pecuária bovina, suína, ovina e avícola. A funcionalidade da produção de Mato Grosso permanece a mesma: gerar produtos comercializáveis no contexto internacional para garantir absorção de excedentes externos apropriáveis. Esta também é a conclusão de Pereira (1995, 2007) e Faria (2012b) sobre ao papel de Mato Grosso enquanto espaço capitalista de produção.

A produção regional acima da capacidade de consumo da população mato-grossense não tem como objetivo desenvolver as estruturas regionais e alavancar o grau de desenvolvimento, mas apenas utilizar as condições edafoclimáticas, tecnológicas e institucionais disponíveis para apropriar-se dos recursos naturais regionais e transformá-los em mercadorias, o que, aliás, será realizada em mercados-espaços longínquos de Mato Grosso. Porém, a estrutura produtiva regional vem se modificando rapidamente, sobrepondo novos modelos produtivos aos antigos e buscando se manter inserida em um ambiente de competitividade internacional. A questão que permanece sem resposta é se esta estrutura em movimento poderá engendrar um novo cenário socioeconômico que garanta outro modelo de desenvolvimento capaz de incluir os grupos sociais marginalizados e, ao mesmo tempo, manter a estrutura e a funcionalidade dos ecossistemas regionais.

DESIGUALDADES REGIONAIS EM MATO GROSSO (2010)

O estado de Mato Grosso, localizado na região Centro-Oeste do Brasil e integrado à Amazônia Legal, possui 903 mil km² de área, com 478 mil km² cobertos pelo bioma amazônico, 367 mil km² cobertos pelo o bioma Cerrado e 58 mil km² pelo o Bioma Pantanal[35] (Figura 1)[36]. Seus 141 municípios estão integrados a 22 microrregiões e cinco mesorregiões (norte, nordeste, sudeste, centro-sul e sudoeste). Em 74 municípios, o bioma Amazônia é predominante, em 62 municípios o bioma Cerrado é o mais representativo e em apenas cinco municípios predomina o bioma Pantanal.

Há 42 municípios que apresentam somente o bioma amazônico em seu território e 40 que apresentam somente o bioma Cerrado. Em 44 municípios há presença concomitante de Amazônia e Cerrado, em geral na área de transição, com ecótono e encraves. Em sete municípios há presença simultânea de Cerrado e Pantanal e em seis há presença conjunta de Amazônia e Pantanal. Em Barão de Melgaço o bioma pantaneiro está presente de forma isolada. O único município onde os três biomas estão presentes é Cáceres, com amplo predomínio do Pantanal.

De forma principal ou secundária, o bioma amazônico está presente em 93 municípios, o bioma Cerrado em 92 e o pantaneiro em 15 municípios. Deste mosaico, depreende-se que o processo de interação com a natureza é complexa em Mato Grosso, com especificidades que remetem a um entendimento do funcionamento da dinâmica ecossistêmica regional e local, para garantir um sistema extrativo e produtivo capaz de sustentar a reprodução socioambiental da população residente e gerar excedentes exportáveis. Os biomas são suportes que conformam os métodos e técnicas de apropriação de seus recursos, que podem constranger ou estimular a expansão socioeconômica frente à capacidade técnica e institucional disponível. Mesmo em que pese a Amazônia ser o maior bioma, o Cerrado e o Pantanal e as suas diversas interpenetrações representam uma importante dimensão espacial, que remete a uma construção sociocultural capaz de interagir com o ambiente de forma coerente com as especificidades ecológicas.

O PIB mato-grossense alcançou R$ 59,599 bilhões em 2010, com pouco mais de 58% do seu valor gerado em apenas treze municípios, locais onde a economia

[35] A Amazônia representa 52,9% do território mato-grossense, o Cerrado 40,6% e o Pantanal 6,5%.
[36] Conforme SEMA (2011).

superou a cifra de R$ 1,000 bilhão. Desses treze municípios, doze estão localizados em regiões em que o bioma Cerrado está presente de forma isolada ou principal. Somente em Sinop o bioma amazônico está presente de forma principal e isolada.

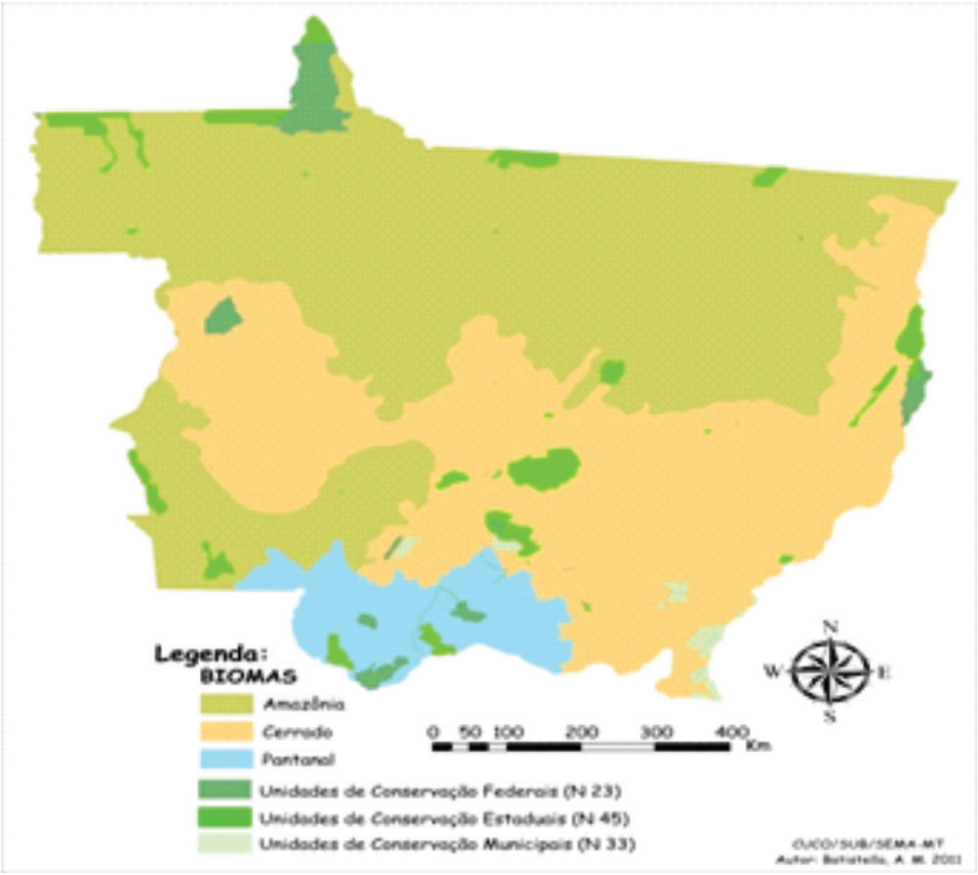
A população total de Mato Grosso alcançou 3,034 milhões em 2010, com uma renda per capita de R$ 19,6 mil. A densidade demográfica estadual é de 3,4 habitantes por km^2. Grande parcela da população e da produção concentra-se nos municípios essencialmente agropecuários que utilizam o bioma Cerrado como suporte. Nos treze municípios com PIB superior a R$ 1,000 bilhão, concentram-se 49,0% da população regional.

Os principais municípios agropecuários com PIB superior a R$ 1,000 bilhão são Primavera do Leste, Sorriso, Sinop, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Tangará da Serra, Sapezal, Campo Novo do Parecis e Campo Verde. Outros municípios com PIB acima de R$ 1,000 bilhão são Rondonópolis, que mantém uma economia agroindustrial, e Alto Araguaia, que possui um terminal logístico ferroviário. Duas economias com PIB acima de R$ 1,000 bilhão são diversificadas em Cuiabá e Várzea Grande. Destes treze municípios, seis encontram-se na mesorregião norte, quatro na mesorregião sudeste, dois na mesorregião centro-sul e apenas um na sudoeste. Na mesorregião nordeste não há nenhum município com PIB acima de um bilhão de reais.

A ocupação de Mato Grosso se orientou, desde o século XVIII, à porção sul da região, na região nucleada por Cuiabá, acessada por hidrovias pantaneiras. No Pantanal floresceram duas ocupações importantes: Poconé e Cáceres. O avanço para o oeste, dentro do bioma amazônico (Vila Bela), não engendrou uma ocupação mais efetiva que pudesse gerar uma estrutura produtiva mais forte na fronteira ocidental. A economia ligada ao agronegócio começou a se desenvolver a partir da transferência das terras públicas a particulares, em especial a partir da década de 1960, quando os eixos rodoviários estavam sendo implantados e a colonização privada incentivada[37]. Até o final da década de 1970 a população e a produção ainda estavam fortemente concentradas na região centro-sul, ocupando parcela do Cerrado e do Pantanal e, após as políticas de ocupação da Amazônia e do Cerrado (POLOAMAZÔNIA e POLOCENTRO), a produção agropecuária começa a se estabelecer nos eixos rodoviários das BRs 163, 364 e 070 (PEREIRA, 2007), em direção ao sudeste e norte mato-grossense. A porção nordeste recebeu o menor fluxo migratório no eixo da BR-158.

[37] Ver com maiores detalhes o trabalho de Ribeiro (2013).

Figura 1 - Biomas de Mato Grosso: Amazônia, Cerrado e Pantanal



Fonte: SEMA (2011).

A região sudeste de Mato Grosso, no eixo da BR-163/364, na divisa com Mato Grosso do Sul e Goiás foi se desenvolvendo a partir do núcleo de Rondonópolis, com base na produção agropecuária, e que avançou para um parque agroindustrial a partir da década de 1990. Na região existem 22 municípios, com área de 72 mil km^2, sendo 70 mil km^2 de Cerrado, dois mil km^2 de Pantanal e não há presença de floresta amazônica nesta região. É uma região savânica[38] por excelência, pois o índice Hirschman-

[38] Conforme a EMBRAPA (2013), as formações savânicas do Cerrado englobam quatro tipos de vegetação principais: o Cerrado em sentido restrito, o Parque de Cerrado, o Palmeiral e a Vereda.

Herfindahl (IHH) (HOFFMANN, 1991) apresentou um grau de concentração do bioma de 0,95 nesta região, sendo homogênea no Cerrado. Somente Itiquira possui bioma pantaneiro em sua porção oeste. A região representa cerca de 8,0% da área do território mato-grossense, com 447.991 mil habitantes (14,7% da população) e um PIB agregado de R$ 12,878 bilhões (21,6% do total). A renda per capita está acima da média regional, alcançando R$ 28,7 mil.

Além de Rondonópolis, destacam-se também Primavera do Leste e Campo Verde, no eixo da BR-070, com forte produção agropecuária e agroindustrial (FARIA et. al., 2009). O município de Alto Araguaia apresenta importante economia local, com a operação de um terminal logístico ferroviário. Essa região apresenta o melhor indicador de IVMA[39] de Mato Grosso, com média de 0,4326. Destacam-se Araguainha, Alto Taquari, Rondonópolis e Alto Araguaia, com indicadores acima de 0,5000. Destes quatro municípios, três contam com terminais ferroviários e agroindústrias, com exceção de Araguainha, o município com o menor PIB e população estadual, mas espacialmente conectada com Alto Araguaia, onde há um terminal ferroviário. Araguainha alcançou o maior IVMA de Mato Grosso.

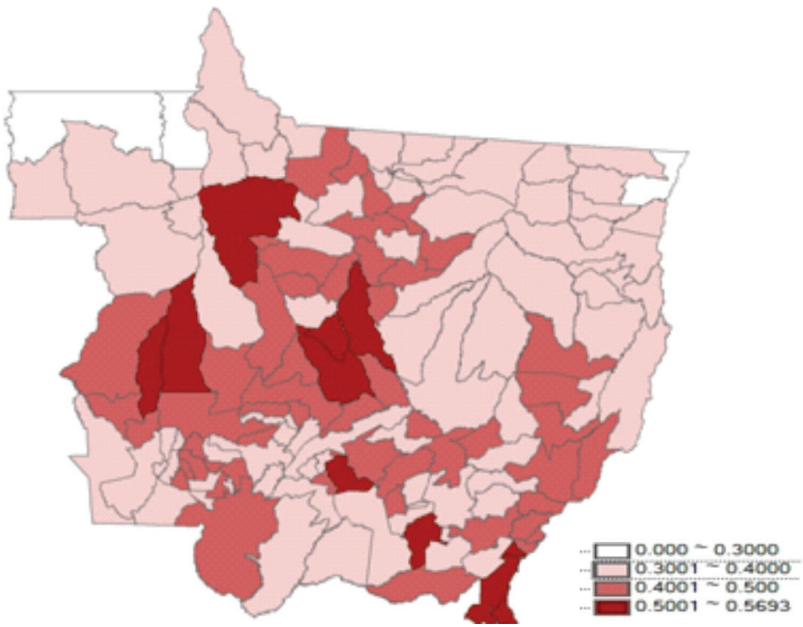
Uma questão importante que se deve perceber sobre o IVMA nesta região são os elevados índices ambientais destes municípios, os maiores dentre as cinco mesorregiões. Há uma boa infraestrutura de coleta de lixo e fornecimento de água por rede pública. Contudo, o principal indicador é o reduzido desmatamento registrado em anos recentes. Como a fronteira agrícola nesta região foi observada na década de 1970-1990, pouco há de florestas a serem substituídas por outras atividades. Assim, com reduzido desmatamento, os indicadores se elevam fortemente, podendo enviesar os resultados a favor desta região. Portanto, deve-se relativizar os indicadores elevados na região sudeste, posto que as florestas tropicais nesta região foram comprometidas em décadas anteriores, visto que a biodiversidade já foi reduzida.

Além disso, nos quesitos econômicos e institucionais, a região apresenta os melhores indicadores em relação a Mato Grosso. Nos indicadores econômicos, a região mantém métricas consideravelmente acima da média regional, revelando

[39] Índice de Vulnerabilidade dos Municípios da Amazônia (IVMA). Foi calculado pela equipe de pesquisa de Mato Grosso como parte do projeto "Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia", financiada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

uma força produtiva importante. Quanto à dimensão institucional, a região sudeste apresentou o melhor indicador dentre todas as mesorregiões, representando um melhor tecido institucional. Desta forma, agregando as três dimensões avaliadas, a região sudeste apresenta as melhores características quanto à vulnerabilidade (Figura 2).

Figura 2 - Índice de Vulnerabilidade dos Municípios de Mato Grosso: 2010



Fonte: Elaboração própria, utilizando o software livre TerraView4.2.1*.

Apesar de apresentar o melhor IVMA, na região sudeste destacam-se nove municípios com indicadores abaixo de 0,4010[40], que representam 41% dos municípios. Estes municípios destoam dos demais, demonstrando um desequilíbrio interno na região. Para uma maior homogeneização do território, estes nove municípios requerem atenção especial no tocante à sua dinâmica interna. No primeiro decil desta região encontram-se os municípios de General Carneiro, Pedra Preta e Juscimeira, que estão consideravelmente abaixo da média da região. Na Figura 2 pode-se perceber

[40] IVMA médio dos municípios de Mato Grosso, calculado de forma linear (desconsiderando os pesos do território, da população e do PIB locais).

que na região sudeste não há municípios com IVMA abaixo de 0,3000. Nove estão entre 3,0000 e 4,0000. Outros nove estão com um IVMA entre 0,4000 e 0,5000 e quatro municípios apresentam IVMA acima de 0,5000.

Na região norte de Mato Grosso existem 55 municípios ocupando a maior área territorial regional, com 484 mil km², sendo 344 mil km² de floresta amazônica, 132 mil km² de Cerrado, não havendo presença do Pantanal. Pelo índice IHH, o grau de concentração do bioma alcançou 0,60 nesta região, sendo relativamente homogênea em floresta tropical úmida. Representa cerca de 53,6% da área do território mato-grossense, com 942.096 mil habitantes (31,0% da população) e um PIB agregado de R$ 20,512 bilhões (34,4% do total). A renda per capita está acima da média regional, alcançando R$ 21,7 mil.

Seis municípios apresentaram IVMA acima de 0,5000. Os municípios de Campos de Júlio, Lucas do Rio Verde, Sapezal, Juara, Nova Mutum e Sorriso estão no estrato superior. Percebe-se que somente Juara encontra-se em domínio da floresta amazônica, sendo os demais localizados no Cerrado. No eixo da BR-163 estão Nova Mutum, Lucas do Rio Verde e Sorriso, todos relacionados à produção agropecuária. No eixo da BR-364 estão Sapezal e Campos de Júlio, próximos da fronteira com Rondônia. À esquerda da BR-163, após Sinop, pode-se acessar Juara pela MT-220, em região de floresta amazônica.

O IVMA de 0,4012 da região está pouco acima da média estadual, com destaque para a estrutura institucional e econômica. A base econômica forte, baseada no agronegócio, permite uma capacidade de geração de renda superior à média. Contudo, a fragilidade na região são os indicadores ambientais. Há problemas graves de coleta de lixo, coleta e tratamento de esgoto, além de uma importante taxa de desmatamento. Existem 28 municípios com IVMA abaixo da média, representando 51% da municipalidade regional. Além disso, na região estão dois dos municípios com os piores indicadores de IVMA de Mato Grosso. Colniza e Cotriguaçu apresentaram grandes fragilidades e podem ser consideradas áreas-alvo fundamentais das políticas públicas para conter o desmatamento, estando com IVMA abaixo de 0,3000.

Na região centro-sul de Mato Grosso existem 17 municípios ocupando uma área territorial de 97 mil km², sendo 54 mil km² de Pantanal, 34 mil km² de Cerrado e seis mil km² de floresta amazônica. O ambiente pantaneiro é preponderante, com alguns encraves e ecótono com o Cerrado e a Amazônia, tendo Cáceres como único local onde os três biomas se conectam. Poconé, Cáceres, Barão de Melgaço e Santo

Antônio do Leverger são os maiores municípios em extensão territorial, sendo o Pantanal o grande bioma nesses locais. Pelo índice IHH, o grau de concentração do bioma alcançou 0,46 nesta região, sendo relativamente heterogêneo, sendo a mesorregião com maior complexidade de biomas.

A região centro-sul representa cerca de 10,7% da área do território mato-grossense, com a maior população regional, alcançando 1.047.575 mil habitantes (34,6% da população). Possui um PIB agregado de R$ 17,043 bilhões (28,6% do total). A renda per capita está abaixo da média regional, alcançando R$ 16,2 mil. Apenas Cuiabá apresenta IVMA acima de 0,5000. Em 11 municípios o IVMA está abaixo de 0,4000. O IVMA de 0,3906 da região está pouco abaixo da média estadual, e em todas as dimensões (político-institucional, econômica e ambiental), também se encontra abaixo da média. Os municípios pantaneiros apresentam indicadores baixos, sendo importante avaliar as suas fragilidades, em especial o município de Barão de Melgaço. Mesmo sendo a região de ocupação mais antiga de Mato Grosso, grande parcela do seu território apresenta indicadores deprimidos, principalmente os pantaneiros, que necessitam de atenção especial para o planejamento do seu desenvolvimento. Em 65% dos municípios o IVMA está abaixo da média.

Na região sudoeste de Mato Grosso existem 22 municípios ocupando uma área territorial de 72 mil km^2, sendo 51 mil km^2 de Amazônia, 17 mil km^2 de Cerrado e de pouco mais de dois mil km^2 de Pantanal. Pelo índice IHH, o grau de concentração do bioma alcançou 0,58 nesta região, sendo relativamente homogênea em floresta tropical úmida. Em cinco municípios o bioma amazônico se conecta com o ambiente pantaneiro, mas somente em Porto Esperidião o Pantanal ocupa área expressiva. Representa cerca de 8,0% da área do território mato-grossense, com uma população de 319.997 mil habitantes (10,6% da população). Possui um PIB agregado de R$ 4,825 bilhões (8,1% do total). A renda per capita é a menor de Mato Grosso, alcançando R$ 15,0 mil. Não apresenta nenhum município com IVMA acima de 0,5000. Em 11 municípios o IVMA está abaixo de 0,4000. O IVMA de 0,3974 da região está pouco abaixo da média estadual, e em todas as dimensões também se encontra abaixo da média. Metade dos municípios desta região merecem atenção, por apresentarem indicadores abaixo da média, necessitando de planejamento para ajustar as suas deficiências.

Na região nordeste de Mato Grosso existem 25 municípios ocupando a segunda maior área territorial, com 178 mil km^2, sendo 102 mil km^2 de Cerrado, 75 mil km^2 de

Amazônia, não havendo bioma Pantanal. É uma região de preponderância savânica, mas com a segunda maior área de floresta amazônica, atrás somente da região norte. Pelo índice IHH, o grau de concentração do bioma alcançou 0,51 nesta região, sendo fracamente homogênea em Cerrado. A tecnologia empregada pelo agronegócio empresarial, que utiliza o Cerrado como suporte, poder-se-á implantar-se na região, aproveitando a similaridade das condições edafoclimáticas.

A região nordeste representa cerca de 19,7% da área do território mato-grossense, com a menor população regional, com 276.332 mil habitantes (9,1% da população). Possui um PIB agregado de R$ 4,340 bilhões (7,3% do total). A renda per capita está abaixo da média regional, alcançando R$ 15,7 mil. Não apresenta nenhum município com IVMA acima de 0,5000. O IVMA médio da região é de 0,3770, o menor entre todas as mesorregiões mato-grossenses. Em 18 municípios o IVMA está abaixo de 0,4010. O município de Santa Terezinha pode ser considerado muito frágil, em função de seu IVMA abaixo de 0,3000. Na porção nordeste de Mato Grosso, 76% dos municípios apresentaram grandes fragilidades para garantir a gestão socioambiental de seu território, podendo ser considerados estratégicos nas políticas públicas para conter o desmatamento.

Dentre todas as mesorregiões, a nordeste é aquela que apresenta o maior percentual de municípios frágeis, considerando o IVMA médio como limite desta definição. Nesta mesorregião, tem-se 76% dos municípios nesta condição, em contraste com a mesorregião Sudeste, que mantêm 41% dos seus municípios com IVMA abaixo da média. As regiões norte com 51%, e a sudoeste com 50%, têm uma posição intermediária quanto aos municípios abaixo da média. A região centro-sul apresenta %65 de seus municípios nesta condição, sendo uma área de elevada vulnerabilidade socioambiental. Se fosse observado somente este indicador de posicionamento, a região nordeste seria a mais frágil, seguida pela região centro-sul, ambas com mais da metade de seus municípios com indicadores deprimidos. As mesorregiões norte e sudoeste estariam na mediana e a mesorregião sudeste seria aquela com o menor número de municípios fragilizados.

Dos 78 municípios mais vulneráveis de Mato Grosso, 19 estão na mesorregião Nordeste, onde se pode perceber que o bioma Amazônia é preponderante em dez destes espaços locais e o Cerrado preponderante em nove. A área destes municípios ocupa 134 mil km^2, representando 75% da região. A floresta amazônica ocupa

69 mil km² e o Cerrado 65 mil km². A utilização produtiva desta região necessita de uma interação tecnológica adaptada tanto à floresta úmida quanto à savana, bem como as regiões de transição como ecótono e encraves. Sendo a região com o menor nível de desenvolvimento e maior fragilidade, a sua ocupação deve ser planejada considerando as especificidades edafoclimáticas e a baixa densidade populacional de 1,5 hab./km².

Na porção centro-sul existem 11 municípios dentre os mais vulneráveis, onde se pode perceber que o bioma Cerrado é preponderante em seis destes espaços locais, o Pantanal predomina em três e a Amazônia em dois. A área destes municípios ocupa 58 mil km², representando 60% da região. O Pantanal ocupa 34 mil km², o Cerrado 22 mil km² e a floresta Amazônica outros dois mil km². A utilização produtiva desta região necessita de uma interação tecnológica adaptada principalmente às áreas úmidas de pântano, que operam importantes serviços ambientais específicos e difusos. Além disso, necessita-se de tecnologia adaptada às condições de savana, bem como as regiões de transição como ecótono e encraves entre Pantanal, Cerrado e Amazônia. Por ser a segunda região com o menor nível de desenvolvimento e fragilidade territorial, a sua ocupação deve ser planejada considerando as especificidades edafoclimáticas pantaneiras, savânicas e alguma presença de floresta amazônica. Nesta porção do território há, portanto, uma maior complexidade biofísica, tendendo a uma heterogeneidade espacial, que deve ser considerada. Além disso, nesta região há uma densidade populacional de 10,8 habitantes por km², bastante superior à média regional, e que deve ser planejada com trajetórias intensivas em trabalho.

Na porção sudoeste existem 11 municípios mais vulneráveis dentre os 78 de Mato Grosso. Pode-se perceber que a Amazônia é preponderante em nove destes espaços locais, e o Cerrado em dois. A área destes municípios ocupa 42 mil km², representando 58% da região. A floresta amazônica representa 35 mil km², o Cerrado cinco mil km² e o Pantanal dois mil km². A utilização produtiva desta região necessita de uma interação tecnológica adaptada principalmente às áreas de floresta tropical úmida. Além disso, necessita-se de tecnologia adaptada às condições de savana, bem como as regiões de transição como ecótono e encraves entre Pantanal, Cerrado e Amazônia, em menor grau. Por ser a terceira região com o menor nível de desenvolvimento e fragilidade territorial, a sua ocupação deve ser planejada considerando as especificidades edafoclimáticas, conjugada com a densidade popula-cional de 4,4 habitantes por km², pouco superior à média regional de 3,4 hab./km².

Na porção sudeste estão nove municípios dentre os mais vulneráveis de Mato Grosso, onde se pode perceber que o bioma Cerrado é preponderante em todos. A área desses municípios ocupa 28 mil km², representando 39% da região. O Cerrado representa 27,8 mil km² e o Pantanal 0,2 mil km². A utilização produtiva desta região necessita de uma interação tecnológica adaptada às áreas de savana. Por ser a região com o menor número de municípios com vulnerabilidade e a maior homogeneidade de bioma, pode-se planejar o desenvolvimento a partir do uso do Cerrado, considerando a densidade populacional de 6,2 habitantes por km², consideravelmente superior à média regional de 3,4 hab./ km².

Na porção norte localizam-se 28 dos 78 municípios mais vulneráveis de Mato Grosso. Pode-se perceber que o bioma Amazônia é preponderante em 26 municípios e o Cerrado em dois espaços locais. A área desses municípios ocupa 296 mil km², representando 61% da região. A Amazônia representa 247 mil km² e o Cerrado 49 mil km². A utilização produtiva desta região necessita de uma interação tecnológica adaptada às áreas de floresta tropical em maior grau, e tecnologias adaptadas às condições de savana e de áreas de transição. Por ser a região com o maior número de municípios com vulnerabilidade e a segunda maior homogeneidade de bioma, pode-se planejar o desenvolvimento a partir do uso sustentável da floresta, considerando a densidade populacional de 1,9 habitantes por km², consideravelmente inferior à média regional de 3,4 hab./km².

Este tipo de análise pode informar sobre o grau de homogeneidade ou heterogeneidade espacial, indicando uma tendência de menor ou maior variabilidade do IVMA, o que é interessante porque se visualiza diretamente os municípios mais vulneráveis e quais biomas estão relacionados, bem como a população e a renda local. Contudo, para se definir estratégias de planejamento territorial, podem-se agregar outras técnicas de observação espacial.

Os 63 municípios com IVMA acima de 0,4010 ocupam 37% da área de Mato Grosso, com 333 mil km², sendo 188 mil km² de Cerrado, 122 mil km² de Floresta Amazônica, e 23 mil km² de Pantanal. Sua população é de 2.140.122 habitantes (71% do total), com um PIB agregado de R$ 46.703,0 mil. Sua renda per capita é de R$ 21,8 mil. Sua maioria encontra-se na região Norte, com 27 municípios com IVMA acima da média. Na mesorregião sudeste são 13, na sudoeste são 11 e nas mesorregiões centro-sul e nordeste são seis, respectivamente. Pode-se perceber que o bioma mais representativo nestes municípios é o savânico, mas com relativa presença de Floresta Amazônica.

Contudo, o grupo de 78 municípios com IVMA abaixo de 0,4010 merecem atenção especial, pois ocupam 63% do território regional, com 558 mil km², sendo 353 mil km² de Floresta Amazônica, 169 mil km² de Cerrado e 36 mil km² de Pantanal. Sua população é de 893.569 habitantes (29% do total), com um PIB agregado de R$ 12.896,0 mil. Sua renda per capita é de R$ 14,4 mil. A maioria encontra-se em região de floresta amazônica, em maior ou menor grau de cobertura da paisagem.

Percebe-se que nos municípios acima da média do IVMA, a população representa 71% do total, ocupando 36% do espaço. Nos municípios abaixo do IVMA, a população representa 29%, ocupando 62% do território. Se por um lado a população se concentra na porção do território com maior desenvolvimento, a maior fração de espaço disponível está localizada nos municípios menos desenvolvidos. O planejamento do desenvolvimento para ambos os grupos deve ser pensado de forma diferenciada, pois as disponibilidades de recursos não são homogêneas. Em um grupo há maior concentração humana e, no outro, maior oferta de espaço e biodiversidade. A densidade demográfica no grupo mais desenvolvido chega a 6,4 habitantes por km², enquanto no grupo de municípios menos desenvolvidos é de 1,6 habitantes por km², contra a média regional de 3,4 hab./ km². Estas especificidades são preponderantes para se definir as trajetórias tecnológicas e institucionais a serem implementadas no território.

Para se perceber se a presença de um bioma pode ser considerada uma variável explicativa do desenvolvimento local medido pelo IVMA, buscou-se medir a correlação entre o grau do índice de vulnerabilidade (IVMA) e a área dos biomas amazônico, savânico e pantaneiro em cada município. Foi realizada uma regressão linear múltipla (GUJARATI, 2011), em que as variáveis independentes foram as áreas dos biomas e a variável dependente foi o IVMA. Na Tabela 8 estratificou-se os municípios pelo bioma preponderante.

Tabela 8 - Municípios Savânicos, Amazônicos e Pantaneiros de Mato Grosso

Biomas	População	PIB (mil R$)	PIB Per Capita
Cerrado	1.864.157	41.931.526	22.493,56
Amazônia	1.019.246	16.114.575	15.810,29
Pantanal	150.588	1.553.889	10.318,80
Total	**3.033.991**	**59.599.990**	**19.644,09**

Fonte: Elaborado a partir de dados do IBGE (2012).

Os resultados indicaram uma correlação moderada[41] de 0,38 entre o bioma e o nível do IVMA (Tabela 9). O intercepto de 0,40 com uma estatística "t" elevada corrobora uma baixa assimetria em relação à média dos indicadores de IVMA. O bioma Pantanal não se mostrou correlacionado e o seu coeficiente angular foi estatisticamente nulo. Contudo, os biomas amazônico e savânico mostraram estar correlacionados parcialmente com o nível de desenvolvimento regional. A renda per capita nos municípios pantaneiros em 2010 foi de R$ 10,3 mil.

O coeficiente angular do bioma amazônico foi negativo em relação ao IVMA, indicando que a presença desta estrutura florestal está correlacionada com um nível reduzido de desenvolvimento, em relação à média do conjunto analisado. A cada hectare de floresta amazônica no município há uma relação negativa de $3{,}50x10^{-8}$ com o IVMA, ou seja, na presença desta estrutura vegetal, o indicador de desenvolvimento tende a ser inferior à média, na magnitude de seu coeficiente estimado. Esta relação possui um nível de significância de 1%. A renda per capita nos municípios amazônicos alcança R$ 15,8 mil.

Tabela 9 - Estimativa da regressão múltipla entre IVMA e Biomas: Mato Grosso (2010)

X_i	Coeficientes	Stat t	valor-P
Intercepto	0,40	55,58	7,19E-96 (significante a 1%)
Amazônia	$-3{,}50x10^{-8}$	-3,63	0,000394 (significante a 1%)
Cerrado	$3{,}36x10^{-8}$	2,32	0,021428 (significante a 3%)
Pantanal	NS	-0,88	0,375924 (não significante)
Coeficiente de correlação: 0,38		Estatística F: 7,48 (significante a 1%)	

Fonte: Calculado pelo autor em MS Excel.

O coeficiente angular do bioma savânico foi positivo em relação ao IVMA, indicando que a presença desta estrutura florestal está correlacionada com um nível superior de desenvolvimento, em relação à média do conjunto analisado. A cada hectare de Cerrado no município há uma relação positiva de $3{,}36x10^{-8}$ com o IVMA, ou seja, na presença desta estrutura vegetal, o indicador de desenvolvimento tende a ser maior do que a média, na magnitude de seu coeficiente estimado. Esta relação

[41] Conforme Appolinário (2012, p. 154), uma correlação entre 0,31 e 0,59 pode ser considerada com força moderada de interpretação.

possui um nível de significância de 3%. A renda per capita nos municípios savânicos alcança R$ 22,4 mil.

Em seu conjunto, a equação estimada da regressão apresenta alguma explicação da relação entre bioma e IVMA, considerando que a estatística F também se apresentou significante a 1% de erro[42]. Não se pode afirmar que a presença da floresta amazônica impede o desenvolvimento ou que o bioma Cerrado impulsiona a melhoria das condições socioeconômicas, institucionais e ambientais, mas que o processo de apropriação e ocupação destes espaços ocorreu de forma diferenciada, e que provavelmente a presença de tecnologias adaptativas responderam por essas diferenças. Não é o bioma em si, mas a capacidade de transformar as suas potencialidades em bens e serviços com valor de mercado, mediado pela tecnologia e arranjos institucionais.

Após essa etapa, procedeu-se a uma análise de associação a partir do coeficiente de contingência de Pearson. Com dados da Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso, cada município foi categorizado e transformado em variáveis qualitativas, onde a presença de um bioma isolado ou como predominante foi atribuída uma definição de bioma principal. Assim, nos 59 municípios onde há uma combinação de dois ou três biomas, foi considerado aquele de maior representatividade, considerando que os demais sofrem influências, em sua estrutura, do bioma preponderante.

Assim, foram definidas três categorias de biomas dominantes: Amazônia, Cerrado e Pantanal. Após esta categorização, o IVMA foi definido como alto desenvolvimento (acima da média) e baixo desenvolvimento (abaixo da média) (Tabela 10). Foi calculado o coeficiente qui-quadrado da população, estimou-se o coeficiente de associação de Pearson e calculou-se um fator de correção para facilitar a interpretação.

Os resultados indicam um coeficiente de associação entre bioma e nível de IVMA de 0,31, que pode ser considerado moderado (conforme classificação de APPOLINÁRIO, 2012, p. 154). Essa associação entre as variáveis qualitativas indica que onde as atividades socioambientais estão associadas ao bioma Cerrado há maior possibilidade de haver um indicador de desenvolvimento acima da média, e que onde os biomas amazônico e pantaneiro são preponderantes, os indicadores

[42] A estatística F procura testar se o conjunto das variáveis independentes consegue influenciar decisivamente a variável dependente. Portanto, este teste procura identificar a ação conjunta e simultânea das variáveis explicativas sobre a variável explicada.

de desenvolvimento têm maior possibilidade de estarem abaixo da média. Cerca de 56% dos municípios onde o Cerrado predomina estão com IVMA acima da média, enquanto apenas 36% dos municípios com bioma Amazôna e 20% dos municípios pantaneiros estão IVMA acima da média. Esta associação não responde por todo o movimento, mas indica que Mato Grosso apresenta um processo de desenvolvimento mais atrelado ao bioma savânico do que ao amazônico e ao pantaneiro.

Tabela 10 - Distribuição dos municípios de Mato Grosso por bioma e nível de IVMA

Biomas	ALTO IVMA>0,4010	BAIXO IVMA<0,4010	Totais
Amazônia	27	47	74
Cerrado	35	27	62
Pantanal	1	4	5
Totais	63	78	141

Fonte: Calculado pelo autor em MS Excel.
Nota: IVMA médio de 0,4010 utilizado como referência para o ponto de corte para categorização.

Pode-se demonstrar o grau de correlação e associação pela ordenação dos espaços em decis, utilizando o IVMA dos 141 municípios mato-grossenses como referência. Percebe-se que dos 14 municípios do último decil (melhores IVMA), em 13 destes municípios encontram-se no domínio do bioma Cerrado e apenas um no bioma Amazônia. Esses dados indicam a correlação e a associação entre desenvolvimento e o uso do Cerrado como suporte biofísico para a reprodução socioambiental em Mato Grosso. O processo de ocupação mais vigoroso na década de 1970, com o POLOCENTRO, gerou tecnologias adaptativas de uso de amplas áreas do Planalto Central, com aplicação de corretivos alcalinos aos solos ácidos, uso de tecnologia mecânica e cultivares mais produtivos.

Soma-se a experiência dos colonizadores que estavam produzindo no Cerrado mineiro ou paranaense, biomas relativamente similares à savana mato-grossense e que permitiu uma capacidade técnica adaptativa. Os cultivares mais conhecidos foram introduzidos, como o arroz, milho e soja. Posteriormente foi incorporada a produção de algodão na área de Cerrado. As condições edafoclimáticas, a topografia plana e a experiência acumulada na produção de lavouras temporárias corroboraram com a ampla mecanização do processo produtivo no Cerrado. Com exceção de

Cuiabá e Juara, todos os demais municípios com IVMA no maior decil são grandes produtores de commodities agrícolas, cultivadas em safras temporárias, utilizando a savana como suporte[43].

Esta estrutura coaduna com a percepção de que a ocupação do Cerrado foi realizada com a incorporação de técnicas exógenas de produção agropecuária, mas que conseguiram algum grau de aderência às condições edafoclimáticas regionais. As tecnologias de correção de solos desenvolvidas pela EMBRAPA[44] e difundidas pelas empresas regionais de pesquisa e extensão rural, foram fatores básicos para a determinação de uma trajetória tecnológica compatível com uma inovação paradigmática e incremental. Com o avanço da fronteira agrícola sobre o Cerrado e a acumulação de conhecimentos sobre as idiossincrasias e especificidades regionais, formou-se um ambiente institucionalizado capaz de promover a expansão continuada da produção de commodities agrícolas na década de 1980, e com aceleração na década de 1990 e 2000.

As taxas de desmatamento do Cerrado se expandiram, e milhões de hectares passaram de cobertura vegetal nativa a agroecossistema produtivo de soja, milho, algodão, girassol, milheto e algumas outras culturas de menor agregação de valor. Este processo ocorreu predominantemente no Cerrado, em função da sua topografia plana, capaz de permitir ampla mecanização de todo o processo produtivo, conjugado com a forte concentração fundiária, que permite economias de escala no uso de maquinário. Desta forma, o Cerrado da região Sudeste e o Chapadão dos Parecis na região norte de Mato Grosso se transformaram no lócus preferencial da fronteira agrícola.

No primeiro decil (piores IVMA), ordenado a partir do IVMA dos 141 municípios mato-grossenses, pode-se identificar os 14 piores indicadores. Percebe-se que em 11 destes municípios encontram-se no domínio do bioma amazônico, três em domínio do Cerrado e um no bioma pantaneiro. Esses dados confirmam a necessidade de se observar com maior cuidado o processo de ocupação e a constituição das institucionalidades regionais e locais[45].

---

43 Em ordem decrescente: Araguainha, Alto Taquari, Cuiabá, Campos de Júlio, Lucas do Rio Verde, Sapezal, Rondonópolis, Alto Araguaia, Juara, Nova Mutum, Sorriso, Santa Rita do Trivelato, Barra do Garças e Primavera do Leste.

44 Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

45 Em ordem decrescente: Terra Nova do Norte, Jangada, Alto Paraguai, Vale de São Domingos, Novo Mundo, Vila Rica, Gaúcha do Norte, Aripuanã, Confresa, Castanheira, Barão de Melgaço, Bom Jesus do Araguaia, Santa Terezinha, Cotriguaçu e Colniza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na porção setentrional, onde o bioma Amazônia viceja de forma mais consistente, a ocupação ocorreu com a apropriação dos recursos madeireiros e, posteriormente, com a formação de pastagens para bovinos. As madeireiras se mantinham operando, baseadas em vantagens competitivas espúrias de degradação da natureza. Seus efeitos sistêmicos são temporários, e quando ajustamentos de ordem legal se instauram, as condições de reprodução do capital e da sociedade entram em crise. Além disso, amplas áreas de pastagens com baixa incorporação de tecnologia e geração de empregos formaram enclaves de baixa competitividade. Os municípios com as mais reduzidas taxas de crescimento econômico e de distribuição do excedente são fundamentadas na economia pecuária extensiva.

Uma questão importante no entendimento do processo de apropriação da floresta amazônica mato-grossense refere-se à incompleta estrutura de pesquisa e ensino na região. No início da década de 1970, após a Conferência de Estocolmo da ONU, o Brasil implantou o Programa do Trópico Úmido (PTU), que visava ampliar o conhecimento técnico-científico da Amazônia, para que se pudesse utilizar seus recursos de forma racional. A Uniselva, implantada em Aripuanã, próximo da fronteira com o estado do Amazonas, seria a estrutura que poderia fornecer conhecimento, tecnologia e os limites de uso dos sistemas florestais amazônicos, podendo construir uma fronteira institucional antes da chegada da fronteira agropecuária. Com o lema "conhecer a Amazônia para então ocupá-la" (TAVARES, 2001, p.98), a concepção da Uniselva incorporaria uma oportunidade de tecer o desenvolvimento socioambiental de forma diferenciada de um modelo produtivista e imediatista, com uma percepção de longo prazo na relação homem-natureza.

As regras e códigos de uso de todos os recursos seriam definidos anteriormente ao acesso, garantindo um desenvolvimento equilibrado entre a extração/produção e a manutenção da estrutura e funcionalidade dos ecossistemas florestais. Contudo, em 1975, apenas três anos após a sua implantação, a Uniselva começou a ser desativada. E, desde então, nenhuma outra ação estruturada foi planejada ou executada para definir uma trajetória tecnológica e institucional para a região. Perdeu-se uma oportunidade de avançar a fronteira do conhecimento e institucional antes do uso irracional de recursos regionais, por suposto, de elevado potencial econômico. Poder-se-ia ter um modelo de ocupação diferente do atualmente implantado.

Desta forma, os indicadores do Cerrado como local de maior capacidade institucional e de desenvolvimento são resultados de uma ação objetivada e continuada no processo de controle das condições edafoclimáticas. Essa trajetória tecnológica se implantou e gerou inovações incrementais que permitiram que o Cerrado se constituísse no suporte de uma produção com valor agregado superior às trajetórias tecnológicas disponíveis para o bioma amazônico (em especial, as madeireiras, a pecuária bovina e algumas formas de extração e produção florestal). Neste embate de trajetórias tecnológicas, parece haver um *lock in* no Cerrado, como um ambiente onde a curva de acumulação de conhecimento está mais elevada do que a curva no bioma Amazôna.

Este mosaico regional indica que, enquanto houver disponibilidade de áreas de Cerrado para incorporação de novas fronteiras produtivas, o *lock in* savânico excluirá um movimento mais dinâmico e continuado nos ambientes amazônicos. E já se percebe um movimento endógeno em direção à fronteira agrícola na mesorregião nordeste, detentora de uma grande área de Cerrado que está improdutiva após a passagem da fronteira pecuária nas décadas de 1970 e 1980, além de áreas onde ainda poderá ocorrer um efeito-substituição entre vegetação nativa e áreas produtivas. Nesta região, as pastagens degradadas no Cerrado estão sendo incorporadas por grandes produtores de soja, milho e algodão, em função dos preços reduzidos das terras e da elevada capacidade técnica e institucional destes empreendimentos. Esta é a mais nova fronteira de apropriação ou re-apropriação das terras como lócus produtivo. Parcelas dos capitais acumulados nas regiões norte e sudeste estão migrando para o eixo da BR-158, na região onde o IVMA se apresentou mais deprimido.

Por um lado, há uma possibilidade de expansão dos indicadores socioeconômicos e institucionais na região nordeste, onde a grande produção homogênea de commodities se implantou. Em que pese os efeitos deletérios, percebe-se uma melhoria dos indicadores de desenvolvimento. Como na região nordeste há um diferencial negativo em relação às outras regiões, abrem-se possibilidades de geração de valor, empregos e distribuição de renda. Por outro lado, dever-se-ia planejar essa realocação do capital e reorganização do uso da terra. Seria preciso fortalecer as instituições e as formas de controle do uso da terra, permitindo que a fronteira institucional chegasse antes da fronteira de apropriação dos recursos, com regras claras para os limites de uso da biodiversidade e dos compartimentos ambientais.

Observando desta forma, tanto as regiões com maior IVMA quanto aquelas à espera de um processo de desenvolvimento, a solução para o "progresso" local

depende de ações exógenas. Espera-se a chegada de empresários, de capital, tecnologia, indústrias, rodovias, ferrovias e hidrovias. A melhoria das condições locais de vida não é percebida como uma trajetória construída endogenamente. O colono ou pioneiro é o vetor desta mudança. Assim ocorreu nas regiões centro-sul e sudeste de Mato Grosso, bem como no Chapadão dos Parecis e no eixo da BR-163. Na próxima expansão da fronteira na porção nordeste, a solução é o agricultor experiente e capitalizado de outras regiões de Mato Grosso. Não se apresenta uma solução endógena naquela região, pautada no conhecimento e arranjos institucionais fortes.

Assim, o que se percebe é uma contraposição a um *modelo endógeno de desenvolvimento* (VÁZQUEZ-BARQUERO, 2002), que poderia criar estruturas mais simétricas de geração e distribuição do excedente, sem se apoiar em *vantagens competitivas espúrias* (HADDAD, 2006). Enquanto o sistema produtivo regional continuar se pautando no agente exógeno, esquivando-se da ciência e tecnologia geradas localmente, na percepção da natureza como sistema-objeto e na exploração do trabalho como formas de acumulação de capital, a sociedade regional permanecerá distante de um modelo de desenvolvimento sustentável e includente. A fronteira institucional e do conhecimento deve chegar antes da fronteira de apropriação de recursos e da agropecuária. Somente assim poder-se-á fomentar verdadeiramente as condições de desenvolvimento socioambiental.

REFERÊNCIAS

ALBANO, V. **Do caos ao equilíbrio fiscal**: uma difícil travessia. Cuiabá: Entrelinhas, 2001.

APPOLINÁRIO, F. **Metodologia da Ciência**: filosofia e prática da pesquisa. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

AZEVEDO, A. M. M.; DELGADO, C. C. **Mineração, meio ambiente e mobilidade populacional**: um levantamento nos estados do Centro-Oeste expandido. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13, 2002. Ouro Preto. **Anais...** Ouro Preto, 2002.

BELO, M. S. S. P.; PIGNATI, W.; DORES, E. F. G. C.; MOREIRA, J. C.; PERES, F. Uso de agrotóxicos na produção de soja do estado do Mato Grosso: um estudo preliminar de riscos ocupacionais e ambientais. **Rev. Bras. Saúde Ocup**., São Paulo, v. 37, n.125, jan./jun. 2012.

BORDIGNON, M. In: SAITO, L. T. T. C. Influências ameaçam sotaque. **Jornal A Gazeta**, Cuiabá, B. 16 maio 2004.

BORGES, F. T. M. **Do Extrativismo à Pecuária**: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso (1870 a 1930). São Paulo, Scortecci, 2001.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (1946). **Artigo 156 da Constituição Federal**, de 18 de setembro de 1946 (A lei facilitará a fixação do homem no campo estabelecendo planos de colonização e de aproveitamento das terras públicas). Governo Federal, 1946.

CARRARO, I. Lei de Proteção de Cultivares, sob enfoque da Empresa Obtentora de Materiais Genéticos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ALGODÃO, 3. 2001. Campina Grande. **Resumos....** Campina Grande: EMBRAPA Algodão; Campo Grande, UFMS; Dourados: EMBRAPA Agropecuária Oeste, 2001.

CASALDÁLIGA, D. P. História II: de São Félix, bispo é um atento observador das mazelas do Mundo. Em entrevista ao Diário, Dom Pedro falou sobre a guerra, Lula, latifúndios e sobre o futuro. **Diário de Cuiabá**, Cuiabá, 23 fev. 2003.

COSTA, F. A. **Formação Agropecuária da Amazônia**: os desafios do desenvolvimento sustentável. Belém: UFPA/NAEA, 2000.

DICIONÁRIO ESCOLAR DA LÍNGUA PORTUGUESA. Academia Brasileira de Letras. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2001.

DORILEO, B. P. **O Ensino Superior em Mato Grosso**: até a implantação da UFMT. Campinas: Komedi, 2005.

EMBRAPA-Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Bioma Cerrado**. [s.l.]: EMBRAPA/ Agência de Informação. Disponível em: <http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Agencia16/ AG01/arvore/AG01_46_911200585233.html.>. Acesso em: 26 jul. 2013.

FARIA, A. M. M. Cálculo do IVMA (Índice de Vulnerabilidade dos Municípios da Amazônia) de Mato Grosso. **Relatório Parcial do Projeto Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia**. Cuiabá: UFMT, 2013.

FARIA, A. M. M. **Destramando o tecido do desenvolvimento**. Cuiabá: EdUFMT, 2012b.

FARIA, A. M. M. O ponto perdido na trama do desenvolvimento da cotonicultura em Mato Grosso. **Novos Cadernos NAEA**, v.15, n.1, p.161-178, jun. 2012a.

FARIA, A. M. M.; DALLEMOLE, D.; ALVES, J.; LEITE, S. C. F. **Análise do Balanço de Pagamentos do Estado e a Importância dos APL no Fluxo de Comércio:** Mato Grosso. Cuiabá: [s.n], 2009. (Nota Técnica, 4).

FRAGELLI, J. F. **Mensagem apresentada na abertura da Assembleia Legislativa**, 1975.

FRANCO, C.; BONJOUR, S. C. M.; PEREIRA, B. D. A ocupação da avicultura de corte em Mato Grosso. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL. 2009. Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, 2009.

FREIRE, E. C.; FARIAS, F. J. C. Cultivares de Algodão para o Centro-Oeste. In: **Algodão**: Tecnologia de Produção. Dourados: EMBRAPA Agropecuária Oeste, 2001.

GARCIA, R. C. **Mato Grosso (1800-1840)**: crise e estagnação do Projeto Colonial. 2003. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

GARRIDO, C. M. **Fortificações do Brasil**. Separata do Vol. III dos Subsídios para a História Marítima do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1940.

GUJARATI, D. N. **Econometria Básica**. Porto Alegre: McGraw Hill; Bookman, 2011.

HADDAD, P. R. Projetos de Integração Produtiva e o Desafio do Desenvolvimento na América Latina. In: SEMINÁRIO ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS: UMA EXPERIÊNCIA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL. 2006, Brasília. **Anais...** Brasília, 2006.

HOFFMANN, R. **Estatística para Economistas**. São Paulo: Pioneira, 1991.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário do Brasil**: 1995/6 e 2006. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em: 20 maio 2013b.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**. Dados da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) e Pesquisa Pecuária Municipal (PPM). Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em: 20 maio 2013a.

IEL-Instituto Euvaldo Lodi; CNA-Confederação Nacional da Agricultura; SEBRAE-Serviço Brasileiro de Apoio á Pequena e Média Empresa. **Análise da Eficiência Econômica e da Competitividade da Cadeia Têxtil Brasileira**. Brasília: IEL, 2000.

KUME, H.; PIANI, G. Mudanças no regime de ICMS: uma estimativa da perda fiscal decorrente das exportações e impactos sobre a balança comercial. **Revista de Economia Aplicada**, São Paulo, v.1, n.2, abr./jun., 1997.

LENHARO, A. **Crise e mudança na Frente Oeste de Colonização**. Cuiabá: UFMT, 1982.

LIMA, A. M. Negócios da Borracha: uma abordagem da economia gomífera amazônica através da teoria do desenvolvimento econômico de Schumpeter. **Revista de Estudos Sociais**, ano 10, v.2, n. 20, p.44-66, 2008,

LIMA, A.M. Conquista do Vale do Guaporé. Porto Velho, **Jornal Gente de Opinião,** 2012.

MATO GROSSO. Governo do Estado de Mato Grosso. Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral. Superintendência de Informações. **Zoneamento Socioeconômico Ecológico do Estado de Mato Grosso**. Cuiabá: SEPLAN-MT, 2004.

MÉDICI, E. G. Exposição de Motivos nº 2, de 29 de Janeiro de 1975. **Diário Oficial da União**, Seção 1, p. 1387, 30 jan. 1975.

MENDONÇA, R. **História de Mato Grosso**. Cuiabá: Instituto Histórico de Mato Grosso, 1981.

MENDONÇA, T. M. M. L. Direitos Humanos no Brasil 2011. **Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos**. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2011.

MORENO, G. **Os (des)caminhos da apropriação capitalista da terra em Mato Grosso**. 1993. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

NEVES, G. N. **Da selva do Aripuanã à integração de Mato Grosso**. Cuiabá: Blog Sandra Carvalho, 2011. Disponível em: <http://sandracarvalhocuiaba.blogspot.com.br/2011/02/da-selva-do-aripuana-integracao-de-mato.html>. Acesso em: 20 fev. 2011.

NEVES, G. N. **UFMT 40 anos**: Projeto Aripuanã perdeu para os bravos migrantes da moto-serra. Cuiabá: Toponews, 2010. Disponível em: <http://www.topnews.com.br/noticias_ver.php?id=2819>. Acesso em: 13 dez. 2010.

NEVES, M. M. R. N. **Relatos políticos**: entrevistas – memória divisionista de Mato Grosso. Rio de Janeiro: Mariela, 2001.

PEREIRA, B. D. **Industrialização da agricultura de Mato Grosso**. Cuiabá: EdUFMT, 1995.

PEREIRA, B. D. **Mato Grosso**: principais eixos viários e a modernização da agricultura. Cuiabá, EdUFMT, 2007.

PEREIRA, B. D.; FARIA, A. M. M. Mudanças no Regime de ICMS: uma estimativa da perda fiscal decorrente da desoneração das exportações da soja em grão: Mato Grosso. **Revista de Estudos Sociais**, v.2, n.3, 2000.

PIGNATI, W. A.; MACHADO, J. M. H.; CABRAL, J. F. Acidente rural ampliado: o caso das "chuvas" de agrotóxicos sobre a cidade de Lucas do Rio Verde - MT. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.12, n.1, p. 105-114, 2007.

PIGNATI, W.; MOREIRA, J.C.; PERES, F.; DORES, E. O agronegócio e os impactos dos agrotóxicos na saúde e ambiente: produtividade ou caso grave de saúde pública? In: PÓVOAS, L. C. **Mato Grosso**: um convite à fortuna. Rio de Janeiro: Guavira, 1977.

PÓVOAS, L. C. **História Geral de Mato Grosso**. São Paulo: Resenha, 1996.

RIBEIRO, A. R. **A colonização promovida por empresas e famílias do Centro-Sul do Brasil na Amazônia mato-grossense**. 2013. Tese (Doutorado) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 2013.

SEMA-Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso. **Base Cartográfica da SEMA**. Distribuição dos Municípios por Biomas (Amazônia, Cerrado e Pantanal). Cuiabá: SEMA, 2011.

SIQUEIRA, E. M. **História de Mato Grosso**: da ancestralidade aos dias atuais. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

SIQUEIRA, E. M.; COSTA, L. A.; CARVALHO, C. M. C. **Processo Histórico e Mato Grosso**. Cuiabá: Guaicurus; EdUFMT, 1990.

SOARES, L. A. B. **Trilhas e Caminhos**: povoamento não-indígena no Vale do Araguaia-MT, na 1º metade do séc. XX. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2004.

SOUZA-HIGA, T. C. C. Processo de ocupação e formação territorial. In: MORENO, G.; SOUZA-HIGA, T. C. C. (Orgs.). **Geografia de Mato Grosso**: território, sociedade, ambiente. Cuiabá: Entrelinhas, 2005. p.18-33.

TAVARES, R. N. **Universidade Federal de Mato Grosso**: memórias de uma conquista. 2001.

UNICAMP. **Linha do Tempo** - Números, Estatísticas e Valores. Disponível em: <http://www.unicamp.br/iel/memoria/base_temporal/Numeros/>. Acesso em: 12 nov. 2013.

VÁZQUEZ-BARQUERO, A. **Desenvolvimento Endógeno em Tempos de Globalização**. Porto Alegre: Editora FEE, 2002.

VIALOU, A. V. **Pré-história de Mato Grosso**: Santa Elina. São Paulo EDUSP, 2005.

VOLPATO, L. R. R. "Cuiabá: a difícil vida no sertão". In: **Cativos do Sertão**. São Paulo: Marco Zero; Cuiabá: EdUFMT, 1993. p. 23-106.

WEINSTEIN, B. **A borracha na Amazônia**: expansão e decadência, 1850-1920. São Paulo: Hucitec, 1993.

Capítulo 7

FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO ESTADO DO PARÁ

Edna Ramos de Castro
Índio Campos

INTRODUÇÃO

A história da Amazônia, nas fases anteriores à ocupação colonial europeia, foi construída por povos indígenas que viviam nesse território ao longo de séculos. A cidade de Belém, fundada em 1616, constituiu o epicentro do processo de colonização portuguesa para a conquista dessa imensa região. Representou para os portugueses o assentamento de bases para o controle da entrada pelos grandes rios e o domínio do território formado pela floresta e uma complexa malha de cursos d'água, cobiçado também por bandeiras holandesa, francesa, inglesa e irlandesa. As cidades de São Luís e Belém, com função militar, configuravam-se como núcleos avançados na formação da Província do Grão-Pará e Maranhão. A partir do início do século XVII, várias frentes da colonização avançariam seguindo os cursos dos rios Amazonas, do Tocantins, Acará, Mojú, Capim, Araguaia, Xingu, Tapajós, Madeira, Trombetas, Purus, entre outros, desenhando as direções e os pontos estratégicos da expansão mercantil, religiosa e territorial.

As descrições sobre a Amazônia encontradas nos registros da administração colonial, baseadas nos relatos de viajantes, missionários e naturalistas são associadas à ideia de natureza exuberante (ACUÑA, 1981; TAVARES BASTOS, 1975; LA CONDAMINE, 1992; DANIEL, 2004; SILVEIRA, 1994). Destacam a grandiosidade dos espaços de florestas demarcados pelos seus enormes rios, igarapés, lagos, baías, áreas alagadas de várzea e igapós, além de suas riquezas naturais. Escritos de dois

naturalistas em viagens pelo rio Tocantins e afluentes são elucidativas: Adalberto da Prússia (1977) descreve que a água *verde-oliva do rio colossal corria por entre as matas de palmeiras-miriti, e todas aquelas ilhas não eram senão outras tantas matas de palmeiras-leque, que se erguiam de suas águas escuras para o céu nublado. Os troncos das miritis erguem-se em infindas filas cerradas, eretas como círios* (1977)*;* dimensão natural que surpreende igualmente Bates (1979), que discorre sobre a navegação do sinuoso rio: *[...] às vezes corria por entre uma compacta muralha de luxuriante vegetação, constituída de árvores e trepadeiras. De tempos em tempos avistávamos uma bela árvore recoberta por vistoso manto de flores roxas. Nos trechos ribeirinhos alagados era comum a presença de uma enorme arácea aquática de belas flores alvas e curiosos frutos* (BATES, 1979).

Essa imagem de riqueza mobilizou o Ocidente em busca do El Dorado do imaginário europeu. Ideário de civilização que impulsionou o processo de colonização europeia nas Américas, pois efetivamente, "a ideia de conquista de novos mundos povoou o universo europeu e projetou sociedades e culturas para além dos territórios conhecidos" (CASTRO, 2010). As grandes navegações do período compreendido entre os séculos XV e XVI, que resultaram na descoberta e conquista do Novo Mundo, foram, em grande parte, pensadas e realizadas sob o impulso de um conjunto de fábulas prodigiosas que corriam o Ocidente cristão (SILVEIRA, 2004). Em busca desse "território mítico, com suas lagoas e tesouros infindáveis, os conquistadores deslocavam-se pelas terras da atual Colômbia, da Venezuela, da Guiana e da Amazônia" (SILVEIRA, 2004) em busca do ouro. O El Dorado representa uma visão mitológica da América, que permanece no inconsciente coletivo como matriz ideológica. A alusão à Amazônia como celeiro do mundo, de matas e tesouros infindáveis, de vazio a preencher, subjazem no imaginário do presente.

A razão subjacente a essa leitura colonial nutre-se de raízes evolucionis tas, atribuindo, nessa perspectiva, desde os primeiros contatos, pouco valor à cultura e ao conhecimento do outro, os povos originais, estivessem eles no Ocidente ou Oriente (GONDIM, 2007), ofuscados pela visão etnocentrista. No entanto, novas narrativas sobre a história social da Amazônia vêm sendo construídas a partir do interesse em entender a experiência social, a dinâmica de atores e suas condições de sujeitos, abordagens que assumem importância na historiografia regional, na medida

em que buscam deconstruir as interpretações sobre o outro e o peso das instituições imaginárias, colonial, dando corpo a outra escrita da história da Amazônia, diferente, portanto, daquela que se tornou hegemônica ao longo dos séculos, contada a partir dos colonizadores e do lugar de instituições e políticas dominantes.

A história social, fundamentada na abordagem que contempla a cultura e as redes sociais de atores, permite entender as alianças, as tensões e os conflitos presentes na experiência de construção da vida em sociedade, de forte influência no pensamento de Thompson (1987). Busca romper com o pensamento linear e evolucionista que ainda predomina na percepção sobre as relações que conformam a sociedade, o estado e a economia (HOBSBAWM, 1998). No livro *Senhores e Caçadores*, Thompson (1979) formula as bases das categorias analíticas que conformam seu pensamento crítico. Inspirado em tal abordagem, este trabalho adota a perspectiva da experiência social associada à análise de contexto, como pressuposto para o entendimento da realidade a partir da perspectiva da prática social. Observa-se, em especial, os processos e as instituições sociais e econômicas que foram criadas e/ou acionadas na formação socioeconômica da Amazônia ao longo dos séculos, a exemplo das políticas relacionadas à posse e à propriedade da terra, medidas de fomento à colonização e à exploração de sistemas agrários e extrativistas, além das formas de poder e de autoridade patrimonial.

Rupturas teóricas e metodológicas se impõem para interrogar a visão que traduz uma história linear, positivista, etnocêntrica e de dominantes. O enfoque central aqui adotado consiste na interpretação das experiências ou práticas sociais (BOURDIEU, 1982) que podem ser lidas, de um lado, na construção da economia, na organização do trabalho, no cotidiano, na família, na cultura, nas trajetórias sociais e, de outro, na busca de visibilizar diferentes formas de resistência e de afirmação identitária, a exemplo dos estudos sobre a resistência indígena ou que se contrapõem às formas de dominação e servidão, com base em experiências de movimentos sociais e de lutas empreendidas a favor da liberdade e contra o sistema escravista de índios e negros e da extrema violência colonial. Desses estudos cabe ressaltar as contribuições de O'Dwyer (2007), Gomes, (1999), Castro (2006), Almeida (2008), Chalhoub (1990), Mendonça (2001), Ianni (1962, 1978), Fernandes (2006), Fanon (2008), entre outros.

Nessa linha de análise são percebidas e ressignificadas relações entre senhores e escravos e as lutas pela reconquista da liberdade (GOMES, 1999; ALMEIDA, 2008;

2002; CASTRO, 2006) que se estendem para círculos mais amplos no território amazônico, com fugas muito frequentes de escravos da praça de Belém, de Bragança, de Ourém, de Quatipuru, do Maranhão, entre tantos outros lugares, conforme registros arquivísticos. Os negros ganharam o Amapá e as terras das Guianas pelo mar, pelos rios ou a partir das regiões das ilhas no Pará, ultrapassando, assim, as linhas demarcatórias da fronteira e recriando o próprio sentido de territorialidade, pois a resistência à escravidão *"não se deu apenas na forma de rebeldia, nem a abolição foi um vento produzido pelas elites"* (COSTA, 2012).

A perspectiva da história social revela dimensões fundamentais dos processos de dominação e das formas de resistência que estiveram sempre presentes na Amazônia, como as lutas sociais que agitaram a Província do Grão-Pará e Maranhão durante o período colonial e na emergência do Império. Efetivamente, como diz Salles (1998), a conquista da Amazônia não foi fácil, pelo que se denota da documentação, pois "*as lutas que os portugueses tiveram de aí empreender contra tribos indígenas hostis, notadamente os Tupinambá, nas cercanias de Belém, os Aruac, na ilha do Marajó, e contra holandeses, ingleses, irlandeses e franceses que ao longo da costa e até mesmo nas margens do Amazonas haviam plantado feitorias e algumas fortificações"* (SALLES, 1998, p.13). O movimento de expansão colonial e deslocamento dos portugueses, de milícias, construção de fortificações e também de alianças com povos indígenas foi acompanhado de outro deslocamento, o de indígenas, em função das guerras, de *descimientos,* reduções, catequese e escravidão. Inverso, portanto, ao movimento dos grupos indígenas cujos deslocamentos para outros territórios fazem parte de sua cultura.

POVOS ORIGINAIS E EXPANSÃO DA FRONTEIRA COLONIAL (1616-1750)

A ocupação portuguesa nos vales do Amazonas e do Tocantins, longe de ter sido pacífica, foi marcada por lutas intensas de resistência de povos indígenas que habitavam na floresta e nas áreas de várzea e de campos, no continente e nas ilhas, lagos, rios e igarapés, sobre o qual haviam elaborado conhecimentos e desenvolvido práticas de domesticação da natureza. Justamente onde conformara-se o primeiro círculo de fixação da colonização portuguesa. Com línguas, saberes e cosmovisões diversas, os povos indígenas resistiram, por longos períodos, aos colonizadores,

como os Tupinambá (GUSMÁN, 2012), que viviam na costa ao longo da Província do Grão-Pará e Maranhão; os Neegabaib, habitantes da ilha do Marajó; os Aruã, no vale do Tocantins; e os Munduruku, no rio Tapajós. A literatura registra a presença abundante de aldeias Tupinambá na costa atlântica, de onde índios mantinham o controle de extenso território. Pelo litoral, eles eram numerosos e enfrentaram os europeus de forma aguerrida. Por estarem na zona litorânea, mantinham estreito contato e também teceram alianças com os colonizadores portugueses e de outros países, como aponta Alfred Métraux (1979, p. XIX), a exemplo dos francesas e holandeses que chegavam ao Brasil. Com numerosas aldeias, os Tupinambá se espalhavam também pelas ilhas e nos rios que conformam a região da baía de Guajará e o baixo Tocantins, portanto, nas proximidades da primeira fortificação assentada na Amazônia, o Forte do Presépio, que foi o marco de origem da cidade de Belém.

Em poucos anos, as aldeias mais próximas da entrada do grande rio e nas proximidades de Belém foram dizimadas, destruídas e queimadas. O extermínio físico e de saberes, línguas e culturas dos habitantes originais da região se prolongaria pelos séculos seguintes da colonização portuguesa. Muitos grupos indígenas deslocaram-se para regiões mais centrais, adentrando os rios e a floresta. Uma das principais batalhas entre os portugueses e os Tupinambá ocorreu três anos depois da construção do Forte do Presépio, em 1619, quando os Tupinambá novamente atacaram o forte, travando uma batalha sangrenta e aniquiladora, embora tenha havido retirada de ambos os lados (GUSMÁN, 2012).

Do Forte do Presépio eram empreendidos os ataques a lugar de abrigo e defesa dos portugueses nas investidas dos índios. A intensa participação dos Tupinambá nas guerras em defesa de seus territórios, cultura e liberdade revela o seu protagonismo na história do Grão-Pará e da cidade de Belém. No entanto, na memória da cidade há apenas um registro dessa distinção, pela nomeação da Travessa Tupinambá[1], no bairro do Jurunas. A memória dos acontecimentos foi obscurecida, impondo uma ruptura no passado, que busca realizar no presente.

Ademais, os grupos indígenas que se encontravam desde a grande foz e por todo o vale do rio Amazonas e o vale do Tocantins pertenciam a várias etnias

[1] A grafia correta não adota o plural dos nomes que se referem aos povos ou etnias indígenas .Por isso ,aponta-se o erro na nomeação das ruas que homenageiam as tribos indígenas que viveram nas proximidades e mesmo no território onde se encontra a cidade de Belem :Mundurucus ,Tupinambás, Jurunas ,Pariquis ,Caripunas e Apinagés.

e falavam línguas diferentes, e por isso, região região continha uma diversidade cultural e linguística extraordinária que implicava em saberes sobre a natureza e a organização social e econômica capazes de lhes garantir permanência milenária na terra (OLIVEIRA, 2004; HENRIQUE, 2007; 2012; MÁRQUEZ, 2009). O tema da diversidade de culturas e saberes foi contemporaneamente revalorizado no debate sobre as relações sociedade x natureza, da ecologia política à antropologia e nas análises sobre o local e o global (ESCOBAR, 2003, 2010; ALMEIDA, 2002; APPADURAI, 2004; DAS, POOLE, 2004; CASTRO, 2014). Uma releitura das lutas insurrecionais de índios no período da colonização precisa ser empreendida com mais vigor, nessa perspectiva (LEFF, 2004; SANTOS, 2009).

Organizados em muitas aldeias, parte delas tornaram-se *lugares de índios* sob o controle dos missionários, e deram origem a povoados, vilas e depois cidades. Dentre as diferentes etnias existentes no Marajó e nas ilhas de fora, como Bailique, Viçosa, Caviana e Mexiana, como mostra Pacheco (2010), os mais combativos foram os Aruã, que também se encontravam no Vale do Tocantins; e os índios Nheengaíba, que enfrentaram e venceram inúmeras disputas com os portugueses. Várias expedições coloniais foram organizadas para perseguição aos índios Nheengaíba, aproveitando-se das suas dissensões com os Aruã, os Iona e os Tupinambá. Conforme descreve Pacheco (2010), os portugueses conseguiram promover novas investidas bélicas, por meio da organização de expedições como a de 1654, chefiada por João Bittencourt Muniz, contra os Aruã e Nheengaíba, que contou com a participação de 500 índios Tupinambá.

O século que se seguiu após a fundação de Belém foi marcado por novos enfrentamentos, mas também por alianças. Houve mudanças na política e nas estratégias portuguesas em relação aos índios, passando a metrópole a investir mais no apoio à catequese e à instalação das missões religiosas. Inspiravam-se em experiências anteriores que tinham sido bem sucedidas no processo de aproximação e submissão dos indígenas. A catequese foi a arma mais poderosa da Coroa na dominação e docilização dos índios no decorrer do primeiro século de colonização. A Igreja católica teve um papel central nesse processo e, através dos seus missionários, conseguiu a pacificação de muitos povos e aldeias indígenas. As narrativas de missionários através de cartas, relatos e diários (D' AZEVEDO, 1999) destacam as aproximações e informam sobre os passos gloriosos da catequese para a Igreja, como o Padre Antônio Vieira, que conseguiu conquistar a confiança dos

combativos Nheengaíba, na ilha do Marajó. Sobre essas empreitadas, os missionários iam às aldeias para convencer os índios a aceitarem não somente uma convivência pacífica, mas, sobretudo, o *não dito,* o ingresso no mundo do trabalho forçado, na produção de bens de mercado e no controle do tempo e da vida nos espaços sob domínio missionário, ou para onde eram direcionados.

A catequese significou a extraordinária união entre a adesão ao cristianismo e a disponibilidade do corpo, do tempo, da liberdade e dos desejos. E por isso cada vitória da catequese produzia narrativas sempre gloriosas, nos relatos que os missionários faziam aos seus superiores, conforme exigência da Ordem Religiosa a que pertenciam. Em estudo sobre o Marajó, Pacheco (2010) busca desvendar na escrita da história produzida pela Companhia de Jesus, como se estrutura a narrativa sobre o processo de conquista portuguesa da região e a "memória religiosa como definidora dos caminhos que levaram à criação de um acordo de paz entre nações indígenas marajoaras e a Coroa Portuguesa, visando atender aos interesses do poder de uma época e a visibilidade seletiva de atores, valores e processos (OLIVEIRA, 2004).

Em que pese os *descimientos* e os processos de *pacificação* a resistência indígena continuou nos interstícios da vida na colônia, embora mais visível em momentos extremos de conflitos, como a revolta da Cabanagem. O encontro de países com tradição colonial, como Portugal, Espanha, Franca, Inglaterra e mesmo a Holanda, com os povos originais das Américas foi um dos mais sangrentos da história da humanidade, notadamente no contexto da expansão do capitalismo mercantil, seguido do industrial.

Considerando os dados sobre os povos indígenas no Pará, Beltrão(2012, p.14) confere 64 Terras Indígenas em 2011 nas seguintes situações jurídicas: homologadas (35); em identificação (9); declaradas (4); identificadas (3) e outras citações, tais como: assentados pelo Incra; demarcadas pelo Incra; domínio indígena com escrita; sem procedimento; com restrição de uso; domínio indígena; reservada e em estudo[2].

[2] Existem no Brasil, na atualidade, mais de 50 povos indígenas, com suas diferenças e também proximidades culturais e linguísticas, por isso o pais comporta uma importante diversidade linguística, embora a maior parte das pessoas achem que no Brasil so se fala o português pois justificável por dispositivos legais. As várias línguas indígenas estão estruturadas em sete troncos, conforme Beltrão (2012, p. 10). No presente, ainda há povos indígenas que preferem se manter isolados da sociedade nacional e de outros povos indígenas, pois resistem ao contado e à aproximação de diversas formas.

A ordem colonial obscureceu de forma sistemática os saberes sobre a natureza e as técnicas agroecológicas e de cura dos povos indígenas, embora eles tenham sido apropriados pela ciência e pela tecnologia, e aplicados para enriquecer os sistemas alimentício, medicinal e produtivo, servindo para o avanço do capitalismo mercantil e industrial. Estudos arqueológicos recentes têm identificado sítios e revelado achados sobre a ocupação ancestral da Amazônia (ROOSEVELT, 1991), trazendo ao debate novas questões sobre as sociedades indígenas (HENRIQUE, 2012). Hoje, há um reconhecimento não somente da antiguidade da ocupação da Amazônia, contrariando teses anteriores, mas também de saberes que os povos ancestrais possuíam sobre os ecossistemas e as formas de manejo dos recursos naturais, além de uma organização social e econômica complexa, que lhes permitia produzir as condições de existência social, física e cultural, como a produção e a função social da terra preta de índio

Economia e mercado exportador

Na Província do Grão-Pará e Maranhão, a economia de base extrativa incentivada pela Coroa portuguesa prosperara no entorno da cidade de Belém, no vale do rio Tocantins e subindo o rio Amazonas e seus afluentes, com vários produtos tornando-se expressivos na pauta de exportações. As descrições e os testemunhos de missionários sobre o povoamento de Belém, citando seus prédios e monumentos erigidos, são reveladores. Salles (1998, p. 21) relembra as observações do Padre João de Souza Ferreira sobre Belém e "seus contornos", que se refere a*:*

> *[...] 400 moradores, gente luzida e vária nobreza, em que também não falta pobreza; tem uma matriz, uma misericórdia, quatro conventos, colégio de S. Antônio, Mercês e Carmo, uma Igreja de Nossa Senhora do Rosário, uma Igreja de S. João, e uma linda e bem guarnecida ermida da Exaltação da Cruz com a invocação de Santo Cristo*" (SALLES, 1998, p. 21).

A economia extrativa constituía a base da circulação de riquezas e alicerçava a relação com a metrópole, em dois circuitos mercantis predominantes e temporais, com regularidade crescente. O primeiro consiste na coleta de drogas do sertão – salsaparilha, canela, castanha-do-pará e cacau, entre outros, associada à extração de madeiras e a uma agricultura incipiente, com base nos saberes tradicionais indígenas.

O segundo caracteriza-se pelas plantações de cacau, cana-de-açúcar, arroz, café e algodão, além da extração de madeira nas Fábricas Reais, a criação de gado e a construção dos engenhos de cana-de-açúcar. A produção oscilava em função de fatores estruturais, como mãos livres para o trabalho e acesso aos meios de transporte. A estrutura de apossamento da terra pelo sistema de sesmarias e outras formas de apropriação colonial permitiram consolidar e fixar na terra atividades e famílias vindas de Portugal e dos Açores. Outra dimensão dessa economia era o agenciamento do trabalho forçado e a formação de instituições escravistas, e igualmente o estímulo à catequese e *pacificação* dos indígenas (REIS, 1993; CRUZ, 1975).

No século XVI e XVII, o Vale do Tocantins se tornara a área mais expressiva na produção extrativa, resultado da intensificação da coleta de especiarias como cravo, canela, salsaparilha, madeira, cacau, castanha, frutas, peixes, manteiga de tartaruga, tartaruga, e outros produtos que permaneceram por muito tempo na pauta de exportações ou para consumo interno da Província do Grão-Pará e Maranhão. Aos poucos, as frentes avançavam em várias direções no vale do Tocantins, ligando os povoados de Cametá e de Alcobaça àqueles surgidos na direção oeste do Maranhão e da Província do Goiás. É o que se depreende da leitura de Velho (1972) sobre as direções dessa expansão da ocupação colonial, quando afirma que esse novo movimento em direção ao Tocantins fora despertado "*a partir o final do século XVIII, especialmente enquanto via de comunicação. Em 1798 uma carta régia ordenava ao governador do Maranhão 'que mandasse descobrir o Tocantins pelo lado desta capitania, e aos do Pará e de Goiás que mandassem explorar o dito rio*' (CARVALHO, 1924, p. 30 apud VELHO, 1972, p. 32).

Entre outras informações relevantes para a história econômica do Pará, Barata (1973, p. 307) descreve a entrada da corveta *A Gazeta de Lisboa* no porto de Lisboa, e de uma frota vinda do Pará e formada por *"nove navios mercantes, comboiados pela nau de guerra S José 'com a carregaçam, além de outros efeitos, de 64.427 arrobas de cacau"* (1973, p. 308). O cacau nativo era conhecido pelos índios (*caa cau ua*) e colhido na mata, onde nascia *espontaneamente.* Outra espécie de cacau, conhecido por cacau manso, passou a ser plantado por ordem régia desde 1678. O arroz nativo ou silvestre (arroz vermelho) também nascia facilmente e em abundância em diversas regiões, não sendo adequado para exportação, mas reservado para o consumo

interno, mas também foram feitas plantações de arroz branco. Em 1773, partiu de Belém, na corveta Sao Pedro Gonçalves, com destino à Lisboa, uma remessa de 30 sacas de arroz branco, cultivado e descascado no engenho do brigadeiro Theodósio Constantino de Chermont (BARATA, 1973, p. 309), visando negócios futuros. Havia também hortos com caneleiras plantadas na cidade de Belém, em 1804, na chamada estrada das Caneleiras, atual Avenida 16 de Novembro, tendo quase mil pés, que forneciam cerca de 200 arrobas ao ano (BARATA, 1973, p. 318). O Pará também foi pioneiro na plantação de café no Brasil, que data de 1727, a partir de sementes e mudas trazidas de Caiena. Já em 1732, ocorria a primeira exportação de café para Lisboa, no navio Santa Maria, em pequena quantidade, apenas para servir de amostra sobre a sua qualidade.

> *Em 1749 eram cultivados no Pará mais de dezessete mil pés de café. Em dezembro do ano seguinte, a frota do Pará entrou no porto de Lisboa com um carregamento de 4.835 arrobas desse gênero, além de outros, segundo consta da Gazeta de Lisboa, de 29 de dezembro de 1750* (BARATA, 1973, p. 311).

Mas o mesmo autor anuncia que, em 1862, não havia mais produção de café no Pará, sendo comprado, para consumo interno, nas Províncias do Ceará e de Salvador.

Alguns gêneros serviam como moeda de troca no quadro das relações de exploração do trabalho e nos meandros das redes de circulação de mercadorias vindas das áreas rurais e de aldeias, para as cidades; enquanto bens destinados à exportação eram enviados para o porto de Belém. Em meados do século XVIII, o açúcar era moeda corrente, como o cravo, o cacau e os novelos de fio de algodão. Considerando a pauta de exportações, e as trocas mercantis com Portugal, a cada contabilidade anual a metrópole ficava devendo para a colônia. Essa dívida tendia a crescer pois a Metrópole importava mais gêneros do que exportava para o porto de Belém. Durante todos esses anos de colonização, a Província alimentou o capital mercantil, movimentando a economia de Portugal e de grupos econômicos ali estabelecidos.

A expansão da coleta e dos plantios e a dinâmica de ocupação se faziam lentamente. Alguns são movimentos simultâneos, que abrem novas frentes em direção ao rio Amazonas e seus afluentes, como os rios Xingu, Tapajós, Madeira, Trombetas, Nhamundá, Purus e Negro, entre outros. Sobre o rio Tocantins, à altura

de seu curso médio surgiram "*alguns entrepostos ligados à navegação do rio, onde se praticará uma pequena agricultura de subsistência*", como informa Velho (1972, p. 25), que descreve esse avanço, identificando que de Pastos Bons

> *"saem expedições em todas as direções, e ao mesmo tempo vão-se espalhando as fazendas de gado. Em 1808 surge Riachão a oeste; em 1811, para leste, Porto de Chapada, origem da cidade de Grajaú. Vão aparecendo fazendas de gado no Manuel Alves Grande, afluente do Tocantins da margem direita, que vão descendo o rio até alcançar o Tocantins. Na margem esquerda do Tocantins, do lado de Goiás, surge em 1810 Carolina, e em 1825 Boa Vista do Tocantins, atual Tocantinópolis. Em 1831, a Vila de Carolina é transladada para a margem direita do Tocantins"* (VELHO 1972, p. 25)[3].

Igualmente intensificada foi a exploração madeireira nas Fábricas Reais. A madeira enviada na forma de toras e de vigas ao Arsenal de Marinha do Pará, em Belém, servia à exportação e outros usos. Ela foi comercializada desde os primórdios da colonização, sendo utilizada na construção de navios e embarcações em geral, construção de casas, prédios públicos, utensílios para os interiores dos prédios, trapiches, fortificações, além de servir a exportação. Submetida a regras de ordenamento régio, com a produção restrita às Fábricas Reais de Madeira e ao controle da Fazenda Real, essa atividade era enquadrada como serviços para fins militares, estratégicos e garantia de expansão da frota marítima e fluvial, e por isso o Arsenal de Marinha ocupava um lugar importante desde a fabricação até o controle das embarcações, utilizando-se de mão de obra indígena (ANGELO-MENEZES; GUERRA, 1998).

Economia e ocupação: sesmeiros e a ocupação livre de terras

No início do século XVIII a Coroa portuguesa iniciou as concessões das cartas de dattas de Sesmarias a moradores das freguesias de Belém e rios adjacentes. Os documentos de posse de terras deviam atender a vários requisitos, como dispor

[3] No entanto, Velho (1972) discorda, citando Baena (2004, p. 2031) que São João do Araguaia "*tenha origem na comarca de São João das Duas Barras, mandada fundar pelo Governo de Goiás, pois tratava-se, então, de interesses do Governo do Pará […] que pretendera 'trazer os moradores de Alcobaça', e que visava a 'acautellar os extravios do ouro e a deserção para Goyaz, represar a fuga dos escravos de Cametá e as invasões e insultos dos Selvagens', e facilitar a navegação dando repouso e refresco às pessoas que se empregarem em tão dilatadas como afanosas viagens*" (VELHO, 1972, p. 26).

de recursos para tocar uma atividade econômica, notadamente a agricultura e ter escravos para garantir o trabalho produtivo. Em meados do século XVIII, os registros de sesmarias em terras localizadas em rios Guamá, Bujaru, Capim, Mojú, Acará e na embocadura e no curso baixo do rio Tocantins, indicam o aumento de posses e de produção com plantações de cana-de-açúcar, cacau, café e algodão; criação de algumas cabeças de gado e agricultura de roças, com prevalência da mandioca (ÂNGELO-MENEZES, GUERRA, 1998; CASTRO, 2006). A seleção de destinatários de sesmarias obedecia critérios estratégicos e políticos, além de posses para desenvolver atividades de cultivo e fabril, como registram Vidal e Malcher (2009, p. 113) tendo sido, 1665 e 1705 distribuídas na região amazônica 93 sesmarias na Província do Grão-Pará e Maranhão.

Os colonos que chegaram de Portugal e dos Açores, incentivados pela política colonial, adquiriram terras através de solicitação de sesmarias, nas margens de rios e igarapés. Nesses sítios começam a florescer o cacau, o café e a cana-de-açúcar, ao lado da mandioca, de outras raízes e leguminosas.

Os produtos do extrativismo vegetal e animal alimentaram o comércio de Belém, e serviram para negociar, junto às autoridades, maior quantidade de mão de obra, inicialmente de índios e, posteriormente, também de africanos. Em muitos sítios florescia a produção de cana-de-açúcar, que deu origem a muitos engenhos e engenhocas que, por sua vez, passariam a ter proeminência na produção para consumo local e para exportação. Parte da produção extrativista e agrícola destinava-se à exportação, que se mantinha crescente no Pará, apesar de momentos de oscilação verificados no século XVIII e no início do século XIX.

No vale do Tocantins há registros de seis sesmarias (CHAMBOULEYRON, 2006). No final do século XVIII e no início do XIX, moradores de freguesias do Baixo Amazonas haviam recebido certo número de sesmarias. Um grupo de 20 moradores adquiriu 233 escravos, fazendo-se merecedores de *dattas de sesmarias* nas margens dos rios Amazonas, Tapajós e igarapés das vizinhanças das vilas.

A distribuição de sesmarias foi importante no entorno de Belém. Esse regime assegurara a muitos proprietários de terras que moravam em Belém a desenvolver plantios de cacau, cana-de-açúcar e roças de mandioca e outros cultivos, além da atividade de coleta de drogas do sertão, frutos, sementes, cipós, raízes e diversos produtos vendidos nos mercados das cidades e vilas e enviado a Portugal.

As cartas de sesmarias concedidas no rio Bujaru, afluente do rio Guamá, localizadas na área que se circunscreve como redondezas de Belém, de 1721 a 1824, permitiram montar um mosaico, pois os peticionários informavam a destinação das terras solicitadas, sejam para lavoura e/ou plantios de cacau e cana-de-açúcar. Deduz-se que seriam ocupadas as terras até as cabeceiras do rio, considerando as citações nas datas localizadas nos igarapés Curuperé, João, Pirapoca, Dona e Cravo, que se localizam justamente no Alto Bujaru[4], hoje município de Concórdia do Pará, e que nele deságuam. Castro (2006) informa que:

O aumento da população escrava localizada em fazendas e engenhos de Bujaru, verificado nos censos entre 1778 e 1803, revela uma provável ocupação das terras muito maior do que seria permitido pelas 20 Cartas de Datta de Sesmarias concedidas naquele rio. Consideramos a hipótese de que as concessões representariam apenas uma parte das terras efetivamente declaradas como pertencentes aos sesmeiros, indicando uma apropriação privada de terras de domínio colonial fora do sistema sesmarial, mas finalmente por ele legitimada na medida que poderia ter um documento oficial como aval a sua instalação. Provavelmente as terras de Bujaru foram ocupadas por outros mecanismos, como o apossamento primário, incluindo aí grandes e médios proprietários, pequenos sesmeiros, sitiantes, quilombolas e índios desaldeados (CASTRO, 2006, p. 139-140).

Em contrapartida, a administração da Província oferecia aos sesmeiros a possibilidade de se tornarem proprietários de terras e receberem o recurso de escravos para viabilizar os plantios. As sesmarias foram recebidas por colonos de algumas posses, comerciantes, congregações religiosas, corporações militares e senhores com poder político, criando, assim, as bases da formação do latifúndio e da questão fundiária no Brasil e na Amazônia.

O Quadro 1 mostra relações entre produtores de cacau, recebimento de sesmarias e número de escravos, cruzando os critérios exigidos pela administração da Coroa. Os sesmeiros iniciaram a plantação do cacau e a criação de algumas cabeças de gado por volta de 1780, porém, não bem sucedidos, à exceção de Manoel Correa Picanço que tinha o domínio de 43 escravos, João Paes Pedroso, de 21, e Constantino Manoel Marinho que contava com 18 escravos. Quanto aos demais sesmeiros, possivelmente eram pequenos proprietários que se localizavam em terras do baixo Amazonas, concedidas de 1747 a 1795, somando 16 sesmeiros que possuíam de 5 a 13 escravos.

[4] Correspondendo na atualidade aos municípios de Bujaru e Concórdia do Pará ,no Nordeste Paraense.

Quadro 1 - Plantel dos produtores de cacau do Baixo Amazonas e localização de sesmarias concedidas – 1778

Freguesia	Nome do Plantador	Nº de Escravos	Localização de Sesmarias Concedidas
N.S. da Conceição da Vila de Santarém	Antônio João da Silva	5	
	Rita de Souza	5	
	José Caetano de Souza	7	
	Ignácio Francisco de Souza	7	
	João da Gama Lobo	8	Costa das Cueiras. Rio Amazonas. Concessão de 15 de dezembro de 1786. Conferida 27 de julho de 1789.
	Carlos Pereira	9	
	José Duarte Maduro	9	
	Manoel João Baptista	11	Igarapé Pucá ou furo dos Arapiuns. Concessão de 29 de dezembro de 1751. Conferida a 7 de outubro de 1752
	Lourenço Xavier de Souza	13	Igarapé Uarapixuna. Rio Tapajós. Concessão de 29 de novembro de 1747.
	Domingos Baptista	13	
	Manoel Correa Picanço	43	Igarapé Ary Tapera. Concessão de 15 de julho de 1752. Ilha no Igarapé Arapary R. das Amazonas. Concessão de 7 de novembro de 1760. Conferida a 12 de maio de 1761.
Santa Anna da Vila de Óbidos	Maurício José de Souza	6	Igarapé Itanduba. Concessão de 18 de janeiro de 1786.
	Manoel Alves da Cammara	8	
	José Gonzales Marques	8	
	Constantino Manoel Marinho	18	Nas vizinhanças da Villa de Faro. Concessão 13 de março de 1792. Igarapé Paraná-Merim. Concessão de 10 de setembro de 1795.

Quadro 1 - Continuação

Santo Antonio da Vila de Alenquer	João Ribeiro	9	
	Domingos Correa Picanço	9	Lago Curuamanema. Concessão de 08 de abril de 1777.
	Manoel Baptista	11	Fraldas da Serra Ibiapaba. Concessão de 29 de 1730. Igarapé Cuticanga. Rio Amazonas. Concessão de 14 de dezembro de 1787.
	Manoel Roiz Pinto	13	
	João Paes Pedroso	21	

Fonte: Annais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará. Recenciamento do Grão Pará-1778. Belém, Pará 1.3.1968.

O regime de sesmarias iria até 1822, como forma de regular e ocupar a terra sob o controle da metrópole. Com a promulgação da Lei de Terras, em 1850 se estabelece outra modalidade da posse da terra, que limita a ocupação informal. O trabalho livre e sua regulação pelo mercado, através da relação de compra e venda da força de trabalho, no contexto da racionalidade do capital, passam a ganhar espaços, mesmo que orientando lentamente a tendência à formação do regime salarial. E, por isso, era iminente a derrocada do sistema escravista. Nessa perspectiva do trabalho livre, foram sendo definidas as disposições legais que restringiriam o acesso à terra reconhecida como valor de troca, e portanto reguladas por relações de compra e venda. Estabelecia-se, assim, a estrutura desigual da propriedade da terra, e o latifúndio como fundamento do sistema de poder. Na perspectiva dominante a Lei de Terras se fazia urgente para regular o regime das posses e seu acesso por intermédio do mercado, como dimensão da estrutura colonial de poder.

Trabalho, escravidão e mobilidade

O avanço da produção agroextrativa não foi suficiente para diminuir "a caça" aos indígenas pois continuaram as investidas para manter os *descimentos e* os *lugares de índios*, arregimentando os arredios ou impondo-lhes deslocamentos forçados

em direção às missões. A adoção do trabalho forçado medido pelos resultados da produção alterou o sentido do trabalho na tradição dos povos indígenas, provocando, assim, uma desorganização nas formas de produção anteriores, na natureza do trabalho e no tempo integrado à dimensão da vida, substancialmente diferentes da sociedade ocidental.

Disponibilizar força de trabalho para os serviços era um dos principais objetivos do sistema de escravidão colonial direcionado aos indígenas. Conseguir mobilizar os saberes indígenas sobre os ecossistemas de florestas e de rios, alicerçados milenariamente pela vivência nesses territórios, conhecimento acumulados sobre as estações, as chuvas, as marés, as espécies vegetais comestíveis, terapêuticas, matérias-primas, as melhores caças e seus usos são determinantes suprir suas necessidades, enfim, saberes sobre a navegação e a arte de construção de embarcações e apetrechos necessários nas longas caminhadas pela floresta, nas viagens, na guerra e na defesa.

O poder colonial e a catequese destribalizaram, desaldearam, arrancaram os índios de seus territórios e de suas culturas e os levaram, através de *descimientos* para outros l*ugares de redistribuição,* ignorando seu pertencimento étnico e territorial. Trata-se de um deslocamento forçado, que produzia extrema mobilidade dos corpos pelo desenraizamento do lugar e realocação da sua força de trabalho, conforme os projetos coloniais, tanto para a construção de igrejas, fortificações, engenhos ou de residências; ou para identificar e retirar da mata as madeiras das Fábricas Reais ou ainda para as atividades de defesa e de guerra. Portanto, os índios eram deslocados, reunidos em "aldeamentos" e redistribuídos para os lugares definidos por outrem. A demografia colonial mostra a relevância indígena na composição da população nos povoados e aldeias, em função dos descimentos de índios de lugares distantes, subindo os rios (ANGELO-MENEZES, 1999) até suas cabeceiras.

ECONOMIA E SOCIEDADE NO PERÍODO POMBALINO NO PARÁ (1750-1850)

Na segunda metade do século XVIII houve uma redefinição das estratégias coloniais de caráter econômico e político, direcionadas à Província do Grão-Pará e Maranhão. Para esse empreendimento, o governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado

instaura a gestão de Sebastião José de Carvalho e Melo – o Marquês de Pombal – que assume as funções em 1755. Esse período é conhecido pelas intervenções advindas dessas políticas implementadas por Pombal para a Amazônia. Entre as medidas adotadas destacam-ser: a redefinição da organização produtiva, a racionalização do trabalho, a redução do poder político dos religiosos, notadamente dos Jesuítas e abertura de possibilidades para conquista de novas fronteiras coloniais através da intensificação da navegação e do tráfico de escravos africanos para aumentar a disponibilidade da força de trabalho e da produção. As tensões e conflitos entre a administração colonial e os jesuítas se agravaram, culminando com a expulsão dos missionários dessa Ordem religiosa e a desativação do modelo de organização empresarial que eles estabeleceram e mantinham nas fazendas e engenhos, que tinham se tornado bastante produtivos, sobretudo no modelo aplicado na Ilha do Marajó.

A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, face moderna do capitalismo mercantil na colônia, obteve bons resultados com o aumento das plantações de cacau, cana-de-açúcar e do aumento do número de engenhos com processos industriais de fabricação de vários gêneros que foram exportados pelo porto de Belém por longos anos (CASTRO, 2006, p. 143).

As mudanças promovidas pela política pombalina reafirmariam a ordem econômica da administração colonial. O governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado visava reduzir o poder dos missionários em relação aos grupos indígenas e à colônia em geral, e minimizar a presença e a cultura indígenas, tendo inclusive alterado os nomes de vilas, povoados e missões, antes com nomeação de lugares de índios, substituindo-os por nomes de santos, o que evidencia a disputa simbólica pela afirmação do poder colonial.

Em toda a região do Baixo Tocantins havia plantações de cana-de-açúcar, geralmente acompanhadas de instalações para o seu beneficiamento, sendo a aguardente a atividade mais lucrativa e de maior circulação, seguida de açúcar e rapadura, dentre outros bens produzidos nos engenhos (ANGELO-MENEZES, 1999). No final do século XVIII, registram-se centenas de engenhos nas redondezas de Belém, nas ilhas e na terra firme, como na ilha de Trambioca, no Moju, Acará, Bujaru, Cametá, Inhangapi, Barcarena, Beja, Conde, Capim, alguns deles guardam como testemunhos as ruínas que resistem até o presente. No entrono de Belém

havia espaços produtivos de base agrícola, extrativista, fabril e industrial, como as madeireiras, que dariam origem às serrarias. Esses circuitos alcançaram áreas distantes, como os municípios da região bragantina, guajarina e do salgado, as ilhas do arquipélago do Marajó e os municípios próximos a Barcarena, Cametá e Alcobaça. Essas informações coincidem com os registros históricos de fuga de escravos e de missões de captura empreendidas pela administração colonial. Conformava então uma faixa de ocorrência de quilombos e muitos deles se espraiavam pelos rios Guamá, Acará, Mojú, Bujaru, Capim, Caeté, dentre outros, e igarapés, não raramente nas suas cabeceiras (GOMES, 1999; CASTRO, 2006).

A produção de cacau foi relevante na consolidação e expansão da fronteira colonial, como indica a sua permanência na pauta de exportações na Província do Grão-Pará e Maranhão, representando ganhos substanciais para a Coroa. A economia do cacau expandiu-se no século XVIII e no início do século XIX, ocupando terras firmes e várzeas em novos cultivos. Assim, o Baixo Amazonas e o vale do Tocantins foram incorporados à dinâmica do mercado europeu do cacau, que se ressentia, à época, com a redução da produção e da exportação nas colônias portuguesas e espanholas do Caribe, da Venezuela e do Equador. Para impulsionar o cultivo de cacau foi incentivado o mercado de escravos africanos.

Com a criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, foi introduzido um tipo de cacau que produzia duas safras por ano, substituindo o cacau silvestre, aumentando e adensando a produção por área. Das inovações introduzidas pela Companhia, a literatura destaca as melhorias na navegação e no transporte de mercadorias, aumentando a possibilidade de comercialização do cacau para o mercado europeu e a intensificação do comércio de escravos africanos, visando suprir a demanda por mão de obra para as plantações no vale do Tocantins, do Araguaia, do Trombetas subindo o rio na direção de Cametá, Alcobaça e Goiás, e pelo baixo Amazonas. Essas medidas foram bem-sucedidas, com reflexos no aumento do cultivo e coleta de cacau, como mostra a Tabela 1, sobretudo o crescimento expressivo da produção de cacau, arroz e algodão, no período de 1773 a 1782.

Esses dados de exportação de uma década mostram oscilações. No entanto, o crescimento da exportação de cacau passa de 881.775 kg em 1773, para 1.798.425 kg em 1782, dobrando a produção. O arroz mostra um crescimento exponencial do

volume exportado, de 14.110kg em 1773 para 1.451.865 kg em em 1782; o mesmo se pode observar para o algodão, que passa de 900 kg para 109.725 kg no período. A exportação do café apresenta não somente uma oscilação, mas há uma evidente queda. Em 1778, alcança o pique de exportação, com 98.685 kg, caindo para 41.570 kg no final da série, em 1781. Respondendo dos interesses da política econômica pombalina, o resultado foi positivo.

Tabela 1 - Exportação do Estado do Grão-Pará (1773-1782)

Annos	Cacau	Arroz	Café	Algodão
	Quilos	Quilos	Quilos	Quilos
1773	881.775	14.110	64.110	-
1774	61.680	107.460	2.115	900
1775	993.620	292.215	86.880	13.185
1777	103.605	605.205	53.130	30.795
1778	902.295	442.095	98.685	50.790
1779	868.275	1.338.540	67.710	77.325
1780	905.940	1.680.795	46.830	73.680
1781	607.365	1.451.865	41.570	128.595
1782	1.798.425	-	-	109.725

Fonte: CORDEIRO, Luiz. O Estado do Pará: Seu Commercio e Industrias de 1719 a 1920, p. 13 e 14. Apud Roberto Santos, 1980.

O incremento das plantações de cacau acompanhava um movimento crescente de entrada de escravos no Grão-Pará. Nesse período de 1773 a 1782, o cacau era um item importante entre os gêneros exportados. Nas freguesias de Belém, Bragança, Marajó, Cametá, Monte Alegre, Alenquer, Óbidos, Faro e Santarém o processo de ocupação sofreu alterações devido à pressão e demanda crescentes da política econômica colonial da fase pombalina. A exploração do cacau, a intensificação da pesca de tartaruga e a ampliação das áreas de coleta da castanha estiveram na base da economia do baixo Tocantins e do baixo Amazonas.

Na obra *Formação histórica do Pará*, Manuel Barata (1973) encontra em suas pesquisas um documento do início do século XIX sobre a exportação de gêneros do Pará, informando que no dia 28 de novembro de 1801 saiu do *"porto do Pará para o de Lisboa o navio Grão Maranhão. Neste navio exportou o comerciante João de Araujo*

Rozo[5] *5.014 arrobas e 28 libras de cacau, 4.491 112 arrobas de arroz e 168 e meia arroba de cafe"* (BARATA, 1973, p. 300).

O autor afirma ainda que, além de João de Araujo Rozo, outros comerciantes embarcavam nesse navio grandes quantidades dos mesmos gêneros, que constavam na pauta de exportações, o que permite interpretar como reflexo de uma produção significativa de produtos agrícolas que, além de atender às demandas locais, circulava no mercado internacional, como mostram as estatísticas do autor recuperadas em documentos oficiais. Da exportação de quatro gêneros – cacau, arroz, cafe e algodão – para Portugal, de 1773 a 1818, ou seja, ao longo de 45 anos, o cacau constava na lista de gêneros exportados em quase todos os anos, exceto nos curtos períodos de 1782 a 1783 e de 1787 a 1789, reafirmando a sua relevância na economia agrícola e na expansão colonial.

Além desses produtos, o Pará também exportava outros que constavam na pauta de exportações, como açúcar, aguardente, cravo fino e groso, canela, salsaparilha, puxuri, toras e pranchas de madeiras diversas, courossecos, salgados e cortidos, anil, óleos de copaíba e de andiroba, urucú, algodão em fio, sumaúma, mel, tapioca, castanha, cebo em pão, guaraná, baunilha, manteiga de tartaruga, sabão, goma, copal, breu, chocolate e outros de menor importância não arrolados (BARATA 1973, p. 307), sendo parte das exportações destinada a outras províncias e, após a abertura dos portos do Brasil, voltada ao comércio internacional, cujos destinos variavam entre portos de vários países.

As fazendas de porte médio ou pequeno, junto com modestos sítios voltados para os rios e igarapés, compunham uma paisagem do mundo rural que se organizara com base no extrativismo e na agricultura. As primeiras fazendas nas proximidades de Belém estiveram localizadas às margens dos rios que se formam na embocadura do Amazonas e na ilha do Marajó, e concentravam uma população escrava importante, embora mostrassem, segundo Baena (2004, p. 79), uma acanhada aplicação à agricultura. Spix e Martius (1981) mencionam o cultivo nas cercanias de Belém, particularmente da cana-de-açúcar, sendo parte da produção exportada

[5] João de Araújo Rozo *"nasceu em 1768, em Villa do Conde, Portugal; e faleceu em 1840, em Belém. Era um grande proprietário e capitalista, coronel de milícias, cavaleiro de Santiago da Espada, cavaleiro e comendador de Christo e Fidalgo cavaleiro da casa imperial. Era pai de José de Araújo Rozo, primeiro presidente da antiga Província do Pará (1824-1825)"* (BARATA, 1973, p. 300).

para o Maranhão, e o beneficiamento voltado para a produção de cachaça e licores. Esses viajantes acrescentam que grandes remessas de aguardente comum vão para os Açores e para Portugal, de onde parte é recambiada para o Brasil, depois de retificada. Conforme o Relatório do Presidente da Província, Carlos de Araújo Brusque (1862), nesse ano de 1862, no entorno de Belém, havia três moinhos de arroz movidos à água e um à tração animal, ao lado de 1.165 casas de farinha.

Com relação à dinâmica econômica na Amazônia, são apresentados dados sobre as empresas britânicas que atuavam na região (Tabela 2) e distribuição da renda interna por setores econômicos no período de 1890 a 1920.[6]

Tabela 2 - Firmas britânicas fundadas ou autorizadas a funcionar na Amazônia

Nome	Fundação/ Autorização	Capital (£ 1.000)	Finalidade
Cia. de Gás do Pará	1866	250	Serviços urbanos
The Amazon Steam Navigation Co., Ltd.	1872	625	Navegação
The Pará Central Sugar Factory Ltd.	1885	...	Indústria de açúcar
The Manaos Trading Co.	1885	...	Comércio
The Amazon Telegraph Co., Ltd.	1895	...	Comunicações
The Amazonas Rubber Estates Ltd.	1899	300	Borracha
Manaos Harbour Ltd.	1902	500	Porto
Pará Electric Railways and Light Co.	1905	...	Transporte urbano e iluminação
Pará Telephone Co., Ltd.	1909	62	Comunicações
The Manaos Tramways and Light Co.. Ltd.	1909	300	Força, luz e transportes
Municipality of Pará Improvement Ltd.	1910	400	Serviços urbanos (?)
The Pará Island Rubber Estates Ltd.	1910	125	Borracha
The Amazon River Steam Navigation Co. Ltd.	1911	300	Navegação
Amazonas Engineering Co., Ltd.	1912	50	Construção
The Amazon Valley Development Co.	1913	100	(?)

Fonte: SANTOS, Roberto (1980)

[6] O livro *Barões do Ouro e Aventureiros Britânicos no Brasil*, de Fábio Carlos da Silva (2012), descreve com riqueza de detalhes a formação de corporações entre firmas inglesas e brasileiras relacionadas à mineração de ouro, a partir de um caso embremático da Companhia de Macaúbas e Cocais.

Transição para o Brasil independente (1750-1850)

O início do século XIX foi um período de tensões e conflitos nas relações entre Portugal e a colônia, em seus dois extremos – na Província do Brasil e na Província do Grão-Pará e Maranhão. A transferência da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro devido às guerras napoleônicas e às ameaças de Napoleão para Portugal, que decretara o bloqueio do comércio com a Inglaterra, sua parceira tradicional, gerou consequências mesmo em províncias mais distantes, como na do Grão-Pará e Maranhão, que privava de relações diretas com a metrópole e cujos contatos com Lisboa suplantavam mesmo aqueles com Salvador e Rio de Janeiro.

A Colônia constituía-se de dois governos-gerais, do Brasil e da Província do Grão-Pará e Maranhão, cada um deles dividido em capitanias. Essa estrutura colonial sofreria alterações substanciais com a mudança da condição do Brasil, alçada pela chegada da família real ao Rio de Janeiro e a transferência da Corte e da administração, em 1815. Logo foi criada outra instância administrativa – o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, integrando, desta forma, o Brasil à condição de Reino. Esse rearranjo não foi apenas administrativo, mas também de poder, concorrendo para aumentar as tensões e as rivalidades entre portugueses e brasileiros. Assim, se antes os governos gerais eram subordinados à Lisboa, a passagem a outro regime altera os lugares de poder no interior de todas as capitanias, repercutindo nos interesses das elites portuguesas e aumentando as já complexas e conflituosas relações entre reinóis alinhados com a ideia de o Brasil permanecer como colônia, e os nativos que compartilhavam ideias de liberdade, ancorados nos princípios liberais que já circulavam na colônia, sob a influência europeia.

Inúmeros levantes foram registrados antes da Revolução de Pernambuco em 1817, marco da explosão daqueles conflitos nativistas. Os anos seguintes se constituiriam em um período de manifestações públicas e ideais de liberdade entre grupos de várias camadas sociais, na Província do Grão-Pará e Maranhão, e que viriam a desembocar, mais tarde, na revolução Cabana. Diferente, porém, do que ocorria no Rio de Janeiro e em Pernambuco, as elites portuguesas no comando da Província do Grão-Pará e Maranhão aderiram à Revolução do Porto, em Portugal, conflagrada pela volta da família real e da Corte à Lisboa e na defesa da monarquia

constitucional, sustentando para o Brasil o lugar de colônia. O Grão-Pará elegeu uma Junta de Governo da Província composta por portugueses que se alinharam nos princípios da Revolução do Porto.

Os ideais de liberdade e do iluminismo, o movimento constitucionalista e as mudanças das relações de poder entre Brasil e Portugal circulavam em Belém e se irradiavam para outras cidades como Cametá, Igarapé-Miri, Barcarena, Santarém, Óbidos, Vigia, Baião e Bragança, Manaus, tanto entre as elites locais quanto entre grupos submetidos ao jugo colonial e escravocrata que guardavam um sentimento profundo de revolta e sensíveis à mobilizações insurrecionais.

Nesse clima de mudança do regime de governo e embates político-ideológics os jornais eram veículos de difusão das ideias libertárias. Felipe Patroni organiza o primeiro jornal que trata de assuntos políticos da Província do Grão-Pará, chamado Gazeta do Pará, impresso em Portugal, como também, posteriormente, o jornal. O Paraense, que seria o primeiro jornal redigido e impresso na Amazônia com a perspectiva de defender os princípios de liberdade e fomentar o debate político. Logo passou a defender a adesão do Pará à Independência do Brasil, rompendo, assim, os laços coloniais com Portugal. O Cônego Batista Campos, reconhecido líder das camadas populares, com quem partilhava os ideais de liberdade, foi preso por publicar no jornal o manifesto de D.Pedro I pela união em torno da independência. O clima na cidade de Belém era tenso, de expectativas e engajamentos sobre algo que poderia ocorrer a qualquer momento, clima que se espalhava rapidamente pelas redes de grupos que defendiam a liberdade do jugo colonial. A cidade estava dividida entre duas tendências políticas fortes, que engendravam disputas acirradas: a adesão à Independência e a fidelidade a Portugal.

A insatisfação atravessava a sociedade e reunia, em Santa Maria de Belém do Grão-Pará, interesses das elites locais nativas, médios e pequenos comerciantes e camadas populares formadas por índios, negros, mestiços e brancos pobres. Compunham forças diversas entre si, mas com interesses convergentes suficientes para a escalada inevitável das lutas entre reinóis e nativos, inerentes à formação do Império. As decisões e mobilizações mais tarde reforçariam o movimento de insurreição cabana.

No dia 16 de agosto de 1823, um ano depois do simbólico *Grito do Ipiranga*, o Grão-Pará finalmente adere à Independência, com bailes nas ruas, festas e bandas

de música. Comemoravam não apenas a adesão à independência, mas a liberdade, o controle político e dos negócios, questões centrais que perpassavam os interesses da maioria, por razões diversas, mesmo sendo grupos sociais desiguais em relação ao poder e de interesses contraditórios. Esses movimentos repercutiam no interior da Província, em Baião, Barcarena, Beja, Conde, Acará, Mojú, Oeiras do Pará, Portel, Melgaço, Anapú, Igarapé-Miri, Cametá, Vigia, Bragança, Marajó, Amapá e Manaus nas estruturas políticas e nas formas de organização da produção e da economia.

A Província se ressentia de maiores inversões nas atividades agrárias e com oscilações nas exportações no final do século XVIII e início do XIX. As cidades de Belém e de Cametá desempenhavam papel proeminente na produção e circulação do cacau, na coleta de impostos à Coroa e no avanço da ocupação colonial em todo o vale do Tocantins e em direção ao Baixo Amazonas. Vicejavam as plantações de cana-de-açúcar e de cacau no estuário do rio Amazonas, nas ilhas e nos demais rios e se estimulara a sua plantação ao lado de roças de mandioca e outras plantações de uso doméstico, nos diferentes lugares de produção. Mas o crescimento da economia colonial dependia da disponibilidade da mão de obra e, portanto, da capacidade de mobilizá-la e deslocá-la para onde estivessem as atividades econômicas e as demandas do capital mercantil, mas tinha os seus limites na resistência à escravidão. Os movimentos políticos esvaziavam as estruturas de poder e de controle da mão de obra escrava que crescentemente se evadia, seja das cidades ou das fazendas e lugares de produção.

Nas terras do alto rio Guamá e dos rios Gurupi, Turiaçu e Caeté encontrava-se fazendas pequenas e médias voltadas para a produção de cacau, tabaco e lavouras, além de um número maior de pequenos sítios onde se produziam gêneros diversos, fabricava-se farinha e outros gêneros do extrativismo que eram comercializados nos portos ou diretamente com os regatões. Em cada boca de rio ou de um de seus braços, o controle era exercido por um comerciante que ali fincara a sua casa de comércio e, em muitos casos, também de moradia. O domínio do território e do comércio era dado em boa parte pela estratégia de localização nas embocaduras dos cursos d'agua, válida para toda a Amazônia, como um padrão herdado da colonização pela via fluvial. As relações comerciais e patronais, a partir de cidades como Bragança e Cametá montam as redes de aviamento às quais permanecem ligados os pequenos comércios das "beiras de rios" e estabelecem as bases das famílias com maior poder

aquisitivo. Agricultura e extrativismo, minas de ouro e de prata e comércio compõem a estrutura social, política e econômica de mando das elites regionais. A elas se agrega o poder da Igreja, que desde a época dos Jesuítas soube manter-se como estrutura sólida de poder. Esses senhores de escravos tornam-se relevantes na conformação da estrutura escravista na Província e que se prolongaria par além da pós-abolição.

O negro no Pará: escravidão e quilombos

A presença de negros no Pará remonta ao século XVII, aumentando significativamente com o comércio fomentado pela Companhia do Grão-Pará e Maranhão, a partir de 1755. Salles (1998, p. 20) considera numericamente expressiva a entrada de negros no Pará, sendo responsável pela produção de um sem número de produtos inseridos em quase todas as atividades da Colônia. No entanto, esclarece que a escravidão do negro na Província do Grão-Pará e Maranhão já estava posta "*logo no primeiro século da colonização, não apenas nas discussões entre colonos e missionários – a troca do gentio pelo negro é talvez o ponto mais alto desse debate – mas, de fato, como mercadoria despejada nas praças de comércio do estado do Maranhão e Grão-Pará.*" (SALLES, 1998. p. 23).

Quais as rotas do tráfico e em que portos da Província do Grão-Pará desembarcava a população africana? Quais os caminhos trilhados no território da Província no afã do comércio negreiro, oficial ou clandestino, a partir de Sao Luís? Essas e outras questões têm sido levantadas, com um relativo conhecimento já produzido sobre o comércio de escravos na Amazônia. Salles (1998) refere-se à falta de estatísticas sobre o tráfico da África para o Pará. No entanto, arrola que teria sido feito sob diversos regimes, enumerando cinco possibilidades:

1) "assento, ou alistamento compulsório de negros cativos na África, geralmente negociados mediante contratos da fazenda real com particulares – realizado nos séculos XVII e XVIII;

2) estanque ou estanco, monopólio atribuído às companhias de comércio;

3) iniciativa particular – realizado irregularmente durante todo o período do tráfico;

4) contrabando;

5) comércio interno, também de iniciativa particular, que deslocou escravos sobretudo da praça da Bahia para o Maranhão, e desta para o Pará, através dos caminhos terrestres e feito pelos chamados comboeiros." (SALLES, 1998, p. 27).

Presentes em muitas frentes de trabalho, os negros foram responsáveis pelo aumento das plantações de cacau e de cana-de-açúcar, ampliação dos engenhos e de fabricação de aguardente, açúcar, rapadura e outros bens fabricados nos engenhos; trabalharam nas fábricas reais de madeira, nas fortificações e na construção de obras nas cidades; estiveram em atividades do comércio e nos serviços domésticos. O negro foi inserido nas frentes de coleta de drogas do sertão, de garimpo e em grandes plantações e fazendas nos vales dos rios Tocantins, Amazonas e afluentes. A Tabela 3 mostra a evolução, na série histórica de 1800 a 1920, da composição da população escrava no Pará totalizando 42.797 pessoas em 1860. Em 1800 a Província tinha 24.300 escravos, quase 1/3 do total da população, e em 1823 somava 40.000, grande maioria no Pará. Esses dados não incluíam a população negra nos quilombos que crescera nos períodos que antecederam a Cabanagem, mas que sofrera enorme perda na guerra insurrecional.

Bragança e a região nordeste do Pará, com muitos povoados onde se encontrava expressiva população escrava e também indígena, desempenhou um papel relevante na formação da sociedade regional. Nela ecoam ainda hoje as vozes dos pretos velhos que contam as histórias da escravidão e da formação de quilombos, as fugas e as condições impostas ao negro na sociedade colonial. Situando-se a meio caminho do Maranhão e na confluência de rios que fazem parte de uma extensa rede hidrográfica interligada com o mar, toda essa região movimentara a economia e a sociedade da Província com relativo poder, dado pela organização da produção nas missões, nos sítios e nas fazendas. Além disso, a cidade de Bragança abrigava inúmeros serviços, entre eles os cartórios e tabelionatos. Entre 1634 e 1754, na Vila do Souza predominava uma população indígena devido aos *descimientos* de aldeias Apotianga que se localizavam nas margens do rio Piriá. Os Apotiangas pertenciam à nação Tupinambá, agregados por missionários no povoado Vera Cruz do Gurupi, nas proximidades de suas aldeias. Os primeiros habitantes de Bragança pertenciam à nação Tupinambá, como também eram Tupinambá os índios que acompanharam La Ravardière na expedição ao Caeté. A Vila do Souza é conhecida na literatura pela riqueza de peixes, caça, sal e terras com lavouras de mandioca, milho, cana-de-açúcar, arroz e algodão (CASTRO, 2006, p. 23).

Tabela 3 - População da Amazônia - Livre e Escrava (1800/1920)

	Amazonas			Pará			Amazônia		
Anos	Livre	Escrava	Total	Livre	Escrava	Total	Livre	Escrava	Total
1800[1]	-	-	-	-	-	-	65.700	24.300	90.000
1808	-	-	-	-	-	96.000	-	-	96.000
1810[1]	-	-	-	79.306	29.333	108.639	79.306	29.333	108.639
1818	13.310	6.040	19.350	90.901	33.000	123.901	104.211	39.040	143.251
1820[1]	-	-	-	-	-	-	100.022	36.995	137.017
1823	-	-	18.843	-	-	109.157	88.00	40.000	128.000
1827	-	-	16.403	-	-	112.109	-	-	128.512
1830[2]	-	-	-	-	-	-	88.938	39.958	128.896
1835	-	-	-	-	-	-	-	-	125.000
1838	-	-	-	-	-	-	-	-	127.000
1840[3]	-	-	19.570	-	-	109.960	106.215	23.315	129.530
1843[4]	-	-	-	-	-	-	143.766	35.941	179.707
1850	-	-	-	-	-	-	160.313	40.078	200.391
1854	-	-	42.600	-	-	207.400	-	-	250.000
1860[5]	45.161	1.026	46.187	190.292	41.771	232.063	235.453	42.797	278.250
1862	-	-	40.259	-	-	248.453	-	-	288.712
1870[6]	53.797	1.098	54.895	241.213	26.801	268.014	295.010	27.899	322.909
1872[7]	56.631	979	57.610	247.779	27.458	275.237	304.410	28.437	332.847
1880[8]	-	-	120.899	-	-	269.098	-	-	389.997
1890	-	-	147.915	-	-	328.455	-	-	476.370
1900	-	-	249.756	-	-	445.356	-	-	695.112
1910	-	-	358.695	-	-	783.845	-	-	1.217.024[9]
1920	-	-	363.166	-	-	635.000	-	-	1.090.545[10]

Fonte: Santos, Roberto 1980

Vicente Salles (2006) identifica a presença expressiva do negro na região de Bragança, Turiaçu e no rio Gurupi, registrando o movimento de formação de quilombos e os conflitos com a ordem escravista. As informações historiográficas permitem confirmar que foram frequentes as fugas de escravos da praça de Belém, Bragança, Ourém, Quatipuru e Maranhão em direção às matas do Gurupi (CASTRO, 2006, p. 22). Sobre a existência de mocambos de escravos fugidos do Maranhão para o Pará, Salles (1998)[7] informa que a praça de Turiaçu, após a desanexação do Pará,

[7] No Prefácio de Vicente Salles ao livro *Senhores e escravos de Bragança* (CASTRO, 2006).

em 1852, tornou-se um importante lugar de refúgio e de rebelião de escravos devido à existência de um comércio negreiro clandestino. Efetivamente, as fugas orientaram-se do Maranhão também em direção ao Mato Grosso e no sentido do Amapá.

O quilombo de índios e de negros e documentação cartorial

A maior presença de quilombos na Província do Grão-Pará e Maranhão ocorreu nas regiões onde a economia colonial foi mais dinâmica. Assim, encontramos maior número de escravos nos séculos XVII, XVIII e XIX, nas regiões do entorno de Belém, Marajó e ilhas, Bragança e vales dos rios Gurupi, Guamá, Tocantins e Baixo e Médio Amazonas. Representam regiões de fronteira de prosperidade: lavouras, engenhos, minas de ouro e criação de gado. Além da entrada de escravos pelo porto de Belém, trazidos do Maranhão ou de outras Províncias, chegavam ainda pelo comércio clandestino que se fazia através de rotas que acompanhavam os rios Gurupi, Turiaçu e Caeté.

A correspondência oficial encontrada no Arquivo Público do Pará, em Belém, é farta em registros sobre presença de mocambos, quilombos, de processos de fuga de escravos das fazendas ou das casas localizadas em povoados e cidades. Da leitura dessa correspondência trocada entre autoridades, observa-se a trama social que envolve as relações entre senhores e escravos (CASTRO, 2006, p.15). Os procedimentos adotados pela administração para a formação de missões de captura de escravos, desde a arregimentação de milícias, reserva de orçamento para despesas e relação com os senhores de escravos que reclamaram ações do governo colonial, estão impressas nessa correspondência. Esses documentos trazem luz sobre a primeira metade do século XIX, em especial dos anos de 1920 e 1930, fronteira do Pará com o Maranhão, lugar de conflitos e disputas. Vicente Salles (1998) chama atenção sobre a intensidade dessas rota de escravos vindos do Maranhão pelo Gurupi.

Quais as alianças que os senhores estabeleciam com o poder público, com os comerciantes de escravos, com o mercado de produtos da terra e com outros segmentos sociais, para manter, acumular e tornar rentável a mão de obra escrava? Que visões diferentes podem surgir da compreensão dos conflitos e tensões entre senhores e escravos? E como entender as estratégias dos escravos para a conquista

da sua liberdade? E sob que bases teriam se estabelecido nos lugares de fuga? A liberdade movia as ações de revolta, as rebeliões ou mesmo as lutas que se faziam nos interstícios do cotidiano. A relação entre senhores e escravos era marcadas por *negociações tensionadas* e, apesar da força e da legitimidade social do senhor sobre o escravo, a fuga de escravos representava, efetivamente, a maior ameaça à organização da produção. Constituía um fantasma que rondava as casas dos senhores e os fazia reconhecer a fragilidade dos mecanismos que dispunham para o controle sobre o movimento de resistência e fugas. A mata era lugar de fuga e cumplicidade entre negros e índios em busca da liberdade, mas um pesadelo para os donos de escravos.

Martinho de Souza Albuquerque escreve ao Diretor de São Francisco Xavier de Turiaçú, Pará, em 4 de dezembro de 1787 (CASTRO, 2006) sobre escravos negros fugidos, ordenando a apreensão de seis do capitão Ambrózio Henriques, "*pois há toda probabilidade que esta gente tomasse o caminho do Maranhão e se quisesse refugiar naquela capitania*". Observa-se o duplo movimento de fuga entre as duas Províncias, pois também vinham fugidos do Maranhão. Frequentemente chegavam tropas da Província do Maranhão para ajudar na "*guarda e vegilancia do destrito de Turi-Assú e a perseguição dos quilombos* [...]". Sobre os gastos das missões, práticas relativamente acordadas entre autoridades e senhores, contando os primeiros que os *feitos com as perseguições dos quilombos sejão em parte cobertas com o prêmio que tem de dar os proprietários pela aprehensão de seus escravos o que exigirá na proporção do lugar em que forem agarrados*[8].

Em correspondência endereçada ao Governo, datada de 30 de setembro de 1823, Domingos José de Souza, de Bragança, denuncia haver *mocambos de pretos fugidos nos limites de Turiassu tanto da parte de Maranhão como deste lado* [...]". Porém, em outra correspondência pedem que sejam tomadas providências, pois as diligências enviadas para o Turiaçu ressentem-se de *nunca descobrirem guia para o tal mocambo*. Justificam assim a necessidade de uma tropa

[...] pela razão de mocambos de pretos, soldados e dezertores de uma e outra província, nada decidio e nada endicou havendo os mesmos mucambos em os mattos do Maracaçumê vizinho a Tory Assú, como denunciarão José Maria de Freitas Dantas, e Antônio da Silva Guimarans cuja denuncia igualmente leva junta esta Camara a prezença de V. Ex.ª"

[8] Conteúdo :Registro de ofício de Bernardo de Souza Franco ao senhor Capitão Lourenço Justiniano da Serra Freire ,Palácio do Gov .do Pará 24 ,de maio de .1839 Ibidem ,Cap.7 .

É necessário estabelecer os nexos entre as revoltas, a formação de quilombos e os movimentos de ascensão e declínio da economia no Pará. Nos registros sobre a formação histórica do Vale do Tocantins observa-se que coincidem os momentos de ascensão e decadência com os movimentos de fuga de escravos desde as proximidades de Belém até Cametá e Alcobaca, ao Baixo Amazonas [9]; no Maranhão e em Goiás, ou nas fugas de escravos e formação de quilombos no Amapá (REIS, 1953) e do baixo Amazonas.

As tensões e conflitos no Pará aumentaram com a decadência das estruturas econômicas a partir de 1820, e coincidem com os levantes que antecederam a Cabanagem. O medo rondava e se tornava difícil para os donos de engenhos, de plantações e coletas manterem sua produção com regularidade, devido à crise econômica, com redução de plantios, abandono de fazendas e engenhos nas primeiras décadas do século XIX, que coincide com o período de aceleração dos processos políticos, de aumento dos conflitos interétnicos e do surgimento de organizações clandestinas de várias ordens. Efetivamente, as mobilizações de escravos, índios e negros na Província do Pará, não se restringiram ao período que antecedeu a Cabanagem, quando os movimentos políticos exacerbaram-se em todo o país, momento de revoltas com nativistas que resistem à dominação colonial. Essas lutas pela liberdade estiveram sempre presentes[10], de uma forma ou de outra.

---

[9] Estudos mais recentes, notadamente pós-Constituição brasileira de 1988, têm analisado esse universo de formação de quilombos, que reinventam, na atualidade, formas de luta e reivindicam direitos ancestrais à terra e à cultura. O projeto "Mapeamento de Comunidades Negra Rurais", do NAEA/UFPA, acompanhou o processo de etnogênese e de visibilidade com cartografia social de comunidade negras no Pará, remanescentes de quilombos, concluindo que o vale do Tocantins é uma das regiões mais expressivas, pela presença e densidade de povoados formados por descendentes de africanos reunidos em quilombos, sobretudo por fuga das fazendas, de engenhos e de outras localidades com presença de escravos.

[10] Vicente Salles refere-se às duas forcas coatoras impostas pela sociedade escravocrata sobre o negro: a lei e o senhor, aquela sendo o "resultado da opinião geral dos senhores, elaborada por eles e para eles exercitarem os instrumentos de mando. Era, portanto, a expressão de sua vontade transformada em certos princípios jurídicos. No período colonial, a lei vinha já pronto da metrópole e sua coleção é geralmente conhecida pela locução: *Ordenações do Reino*. Formava, seu conjunto, os estatutos superiores dos princípios jurídicos. Outros, de natureza local, eram redigidos aqui e ali. Na Amazônia, ou melhor no estado do Maranhão, que então a abrangia, fala-se muito na legislação interna das missões, ou seja um *corpus juris* próprio e que, durante algum tempo, teve aplicação independente das Ordenações do Reino, chegando mesmo a contrapô-las ou a interferi-las. É sabido que os missionários acompanhavam as tropas de resgate, a fim de decidir quanto a justiça da apreensão de escravos." (SALLES, 1998, p.113).

Embora ocorressem em todas as regiões da Província do Grão-Pará e Maranhão desde o período colonial, as fugas aumentaram no período que antecedeu e durante a Cabanagem. Daí a formação de quilombos nos arredores de Belém, em todo o vale do rio Tocantins, no Baixo Amazonas, no Marajó, no Amapá, na rota de Bragança e Turiaçu e na direção do Goiás, grupos recobrindo toda a Província do Grão-Pará e Maranhão, incluindo as áreas mais distantes nas fronteiras da Província e até nas fronteiras com outras províncias.

Havia em Bragança uma camada social formada por representantes da elite da província do Pará, proprietários de grandes e médias extensões de terra, de embarcações e de escravos, que construíram os casarões com azulejos portugueses, os sobrados coloridos, com sacadas para o rio Caeté, dos quais alguns sobrevivem, em uma cidade cujos símbolos históricos são tão maltratados. Esses bens demonstravam o poder das elites, da Igreja Católica e dos senhores sobre a maior parte da população, formada por índios e negros. Eram os donos do poder, das fortunas e de jornais, como *O Defensor Liberal* que desde 1878 circulava na cidade. Esse cenário abrigava também as diversas categorias de trabalhadores, homens e mulheres, índios, escravos, negros libertos, cafuzos, mamelucos, um mundo aparentemente opaco que se espalhava nos arredores da cidade e em sítios e fazendas do interior. As vilas e os povoados representavam espaços de circulação e de trocas, onde se misturavam negros, cafuzos, mulatos, índios menos arredios e brancos, pequenos sitiantes e aquilombados.

A cidade de Bragança, com suas alianças entre autoridades políticas, senhores de escravos e Igreja Católica ocupa lugar de poder e controle sobre uma extensa região. Nesse cenário, comporta-se um universo de relações raciais, de afrontamentos cotidianos, de rejeições, produção de estigmas e preconceitos (CASTRO, 2006, p.17). As raízes dessas relações raciais permanecem ainda nas estruturas sociais em todas as antigas províncias, atualizam-se e consistem em um dos pilares da sociedade brasileira, que não deixou de ser colonial, base da desigualdade social do presente.

A negação do trabalho escravo, a afirmação do trabalho coletivo do grupo familiar e/ou étnico e o uso comum dos recursos naturais cresceram nos mocambos recriados ao arrepio da lei e do poder colonial. A participação na economia é evidenciada nos produtos ofertados nas cidades, onde, mesmo clandestinamente, compareciam, integrando-se aos circuitos de comércio. Os contatos e as informações

obtidas nas viagens permitiam-lhes incursionar nesses espaços, apesar dos perigos e ameaças eminentes para vender madeira, castanha, farinha e outros gêneros, como salsaparrilha, cacau, castanha-do-pará, urucu e breu, e se abastecer.

ECONOMIA E POLÍTICA NA CABANAGEM

A Cabanagem foi um movimento social e revolucionário, ocorrido no período de 1831 a 1841, na Província do Pará. Foi contemporâneo de outras revoltas que eclodiram no Brasil no contexto de lutas imperiais, porém, foi o único que conseguiu conquistar o poder político e administrativo da Província. Os cabanos governaram o Pará e tiveram três presidentes cabanos por aproximadamente um ano e quatro meses. Essa substituição de presidentes esteva relacionada com os acontecimentos do processo revolucionário, com mortes nos numerosos combates travados em Belém, em outras cidades e mesmo em áreas rurais. O conflito perdurou por mais de uma década, se considerarmos a fase que antecede a revolução propriamente dita, e as revoltas posteriores ao rendimento do último presidente cabano, Eduardo Angelim como narra a obra fundamental de Raiol para o entendimento do sentido dos motins políticos e da Cabanagem (1970). Reconhece Salles (2004, p.36) que a Cabanagem foi um dos movimentos políticos mais expressivos do país, destacando-se pela extensão territorial e pela mobilização de grupos nas cidades e vilas, nas áreas rurais, aldeias e nos quilombos (SALLES, 2004, p. 38).

Comemorando 180 anos da Cabanagem em 2015, o Jornal Pessoal descreve o clima de insatisfação popular na Província do Grão-Pará e os receios daqueles que detinham o poder.

Quando a Revolução irrompeu em Pernambuco, em 1817, o governo paraense adotou "todas as medidas de rigor e severidade" para impedir que o espírito da insurreição influenciasse o Pará [...] temor era justificado. Desde que, na metade do século XVIII, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do poderoso Marques de Pombal, implantou um amplo sistema econômico que colocou nas mãos dos portugueses – e principalmente do Estado – todas as atividades produtivas da região, era crescente o sentimento de revolta, partilhado pelo Clero. Não apenas uma camada social urbanizada e em certa medida intelectualizada, inspirada nos ideais europeus e norte-americanos, começava a demonstrar a sua reação ao colonialismo, mas também a massa de trabalhadores, especialmente escravos, multiplicava as tentativas de levante insurrecional" (PINTO, 2015, p. 15).

A Cabanagem é uma insurreição com grandes impactos sobre a vida política, econômica e social e que se prolongaria para além do conflito armado. Esse movimento foi gestado lentamente no seio da sociedade escravista como contestação profunda, que acabou se irradiando por todo o Grão-Pará e até mesmo para além das fronteiras nacionais, atravessando os rios da Amazônia. Congregou interesses de pequenos e médios comerciantes, intelectuais, artesãos, escravos negros e índios, homens livres e pobres contra o poder colonial que imperava de forma autoritária no Grão-Pará, dominado pelas elites portuguesas. Enquanto movimento social estrutura-se em discursos e práticas presentes em um campo de invenção política em processo continuo. Vários autores concordam com essa temporalidade do movimento. No entanto, internamente vivenciam momentos diferentes de adesão e de alianças. Os eventos de violência colonial se sucediam mas também se fragilizavam diante dos processos de revolta e insubordinação na Província que se espalharam rapidamente.

Cametá e os povoados na sua vizinhança eram considerados como uma facção que manifestara, antes, firme propósito de resistência. Raiol (1970) descreve com extraordinária clareza e meticulosos detalhes a "malograda expedição' para Cametá enviada pelo governo provisório, com uma barca artilheira pronta para disparar e destacamentos posicionados em lugares estratégicos no rio, de frente para a cidade. Esse confronto ocorreu início da década de 1820, e a expedição armada tinha como intenção acalmar os ânimos e reduzir o contraditório entre os grupos revoltosos.

A morte do Cônego Batista Campos em 31 de dezembro de 1834, líder mais popular e por várias vezes perseguido, preso e vítima de emboscada, foi como um marcador da insurreição e do início da revolução cabana (1835-1836), que se estenderia até 1941. A revolta e a consternação foram capazes de impulsionar o início da insurreição e, com extraordinária rapidez, os cabanos tomaram o poder no dia 7 de janeiro de 1935. Os cabanos se mantiveram por um ano e quatro meses no poder (de 12 de janeiro de 1835 a 13 de maio de 1836), com três presidentes que se sucederam e tensões que atravessaram todo esse período.

Os exportadores ligados ao comércio português, mais bem estabelecidos, com melhor infraestrutura e sempre em disputa pela hegemonia do comércio e do poder político na Província, rivalizavam com as camadas de médios produtores, fazendeiros, pequenos comerciantes locais e os colonos, sempre colocados à margem

dos lucros da economia exportadora. A reação nacionalista recobria naturalmente a contestação social e o antagonismo entre senhores e escravos. Essas duas contradições fundiram-se progressivamente dando aos movimentos do período 1831-1835 um caráter revolucionário, pois canalizaram as revoltas longamente sufocadas entre os segmentos oprimidos. Esse processo levou à identificação de interesses de índios, escravos e libertos, criando possibilidades de emergir um processo de luta que teve desfecho inesperado.

O clima político era instável em várias cidades, como Belém, Santarém, Vigia, áreas rurais no Acará, Moju, Beja, Barcarena, Conde, Manaus, Tabatinga, Parinstins e Maués, entre muitas outras cidades, e nas ilhas do entorno do estuário amazônico, palco de lutas e lugar de refúgio de cabanos e mesmo de tropas legais quando desalojadas do poder pelos cabanos. Novos movimentos de evasão de escravos eram sinais que anunciava ampliação da revolta da Cabanagem. Apesar das diferenças, estavam unidos na luta pela liberdade: grupos de índios, de negros escravos, libertos, mamelucos, cafuzos, e segmentos brancos. Entre estes, padres alinhados tiveram papel de liderança. Mas também pequenos e médios proprietários de terra, comerciantes e pessoas que faziam parte de uma certa elite de insatisfeitos e/ou partidários dos ideias de liberdade. Ricci (2007) descreve essa participação, correlacionando com as estruturas econômicas existentes nesses rios, por exemplo, no entorno de Belém, e que aderiram à Cabanagem e às revoltas que se seguiram a 7 de janeiro de 1835.

Ao se interrogar sobre as raízes da Cabanagem, Di Paoli (1990) considera que o movimento teve influência das ideias que circulavam na Europa e que estavam presentes em outras insurreições brasileiras na época do Império. Os ideais da Revolução Francesa e de liberdade trazidos provavelmente por padres que discutiam em torno da rede clerical, como Batista Campos, e de estudantes como Filipe Patroni, somados a uma série de acontecimentos, entre eles a insatisfação de camadas médias urbanas e pequenos proprietários, em face do governo da Província reforçar ainda mais as camadas dominantes portuguesas, a tensão com a fuga de escravos, os conflitos com os mocambos e as revoltas acumuladas por parte de índios e escravos. Ainda que pareçam difusas, são razões bem concretas, que atingiam a vida cotidiana das pessoas e aumentavam as pressões das forças de mando da Coroa. A insurreição era a resposta das camadas populares à violência da sociedade colonial-escravocrata,

que deixara marcas indeléveis.

No século XIX, mesmo após a independência, as revoltas políticas continuavam, com confrontos entre reinóis e nativos, como parte de uma luta contra a colonização e a permanência do poder na mão dos portugueses.[11]

Para Di Paoli (1990, p. 281) se trata de uma revolução que alcançara

[...] expressivas vitórias militares e políticas, mas dentro da dimensão social de horizontes nacionais: lutava-se contra governos despóticos com o objetivo de ver reconhecida a 'cidadania brasileira' para todos os filhos da terra, também para os que morassem em pobres cabanas. Os 'vivas' de Angelim ao Imperador e às leis do Estado, durante o duro ataque ao Arsenal era uma prova desta atitude e suas proclamações eram verdadeiros hinos apaixonados à 'Pátria Brasileira', terra da Liberdade, da qual os cabanos sentiam-se legítimos cidadãos, e não só súditos (DI PAOLI, 1990, p. 281).

Impressionam as narrativas do livro *Motins Políticos* ou *História dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará* (RAIOL: 1970) sobre o correr dos anos que vão de 1821 a 1835:

'Pela narração de um dos quatro, que puderam sobreviver à matança, soube-se que os infelizes presos foram instantaneamente acometidos de violentas dores de cabeça e suor copioso, além de uma sede que os devorava, e a água do rio, insalubre e turva, era jogada em uma grande tina que havia no porão; a ela se arrojaram tumultuariamente, bebendo-a com as mãos, com os chapéus e de bruços, procurando cada um ser o primeiro neste mister, amontoando-se com violência foi uns sobre os outros, e tudo na maior sofreguidão e desordem. Alguns caíram desmaiados logo após beberem a água, e em outros se exacerbaram as dores, os lamentos, os gritos e as vociferações (RAIOL, 1970, p. 50).

[11] "As queixas dos nacionais cresciam, além disso, cada vez mais, por verem continuar nas posições oficiais os seus adversários, o que, sem dúvida, ainda dava a estes uma tal e qual influência e preponderância, ao passo que derramava no espírito daqueles a desconfiança e o desalento. A junta provisória, convencida desta verdade, depois de ter nomeado juiz o presidente da câmara municipal da capital, Pedro Rodrigues Henriques, para proceder contra os sediciosos do dia 15, por indicação de Félix Antônio Clemente Malcher, em consequência da suspeição dos juízes, a quem então competia o julgamento da devassa; depois de ter suspenso o juiz-de-fora da capital, João Correia da Gama e Paiva, por causa de suas opiniões sempre contrárias à emancipação política do império, cuidou de dar as demissões, que de há muito lhe eram reclamadas. No dia 6 de fevereiro, reunido no palácio do governo em sessão ordinária, Clemente Malcher, um dos seus membros, ponderou 'que a principal causa dos males que estava sofrendo a província era sem dúvida o descontentamento, em que estavam os povos de ver que muitos lugares, postos e empregos públicos se achavam ocupados por portugueses, que, tendo jurado a independência política do Brasil (RAIOL,1970, p. 66)"

Os registros nas fontes documentais mostram que os cabanos atravessaram cidades e áreas rurais. Povoados indígenas aderiram ao movimento e tiveram outras adesões em quase todo o território paraense. De Belém ao Acará, Mojú, Marajó, Barcarena, Mocajuba, Amapá, chegaram ao Médio Amazonas e em cidades como Santarém e Parintins onde houve violentos enfrentamentos entre cabanos e portugueses, e ainda Óbidos, Oriximiná, Alenquer, Juruti, Faro, Alter do Chão, e mesmo para além de Manaus, lugares de fazendas e propriedades coloniais que tiveram a presença de indígenas e de escravos africanos. Di Paolo (1990) revela lugares geográficos e políticos da ação cabana:

"No Alto e Baixo Amazonas, os centros de confronto entre as forças legalistas e revolucionárias eram, respectivamente, a vila de Manaus e a vila de Tapajós (Santarém), por sua posição geográfica e importância política." [...] "Santarém, em modo particular, tornou-se o centro geopolítico mediador entre a hinterlândia amazônica e Belém, reproduzindo em sua vila, mutatis mutandis, a mesma complexidade sociopolítica da capital." (DI PAOLO, 1990, p. 296).

A reação nacionalista encontrava-se com a contestação social e o antagonismo entre senhores e escravos. Essas contradições fundiram-se progressivamente, dando um caráter revolucionário aos movimentos do período 1821-1835. Por incentivar a mobilização e a emergência de aspirações de liberdade entre os segmentos oprimidos canalizou, no seu interior, a rebelião dos índios, escravos e libertos, mostrando traços indiscutíveis de suas raízes populares contestatórias.

O entendimento da revolução cabana é essencial para decifrar a Amazônia, e o que ficou como legado ao seu presente. As redes de comunicação eram tecidas na imensidão do Grão-Pará e os focos de resistência emergiam em lugares equidistantes, embora se possa identificar áreas de maior resistência, como os estuários do Amazonas e Tocantins, o vale do Tocantins, Marajó, Vigia, Cintra, Mojú, Acará, Barcarena, Conte, Beja e Belém, em ações que se assemelhavam a lutas de guerrilhas. Um delírio político, com perdas de ambos os lados. A descrição encontrada no livro *Cabanagem – documentos ingleses*, organizado por David Cleary (2002, p. 192) retrata de forma pungente o desespero e a violência que toma conta de portuguêses e cabanos. Os desfechos são sangrentos e as mortes se acumulam de ambos os lados. Revela as estratégias de guerra dos primeiros, desde a costa maranhense à Belém e, sobretudo, o registro das mortes de prisioneiros nos porões dos navios-prisões e por

doenças, tendo como cenário as proximidades de Belém, como a ilha de Tatuoca, no estuário amazônico:

Tendo partido do Maranhão no dia 21, cheguei ao ancoradouro na Bahia de Salinas no dia 24 de novembro e encontrei o Presidente do Pará a bordo do Campista, mantendo o bloqueio do rio junto com Comodoro Taylor. O Regeneralização, com 26 canhões, estava na altura do forte da Barra, a Corveta Defensora servindo como navio prisão também estava na Bahia de Santo Antônio. Parte dos habitantes residentes ultimamente no Pará foi desembarcada na Ilha de Tateoca [Tatuoca], próxima à qual os navios estão ancorados; estão morando em cabanas e abrigos formados de folhas de palmeira e das velas de navios, sofrendo terrivelmente de varíola e disenteria; eles desembarcaram na ilha pela primeira vez em princípios de setembro, uns 1400 ao todo, entre os quais, até o presente momento, 450 já morreram. Em 27 de novembro, morreram 16 e, quando visitei o hospital, que é uma choupana de folhas de palmeira, a fachada aberta, uma das quais se abre para o rio, a outra para a ilha, onde os acometidos de varíola estão na extremidade que está aberta para a terra. Havia três mortos em suas redes e, no cemitério que fica próximo, havia mais dois no chão, e os negros estavam cavando suas covas. Do final de agosto até o dia 9 de dezembro, morreram na ilha e a bordo do Campista 660 pessoas e, no mesmo período, a bordo do navio prisão Defensora, entre 280 presos, morreram 196, agora que as chuvas iniciaram, os números aumentarão rapidamente. [Antônio] Vinagre continua acorrentando no porão, seu único alimento sendo arroz" CLEARY (2002, p. 192)

Esses acontecimentos escritos sob óticas diferentes confirmam a bibliografia sobre a cabanagem, que por sinal é relativamente extensa, desde Antonio Raiol (1970), Júlio José Chiavenato (1984), Vicente Salles (1992), Di Paolo (1990), Ítala Bezerra da Silveira (1994), Azedo (1982), Carlos Roque (1984), Rodrigues (1932), Bezerra Neto (2012) e Reis (1965), entre outros.

Di Paolo (1990, p. 259-261) transcreve a carta-proclamação de Antônio Vinagre lida aos companheiros de luta, em 14 de agosto de 1835, no acampamento que mantinham no sítio Murutucu, antes de saírem para manifestar em marcha contra o acirramento dos conflitos e a prisão de cerca de 300 pessoas pelas autoridades da Província. Essa investida resultaria na tomada do poder e início do governo de Eduardo Angelim. Destaco alguns trechos. Começa com o apelo:

'Paraenses! Irmãos e companheiros d'armas! Valentes e denotados defensores das liberdades pátrias! Aproximam-se os momentos e as horas que temos de medir as nossas forças com os vândalos, que se intitulam de legais, quando eles não são mais do que vis escravos do poder a que servem! (1990).

A carta é uma declaração de revolta exige a soltura dos presos, entre eles Antonio Vinagre, firmando a crença na institucionalidade e em possibilidades, mesmo tênues, de negociação. Define, porém, o campo de oposição pela afirmação do Brasil como Nação e da identidade de brasileiros, cerne das tensões que atravessaram outras províncias interpondo reinóis e nativistas. Destacamos outros trechos elucidativos, ainda que marcados pelo calor político:

Dois estrangeiros, a saber, um que é presidente e comandante das armas da província, e outro chefe da esquadra, gozam das honras de brasileiros adotivos! O primeiro que é marechal, chama-se Manoel Jorge Rodrigues e deixou o umbigo nas terras de Portugal; o segundo João Taylor, nascido em Inglaterra e desertor da Marina daquela nação, alcançou no país de Santa Cruz, o posto de chefe de esquadra!

Esses perversos de mãos dadas um com o outro, em menos de três dias, prenderam duzentos e oitenta e tantos patrícios nossos, que se acham a bordo dos navios de guerra, carregados de pesadas cadeias!... Cidadãos beneméritos, por seu patriotismo e virtudes, deputados provinciais, juízes de órgãos, juízes de paz, oficiais de primeira e segunda linha da guarda nacional, agricultores, empregados públicos, negociantes, padres, artistas, em uma palavra, cidadãos de todas as classes neste momento gemem ao peso de grossas algemas nos porões de navios de guerra sem processo e sem sentença! Que ultraje às leis do Estado! Que afronta, famílias estão inundadas em lágrimas…! […] (DI PAOLI, 1990, p. 259 a 261).

Em três embates sangrentos, os cabanos saem vitoriosos e assumem o governo da Província. Fato que repercute em cascata por várias cidades tomadas pelas forças cabanas. Mas Eduardo Angelim, terceiro presidente em 1835 retira-se com os demais companheiros depois de decisões difíceis com divisão de grupos e acuado pelos reforços trazidos do Rio de Janeiro. Não significou porém que os cabanos desistiram e muito menos o fim da Cabanagem. Por muitos anos a insurreição continuou. Por toda a Província, em lugares mais distantes, espocavam as revoltas, a tomada de cidades pelos cabanos, e afrontamentos seguidos com a ordem legal. A resistência cabana na região do Tapajós e afluentes deu provas de rendimento quando, em 1841, combates levaram a prisão 980 rebeldes de Luzéa, no Tapajós. Mais tarde, a prisão do Eduardo Angelim no Acará fez com que a resistência, ainda que clandestina, ficasse sem liderança.

A retomada das forças legalistas não significou pacificação. Sob o comando do General Andreia, a violência colonial foi das mais cruéis da história regional. Foram

retomados os postos de comando e definidas as ações de controle de áreas antes deflagradas, conquistando os lugares estratégicos no interior. Contando com reforços de tropas vindas de outras Províncias, o General Andreia realizou o que Pinto (2015, p. 15) considera um dos maiores genocídios da história, pois mataram cerca de 40.000 pessoas. Ainda que se considere, conforme Di Paolo (1990, p 352) que seriam 30.000 mortos, representa uma boa parte da população da Província do Pará. Esse período foi muito sangrento. As lutas continuaram e repercutiam ao longo da província.

O quadro da Província do Pará, ainda na metade do século, era pouco alentador. Recuperavam-se muito lentamente as propriedades do abandono dos anos de luta. Cerca de 40.000 mortos em toda a Amazônia. Isso representava um enorme desfalque para o sistema de trabalho. E por isso as diligências de recaptura de escravos arredios. Sua falta era sentida na coleta das drogas do sertão, no plantio dos gêneros agrícolas, nos serviços da fazenda de criação, nos engenhos e em quase todos os serviços urbanos. A administração da Província considerava necessário reorganizar o trabalho e assim, com a criação do Corpo de Trabalhadores (1838-1855) a Província reenquadraria na ordem escravista centenas de trabalhadores escravos e aquilombados, colocando-os à disposição de fazendeiros, de comerciantes e dos serviços públicos.[12] Destruir os quilombos e recuperar os braços para o trabalho ordena o Presidente Sebastião do Rego Barros ao delegado da Polícia de Óbidos em 1854 referente aos quilombos localizados no rio Trombetas. Além da Guarda Nacional de Santarém, dos missionários do Tapajós e dos índios Munduruku acionados para serrem remadores e guias nas expedições, resultando m insucesso pela fuga dos índios.

[12] *Não faltará quem deseje saber por que o cônego Batista Campos, sendo um dos mais dedicados defensores da independência, fora também preso no dia 17 por ordem de Greenfell? A resposta é óbvia* (RAIOL, 1970, p. 51).
Quem mandou espingardear em uma praça pública a cinco infelizes sem culpa formada; quem autorizou, consentiu ou observou impassível os horrores do brigue Palhaço, não era de se admirar que tivesse mandando prender a um dos homens, que mais pugnaram pela independência do império e, por certo, não poderia aconselhar os roubos e violências que acabavam de ter lugar! E demais, o brigadeiro Moura esteve preso com o coronel Vilaça a bordo do brigue Maranhão até o dia 26 de agosto, em que passaram para bordo da galera Tâmega, que os transportou para Lisboa, sendo ambos inimigos rancorosos do cônego Batista Campos (RAIOL, 1970, p. 51-52).

BORRACHA, CASTANHA E OUTROS GÊNEROS (1850-1920)

A literatura se refere a quatro processos vividos na Província na segunda metade do século XVIII e no século XIX. A estagnação na vida econômica e social, apesar de continuar a a figurar na pauta de exportações os gêneros relevantes, como cacau, arroz, café, algodão, entre outros; a emergência da exportação de borracha, com períodos de expansão e declínio; a ampliação de atividades de comércio e de serviços prestados estes concentrado em Belém; alteração na estrutura escravista de produção, confrontados os senhores de escravos com o aumento das fugas de escravos antes e durante a cabanagem e, terminando o movimento, o balanço das perdas pouco se alterou apesar de novos empreendimentos de captura e *batidas* nos quilombos (SALLES, 2004, CASTRO, 2006).

A economia açucareira sofreu bastante com a desorganização dos engenhos e dos plantios devido a Cabanagem. Muitos engenhos outrora prósperos foram abandonados ou limitados nos plantios e fabricação de aguardente, rapadura, mel e outros bens. Muitas ruínas hoje encontradas revelam obras consideráveis, com moinhos movidos a marés, casa grande, fábrica, depósitos, porto, inclusive Igreja, a exemplo dos engenhos de Murucutu, na Grande Belém; o Engenho Velho na cidade de Bujaru (CASTRO, 2007), estruturas construídas com pedra, e que exigiam conhecimentos razoáveis de hidráulica.

O Brasil chegou a ser o maior produtor de borracha do mundo na segunda metade do século XIX, assim como as drogas do sertão que faziam parte dos saberes indígenas sobre a floresta, a borracha natural (H*evea brasiliensis)* também era conhecida por eles, que tinham identificado as suas propriedades e desenvolvidos técnicas de extração e tratamento para o fabrico de vários bens de uso, como sapatos, capas de chuva, bolas de seringa, garrafas e mais utensílios domésticos. Conhecida por outros povos indígenas das Américas, as seringueiras tinham produção de látex com alta qualidade o que levou a Amazônia a ocupar logo uma posição de destaque, inicialmente com os produtos fabricados pelos índios. Em especial, os sapatos impermeáveis foram destinados aos mercados dos Estados Unidos e de países da Europa. Santos (1980) informa que entre 1823 e 1839 saíram de Belém 400.000 pares de sapatos, o que é uma cifra muito expressiva, considerando que eram fabricados em

pequenas indústrias localizadas no entorno de Belém e nas ilhas, onde se concentrava a extração do látex. Declara ainda que em 1830 a produção alcançou 156.060 quilos de borracha. No início da Cabanagem, houve queda, recuperando-se no último governo cabano, quando atinge a produção de 189.225 quilos.

Efetivamente, esse novo produto, em função dos processos industriais, começa a despontar no mercado internacional, conhecido pelos grupos indígenas e já comercializado na Província O momento para alguns países é de grande investimento em conhecimento, tecnologias e novos materiais no contexto das mudanças que ocorriam nas plantas de produção impulsionadas pelo capitalismo industrial na Europa e nos Estados Unidos. A vulcanização da borracha, por Goodyear, em 1839, serviria a vários segmentos e levou à procura crescente de borracha da Amazônia.

De 1850 a 1870, nos informa Santos (1980), houve uma expansão geográfica da coleta da borracha alcançando áreas de exploração no Médio Tocantins, nos vales dos rios Xingú, Tapajós, Madeira, Purus, Juruá, Trombetas, Negro, nas florestas de leste a oeste, de norte ao sul da Amazônia, e mobilidade de trabalhadores, massivamente, para o extrativismo.

A partir da segunda metade do século XIX, a produção de borracha, que figurava nas listas de produtos exportados, aumenta, e dentro de pouco tempo, suplanta o cacau, que sempre se mantivera como o principal gênero de economia paraense. A demanda crescente induz o movimento de interiorização em busca do látex, cuja coleta inicialmente se restringia aos arredores de Belem. Processou-se em diferentes direções na floresta amazônica, identificando ocorrências e organizando estruturas de trabalho para coleta e beneficiamento nos próprios seringais. O *sistema de aviamento*[13] e de submissão do trabalho nos seringais, imposto sob um regime que produzia continuamente a dívida do seringueiro e sua imobilidade, tornando-se um trabalho em cativeiro. Praticamente em toda a extensão da Amazônia, os seus rios e afluentes foram percorridos no afã de encontrar seringais e as formas de viabilizar sua exploração. Há um efetivo deslocamento para os seringais[14] de famílias e de

[13] Sobre o sistema de aviamento ver os trabalhos de: Roberto Santos (1980), Octavio Velho (1972), Marilia Emmi (1988).

[14] A exportação da borracha como matéria-prima também crescia, e já em 1848 passa a constar como quarto produto na pauta de exportações do Pará. Assim, à medida que cresce o interesse das indústrias localizadas em países da Europa e dos Estados Unidos, há um rápido avanço da fronteira da borracha que levou a uma reorganização das formas de produção e de exploração do trabalho.

trabalhadores livres e cativos compunham as frentes de trabalho, porém, segundo Santos (1980, p. 75), mão de obra para a agricultura, extrativismo, e mesmo para trabalhos na cidade.

As atividades extrativas da borracha e outros produtos florestais integravam-se à economia camponesa, com a organização dos cultivos agrícolas diversificados, plantios de cacau, café, algodão, cana-de-açúcar, tabaco, milho, mandioca, arroz, tabaco, que sustentavam os circuitos da economia do Pará, por isso esses gêneros constavam na pauta de exportações, em menor escala. A presença indígena era constante como a mão de obra africana, dando a dimensão do volume de trabalhos, e ao mesmo tempo das formas de dominação senhorial sobre ele.

O volume da demanda de borracha, associado à variação do seu preço, acabou estabelecendo outras prioridades nas atividades produtivas, com a migração de contingentes expressivos de famílias e de trabalhadores de outras regiões para áreas de seringais distantes, constituindo sem dúvida um fator de povoamento e urbanização. Indústrias de países pioneiros, fabricaram produtos diversos, de sapatos a capas impermeáveis e ligas elásticas para suspensórios masculinos.

A busca de conhecimentos científicos e tecnológicos, acompanhado da pesquisa de novos materiais, era impulsionada pelo capitalismo industrial, com os processos concorrentes à dinâmica da concentração e acumulação de riquezas. A descoberta do processo de vulcanização da borracha que lhe deu mais qualidade para produzir uma série de novos bens tornou a borracha matéria-prima essencial em vários setores da economia. E, nesse contexto da relação mercado internacional e sistema produtivo da Amazônia, que se pode entender a força que teve a exploração da borracha nas estruturas de produção e nos processos de espoliação da forca de trabalho nos seringais.

A escassez de mão de obra reconfigura o quadro de possibilidades e limites da economia da borracha, que representou novo processo de povoamento da Amazônia, com a vinda de brasileiros de outras regiões e de estrangeiros de várias nacionalidades, de portugueses, espanholes e italianos, a japoneses e sírio, libaneses, árabes, barbadianos e, entre eles, um contingente de judeus sobretudo marroquinos, todos esses grupos atraídos e ao mesmo tempo orientados para a borracha. Muitas cidades dos Vales do Tocantins e do Baixo Amazonas, e dos seus afluentes, conformaram

os lugares de trabalho. Elites das cidades e do interior amazônico cresceram pela economia da borracha e refizeram os lugares de poder, permitindo identificar as oligarquias e suas origens.

Igualmente, famílias e oligarquias detinham o poder na exploração da castanha, pela posse ou aforamento dos castanhais. Através de um sistema similar ao aviamento, cuja medida do trabalho era a produção do hectolitro da castanha, mantinham os trabalhadores sob seu poder de mando. De Marabá até as fronteiras com os estados do Maranhão, Tocantins e Piaui, na região entre os rios Tocantins e Araguaia, conhecida como Bico do Papagaio, havia grande incidência de castanhais explorados pelas "oligarquia da castanha" como identificara Emmi (1988) que esquadrinha as posses da terra, o poder político e a formação da base econômica dessas famílias. O Tocantins foi o maior produtor de castanha, seguida do Médio Amazonas, embora quase todo o estado do Pará compareça nas pautas de produção (Tabela 4) .

Tabela 4 - Entrada de castanha na praça de Belém, estado do Pará, nos primeiros semestres de 1930-1934 (Em hectolitros)

Procedencia	1930	1931	1932	1933	1934
Ilhas e Acara	4.717	6.189	1.587	841	1.077
Anapu	3.422	10.976	2.127	9.069	2.608
Xingu	3.453	14.882	7.608	10.390	5.816
Tocantins	74.301	124.735	48.129	69.254	52.928
Macapá	5.530	4.735	4.050	3.019	2.694
Jari	10.764	16.953	7.247	4.817	14
Tapajós	559	9.515	2.792	6.131	1.334
Alenquer	5.524	29.737	2.363	31.532	2.310
Trombetas Miúda	3.297	31.493	2.449	26.122	2.466
Trombetas Grande	1.880	16.832	223	16.511	100
TOTAL	113.446	226.047	78.575	16.511	71.347

Fonte: Diretoria Geral da Agricultura, Indústria e Comércio. Belém, v. 2. n. 8, maio, 1934.v.2

A Tabela 4 mostra essa cartografia das regiões produtoras, praticamente com incidência em todo o seu território paraense, mas principalmente nas proximidades de Belém, Acará e ilhas, no vale do Tocantins e no Baixo Amazonas. Classificada em

dois tipos – a castanha miúda e a castanha grande -, se distribuem do norte do Pará ao Amapá e Jari, e no noroeste de Trombetas e Cuminã.

A rede de povoados e pequenas cidades, que organizava a produção da borracha e da castanha, a escoava para os portos principais, entre eles Manaus e depois para o porto de Belém que processava a exportação.

As redes de comercialização pré-existentes foram a base da circulação e do transporte da borracha, organizada mesmo nos espaços mais longínquos, em altos rios, com ocorrência da *Hevea brasiliensis*. Nas bocas de rios e igarapés, paisagem amazônica recorrente, encontravam-se pontos de comércio, com a função de canalizar a produção trazida das terras interiores e drená-la para os portos de cidades. Esta extensa rede de aviamento, fortalecida na economia da borracha, tinha como limite principal, a disponibilidade ou não de mão de obra.

Praticamente todas as cidades eram portuárias e se beneficiaram da economia da borracha. Mas quelhas que eram portos de exportação para o exterior, como Belém e Manaus tiveram crescimento mais expressivo. Os seringais, e os castanhais, eram o lugares de produção e a cidade, de comércio. A economia da borracha representa o momento mais importante da formação da rede urbana, ainda que incipiente, com o povoamento e a formação de cidades em função dos fluxos econômicos.

No Brasil, a expansão urbana deu-se lentamente, à medida que as bases da economia colonial foram assentadas, definindo a relação campo-cidade e a apropriação da terra em grandes latifúndios. O povoamento ancora-se em "ciclos econômicos" e na lógica do trabalho escravo nas fazendas, e o escoamento da produção se realiza nas cidades. Esse padrão caraterizará a relação campo-cidade no país. Os dados demográficos mostram que, até os anos 1940, a grande maioria da população do Brasil estava no campo. Somente no Censo de 1960 observa-se uma extraordinária transformação no aspecto demográfico, com os fluxos migratórios do campo para as cidades e o processo definitivo de urbanização, conforme observado na Tabela 5.

Tabela 5 – Crescimento populacional e urbanização por estado da Região Norte, Brasil – 1960 -2000

ESTADOS	1960		1970		1980		1991		2000	
	URBANO	RURAL	URBANO	RURAL	URBANO	RURAL	URBANO	RURAL	URBANO	RURAL
ACRE	20,70%	79,30%	27,60%	72,40%	43,80%	56,20%	61,80%	38,20%	66,40%	33,60%
	32.744	125.440	59.423	155.876	131.971	169.332	257.808	159.357	370.197	187.329
AMAPÁ	51,40%	48,60%	54,60%	45,40%	59,20%	40,80%	80,90%	19,10%	89,03%	10,97%
	34.824	32.927	62.440	51.919	103.752	71.505	233.550	55.140	424.702	52.330
AMAZONAS	32,90%	67,10%	42,50%	57,50%	59,90%	40,10%	71,40%	28,60%	74,92%	25,08%
	233.083	475.376	405.975	549.260	856.623	573.466	1.501.471	601.430	2.107.168	705.389
PARÁ	40,20%	59,80%	47,20%	52,80%	49,00%	51,00%	50,40%	49,60%	66,50%	33,50%
	614.776	914.517	1.022.832	1.144.186	1.667.662	1.735.729	2.611.511	2.570.059	4.117.884	2.074.423
RONDÔNIA	43,30%	56,70%	53,60%	46,40%	46,50%	53,50%	58,20%	41,80%	64,11%	35,89%
	30.220	39.572	59.530	51.534	228.347	262.722	658.169	472.705	884.581	495.206
RORAIMA	42,90%	57,10%	42,80%	57,20%	61,60%	38,40%	64,60%	35,40%	76,15%	23,85%
	12.142	16.162	17.499	23.386	48.762	30.397	139.504	76.446	247.028	77.369
REGIÃO NORTE	37,50%	62,50%	45,10%	54,90%	51,70%	48,30%	57,80%	42,20%	69,87%	30,13%
	960.668	1.601.114	1.625.341	1.978.519	3.040.099	2.840.169	5.396.873	3.940.277	9.013.722	3.886.982
BRASIL	44,70%	55,30%	55,90%	44,10%	67,60%	32,40%	75,00%	25,00%	81,25%	18,75%
	31.321.494	38.748.963	52.064.722	41.074.315	80.445.829	38.556.877	112.775.850	37.591.950	137.961.826	31.837.344

Fonte: Censos da FIBGE. Dados organizados por Welson Cardoso (2014).

A Amazônia acompanha o processo de urbanização nacional (CASTRO, 2009) se compararmos os dados do século XX. Em 1960, as taxas de urbanização da Amazônia (40,2%) – uma região distante e isolada do resto do país, com vias de comunicação restritas praticamente à navegação marítima – não eram tão díspares às do Brasil (44,7%) (Tabela 5). Com pouca alteração nas taxas, essa diferença mantém-se até o Censo de 1970. A partir de então, evidencia-se uma enorme mudança no país, expressa nos indicadores demográficos: a maior parte da população brasileira encontra-se nas áreas urbanas (55,9%). As taxas passam de 67,6% em 1980, para 75,0% em 1991, e atingem 81,0% em 2000. Estabelece-se aí certamente uma defasagem maior em relação ao crescimento urbano da Amazônia que em 1970 era de 45,10% e passa em 1980 para 51,7%, em 1990 teria 57,8%. Apesar da redução da migração inter-regional dirigida para áreas rurais ou urbanas, a maioria da população amazônica 66,5% vivia em 2000 em cidades[15], mais em 2010 essa relação se aproxima mais da média brasileira.

AS GRANDES MUDANÇAS DA ECONOMIA PARAENSE A PARTIR DOS ANOS 1960

Ruptura das estruturas de poder e expansão da fronteira na Amazônia

O conceito de fronteira foi a base de muitas análises dos anos 1970, visando entender as dinâmicas nas novas áreas e os fluxos da migração dirigida e espontânea atraída nas frentes dos programas de colonização. Esses projetos de colonização estavam subordinados ao projeto mais amplo de modernização institucional e econômica do país e, por isso, a tensão entre modelos e possibilidades de desenvolvimento e, em consequência, a violência também se tornou um corolário da ocupação dessas novas fronteiras. O padrão de avanço da fronteira na Amazônia seguiu o mesmo movimento ocorrido nos anos 1950 a 1970 no Rio Grande do Sul, São Paulo e Paraná, orientando-se depois para o oeste ou em direção ao Brasil central, incorporando definitivamente as novas terras à economia do cerrado e a floresta tropical, encontrados nas grandes extensões atravessadas para chegar ao Mato Grosso, Goiás, Tocantins e Rondônia.

[15] Para discussão de cidades e fronteira, ver os trabalhos de Martin Coy (1992), Browder e Godfrey (1997), Schmink (2012), Monte-mor (1990); Castro (2009); Hébette (2004); Oliveira (2009).

A dinâmica econômica refez os fluxos migratórios, envolvendo novos segmentos da sociedade nacional. Por isso, a fronteira é movimento e mobilidade. Ela constitui um espaço em incorporação ao espaço nacional, global, enquanto um processo com outros significados políticos, pois também atendia aos interesses de controle das fronteiras continentais e de afirmação do compromisso com o projeto de modernização nacional. Esse havia sido também o caráter do movimento de expansão da fronteira do Centro-Sul, impulsionado pelo aumento da demanda de produtos agrícolas, seja por mercados internos urbanos, seja para atender a pauta de exportação que exigia o aumento das áreas produtivas.

O movimento de expansão da fronteira foi impulsionado pelo aumento da demanda de produtos agrícolas para os mercados internos e para atender à pauta de exportações de recursos primários, tais como madeira, minério e agroextrativistas. Certamente está em jogo a discussão do papel da agricultura e de seus novos arranjos na economia que se moderniza e da sociedade que vive um rápido processo de urbanização. O avanço da revolução verde pressionaria a expansão de terras para a agricultura em regiões com vantagens comparativas e, por isso, com possibilidades do desenvolvimento agrícola. A abertura da fronteira em direção ao norte se destinava ao mercado capitalizado, mas também à famílias camponesas do sul e do nordeste do país.

Os conflitos e as tensões intrínsecamente vinculadas à vida dos municípios atingidos nas primeiras ondas do processo de colonização, desde a abertura da Rodovia Belém-Brasília, e depois as Rodovias Transamazônica e BR-163, atravessando o nordeste, o centro norte e o sudeste do Pará na segunda metade do século XX. A expansão da pecuária se fez com outros ciclos de atividades relacionadas ao extrativismo da madeira, do jaborandi, dos minérios e, finalmente, com crescimento da agricultura familiar com os programas de colonização direcionados nas áreas de colonização, cujo exemplo com maior repercussão nesses novos processos de ocupação da terra na Amazonia, que foi a abertura da Transamazônia e de suas vicinais.

Ademais, também produzem a violência e os conflitos da fronteira que avançam sobre direitos territoriais, sociais e étnicos já estabelecidos nessas áreas que, em detrimento de serem territórios de ocupação antiga, os discursos do planejamento reproduzem as ideias coloniais de *vazio demográfico.* Esses conflitos acabaram definiram a imagem dessas fronteiras como lugares de pistolagem, de trabalho

escravo, de mortes políticas anunciadas e de chacinas. Todos esses fatos relacionados à violência têm a ver com as tensões sobre a questão fundiária, as disputas pela terra e pelos recursos, na pressão para desalojar os que ali já se encontravam ou ainda na cobiça através da grilagem de novas terras, nas práticas ilegais de derrubada da mata e de espécies madeireiras sob controle do IBAMA, na depredação e erosão dos cursos d'água nos garimpos de rios. Alteração ambiental com violência acompanha o avanço das frentes pecuárias, garimpeiras e madeireiras notadamente até o presente[16].

A década de 1960 foi marcada por profundas mudanças no padrão de evolução da economia do estado do Pará, no bojo do modelo de desenvolvimento econômico implantado pelos sucessivos governos militares. Já no primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), de 1972 a 1974, ainda no governo Médici, mas, sobretudo, no II PNA implantado pelo governo Geisel, de 1975 a 1979, quando se agravam os problemas com as contas externas devido à primeira crise do petróleo, ao estado do Pará é reservado o papel de contribuir para a redução do déficit nas contas externas do país. Os investimentos se concentraram em grandes projetos primário-exportadores, dos quais se destacam a exploração das minas de ferro de Carajás pela Companhia Vale do Rio Doce, e de alumínio em Barcarena pelo Complexo Albras-Alunorte, associados à construção da Hidrelétrica de Tucuruí.

A atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), criada ainda no governo de Castelo Branco, em 1966, com o fito de promover o desenvolvimento da Amazônia, ganha novo fôlego nos anos 1970, com o forte incremento dos recursos destinados pela União ao Banco da Amazônia S.A, braço financeiro da SUDAM. Incentivos fiscais e financeiros foram largamente ofertados, visando atrair investimentos nacionais e estrangeiros para região, mormente em projetos industriais.

A criação de gado de corte no sudeste do Pará já estava em expansão desde os anos 1950, quando pecuaristas de São Paulo, Minas Gerais e Goiás implantaram as

[16] A Amazônia é um exemplo, e na última década o Brasil perdeu 22 milhões de hectares de floresta, grande parte naquela região. Quanto ao desmatamento, se fizermos um balanço no tempo, constatamos que do início da colonização até o ano de 1978, os desmatamentos tinham atingido cerca de 15,3 milhões de hectares da floresta. E de 1978 a 1988 passa a ter uma área desmatada de 37,8 milhões de hectares. Em 1990, a área desflorestada era 41, 5 milhões de hectares e atualmente, segue na seguinte proporção: a cada ano são devastados mais 2 milhões de hectares (MMA/IBAMA). O território desmatado, acumuladamente até 1999, correspondia a 13,9% do bioma Amazônia.

primeiras fazendas nos atuais municípios de Redenção e Conceição do Araguaia. Na sua esteira vinham as madeireiras, dando origem a um processo de conversão maciça de áreas de floresta em pastagens. Este processo caminha a passos ainda mais largos a partir dos anos 1970, quando pecuaristas e empresas privadas viram nos recursos da SUDAM e do BASA uma fonte farta e barata de financiamento para projetos agropecuários. Por parte da SUDAM, a expansão da pecuária era encorajada, por constituir uma nova fonte de divisas ao país, via exportação de carne.

Os esforços dos órgãos de planejamento dos sucessivos governos militares, no entanto, foram insuficientes para prever os problemas sanitários associados à pecuária extensiva praticada no sul do Pará. Só recentemente, em agosto de 2013, o Pará teve reconhecida, pelo Ministério da Agricultura, a condição de "área livre de febre aftosa com vacinação", o que abre as portas para a exportação de carne *in natura*. Alijada do mercado internacional e pouco competitiva nos distantes mercados mais nobres do Centro-Sul do país, à pecuária de estrada do sudeste do Pará restou o mercado paraense e regional para desaguar sua produção. De parte do setor mínero-metalúrgico, seus retornos em divisas internacionais só começaram a fluir a partir de meados dos anos 1980, após da crise de endividamento externo do Brasil, deflagrada em 1982. Era o fim de uma era marcada pela crise de financiamento do Estado brasileiro, e o país mergulha em uma década perdida, na hiperinflação. Para o Pará, uma das conseqüências direta foi o quase fechamento das torneiras da SUDAM e do BASA. Seus parcos recursos passaram então a ser disputados pelas oligarquias locais que, no processo de redemocratização do país, finalmente puderam acessá-los.

Pari passu à chegada dos pecuaristas do Centro-Sul do país, o sudeste paraense assistia também a um fluxo espontâneo de pequenos posseiros, em sua maioria deserdados da terra, fugindo da seca e do latifúndio do Nordeste, Sudeste e Sul do país. Neste choque residem as raízes dos conflitos agrários ainda hoje presentes na região. No início dos anos 1970, no bojo do Plano de Integração Nacional (PIN) e de seu discurso nacionalista, o regime militar constrói a rodovia BR-230, ficando a cargo do INCRA o assentamento de pequenos produtores sem-terra ao longo das duas margens da rodovia. Inicialmente, foi assentado um grande número de famílias nordestinas, em função da excepcional seca de 1970. Posteriormente, passaram a predominar as famílias de outras regiões do Sul do país. Dados do INCRA apontam

que até 1995 foram assentadas cerca de 30.000 famílias entre Marabá e Uruará, às quais posteriormente vieram a se somar outras 60.000 famílias[17].

Com isto, o Pará passa a dispor então de uma terceira frente de expansão da pequena produção familiar, associada às forças em expansão da economia do Centro-Sul do Brasil, em contraste tanto com a agricultura familiar secular no nordeste paraense, quanto com a agricultura cabocla e diversificada praticada pelos ribeirinhos do entorno de Belém e seus rios, ambas atreladas ao mercado consumidor da grande Belém.

As mudanças apresentadas acima, em seu conjunto, devem ser apreendidas enquanto processo de inserção da economia paraense no processo maior de conformação e expansão do mercado interno brasileiro. O processo de integração nacional iniciado por Getúlio Vargas foi sucedido pelo modelo de desenvolvimento implementado por Juscelino Kubitschek e reforçado pelos governos militares, que teve na internalização da indústria de bens de consumo duráveis a sua mola propulsora. Implantam-se no país grandes empresas monopolistas, em sua maioria multinacionais, com seus parques industriais concentrados no Centro-Sul do país, operando em volumes de produção e economias de escala incompatíveis com mercados restritos, e a exigir logística e infraestrutura de transporte. Assim, na década de 1960, pela primeira vez na história econômica do país, o somatório das trocas comerciais entre as regiões brasileiras supera o montante do comércio internacional brasileiro[18]. A nova economia brasileira assume gradualmente uma conformação espacial estelar. A nova logística de transporte carreia a seus vértices os produtos industrializados dos setores monopolistas. No sentido contrário fluem alimentos *in natura*, grãos, minérios etc., em suma: as matérias-primas que retroalimentam a economia.

A integração econômica do estado do Pará e o colapso da indústria local

As consequências do processo de inserção para a até então relativamente isolada economia do estado do Pará foram drásticas, e podem bem ser visualizadas de forma resumida na Tabela 6. Em 1966, o estado do Pará possuía 563 estabelecimentos industriais, a maioria concentrada nos setores de produtos alimentares e de bebidas da

[17] Divisão de Controle e Seleção de Famílias (DTI/ INCRA, 2012).
[18] A esse respeito, ver Kano (1988).

Região Metropolitana de Belém (RMB) e de seu entorno. Sua produção se destinava ao mercado local. Em 1981, este número atinge o pico de 2.142 estabelecimentos. Destaca-se o surgimento de nove novos estabelecimentos de indústrias extrativas e de produtos minerais que, a despeito de seu pequeno número, são de grande porte, direcionadas ao grande mercado nacional e internacional. Chama a atenção ainda o rápido crescimento dos setores de minerais não metálicos e de madeira, cujos números se multiplicaram, respectivamente, por cinco e setes vezes e meia no período. Trata-se, pois, da expansão de setores industriais ligados ao rápido processo de urbanização da região, e que, para além de atender à crescente demanda local, passaram a destinar parte de sua produção ao mercado nacional, em empreendimentos localizados junto às fontes de matérias-primas.

Nos 15 anos seguintes, dá-se uma queda abrupta do número de estabelecimentos industriais no estado do Pará, como de resto na economia brasileira, refletindo não apenas a crise dos anos 1980, mas principalmente o processo de concentração da produção industrial em curso no país, cujos efeitos foram em muito mascarados pela forte expansão da economia nos tempos do milagre brasileiro. Sem condições de competir com as vantagens tecnológicas e economias de escala típicas da grande produção industrial, os processos de industrialização em áreas periféricas do país sofreram pesados revezes.

Tabela 6 - Dados gerais das indústrias extrativas e de transformação segundo classes e gêneros de indústria no Pará de 1966 a 1995

Ano	Total Brasil	Total Pará	Classes e Gêneros de Indústria						
			Indústrias extrativas e de produtos minerais	Indústria de transformação	Minerais não metálicos	Madeira	Mobiliário	Produtos alimentares	Bebidas
1966	40.111	563	1	562	95	96	17	166	67
1974	72.360	730	2	728	94	193	14	257	53
1981	110.727	2.142	10	2.132	506	738	52	500	37
1988	32.271	356	20	336	20	77	6	100	12
1995	22.448	252	10	242	15	63	7	66	10

Fonte: IBGE - Pesquisa Industrial Anual.

No Pará, sobretudo no setor de minerais não metálicos, a queda do número de estabelecimentos deveu-se, antes de tudo, a uma forte concentração da produção no setor, com a chegada quer de grandes empresas, quer de seus produtos ao estado. O setor de produtos alimentares, que no seu auge, em 1981, contava com 500 estabelecimentos, viu este número se reduzir a apenas 66 em 1995. Da mesma forma, a indústria local de móveis foi massacrada pela concorrência de grandes empresas nacionais. Assim, das 52 movelarias industriais existentes no Pará em 1981, restavam apenas sete em 1995. O caso da indústria de bebidas é emblemático, por espelha a *débâcle* da insipiente indústria paraense, ante a chegada de grandes concorrentes nacionais. Em destaque, o colapso da produção de aguardente, que será analisada mais de perto a seguir.

Segundo Graça Lobato Garcia[19], o cultivo da cana-de-açúcar no Baixo Tocantins remonta ao início do século XVIII. Relatos de 1751 sobre a metrópole informam a existência de 24 engenhos de açúcar e 77 dedicados à produção artesanal de aguardente. O longo do século XX são introduzidas novas técnicas de produção, com a importação de equipamentos modernos[20] e de maior capacidade produtiva. A atividade adquire moldes de empreendimento industrial. Em 1950 já havia no Baixo Tocantins cerca de 60 engenhos industriais, e nas duas décadas seguintes dobra a produção de aguardente, graças à implantação de novos engenhos e à adoção de técnicas modernas de fermentação. Dados do IBGE para 1970 apontavam a existência de 75 engenhos produzindo aguardente de cana.

Apesar do rápido crescimento da produção industrial, o setor rural permanecia como o calcanhar de Aquiles. O aumento da demanda não se fez acompanhar por mudanças nas técnicas na produção de cana-de-açúcar, tampouco pela substituição das variedades tradicionais de cana-de-açúcar, pouco produtivas e de baixo teor de açúcar. Pelo contrário, para além das várzeas, as novas plantações dos ribeirinhos avançaram sobre áreas menos férteis de terra firme, com a formação de capoeiras, onde a cana era cultivada em consórcio com outras culturas de subsistência. No ápice da atividade, no início dos anos 1970, a produção de cana-de-açúcar chegou a

19 GARCIA|, 2011, p. 40 et seq.

20 Os restos destes equipamentos, mormente de origem inglesa, ainda podem ser encontrados em velhos engenhos abandonados de Abaetetuba e Igarapé-Mirim.

empregar cerca de 2.000 trabalhadores nos municípios de Abaetetuba e Igarapé-Miri. Este número cai drasticamente nos anos seguintes.

A chegada da cachaça proveniente de Nordeste e do Sudeste do país, mais barata, de melhor qualidade, atendendo às normas sanitárias e acondicionadas em garrafas de um litro, dá início ao rápido declínio da já secular produção de aguardente de cana no Baixo Tocantins. Até fins dos anos 1980, todos os engenhos encerraram as suas atividades. Do ponto de vista social,

[...] a decadência da indústria aguardenteira provocou o êxodo rural, forçando o caboclo a migrar para a sede do município ou capital do estado [...] Sem formação técnica, a tendência foi a marginalização e invasões de áreas na periferia da cidade. (GARCIA, 2011, p. 72).

A crise da economia da Região Metropolitana de Belém e de seu entorno

Historicamente, o abastecimento capital paraense com gêneros de primeira necessidade, e até mesmo com semimanufaturados, esteve atrelado à produção acessível pelo transporte fluvial. Da tradicional pecuária da ilha do Marajó provinha a carne de gado. Do litoral do nordeste, o pescado. Neste cenário, o Baixo Tocantins sempre teve papel de destaque. Além da pauta tradicional de produtos do extrativismo, como açaí, lenha, palmito, carne de caça, pescados, frutas, óleos vegetais e ervas medicinais, entre outros. A literatura arrola, ainda, um sem-número de produtos agrícolas e semiprocessados fornecidos pelo entorno de Belém, tais como farinha, café, cacau, feijão, porcos, galinhas, fumo, ovos, picotes, açúcar mascavo, rapadura, aguardente etc., cuja produção entre os camponeses ribeirinhos se destinava ao mercado consumidor de Belém[21]. A distância e o isolamento econômico da capital paraense assegurava ao seu entorno um mercado cativo para seus produtos, livre de concorrentes de alhures.

A partir dos anos 1960, o entorno de Belém perde progressivamente a condição de fornecedor privilegiado para o mercado consumidor de Belém. Este declínio, de forma alguma se resume apenas à produção de aguardente. A pecuária do Marajó

[21] Almeida ,2010) p.(291-298 .

foi fortemente afetada pela concorrência da pecuária de estrada, da mesma forma que a produção artesanal de semimanufaturados e de pequenos animais do entorno passa a sofrer a concorrência de produtos outras regiões do país. O êxodo rural daí resultante, rumo à região metropolitana de Belém, pode ser visualizado na Tabela 7.

Tabela 7 - População do Pará, Belém e da RMB, 1950-2000

Ano	Número de Habitantes			Percentual (%)		
	Belém	RMB	Pará	RMB/PA	Bel./RMB	Belém/PA
1950	241.108	243.226	1.123.273	21,65	99,13	21,46
1960	377.777	381.130	1.550.935	24,57	99,12	24,36
1970	633.374	669.769	2.197.072	30,48	94,57	28,83
1980	933.322	1.021.473	3.403.391	30,01	91,37	27,42
1991	1.211.689	1.401.305	4.950.066	28,31	77,43	21,92
2000	1.280.614	1.795.536	6.192.307	29,00	71,32	20,68

Fonte: Censo Demográfico IBGE.

Entre 1950 e 2000, a população da Região Metropolitana de Belém foi multiplicada por sete vezes e meia, ou seja, mais que o dobro da taxa de crescimento populacional do Brasil para o mesmo período. O avanço do percentual da população da RMB sobre o total do estado do Pará só não foi maior porque boa parte do restante do estado também fora alvo de fortes movimentos migratórios provenientes de outras regiões do país. Mesmo assim, este percentual atingiu o patamar em torno de 30 % em 1970, e se manteve relativamente estável desde então. Um dado relevante é o fato de que, a partir de 1960, a população da RMB cresce mais rapidamente que a população de Belém, processo este que se acentua a partir de 1980. Em 2000, a população de Belém representava apenas 71,32% do total da população da RMB. Estes dados revelam que o destino do movimento migratório para a RMB vem se deslocando da capital para os municípios de terra firme do entorno, como Ananindeua, Marituba, e em menor grau para Benevides e Santa Bárbara. Segundo dados do IBGE, entre 1995 e 2000 a RMB recebeu 170.209 novos imigrantes. Destes, nada menos que 71.208 provinham de outros municípios do estado, leia-se de seu entorno fluvial.

Entre 1970 e 1991, a população da RMB cresceu a expressivos 3,69% ao ano. Mesmo assim, esta é a menor taxa entre os 15 maiores municípios da Amazônia. A

título de exemplo, neste período Manaus cresceu a taxas médias de 6,17% ao ano, superando Belém como maior metrópole da região. As razões para este "relativamente baixo" crescimento demográfico da RMB residem na sua baixa capacidade de gerar emprego e renda e, assim, atrair mais imigrantes.

Uma vez abortado o insipiente processo de industrialização, o setor de serviços passa a ser o carro-chefe da economia da capital paraense. Em 2008, este concentra cerca de 85% do PIB[22] da cidade, resultado influenciado pelo peso desproporcional do setor público na geração de renda. Incapaz de gerar alternativas de emprego e renda para uma leva de imigrantes de baixa qualificação, o quadro social que se conforma em Belém e seu entorno é alarmante. Dados para 2012 apontam que somente o município de Belém apresenta 409.369 pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza, ou seja, 31,92% da população total[23].

Este quadro se repete duramente nos outros municípios da RMB, bem como nos centros urbanos do entorno fluvial, como Cametá, Igarapé-Miri e Abaetetuba no Baixo Tocantins; Breves, Ponta de Pedras e Salvaterra na Ilha do Marajó, gerando bolsões de pobreza de difícil superação.

Alijado do outrora mercado cativo de Belém, resta ao meio rural do entorno de Belém se dedicar àquelas atividades em que não enfrenta competidores externos diretos, como no caso do extrativismo do açaí, da madeira e da lenha. Quanto à extração do açaí, o caráter dessa atividade tão fortemente dependente de processos naturais impede a expansão da produção nas várzeas ocupadas pelos ribeirinhos, mesmo a preços ascendentes. Assim, nos últimos anos, o incremento da produção de Açaí, em face de uma crescente demanda nacional e internacional pelo produto, é fruto de investimentos empresariais em áreas de terra firme.

A queda verificada na produção de mandioca no Baixo Tocantins reflete o aviltamento crescente dos preços pagos ao produtor, devido à elevação da produção em outras regiões do Estado. Frente à crise das formas tradicionais de produção, e sem alternativas de renda, os camponeses, principalmente do nordeste paraense, veem-se obrigados a concentrar ainda mais seus esforços no cultivo da mandioca e na produção de farinha para assegurar a renda familiar, elevando fortemente a oferta e pressionando os preços para baixo.

22 IDESP, 2008.
23 IBGE, 2012.

A construção da Hidrelétrica de Tucuruí e a crise da economia do Baixo Tocantins

A evolução da economia do Baixo Tocantins caracteriza exemplarmente as transformações ocorridas no entorno de Belém desde a década de 1980. Em 2002, esta microrregião contava com 365.012 habitantes, contra 295.161 em 1991. Neste período, marcado pela urbanização crescente, a população urbana se elevou de 45% para 49% do total (PNUD, 2003; SEPOF, 2005). Já o índice de Gini, que mede a desigualdade na distribuição da renda, elevou-se em todos os municípios do Baixo Tocantins, passando de 0,49 em 1991 para 0,57 em 2000. Como corolário deste processo de concentração de renda, o Índice de Intensidade da Pobreza[24] subiu de 0,50 para 0,54 em 2000 (PNUD, 2003). Quais seriam as origens deste fenômeno?

Uma das razões da crise em curso na economia do Baixo Tocantins está relacionada à construção da Hidrelétrica de Tucuruí. Cristalino ao nascer no planalto central, ao longo de seu curso, o rio Tocantins recebe uma grande quantidade de sedimentos derivados da erosão laminar, que paulatinamente torna as suas águas barrentas. Estes sedimentos seriam despejados diretamente no oceano, se não fosse as marés de fluxo próximas a foz, no rio Pará (Belém), que alteram regime de vazão do Tocantins. A diminuição da velocidade do rio na enchente e a total paralisação do fluxo na preamar garantem que os sedimentos se depositem no solo. O total de sedimentos, depositados principalmente nos meses de "águas grandes", pode chegar a incríveis oito ton./ha/ano nas várzeas[25].

Com a construção da hidrelétrica, os sedimentos presentes nas águas represadas se depositam no lago, promovendo o seu assoreamento e reduzindo a quantidade de sedimentos nas águas a jusante. Segundo o próprio Ministério dos Transportes, após a construção de Tucuruí ocorreu "uma sensível redução de material sólido transportado" no rio Tocantins, o que é avaliado positivamente porque "reduziu problemas de assoreamento de trechos dragados e movimentação de bancos de areia" (BRASIL, 2006).

---

[24] Mede o número relativo de pessoas com renda inferior a meio salário mínimo mensal) PNUD, .(2003

[25] Lima e Tourinho (1996) e Lima ,Tourinho e Costa.(2001)

Por outro lado, a regularização do fluxo do rio pela barragem impede a ocorrência das grandes enchentes de outrora, mesmo nos períodos de maior pluviosidade. Vastas porções de várzeas agora não mais são inundadas durante as "águas grandes", impedindo a colmatagem da matéria orgânica e inorgânica sobre as áreas mais distantes da calha do rio ou de maior cota. Assim, o menor volume de água e as baixas concentrações de sedimentos atenuam ou interrompem o ciclo natural de recomposição da fertilidade das várzeas do Baixo Tocantins. A regularização do fluxo do rio e a redução dos sedimentos na água permitiram uma visível melhoria no rio Tocantins como via de transporte. Porém, este mesmo processo afeta milhares de ribeirinhos atrelados à dinâmica do Tocantins como meio de assegurar os recursos básicos à sua subsistência. Privilegiou-se a geração de energia na Hidrelétrica de Tucuruí, sem considerar os seus efeitos negativos sobre uma população de mais de 375 mil habitantes.

Alijado do outrora mercado cativo de Belém, resta ao meio rural do entorno de Belém se dedicara àquelas atividades onde não enfrenta competidores externos diretos, como no caso do extrativismo do açaí, Palmito, madeira e da lenha. Entretanto, sem uma estratégia de recomposição da fertilidade natural dos solos, mesmo estas atividades estão comprometidas. Em seu estudo sobre o Baixo Tocantins, Costa (2003) aponta para a redução constante e significativa na produção física de açaí, palmito, lenha e madeira no Baixo Tocantins nas décadas de 1980 e 1990. Estranhamente, este processo é simultâneo à elevação dos preços pagos ao produtor, quer pela escassez da oferta (madeira e lenha), quer pelo forte incremento da nova e crescente demanda nacional e internacional pelo produto (açaí e palmito). Costa conclui pela existência de gargalos não econômicos à sua expansão.

A barragem e as mudanças nas condições de mercado, que levaram os ribeirinhos do Baixo Tocantins a se especializaram na produção extrativista, contribuíram para a redução dos estoques naturais. Os solos se exaurem e a população local finda por empobrecer. Somando-se a isto, os limites que o crescimento demográfico impõe à técnica de *shifting cultivation*, reduzindo as áreas disponíveis para o pousio mais prolongado, solapam-se as bases de uma agricultura outrora diversificada e capaz de preservar sua base natural. Para muitos, resta apenas a busca de novas oportunidades em Belém. Essa tal dilapidação do capital natural, para além da capacidade de

resiliência dos agroecosistemas do Baixo Tocantins, gera um fluxo de produtos que consome o seu próprio estoque natural. A elevação dos preços, no entanto, mascara este processo, apesar da queda da produção física. Uma eventual queda dos preços – factível no caso do açaí e do palmito, dado o avanço do cultivo racional em terra firme – poderia agudizar ainda mais esta situação, dada a forte dependência dos ribeirinhos da dinâmica natural.

A crise da agricultura tradicional no nordeste paraense e nas várzeas do Médio Amazonas

A *SHIFTING cultivation* é uma técnica de recomposição da fertilidade natural há muito praticada na região amazônica. No entanto, a exigência de longos períodos de pousio, após o qual a capoeira é incorporada ao solo, eleva em muito a área agrícola necessária à sobrevivência de uma unidade familiar. Um aumento da pressão demográfica sobre a terra, em função do rápido crescimento populacional, leva ao uso mais intensivo dos solos, comprometendo sua fertilidade. Exatamente este fenômeno está em curso desde os anos 1980 nas antigas áreas colonização do nordeste paraense, nas mesorregiões Bragantina e do Salgado. Nestas, a produção de farinha de mandioca é tradicional. O acesso ao grande mercado consumidor da capital era a assegurado inicialmente pela Estrada de Ferro Belém-Bragança e, após seu fechamento nos anos 1960, pelas novas rodovias de integração nacional.

Para o pequeno produtor desta região, cultivar a mandioca e produzir de farinha, além de alimentar a própria família, constitui a forma quase que exclusiva de acesso ao mercado e obtenção de rendas monetárias. Por mais que pareça um contrassenso, a diminuição da produtividade física dos solos levou a um aumento geral na produção de farinha da região, graças a uma intensificação ainda maior do uso do solo. Trabalho familiar e natureza são explorados ao extremo para assegurar a reprodução de um número crescente de unidades familiares, dispondo de áreas cada vez mais exíguas. Os efeitos deste processo sobre os preços da farinha foram desastrosos. Em queda crescente até 2010, quando uma saca de 50 kg de farinha colocada no mercado de Belém mal atingia R$ 30,00, os preços se recuperaram fortemente nos últimos anos, não devido a uma mudança neste quadro, mas sim à

nova grande seca que assola o Nordeste brasileiro desde 2011, que tornou a região uma importadora líquida do produto.

Uma resposta adaptativa observada no nordeste paraense é o incremento da área dedicada a culturas permanentes, capazes de acessar com mais eficiência os nutrientes presentes nos solos pobres da região. No entanto, a crescente homogeneização dos cultivos (monocultura) em áreas sujeitas a chuvas constantes e altas temperaturas, propicia o surgimento de pragas e doenças. Este problema fitossanitário tem sido um dos grandes responsáveis pela queda na produção de cítricos, coco e maracujá, entre outros. A ausência de estruturas agroindustriais consolidadas, capazes de dar vazão à produção local, tem sido um grande entrave ao maior desenvolvimento da economia desta região.

A agricultura do Médio Amazonas também sofreu sérios revezes nos anos 1980. Desde os anos 1940, desenvolveu-se entre os ribeirinhos o cultivo comercial da juta nas várzeas dos grandes lagos e ilhas da região. Santarém centralizava a produção de mudas e o processamento das fibras, destinadas principalmente à confecção de sacarias. Os tempos modernos trouxeram a concorrência das fibras sintéticas, mas o golpe de misericórdia foi dado nos idos de 1980, pela entrada da Índia no mercado mundial como grande fornecedor da fibra, praticando preços inviáveis para as condições amazônicas. Sem alternativas, restou às populações ribeirinhas a intensificação do uso dos recursos naturais disponíveis, com o aumento da abertura de roças em terra firme e/ou formação de pastos para a criação de gado vacum e de búfalos, mas, principalmente, com avanço sobre os estoques pesqueiros dos rios e lagos. Os conflitos se tornaram constantes, mormente entre comunidades ribeirinhas e barcos maiores de pesca comercial, as chamadas geleiras, que adentravam nos lagos[26].

A expansão da Pecuária de Estrada e a crise da Pecuária Tradicional na Ilha do Marajó

A ilha do Marajó, em seus quase 50.000 km², apresenta dois ecossistemas bem definidos. Na porção Oeste, que corresponde a 2/3 de sua superfície, predomina a mata densa, cujos frutos, principalmente o açaí, são explorados por famílias caboclas

[26] Ver McGrath.(1996)

(XIMENES, 1997). A reprodução familiar é complementada pela agricultura de subsistência, em regime de capoeira, e pela pesca. Tanto a produção extrativista quanto a de pescado e camarão seco, é destinada ao mercado de Belém. O fraco dinamismo econômico dos municípios da região se reflete nos mais baixos índices de desenvolvimento humano de um Estado, cujas médias já se colocam entre as piores do país. A própria atividade de desdobramento de toras de madeira, outrora beneficiada pelas dificuldades de fiscalização entrou em crise desde 2008, com o maior controle sobre desmatamentos ilegais. Para a população mais jovem de cidades como Breves, Melgaço, Ponta de Pedras e Curralinho, entre outras, a imigração é a única alternativa.

No terço leste da ilhas predominam os campos naturais inundáveis. O búfalo, introduzido em 1882, graças a sua rusticidade, revelou-se extremamente adaptado não só ao ecossistema local, mas, sobretudo, a uma pecuária extensiva e de baixo investimento. Como o resto, a pecuária do Marajó sempre esteve atrelada ao mercado consumidor de Belém, inacessível a outros centros pecuaristas nacionais.

Esta situação se altera drasticamente a partir da década de 1960, quando, como visto anteriormente, o sudeste paraense torna-se a nova fronteira de expansão da pecuária no Brasil. Sem o controle efetivo da febre aftosa e distante dos grandes mercados do Centro-Sul do país, ao sudeste paraense restou, pois, alguns segmentos do mercado nordestino e o mercado regional.

Entre 1974 e 1994, o rebanho paraense avançou de 1.377.655 para 7.539.452 cabeças, ou seja, um incremento de 547%[27]. Neste mesmo período, o rebanho marajoara permaneceu estável, em torno de 500.000 cabeças. Sua participação relativa no rebanho do Estado despencou de 38,13% para meros 6,86 % (XIMENES, 1997). Dados do IBGE apontam uma redução no ritmo de crescimento da pecuária paraense. Mesmo assim, na década seguinte houve uma expansão 88% no rebanho, enquanto que na ilha do Marajó o rebanho se retraiu em 30%.

Curiosamente, não houve o fechamento das fazendas. A crise assume a forma de uma lenta e gradual agonia, com o enfraquecimento das rendas, a diminuição do valor das terras e o empobrecimento gradativo das famílias tradicionais, sem, no entanto, levar ao encerramento de suas atividades. As razões para isto se devem ao

[27] IBGE - Produção Agropecuária, vários anos.

próprio caráter extensivo da pecuária, para a qual os gastos monetários para custeio e investimento são de pequena monta. Sem usos alternativos para a terra, os pecuaristas simplesmente reduzem o volume de sua atividade econômica, empregando um número cada vez menor de peões, e veem minguar sua única fonte de renda. Nas fazendas o absenteísmo tornou-se prática comum. Seus proprietários se converteram em rentistas de um patrimônio imobiliário acumulado em Belém.

As atividades turísticas na Ilha do Marajó

A ATIVIDADE turística na ilha se concentra nas praias localizadas nos municípios de Soure e Salvaterra, muito visitadas por veranistas, em sua maioria são ex-moradores que migraram para a capital e que, quando voltam, hospedam-se em casas de parentes. A estes se juntam outros veranistas de Belém, normalmente pertencentes a estratos de renda mais baixos que, frequentemente reunidos em pequenos grupos, alugam casas por temporada ou se hospedam em pousadas próximas às praias. Este quadro se completa com um pequeno fluxo irregular de turistas oriundos de outros Estados, e até mesmo do exterior.

A dependência do fluxo de ex-moradores e veranistas oriundos de Belém determina uma forte sazonalidade à atividade turística nos dois municípios, concentrada no mês de julho. Nos outros meses do ano é comum os bares, pousadas e restaurantes fecharem suas portas ou reduzirem fortemente as suas atividades, gerando desemprego e queda na renda da população que presta serviços aos turistas. Dos 39 hotéis e pousadas existentes, apenas três constituem empresas formais[28]. Os demais são microempreendimentos em que predominam o trabalho informal temporário e o emprego de mão de obra familiar.

A partir de meados da década 1990 houve um aumento no fluxo espontâneo de veranistas de Belém para Soure e Salvaterra, o que impulsionou o surgimento de novos hotéis e pousadas[29]. Entretanto, a posterior retração do fluxo de veranistas, já a partir de fins daquela década, apesar da melhora nas condições de transporte para a

[28] Em recente visita a estes empreendimentos constatou-se uma forte retração de suas atividades no últimos anos, estando um deles em fase pré-falimentar.

[29] Cerca de 60% dos hotéis e pousadas entrevistadas foram criadas após 1995.

ilham desmente aqueles que veem na precariedade dos meios de transporte o maior empecilho ao desenvolvimento do turismo na ilha do Marajó.

Este fluxo e refluxo de veranistas é observado também em outros destinos próximos a Belém, como as ilhas de Outeiro e Cotijuba. Todos têm em comum o fato de atraírem turistas de estratos de renda mais baixos. Assim, as flutuações nos níveis de renda da população de Belém em geral desempenham aqui um papel importante. Em anos de crescimento econômico e/ou de ganhos reais de renda para a população, como nos primeiros anos após o Plano Real, observa-se um incremento do fluxo de veranistas para estes destinos. E vice-versa.

O crescimento econômico do país como um todo, a partir de 2003, aliado a uma melhor distribuição de renda[30], não teve, como seria de esperar, o mesmo efeito sobre o fluxo de turistas para estes destinos, quando do estouro observado logo após a implementação do Plano Real nos anos 1990. Levantamentos recentes junto a microempresários em Cotijuba, Outeiro e na Ilha do Marajó confirmam um crescimento mais lento do fluxo nos últimos anos. Embora constitua uma importante fonte de renda para os municípios de Soure e Salvaterra, o fluxo espontâneo de veranistas de menor renda de Belém nos picos de julho, apresenta limites claros e definidos, não estando apto a dar um maior dinamismo à economia da ilha do Marajó.

Já entre os empreendimentos maiores e mais sofisticados em Soure e Salvaterra, focados em clientes de estratos de renda mais elevados, todos enfrentam sérias dificuldades perante a queda contínua da demanda nos últimos anos. Os potenciais clientes, os membros das classes mais abastadas de Belém, com a melhora de seus níveis de renda, tendem a se dirigir a locais "mais nobres", como as praias oceânicas de Salinas, no nordeste do Estado, ou outros destinos no país. As pousadas e hotéis mais sofisticados de Soure e Salvaterra atendem a um fluxo irregular de turistas de fora do Estado e até mesmo do exterior, em busca de outros atrativos que não meros "resorts para veraneio", tão acessíveis em praias alhures na bela imensidão do litoral brasileiro. Este fluxo induzido de turistas para a ilha do Marajó apresenta um potencial muito superior àquele do fluxo espontâneo de Belém, exatamente por não ter seus limites estruturais. Infelizmente, esta é exatamente a demanda que mais tem se retraído nos últimos anos.

[30] O pressuposto é de que o processo de descontração de renda observado no Brasil nos últimos anos também tenha ocorrido no estado do Pará.

Em algumas fazendas próximas a Soure e Salvaterra, assiste-se, desde a década de 1980, um esforço rumo ao turismo rural. Num primeiro momento, esta modalidade parecia uma solução salvadora, mas desandou logo a seguir. Nada mais adequado à prática do ecoturismo e do turismo rural que a ilha do Marajó, a qual, nas palavras de Martins:

[...] apresenta uma diversidade natural muito rica em várias espécies vegetais e animais, além da diversidade da paisagem possibilitada pela alternância entre períodos de chuva e seca. A diversidade cultural originada pela miscigenação entre índios, negros e colonos europeus é observada nas festas tradicionais de santo, nas músicas e danças do carimbó e lundu, no artesanato do couro, fibra vegetal e cerâmica e nas comidas típicas, dentre outras formas de manifestação. Os elementos culturais somados ao patrimônio natural e à atividade predominante da ilha, a pecuária extensiva, compõem a exploração do turismo rural de Soure e Salvaterra. As atividades da fazenda e todo o ambiente em que ela estáa inserida são transformados em atrativos turísticos (MARTINS, 2005).

Embora os relatos sobre a visitação às fazendas do Marajó sejam bem antigos, sua exploração comercial teve início nos anos 1980, fruto da parceria entre uma agência de turismo de Belém, hotéis de Soure e duas fazendas pioneiras que ofereciam demonstrações de ordenha e passeios de carroça e a cavalo. Em 1998, uma fazenda em Salvaterra passa a oferecer ela mesma hospedagem a seus visitantes. Em 2003, este número de fazendas sobe para seis. Além dos serviços de hospedagem, o portfólio de produtos das fazendas englobava cavalgadas em búfalos e a cavalo, participação nas lides do campo, passeios por trilhas ecológicas, passeio e pesca de canoa, observação de animais silvestres e atividades culturais e gastronômicas (MARTINS, 2005, p. 23).

Em 2002, em parceria com o SEBRAE e com a PARATUR, órgão estadual gestor do turismo, foi criada a Associação de Turismo Rural da Ilha do Marajó (ATURMA), envolvendo associados fazendeiros e empreendedores do segmento hoteleiro. Dentre suas atribuições constavam disposições gerais para promover o turismo rural na ilha do Marajó, que, na prática, se resumiam a duas: a) pressionar o governo estadual para melhorar o sistema de transporte de Belém para a ilha do Marajó; b) realizar campanhas promocionais e de divulgação da ilha do Marajó nos principais mercados turísticos, em parceria com as agências de Belém.

O funcionamento da ATURMA, desde o princípio, foi marcado por desavenças. Conflitos entre fazendeiros sempre foram uma marca indelével na história da ilha do

Marajó, envolvendo gado, terras e, principalmente, as rédeas do poder político local. Agregar velhos inimigos em torno de um objetivo comum constitui tarefa das mais penosas, limitando a adesão de novos associados.

"No Limite", o "*reality show*" realizado em 2001 em Soure, e exibido nacionalmente por uma rede de televisão, colocou a ilha do Marajó no circuito turístico brasileiro. Nos anos seguintes, tanto Soure quanto Salvaterra acolheram a um fluxo de turistas sem precedentes, em busca das emoções vivenciadas à distância pela televisão. Melhorias nas condições de acesso, profissionalização dos serviços, melhorias nas instalações, campanhas publicitárias de divulgação e até mesmo a própria ATURMA pareciam repentinamente ter se tornado supérfluas perante a prosperidade geral.

Infelizmente, a ATURMA se extinguiu sem deixar o legado tão necessário à atividade turística na ilha do Marajó. Em poucos anos, o fluxo de turistas para as fazendas do Marajó caiu vertiginosamente, na esteira do esquecimento do "*reality show*" que lhe deu origem. O fluxo chegou ao ponto de estancar quase que totalmente no biênio 2007/2008. Instalações de hospedagem no meio rural foram fechadas e as visitas às fazendas voltaram a ter um caráter esporádico, como nos anos 1980. A notoriedade passageira da ilha do Marajó, no início da década de 2000, abortou uma iniciativa que concretamente poderia desaguar em um fluxo constante de ecoturistas.

O turismo rural na ilha do Marajó atua num segmento bastante competitivo do mercado nacional, onde se destacam, entre outras, as fazendas de café no interior paulista, as fazendas de leite de Minas Gerais, as fazendas do Pantanal e o ecoturismo em Bonito (MT). E boa parte do sucesso desses empreendimentos regionais se deve à proximidade com os maiores e mais ricos centros urbanos do país.

PADRÕES RECENTES DE EVOLUÇÃO DA INDÚSTRIA NA ECONOMIA PARAENSE

Macrotendências de desenvolvimento

No estado do Pará, os setores da indústria da transformação e da indústria do extrativismo mineral respondem por cerca de um quinto do valor adicionado bruto do Estado (Tabela 8). O setor mínero-metalúrgico, isoladamente responde por

mais de 70% do valor da produção industrial do estado do Pará, sem, no entanto, estabelecer maiores encadeamentos *backwards* e *forwards* com a economia do estado, exportando a quase totalidade de sua produção.

A agroindústria animal e vegetal responde por outros 20% do valor da produção industrial do Estado. Trata-se, pois, de uma industrialização vinculada à consolidação das economias das áreas de fronteira ocupadas pela pecuária no sudeste do Pará e no médio Amazonas, e pela pequena produção familiar dos assentamentos ao longo da rodovia Transamazônica. Aqui se destacam o processamento de laticínios, polpas de frutas, cacau e café, entre outros.

Tabela 8 - Participação das principais atividades econômicas no Valor Adicionado Bruto - Pará (2003-2006)

Unidades da Federação	Participação das principais atividades econômicas no Valor Adicionado Bruto (%)			
	2003	2004	2005	2006
Total	100.0	100.0	100.0	100.0
Indústria de Transformação e Extração Mineral	18.8	21.5	20.6	21.3
Administração, Saúde e Educação públicas	18.8	17.3	17.9	17.2
Comércio e Serviços de Manutenção	10.6	12.6	11.3	12.1

Fonte: IBGE – Contas Regionais do Brasil, vários anos.

Resolvidos os problemas com a febre aftosa, os pequenos abatedouros locais foram paulatinamente absorvidos pela chegada dos grandes abatedouros do país, agora transmutados em *global players* no setor de proteínas, que passaram a ter no sudeste paraense uma nova área de expansão de seus negócios. Por sua vez, a conversão da pecuária do Sudeste e do Centro-Oeste do Brasil em grande exportadora de carne *in natura*, abriu novos espaços para a produção do sudeste paraense no mercado brasileiro.

O décimo restante da produção industrial paraense se divide entre os outros setores da indústria, metade do qual ligada ao processamento e exportação de madeira e celulose. Resta cerca de 5% do PIB industrial do Estado, equivalente a 1% do PIB total. São setores industriais urbanos, atendendo à demanda dos mercados locais por produtos de consumo final. Estas empresas atuam em setores pouco intensivos em tecnologia e, portanto, não dominados pelas grandes estruturas

de mercado oligopolizadas. De um modo geral, estão concentradas nos grandes centros urbanos do Estado, com destaque para os distritos industriais de Belém e seu entorno. Utilizando-se de tecnologias disponíveis no mercado, como máquinas e insumos industriais, e da mão de obra local, estas empresas baseiam a sua estratégia competitiva em vantagens absolutas de custos[31] advindas tanto do acesso à matéria-prima de origem local, quanto da reserva de mercado representada pela proximidade do mercado consumidor final, fatores estes que limitam a competitividade de concorrentes externos no mercado local, em setores não dominados por monopólios.[32]

Esta estratégia competitiva está atrelada à disponibilidade de tecnologias do tipo "*public domain*", que podem ser adquiridas livremente no mercado. Limita também a taxa de crescimento das empresas à taxa de crescimento do mercado local. A primeira vem a reboque da segunda. Superar esta limitação implica em mudar a própria estratégia competitiva, incorporando ganhos e produtividade, e introduzindo inovações que tornem as empresas locais competitivas em outros mercados, para além do local[33].

Uma melhor caracterização deste novo modelo de desenvolvimento industrial da economia do Pará, a partir dos anos 1990, foi obtida com base no emprego do método de determinação de componentes principais aplicado sobre as matrizes de contabilidade social da Amazônia, geradas pela Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA), em 1999. Ficaram excluídos deste estudo os setores mínero-metalúrgicos, caracterizados por "grandes Global Players". Por conseguinte, os setores industriais aqui abordados, conforme listagem constante na Matriz de Contabilidade Social da Amazônia Legal, são: 1) Máquinas e Equipamentos Automotores; 2) Madeira e Mobiliário; 3) Celulose, Papel e Gráfico; 4) Têxtil, Vestuário e Couro; 5) Agroindústria Vegetal; 6) Agroindústria Animal; 7) Outras Indústrias.

A análise das componentes principais permite a redução da dimensão inicial do problema (no caso, as variáveis que descrevem a dinâmica industrial do Estado) a um número reduzido de componentes principais, as quais devem descrever uma grande percentagem da variância total do conjunto de *p* variáveis. Cada componente principal encontrada, descrevendo uma certa percentagem da variância total, estará

31 Para uma melhor compreensão do conceito de vantagens absolutas de custo, ver Possas (1985).
32 Ver Olímpio (2007).
33 Ver Campos (2006).

correlacionada positiva e negativamente, em maior ou menor grau, com cada uma das *p* variáveis. A análise das *q* componentes principais obtidas dá uma clara noção de como as variáveis se agrupam, e o quanto da variância estes agrupamentos descrevem[34], obtendo-se, assim, uma visão menos embaralhada, mais sintética da dinâmica industrial do Estado do Pará.

A maior dificuldade em se aplicar a análise de componentes principais em matrizes com número grande de variáveis reside no próprio comportamento destas. Para testar a adequação da matriz, calcula-se inicialmente a matriz de correlações. O teste de esfericidade de Bartlett permite contrastar formalmente a existência de correlações entre as variáveis e indica se não é significativa a hipótese nula. Para tanto, sua significância deverá ser igual a zero. O próximo passo consiste na medida de adequação amostral KMO (Kaiser-Meyer-Olkin). Quanto mais a medida KMO se distancia da unidade, menor a adequação da matriz à análise de componentes principais. Valores KMO muito baixo indicam uma distribuição difusa, transversal, das correlações das variáveis entre as componentes principais, dificultando uma análise sintética de seus significados[35].

Nos esforços empreendidos para o emprego da análise de componentes principais, dado o comportamento difuso e transversalmente inconsistente das variáveis nas matrizes, foi necessário reduzir ao máximo o número *p* de variáveis correlacionadas. A escolha destas variáveis se deu pela determinação do valor KMO mais elevado, testado para o conjunto de variáveis com maior variância.

Após os testes de correlação e adequação dos dados referentes ao estado do Pará, chegou-se a uma matriz composta pelas seguintes variáveis: 1) % do valor da produção; 2) salários; 3) encadeamento para trás; 4) efeito global comércio; 5) agricultura; e 6) pecuária. A matriz de correlação apresenta uma determinante bastante baixa. Obteve-se a matriz de componentes abaixo (Tabelas 9 e 10).

[34] Para uma melhor compreensão da análise de componentes principais, ver Kubrusky (2002).
[35] Ver López (2004).

Tabela 9 - Matriz de componentes

	Component	
	1	2
% valor da prod.	-,663	,723
Salários	,863	-,227
EETRÁS	,932	,343
ECOMÉRCI	,925	,373
AGRICULT	,732	,597
PECUÁRIA	-,656	,653

Extraction Method: Principal Component Analysis. a. 2 components extracted.

Tabela 10 - Variância total explicada

Component	Extraction Sums of Squared Loadings		
	Total	% of Variance	Cumulative %
1	3,873	64,548	64,548
2	1,614	26,902	91,449

Extraction Method: Principal Component Analysis

A componente dois está forte e positivamente correlacionada com valor da produção, demanda por produtos da agricultura e da pecuária, e mais fracamente correlacionada com encadeamentos para trás e efeito comércio. Está também fracamente correlacionada com gastos com salários. Descreve 26.9% da variância total. A esta componente estão associadas mais fortemente a Agroindústria Animal e Vegetal, e mais fracamente as Outras Indústrias. A agroindústria animal, com 39.57% do valor da produção industrial do conjunto, dá a tônica desta componente, com baixos gastos com salários, empregando mão de obra não qualificada e com fracas vinculações orgânicas com a economia local. Somada a produção da agroindústria vegetal, temos 56,7% do valor da produção industrial do Estado, excluído o setor minero-metalúrgico.

O setores industriais da componente um, embora menos expressivos economicamente, apresentem elos mais fortes com a economia local, por se aterem à produção de bens de consumo final para o mercado local (elevado encadeamento com o comércio). Apresentam um baixo encadeamento para frente, devido à

pequena produção de bens de capital e bens intermediários. A componente um está negativa e fortemente correlacionada com o percentual do valor da produção e com gastos com pecuária, porém está positiva e fortemente correlacionada com salários, encadeamento para trás, efeito global comércio e gastos com agricultura. A esta componente estão associados os setores: Máquinas e Equipamentos; Madeira e Mobiliário; Celulose, Papel e Gráfico; e Têxtil, Vestuário e Couro. Este componente responde por 64,548% da variância. Os setores Têxtil, Vestuário, Couro e Celulose, Papel e Gráfico dão a tônica desta componente, constituindo parques industriais mais fortemente vinculados à economia local, com encadeamentos para trás e efeitos globais sobre o comércio fortemente correlacionados. Com exceção do setor de Madeira e Celulose, trata-se aqui de um padrão de industrialização mais voltado aos mercados locais, cujas empresas têem sido alvo dos recentes programas estaduais de incentivos fiscais à industrialização do Pará.

A Reforma Administrativa do Estado do Pará e o esforço para uma retomada da industrialização

Em 1994, inicia-se um ciclo de reformas no estado do Pará, marcado por um processo de ajuste fiscal fortemente restritivo. Em 1997, a dívida estadual paraense é renegociada com base na Lei nº 9496/97. Finalmente, o Pará alcança o almejado equilíbrio orçamentário. Nascimento (2005, p. 82) conclui que, "apesar de apresentar um déficit fiscal acumulado de mais de 200 milhões de reais entre 1995 e 2000, o Estado vem mantendo o equilíbrio das suas contas públicas, principalmente, a partir de 1999".

De forma condizente ao processo de modernização da máquina administrativa, fora instituída uma política de estímulos fiscais e creditícios para a consecução e maturação de investimentos na reestruturação, diversificação e, principalmente, na modernização dos setores produtivos do Estado. Esta ação denominou-se Política de Incentivos ao Desenvolvimento Socioeconômico, instituída prlo Decreto-lei nº 5.943, em 02/02/1996, alterada pelo Decreto-lei nº 6.489/02, e mais uma vez alterada pelo Decreto-lei nº 6.567/03. Este decreto prescrevia:

Art. 2º A concessão dos incentivos previstos nesta Lei buscará, junto com outras ações e medidas governamentais, a consolidação, no Estado do Pará, de processo de desenvolvimento econômico moderno e competitivo, socialmente mais

justo e ecologicamente sustentável, com maior internalização e melhor distribuição de seus benefícios.

Os incentivos, de acordo com o Art. 3, eram destinados aos seguintes empreendimentos:

I - agropecuários, de pesca e aquicultura, madeireiros florestais e reflorestamentos, minerais, agroindustriais e tecnológicos integrados ao processo de verticalização da produção no Estado;

II - dos setores comércio, transporte, energia, comunicação e turismo;

III - que promovam inovação tecnológica;

IV - outros de interesse do desenvolvimento estratégico do Estado.

Ressalta-se o caráter de seletividade dos incentivos, os quais só deveriam ser concedidos sob a hipótese de:

I - implantação de novos empreendimentos no Estado;

II - modernização ou diversificação de empreendimentos ou de estabelecimentos já existentes e a aquisição de máquinas e equipamentos de geração mais moderna do que os já possuídos, operando no Estado;

III - execução de projetos de pesquisa científica ou tecnológica em associação com instituições de ensino e/ou pesquisa públicas ou privadas, tendo como foco o desenvolvimento de produtos e/ou processos, em consonância com os objetivos desta Lei;

Os incentivos, segundo a Lei nº 6.489/02, eram de quatro tipos, a saber:

a) Fiscais: Isenção; Redução da base de cálculo; Diferimento; Crédito presumido e Suspensão.

b) Financeiros: Sob a forma de empréstimo, em valor correspondente a até 75% do ICMS gerado pela atividade operacional do empreendimento ou outra empresa do mesmo grupo empresarial já instalada no Estado do Pará e efetivamente recolhido ao Tesouro Estadual, a partir da operação do projeto aprovado. O Estado possui uma estrutura de crédito que oferece diversas linhas de financiamento para empreendimentos de pequeno a grande porte, os conhecidos Fundos de Desenvolvimento.

c) Infraestrutura: Para instalação ou relocalização de empreendimentos em pólos de desenvolvimento do Estado.

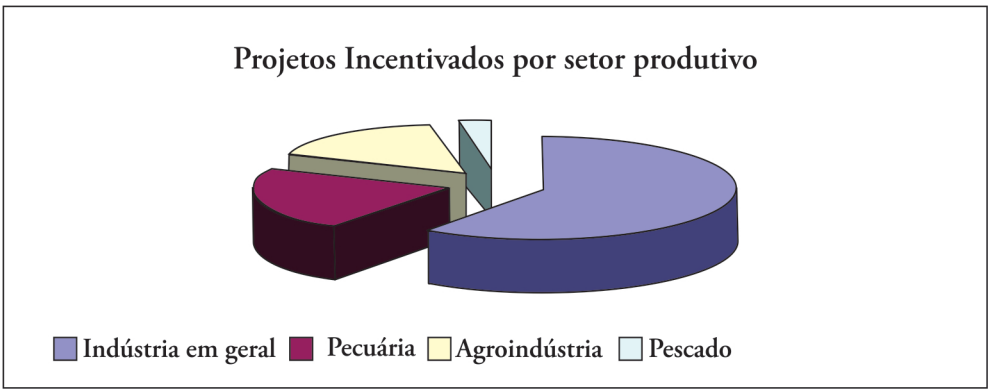
d) Compensação de Investimentos Privados: Na realização de obras de infraestrutura pública.

Os incentivos tinham o prazo de 15 anos para a sua realização. Para a sua habilitação era necessária a apresentação formal de um projeto por parte dos empreendedores, firmado por representante legal devidamente cadastrado na Secretaria de Indústria e Comércio (SEICOM). Neste projeto deveriam constar: o cumprimento total ou parcial dos termos prescritos, as condições de caráter socioeconômico, tecnológico, ambiental e espacial do empreendimento, ajustados na forma da lei em questão. As empresas pleiteantes deviam ainda comprovar, por parte de seus titulares: a participação societária igual ou superior a 10%, o ato de constituição da sociedade e alterações contratuais registrados na JUCEPA, bem como do Registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda e da Inscrição Estadual na Secretaria Executiva de Estado da Fazenda, a Certidão Negativa de Débito ou de Regularidade Fiscal, emitida pela SEFA, atestado de idoneidade cadastral a ser emitido pelo BANPARÁ e, por fim, a licença de instalação ou de operação fornecida pela SECTAM.

A aprovação de um projeto estava condicionada a uma Comissão presidida pela Secretaria Especial de Estado de Produção (SEPROD) e constituída pelos titulares desta mesma Secretaria, da Secretaria Executiva de Estado da Fazenda (SEFA), da Secretaria Executiva de Estado de Indústria, Comércio e Mineração (SEICOM), da Secretaria Executiva de Estado de Agricultura (SAGRI), da Secretaria Executiva de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTAM), do Banco do Estado do Pará S.A. (BANPARÁ) e da Procuradoria Geral do Estado (PGE). Esta comissão é responsável pelo cumprimento das normas prevista em lei. Os auxílios materiais, técnicos e financeiros ficaram a cargo da SEICOM (Figura 1). Ressalta-se a não participação da Federação das Indústrias do Pará (FIEPA) na referida comissão, que é a principal entidade representante das instituições empresarias no Estado.

Os decretos estaduais divulgados no site da Assembleia Legislativa e na SEFA apontam que até o ano de 2005 tinham sido 175 empresas beneficiárias com incentivos fiscais, dos mais diversificados tipos, sendo mais os frequentes o Diferimento, a Isenção, a Suspensão e o Crédito Presumido. O gráfico (Figura 1) aponta o percentual de projetos incentivados entre os quatro setores produtivos. A maior relevância foi destinada ao setor da Indústria em Geral (indústria de transformação e indústria de extração mineral e vegetal). Em segundo lugar, a Pecuária, seguida da Agroindústria e, por fim, o setor Pesqueiro.

Figura 1 - Projetos incentivados por setor produtivo



Fonte: <www.pa.gov/seprod>. Elaboração do autor.

Em 19 de abril de 2006, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou inconstitucional o inciso I do artigo 5° da Lei Estadual 6.489/02 (JORNAL O LIBERAL, 01/04/2006). Este artigo referia-se à concessão de incentivo fiscal para setores produtivos da economia paraense. Em virtude deste julgamento, uma equipe econômica do governo segmentou os artigos que foram considerados inconstitucionais e encaminhou para a Assembleia Legislativa do Estado do Pará, que votaria quatro Projetos de Lei referentes à concessão sobre o deferimento do recolhimento do tributo incidente nas operações internas; crédito presumido; redução da base de cálculo; isenção e suspensão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). A partir da votação e aprovação (que ainda tramita na Assembleia Legislativa) deste Projeto de Lei, toda política de incentivo fiscal do Estado será avaliada pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), para evitar novas contestações na Justiça.

Apesar de sua atual inconstitucionalidade, deve-se resgatar o importante papel de uma política que tinha como premissa critérios de seletividade para com as empresas requerentes, e prazo delimitado para a utilização do incentivo, diferentemente da ausência de seletividade estratégica com a qual o governo federal estendeu uma ampla rede de proteção, subsídios e incentivos, sem a devida análise das reais vantagens comparativas potenciais que gozavam as referidas empresas, nos moldes da atuação da SUDAM.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os programas federais para o desenvolvimento do estado do Pará, bem como o recente Programa Estadual de Incentivos Fiscais, mesmo agindo em setores pouco incentivados pelo binômio SUDAM/BASA, têm se revelado incapazes de alterar as macrotendências de desenvolvimento da economia do Estado, ainda fortemente calcado no modelo primário exportador, com ênfase no setor mínero-metalúrgico, madeireiro, e no setor da pecuária e sua agroindústria no sudeste do Pará. Em decorrência disto, a participação percentual da Região Metropolitana de Belém no PIB estadual estáa em queda livre. Era de 62% em 1975, reduziu para 38% em 1999, e a meros 29,5% em 2010. Na outra face da mesma moeda, os dados do IDESP apontam que a RMB está prestes a ser ultrapassada pela região de Carajás, no sul do Estado, que em 2010 (último dado fornecido pelo IDESP) já respondia por 28,2% do PIB estadual[36].

Passado pouco mais de meio século de vigência do modelo primário exportador, a economia do estado do Pará segue apresentando indicadores sociais e econômicos de destaque na ponta de baixo do ranking nacional. Senão, vejamos: em 2011, o PIB do Brasil, a preço de mercado corrente, atingiu a cifra de 4,143 trilhões de reais, dos quais coube ao Pará 2,13%, ou seja, 77,85 bilhões de reais. Foi quando a economia paraense superou pela primeira vez a economia cearense, e assumiu o posto de 12º mais rica da União, beneficiada pela forte expansão dos preços do minério de ferro naquele ano.

Com 39,5% da riqueza anual e 47,8% da população, o estado do Pará é, de longe, a maior economia da região Norte. No entanto, em termos de PIB per capita, desce à última posição entre os sete estados da região, e à 20ª posição no ranking nacional. Apesar da melhora do quadro da última década, em 2011, um paraense dispunha anualmente, em média, de apenas 82,7% da renda média regional e 53,8% dos R$ 21,536,00 que compõem a renda média nacional. Dado o maior dinamismo econômico da região sul e sudeste do Estado – e a sua crescente participação na composição do PIB estadual –, longe das áreas mais densamente povoadas de Belém, de seu entorno e do nordeste paraense, não causa estranheza os reflexos do quadro acima no demais indicadores sociais do estado do Pará.

Mesmo uma breve análise, por exemplo, do Índice de Desenvolvimento Humano para os Municípios (IDH-M), calculado pela ONU, é aqui de alta valia. Em 2003, com um IDH de 0,748, o Estado do Pará ocupava a 16ª posição no ranking

[36] IDESP - PIB Municipal, 2013.

nacional. Passados 10 anos, agora com um IDH significativamente menor (0,646), o Pará reaparece na 24ª posição, ligeiramente à frente de Maranhão, Piauí e Alagoas. Cabe ao Estado, ainda, a incômoda condição de apresentar o município com o menor IDH do país, nomeadamente Melgaço, cujo índice atinge apenas 0,418. Segundo a pesquisa do PNUD, mais de 50% da população adulta do município é analfabeta. Sem indústrias desde a derrocada das marcenarias que desdobravam toras de madeira, boa parte de seus 12.000 habitantes depende fortemente de aposentadorias e outros mecanismos de transferência de renda do governo federal. Sem escolas, resta aos jovens migrar para centros maiores.

Alias, na lista com os oito municípios paraenses que apresentaram IDH muito baixo, inferior a 0,5, aparecem outros quatro municípios próximos a Melgaço, também na ilha de Marajó, a saber: Chaves, Bagre, Portel e Afuá. Logo acima na lista, dos próximos quatro municípios com pior IDH, nada menos que dois são desta mesma região: Curralinho e Breves. Porto de Moz está entre os quatro. Embora não pertença à ilha de Marajó, situa-se em frente a Breves, do outro lado do canal que separa a ilha do noroeste paraense. Ou seja, dos 12 municípios com os piores IDH do Estado, nada menos que oito se situam na franja sul da ilha de Marajó. Da mesma forma que o Baixo Tocantins, esta região foi uma das mais afetadas pelas mudanças em curso na economia paraense, aqui analisadas. Na outra ponta, o Estado do Pará apresenta apenas três municípios com IDH superior a 0,7, índice considerado alto pela pesquisa da ONU, respectivamente, a capital, o município vizinho de Ananindeua, e Parauapebas, polo na região de Carajás.

Não se deve deixar de ter claro que tanto o PIB/per capita quanto o IDH-M refletem condições socioeconômicas médias da população. Os dados do IBGE sobre a diminuição da pobreza extrema apontam avanços significativos no Pará nos últimos anos, como de resto na economia brasileira, porém, ainda são alarmantes. Segundo o IBGE, em 2011, o Brasil apresentava 31,7 milhões de Pessoas Abaixo da Linha da Pobreza[37], representando 16,3% do total de habitantes. Destas, 4,5 milhões residiam na região Norte, ou seja, 27,4% de seus habitantes. No Pará, nada menos que 30,8% de sua população, ou seja, 2,4 milhões de pessoas vivem abaixo da linha da pobreza. Este percentual cai para 15,9% quando se analisa apenas a Região Metropolitana de

[37] Para o IBGE, nesta categoria estão as pessoas que convivem em domicílios com renda mensal inferior a meio salário mínimo per capita.

Belém[38]. Mesmo assim, são 344 mil pessoas, uma das maiores concentrações espaciais de pobreza no Brasil, uma bomba-relógio de condenados à informalidade e a um sem-número de outras sequelas sociais.

Como visto acima, os dados médios da RMB encobertam a dura realidade de boa parte de sua população, cuja origem remonta à crise da economia de seu entorno. A chamada crise da economia cabocla é a causa última que deu origem aos bolsões de pobreza na cidade de Belém e seu entorno. A solução passa necessariamente por estancar os fluxos migratórios no entorno, por criar mecanismos de inserção socioeconômica, para além de simples programas de transferência de renda, primeiramente nas áreas mais duramente atingidas pela crise.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO, R., CASTRO, E. **Negros do Trombetas**. Belém, Cejup, 1991, 1ª. ed.

ACUÑA, C. de. **Nuevo descubrimiento del Gran Rio de las Amazonas.** Tomo II. Madrid: Iberoamericana, 1981.

ADALBERTO, Príncipe da Prússia. **Brasil: Amazonas-Xingu.** Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1977.

ALMEIDA, A. W. B. **A ideologia da decadência**. Leitura antropológica a uma história da agricultura no Maranhão. Rio de Janeiro: Casa 8; FUA, 2008.

ALMEIDA, A. W. B. Os Quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER, E. C. (Org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

ALMEIDA, R. Amazônia, Pará e o mundo das águas do Baixo Tocantins. São Paulo. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 68, p. 291-298, 2010.

APPADURAI, A. **Dimensões culturais da globalização:** a modernidade sem peias. Tradução de Telma Costa. Lisboa: Editorial Teorema, 2004.

ANGELO-MENEZES, M. de N. O sistema agrário do vale do Tocantins colonial agriculturia para consumo e para exportação. **Projeto História: Espaço e Cultura**, São Paulo, n. 18, p. 237-259, 1999.

ANGELO-MENEZES, M. de N., GUERRA, G. A. Exploração de madeiras no Pará: semelhanças entre as fábricas reais do período colonial e as atuais serrarias. Belém. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v.5, n. 3, p. 123-145, 1998.

[38] IDESP. Mapa da desigualdade, 2013.

AZEDO, M. **A cabanagem**. Uma guerra popular na Amazônia. Rio de Janeiro, Otto Pierre Ed. Ltda. (Coleção Os grandes enigmas da nossa história). 1982.

BAENA, A. L. M. (1839). **Ensaio corográfico sobre a Província do Grão-Pará**. Brasília: Senado Federal, 2004.

BARATA, M. **Formação Histórica do Pará** – Belém, UFPA 1973 (Coleção Amazônica – Série José Veríssimo)

BATES, H. W. **Um naturalista no rio Amazonas**. Tradução de Regina Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1979. (Reconquista do Brasil, 53).

BELTRÃO, J. F. **Povos Indígnas na Amazônia**. Belém: Estudos Amazônicos, 2012. (Coleção Estudos Amazônicos/História).

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. Coleção Ciências Sociais. São Paulo: Perspectivas, 1982.

BRASIL-Ministério dos Transportes. **Informações detalhadas sobre o Rio Tocantins.** Disponível em: <http://www.transportes.gov.br/bit/hidro/detriotocantins.htm>. Acesso em: 25 fev. 2006.

BRUSQUE, F. C. de A. Relatório apresentado pelo Exmo. Sr. Presidente da Província Dr. Francisco Carlos Araújo Brusque à Assembleia Legislativa da Província do Pará na Primeira Sessão da XIII Legislatura. Em 1o de setembro de 1862. Pará, Typographia de Francisco Carlos Rhossard, 1862.

CAMPOS, Í. **Estudos de diagnósticos setoriais PDSA**. Indústria de Transformação e de Beneficiamento. Belém: SUDAM, 2006.

CASTRO, E. Quilombolas de Bujaru e Concórdia do Pará. Memória da Escravidão, Territorialidade e Titulação da Terra. Belém, CESU/Programa Raízes/NAEA/UFPA, 2003 (**Relatório de Pesquisa**).

CASTRO, E. (Org.). **Escravos e Senhores de Bragança** (Documentos históricos do século XIX, Região Bragantina, Pará). Belém: EDUFPA, 2006. Memória da Escravidão, Territorialidade e Titulação da Terra.

CASTRO, E. (org.) **Cidades na floresta**. São Paulo, Annablume, 2009.

CASTRO, E. Políticas de estado e atores sociais na Amazônia Contemporânea. In: BOLLE, W.; CASTRO, E.; VEJMELKA, M. Orgs.) **Amazônia. Região Universal, Teatro do Mundo**. São Paulo: Globo, 2010.

CASTRO, E. Estado e suas margens: limites da interpretação teórica e movimentos sociais. In: LIMONAD, E.; CASTRO, E. (Orgs.). **Um novo planejamento para um novo Brasil?** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

CHALHOUB, S. **Visões de Liberdade.** Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. Sao Paulo, Companhia das Letras, 1990.

CHAMBOULEYRON R. Plantações, sesmarias e vilas. Uma reflexão sobre a ocupação da Amazônia seiscentista. In: *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*. Debates, 2006. Disponível em: http://nuevomundo.revues.org/2260. Acesso em: 18 jul. 2015.

CHIAVENATO, J. J. **Cabanagem** - o povo no poder. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CLEARY, D. (Org). **Cabanagem**. Documentos Ingleses. Tradução de Christine Moore Serrão. Belém, SECULT/IOE, 2002.

COELHO, M. C. As viagens filosóficas de Charles-Marie de la Condamine e Alexandre Rodrigues Ferreira. Ensaio comparativo. In: GOMES, Flávio dos S. **Nas terras do cabo Norte**. Fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira - séculos XVIII/XIX. Belém: EDUFPA, 1999. p. 97-127.

COY, M. Pioneer frontand urban development. Social and economy differentiation of pioneer towns in nor them Mato Grosso. Applied Geography and Devekipment, 1992.

COSTA, R. M. de C. **A "escravidão livre" na Corte:** escravizados moralmente lutam contra a escravidão de fato (Rio de Janeiro no processo da Abolição). 2012. 263f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

CRUZ, E. **História do Pará**. Belém Governo do Estado do Pará, 2o. vol. 1975.

DANIEL, Pe. J. (1722-1766) **Tesouro Descoberto no Maximo rio Amazonas**. Rio de Janeiro, Contraponto, 2004.

DAS, V.; POOLE, D. (Eds.). **Anthropology in the margin of the State**. Santa Fe: School of American Research Press, 2004.

D' AZEVEDO, J. L. **Os Jesuítas no Grão-Pará.** Suas Missões e a colonização. Série Lendo o Pará, n. 20. Belém, SECULT, 1999

DI PAOLO, P. **Cabanagem**: a revolução popular da Amazônia. Belém: Cejup, 1990. EMMI, M. F. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. Belém: Centro de Filosofia e Ciências Humanas/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFPA, 1988.

ESCOBAR, A.; PARDO, M. Movimentos Sociais e Biodiversidade no Pacífico Colombiano. In: SANTOS, B. S. (Org.). **Semear outras Soluções**. Os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

ESCOBAR, Arturo. **Territorios de la diferencia:** lugar, movimientos, vida y redes. Bogotá, Popayán. Envión Editores, 2010.

FANON, F. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador: UFBA, 2008. FERNANDES, F. **A função social da guerra na sociedade Tupinambá**. Prefácio Roque **de Barros Laraia. 3. ed. São Paulo: Globo, 2006.**

GOMES, F. dos S. Fronteiras e mocambos: o protesto negro na Guiana Brasileira. In: GOMES, F. dos S. (Org.). **Nas terras do Cabo Norte**. Fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira - séculos XVIII/XIX. Belém: EDUFPA, 1999.

GONDIM, N. **A Invenção da Amazônia**. 2. ed. Manaus: Valer, 2007.

GUSMÁN, D. A. **Guerras na Amazônia do século XVII**: resistência indígena a colonização. Belem: Estudos Amazônicos, 2012. (Coleção Estudos Amazônicos/História).

HEBETTE, J. **Cruzando Fronteiras**. 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia. Vol. 2. Belém, Edufpa, 2004.

HENRIQUE, M. C. História dos povos indígenas no Pará. In: BELTRÃO, J. F. e HENRIQUE, M. C. (Orgs). **Antropologia e Educação:** história, narrativas e direitos. Belém, NPADC, 2007.

HENRIQUE, M. C. **Indios na Amazônia no século XIX.** Coleção Estudos Amazônicos /História. Belém, Ed. Estudos Amazônicos, 2012.

HOBSBAWM, E. **Sobre a História:** ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

IANNI, O. **As metamorfoses do escravo**. São Paulo Difusão Européia do Livro, 1962.

IANNI, O. **Escravidão e Racismo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1978.

IDESP-Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará. **PIB Municipal**. Belém: IDESP, 2008.

IDESP-Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará. **PIB Municipal.** Belém: IDESP, 2013.

KANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. Campinas: UNICAMP, 1988.

LA CONDAMINE, C. M. de. **Viagem pelo Amazonas.** 1743-1745. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, São Paulo: EDUSP, 1992.

LEFF, E. **Racionalidad ambiental.** La reapropiación social de la naturaleza. México./ Buenos Aires, Siglo XXI Editores, 2004.

LIMA, R. R.; TOURINHO, M. M. **Várzeas do Rio Pará:** principais características e possibilidades agropecuárias. Belém: FCAP/Serviço de Documentação e Informação, 1996.

LIMA, R. R.; TOURINHO, M. M.; COSTA, J. P. C. da. **Várzeas Flúvio-marinhas da Amazônia Brasileira:** características e possibilidades agropecuárias. Belém: FCAP/ Serviço de Documentação e Informação, 2001.

MÁRQUEZ, J. C. P. Mitú-Vaupés: história e memória da origem de uma pequena cidade amazônica na Colômbia. In: CASTRO, E. **Cidades na floresta**. São Paulo, Annablume, 2009.

MARTINS, G. C. C. **A dinâmica do turismo rural das fazendas pecuaristas da Ilha do Marajó.** 2005. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, UFPA, Belém, 2005.

MENDONÇA, J. N. **Cenas da abolição** – escravos e senhores no Parlamento e na Justiça. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

METRAUX, A. **A religião dos Tupinambás e suas relações com as demais tribos tupi-Guaranis**. São Paulo: Nacional; EDUSP, 1979. (Coleção Brasiliana, v. 267).

MONTE-MOR, R. L. de. Transformação da colonização em Rondônia: questão do planejamento urbano. Seminário NAEA/CEDEPLAR, Belém, 1990.

OLIVEIRA, J. P. de - Uma etnologia dos índios "misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais". In. OLIVEIRA, J. P. de (Org.) A viagem de Volta. Etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. Rio de Janeiro: LACED; Contra Capa, 2004.

OLIVEIRA, J. A. Manaus: transformações e permanecias, do forte a metrópole regional. In: CASTRO, E. (org.) **Cidades na Floresta**. São Paulo, Annablume, 2009

O'DWYER, E. C. Terras de Quilombo: identidade étnica e os caminhos do reconhecimento. **Revista TOMO**, São Cristóvão, n. 11, p. 43-56. jul./dez., 2007.

OLÍMPIO, S. C. M. **Política de Incentivos Fiscais do Estado do Pará:** uma abordagem institucional. Belém: NAEA/UFPA, 2007.

PACHECO, A. S. A conquista do ocidente Marajoara: Índios, portugueses e religiosos em reinvenções históricas. In: SCHAAN, P.; MARTINS, C. Pires. **Muito além dos campos:** arqueologia e história na Amazônia Marajoara. Belém: GK NORONHA, 2010.

PARÁ. Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Estado do Pará. **Produto Interno Bruto dos Municípios do Pará**. Belém: SEPOF, 2005.

PARÁ. Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Estado do Pará. **Produto Interno Bruto dos Municípios do Pará**. Belém: SEPOF, 2013. Disponível em: <http://www.sepof.pa.gov.br>.

PINTO, L. F. Cabanagem: a revolta de um povo maltratado. Dossiê 9. Cabanagem/180 anos. **Jornal Pessoal**, Belém, p. 1, 2015.

PNUD-Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.** Software® ESM Consultoria, versão 1.0, 2003/2013. Rio de Janeiro: PNUD; IPEA; Fundação João Pinheiro, 2003-2013.

POSSAS, M. **Estruturas de Mercado**. São Paulo: Hucitec, 1985. RAIOL, D. A. **Motins Políticos** – ou a história dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835. Belém: UFPA, 1970. 3v.

REIS, A. C. F. **O seringal e o seringueiro**. Rio de Janeiro: Ministério de Viação e Obras Públicas, 1953.

REIS, A. C. F. **A política de Portugal no Valle amazônico**. Belém, SECULT (Coleção Lendo o Pará 16). 1993.

REIS, G. M. R. A **Cabanagem**. Um episódio histórico da guerra insurrecional na Amazônia (1835-1839). Manaus, Governo do Estado do Amazonas. (Prefácio de Arthur Cesar Ferreira Reis). 1965.

RICCI, M. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. São Paulo. **Tempo**, v.11, n. 22, p. 5-30, 2007.

RODRIGUES, D. de B. **A vida singular de Angelim** (A Cabanagem). Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti Editores, 1932.

ROQUE, C. **Cabanagem**, epopéia de um povo. Belém, Imprensa Oficial, 1o. vol., 1984.

ROOSEVELT, A. C. Determinismo ecológico na interpretação do desenvolvimento social indígena da Amazônia. In: NEVES, W. A. (Org.). **Origens, adaptações e diversidade biológica do homem nativo da Amazônia.** Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991. p. 103-141.

SALLES, V. **Memorial da Cabanagem:** esboco do pensamento político-revolucionário no Grão-Pará. Belém: Cejup, 1992.

SALLES, V. **O negro na formação da sociedade paraense.** Belém: Paka-Tatu, 2004.

SALLES, V. **O Negro no Pará sob o regime da escravidão**. 2. ed. Brasília: Ministério da Cultura; Belém, Secretaria de Estado da Cultura; Fundação, 1998.

SALLES, V. Presença do negro em Bragança. Prefácio. In: CASTRO, E. (Org.). **Escravos e Senhores de Bragança.** Belém: Edufpa, 2006. p. 7-8.

SANTOS, B. de S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais à ecologia dos saberes. In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. G. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

SANTOS, R. **História econômica da Amazônia (1800-1920).** São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SCHMINK, M.; WOOD, C.H. **Conflitos sociais e a formação da Amazônia**. Tradução de Noemi Miyasaka Porro e Raimundo Moura. Belém: EDUFPA, 2012.

SILVA, F, C. da - **Barrões do Ouro e aventureiros britânicos no Brasil**. São Paulo, Edusp/Edufpa, 2012

SILVEIRA, Í. B. **Cabanagem**: uma luta perdida. Belém: Secretaria do Estado da Cultura, 1994.

SILVEIRA, S. **Em busca do país do ouro:** sonhos e itinerários. Cuiabá: EDUFMT, 2004.

SPIX, J. B.; MARTIUS, C. F. **Viagem pelo Brasil. 1817-1820.** Tradução Lúcia Furquim Lahhmeyer. São Paulo: EDUSP, 1981.

TAVARES BASTOS, C. **O Vale do Amazonas**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 3a. ed. , 1975.

THOMPSON, E. P. **Senhores e caçadores**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. P. **Tradición, Revuelta y Consciência de Clase:** estudios sobre la crisis dela sociedad preindustrial. Barcelona: Crítica; Grijalbo, 1979.

VELHO, O. G. **Frentes de expansão e estrutura agrária:** estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

VIDAL, M. C.; MALCHER, M. A. **Sesmarias**. Belém: ITERPA, 2009.

XIMENES, T. Uma oportunidade de análise do desenvolvimento sustentável: a pecuária do Marajó. In: XIMENES, T. (Org.) **Perspectivas do Desenvolvimento Sustentável:** uma contribuição para a Amazônia 21. Belém: UFPA/NAEA, 1997.

Capítulo 8

FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Dante Ribeiro da Fonseca
Antônio Claudio Barbosa Rabello

INTRODUÇÃO

O espaço físico que o estado de Rondônia ocupa hoje é caracterizado pela predominância do bioma amazônico (98%), complementado pelas formações de cerrado. Limita-se com o Amazonas, Mato Grosso, Acre e Bolívia (Departamento do Beni). Dois grandes rios conduziram a ocupação humana nesse espaço até os anos 1960: o rio Madeira e o rio Guaporé. O rio Guaporé tem sua nascente na Chapada dos Parecis (MT), de onde segue até encontrar o rio Mamoré, perto de Surpresa (RO), de onde continua com esse nome até a confluência com o rio Beni, que desce do interior da Bolívia para formar o rio Madeira, principal afluente do rio Amazonas.

Segundo estudos arqueológicos recentes, a colonização humana da Amazônia iniciou por volta de oito a treze mil anos (NEVES, 2006). A esses povos primevos seguiram-se diversas outras ondas formando a população humana encontrada pelos europeus no século XVI, e a partir daí, o padrão de ocupação da Amazônia foi reconfigurado. Manteve-se, porém, o vetor de ocupação fluvial da região, assim como na bacia dos rios Madeira e Guaporé e seus afluentes, onde ocorreram os eventos que vieram a conformar a Rondônia atual (Figura 1).

As várzeas dos rios amazônicos são áreas particularmente propícias à agricultura, além de sua alta piscosidade. Os povos que habitavam a Amazônia no período pré-colombiano conheciam a produtividade dessas áreas para a agricultura

e a pesca, principalmente nos rios de águas brancas, quais sejam, o Amazonas e seus afluentes da margem direita, como é o caso do rio Madeira. No no período pré-cabralino, essas áreas eram densamente povoadas. Os processos adaptativos dessas populações ao ambiente amazônico forjaram dois tipos de culturas distintas em muitos aspectos: a dos povos da várzea e da terra firme. Na várzea, desenvolveram-se os cacicados complexos; e na terra firme viviam os grupos de estrutura mais simples. A população da várzea praticava um comércio intertribal sistemático do excedente por ela produzido. Apesar disso, a ausência de um mercado extenso nos padrões daquele praticado pelos europeus resultou na destruição insignificante dos recursos naturais no período pré-cabralino.

Sob o ponto de vista da ecologia, embora inúmeras espécies florestais exploradas durante toda a colonização da Amazônia tenham sido objeto de destruição, a floresta como um todo foi minimamente danificada tanto no período do extrativismo nômade (exploração das drogas do sertão) como no período do extrativismo sedentário (I Ciclo da Borracha). Em alguns casos esses recursos naturais foram parcialmente extintos como recursso econômicos, ou seja, perderam a sua viabilidade como produtos capazes de sustentar uma economia neocolonial. Este é o caso do peixe-boi, do pirarucu e das tartarugas fluviais, recursos antes existentes em grande quantidade, e que hoje são pouco encontrados nos rios da região.

Na região dos rios Madeira e Guaporé os nativos viviam em dois ambientes naturais distintos. Na área do Madeira, a maioria vivia nas várzeas dos rios, densamente povoadas por grandes aldeias. No Guaporé, viviam nas planícies inundáveis das savanas ou cerrados (llanos ou chacos), onde são observados ainda hoje inúmeros vestígios das culturas que as ocuparam: geoglifos (zanjas) e obras de contenção de águas, diques e canais, além de *mounts* ou colinas artificiais. Estes últimos foram construídos pelos nativos do período pré-cabralino, para as mais diversas finalidades: residência, produção, culto, enterramentos etc., como forma de adaptação às inundações, como aquelas encontradas pela pesquisa arqueológica nas várzeas do rio Amazonas.

Figura 1 - Mapa de Rondônia: rios e malha rodoviária



Fonte: http://www.google.com.br. Disponível em 20/02/2013.

Se os primeiros navegantes neocoloniais do Amazonas foram espanhóis, coube aos portugueses as primeiras tentativas de povoamento daquele espaço. Inicialmente tímidas e restritas a uma pequena área a leste do meridiano de Tordesilhas, essas tentativas tiveram início com o estabelecimento das capitanias do extremo Norte (1534) pelo governo português. A conquista efetiva da Amazônia pelos portugueses inicia em 1616, quando Francisco Caldeira Castelo Branco funda o Forte do Presépio, fincando definitivamente a posse portuguesa na foz do grande rio. Na região guaporeana, a primazia coube aos espanhóis. A fundação de Santa Cruz de la Sierra, em 1561, foi a ponta de lança para o avanço colonizador espanhol até o

rio Guaporé. Já na primeira metade do século XVIII havia três importantes missões jesuíticas espanholas naquela região: a missão de Exaltación, fundada em 1704, no baixo Mamoré; Santa Maria Madalena, fundada em 1717, no rio Itonamas; e São Miguel, fundada no rio Baures em 1725.

A ocupação humana da Amazônia até os anos 1960 foi essencialmente fluvial, pois era em torno do rio que ocorria o cotidiano neocolonial. A ênfase dos planos de interligação e acesso para a Amazônia estava nos recursos hidroviários, permanecendo as ferrovias e rodovias apenas como recursos de transportes complementares. Esse, por exemplo, é o caso do Plano Morais, publicado em 1869 pelo engenheiro militar Eduardo José de Morais, com o título "Navegação interior do Brasil". Nos anos 1930, a Marcha para o Oeste, um projeto geopolítico da ditadura Vargas, também pretendia integrar a Amazônia ao restante do país através dos rios.

Desde a conquista lusitana da Amazônia, considerou-se um imperativo para a melhor exploração dos recursos naturais da região o sucesso da economia agropecuária. O discurso imperialista do século XIX e parte do século XX chegava a assumir que a Amazônia deveria ser internacionalizada para que as terras pudessem produzir para o "benefício da humanidade", a exemplo do que propôs a viajante norte-americana Elizabeth Cary Agassiz (2000, p. 325). Então, era Amazônia extrativista quando a queriam agrícola e pecuária; e hoje se torna agrícola e pecuária, quando a querem ecológica e sustentável. O espaço ocupado por Rondônia vivenciou todos esses momentos de formas diversas, sendo hoje, juntamente com o sul do Pará, a região onde a questão da devastação da natureza se apresenta mais aguda.

A ocupação neocolonial rios Madeira e Guaporé, do século XVII até o século XIX

A efetiva conquista pelos portugueses de um enorme quinhão na Amazônia se dá durante o período de Unificação das Coroas Ibéricas (1580-1640), quando avançaram sobre o território espanhol a oeste de Tordesilhas, criando várias capitanias, que mantiveram ao final daquele período e consolidaram inicialmente com o Tratado de Madri (1750) e tratados seguintes. A princípio, os portugueses pretendiam tornar

a região abastecedora das especiarias cujas fontes no Oriente estavam perdendo, principalmente para os ingleses e holandeses, implantando um projeto agrícola e pecuário. Contudo, a imensa riqueza florestal, uma abundante população indígena passível de ser escravizada e a atração de parcos capitais, mais seduzidos na colônia pelo lucrativo negócio do açúcar no litoral, impôs o modelo extrativista que constituiu, durante aproximadamente 250 anos, uma ocupação neocolonial esparsa, concentrada na foz do rio Amazonas.

A efetivação da conquista portuguesa do interior amazônico se deu principalmente pela ação missionária, por raras ações de particulares, além dos estabelecimentos militares. Ao longo do rio Amazonas e seus afluentes foram criadas inúmeras missões religiosas, que eram, em parte, responsáveis pela conversão dos nativos em população colonial através do descimento. Todo o interior amazônico era objeto de um extrativismo ambulante e sazonal, cujas expedições partiam de Belém, para onde retornavam após realizar a coleta florestal.

Durante todo o século XVIII as tentativas de implantação de estabelecimentos neocoloniais pelos portugueses no rio Madeira foi dificultada pelos indígenas, em defesa de seus territórios e da sua própria liberdade. O indígena foi escravizado ou semiescravizado naquele rio, para o extrativismo do cacau, salsaparrilha, óleo de tartaruga e copaíba (LEONARDI, 1996, p. 69). Grupos como os Arara, os Mundurucu e principalmente os Mura resistiram bravamente ao avanço português.

A primeira missão religiosa fundada no rio Madeira data de 1661. Porém, Borba tem uma história que revela as dificuldades da conquista daquele rio em face da oposição indígena. Em 1728, o padre João Sampaio fundou uma missão no rio Madeira, defronte à foz do rio Jamari. Essa missão chamava-se Santo Antonio das Cachoeiras ou do Jamari, próxima à cachoeira de Santo Antônio, mas esse aldeamento durou pouco. Tendo descido o rio em 1742, este mesmo padre, acossado pelos ataques dos Mura, mudou a aldeia para Baetas, recebendo o nome de Trocano (FONSECA, 1986, p. 325-326). Essa aldeia era conhecida ainda em 1895 como Borba Velha. Assim foi que, após as diversas tentativas de estabelecimento de três povoações, os jesuítas foram recuando desde o alto Madeira até finalmente se estabelecerem na foz daquele rio, em meados do século XVIII (FONSECA, 1986, p. 334).

Nesse século praticava-se como principal atividade econômica no rio Madeira a extração das drogas do sertão, principalmente o cacau nativo, encontrado em grande abundância naquele rio. Para essa atividade coletora deslocavam-se extratores do rio Tapajós, de Belém e mesmo os Mura dedicavam-se a esta coleta. Os rios Mamoré e Beni também eram ricos em cacauais (DIÁRIO de 1781 apud MENDONÇA, 1985, p. 156, 168), sendo objeto da coleta também pelos colonos da Espanha. Em 1733, os irmãos Fernão e Arthur Pais de Barros descobriram ouro no rio Guaporé. Três anos depois, o governo português impediu a navegação naquele rio (1736), intentando coibir o contrabando.

O período pombalino

Uma série de eventos iniciados com a descoberta do ouro no rio Guaporé provocaria a dinamização da colonização na região do Madeira-Guaporé. Com o Tratado de Madri (1750), Portugal consolidou a fronteira além de Tordesilhas, passando os seus domínios na região a limitar-se nos rios Guaporé-Mamoré-Madeira. Uma série de iniciativas da Coroa portuguesa, comandadas pelo ministro do rei de Portugal, o Marquês de Pombal, visavam consolidar essa fronteira e intensificar a exploração daquela área pela metrópole. Na área dos rios Madeira e Guaporé foram criadas as capitanias do Mato Grosso (1748) e sua capital, Vila Bela da Santíssima Trindade, às margens do rio Guaporé (1752); e a capitania de São José do Rio Negro (1755), futura Província do Amazonas (1850). O rio Madeira se consolidou como rota obrigatória de comércio para o norte do Mato Grosso, ligando Vila Bela a Belém (1752). Para dar sustentação a essa rota de comércio foi criada a Companhia do Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755), empresa monopolista que abastecia com produtos importados o Grão-Pará e norte do Mato Grosso. Quanto ao nativo, o Diretório dos Índios e a expulsão dos jesuítas da Amazônia alteraram, em favor dos colonos leigos, a disputa pela mão de obra indígena. O Diretório (1755) entregava a tarefa da introdução do nativo no mundo neocolonial ao Diretor de Índios, um colono leigo. Com a queda da produção de ouro no vale do Guaporé, a extinção da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão em 1775, e a progressiva perda da importância do cacau para a economia amazônica, o trânsito pela região do Madeira-Guaporé decaiu.

Economia da Borracha (1850-1920)

A partir da segunda metade do século XIX, a Amazônia começa a sair da letargia econômica que sempre caracterizou os períodos que intermediaram os grandes surtos extrativistas da região, com o crescimento da demanda de matéria-prima para a indústria da borracha da Europa e dos EUA.

Há indicações que a zona extrativista havia se expandido já em 1865, com a emigração de parte da população das zonas exauridas do Pará para o rio Madeira. Ali, as inúmeras e violentas contestações sobre a posse dos seringais (MAIA, 1956, p. 120), além da valorização daquelas propriedades (COIMBRA, 1989, p. 100), resultaram no redirecionamento do avanço para o rio Purus[1].

A neocolonização da Amazônia Ocidental intensificou-se durante a segunda metade do século XIX. Em 1866, Tavares Bastos informava que, exceto às imediações do Pará, o que havia na Amazônia era deserto. Passadas algumas décadas, aquela região da Amazônia encontrava-se ocupada por colonos como nunca o fora antes. Manaus surgiu como uma cidade moderna, com todos os confortos que a riqueza da borracha pôde proporcionar. Não com tanta rapidez, mas acompanhando o surto de progresso e povoamento neocolonial, intensificou-se também a nova colonização dos rios Madeira e Guaporé.

Simultaneamente à abertura de novos seringais pelos rios mais remotos da Amazônia, intensificou-se o combate ao indígena. Os dados sobre a evolução da busca de mão de obra para essa expansão são incertos, contudo, a literatura coloca em evidência o aumento da escravização indígena e de sua crescente brutalização (SANTOS, 1980, p. 63). O aparelho estatal corrompido contribuía para a exploração do indígena por meio da Diretoria dos Índios. Em 1866, Tavares Bastos fez uma denúncia da superexploração do sistema de barracão e do aviamento, forma dominante de apropriação do excedente durante o período áureo da borracha. Com a garantia da nomeação para a Diretoria dos Índios, o

[1] Um relatório da Repartição dos Negócios da Agricultura, no ano de 1865, já assinalava que os "seringais do Baixo-Amazonas, pela maneira que aí se trabalha, acham-se estragados ou muito fatigados, não compensando o sacrifício da exploração", e as ilhas "vão sendo, também, desprezadas; a população emigrou para o Madeira e agora começa a encaminhar-se ao Purus, onde a posse dos seringais ainda não é contestada, como vai acontecendo no Madeira (TOCANTINS, 1961, p. 106).

nomeado solicita ao negociante o adiantamento de mercadorias necessárias ao início das atividades do extrativismo da borracha, salsa e castanha (aviamento). Colocando o indígena sob sua responsabilidade para trabalhar, remunera-os com mercadorias em troca dos produtos extraídos da floresta (BASTOS, 1976, p. 358). Na época de Tavares Bastos, essa prática por parte dos Diretores de Índios era tão comum que não sobravam índios disponíveis para o trabalho assalariado como remeiros, agricultores ou extratores (BASTOS, 1976, p. 359). Ainda mais, esse agente do Estado vendia com certa frequência os indígenas aos donos de estabelecimentos extrativistas (BASTOS, 1976, p. 360), prática comum também entre os particulares, conforme testemunhado pelo Gal. Severiano da Fonseca nos anos de 1870 (FONSECA, 1986, p. 236).

O braço indígena predominou até o último quartel do século XIX, quando a grande seca no Ceará propiciou condições para a arregimentação de nordestinos para os seringais do Madeira e do Purus (MARAJÓ, 1992, p. 131). Foi o ciclo da borracha que transformou o cabano no caboclo amazônico. Ao transladar em grande quantidade o cabano dos sítios do estuário para os seringais do interior e ao amestiçá-lo com o nordestino, operou-se a transformação. A grande migração nordestina, a partir do ano de 1879, deu à população amazônica a sua feição tal como a conhecemos ainda hoje. Em 1910, o Gal. Lobato Filho contratou um empreiteiro para abrir a picada da linha telegráfica para o rio Jamari. Ao iniciar a tarefa, o general observou que metade do grupo de trabalhadores era composto por nordestinos e outra metade caboclos nativos (LOBATO FILHO, 1957, p. 79).

O impacto dessa migração pode ser avaliado em razão da população total da Amazônia no ano de 1920, quando a produção da borracha já estava em declínio. Naquele ano, a população da Amazônia totalizava 1.439.052 indivíduos, da qual participava aproximadamente meio milhão de pessoas que, segundo estimou Celso Furtado (2000), migaram para a região durante o chamado Primeiro Ciclo da Borracha.

Durante o surto gumífero, o extrativismo do látex era apoiado por outras atividades econômicas. Neville Craig, que participou da segunda tentativa de construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, em 1878, tendo subido o rio Madeira até a altura da cachoeira de Morrinhos, observou ali a existência de lavouras de subsistência. Nos seringais viu cafezais, canaviais, produção de açúcar e farinha de mandioca, criação de

aves e gado vacum, além de atividades pesqueiras – de peixes e quelônios – de cujos ovos se extraía a manteiga e o óleo de tartaruga. Os seringalistas dos rios Madeira e Guaporé (COIMBRA, 1989, p. 100) mantinham constante intercâmbio com o interior da Bolívia para o seu abastecimento (LOPEZ, 1991, p. 29).

A dificuldade em estabelecer os marcos dos limites pactuados pelo Tratado de Ayacucho (1867) permitiu certa liberdade, que se traduzia na transferência e no estabelecimento de grupamentos humanos de proporções significativas em ambos os lados da desconhecida fronteira. Esse processo ocorreu em duas regiões da Amazônia Ocidental; na região do Acre, que foi objeto da ocupação brasileira a partir dos anos de 1860 e na região do alto Madeira, objeto da colonização boliviana na mesma época (TOCANTINS, 1982, p. 106). Assim, constituiu-se o Acre, com uma população predominantemente brasileira em território boliviano; e no alto Madeira, uma população predominantemente boliviana em território brasileiro.

Em 1881, a firma Suárez fundou a povoação de Cachuela Esperanza (UREY, 1975, p. 64), matriz dos seus negócios no Beni. A partir desse ano, Suarez Hermanos se constituiu na mais poderosa empresa de capital regional a operar no ramo do extrativismo do látex na Amazônia. Ao longo do tempo, essa firma dominou 16 milhões de acres de seringais[2] e estendeu suas filiais até as praças de Belém, Manaus e Londres, controlando o circuito da importação dos aviamentos para a sua área de influência. Como feito mais espantoso, conseguiu burlar o monopólio das casas exportadoras europeias e norte-americanas, exportando diretamente para aqueles países (GAMARRA, 1993, p. 41).

Apesar de a Bolívia exportar a maior parte de sua produção pelo oceano Pacífico, a via do Madeira era de fundamental importância para o comércio da borracha no noroeste boliviano, pois o Atlântico estava mais próximo. Adicione-se que o acesso fluvial pelos grandes rios do Beni era mais fácil para esse rio, aumentando ainda a sua preferência pelas condições de navegabilidade (LOBATO FILHO, 1957, p. 27). O porto mais próximo onde se encontrava linha regular de vapor era o de Serpa (Itacoatiara), próximo à foz do rio Madeira. Além da quina

[2] Most powerful of all these men was Colonel Nicolás Suárez, whose Bolivian rubber barony embraced 16 million acres. On the Beni River, the freebooting Suárez had built his own townships of Riberalta and Villa Bella; all rubber flowing down the Beni paid formidable tolls to travel a few hundred yards on this miniature reailroad (COLLIER, 1967, p. 57).

produzida em Caupolícan, descia pelo Madeira a produção extrativa e agropecuária do Beni, em direção a Manaus. Os batelões de transporte (ubás movidas a remo) retornavam ao Madeira com produtos industrializados, vergalhões, ferramentas, armas e munições, bebidas e atavios. Ainda em 1866, a navegação a remo era o recurso para o escoamento da produção e o abastecimento de produtos industrializados para os rios do oeste da Amazônia, inclusive o Beni. De Borba ou Crato era necessário remar contra a correnteza do rio em embarcações com tripulação variando de 13 a 20 remeiros, carregamento de 3.000 a 5.000 quilos de mercadorias até Santo Antônio do Madeira. Nesse ponto iniciava a parte mais difícil da viagem. Nas cachoeiras, por algumas centenas de quilômetros era necessário, em alguns acidentes, descarregar a embarcação e atravessar por terra as mercadorias e a embarcação até superar o obstáculo natural, daí a canoa era novamente colocada no rio e carregada, reiniciando o trabalho de remar (BASTOS, 1976, p. 222-223, 270-271, 274-275, 316-317). A passagem por esse trecho acidentado poderia durar 18 dias (COÍMBRA, 1989, p. 137) ou seis meses, dependendo das condições adversas, como, por exemplo, a morte por doenças epidêmicas, ataques de indígenas ou fuga dos remadores (FONSECA, 1986, p. 275-299).

De seringais abertos nessa época surgiram povoações que hoje são cidades às margens do Madeira. Em 1869, o comendador José Francisco Monteiro (FONSECA, 1986, p. 330) instalou-se próximo ao igarapé do Mirari, abrindo aí um seringal. Sendo atacado frequentemente pelos Parintintim, o seringalista desceu o rio, e na margem esquerda, a duas milhas do Crato, fundou Humaitá (HUGO, 1969, p. 164). Antes mesmo de Humaitá foi criada a povoação de Manicoré, na margem direita do Madeira, entre os rios Manicoré e Mataurá, tornada comarca em 1878 (MARAJÓ, 1992, p. 129). Em 1878, as margens do Manicoré também estavam ocupadas por vários seringais e aldeamentos de indígenas Mura, Turá e Genipapo, já em contato com o mundo neocolonial (FONSECA, 1986, p. 330).

No século XIX, próximo à cachoeira de Santo Antonio surgiu a povoação de Santo Antonio do Rio Madeira (MARAJÓ, 1992, p. 130), posteriormente (1912) vila e cabeça do município de Santo Antonio, pertencente à província de Mato Grosso. Como as demais povoações do Madeira, esta nasceu em torno da atividade extrativista. Era o ponto de embarque e desembarque para quem se dirigia a Belém ou Manaus –

ou ainda subindo o rio em direção ao Mato Grosso e à Bolívia, dependendo do caso, iniciava ou terminava ali o trecho encachoeirado do rio.

Apesar de pertencer ao Mato Grosso, em geral esta localidade era assistida pelo Amazonas, em razão da distância e do isolamento em relação à capital da província a que pertencia. Era através do Amazonas que se provia aquela localidade de fiscalização, guarnição, autoridades civis e eclesiásticas. Era em Santo Antonio que deveria iniciar a construção de uma ferrovia que permitisse resolver o secular problema do transporte, ocasionado pelo trecho acidentado do Madeira. Em 1872, tentou-se a construção da ferrovia, mas sem sucesso; e novamente em 1878, com o mesmo resultado.

Comerciantes e seringalistas da grande área de influência dos rios Beni, Madre de Dios, Guaporé e Mamoré, visando receber mais facilmente ou despachar suas mercadorias para os mercados da Europa e dos Estados Unidos pela via de Belém e Manaus, tinham que passar por Santo Antonio. Com o estabelecimento da navegação a vapor, uma linha regular supria regularmente a localidade, além de vapores particulares. Era de Santo Antonio que as mercadorias passavam das ubás para os navios ou vice-versa, dependendo da direção que se seguia.

No que tange à região do Mato Grosso correspondente aos municípios de Mato Grosso (Vila Bela) e Cáceres, ambos fronteiriços com a República da Bolívia, no ano de 1866 ocorria um visível incremento do comércio de exportação e importação daquele país através dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé. Esse comércio, que já começava a demonstrar o seu potencial de crescimento, poderia ser proveitoso para ambos os municípios, particularmente para Mato Grosso, que compartilhava as margens do rio Guaporé. Contudo, as dificuldades de comunicação desse município com o restante da província e do Império, bem como a sua estagnação econômica limitavam suas iniciativas no sentido de aproveitar-se desse comércio (RELATÓRIO, 1866, p. 19-20).

O município de Mato Grosso, cuja cabeça era a povoação de Vila Bela, que estava situada às margens do rio Guaporé, seria a ligação mais natural com Santo Antonio do Rio Madeira. Porém, era considerado o mais decadente da província a qual pertencia, e da qual se encontrava isolado (RELATÓRIO, 1878, p. 15), e nesse momento já perdera a sua condição de capital para Cuiabá. Porém, ocorre que, para

agravar o isolamento, a vila de Santo Antonio estava sob a jurisdição do município de Cáceres, mais distante ainda que Vila Bela, e sem ligação terrestre ou fluvial com esta.

Em 1878, chegaram ao rio Madeira os engenheiros norte-americanos da P. & T. Collins, empreiteira contratada pelo concessionário da Madeira & Mamoré Railway Co., coronel George Earl Church. Esses técnicos vieram construir uma ferrovia para contornar o trecho encachoeirado do rio Madeira. O local encontrava-se encoberto pela mata, de tal forma que as poucas edificações existentes não eram visíveis para quem estava a bordo do navio em que os observadores se encontravam. Para desembarcar, os viajantes tiveram que abrir uma clareira na mata para descobrir o povoado, composto de aproximadamente oito choças cobertas de palha e dois depósitos construídos com ferro corrugado pela Public Works (1872).

Desde 1898, os brasileiros residentes no Acre contestavam a posse desse território à Bolívia, tendo eclodido, a partir daquele ano, diversas revoltas encabeçadas por seringalistas brasileiros daquela região. Depois da revolta de Galvez (1899), a primeira em território acreano, essas rebeliões não tiveram o apoio do governo brasileiro, embora contassem com a simpatia e o apoio dos governos do Pará e do Amazonas, traduzidos em recursos e armamentos. Em 1901, com a possibilidade de transformar a região em uma ampla concessão de terras do governo boliviano a uma empresa norte-americana (Bolivian Syndicate) para ali explorar a seringa, eclode a última rebelião dos brasileiros no Acre, sob a liderança de Plácido de Castro. Como resultado do litígio, o Acre foi incorporado ao território brasileiro em 1903, através do tratado de Petrópolis. Nesse tratado, novamente o governo brasileiro obrigava-se a resolver a questão do tráfego no trecho encachoeirado que vai de Santo Antônio, no rio Madeira, até Guajará Mirim, no rio Mamoré.

Em 1907, foi iniciada a última tentativa de construção da ferrovia Madeira-Mamoré. A empresa ferroviária Madeira & Mamoré Railway Co. decidiu então recuar o ponto inicial da estrada de ferro para sete quilômetros rio abaixo, em um local denominado Porto Velho (ou Ponto Velho). Com essa transferência, a sede administrativa da ferrovia passaria a situar-se em área periférica do município de Humaitá, no Amazonas, embora a totalidade dos trilhos ficasse no território do Mato Grosso, que era a única povoação existente no leito da ferrovia Santo Antonio, antes da sua construção.

Em 1912, a estrada de ferro foi concluída, e perspectivas otimistas descortinavam-se para Santo Antonio do Rio Madeira. Segundo o governador do Mato Grosso: "A estrada de ferro Madeira-Mamoré, que grande impulso dará à expansão da industria extractiva no norte do Estado." (MENSAGEM..., 1912, p. 48).

Nessa época, a produção de borracha do baixo Guaporé seguia de lancha até Guajará Mirim (Porto Espiridião), daí era embarcada nos vagões da Madeira-Mamoré e seguia para Santo Antonio do Madeira ou Porto Velho. A produção do rio Madeira e seus afluentes era transportada diretamente em lanchas para Porto Velho. Lá chegando, a mercadoria era embarcada em vapores de 10 a 12 pés de calado seguindo para Manaus, onde se fazia o transbordo para navios transatlânticos que a conduziam ao seu porto de destino (MENSAGEM..., 1914, p. 9). Parte dessa carga poderia ser embarcada em portos do rio Madeira, como era o caso de Calama, onde era embarcada a carga do rio Jamari. Em 1914, os navios da Companhia do Amazonas faziam paradas para carga e descarga na foz do rio Jamari, antes de prosseguirem para Santo Antonio[3]. O porto da Madeira-Mamoré em Porto Velho servia aos navios da empresa ferroviária. Em 1919, um viajante declarou que o barracão do seringal Nova Vitória era o porto de baldeação para as mercadorias do rio Jamari (GONDIM, 1922, p. 91-92).

Com base na Tabela 1, pelo volume da arrecadação da Delegacia Fiscal do Norte (Mato Grosso), discriminado pelos diversos rios, podemos observar que as regiões dos rios Jamari e Machado (Ji-Paraná) eram as duas maiores produtoras de borracha na área daquela delegacia.

[3] "Portos de Escalas dos vapores da Companhia do Amazonas. [...] Do rio Madeira. Boca do Canumã. Borba. Vista Alegre. Boca do Aripuanã. Santa Rosa. Manicoré. Bom Futuro. Boca do Carapanatuba. Boca das Tres Casas. Cintra. Humaytha. Missão do S. Francisco. Boa Hora. Boca do Jamary. Santo Antonio." (ALMANACH..., 1908, p. 68).

Tabela 1 - Estado de Mato Grosso: produção de borracha por quilograma no ano de 1913

Localidades	Fina	Sernambi	S. caucho	Cauchi	Soma
Rio Jamari	363.102	40.640	585.070	50.997	1.039.809
Rio Machado	400.912	51.446	311.330	22.799	786.487
Santo Antonio	111.070	8.137	263.699	36	382.942
Vila Murtinho	45.121	3.098	254.413	0	302.632
São Manoel	53.991	13.600	55.545	0	123.136
Soma	974.196	116.920	1.470.057	73.832	2.635.005

Fonte: Delegacia Fiscal do Norte (MT) – Santo Antonio do Rio Madeira.

E quem eram os produtores de borracha dessa região do Mato Grosso? No ano de 1913, organizou-se no Rio de Janeiro a Exposição Nacional da Borracha. O Mato Grosso enviou para a exposição amostras de vários produtores, dentre eles, representando o norte do estado: Assenci & Cia., Guaporé Rubber Company e Julio Muller Rubber Company, as duas últimas pertencentes à Madeira-Mamoré Railway (MENSAGEM..., 1914, p. 6-12).

Apesar de todo o empenho em transformar Santo Antonio em um local habitável, observamos a antevisão inconformada do destino dessa vila por parte do então governador do Mato Grosso, destino esse que o governante vincula, com clarividência, à vizinha rival Porto Velho, senão vejamos:

> *O que tem embaraçado o mais rapido desenvolvimento da villa de Santo Antonio do Rio Madeira, nestes ultimos tempos em que o pavor pela sua tão fallada e exagerada insalubridade vae desapparecendo por completo ante a real melhoria de todas as suas condições sanitárias – é a proximidade de Porto Velho, cidade edificada pela Empreza Madeira-Mamoré, com todas as exigencias da hygiene e para servir de porto à mesma estrada.* (MENSAGEM..., 1914, p. 53).

Atribui-se as vantagens de Porto Velho não somente à iniciativa da Madeira & Mamoré Railway em sanear o local, mas também a certos benefícios a ela concedidos pelo governo. Santo Antonio não contava com uma mesa de rendas e uma agência dos correios por falta de iniciativa da União. Assim, a população deslocava-se para Porto Velho quando necessitava de serviços postais.

Antes da construção da ferrovia, as povoações existentes no alto Madeira eram: Santo Antonio, um pequeno aglomerado de habitações no Salto do Teotônio, e Vila Murtinho, a poucos quilômetros do trecho por onde passaria a linha férrea. Registra-se ainda a existência de outras povoações no lado boliviano, Guayaramerim e Villa Bella, esta última surgida em torno de 1880, por iniciativa da empresa Suarez Hermanos, para servir de suporte ao comércio de borracha (COIMBRA, 1989, p. 137). Entre Porto Velho/ Santo Antonio e Guajará Mirim, ao longo ou próximo ao leito da ferrovia, algumas localidades cresceram e outras surgiram no entorno das estações. Vila Murtinho, que antes da ferrovia não possuía mais que cinco moradias, e Abunã, estação ferroviária em torno da qual surgiu uma povoação. Essas povoações deveriam estar desembaraçadas de alguns limites territoriais, de forma a permitir a criação de uma estrutura para sua manutenção. Assim, por exemplo, a Lei nº 566, de 27 de setembro de 1911, elevou Santo Antonio do rio Madeira à categoria de vila; a Resolução nº 734, de 6 de outubro de 1915, reservava ao município de Santo Antonio do Rio Madeira e às povoações de Ariquemes (rio Jamari) e Tabajara (rio Machado), situadas na área desse município, uma área de mil e 800 hectares para o estabelecimento de lavouras. Na mesma data, a Resolução nº 735 agregou ao já existente Distrito de Paz de Santo Antonio mais três distritos, a saber: 1º Distrito, com sede na vila de Santo Antonio; 2º Distrito, com sede de Presidente Marques; 3º Distrito, com sede em Ariquemes; 4º Distrito, com sede em Tabajara, autorizando o poder público municipal a marcar o dia para o procedimento das eleições para a instalação dos novos distritos de Paz.

Ao assumir o novo diretor da ferrovia, Rodolpho Kesserling, a disposição da empresa em relação ao problema mudou, permitindo-se o povoamento no entorno de suas estações, de tal maneira que em 1914 a estação de Abunã (agora chamada de vila de Presidente Marques) já contava com 84 casas, Vila Murtinho com 41 casas e Guajará Mirim com 52 casas (MENSAGEM..., 1914, p. 57).

Apesar do trabalho secular de amansamento do indígena, no final do século XIX o Madeira era fartamente povoado por várias nações livres do domínio do novo colonizador. Um mapa abrangendo a área que vai desde a cachoeira do Caldeirão do Inferno até um pouco abaixo de Humaitá foi elaborado em 1872, por missionários Franciscanos Observantes que atuavam nesse rio, e refere-se a vários trechos ainda sob o domínio dos indígenas. Na margem direita, em um pequeno trecho do rio

Marmelos assinala o território dos Mura. O rio Machado e seus afluentes eram região dos Parintintim; o rio Preto pertencia aos Iurá e Arara; o rio Jamari era território dos Jacanga-Piranga, Urutucuru, Urapa-Manaca; na margem esquerda da cachoeira do Macaco ficavam os Apama.

Desde o início, a Madeira-Mamoré pretendia integrar em uma mesma empresa a navegação e a ferrovia. O primeiro empreendedor da ferrovia, George Earl Church, antes de conseguir a concessão brasileira percorreu a Bolívia e obteve do governo boliviano a autorização para criar uma empresa de navegação que iria explorar os rios daquele país. Assim, a Madeira-Mamoré poderia, por exemplo, receber cargas em Belém e entregá-las em Santa Cruz de La Sierra, servindo a diversas localidades brasileiras e bolivianas, pela exploração combinada da navegação fluvial com a ferrovia.

Um cartaz da Madeira-Mamoré Railway Co. anunciava que sua Companhia Fluvial possuía agências também em Porto Velho, Guajará Mirim, Puerto Sucre, Trinidad, Santa Cruz de La Sierra, Belém e Manaus, e que aceitava fretes para qualquer parte da ferrovia, além de Villa Bella, Riberalta e qualquer parte do rio Mamoré, inclusive Santa Anna, Trinidad e Santa Cruz de La Sierra, localidades bolivianas.

A decadência da borracha e os vales do Madeira e Guaporé

Encerrada a construção da Ferrovia Madeira-Mamoré em 1912, a borracha extrativa amazônica entra em crise, pela falta de competitividade no mercado mundial, pois, à época, sofria com a concorrência da borracha asiática, de menor valor. A concessão da ferrovia, cujos serviços inicialmente foram explorados pelos norte-americanos, depois passou aos ingleses, que suspenderam o tráfego ferroviário em 1931. Antevendo a crise que essa medida poderia acarretar, o governo brasileiro assumiu a administração da ferrovia. Já nesse momento, praticamente todas as ferrovias brasileiras estavam operando com déficits. Assim, no dizer de Galvão (1996):

A pobreza do mercado interno e o estado geral de subdesenvolvimento do país, de um lado, e, de outro, a enorme dificuldade de o Tesouro Nacional gerar receitas fiscais em uma economia politicamente dominada por uma elite agrária que resistia fortemente ao pagamento de tributos, começavam a ser vistos como os fatores limitativos principais, tanto em termos da

capacidade de investimentos do governo quanto em termos da própria saúde financeira dos diversos e precários sistemas de transportes já em operação. Não é de surpreender, assim, que poucas décadas após o início da construção das primeiras linhas férreas no Brasil, a situação financeira das companhias ferroviárias em operação já constituísse séria preocupação dos governos, transformando-se, com o tempo, em problema crônico que jamais veio a ser adequadamente resolvido (GALVÃO, 1996, p. 192).

No rio Guaporé, a empresa subsidiária da Madeira-Mamoré, a Guaporé Rubber Co., que era concessionária da exploração de seringais na região, passou a operar com embarcações de pouca capacidade de deslocamento, em razão do baixo calado do rio. Mesmo assim, sua manutenção era fundamental para apoiar a população da região num momento de crise da borracha.

Com a suspensão do tráfego da Madeira-Mamoré, a Guaporé Rubber também encerrou suas operações. O coronel Paulo Cordeiro da Cruz Saldanha, tabajara que fora antes administrador da Guaporé Rubber, percebendo os problemas que viriam a ocasionar a suspensão da navegação regular entre os rios Mamoré e Guaporé, escreveu ao Presidente Getúlio Vargas, pedindo-lhe que fosse dada solução ao problema. Foi-lhe então entregue aquela concessão de exploração. Pelo contrato, a empresa deveria realizar uma viagem por mês de Guajará Mirim a Vila Bela da Santíssima Trindade, percorrendo 2.832 quilômetros de viagem redonda.

Com a tomada de Pearl Harbor (1941) pelos japoneses, durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) 97% do suprimento de borracha para os Estados Unidos foi cortado. Aquela região do oceano Pacífico substituíra a Amazônia como a fornecedora desta matéria-prima para o exterior, implantando um sistema agrícola de produção de borracha que derrubou os preços e inviabilizou a exportação da borracha produzida na Amazônia para o mercado internacional. Os norte-americanos já haviam estrategicamente estudado a possibilidade de reativar a produção da borracha amazônica. Assim, em 1942 foram assinados os acordos de Washington, que representavam a proposta de uma ação conjunta entre governos do Brasil e dos Estados Unidos para o esforço de guerra, fornecendo matérias-primas aos norte-americanos, dentre elas a borracha.

Como parte dessas iniciativas, em 1943 foram criados os territórios federais do Amapá, Rio Branco, Ponta Porã, Iguaçu e Guaporé. Apesar dos capitais dispendidos na região amazônica durante a guerra, ao final desta, as exportações da borracha caíram novamente, e a região retornou à situação anterior de estagnação econômica, situação que se agravou em razão de a economia continuar essencialmente extrativista, apesar da tentativa de implantação de núcleos de colonização baseados na agricultura.

Em 1951, foram descobertas jazidas de diamante no rio Machado, também denominado Ji-Paraná, em cujas margens existia um posto telegráfico e um pequeno povoado chamado Vila de Rondônia, hoje cidade de Ji-Paraná, provocando um fluxo de garimpeiros para a região. Porém, um fato que provocaria a virada nos padrões de colonização do atual estado de Rondônia ocorreu em 1955, com a descoberta cassiterita no rio Machadinho, afluente do rio Ji-Paraná.

Quanto às rodovias, estas são pouco citadas nos documentos de época. Posteriormente à criação do Território Federal do Guaporé, em 1943 seu primeiro governador intentou colocar em prática um plano rodoviário (Pará = agrícola, industrial e comercial, 1946).

Nos anos de 1950, a maioria dessas estradas de rodagem não passavam de simples picadas, e poucas eram de fato carroçáveis. No entanto, algumas delas serviram precariamente ao comércio regional. O rodoviarismo tardaria ainda a chegar à Amazônia, embora alguns ensaios já fossem realizados antes dos anos 1960. Como o primeiro ensaio realizado por Aluizio Ferreira para a abertura da rodovia Cuiabá-Porto Velho, a atual BR-364, em 1943, que viria a ser aberta durante o governo Kubitschek, em 1961.

A mudança no padrão de transportes no Brasil, com a concentração quase total das opções no transporte rodoviário, acelerou a agonia das ferrovias e empresas de navegação fluvial e de cabotagem. Em 1961, inicia a abertura definitiva da rodovia Cuiabá-Porto Velho. Nos anos 1970, a Amazônia é cortada por inúmeras estradas de rodagem, entre elas a BR-425, ligando Guajará Mirim a Porto Velho, era o que faltava para a desativação da Madeira-Mamoré, ocorrida no ano de 1972. Findava ali, de fato, a remanescente de um processo histórico de um modelo de transportes que iniciara cem anos antes.

EXPANSÃO DA FRONTEIRA ECONÔMICA PARA OS ESTADOS AMAZÔNICOS: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS (1960-1990)

O quinquênio JK (1956-1960) representou um marco nas políticas de intervenção do Estado brasileiro sobre o espaço amazônico. O primeiro aspecto a ser ressaltado é o fato de ter sido a primeira experiência de planejamento bem-sucedida no Brasil (LAFER, 1975, p. 30), que promoveu, em decorrência, significava intervenção planejada para a região amazônica, tendo como principal instrumento o Plano de Valorização Econômica da Amazônia. Como mais notáveis resultados desse conjunto de ações desenvolvimentistas destacaram-se a abertura das rodovias Belém-Brasília (1959) e Brasília-Acre (1960). A opção pelo modal de transporte rodoviário foi determinante para um novo padrão de ocupação da região, que doravante passa a ter um papel importante para os programas de desenvolvimento brasileiro, por meio de sua produção mineral, agropecuária e a possibilidade de expansão da fronteira agrícola. Essa potencialidade econômica regional seria largamente estimulada durante o período militar (1964-1985) através da "Operação Amazônia".

As ações dos governos militares na Amazônia, norteadas pelo discurso da Segurança Nacional, baseavam-se em dois aspectos centrais. O primeiro era a concepção da ideia de vazio demográfico ou a ausência de população, conforme reafirmava Golbery do Couto e Silva:

> *[...] a oeste o simples domínio, o Brasil marginal, inexplorado em sua maior parte, desvitalizado pela falta de gente e de energia criadora, e o qual nos cumpre incorporar à nação, integrando-o na comunidade nacional e valorizando a sua grande expressão física hoje ainda quase completamente passiva* (SILVA, 1955, p. 43).

O segundo aspecto era a de que a região possuía um potencial econômico inexplorado. Como resultado dessas duas premissas o Estado brasileiro implantou um conjunto de programas para ocupar, desenvolver economicamente e integrar a Amazônia, com palavras de ordem que indicavam tal posição: "integrar para não entregar" e "uma terra sem homens para homens sem terra".

A intervenção na Amazônia seguiu as determinações formuladas pela Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), sendo corroborada pelo processo que extinguiu a SPVEA e criou a Superintendência do

Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) (BRASIL, 1966), que manteve as principais linhas de ação para o desenvolvimento regional: o Estado enquanto agente financiador do desenvolvimento na região; a ideia de que o "vazio demográfico" implicaria na impossibilidade de alcançar o desenvolvimento pretendido e na vulnerabilidade das fronteiras. Por fim, a alternativa da migração para povoar e desenvolver a região.

Dentre os principais programas deste período, destacamos o Programa de Integração Nacional (PIN) e o Programa de Redistribuição de Terra e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA). O PIN definia que:

A estratégia de desenvolvimento mobiliza o País para fortalecer a competição nacional, dotando os principais setores de estruturas novas e mais eficientes, compatíveis com a moderna tecnologia industrial. Por outras palavras, realiza a integração nacional, não permitindo ficarem à margem do processo de desenvolvimento regiões como o Nordeste e a Amazônia (BRASIL, 1971b).

Para tanto, definia as prioridades e determinava que a primeira etapa do programa fosse a construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém. Determinava, ainda, a reserva da faixa de terra de 10 km para a colonização. Já o PROTERRA tinha como objetivo: "[...] promover o mais fácil acesso do homem à terra, criar melhores condições de emprego de mão de obra e fomentar a agroindústria nas regiões compreendidas nas áreas de atuação da SUDAM e da SUDENE" (BRASIL, 1971c). Essas ações eram consolidadas pelo I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) e pelo estímulo à migração e à colonização através da larga oferta de terras na região, conforme nova determinação legal:

Art. 1º – São declaradas indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais, na região da Amazônia Legal, definida no artigo 2º da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, as terras devolutas situadas na faixa de 100 (cem) quilômetros de largura, em cada lado do eixo das seguintes rodovias, já construídas, em construção ou projeto (BRASIL, 1971a).

De acordo com o Decreto, as terras devolutas para o desenvolvimento e segurança do país se estenderiam por todos os estados da Amazônia Legal e tinham a impressionante dimensão 3,5 milhões de km², para serem utilizados em programas diversos, como dispõe o artigo quarto da mesma lei.

O Conselho de Segurança Nacional estabelecerá as normas para a implantação de projetos de colonização ou a concessão de terras, bem como para o estabelecimento ou exploração de indústrias que interessem à segurança nacional, nas terras devolutas das faixas mencionadas no artigo 1º (Idem).

Ou seja, o Decreto previa que até 70% da área da Amazônia Legal poderia ser destinada às ações de desenvolvimento, de integração e de colonização, sendo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) responsável por promover os assentamentos. Foi no início dos anos 1970 que o estado de Rondônia passou por transformações responsáveis pela atual conformação do seu território.

A mais significativa alteração do cenário socioeconômico de Rondônia na década de 1960 deveu-se à expansão das atividades mineradoras. Nos anos 1950, a descoberta de cassiterita tornou-se uma atividade importante, fazendo com que se intensificasse o fluxo migratório, transformando Rondônia no principal produtor desse minério no Brasil até o início dos anos 1980, representando mais de 90% da produção nacional (RABELLO, 1998). A abertura da rodovia em 1960 também representou um fator de mudança no território, que até então tinha a sua população e suas atividades econômicas concentradas no que hoje chamamos de mesorregião Madeira-Guaporé. A rodovia representou a mudança do modal de transportes, que era primordialmente fluvial e ferroviário, como também se tornaria o principal eixo para os programas de colonização dos anos 1970. Essa área de Rondônia seria o que hoje chamamos de mesorregião Leste-Rondoniense (CAVALCANTE, 2011).Todavia, mesmo antes da ação do Incra, Rondônia, com 4,61% de Taxa Média Geométrica de Crescimento Populacional (TMG), apresentava índices superiores à TMG brasileira (2,75) e da Região Norte (2,09).

O crescimento populacional observado nos anos 1960, discrepante em relação à Região Norte e ao restante do país (Tabela 2), chegaria ao seu ápice na década seguinte, devido à atuação do Estado brasileiro através do Incra e dos programas de colonização implantados em Rondônia. Entre 1970 e 1975, o Incra implantou cinco Projetos Integrados de Colonização (PIC), com o seguinte objetivo:

Os Projetos Integrados de Colonização (PIC) se destinavam à faixa de população de baixa renda, especificamente a agricultores sem terra (§ 2º, art. 25, do Estatuto da Terra), e de preferência àqueles que possuem maior força de trabalho familiar. Nas áreas desses projetos, o

INCRA identifica e seleciona os beneficiários, localiza-os nas parcelas por ele determinadas, fornece a infraestrutura básica, e, através dos órgãos responsáveis, a nível nacional, regional, estadual e/ou municipal, implementa as atividades relativas à assistência técnica creditícia, à comercialização, saúde, educação, ao mesmo tempo em que deve montar o sistema cooperativo, para facilitar a organização socioeconômica dos parceleiros. Cabe também ao INCRA outorgar aos beneficiários o título definitivo de propriedade da parcela (NEVES; LOPES, 1979, p. 87, 89).

Tabela 2 - População residente por tipo de domicílio

Brasil, Região e Unidade da Federação	Situação do domicílio	Ano	
		1960	1970
Brasil	Total	70.992.343	93.134.846
	Urbana	32.004.817	52.097.260
	Rural	38.987.526	41.037.586
Norte	Total	2.930.005	3.603.679
	Urbana	1.041.213	1.626.275
	Rural	1.888.792	1.977.404
Rondônia	Total	70.783	111.064
	Urbana	30.842	59.607
	Rural	39.941	51.457

Fonte: http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo.

Os PIC não se destinavam apenas ao estado de Rondônia. Entretanto, foi a região onde os projetos estatais deram o tom da colonização e da área ocupada. Para efeito de entendimento da configuração regional, apenas o PIC Sidney Girão não se localizava na mesorregião leste-rondoniense (Tabela 3).

Tais assentamentos reservavam, em média, lotes de 100 ha para cada família, a partir de triagens realizadas pelo Incra. Como o número de migrantes extrapolava a capacidade de absorção dos PIC, ainda no ano de 1975 o Incra implantou os Projetos de Assentamento Dirigido (PAD) (Tabela 4), que o isentavam de instalar infraestrutura e atendimento às famílias assentadas, pois eram destinados a trabalhadores rurais com mais experiência e melhores rendimentos:

Tabela 3 - Projetos Integrados de Colonização

Projeto	Superfície(ha)	Ano de criação	Famílias assentadas
PIC Ouro Preto	512.585	1970	5.162
PIC Sydney Girão	60.000	1971	638
PIC Ji-Paraná	486.137	1972	4.756
PIC Paulo Assis Ribeiro	293.580	1973	3.353
PIC Pe. Adolpho Rohl	407.219	1975	3.786
Total	1.759.521		17.695

Fonte: Incra-CETR/CDA (1981 apud CUNHA, 1985).

Os chamados Projetos de Assentamento Dirigido (PAD) se destinam a agricultores com maior nível de capacitação profissional, experiência quanto à obtenção de crédito bancário e um mínimo de recursos financeiros. Nas áreas desses projetos o INCRA é responsável pela seleção e assentamento dos beneficiários, pela implantação da infra-estrutura física, loteamento e titulação. As atividades referentes à assistência técnica, comercialização, saúde e educação não estão afetas ao INCRA, mas a outros órgãos diretamente responsáveis, seja ao plano federal, regional, estadual ou municipal (Idem, p. 87).

Essa modalidade de assentamento, ao contrário dos PIC, destinava uma maior parcela de terra para os migrantes, indo de 100 a 250 ha de terra. Em 1975, foram instalados os assentamentos de Marechal Dutra e Burareiro, também na mesorregião leste-rondoniense.

Tabela 4 - Projetos de Assentamento Dirigido

Projeto	Superfície(ha)	Ano de criação	Famílias assentadas
PAD Mal. Dutra	494.661	1975	4.767
PAD Burareiro	304.925	1975	1.640

Fonte: Incra-CETR/CDA (1981 apud CUNHA, 1985).

Durante a década de 1970, portanto, os assentamentos ocuparam cerca de 2.559.107 ha do estado de Rondônia, representando 10,5% de seu território. A população de Rondônia foi quintuplicada em apenas uma década (Tabela 5).

Tabela 5 - População residente

Brasil, Região e Unidade da Federação	Ano	
	1970	1980
Brasil	93.134.846	119.011.052
Norte	4.124.818	6.619.755
Rondônia	111.064	491.025

Fonte: http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo.

As taxas de crescimento geométrico anual chegaram a impressionantes 16,03% em Rondônia, enquanto na Região Norte a taxa era de 4,84% e no Brasil era de 2,48%. O efeito imediato se deu na produção agropecuária, tendo em vista que o contingente de migrantes se destinava prioritariamente ao campo (Tabela 6).

Esse conjunto de ações não traria apenas os resultados previstos para a ocupação e para o desenvolvimento da fronteira. Os frutos de tamanho esforço para a integração, desenvolvimento e segurança nacional tiveram outros resultados. Um deles se faria sentir no final dos anos 1970: a destruição de grande parcela da floresta tropical em Rondônia. O segundo, que se faria sentir no já no início dos anos 1980: mais pressão sobre a fronteira agrícola. A resposta aos resultados e às pressões se deu através da política de Polos, produzindo programas e incentivos a serem aplicados na região amazônica ou em áreas mais restritas, a exemplo do Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLOAMAZÔNIA), Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) e Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE).

O POLONOROESTE, financiado pelo Banco Mundial, tinha como principal finalidade o atendimento à região do entorno da rodovia Cuiabá-Porto Velho no estado de Rondônia. Tal programa visava criar condições para a continuidade da colonização da região, elegendo como seus objetivos os seguintes itens: (1) a integração nacional; (2) promover ocupação demográfica, absorvendo populações marginalizadas; (3) aumentar a produção; (4) reduzir as disparidades de desenvolvimento; (5) preservação das comunidades indígenas e do sistema ecológico. O principal investimento, entretanto, foi a pavimentação da rodovia BR-364, o que resultou e mais pressão sobre a fronteira agrícola. A partir de então, o Incra inaugurou uma nova série de assentamentos na região: Projetos de Assentamento Rápido (PAR).

Tabela 6 - Condição do produtor, utilização das terras, pessoal ocupado, tratores e efetivos de bovinos, suínos e aves

Condição do produtor, utilização das terras, pessoal ocupado, tratores e efetivos de bovinos, suínos e aves	1970	1980
Área ocupada e utilização da terra		
Estabelecimentos	7.082	48.371
Lavoura permanente (ha)	12.273	170.178
Lavoura temporária (ha)	32.363	203.253
Pastagem natural (ha)	82.186	242.653
Pastagem plantadas (ha)	41.006	510.184
Produtivas não utilizadas (ha)		
Pessoal ocupado		
Pessoal ocupado	20.563	176.934
Homens	13.345	116.916
Mulheres	7.218	60.018
Equipamentos		
Tratores	52	570
Criação de animais		
Bovinos	23.125	251.419
Suínos	13.189	362.334
Aves (mil cabeças)	310	2.378

Fonte: http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acero.

Essa nova modalidade de assentamentos não contava com a infraestrutura prevista nos PIC e nem com as condições prévias necessárias aos agricultores dos PAD. Os lotes de terra ficavam em torno de 50 ha e o meio de acesso e de escoamento da produção eram apenas picadas abertas na mata. Os demais serviços (saúde, educação, crédito e apoio técnico) não faziam parte dos projetos. Previa-se apenas que após o início da produção o INCRA forneceria o apoio necessário aos assentados. Nos primeiros anos da década de 1980 temos os seguintes assentamentos, que superavam a soma de todos os projetos anteriores em termos de ocupação de área e de famílias assentadas (Tabela 7).

Taabela 7 - Projetos de Assentamento Rápido

Projeto	Área (ha)	Ano de criação	Famílias assentadas
PAR BR-364	921.487	1980	12.213
PA Urupá	75.460	1981	12.465
PA Machadinho	382.940	1982	2.836
PAR Gleba G	33.944	1982	1.200
PAR Gleba Jacundá	320.880	1982	2.587
PA Bom Princípio	190.000	1983	797
PA Cujubim	204.395	1984	201
Total	2.429.106		32.599

Fonte: INCRA, 1988, 1989; MIRAD (1989 apud DAL MASO, 1990, p. 36).

O resultado desses programas de assentamento alterou ainda mais o quadro demográfico de Rondônia. Na década de 1980, a população do estado ultrapassou o dobro dos residentes domiciliados no censo anterior. A produção agrícola aumentava geometricamente, destacando-se o café, o cacau (lavoura permanente), o arroz, o feijão, o milho e a soja (lavouras temporárias) (Tabela 8).

Tabela 8 - Evolução de produção da lavoura permanente (em toneladas)
(Região Norte e Rondônia)

Região e Unidade da Federação	Produtos das lavouras permanentes	Ano			
		1970	1975	1980	1985
Região Norte	Cacau (amêndoa)	3.320	2.302	12.290	34.441
	Café (em coco)	665	1.514	15.157	69.206
Rondônia	Cacau (amêndoa)	8	2	2.974	9.814
	Café (em coco)	21	1.029	13.739	64.956

Fonte: http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acero.

Já nas lavouras temporárias, a participação de Rondônia na produção total da Região Norte não obteve a mesma importância que os produtos acima mencionados, todavia, o crescimento da produção local também pode ser arrolado como um componente importante para o crescimento econômico do estado, em especial a produção de soja.

Corroboram os dados abaixo os números do PIB. Durante os quinze anos apontados, a Região Norte praticamente duplicou a sua participação no PIB brasileiro, passando de 2,2% para 4,3% da produção nacional. Estados como Amazonas e Pará, com ocupação mais remota e com investimentos mais efetivos (com é o caso da Zona Franca de Manaus), detinham o maior percentual da região. Todavia, os números de Rondônia revelam que os projetos de colonização, bem como a produção mineral, elevaram sua participação no PIB nacional, de 0,1% para 0,5%. Em relação à Região Norte, o resultado seguiu a mesma tendência, pois em 1970 a sua participação no PIB regional era de 4,55%, passando a 11,63% em 1980 (Tabela 9).

Tabela 9 - Evolução de produção da lavoura temporária (em toneladas)
(Região Norte e Rondônia)

Região e Unidade da Federação	Produtos das lavouras temporárias	Ano			
		1970	1975	1980	1985
Norte	Arroz em casca	128.546	337.133	413.799	986.111
	Cana-de-açúcar	164.533	183.099	219.824	281.366
	Feijão em grão	21.034	25.810	49.884	96.552
	Mandioca (aipim, macaxeira)	2.089.558	2.690.581	2.653.744	2.817.945
	Milho em grão	120.440	155.891	240.671	389.441
	Soja em grão	1	66	26	31.651
	Arroz em casca	9.682	125.636	117.717	224.917
	Cana-de-açúcar	1.847	1.074	3.074	4.486
	Feijão em grão	2.826	7.240	19.021	34.187
Rondônia	Mandioca (aipim, macaxeira)	33.811	39.797	50.941	69.520
	Milho em grão	8.764	36.147	67.625	116.558
	Soja em grão	0	66	14	1.257

Fonte: http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acero.

Nas décadas seguintes, a agricultura produziu algumas mudanças nas opções de plantio, perdendo espaço o cacau e o arroz e introduzindo em larga escala o plantio de milho e de soja (Tabela 10).

Tabela 10 - Evolução de produção (em toneladas) em Rondônia

Tipo de Lavoura	Produto	1996	2006
Lavoura Permanente	Café (em coco)	78.921	77.788
	Cacau (amêndoa)	3.605	5.951
Lavoura Temporária	Arroz em casca	87.654	93.759
	Cana-de-açúcar	23.027	32.501
	Feijão em grão	47.929	14.689
	Mandioca	53.569	92.280
	Milho em grão	133.727	155.734
	Soja em grão	1.504	150.567

Fonte: http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo.

O aumento da produção agrícola foi acompanhada, por conseguinte, do aumento da área de plantio (Tabela 11).

Tabela 11 - Evolução de área plantada em Rondônia

Tipo de Lavoura	Produto	1990	1995	2000	2005	2010
Lavoura Permanente	Cacau (amêndoa)	41.375	34.591	33.371	40.789	28.891
	Café (em grão)	148.550	137.739	198.946	167.738	156.606
Lavoura Temporária	Arroz (com casca)	86.161	148.545	96.528	95.539	68.251
	Cana-de-açúcar	462	393	410	700	3.824
	Feijão (em grão)	120.847	123.682	86.197	63.032	58.917
	Milho (em grão)	121.686	198.785	129.953	122.050	157.799
	Soja (em grão)	4.640	4.500	11.800	75.275	122.323

Fonte: http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo.

Mais impressionante que a evolução da produção agrícola foi a pecuária de bovinos no estado, sobretudo se comparado à Região Norte. A Tabela 12 demonstra o crescimento exponencial do rebanho bovino em Rondônia, e seu percentual de participação na produção da grande região.

Tabela 12 - Rebanho bovino (cabeças) na Região Norte e em Rondônia

Região	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2009
Norte	2.113.448	3.687.747	5.273.372	13.316.950	19.183.092	24.517.612	41.489.002	40.437.159
Rondônia	51.507	250.286	764.299	1.718.697	3.928.027	5.664.320	11.349.452	11.532.891
Rebanho bovino de Rondônia na Região Norte (%)								
	2,44	6,79	14,49	12,91	20,48	23,10	27,36	28,52

Fonte: http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo.

O resultado de tamanha mudança na estrutura produtiva do estado de Rondônia implicaria em uma radical modificação de sua paisagem. O POLONOROESTE era avaliado como um programa fracassado, pois havia produzido efeitos danosos ao ambiente, apesar de ter proporcionado uma maior participação no PIB nacional e regional, o aumento da produção agropecuária e o aumento populacional.

Tal avaliação negativa se deu, em grande medida, devido às mudanças no cenário internacional. Os projetos megalômanos de investimento na região produziram efeitos ambientais danosos, como a abertura de frentes de colonização, grandes lagos hidrelétricos, a extração de madeira. Enfim, os objetivos de desenvolvimento para a Amazônia produziram um efeito que não fazia parte das preocupações preliminares. As preocupações ecológicas eram manifestadas por diversas agências, que saíram em defesa do meio ambiente, destacando-se, o World Wildlife Fund (WWF) e posteriormente o Greenpeace. As pressões ambientalistas acabaram por produzir um discurso que chamava a atenção sobre os limites do desenvolvimento. As bases de suas argumentações tinham por premissa o esgotamento dos recursos e a capacidade de suporte do planeta.

Essas pressões culminaram com a declaração do então presidente do Banco Mundial, Barber Conable, em 1988, acerca do POLONOROESTE (GARISSON; APARÍCIO, s.d.). Ele afirmou, como uma autocrítica da ação do banco, que o novo

programa de investimentos na Amazônia, o Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (PLANAFLORO) tinha como principal objetivo corrigir os desvios do plano anterior. Tal afirmativa significou uma alteração na política de investimentos do Banco Mundial, não se tratando mais de pensar o desenvolvimento, mas o desenvolvimento sustentável, ou seja, uma modalidade de desenvolvimento que seria ambientalmente responsável para com as futuras gerações, e que não levasse o planeta ao seu esgotamento.

ECONOMIA REGIONAL CONTEMPORÂNEA NA AMAZÔNIA: IMPACTOS SOCIAIS E AMBIENTAIS (1990-2010)

O PLANAFLORO, surgido em decorrência das avaliações do plano anterior, foi elaborado para tentar responder às demandas ambientalistas de então. Nesse sentido, traçou os seguintes objetivos:

> *Objetivamente, o Plano surgiu depois de um demorado processo de negociação, visando:*
> *– Interrupção do processo de desmatamento predatório das florestas, sobretudo como resultado do POLONOROESTE, desenvolvido na década de 80 também com apoio financeiro do Banco Mundial;*
> *– Recuperação de áreas desmatadas e dos ecossistemas mais frágeis;*
> *– Recuperação das áreas de capoeira pela implantação de culturas permanentes;*
> *– Implantação de um modelo de ocupação racional, econômica e não-predatória na Região Amazônica; e*
> *– Melhoria do nível de vida da população e da infra-estrutura econômica.* (http://www.sober.org.br/palestra/12/06O364.pdf).

O ponto de partida do programa foi a constatação de que havia degradação ambiental e a principal saída apontada foi a elaboração de um Zoneamento Econômico-Ecológico (ZEE). O resultado esperado seria a melhoria da condição de vida e a diminuição do desmatamento, que, segundo o planejamento, seria a solução para o impasse entre desenvolvimento e sustentabilidade ambiental. Criado por meio de Decreto, o ZEE tinha como objetivos: "Harmonizar a ocupação da área rural e utilizar racionalmente as potencialidades econômicas e ecológicas" (RONDÔNIA, 1988).

A proposta determinava, ainda, que fossem levados em consideração os seguintes itens: a) a preservação de ecossistemas frágeis; b) os recursos naturais com uso em bases conservacionistas (autossustentação do sistema de produção); c) a integração nacional da região; d) a manutenção da integridade territorial; e) a proteção das comunidades rurais de tradição; f) a segurança nacional.

Se comparado com as ações anteriores do estado militar brasileiro, este plano, se não ultrapassou as diretrizes anteriormente colocadas, na verdade, apenas incorporou itens de preservação, no entanto, sem verificar a plausibilidade de juntar na mesma proposta, de forma justaposta, elementos que poderiam vir a se contradizer futuramente, como, por exemplo, os conflitos em torno da delimitação das áreas a serem destinadas à produção ou à preservação.

As discussões em torno do zoneamento geraram duas aproximações, e o mesmo só foi aprovado como Lei em 2000, ou seja, sete anos após o fim do período previsto no programa e doze anos após o Decreto.

A realização do PLANAFORO, apesar de partir, pelo menos na teoria, de uma preocupação com a questão ambiental e com a transparência na utilização dos recursos destinados ao programa (elementos-chave para determinar o fracasso do plano anterior), teria como função precípua realizar o zoneamento e conter a devastação ambiental. A participação da sociedade civil na fiscalização deveu-se a pressões e denúncias feitas pelas Organizações Não Governamentais de Rondônia junto ao Banco Mundial, que originaram a criação de um painel de inspeção, cuja finalidade era assim descrita:

"O Painel de Inspeção" é um órgão independente estabelecido pelos Diretores Executivos do Banco Mundial em 1994. O Painel é composto de três inspetores, que foram nomeados por seu conhecimento e experiência. O Presidente do Painel é Ernest Günther Bröder, alemão, ex-presidente do Banco Europeu de Investimento.

O Painel foi criado com o propósito de propiciar um mecanismo legal independente às pessoas afetadas por projetos financiados pelo Banco, através do qual elas possam solicitar ao mesmo que proceda de acordo com suas próprias normas (procedimentos e políticas operacionais). O papel do Painel é conduzir investigações independentes e apresentar recomendações para os diretores executivos.[4]

[4] Pedido de investigação apresentado ao Painel de Inspeção Banco Mundial sobre o Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (1995).

A despeito da maior participação da sociedade civil, as questões relativas ao Desenvolvimento Sustentável, que agora norteavam as ações dos investimentos, continuavam carentes de aprofundamentos. O Relatório de Avaliação do Comitê de Avaliação Independente (COMAI), que contava com a participação de membros de organizações governamentais e não governamentais (quatro membros de cada), deixava claro o conflito existente no cerne dessa nova abordagem do desenvolvimento. O objetivo de tal comitê era:

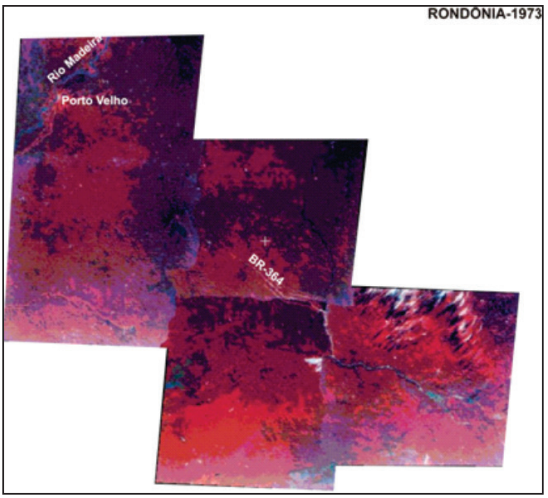
> *[...] fazer com que sejam construídas alternativas para o desenvolvimento de Rondônia, sustentáveis a médio e longo prazo e viáveis nos aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais, que se constituem no objetivo maior do PLANAFLORO.*[5]

A despeito de evidenciar a necessidade de produzir essa nova visão de mundo e de desenvolvimento que respeitasse a natureza, mas desse continuidade ao desenvolvimento econômico em longo prazo, os relatores do COMAI acompanhariam o enorme contingente de teóricos que buscavam alternativas para salvar a natureza e o sistema econômico, sem, entretanto, questionar profundamente o funcionamento do mesmo sistema e sua compatibilidade com a defesa do ambiente.

A principal evidência da ineficácia do PLANAFLORO em conduzir um programa de desenvolvimento e de defesa do meio ambiente pode ser destacada pela devastação da cobertura florestal no estado, mesmo após o início do programa, que tinha por objetivo reverter os efeitos danosos do plano anterior, conforme destacado nas três imagens subsequentes (Figuras 2-4).

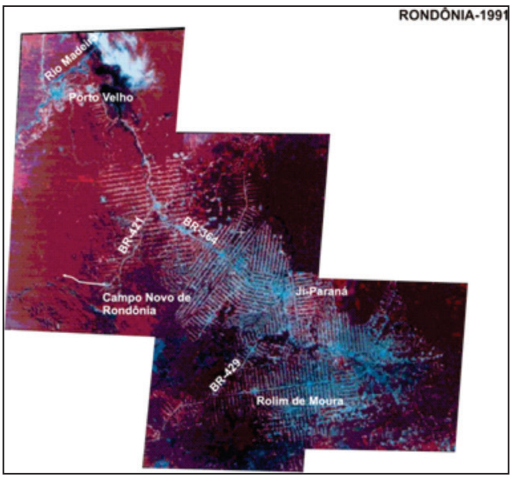
[5] Relatório de avaliação do COMAI. p. 1.

Figura 2 - Mosaico de imagens de satélite (termal) de Rondônia, no eixo da BR-364 (1973)



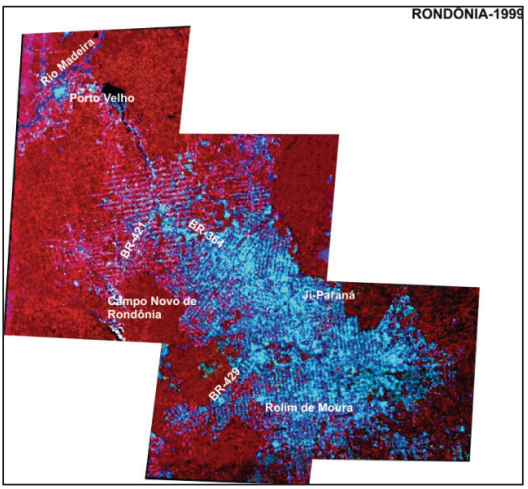
Fonte: CPRM-RO. Hidrovia do Madeira: eixo de integração e desenvolvimento. Porto Velho. CRPR/CREA-RO. 1.

Figura 3 - Mosaico de imagens de satélite (termal) de Rondônia, no eixo da BR-364 (1991)



Fonte: CPRM-RO. Hidrovia do Madeira: eixo de integração e desenvolvimento. Porto Velho. CRPR/CREA-RO. 2001.

Figura 4 - Mosaico de imagens de satélite (termal) de Rondônia, no eixo da BR-364 (1999)



Fonte: CPRM-RO. Hidrovia do Madeira: eixo de integração e desenvolvimento. Porto Velho. CRPR/CREA-RO. 2001.

A despeito de não conseguir realizar a árdua tarefa de conduzir Rondônia ao desenvolvimento e concomitantemente defender o ambiente, o conceito de Desenvolvimento Sustentável alcançava um patamar de inabalável consenso, pois passaria a fazer parte dos programas federais nos anos 1990, mesmo que restrito à sua dimensão discursiva.

Os principais programas do governo federal nos anos 1990 adotariam o Desenvolvimento Sustentável como nova diretriz para a Amazônia e para o Brasil. O Avança Brasil ressaltava a necessidade de uma nova modalidade de desenvolvimento:

O segredo (grifo nosso) para o desenvolvimento sustentável é o crescimento econômico com respeito à vocação das diversas regiões e seus ecossistemas. (Avança Brasil. Disponível em: http://www.abrasil.gov.br/nivel1/produzindo.htm).

A despeito de querermos desvendar o segredo dessa difícil combinação, podemos perceber que a sustentabilidade foi compreendida como um problema importante a ser resolvido.

A Amazônia não tem apenas a maior rede fluvial em volume de água do mundo. Ela também abriga uma das maiores diversidades de espécies vivas do Planeta. Muitas plantas, animais e micro-organismos ainda não estudadas pela ciência poderão servir de base para a pesquisa de alimentos, remédios e outros produtos úteis no futuro. Na Amazônia brasileira vivem 20 milhões de pessoas, que precisam tirar seu sustento dos recursos naturais. E o meio ambiente, fonte de tantas riquezas, não deve ser prejudicado. Por isso a proteção ambiental desta região vem merecendo atenção especial do governo e da comunidade científica. O programa Amazônia Sustentável reúne um grande número de projetos para preservar e manter esta enorme área e, ao mesmo tempo, oferecer opções de desenvolvimento que beneficiem especialmente as populações que lá vivem. Requer também a participação de estados, municípios, organizações não governamentais e comunidades locais, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente (Avança Brasil. Disponível em: http://www.abrasil.gov.br/nivel3/index.asp?id=224&cod=PAMBI.

A "vocação" da Amazônia, que era para a sustentabilidade, todavia apresentava um grande potencial como fronteira de recursos, representando uma enorme área a ser explorada economicamente para agricultura, pecuária, mineração, energia etc. Como combinar a necessidade descrita acima com os princípios do desenvolvimento econômico? O mesmo planejamento que pregava a defesa do ambiente promovia o impacto ambiental, como podemos ver em algumas das políticas apontadas como necessárias para o desenvolvimento da região, adequando seu papel ao restante do desenvolvimento do país. Para a região onde Rondônia se situa – ou a parte sul da Amazônia Legal, o Avança Brasil tinha um programa de desenvolvimento que tinha como objetivo incrementar a produção de grãos, em especial a soja:

O Corredor Oeste–Norte tem por objetivo promover a recuperação e a melhoria das vias de transportes nos estados do Amazonas, Pará, Rondônia e Mato Grosso, áreas onde a produção agropecuária tem apresentado grande crescimento nas últimas duas décadas. A malha rodoviária deste Corredor visa o escoamento da produção, em especial de grãos. As conexões com as hidrovias ao norte fazem com que os produtos alcancem os mercados internacionais, através dos portos de Manaus, Pará e do Maranhão. No oeste, as conexões com as ferrovias (Ferronorte/Ferroban), a Hidrovia Tietê-Paraná e as rodovias facilitam o acesso dos produtos ao mercado do Sudeste e os portos de Santos e Paranaguá. O setor público arca com a construção das rodovias e várias obras de infraestrutura portuária, enquanto que se espera a participação da iniciativa privada nas obras portuárias de Manaus (AM) e Porto Velho (RO) e na implantação da hidrovia do rio Tapajós. Em 2001, foram transportados na hidrovia do Madeira mais de um

milhão de toneladas de soja para exportação, representando um crescimento de 9% em relação ao desempenho de 2000. (Avança Brasil. Disponível em: http://www.abrasil.gov.br/nivel3/index.asp?id=302&cod=BUSCA).

Apontava ainda para a necessidade de aporte de recursos para o setor de energia, tendo como destaque a construção de hidrelétricas no rio Madeira e a construção do Gasoduto ligando Urucu a Porto Velho. Tais empreendimentos diziam respeito ao desenvolvimento econômico da região, mas também implicariam em impactos ambientais. O segredo seria desvendado através da seguinte combinação:

Mundialmente famosa por suas riquezas naturais, a Amazônia ainda tem uma economia relativamente pouco desenvolvida. Isto significa que ela possui um grande potencial de progresso. O desafio é conseguir crescer através de um processo planejado e sustentável, que respeite a natureza e os valores culturais da região. Para alcançar o desenvolvimento sustentável, é preciso criar condições e infraestrutura social e econômica adequadas, que integrem a região e seus produtos ao mercado nacional e internacional, sem devastar. Com estes objetivos, o Programa Desenvolvimento da Amazônia Legal apoia a região em diferentes aspectos: desde estudos para planejar o desenvolvimento e capacitar recursos humanos, até a promoção e difusão de oportunidades, oferta de incentivos fiscais e financiamento para empreendimentos (Avança Brasil. Disponível em: http://www.abrasil.gov.br/nivel3/index.asp?id=291&cod=APROD).

Os grandes empreendimento na Amazônia foram implementados nos oito anos do governo Lula. A construção das hidrelétricas de Santo Antonio e de Jirau está em vias de conclusão. Entretanto, é mister afirmar, que, apesar do impacto socioambiental da obra, esta é celebrada enquanto uma ação para o Desenvolvimento Sustentável.

Como podemos perceber, pelo menos no plano do discurso, o Desenvolvimento Sustentável estaria resolvido. Todavia, ao observarmos as metas propostas pelos planos anteriores, veremos que estas foram atingidas. Poderíamos dizer que ainda estamos diante de um projeto de desenvolvimento. Se retomarmos o Plano de Valorização Econômica da Amazônia produzido nos idos dos anos 1950, e verificarmos os objetivos nele contidos, podemos afirmar que esses objetivos se concretizaram. Como então avaliar tal processo que acarretou um dos maiores índices de desmatamento na Amazônia, sendo responsável, inclusive, por um *mea culpa* por parte do Banco Mundial?

A avaliação de um plano de ações deverá ser feita mediante a verificação do cumprimento das metas previstas e os resultados esperados. Se retomarmos as proposições do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, da SUDAM, do PIN e do POLONOROESTE, podemos afirmar que os objetivos centrais giravam em torno da ocupação da região, do aumento da produção econômica e de sua integração com o Centro-Sul do país.

A ocupação da região era um componente fundamental para a valorização econômica da Amazônia e para a Segurança Nacional. Os resultados de tal iniciativa podem ser verificados na alteração do perfil populacional de Rondônia nos últimos 40 anos, conforme demonstrado na Tabela 13.

Tabela 13 - População residente - 1970-2010 (Brasil, Região Norte e Rondônia)

UF, Região Norte e Brasil	População residente				
	1970	1980	1991	2000	2010
Rondônia	111.064	491,025	1.132.692	1.379.787	1.562.409
Região Norte	4.124.818	6.619.755	10.030.556	12.900.704	15.864.454
Brasil	93.134.846	119.011.052	146.825.475	169.799.170	190.755.799

Fonte: http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo.

Os impactos do avanço demográfico sobre o estado de Rondônia ficam demonstrados na TGM do período. O Brasil crescia 1,81% a.a., enquanto a Região Norte sofria o impacto dos programas de colonização, crescendo 3,42% a. a. O estado de Rondônia, entretanto, crescia a impressionantes 6,83% a.a., demonstrando que a região era um espaço privilegiado para as ações do Estado, no intuito de povoar e integrar a região.

Se a política migratória fora um sucesso, o próximo passo será avaliar a ação dessa população migrante para o desenvolvimento econômico da região. Faremos isso através dos números do PIB e do PIB *per capita*.

Os números do PIB apontam para um quadro semelhante ao do crescimento populacional. Se o esforço de ocupação tinha por objetivo a integração da Amazônia à economia nacional, o crescimento da participação da região Norte no PIB deveria também evoluir, como demonstrado na Tabela 14.

Tabela 14 - Composição do PIB Nacional por regiões - 1970-2009

Região	1970	1980	1990	2000	2009
Centro-Oeste	3,8%	5,39%	5,16%	6,95%	9,59%
Norte	2,16%	3,34%	4,94%	4,60%	5,04%
Nordeste	11,71%	11,96%	12,86%	13,09%	13,51%
Sul	16,71%	16,97%	18,21%	17,57%	16,54%
Sudeste	65,55%	62,34%	58,83%	57,79%	55,32%

Fonte: http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo.

O esforço de crescimento econômico realizado na década de 1970, também chamado de Milagre Econômico, produziu efeito multiplicador na capacidade produtiva brasileira. As regiões brasileiras acompanharam o ritmo vertiginoso do crescimento, com destaque especial para a Região Norte entre 1970 e 1990; e para o Centro-Oeste entre 1990-2000. Nesse quadro de crescimento do PIB, a participação de Rondônia também deve ser destacada (Tabela 15).

Tabela 15 - Composição do PIB da Região Norte por estados - 1970-2009

Estado	1970	1980	1990	2000	2009
Acre	5,92	3,48	2,81	3,36	4,53
Amazonas	31,81	33,28	36,85	37,26	30,40
Amapá	5,18	2,43	3,26	3,89	3,54
Pará	50,76	46,43	41,69	37,34	35,78
Rondônia	4,80	8,07	9,92	11,11	12,40
Roraima	1,52	1,24	2,27	2,20	3,43
Tozcantins		5,07	3,20	4,84	8,93

Fonte: Tabela de crescimento decenal construída a partir dos dados obtidos em http://www.ipeadata.gov.br.

Dos estados com menor expressão em 1970, o grande salto de participação no PIB da Região Norte foi dado por Rondônia. Todavia, isso não significa que os outros estados não tiveram crescimento, mesmo o Pará, com queda acentuada, porém cresceram abaixo da média da região. Somente o Amazonas e Rondônia cresceram acima da média da região durante as quatro décadas.

Se o PIB e a população da Região Norte cresceram, passemos então a verificar o funcionamento do PIB per capita durante o período. A Região Norte foi a que deu maior salto nas duas primeiras décadas, superando apenas a Região Nordeste, o que significa que o crescimento populacional estimulado por políticas migratórias e a produção interna dos estados seguiu o mesmo padrão nacional, mantendo as desigualdades regionais que existiam início dos anos 1970 (Tabela 16).

Tabela 16 - PIB *per capita* por regiões - 1970-2010. Unidade: R$ de 2000 (mil)
(Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB Nacional)

Região	1970	1980	1991	2000	2009
Sudeste	4,09	7,98	8,02	8,79	10,70
Sul	2,52	5,91	6,62	7,71	9,33
Centro-Oeste	2,12	5,25	5,54	6,58	10,80
Norte	1,30	3,34	4,02	3,93	5,13
Nordeste	1,04	2,28	2,70	3,02	3,94

Fonte: http://www.ipeadata.gov.br.

Outra possibilidade de avaliação dos projetos de integração e de ocupação em seus aspectos socioeconômicos é a análise da distribuição de renda, pois num país com uma alta taxa de desigualdade social, todo e qualquer crescimento de produção ou mesmo do PIB *per capita* pode camuflar a reprodução das desigualdades sociais. Vejamos.

Se considerarmos os dados da desigualdade através do coeficiente de Gini, teremos um quadro bastante diverso do PIB per capita (Tabela 17).

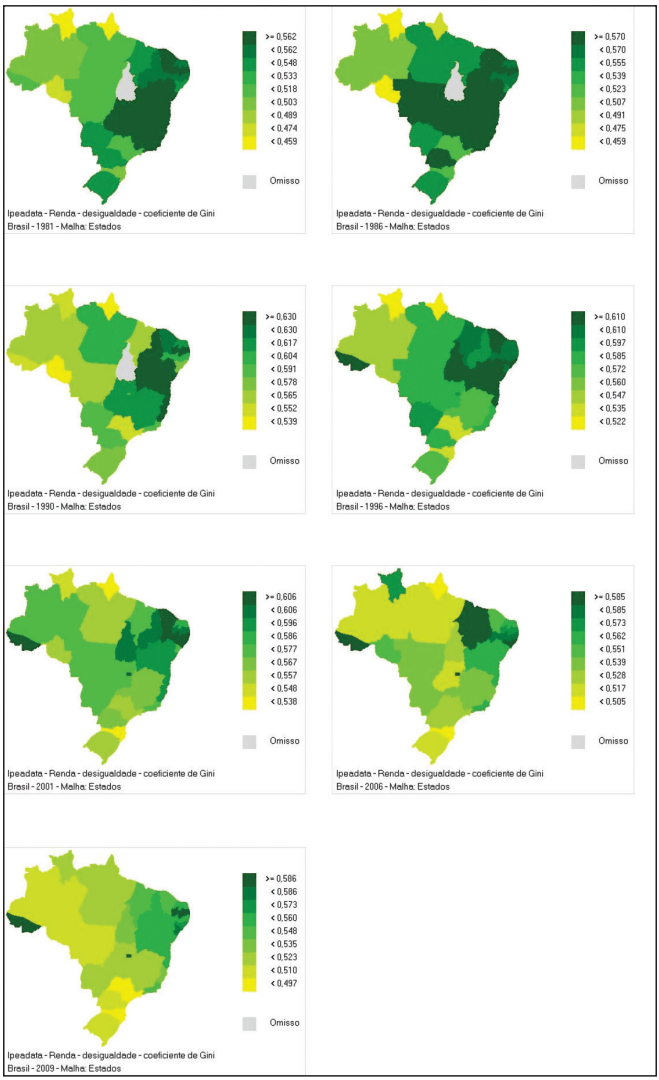
Tabela 17 - Concentração de renda por Unidade da Federação - 1981-2009
(Coeficiente de Gini)

Estado	1981	1986	1990	1996	2001	2006	2009
Acre	0,513	0,504	0,544	0,633	0,625	0,590	0,611
Alagoas	0,539	0,562	0,574	0,635	0,607	0,627	0,572
Amapá	0,435	0,459	0,453	0,519	0,476	0,475	0,519
Amazonas	0,491	0,501	0,560	0,546	0,576	0,513	0,510
Bahia	0,563	0,578	0,647	0,635	0,594	0,557	0,556
Ceará	0,592	0,599	0,627	0,629	0,612	0,548	0,544
Distrito Federal	0,585	0,602	0,589	0,593	0,625	0,607	0,624
Espírito Santo	0,592	0,615	0,646	0,581	0,594	0,537	0,532
Goiás	0,565	0,576	0,612	0,584	0,567	0,510	0,510
Maranhão	0,537	0,542	0,563	0,601	0,574	0,595	0,538
Mato Grosso	0,514	0,595	0,562	0,574	0,571	0,530	0,504
Mato Grosso do Sul	0,535	0,548	0,586	0,587	0,571	0,533	0,521
Minas Gerais	0,568	0,580	0,606	0,570	0,561	0,528	0,513
Pará	0,517	0,545	0,599	0,579	0,551	0,505	0,511
Paraíba	0,572	0,579	0,655	0,599	0,597	0,565	0,591
Paraná	0,546	0,575	0,585	0,577	0,566	0,519	0,497
Pernambuco	0,559	0,556	0,602	0,605	0,617	0,582	0,554
Piauí	0,559	0,594	0,666	0,590	0,598	0,599	0,555
Rio de Janeiro	0,570	0,573	0,583	0,578	0,572	0,555	0,542
Rio Grande do Norte	0,561	0,557	0,609	0,608	0,582	0,561	0,559
Rio Grande do Sul	0,544	0,549	0,569	0,562	0,554	0,515	0,500
Rondônia	0,459	0,459	0,530	0,536	0,548	0,545	0,509
Roraima	0,436	0,442	0,540	0,451	0,538	0,565	0,520
Santa Catarina	0,503	0,521	0,569	0,,522	0,497	0,465	0,460
São Paulo	0,513	0,523	0,539	0,533	0,533	0,525	0,489
Sergipe	0,534	0,545	0,567	0,606	0,571	0,560	0,576
Tocantins				0,638	0,599	0,522	0,523

Fonte: http://www.ipeadata.gov.br.

Notemos que cinco estados da região Norte encontram-se entre as dez menores concentrações de renda do país: Roraima, Amapá, Rondônia, Amazonas e Pará. Entretanto, não haveria como se criar na região uma ilha de prosperidade ou de justiça social. Apesar das diferenças tênues no índice, não se pode afirmar que destoa da realidade brasileira. Portanto, o crescimento econômico regional manteve o mesmo padrão de desigualdade nacional.

Figura 5 - Cartogramas da evolução da concentração de renda no Brasil (1981-2009)



Fonte: www.ipeadata.gov.br.

Se no capitalismo há certa tendência à homogeneização das relações de produção e da integração das economias periféricas ao centro dinâmico, como afirmava Francisco de Oliveira (1977, p. 27), os dados acima (Tabela 17) nos permitem concordar com o autor, pois há certa tendência de realizar, na fronteira conquistada, a mesma má distribuição de renda. Podemos ir mais longe, ainda concordando com Oliveira, ao contrário do que propunha o pensamento cepalino, que identificava nos procedimentos redistributivos a possibilidade de superação das disparidades econômicas regionais, a profunda desigualdade de distribuição de renda não era algo a ser superado.

A despeito de compreender que o papel econômico da Amazônia corresponde ao modelo econômico dominante no Brasil, o qual determinava, através de uma divisão territorial do trabalho, o papel da região no cenário econômico nacional, outros índices também podem ser trazidos para a discussão, os quais dizem respeito às desigualdades sociais, a saber: o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e a Exclusão Social.

O IDH representa uma tentativa de incorporar na mensuração do desenvolvimento outros elementos que não os apenas econômicos: educação, longevidade e renda. Este índice representa uma média simples dos três indicadores. O quadro brasileiro comportou-se da seguinte forma nas últimas décadas.

Este índice aponta para uma clara divisão espacial brasileira no decorrer dessas décadas de investimento na região amazônica. Os índices de 1970 apontavam uma maior pulverização dessa divisão espacial, apesar de já contar com os melhores índices nas regiões Sul e Sudeste (com exceção do Distrito Federal). Podemos observar que os estados do Nordeste possuem os piores índices, contudo, os estados do Centro-Oeste e Norte aparecem dispersos na Tabela 18.

O que esses dados podem representar? Em primeiro lugar, há uma mesma tendência no crescimento dos índices das diversas regiões. Em segundo lugar, o gráfico representa o lugar social que a região ocupa no contexto nacional (Figura 6). A despeito de haver crescimento do índice, representando uma melhoria na qualidade de vida, as regiões Norte e Nordeste ainda aparecem na parte inferior da tabela. Ou seja, mesmo havendo crescimento econômico e populacional na região Norte, o papel a ela atribuído ainda é periférico no painel socioeconômico brasileiro.

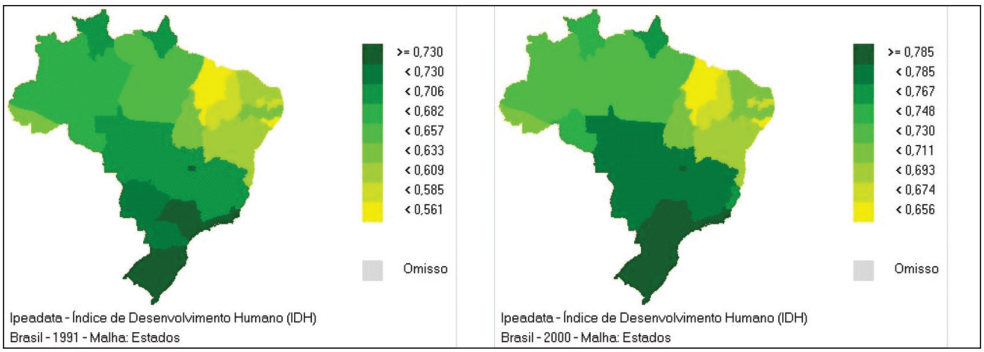
Tabela 18 - Evolução do IDH por Unidades da Federação - 1970-2000[1]

Estado	1970	1980	1991	2000
Acre	0,347	0,506	0,584	0,697
Alagoas	0,286	0,41	0,474	0,649
Amapá	0,42	0,582	0,687	0,753
Amazonas	0,401	0,608	0,658	0,713
Bahia	0,332	0,515	0,53	0,688
Ceará	0,293	0,44	0,517	0,7
Distrito Federal	0,652	0,751	0,806	0,844
Espírito Santo	0,415	0,673	0,704	0,765
Goiás	0,404	0,66	0,722	0,776
Maranhão	0,285	0,405	0,456	0,636
Mato Grosso	0,396	0,618	0,702	0,773
Mato Grosso do Sul	0,437	0,69	0,746	0,778
Minas Gerais	0,412	0,675	0,699	0,773
Pará	0,404	0,579	0,595	0,723
Paraíba	0,277	0,402	0,485	0,661
Paraná	0,44	0,7	0,76	0,787
Pernambuco	0,332	0,502	0,572	0,705
Piauí	0,267	0,385	0,468	0,656
Rio de Janeiro	0,657	0,733	0,782	0,807
Rio Grande do Norte	0,273	0,444	0,539	0,705
Rio Grande do Sul	0,541	0,744	0,786	0,814
Rondônia	0,441	0,595	0,635	0,735
Roraima	0,435	0,679	0,728	0,746
Santa Catarina	0,477	0,734	0,785	0,822
São Paulo	0,643	0,7528	0,787	0,82
Sergipe	0,303	0,477	0,539	0,682
Tocantins	0,316	0,465	0,56	0,71

Fonte: htto://www.ipeadata.gov.br.

[1] Quanto mais próximo a 1, melhor será o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Figura 6 - Cartogramas da evolução do IDH no Brasil (1991-2000)



Fonte: www.ipeadata.gov.br.

O Atlas da Exclusão Social (POCHMANN; AMORIM, 2003) utiliza uma metodologia mais abrangente que a do IDH, compondo o índice os seguintes indicadores: pobreza, emprego, desigualdade, alfabetização, escolaridade, juventude e violência. Apesar da maior abrangência e complexidade do método, os resultados não apresentam grandes diferenças. O cenário nacional não é composto apenas por uma "Belíndia", ou seja, uma área rica como a Bélgica e outra pobre como a Índia. Existe uma faixa intermediária que apresenta padrões de vida semelhantes ao do Leste Europeu. Teríamos, assim, uma "Belbulíndia" (Bélgica, Bulgária e Índia).

O Atlas nos permite identificar a polaridade entre uma ilha de riqueza e uma área muito pobre. No entanto, também evidencia que há um grupo de estados intermediários. Segundo uma reportagem publicada na Revista Isto É, de 26 de junho de 1996, sobre o relatório do Desenvolvimento Humano da ONU, as três faixas eram assim descritas:

Metade dos brasileiros, mais precisamente 72,6 milhões de pessoas, uma população igual à da França, Suécia e Suíça somadas, vive sob padrões de Primeiro Mundo. Outros 25,4 milhões, contingente igual ao da Romênia e Eslovênia, estão a caminho de atingir o mesmo patamar. Há, no país, 48,9 milhões de pobres, o mesmo número dos habitantes de Zaire e Ruanda[6].

[6] EVELIN, Guilherme. Belbulíndia é aqui. Relatório da ONU revela um País dividido em três faixas com padrões de Bélgica, Bulgária e Índia. **Revista Isto É**, São Paulo, n. 1395, 26 jun. 1996.

A faixa intermediária estava assim descrita:

No ranking da ONU, o Rio Grande do Sul desponta como o estado com melhores condições de vida do País, com padrão de desenvolvimento similar ao da Bélgica. Uma surpresa: o segundo Estado mais rico do País, Minas Gerais, não figura no Primeiro Mundo estatístico. Em razão de seus bolsões de pobreza, como o Vale do Jequitinhonha, recebeu um IDH de 0,779, o que o inclui numa faixa que se estende até Roraima engloba também o Amapá, num total de sete Estados – todos com IDH entre 0,7 e 0,8. Eles estão no padrão da Bulgária (Idem).

O Atlas apresenta os seguintes resultados (Tabela 19).

Tabela 19 - Índice de Exclusão Social - 1960-2000, por Unidades de Federação

UF	1960	1980	2000
Acre	0,25	0,319	0,321
Alagoas	0,25	0,205	0,22
Amapá	0,448	0,471	0,377
Amazonas	0,311	0,445	0,332
Bahia	0,316	0,355	0,328
Ceará	0,267	0,274	0,289
Distrito Federal*	-	-	0,85
Espírito Santo	0,327	0,521	0,505
Goiás*	0,429	0,546	0,549
Maranhão	0,219	0,226	0,197
Mato Grosso do Sul**	-	-	0,535
Mato Grosso*	0,425	0,48	0,472
Média Brasil****	0,507	0,574	0,527
Minas Gerais	0,405	0,554	0,588
Pará	0,359	0,408	0,328
Paraíba	0,276	0,231	0,312
Paraná	0,48	0,562	0,639
Pernambuco	0,323	0,299	0,257
Piauí	0,191	0,213	0,247
Rio de Janeiro***	0,945	0,785	0,649
Rio Grande do Norte	0,289	0,316	0,386
Rio Grande do Sul	0,597	0,77	0,709

Quadro 19 - Continuação

Rondônia	0,366	0,311	0,404
Roraima	0,29	0,505	0,381
Santa Catarina	0,425	0,686	0,739
São Paulo	0,798	0,875	0,7
Sergipe	0,28	0,314	0,309
Tocantins*	-	-	0,339

Fonte: Dados obtidos no Atlas de Exclusão Social no Brasil (POCHMANN; AMORIM, 2003).

Como podemos observar, no Atlas da Exclusão também há uma faixa intermediária entre os melhores e os piores índices. Essa faixa é composta pelos estados no Centro-Oeste e alguns estados do Norte (dentre eles Rondônia).

Os dados analisados nos permitem concluir que o discurso que afirmava o fracasso dos programas de desenvolvimento para a Amazônia e, particularmente, a explanação do presidente do Banco Mundial sobre o fracasso dos investimentos do POLONOROESTE estavam equivocados. O primeiro aspecto a ser salientado diz respeito à integração e desenvolvimento econômico da região, que, segundo o planejamento, deveria estimular a migração para a região. Constata-se que os dois objetivos propostos foram alcançados.

O segundo aspecto a ser salientado diz respeito ao tipo de desenvolvimento produzido. Os índices sociais apontam a região em uma faixa intermediária, no tocante ao desenvolvimento humano e à exclusão social. Ora, se levarmos em conta que os programas e planos de desenvolvimento, principalmente a partir do período do governo militar, produziram pobreza e exclusão em todo o país, o problema não reside apenas no modelo de desenvolvimento aplicado à Amazônia, mas ao próprio modelo de desenvolvimento capitalista brasileiro. É conveniente lembrar que há uma linha de tendência de crescimento semelhante, apesar das diferenças regionais. Não se trata, portanto, de repensar o desenvolvimento para a região amazônica a partir de um novo prisma, pois estaríamos tratando a região enquanto uma ilha (o que não é). O que deve ser colocado em questão é a trajetória do desenvolvimento econômico capitalista brasileiro, não bastando inserir em seu conceito a ideia de sustentabilidade, para determinar o seu fracasso.

O terceiro aspecto a ser ressaltado diz respeito aos problemas de ordem ambiental produzidos nas últimas décadas e não resolvidos pela simples adoção do adjetivo "sustentável" para os programas de desenvolvimento.

Aquilo que era o diferente antes de JK e dos governos militares sofreu intervenções para tornar-se igual (parte de um único todo, apesar de ter papel distinto na divisão territorial do trabalho). A alteração de uma visão de mundo desenvolvimentista para outra que transforme a defesa socioambiental na ordem do dia indica que a integração econômica da Amazônia criou uma paisagem perigosa e não desejada. A questão socioambiental não pode permanecer como um acessório na pauta dos programas de desenvolvimento, pois corremos o risco de manter as linhas de tendência apontadas por esse trabalho em seus aspectos sociais e ambientais. Há que se subverter a ordem desenvolvimentista.

REFERÊNCIAS

ACHA, J. A. **De los Andes al Amazonas**: recuerdos de la campanha del Acre. La Paz: Superel, 1980.

ALMANACH DO AMAZONAS PARA 1908. Manaus: Livraria Palais Royal, 1908.

BASTOS, A. C. T. **O vale do Amazonas:** a livre navegação do Amazonas, estatística, produções, commércio, questões fiscais do valle do Amazonas. 3. ed. São Paulo: Nacional; Brasília: INL, 1976.

BRASIL. **Programa Avança Brasi**l. Disponível em: http://www.abrasil.gov.br.

_____. Senado Federal. **Decreto-Lei nº 1.164**, de 1 de abril de 1971. Brasília, DF: Subsecretaria de Informações, 1971a.

_____. Senado Federal. Subsecretaria de Informações. **Decreto-Lei nº 1.179**, de 6 de junho de 1971. Brasília, DF: Subsecretaria de Informações, 1971b.

_____. Senado Federal. **Lei nº 5.727**, de 4 de novembro de 1971. Brasília, DF: Subsecretaria de Informações,1971c.

_____. Senado Federal. **Lei nº 5.173**, de 27 de outubro de 1966. Brasília, DF: Subsecretaria de Informações, 1966.

CAVALCANTE, F. R. C. **Análise da desigualdade regional no estado de Rondônia à luz da teoria institucionalista de Douglass North**. 2011. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

COIMBRA, J. B. **Siringa**: memorias de un colonizador del Beni. La Paz: Juventud, 1989.

COLLIER, R. **The river that God forgot**: the dramatic story of the rise and fall of the despotic Amazon rubber barons. New York: E. P. Dutton, 1968.

COSTA, C. **A conquista do deserto ocidental:** subsídios para a história do Território do Acre. São Paulo: Editora Nacional, 1974.

CRAIG, N. B. **Estrada de Ferro Madeira-Mamoré**: história trágica de uma expedição. São Paulo: Editora Nacional, 1947.

CUNHA, S. R. P. **O xadrez da terra**: um estudo da colonização de Rondônia. 1985. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1985.

DAL MASO, M. **Política de colonização e colonização da política**. 1990. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade de São Paulo, o Paulo, São Paulo, 1990.

FERREIRA, A. In: **Pará = agrícola, industrial e comercial**, Belém, v. XIV, n. 14, jan., 1946.

FERREIRA, H. **Reminiscências da MADMAMRLY e outras mais**. Porto Velho: [s.n.t.], 1969.

FONSECA, J. S. da. **Viagem ao redor do Brasil (1875-1878)**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1986. v. 2.

GALVÃO, O. J. de A. Desenvolvimento dos transportes e integração regional no Brasil: uma perspectiva histórica. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 13, jun.1996.

GAMARRA, M. del P. La participación estatal en la industria de la goma elástica. **DATA: Revista del Instituto de Estudios Andinos e Amazónicos**, La Paz, n. 3, 1993.

GARRISON, J.; APARICIO, T. **The Challenges of Promoting Participatory Development in the Amazon**. This note was written jointly by, Civil Society Specialist with the World Bank's Brazil Program, and. Social Anthropologist at the Inter-American Development Bank. Disponível em: http://siteresources.worldbank.org/CSO/Resources/PlanafloroCaseStudy.pdf.

GAULD, C. A. **Farquhar o último titã**: um empreendedor americano na América Latina. São Paulo: Editora de Cultura, 2006.

GONDIM, J. **Através do Amazonas**: impressões de viagens realizadas em 1921. Manaos: Typographia Cá e Lá, 1922.

HUGO, Vitor. **Desbravadores**. 2. ed. Rio de Janeiro: Cia. Brasileira de Artes Gráficas, 1991. 2v.

LAFER, C. O Planejamento no Brasil – observações sobre o Plano de Metas (1956-1961). In: LAFER, B. M. (Org.). **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LEONARDI, V. **Entre árvores e esquecimentos**: história social nos sertões do Brasil. Brasília: Paralelo; UNB, 1996.

LOBATO FILHO (Gal.). **Avançai para o Jamarí** (a Comissão Rondon nas selvas do Alto Madeira). Rio de Janeiro: [s.n.]., 1957.

LOPEZ, S. Z. **Amazonia boliviana**: introduccion al estudio de la tematica norteamazonica. 1. ed. La Paz: Visión, 1991.

MAIA, Á. **Gente dos Seringais**. Rio de Janeiro: Borsoi, 1956.

MARAJÓ, J. C. da G. A. (Barão de). **As regiões amazônicas**: estudos corographicos dos Estados do Gram Pará e Amazonas. 2. ed. Belém: SECULT, 1992. (Coleção Lendo o Pará, v. 12).

MARTINELLO, P. A "batalha da borracha" na Segunda Guerra Mundial e as suas conseqüências para o vale amazônico. **Cadernos UFAC**, Rio Branco, ser. "C", n. 1, 1988.

MENDONÇA, M. C. de. **Rios Guaporé e Paraguai primeiras fronteiras**. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1985.

MENSAGEM dirigida à Assembléa Legislativa pelo Coronel Generoso P. L. de S. Ponce, Presidente do Estado ao installar-se a 3.ª Sessão da 7.ª Legislatura em 13 de Mayo de 1908. Cuyabá: Typographia Official, 1908.

MENSAGEM dirigida pelo Dr. Joaquim Augusto da Costa Marques à Assembléa Legislativa em 13 de Mayo de 1912. Cuyabá: Typographia Official, 1914.

MENSAGEM dirigida pelo Exm. Sr. Dr. Joaquim A. da Costa Marques, Presidente do Estado à Assembléa Legislativa ao installar-se a 2.ª sessão ordinária da 9.ª Legislatura em 13 de Mayo de 1913. Cuyabá: Typographia Official, 1913.

MENSAGEM dirigida pelo Exm. Sr. Dr. Joaquim A. da Costa Marques, Presidente do Estado do Matto-Grosso à Assembléa Legislativa ao installar-se a 3.ª sessão ordinária da 9.ª Legislatura em 13 de Mayo de 1914 Cuyabá: Typographia Official, 1914.

MENSAGEM do presidente do estado do Matto-Grosso Dr. Antônio Corrêa da Costa à Assembléa Legislativa em sua 2.a sessão ordinária aberta em 1.o de fevereiro de 1897. Cuyabá: Typographia do Estado, 1897.

MENSAGEM lida perante o Congresso Amazonas na abertura da terceira sessão ordinária da sétima legislatura pelo Exmo. Sr. Cel. Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt Governador do Estado em 10 de julho de 1912. Manáos, Secção de Obras da Imprensa Official, 1912.

NEVES, Â. M.; LOPES, A. M. T. Os projetos de colonização. In: VALVERDE, O. (Coord.). **A organização do espaço na faixa da Transamazônica**. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

NEVES, E. G. **Arqueologia da Amazônia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

OLIVEIRA, F. de. **Elegia para uma re(li)gião**. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

PINTO, E. P. **Rondônia, evolução histórica**: a criação do Território Federal do Guaporé, fator de integração nacional. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1993.

POCHMANN, M.; AMORIM, R. (Orgs.). **Atlas da exclusão social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003.

PORRO, A. **O povo das águas**: ensaios de etno-história amazônica. São Paulo: Edusp; Petrópolis-RJ: Vozes, 1996.

PRADO, E. B. **Eu vi o Amazonas**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1952.

RABELLO, A. C. **Produzindo a periferia**: noroeste do Brasil (1950-1960). 1998. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1998.

RELATÓRIO apresentado ao Ill.mo e Ex.mo Sr. Tenente Coronel Albano de Souza Osório, vice-presidente da provincia de Matto Grosso pelo presidente chefe d'esquadra barão de Melgaço ao entregar a administração da mesma Província. Cuiabá: Typographia de S. Neves, 1866.

RELATÓRIO com que o Exm. Snr. Dr. João José Pedrosa, Presidente da Provincia do Matto Grosso abrio a 1.ª sessão da 22.ª legislatura da respectiva Assembléia no dia 1º de Novembro. Cuyabá, 1878.

RONDÔNIA. **Decreto Estadual nº 3.782**, de 14 de junho de 1988. Porto Velho, 1998.

SANTOS, R. **História econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SILVA, G. do C. e. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955.

TOCANTINS, L. **Amazônia, natureza, homem e tempo**: uma planificação ecológica. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

TOCANTINS, L. **Formação histórica do Acre**. Rio de Janeiro: Conquista, 1961. 3v.

UREY, A. C. **Sintesis Monografica del Beni**. Trinidad: Universidad Gral. Jose Ballivian, 1975. v. 1.

Capítulo 9

FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO ESTADO DE RORAIMA

Marcos José Salgado Vital

INTRODUÇÃO

Para a contextualização e análise da formação socioeconômica de Roraima, inicialmente faz-se necessário considerar os fatores relacionados ao sistema produtivo, à qualidade de vida da população e ao aproveitamento dos recursos naturais do Estado, buscando evidenciar os parâmetros socioeconômicos que determinam o seu grau de influência destes o meio ambiente. Portanto, na exposição deste tema pretende-se demonstrar os processos, estratégias e padrões de desenvolvimento que são aplicados nas localidades, e que permitem realizar uma análise da utilização dos recursos e das relações entre as dinâmicas que intervêm no desenvolvimento socioeconômico do estado de Roraima.

Em sentido amplo, a atividade produtiva tem como princípio fundamental a utilização de recursos escassos para suprir as necessidades humanas. No entanto, este processo envolve outros parâmetros que não podem ser compreendidos isoladamente dos fatores históricos e institucionais que determinam a magnitude dos processos de desenvolvimento e seus efeitos nos padrões produtivos, socieconômicos e ambientais no âmbito regional e estadual.

Para o melhor entendimento das questões relevantes neste contexto, é necessário conhecer as condições históricas, estruturais, políticas e administrativas, e os indicadores de evolução da economia que determinam o padrão de vida da sociedade local. Estes fatores são identificados e analisados a partir da caracterização socioeconômica do estado de Roraima.

A partir desta contextualização, pode-se observar que atualmente Roraima é o estado brasileiro que apresenta o menor Produto Interno Bruto, condição que pode ser constatada e analisada a partir dos indicadores socioeconômicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esta realidade reflete o cenário político do estado, historicamente caracterizado por conflitos agrários que remontam ao período colonial, às intervenções das missões jesuítas da igreja católica, às políticas da colônia portuguesa, à utilização do indígena como mão de obra para a pecuária; à ocupação desordenada do solo, bem como aos confrontos ocorridos em meados do século XX nas áreas de mineração e à instabilidade político-institucional, dentre outros fatores significativos na caracterização socioeconômica do estado de Roraima.

Esta análise consiste em evidenciar as estratégias e políticas governamentais direcionadas ao estado ao longo da história, visando traçar um diagnóstico dos efeitos dessas ações sobre a dinâmica estabelecida entre os modos de produção e o uso dos recursos naturais. Essa inter-relação corresponde, em última análise, aos índices de desenvolvimento socioeconômico alcançados por Roraima no contexto atual.

FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA: HISTÓRIA DA OCUPAÇÃO DO ESTADO DE RORAIMA (1616-1960)

O processo de ocupação de uma região decorre da oferta de mão de obra para exploração dos recursos naturais existentes, de forma a atender à demanda da população. A conjugação destes fatores determinam a estruturação e a expansão da economia através do desenvolvimento de atividades produtivas que, por sua vez, dão suporte à formação de uma sociedade, cujas peculiaridades variam conforme as características de cada região.

Portanto, nesta seção será exposto, a partir de uma perspectiva histórica, o processo de expansão das fronteiras coloniais, o crescimento populacional, os impactos das principais atividades econômicas, as situações de conflito, a estrutura física, bem como a história e a cultura locais. Neste estudo evidenciam-se aspectos

determinantes na configuração territorial, na dinâmica de ocupação e uso do solo e dos recursos naturais, considerando a conjuntura histórica, política e institucional que proporcionou o crescimento econômico e o processo de expansão do estado de Roraima até a década de 1960.

Expansão da fronteira colonial

A ocupação do estado de Roraima integra o processo de expansão da colonização portuguesa na Amazônia. A região que hoje compreende o Estado abrigava uma complexa estrutura sociocultural, composta por diversas etnias indígenas. O processo de disputa pelas riquezas regionais foi marcado por diferentes sistemas de troca; guerras e captura de escravos, tendo como protagonistas os conquistadores espanhóis, holandeses, portugueses e ingleses. Os primeiros registros históricos das incursões de conquista do extremo norte da Amazônia ocidental brasileira datam da chegada do expedicionário português Pedro Teixeira à região do rio Branco, situada a cerca de 30 quilômetros da atual capital de Roraima, Boa Vista, em meados do século XVII (BARROS, 1995; SEPLAN, 2003; MAGALHÃES, 2008).

Segundo Barros (1995), as terras da região do rio Branco representavam a parte terminal da linha de penetração portuguesa. As áreas mais ao norte eram povoadas predominantemente por povos indígenas. A ocupação de Roraima acontece no âmbito do programa desenvolvimentista do Marquês de Pombal, ministro português do século XVIII. Dentre as reformas por ele introduzidas no Brasil colônia estava a perda de poder dos missionários religiosos (padres) sobre as populações indígenas, no que diz respeito ao uso da força de trabalho e ao controle dos aldeamentos (temporais).

Ainda à época, a Coroa portuguesa decide consolidar sua presença na região, a partir da construção do Forte São Joaquim (1775-1776), na região de confluência dos rios Urariquera e Tacutu, onde se forma o rio Branco, possibilitando o estabelecimento de vários povoamentos nos anos seguintes. O incentivo à fixação de colonos, à introdução do gado e à criação de fazendas contribuíram para estruturar uma economia baseada na pecuária extensiva de corte, com a exploração da mão de obra indígena (BARROS, 1995).

A ocupação mais efetiva da fronteira setentrional da Amazônia brasileira pelo império colonial português inicia-se no alto rio Branco, região formada por savanas, propiciando a atividade pecuária e a instalação de três fazendas estatais,

denominadas de Fazendas Reais[1] (São Marcos, São Bento e São José). Ao sul, a ocupação ocorre às margens do baixo rio Branco, área caracterizada por extensas florestas, com a implantação de postos de comercialização, por meio do escambo de produtos vegetais (FARAGE, 1991; FREITAS, 1993).

Com o aumento da demanda mundial por borracha, a exploração deste produto vegetal atrai levas de migrantes nordestinos para a Amazônia, incrementando de forma sinérgica a produção pecuária de Roraima. Contudo, na pecuária de então persistia o emprego de técnicas primitivas, a despeito das novas tecnologias surgidas. Este fato, somado ao fim da economia da borracha, acabou retraindo atividade nas duas primeiras décadas de século XX.

Simultaneamente, em 1917 tem-se o registro do início da garimpagem de ouro e diamantes nos rios Mau e Cotingo, ao norte de Boa Vista, feita pelos migrantes nordestinos vindos na época da extração da borracha. Entretanto, este primeiro período da atividade garimpeira entra em decadência na década de 1960 (FREITAS, 1993; BARROS, 1995).

A delimitação territorial do que hoje se configura como estado de Roraima inicia-se em 1858, com a criação da freguesia de Nossa Senhora do Carmo, transformada no município de Boa Vista em 1890. Em 1943, foi criado o Território Federal do Rio Branco, que em 1962 passa a denominar-se de Território Federal de Roraima, cuja área era constituída por apenas dois municípios: Boa Vista e Catrimani. Em 1955, o município de Catrimani passa a se denominar Caracaraí; e em 1982 foram criados os municípios de Mucajaí, Alto Alegre, Bonfim, Normandia, São João da Baliza e São Luiz (FREITAS, 1993).

Estrutura física e geográfica do Estado

O estado de Roraima é uma das nove unidades que integram a Amazônia Legal, e está inserido no extremo setentrional do Brasil, correspondendo a uma grande área territorial do Planalto Norte Amazônico. O estado tem a menor densidade demográfica e a economia menos desenvolvida dentre as sub-regiões da Amazônia brasileira (SEPLAN, 1997; SANTOS, 2010).

[1] Fazendas implantadas acima do ponto onde hoje se encontra a cidade de Boa Vista, na confluência dos dois rios formadores do rio Branco, o rio Tacatu, que vem do nordeste, fronteira com a Guyana; e o rio Uraricoera, que vem da Serra de Pacaraima a noroeste, fronteira com a Venezuela.

A caracterização da paisagem do estado, segundo Guerra (1994), pode ser classificada em três regiões: Baixo Rio Branco, Alto Rio Branco e a Montanhosa.

A região do Baixo Rio Branco apresenta terrenos geologicamente recentes e topografia monótona, com cobertura vegetal formada por floresta tropical densa. É a única área de Roraima que possui as mesmas características de vegetação do restante da Amazônia brasileira, e nela predominam as atividades relacionadas ao extrativismo vegetal.

A região do Alto Rio Branco compreende as terras situadas num vasto peneplano, com a vegetação formada por savanas. Já a região Montanhosa é constituída pelas serras do sistema Parima-Pacaraima (BARROS, 1995; MAGALHÃES, 2008).

O clima de Roraima é quente e úmido (tropical úmido e equatorial subúmido), com temperatura regular anual oscilando entre a média mínima de 20ºC e a máxima em torno de 38ºC. O clima tropical é caracterizado por períodos de seca e chuva bem definidos, com baixos índices pluviométricos anuais – acima de 2.000 mm – e retenção de umidade, fenômenos naturais que trazem consequências negativas às principais atividades produtivas do estado, sobretudo à agropecuária (SILVA, 1994).

Segundo o levantamento realizado pelo projeto RADAM/Brasil (1975), a pedologia de Roraima divide-se em quatro gêneros: Grupo I, constituído de terras roxas e latossolo roxo, que apresenta elevada aptidão agrícola e distribuição restrita, ocorrendo em área de vegetação do tipo cerrado; Grupo II, constituído por latossolo amarelo, vermelho e podzólico vermelho amarelo, tipos de solo considerados de média a boa aptidão agrícola, sendo o grupo de maior distribuição no estado; Grupo III, constituído por solos litólicos e de aluvião, cuja aptidão agrícola é localizada e/ou restrita, que ocorrem com maior frequência nas fronteiras com a Guiana e Venezuela; Grupo IV, representado por solos de baixa aptidão ou nenhuma aptidão agrícola, sendo o grupo com maior diversificação de tipos de solo (BARROS, 1995).

De acordo com Guerra (1994), a hidrografia de Roraima é drenada pela bacia do rio Branco, maior afluente da margem esquerda do rio Negro. Os rios Uraricoera e Tacutu, cujos afluentes e subafluentes têm origem nas serras Parima e Pacaraima, são os formadores do rio Branco. Este, por sua vez, tem 584 km de extensão a partir da confluência dos rios Uraricoera e Tacutu, até a desembocadura do rio Negro, e. Ele tem seu curso dividido em três segmentos: alto, médio e baixo rio Branco.

A cobertura vegetal de Roraima é classificada em dois grupos: a floresta e os campos, que podem ser subdivididos em subgrupos. A extensão de terra mais

importante é a florestal, recobrindo cerca de 80% de todo o estado, e dividindo-se em floresta tropical densa e campinarana. A floresta tropical densa ocupa as porções oeste e sudeste de Roraima. Trata-se de uma cobertura vegetal dotada de árvores com 25 a 50 m de altura. Nas terras altas do planalto Amazonas/Orinoco, no extremo norte e no oeste de Roraima, a floresta assume formas alto-montanhosas e montanhosas. No sudeste, nas elevações dos planaltos residuais nascem os rios Anaiá, Jauaperi e Jatapu do lado do Brasil, e Essequio/Rupunini na Guiana (BARROS, 1995).

Outro grupo de vegetação é representado pelos campos, que cobrem o nordeste de Roraima e se prolongam continuamente em direção à Guiana e Venezuela, após a interseção da floresta/montanha na serra de Pacaraima. Por ser uma microrregião marcada por relevos aplainados ou suavemente ondulados, tem ocupação tradicional pela pecuária desde os séculos XVIII e XIX. Na bacia do rio Branco este grupo de vegetação pode ser dividido em dois subgrupos: a savana (cerrado) e a savana estépica (campos de Roraima). A savana se estende na parte nordeste, com altitudes entre 100 e 160 metros de Mucajaí para o norte, até pouco acima da cidade de Boa Vista; e abrange ainda áreas ao leste, transpondo o rio Tacutu. Entre os paralelos de Mucajaí e Caracaraí, domina uma cobertura vegetal de transição entre a savana e a floresta (BARROS, 1995, SILVA, 2007).

Definição geopolítica

Localizado no extremo norte da Amazônia Legal brasileira, o estado de Roraima faz fronteira ao norte e a noroeste com a Venezuela, a leste e a nordeste com a Guiana e com os estados brasileiros do Pará a sudeste, e do Amazonas ao sul e sudoeste. O estado concentra apenas 2,51% da população da macrorregião Norte, sendo que a população absoluta equivale a apenas a 0,19% no contexto nacional. O estado de Roraima ocupa uma área de 225.116.1 km², representando 2,64% do território nacional e 5,81% da Região Norte (SEPLAN, 2010).

A Figura 1 evidencia a posição estratégica do estado de Roraima referente às fronteiras internacionais, e mostra a sua localização interna, denotando a condição de região do extremo Norte do Brasil.

Figura 1 - Localização do estado de Roraima



Fonte: SEPLAN-RR (2010).

Nesse contexto, o estado é uma unidade da Amazônia Legal e um território de fronteira, com aproximadamente 1.922 km de limites internacionais, sendo 958 km com a Venezuela e 964 km com a Guiana. Trata-se de uma faixa de segurança nacional, com posição estratégica nas relações internacionais, cuja ocupação é caracterizada notadamente por reservas indígenas delimitadas, demarcadas, homologadas, assim como de áreas de preservação ambiental, áreas militares, áreas de produção agrícola, além da formação de pequenos núcleos urbanos (FREITAS, 1993, 1996; SILVA, 2007).

A partir de 1960, a presença do governo federal no Território do Rio Branco foi intensificada. A implantação de uma complexa estrutura institucional na Amazônia (SUDAM, SUFRAMA, INCRA, RADAM etc.) favoreceu essa atuação. Assim, no âmbito da administração indireta, foram criadas empresas estatais em Roraima (CAER, CER, Banco de Roraima e CODESAIMA). Também foram implantados nesse período a TELAIMA, a EMBRATEL, o Batalhão de Engenharia e Construção (BEC), o Batalhão Especial de Fronteiras e a Unidade da Força Aérea Brasileira.

A Constituição de 1988 eleva Roraima à condição de Estado, no entanto, as características político-econômicas da região tiveram poucas mudanças. O estado permanece com seus atuais limites geográficos, mas por determinação legal a União detém o domínio das reservas de preservação permanente, reservas ecológicas, reservas indígenas, dentre outras. Em razão deste fator legal, o estado só dispõe de pouco menos de 10% do seu território para exercer de forma plena a sua ação administrativa e os programas governamentais de desenvolvimento (FREITAS, 1993).

Entre as décadas de 1960 a 1980, Roraima possuía dois municípios – Boa Vista (capital) e Caracaraí. Em 1982, o aumento populacional determinou a criação dos municípios de São João da Baliza, Normandia, Mucajaí, Alto Alegre e Bonfim. Pelo mesmo motivo, em 1994 surgem os municípios de Caroebe e Iracema. A partir de 1995 são criados os municípios de Amajari, Uiramutã, Rorainópolis, São Luiz, Cantá e Pacaraima. O Estado atualmente é composto por duas mesorregiões, quatro microrregiões e 15 municípios (SEPLAN 2003; IBGE, 2007).

A Figura 2 apresenta a estrutura política atual do estado de Roraima, com seus 15 municípios.

Figura 2 - Mapa político do estado de Roraima



Fonte: Roraima (2012).

A estrutura administrativa de Roraima é composta por secretarias de atividades meio (Administração, Fazenda, Planejamento, indústria e Comércio) e de atividades fim (Educação Saúde, Agricultura, dentre outras). No âmbito da economia, diferentes atividades comerciais foram implantadas, sendo a maioria estreitamente ligada ao setor público. Com o fechamento oficial das áreas de garimpo em 1992, o comércio teve um declínio significativo, e os setores da construção civil e madeireiro sofreram maior impacto (FREITAS, 1996; SEPLAN 1997).

A economia de Roraima no pós-Primeira Guerra Mundial: estrutura socioeconômica e herança ambiental até os anos 1960

A história política e econômica de Roraima muda a partir da criação do Território Federal do Rio Branco, em 1943. Nesse período, com a redução do rebanho bovino, a pecuária cece lugar à atividade garimpeira como alternativa de ocupação econômica, reflexo da queda da economia da borracha. A mineração tornou-se a principal atividade econômica privada à época, e entrou em decadência na década de 1960 (SANTOS, 2000).

Com a criação do Território, a partir de 1943 as políticas e os recursos federais impulsionaram o desenvolvimento regional, por meio de ações governamentais caracterizadas pela implantação dos órgãos públicos e a realização de obras de infraestrutura. O território de Roraima teve uma expansão urbana desordenada, principalmente em Boa Vista, em razão da crescente chegada de migrantes. Na ocasião, o estado não contava com estrutura social e econômica capaz de atender a crescente demanda por emprego, moradia, saúde, educação, entre outros. Esta intervenção consolidou a base para a formação de um contingente significativo de funcionários públicos que ainda hoje representa parte importante da geração do fluxo de renda que move o mercado local (FREITAS, 1993).

Segundo Santos (2000), os investimentos realizados no período de 1944-1964 dirigiram-se fundamentalmente para a construção de escolas, postos médicos, urbanização de Boa Vista e abertura de alguns quilômetros de estradas vicinais nas colônias agrícolas, e a taxa anual de crescimento da população no período foi de 3,5%.

Demografia e dinâmica populacional

O crescimento populacional de Roraima manteve um ritmo gradativo e regular até a década de 1970. No entanto, apresentou crescimento demográfico em razão da abertura da BR-174 em 1977, ligando Manaus a Boa Vista, e da campanha do governo do Território de Roraima, aliada à abertura dos garimpos, atraindo muitos grupos de migrantes para o estado (SEPLAN, 1997, IBGE, 2001).

A Tabela 1 apresenta a evolução da população rural e urbana de Roraima no período de 1960/1991.

Tabela 1 - Evolução da população de Roraima – 1960/1991

População	1960	1970	1980	1991
Urbana	12.148	17.481	48.734	140.810
Rural	16.156	23.404	30.425	76.765
Total	**28.304**	**40.885**	**79.159**	**217.575**

Fonte: IBGE (2000).

Na década de 1980 verificou-se o período de maior crescimento populacional, com a população de Roraima passando de aproximadamente 80 mil habitantes para 217.575 habitantes no censo de 1991. O crescimento médio anual durante estes onze anos registrou uma expansão demográfica acelerada, à taxa de 9,5% ao ano, o mais elevado de todo o país, seguido pelo estado de Rondônia, que foi 7,87% ao ano (IBGE, 2000).

A Formação dos aglomerados urbanos e sistemas de uso da terra

Em decorrência do aumento populacional na década de 1980, a capital do estado, Boa Vista, apresentou uma intensificação do desenvolvimento urbano, em razão do fluxo migratório provocado pela atividade garimpeira (IBGE, 2000; SEPLAN, 2003). Por outo lado, verificou-se uma evolução no povoamento das áreas rurais abertas no sudeste, isto é, nos altos cursos dos rios Anauá, Jauapery e Jatapu (IBGE, 2000).

Nas décadas de 1960, 1970 e 1980, o Censo considerou Roraima com dois municípios – Boa Vista e Caracaraí. No Censo de 1991, os dados do município de Cantá foram desmembrados dos de Bonfim, já que o município só foi criado em 1995.

A partir da década de 1990, verifica-se em Boa Vista uma desestruturação significativa nos bairros periféricos, decorrente do êxodo de imigrantes remanescentes da atividade garimpeira. Os bairros de Asa Branca, Caranã, Santa Tereza e Buritis são os que apresentam contingente populacional mais elevado e, portanto, sediam os principais conflitos e desequilíbrios socioeconômicos (IBGE, 2000; BEZERRA, 2001).

Uso da terra e aspecto fundiário

Em Roraima, a prolongada indefinição dos direitos de posse da terra é um dos fatores que contribuem para que o estado não priorize a adoção de um modelo de desenvolvimento

que enfatize a distribuição equânime dos recursos. Dentre as questões fundiárias destacam-se: a posse das Terras Indígenas, a criação das Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Áreas de Reserva Legal (ARL). Somam-se a estas, a falta de infraestrutura adequada nos setores de comunicação, energia e transporte, bem como os interesses políticos difusos, entre outos fatores que determinam a indefinição desse processo.

A questão da terra em Roraima, sua destinação e titulação, já vem sendo objeto de discussão desde o surgimento do Território Federal do Rio Branco, em 1943. Com a criação do Estado de Roraima, em 1988, e efetivado com a posse do primeiro governador, Otomar de Souza Pinto, em 1991, a questão fundiária passa compor a agenda política e as propostas de desenvolvimento para o estado (SEPLAN, 2003; ISA, 2011).

Algumas ações foram implementadas neste sentido, como a Lei nº 10.304/2001, conhecida como "Lei Marluce Pinto", em que se vislumbrou a transferência das terras sob o domínio da União para o estado. Outra medida adotada pelo governo federal refere-se à homologação da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol (TIRSS), pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, por meio de Decreto Presidencial, em 15 de abril de 2005, ratificado pelo Supremo Tribunal Federal em 2009 (ISA, 2011).

Socioeconomia das comunidades tradicionais

Na Constituição de 1988, o governo brasileiro reconheceu formalmente a existência de apenas duas populações tradicionais no Brasil, os indígenas e os quilombolas. Contudo, o Decreto nº 6040, de 7 de fevereiro de 2007, define os povos e comunidades tradicionais como:

> *Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição* (BRASIL, 2007).

Assim, o conceito de "populações tradicionais", além dos indígenas e quilombolas, abrange também os ribeirinhos, os seringueiros, pantaneiros, ciganos, castanheiros (que juntam castanha-do-pará), faxinenses (que plantam mate), geraizeiros (habitantes do sertão), caiçaras (pescadores do mar), quebradeiras de coco de babaçu, dentre outros grupos que abrangem mais de cinco milhões de pessoas em todo o país.

Para Cunha (1999), o reconhecimento dos direitos dos povos tradicionais em geral se fundamenta nos serviços ambientais por eles prestados. À exceção dos povos indígenas, cujos direitos têm um fundamento diferente: baseiam-se no fato histórico de que são eles os primeiros ocupantes do solo brasileiro. Para Silveira (2007), as "populações tradicionais" são uma categoria político-legal que pode ser preenchida por diferentes grupos envolvidos em questões relativas ao campo da conservação ambiental.

Em Roraima, as atividades produtivas consideradas inerentes às populações tradicionais são a economia fluvial, o extrativismo vegetal e a roça de subsistência (MAGALHÃES, 2012). Neste aspecto, a estrutura socioeconômica das populações tradicionais é classificada como frágil, em razão da dependência dos produtos obtidos no extrativismo vegetal e animal, cujos estoques são limitados ou sazonais. Entretanto, os produtos da floresta e dos rios são conhecidos mundialmente há muito tempo, a exemplo da borracha e da castanha-do-pará, sendo esta última representativa do potencial da região até os dias atuais.

A classificação socioeconômica das populações tradicionais de Roraima abrange pelo menos dois grupos: os ribeirinhos do baixo rio Branco e os indígenas. Essas comunidades detêm um vasto conhecimento das propriedades medicinais e alimentícias e as técnicas de manejo dos produtos naturais. Atualmente, esses conhecimentos e produtos têm obtido importância junto ao mercado mundial, em razão de seu grande potencial econômico, a despeito de os políticos locais os considerarem como um entrave ao desenvolvimento de Roraima (ABRANTES, 2010; ISA, 2011; MAGALHÃES, 2012).

Ribeirinhos

Até a construção da BR-174, que liga Manaus a Boa Vista, o rio Branco era a principal via de transporte no estado, sendo Caracaraí o seu porto mais importante. O rio Branco apresenta um bom potencial turístico, pois reflete o esplendor da beleza do ambiente que o cerca, formado por margens bordejadas pela vegetação de mata ciliar e com a presença de uma infinidade de pequenas ilhas e de extensas praias que se formam nos períodos de estiagem (ABRANTES, 2010).

A presença constante de embaúbas às margens do rio Branco é um indicador da existência de populações tradicionais remanescentes até por volta da década de 1970. O deslocamento desses grupos é atribuído à construção da BR-174, que mudou o eixo de circulação no estado, ao declínio da extração do látex da sorva e balata, assim como ao desaparecimento da mais antiga forma de comercialização dos produtos ribeirinhos, o "escambo", com a retirada de serviço do único regatão que circulava no baixo rio Branco (VIEIRA, 2003; MAGALHÃES, 2008).

Apesar da pesca predatória, o rio Branco ainda conserva certa variedade de peixes, utilizados na alimentação, na pesca esportiva e em projetos de piscicultura ornamental. Atualmente é possível contar com fiscais do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Narturais Renováveis) e da FEMACT (Fundação do Estado do Meio Ambiente Ciência e Tecnologia) no combate aos infratores da legislação ambiental relativa à pesca. A despeito desta ação, a realidade socioeconômica dos ribeirinhos (pescadores) continua precária, pois não são beneficiados pelas políticas públicas voltadas às práticas sustentáveis, causando prejuízo a todas as comunidades (FARAGE, 1991; VIEIRA, 2003).

Povos Indígenas

Os grupos indígenas, vêm experimentando ao longo do tempo, diferentes estágios de contato com a sociedade "branca". Por habitarem aldeamentos dispersos em extensas áreas geográficas, ficam sujeitos a constantes conflitos sociais decorrentes das políticas desenvolvimentistas do Estado. O agravamento dessas questões é resultante da expansão da pecuária, dos garimpos e da implantação de assentamentos agrícolas. Embora existam diversos grupos indígenas isolados, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) ainda controla um número significativo da população e dos aldeamentos (FUNAI, 2005).

De acordo com o IBGE, em 2010, a população indígena de Roraima era de cerca de 46.000 pessoas, dividida em oito povos: Ianomâmi, Ingaricó, Macuxi, Patamona, Taurepang, Waimiri-Atroari, Wai-Wai e Uapixana. Estas etnias, por sua vez, estão distribuídas em 32 Terras Indígenas. Economicamente, os povos indígenas se mantêm por meio da criação de pequenos animais domésticos, da agricultura de subsistência e, mais recentemente, tornaram-se criadores de gado bovino, através de projetos de distribuição de gado iniciados pela Igreja Católica

na década de 1980, seguidos, em alguns casos, pela FUNAI e governo do estado (VIEIRA, 2003; ISA, 2011).

Com a expansão da colonização, a área dos campos e savanas do rio Branco foi a primeira a receber assentamentos agrícolas. A partir de então, os povos indígenas que habitavam essa região vivenciaram um intenso processo de aculturação e de desintegração de suas comunidades. Os indígenas passaram à condição de mão de obra auxiliar nas obras, nas fazendas e nas atividades pecuárias, enquanto os rebanhos se espalhavam extensivamente pelos pastos naturais (VIEIRA, 2003).

As reservas indígenas estão presentes em 14 dos 15 municípios de Roraima, com exceção de São Luiz. Em alguns deles, a proporção do território indígena supera 99% do total da área municipal. Em termos gerais, a soma das reservas ultrapassa 46% do território de Roraima. A Tabela 2 mostra a participação das reservas por município.

Pelo percentual de área de ocupação, Uiramutã tem quase a totalidade de suas terras destinada a reservas indígenas, seguida pelos municípios de Pacaraima e Normandia.

Tabela 2 - Participação de Reservas Indígenas por município

Áreas de reserva indígena por município	
Município	**% de Reservas**
Alto Alegre	75,52%
Amajari	60,24%
Boa Vista	24,80%
Bonfim	21,18%
Cantá	7,20%
Caracaraí	16,24%
Caroebe	54,36%
Iracema	75,74%
Mucajaí	56,19%
Normandia	96,39%
Pacaraima	97,94%
Rorainópolis	19,31%
São João da Baliza	47,90%
São Luiz	–
Uiramutã	99,73%
Roraima	46,14%

Fonte: SEPLAN- RR (2012).

EXPANSÃO DA FRONTEIRA ECONÔMICA DO ESTADO DE RORAIMA: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS (1960-1990)

A economia de Roraima não apresenta uma estrutura produtiva complexa, se comparada a de outros estados brasileiros com setores produtivos mais dinâmicos. A base produtiva do estado está na agricultura (arroz, feijão, milho, mandioca e banana), na pecuária (bovinos, suínos e aves) e no extrativismo animal, vegetal e mineral (diamantes, cassiterita, molibdênio, bauxita, cobre, areia, argila, granito e ouro).

No contexto econômico brasileiro, Roraima possui o menor PIB (Produto Interno Bruto), ou seja, entre as 27 Unidades da Federação é o estado que menos produz riquezas. Esta situação decorre do fato de que 79% da área estadual esteja ocupada por áreas indígenas, militares ou de conservação ambiental (IBGE, 2009, SEPLAN 2012). A Tabela 3 demonstra o aspecto fundiário das terras do estado.

Tabela 3 - Aspecto fundiário do estado de Roraima

Aspecto fundiário do estado de Roraima			
Instituição	**Domínio**	**Extensão (ha)**	**(%)**
Áreas Militares	Federal	279.694	1%
Reservas Indígenas	Federal	10.344.318	46%
Unidades de Conservação	Federal	1.705.354	8%
Áreas de Assentamento	Federal	1.170.421	5%
Unidades de Conservação	Estadual	1.207.650	5%
Unidade de Conservação	Municipal	3.113.102	13%
Total das áreas		**17.820.539**	**79%**
Áreas remanescentes de Roraima		**4.609.359**	**21%**

Fonte: SEPLAN-RR (2012).

O aspecto fundiário descrito é um forte argumento de muitos setores que almejam o desenvolvimento produtivista da atual economia de mercado, de que a área destinada à atividade produtiva é muito limitada. Contudo, estudos do Zoneamento Econômico Ecológico (ZEE) de Roraima indicam aptidões diferenciadas para o uso da terra nas áreas que não estão destinadas à ocupação privada (SEPLAN, 2011).

O estado de Roraima tem área territorial de 22.429.898,0000 hectares. Desse total, 60% são terras públicas da União, sendo: 46,12% destinadas às Terras

Tndígenas, sob gestão da FUNAI; 8,0% destinam-se a Unidades de Conservação e Áreas de Preservação Ambiental, sob a gestão do IBAMA; aproximadamente 1% sob a gestão do Ministério da Defesa; e 5% são áreas livres da União para assentamentos. Para áreas de conservação estadual são destinados 5% das terras e 13% para áreas de conservação municipal. As áreas remanescentes do estado representam 21%, em que se incluem 7,58% de áreas tituladas de assentamentos, que representam áreas de domínio privado, entre outras áreas (SEPLAN, 2008, 2012).

A expansão da fronteira econômica do estado resultou de uma estrutura fundiária em formação, de caráter transicional, típica das áreas onde frentes pioneiras avançam sobre áreas devolutas ou aparentemente devolutas, com modelos primitivos de produção, e até mesmo sobre estruturas não convencionais de posse e uso da terra. Nesse contexto, a disputa pela posse da terra e o uso dos recursos naturais originaram grandes conflitos fundiários iniciados nos núcleos garimpeiros isolados na região das serras (FREITAS, 1993; BARROS, 1995; SEPLAN, 2012).

Neste cenário, havia também a presença de uma população ribeirinha, que vivia da produção extrativista na zona de floresta, e ocupava esparsamente as áreas ao longo dos rios, seu principal meio de subsistência e comunicação à época. Havia ainda uma vasta área "inexplorada" de mata, onde habitavam outras tantas populações indígenas já contatadas ou ainda isoladas do "homem branco". As grandes fazendas de gado ou latifúndios, que conviviam nas áreas de campos e cerrados com as populações indígenas, não tinham propriedade legal definida (FARAGE, 1991; IBGE, 2009).

As correntes migratórias se intensificaram com a abertaura de garimpos de forma generalizada, desalojando populações indígenas que se encontravam ainda em seu estágio original. Com a delimitação das Terras Indígenas e das reservas ambientais, a atividade de garimpo foi proibida, mas não foi totalmente paralisada. Foram criados assentamentos rurais, porém, parte da população rural abandonou as glebas e migrou para a capital, Boa Vista, juntamente com migrantes de outras áreas, aumentando consideravelmente o percentual da população urbana do estado (FREITAS, 1993).

Surgiram então as grandes e modernas plantações de arroz e de soja, que dinamizaram a economia do Estado, em especial o setor da indústria de beneficiamento. Em contrapartida, a agricultura extensiva passa a ameaçar a hegemonia da produção pecuária na ocupação das terras, gerando conflitos fundiários. Os governos federal e estadual disputam o controle sobre extensas áreas, na questão da federalização das terras; as formas arcaicas e pouco rentáveis da produção extrativista levam ao

despovoamento definitivo de extensas áreas ao longo dos rios. O desalojamento de fazendas de gado das áreas indígenas provocou a abertura de novas áreas de mata nas áreas liberadas para as suas instalações (IBGE, 2009).

Para Vieira (2003), as questões que envolvem os conflitos pela posse da terra na história do estado de Roraima tem sido a história do confronto entre os defensores e os opositores da criação de áreas indígenas e de preservação ambiental. Por outro lado, para diversos grupos empresariais e políticos do estado, a demarcação das terras indígenas e a criação de reservas florestais inviabiliza o desenvolvimento econômico da região, que desde o fim do período colonial esteve baseado em atividades primárias como a pecuária e, posteriormente, a extração de minérios.

Quanto à situação física e de ocupação das terras no estado, o trabalho desenvolvido pelo RADAMBRASIL[2] (1975) destacou que 34% (84.000 km²) eram inaptas ao uso agrícola e pastoreio extensivo (84.000 km²); 7% eram inaptas ao uso agrícola, mas aproveitáveis para pastoreio extensivo em sistema primitivo (17.000 km²); 41% estavam habilitadas para a agricultura no sistema desenvolvido (101.000 km²); 0,7% estavam regulares para a agricultura no sistema primitivo (1.700 km²).

A regularização fundiária das propriedades rurais, a destinação regulamentada das terras para as comunidades indígenas, a aplicação adequada das políticas ambientais nas APPs e ARLs e os incentivos financeiro-econômicos por meio de políticas públicas condizentes para o setor produtivo das grandes, médias e pequenas propriedades poderão contribuir como um importante instrumento para aumentar a eficiência da alocação de capital nas propriedades e aumentar a produtividade.

Contudo, essse incremento não pode ser pautado em modelos de crescimento que favoreçam tão somente os interesses de grupos detentores de poder econômico-político, tampouco na improvisação de políticas conjunturais, sem foco nas vantagens comparativas locais. Sabe-se que o desenvolvimento é benéfico quando o seu resultado é repartido de forma equânime entre a população, cujo modelo de desenvvolmento deve primar pelo princípio da sustentabilidade.

Entende-se, ainda, que o desenvolvimento traz consigo tensões referentes às mudanças do ecossistema, todavia o desafio é encontrar uma alternativa que considere a diversidade e a viabilidade de integração equilibrada, baseada principalmente na autodeterminação dos agentes envolvidos nesse processo. A situação atual da

[2] Projeto RADAMBRASIL em 1975 objetivava a atualização e sistematização dos dados a respeito da Amazônia brasileira, com a finalidade de orientar de maneira mais racional sua ocupação e exploração.

socioeconomia do estado de Roraima aponta para a necessidade da definição de uma política de desenvolvimento que privilegie a cultura diversa e a vocação produtiva, em equilíbrio com as vantagens comparativas externas.

Políticas de Desenvolvimento e Processo de Ocupação Territorial

O processo de desenvolvimento do estado de Roraima obedeceu a uma dinâmica característica da colonização amazônica, determinada, a princípio, pela preservação do território nacional, em função dos limites fronteiriços com a Venezuela, colonizada pela Espanha; e a Guiana, uma ex-possesão inglesa. Portanto, neste texto, a análise sobre o processo de ocupação do território partirá das condições históricas da formação econômica do estado, através do processo de colonização, da pecuária e da geopolítica. O delineamento específico referente à caracterização ampla da região deve levar em consideração as condições políticas-institucionais que determinam o caráter socioeconômico da região (FREITAS, 1993).

O processo de formação populacional em Roraima ocorreu de forma permanente na década de 1970, provocado pela colonização, que envolveu exploração madeireira, estabelecimento de roças e formação de pastos na área florestal no sudeste do estado. Essa marcha pioneira foi viabilizada pelo prolongamento da estrada BR-174, que até então ligava somente Boa Vista a Caracaraí, e pela construção da BR-210 ou Perimetral Norte (BARROS, 1995). A ocupação das áreas de floresta por pequenos agricultores teve papel relevante na geopolítica do estado, visto que a maioria dos municípios foi criada a partir dos Projetos de Assentamento (SILVEIRA, 1988).

No processo de consolidação geopolítica de Roraima, é importante destacar a evolução demográfica que ocorre inicialmente em Boa Vista, que, segundo Barros (1995), resultou da expansão da pecuária nos campos e savanas do alto rio Branco. Em 1943, o antigo povoado tornou-se sede do Território Federal de Roraima, obtendo uma primazia urbana notável, pelo fato de abrigar o quadro administrativo-funcional do governo. Em extensão, as a garimpagem praticada nos anos de 1930/1950 deixou apenas algumas povoações residuais ao norte de Boa Vista, e entre 1987/1990, a exploração garimpeira resultou na destruição ambiental e humana nas terras Ianomami, além na expansão periférica da cidade de Boa Visra, em áreas que se tornaram subúrbios fantasmas no decorrer da década de 1990.

Coube então à colonização florestal nos anos de 1970 e 1980 ocupar o sudeste do Estado, e os altos e médios cursos dos rios Anauá e Tatapu. Os primeiros esforços de colonização datam de 1944, com a criação da "colônia Mucajaí" e a colônia Cantá. Essas colônias tinham como objetivo formar um cinturão de abastecimento para o mercado de Boa Vista e dos campos e savanas (FREITAS, 1993).

Na década de 1960 a 1980, o processo de colonização se dirige ao sul do estado. Apesar da importância das atividades econômicas, não recebeu incentivos fiscais e financeiros de órgãos governamentais, como a SUDAM e o BASA. De acordo com a SEPLAN (2003), os municípios com maior número de lotes cedidos para os colonos foram São Luis do Anauá e São João da Baliza, ambos representavam 57% de todos os lotes de colonização cedidos pelo estado. A concessão de lotes também foi significativa em Mucajaí e Bonfim, devido aos assentamentos e às colônias implantadas em áreas de transição da vegetação aberta (campos e savanas) para florestal, como Apiaú e Confiança III (Vila Nova e Samaúma).

Os projetos de colonização era concebido como fórmula para aumentar a base demográfica e incrementar a produção de alimentos no estado, com investimentos governamentais para incentivar a imigração com vistas a promover uma ocupação produtiva e ordenada. A localização das áreas colonizadas no estado se concentrava, em sua maioria, ao longo das rodovias recém-abertas: BR-174, BR-210 e BR-401, que se interligam com cerca de 2.000 km de estradas estaduais, além da malha de estradas vicinais (ARANTES, 2009).

Apesar da política de incentivos à colonização, na prática, quase todos os assentamentos não contavam com infraestrutura adequada que possibilitasse o seu desenvolvimento econômico. Os projetos implantados na área de Boa Vista, como o Monte Cristo, que foi, desde o início, marcado por sérios problemas ligados à desapropriação das áreas de interesse, inclusive contando com rede elétrica e apresentava condições bastante favoráveis à produção e escoamento, que viria a incrementar diretamente o abastecimento da capital (INCRA, 2008). Atualmente restaram poucos assentados que ainda exercem atividades agrícolas, visto que devido à localização privilegiada, tornou-se uma área residencial bem valorizada, e hoje desenvolvem outras atividades. O assentamento do Passarão, também na área de Boa Vista, não logrou êxito na produção, e os assentados acabaram por abandonar a região. Hoje, parte da infraestrutura para geração de energia, distribuição e irrigação encontra-se abandonada (INCRA, 2008).

Como forma de incentivo, as estradas vicinais foram construídas transversalmente às estradas federais, para possibilitar a penetração dos agricultores na floresta, e também como efeito multiplicador do processo de colonização. Os projetos mais próximos de Boa Vista tendem a desenvolver a agricultura e pequenas criações, e os mais distantes, ao contrário, orientam-se, sobretudo, para a exploração de madeira e pecuária bovina, cujos produtos podem esperar ou adaptar-se às vicissitudes do sistema de transporte. As terras que os colonos recebem são doadas pelo estado, entretanto os programas não são ordenados e carecem de boa estruturação, tanto institucional quanto econômico-funcional, visto que a população assentada, em geral, não obtêm melhores condições de vida (ARANTES, 2009).

Características das atividades econômicas desenvolvidas em Roraima

A atividade econômica se materializa na produção de uma ampla gama de bens e serviços que têm como objetivo final a satisfação das necessidades humanas de consumo através da distribuição. Com tal fim, as atividades produtivas e de distribuição se realizam através de numerosas unidades de produção que empregam fatores produtivos (trabalho, capital e recursos naturais) escassos e suscetíveis, portanto, de usos alternativos (PEARCE, 1995).

De acordo com a SEPLAN (2011), as atividades econômicas que apresentam potencial produtivo no processo de desenvolvimento do estado são representadas pela pecuária; pela agricultura familiar praticada nos projetos de assentamentos e nas Terras Indígenas; pelas monoculturas de grãos, com a expansão do agronegócio; a exploração madeireira, entre outras.

Outras atividades são ações relativas às políticas da Zona de Processamento de Exportação (ZPE); das Áreas de Livre Comércio (ARL); de fomento ao desenvolvimento das comunidades indígenas; da gestão dos assentamentos rurais; dos programas sociais de assistencialismo; de desenvolvimento e articulação da infraestrutura energética, de transporte e de comunicação e de execução da política ambiental. Conforme a SEPLAN, estas configuram ações de governança equilibrada rumo a um processo de desenvolvimento social baseado na sustentabilidade socioeconômica, cultural e ambiental do estado de Roraima.

Uso da terra e cobertura do solo

No processo de expansão da fronteira produtiva em Roraima, identifica-se o predomínio de atividades econômicas relacionadas principalmente à utilização dos recursos resultantes das atividades da agropecuária; da exploração madeireira; da plantação extensiva de monoculturas pelo agronegócio; da agricultura de caráter familiar praticada nos assentamentos de colonos e em Terras Indígenas; da mineração; do extrativismo vegetal e da pesca, dentre outras (BARBOSA, 1997; ARCO-VERDE, 2005). Assim, faz-se necessário conhecer as características de cobertura e uso da terra em Roraima.

Conforme o levantamento feito pelo IBGE, existem quatro classes de uso da terra. As áreas antrópicas não agrícolas englobam as áreas urbanizadas das cidades, vilas, povoados e outros aglomerados populacionais localizados na zona urbana ou rural, passíveis de serem mapeados, inclusive os distritos industriais; e as zonas rurais, destinadas à mineração. A segunda classe abrange as áreas agrícolas ocupadas com culturas temporárias e permanentes, pastagens e áreas de silvicultura. A terceira classe corresponde às áreas de vegetação natural, de formações florestais e campestres, que em Roraima constituem a maior área ocupada.

Da área total dos cerrados de Roraima, cerca de dois milhões de hectares têm condições edafoclimáticas para a agricultura comercial, voltada para a produção de grãos. A quarta classe, a da água, está configurada nos corpos d'água continentais do estado (rios) (IBGE, 2005, 2009). Segundo a EMBRAPA (2010), o estado de Roraima apresenta um significativo ganho relativo ao plantio, colheita, ciclo de desenvolvimento e produtividade, se comparado a outras regiões do país (ARCO-VERDE, 2005; EMBRAPA, 2010, SEPLAN, 2010).

Áreas de vegetação natural

A cobertura vegetal do estado de Roraima engloba um importante conjunto de formações primárias (florestais e campestres) ainda não degradadas. Isto se deve ao fato de o estado, até poucas décadas atrás, não contar com infraestrutura viária, dificulando o deslocamento da população e a sua interiorização. Agrega-se a isso a presença ancestral de grupos indígenas, que conservaram as áreas de vegetação primária, pois delas extraem as suas principais fontes de alimentos (IBGE, 2009; ISA, 2010; SEPLAN, 2010).

As áreas de floresta ocupam a maior porção do estado, e são constituídas principalmente pela Floresta Ombrófila Densa, que ocorre maciçamente a oeste, noroeste e sudeste. As áreas de Savanas, conhecidas por Campos e Cerrados, ocupam a parte centro-leste e nordeste, perfazendo 17% da área total do estado. Nesta parte são encontradas algumas Terras Indígenas, a Floresta Nacional de Roraima, onde são praticadas atividades extrativas, como a coleta de folhas, frutos e sementes empregados na farmacologia, na medicina e na alimentação da população local (BARBOSA, 1997; IBGE, 2009).

O estado de Roraima detém um enorme mosaico de Terras Indígenas em domínio florestal e de savana o que contribui para a preservação dessas terras. A inexistência de tecnologias alternativas de manejo sustentável dos recursos vegetais (florestais) inibe a exploração da atividade madeireira em nível industrial, tornando a atividade de cunho estritamente extrativista e predatório da vegetação nativa (IBGE, 2009; BARBOSA, 2010; ISA, 2010).

Recursos hídricos

Das bacias hidrográficas existentes em Roraima, a do rio Branco é a mais significativa, ocupando uma área de 18.001.284 hectares. Com uma extensão de 1.300 km de comprimento, o rio Branco é o principal afluente do rio Negro, e recebe este nome a partir do encontro dos rios Tacutu e Uraricoera. A maior parte de sua nascente está na divisa com a Venezuela e a Guiana, nas terras indígenas Ianomâmi e Raposa Serra do Sol. Outras bacias hidrográficas importantes em Roraima são compostas pela bacia do Tacutu, que se encontra quase que inteiramente no domínio da região dos campos e savanas; e a bacia do Uraricoera, que tem sua cobertura dominada por vários tipos de floresta (ANA 2006; IBGE, 2009; ISA, 2010).

Política agrária, projetos de colonização, extrativismo e agricultura familiar

O processo de ocupação da terra em Roraima se deu por meio de uma política agrária mais sistemática iniciada em 1972, com a instalação do Projeto Fundiário Boa Vista. Antes existiam as colônias agrícolas do Taiano, Mucajaí e Cantá, implantadas

entre 1951 e 1954 (ARANTES 2006). A implantação dessas políticas influenciou diretamente a mudança da estrutura produtiva do estado, ao promover impactos diretos na socioeconomia da região.

Política agrária e projetos de colonização em Roraima

No Brasil, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é um dos órgãos federais que têm a responsabilidade de promover o fortalecimento da agricultura por meio da estruturação dos assentamentos rurais. Em Roraima, este órgão vem desenvolvendo um processo de destinação de terras públicas para a colonização e assentamentos, como também a regularização das terras, para constituir uma estrutura agrária que atenda aos modelos da agricultura familiar e do desenvolvimento social do Estado. Contudo, o governo estadual dispõe do Instituto de Terra de Roraima (ITERAIMA), destinado à gestão administrativa da política fundiária e à promoção de projetos de assentamento aprovados pelo INCRA (SEPLAN, 2012).

Em linhas gerais, o modelo e assentamento agrário do INCRA implantado em Roraima favorece a concentração humana em algumas localidades. Daí decorrem problemas socioambientais de várias ordens, como o desmatamento acelerado e desordenado, a poluição das águas, o destino inadequado dos resíduos sólidos e a consequente proliferação de doenças, entre outros. Segundo Arantes (2009), as dificuldades enfrentadas pelos agricultores, em particular aqueles provenientes dos assentamentos – registrando atualmente mais de 48 em Roraima, concentrados em 12 municípios (INCRA, 2006), que acabam por invadir e destruir as reservas legais e de proteção ambiental, intensificando ainda a caça e a pesca predatórias.

Outros fatores que contribuem para a falta de efetividade da política agrária são a falta de recursos para investimentos; a lentidão do processo burocrático para a aquisição das certificações; a diversificada legislação para o desenvolvimento da atividade agrícola; a distância entre as localidades e as sedes dos órgãos ambientais; a falta de infraestrutura no campo e de acompanhamento técnico e, sobrebretudo, a inexistência de políticas públicas que promovam programas de desenvolvimento econômico com ênfase na perspectiva de exploração dos recursos naturais com agregação de valor, a partir da melhoria da produção e beneficiamento de subprodutos, dentre outros (XAUD, 2005).

Em Roraima, o INCRA administra 5% das terras, distrubiuídas em 59 assentamentos, localizadas em 11 dos seus 15 municípios. As únicas áreas onde não há assentamentos são a capital, Boa Vista, e três municípios com a maior proporção de terras indígenas no Estado – Normandia, Pacaraima e Uiramutãs. A Tabela 4 apresenta os projetos de assentamento no estado de Roraima, com a extensão e localização.

Tabela 4 - Projetos de assentamento rural em Roraima

Projetos de Assentamento Rural			
Denominação	**Decreto / Portaria**	**Ha**	**Município**
Anauá	SR–25 N° 39 28/11/2006	18.741	Rorainópolis
Juari	SR–25 N° 32 28/11/2006	13.762	Rorainópolis
Campina	SR–25 Nº 36 28/11/2006	20.734	Rorainópolis
Tucumã	SR–25 N° 41 28/11/2006	19.655	Rorainópolis
Chidaua	SR–25 N° 35 28/11/2006	20.881	Caracaraí
Pirá–Andirá	SR–25 N° 27 28/11/2006	5.887	Rorainópolis
Monte Sinai	SR–25 N° 29 28/11/2006	12.883	Rorainópolis
Maguari	SR–25 N° 31 28/11/2006	6.399	Rorainópolis
Ajuri	SR–25 N° 38 28/11/2006	9.531	Rorainópolis
Muriru	SR–25 N° 30 28/11/2006	12.343	Rorainópolis
Garapajá	SR–25 N° 28 28/11/2006	12.013	Rorainópolis
Caju	SR–25 N° 37 28/11/2006	6.976	Rorainópolis
Tepurema	SR–25 N° 40 28/11/2006	9.905	Rorainópolis
Curupira	SR–25 N° 34 28/11/2006	6.914	Rorainópolis
Jenipapo	SR–25 N° 33 28/11/2006	9.668	Rorainópolis
Ajarani	SR–25 N° 18 03/11/2003	123.692	Iracema
Amajari	SR–25 Nº 21 25/10/1999	16.800	Amajari
Bom Jesus	SR–25 N° 22 25/10/1999	15.068	Amajari
Bom Sucesso	SR–25 N° 33 07/10/1997	15.781	São Luiz
Caferana	SR–25 N° 51 12/12/2005	14.930	Caracaraí
Castanheira	SR–25 N° 47 24/11/2005	11.729	Caracaraí
Caxias	SR–25 N° 32 07/10/1997	7.980	Caracaraí / Cantá
Cujubim	SR–25 N° 25 19/10/1995	3.654	Caracaraí
Cupiúba	SR–25 N° 46 24/11/2005	13.738	Caracaraí
Equador	SR–25 N° 207 02/09/1992	174.300	Rorainópolis
Esperança	SR–25 N° 36 07/10/1997	3.580	Cantá
Integração	SR–25 N° 20 19/10/1995	9.112	Rorainópolis
Itã	SR–25 N° 24 19/10/1995	9.124	Caracaraí

Tabela 4 - Continuação

Jacamim	SR–25 N° 13 27/12/2002	2.456	Cantá
Japão	SR–25 N° 27 19/10/1995	24.570	Iracema
Jatapu	SR–25 N° 200 26/09/1983	160.00	Caroebe/São João da Baliza
Jatobá	SR–25 N° 50 13/12/2005	19.628	Caracaraí / Cantá
Jundiá	SR–25 N° 23 19/10/1995	10.924	Rorainópolis
Ladeirão	SR–25 N° 22 19/10/1995	4.864	Rorainópolis
Maranhão	SR–25 N° 37 18/10/1996	12.196	Iracema
Massaranduba	SR–25 N° 30 07/10/1997	23.700	Iracema
Nova Amazônia	SR–25 N° 10 22/11/2001	77.688	Boa Vista
Novo Paraíso	SR–25 N° 26 19/10/1995	4.254	Caracaraí
Pau-Brasil	SR–25 N° 18 21/11/2006	29.192	Cantá
Pau Rainha	SR–25 N° 45 21/11/2005	18.543	Cantá
Taboca	SR –25 N° 13 29/02/1996	9.112	Cantá / Bonfim
Paredão	SR–25 N° 605 24/07/1987	165	Alto Alegre
Quitauau	SR–25 N° 10 29/02/1996	12.196	Cantá
Renascer	SR–25 N° 15 21/11/2006	2.553	Bonfim
Rio Dias	SR–25 N° 35 07/10/1997	7.200	Caracaraí
RR–170	SR–25 N° 19 19/10/1995	35.580	Caracaraí / Cantá
Sumaúma	SR–25 N ° 14 29/02/1996	31.660	Mucajaí
São Luizão	SR–25 N° 31 07/10/1997	7.800	São João da Baliza
São José	SR–25 N° 09 29/02/1996	6.984	Iracema
Seringueira	SR–25 N° 49 13/12/2005	13.137	Cantá
Serra Dourada	SR–25 N° 11 29/02/1996	8.612	Caracaraí
Serra Talhada	SR–25 N° 19 21/11/2006	3.262	Caroebe
Talismã	SR–25 N° 69 23/11/2007	8.562	Mucajaí
Tatajuba	SR–25 N° 19 03/11/2003	24.555	Cantá
Tepequém	SR –25 N° 208 02/09/1992	124.000	Amajari
Terra Nova	SR–25 N°20 21/11/206	3.186	Cantá
União	SR–25 N° 34 07/10/1997	22.040	Cantá
Vila Nova	SR–25 N° 12 29/02/1996	7.900	Mucajaí
Vilhena	SR–25 N° 29 07/10/1997	8.122	Cantá / Bonfim
Área total		1.170.421	–

Fonte: SEPLAN – RR (2012).

Estruturação dos assentamentos de colonos e agricultura familiar

A AGRICULTURA do estado de Roraima está fundamentada em pequenas e médias propriedades que praticam agricultura de subsistência com cultivos alimentares diversos. Nas áreas de assentamento do sudeste do estado, conhecidas como agrovilas, o módulo rural é de 60 ha e destina-se à prática da agricultura de subsistência, com o cultivo de mandioca, milho, feijão, banana e arroz de sequeiro.

Essas colônias tiveram como orientação inicial do INCRA o estabelecimento de culturas típicas da região, como o cupuaçu. Porém, por falta de orientação e acompanhamento técnico, as agrovilas não tiveram sucesso no cultivo do fruto. Os assentados se viram obrigados a optar pelo estabelecimento de culturas tradicionais, sobre as quais eles já acumulavam os conhecimentos necessários ao manejo, sem depender de acompanhamento técnico especializado para orientação (INCRA, 2008) Outro fator determinante para o fracasso das agrovilas foi a demora na liberação de recursos financeiros por parte do governo, para fazer frente às despesas decorrentes das atividades agrícolas propostas, bem como a falta de infraestrutura básica, como escolas, postos de saúde e transporte.

No período de 1980 a 1985, a colonização em Roraima aumentou cerca de 70%. Os pequenos assentamentos apresentaram crescimento em taxas desproporcionais de 242%, referentes à colonização dirigida das áreas florestadas do sul do estado (INCRA, 2008). Portanto, a colonização dirigida ou espontânea, cujas glebas foram regularizadas pelo INCRA e depois abrangidas pelos projetos governamentais, concentrou-se, nas duas últimas décadas, no *front* florestal (INCRA, 1998).

Os assentamentos estruturados pelo INCRA provocaram significativa mudança no meio natural, pois não obedeceram a um estudo de impacto ambiental e tampouco foram coordenados de maneira ordenada. A maior parte da colonização do estado situa-se ao longo das rodovias recém-abertas. A alta mobilidade e o abandono dos lotes pelos colonos, associada à garimpagem sazonal e ao uso indiscriminado do fogo são consequências de assentamentos mal orientados (SCHAFFER, 1997).

A mudança nos critérios de admissão ao sistema de produção agrícola foi possibilitada pelos programas de financiamento do governo federal, visando apoiar o desenvolvimento de atividades produtivas capazes de dar sustentação econômica

às famílias assentadas nos programas oficiais aprovados pelo INCRA. As políticas agrícolas adotadas contribuíram de forma notável para as transformações sociais e econômicas ocorridas nas áreas estudadas.

Os principais programas de financiamento foram o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) e seguintes programas: Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Extrativismo Vegetal (PRODEX); Programa de Apoio à Pequena Produção Familiar Organizada (PRORURAL); Programa de Desenvolvimento Rural (PRODERUR); e Programa de Apoio ao Desenvolvimento Florestal (PROFLORESTA). Os beneficiários desses programas sãos os produtores rurais assentados pelo INCRA; produtores rurais assentados dos Programas "Cédula da Terra", "Banco da Terra", "Projeto Casulo" e projetos estaduais de Reforma Agrária reconhecidos pelo INCRA.

Neste contexto, os agricultores familiares e trabalhadores rurais têm ainda que explorar uma parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária; residir na propriedade ou aglomerado urbano ou rural próximo; não dispor de qualquer título de área superior a quatro módulos fiscais; obter renda familiar oriunda da exploração agropecuária ou não agropecuária do estabelecimento; ter trabalho familiar como base na exploração da propriedade; obter renda bruta anual familiar de até R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), excluídos os proventos de aposentadoria rural. Os pescadores artesanais também podem ser beneficiários destes programas, desde que cumpram algumas regras básicas (INCRA, 2008).

Atualmente, o processo de ocupação incentivado pelo governo federal superou a capacidade de investimentos nas áreas rurais, sobretudo nas colônias agrícolas. Elas também já apresentavam deficiências de infraestrutura, como a falta de saneamento básico, transportes inadequados, estradas em péssimas condições, carência de postos de saúde, bem como o descaso dos órgãos setoriais. Este cenário gerou sérios problemas sociais, dentre eles o êxodo dos antigos colonos em direção aos principais centros urbanos, em especial Boa Vista, capital do estado, em busca de novas oportunidades de trabalho e emprego.

Característica produtiva da agricultura familiar

A AGRICULTURA em Roraima sempre teve uma característica predominantemente de subsistência. Muitos agricultores queixam-se da falta de apoio adequado para o incremento e escoamento da sua produção, como créditos, transporte, entre outros. Em contrapartida, começam a se desenvolver pequenos estabelecimentos que dedicam sua produção para o mercado (arroz, milho, banana, abacaxi, entre outros), criando melhores condições aos agricultores para o acesso aos créditos através de financiamentos para a compra de equipamentos e insumos (ARCO-VERDE, 2005).

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2012), em Roraima existem de 26 mil estabelecimentos da agricultura familiar, que representam 86% dos estabelecimentos rurais, e empregam quase 90% da mão de obra do meio rural. Os agricultores familiares do estado são responsáveis por nada menos que 99% da produção de feijão, 92% de mandioca, 75% de aves, 61% de milho e 57% de suínos. A produção da agricultura familiar no estado de Roraima é resultado de culturas temporárias e permanentes (IBGE, 2009).

Dentre as culturas temporárias, a cultura do arroz irrigado, introduzida recentemente, é praticada em nível comercial e já apresenta um início de industrialização nas áreas de grandes produtores, tornando o estado autossuficiente neste segmento, inclusive exportando para os demais mercados da Região Norte. Além de gerar recursos financeiros ao governo estadual, provenientes dos impostos, a atividade também promoveu um aumento significativo no emprego da mão de obra local (SEPLAN, 2003; IBGE, 2009).

Nos últimos anos, verifica-se o interesse de grandes produtores do sul do Brasil, atraídos pela oferta de terras relativamente baratas e com grende potencial para implantação de culturas comerciais, como, por exemplo, a soja. A soja ainda é uma cultura incipiente no estado, e ainda não tem representatividade econômica, praticada em apenas quatro municípios, sendo Alto Alegre o de maior área produtora. Já a agricultura de subsistência de mandioca é praticada basicamente em todas as colônias agrícolas do estado. O beneficiamento desta cultura era voltado apenas para atender ao comércio local, mas atualmente já está sendo exportado para outras regiões (SEPLAN, 2003; ARANTES, 2009; IBGE, 2009).

As culturas permanentes de significativa expressão econômica são a banana, laranja, limão e mamão. Os plantios de banana são realizados em pequenas área

nas agrovilas, porém o somatório torna significativa a sua participação na economia local (IBGE, 2009; MDA, 2012). Portanto, a área da fruticultura apresenta grande perspectiva de crescimento e deve alcançar um patamar relevante na produção agrícola do estado. Exemplo disto é a cultura do cupuaçu, que, segundo a EMBRAPA (2010), tem uma produção duas vezes superior ao plantio feito em qualquer outra região do país. Ademais, o fato de Roraima ser uma área livre de pragas como a "vassoura de bruxa", torna o cultivo do cupuaçu extremamente rentável, abrindo novos horizontes à implantação maciça desta cultura (IBGE, 2009).

Extrativismo

A atividade extrativista tem forte identificação com a Amazônia, já que a economia regional foi por longo tempo baseada na comercialização de produtos extraídos da floresta, como a borracha e a castanha-do-pará. No entanto, em relação aos outros estados, Roraima não apresenta uma produção extrativista significativa, nem mesmo na época colonial, durante Ciclo das Drogas do Sertão, tampouco durante o Ciclo da Borracha, tendo contribuição insignificante (MAGALHÃES, 2008).

Entretanto, o extrativismo praticado regionalmente supre a demanda do mercado interno, constituindo-se numa das principais atividades do estado de Roraima, por estar disseminado em ambientes florestais e campestres. Nas áreas de floresta, destaca-se o aproveitamento da madeira, destinada à construção civil e à obtenção de lenha, para fins de uso doméstico; por parte dos ribeirinhos, da população de baixa renda e das comunidades indígenas. O extrativismo florestal em Roraima inclui ainda o aproveitamento de árvores – como a seringueira, a sorva e a balata, no baixo rio Branco – destinado à produção do látex.

No aspecto da coleta frutos, sementes e plantas, destaca-se a castanha-do-pará (também conhecida como castanha-do-brasil ou castanha-da-Amazônia); o fruto do açaizeiro (*Euterpe oleracea*), de grande aceitação no mercado nacional; além das sementes e ervas medicinais, que têm destaque na farmacopeia brasileira. (MAGALHÃES, 2008; IBGE, 2009).

Em todo estado, as práticas extrativistas estão voltadas para a pesca, preferencialmente em moldes artesanais; a caça e a coleta de mel, atividade em que se utilizam enxames silvestres.

Apesar de não ser uma planta nativa da Amazônia, são comuns na região do lavrado as veredas de buritizais. Além da utilização do fruto para alimentação, da palmeira de buriti aproveita-se a folha como palha para cobertura dos telhados; e o tronco, para servir como esteio e viga. Sua produção, mesmo insignificante, foi registrada no censo agropecuário de 1975 (FREITAS, 1993; MAGALHÃES, 2008).

No aspecto histórico-econômico, os produtos extrativistas mais importantes são: a castanha-do-pará, a sorva, a balata, a borracha, o cacau e o buriti. Destes, a castanha-do-pará apresenta a maior regularidade produtiva, com a intensificação da coleta entre 1920 a 2007. Até hoje, a produção detém expressividade econômica, e por isso continua a ser incluída nos censos agropecuários e nos levantamentos da produção da extração vegetal (IBGE, 2009).

Até o início do século XX, a coleta de cacau nativo possuía relevância econômica. Ainda nesse período, registra-se a exploração da seringueira, com a finalidade de se extrair o látex, reflexo da então economia da borracha. Já entre anos 1950/1975 e 1970/1985 ocorreu o aproveitamento, respectivamente, da balata e da sorva, com a mesma finalidade (FREITAS, 1993).

ESTRUTURA PRODUTIVA (AGROPECUÁRIA, MINERAÇÃO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS)

Na economia do estado de Roraima, as principais atividades produtivas estão diretamente ligadas aos setores da prestação de serviços, de mineração, da indústria e da agroindústria.

Durante um longo período, um dos maiores obstáculos para o desenvolvimento destes setores era o fornecimento de energia elétrica, que acabou sendo ultrapassado a partir de 2001, com a inauguração do Complexo Hidrelétrico de Guri.

No âmbito dos transportes, a má conservação das rodovias, em especial a BR-174, que liga Roraima ao restante do país, ainda é um gargalo de infraestrutura a ser superado (SEPLAN, 2003).

Conforme dados da SUDAM (2000), para o ano de 1990 a participação setorial no PIB do estado de Roraima ocorria da seguinte forma: Agricultura 6,01; Indústria 13,53; e Serviços 80,46.

Para o mesmo período, a Tabela 5 evidencia o peso do PIB de Roraima por setores, comparado à Região Norte e ao Brasil.

Tabela 5 - PIB por setor da economia – RR, 1990 (em milhões de dólares)

	SETORES				
ESPECIFI-CAÇÂO	**AGRICULTURA**	**INDÚSTRIA**	**SERVIÇOS**	**COMÉRCIO**	**TOTAL**
RORAIMA	157	27	97	57	338
REGIÃO NORTE	3.151	3.659	4.125	2.165	13.100
BRASIL	42.160	133.060	145.358	555.111	875.689

Fonte: SEPLAN (1997).

Percebe-se na Tabela 1 que o setor da agricultura era o que mais contribuía na formação do PIB, pelo fato de Roraima manter – desde o século XVIII – uma prática tradicional na área da pecuária; e de forma mais recente, ainda manter atividades inerentes à agricultura familiar, tendo como base as colônias agrícolas.

Já a participação dos setores de serviço e comércio resulta de uma produção industrial mais dinâmica. Contudo, cabe aqui ressaltar a renda do funcionalismo público, que ainda se insere como o componente mais expressivo da economia roraimense.

Quanto à indústria, a participação do setor na composição produtiva de Roraima ainda hoje é débil, e sua produção incipiente.

Em razão da estrutura fundiária deficiente e a debilidade da sua produção, o PIB do estado é o menor do Brasil, apesar de apresentar um crescimento econômico elevado, superior ao de outros estados da Região Norte (SEPLAN 2012).

Outro indicador do nível de crescimento e desenvolvimento de uma região é a renda *per capita.* Obtém-se o valor da renda *per capita*, a partir da somatória da renda de um país, dividida pela respectiva população (ROSSETTI, 2004). Neste aspecto, Roraima apresenta uma concentração no setor Serviços, onde os recursos, em grande parte, provêm do governo federal. Destarte, a concentração de renda é oriunda do funcionalismo público, o que também contribui na composição da renda *per capita* de Roraima, cuja média supera a da Rregião Norte. A partir da década

de 1980, o incremento da população, através do processo migratório, o crescimento da produção setorial, em especial a atividade garimpeira e a dinâmica das políticas públicas contribuíram para uma elevação gradativa e significativa da renda *per capita* no estado.

A Tabela 6 apresenta a evolução da renda *per capita* de Roraima no período de 1970 a 1995, comparada à Região Norte e ao Brasil.

Tabela 6 - Renda *per capita* – valores absolutos – Dólares

	ANOS						
ESPECIFICAÇÃO	**1970**	**1975**	**1980**	**1985**	**1990**	**1994**	**1995**
RORAIMA	147	633	1.251	1.561	1.565	1.532	2.162
REGIÃO NORTE	197	485	1.271	1.318	1.277	1.073	1.354
BRASIL	355	1.006	1.961	2.502	2.560	2.541	3.028

Fonte: SEPLAN-RR (1997).

Indústria

Dinamizar a produção dos diferentes setores da economia contribui para um incremento significativo no aumento do PIB de uma região. A indústria é um dos setores importantes como gerador de renda e de atração de novos negócios. O setor pode criar as bases necessárias para o desenvolvimento social, desde que o grau de aproveitamento dos recursos naturais não prejudique as atividades dos demais setores produtivos e, ao mesmo tempo, priorize a preservação do meio natural, visando à manutenção equilibrada do estoque das matérias-primas que constituem a base da economia regional.

Entretanto, em Roraima o processo produtivo do setor industrial é incipiente, condição que favorece a implantação de um modelo adequado às especificidades regionais. Com base nesta diretriz, a economia de Roraima tem adotado atividades de produção alternativas. Dentre elas, destacam-se: os setores da agroindústria e do agronegócio, com base na produção de arroz, soja e acácia; a agricultura familiar; a extração de madeira; o manejo florestal; a mineração; a geração de energia; a indústria moveleira; a construção civil etc. (SEPLAN, 1997, 2003).

O setor industrial roraimense tem como base as pequenas e microempresas. Elas são constituídas, na sua grande maioria, por firmas constituídas em regime individual e em sociedade por quotas de responsabilidade limitada (SQRL). Portanto,

o setor ainda tem pouca representatividade na composição do PIB estadual, algo em torno de 15 %, nos últimos anos. Os ramos industriais são de caráter tradicional, dotados de tecnologia simples, com predomínio dos subsetores de alimentação (panificação); minerais não metálicos e metalúrgicos (fabricação de estruturas e esquadrias metálicas); madeireiro e mobiliário, entre outros (FIER, 2000).

O fortalecimento industrial de Roraima está atrelado a uma perspectiva de desenvolvimento assentada, num primeiro momento, na consolidação da produção de bens primários que atendam, em curto prazo, às demandas do mercado regional. Numa segunda etapa, esta em médio e longo prazos, o desenvolvimento da indústria deve estar relacionado à adoção de tecnologias que permitam o incremento da produção, conforme o estágio de desenvolvimento regional (SEPLAN, 2003; FIER, 2000).

O projeto de implantação do Distrito Industrial e o fornecimento de energia pela hidroelétrica de Guri são fatores estratégicos importantes na configuração estrutural do setor. Neste contexto, o desenvolvimento industrial pode ser impulsionado pela integração comercial de Roraima com o mercado da Venezuela, Guiana e outros países de regiões vizinhas. Atualmente, o processo de globalização do mercado internacional tem gerado perspectivas promissoras para o setor industrial de Roraima, que, em razão disto, está entrando num processo dinâmico de crescimento (FIER, 2000; SEPLAN, 2003, 2012).

A Tabela 7 apresenta a totalidade de indústrias localizadas no estado, e o percentual de participação no setor até o ano de 2000.

Tabela 7 - Indústrias localizadas no estado de Roraima por gênero de atividade – 2000

Gênero de Atividade	Total de Empresas	(%)
Indústria de bebidas	4	0,9
Indústria de borracha	1	0,2
Indústria da construção (civil e terraplenagem)	132	30,6
Indústrias diversas	18	4,2
Indústria editorial e gráfica	20	4,6
Indústria de madeira	53	12,3
Indústria de material de transporte	1	0,2
Indústria mecânica	2	0,5
Indústria metalúrgica	38	8,8
Indústria de produto de minerais não metálicos	28	6,5
Indústria do mobiliário	48	11,1

Tabela 7 - Continuação

Indústria de papel, papelão e celulose	1	0,2
Indústria de produtos de matérias plásticas	1	0,2
Indústria de produtos alimentares	64	14,8
Indústria têxtil	2	0,5
Indústria do vestuário	15	3,5
Serviços industriais de utilidade pública	3	0,7
Total	**431**	**100**

Fonte: FIER (2000).

Serviços

Roraima possui um setor de serviços diversificado e em pleno desenvolvimento, abrangendo atividades de limpeza, financeiras e as que são executadas através de órgãos públicos. O setor responde pelo maior nível de ocupação da mão de obra, em torno de 90%. A participação elevada reflete uma característica política-administrativa do estado, onde 97% da atividade econômica gira em torno das verbas da União. A maioria dos empregos é destinada ao funcionalismo público, cuja renda movimenta o mercado e acaba por se refletir no comércio e em outros setores de prestação de serviços (IBGE, 2000)

As outras atividades que movimentam o setor serviços se concentram no comércio não especializado, representado pelos supermercados, pequenos estabelecimentos varejistas, entre outros. Do total de mão de obra ocupada em Roraima, 61.173 trabalhadores, 17,7% estão empregados no comercio; 9,1% na prestação de serviços; 21,9%, em outros serviços; e 18,7% na administração pública (IBGE, 2000).

Setor agropecuário

O setor da pecuária, até a década de 1970, constituía a base econômica de Roraima, e tinha como principal atividade o comércio de boi vivo, destinado ao abastecimento de Manaus. Os fatores que determinaram a decadência do setor foram a estagnação e redução do rebanho, determinando a importação de carne bovina, suína e avícola, para garantir a demanda local (FREITAS, 1993; BARROS, 1995).

Em que pese à redução de sua importância econômica, atualmente, na atividade pecuária de Roraima há o predomínio da bovinocultura de corte. Os estabelecimentos do setor se dedicam à criação e engorda do rebanho, em áreas com tamanho superior a 100 ha. A pecuária mista (corte e leite) utiliza gado de descendência europeia e mestiça (Girolanda) adaptado às condições locais e criado no sistema semi-intensivo. As pastagens plantadas ocupam principalmente áreas do setor sul, sudeste e nordeste do estado (IBGE, 2009).

Com a decadência da pecuária, a produção de arroz irrigado passou a ser o produto agrícola de maior importância. A produção tem atingido elevados índices de produtividade e qualidade, aproveitando a aptidão dos campos de várzea e um eficiente sistema de irrigação nas áreas de terra firme. Além de abastecer o mercado local, o excedente da produção de arroz é comercializado para Manaus.

Produz-se ainda, frutas tropicais e hortaliças somente para abastecimento local (SEPLAN, 1997, 2012).

Mineração

Roraima já passou por vários ciclos de exploração mineral entre as décadas de 1930 a 1950. Contudo, os estudos do Projeto RADAM-Brasil na década de 1970 revelaram com mais exatidão o potencial mineral do estado. Na ocasião, a localização de jazidas, em especial de ouro, determinou a vinda de migrantes nordestinos, provocando o incremento demográfico verificado nas décadas de 1980 e 1990 (FREITAS, 1993; ISA, 2011).

As jazidas minerais de Roraima são encontradas em depósitos aluviais, o que permite a exploração com baixo custo operacional e, por conseguinte, constitui-se numa das vocações econômicas do estado (COSTA, 2008).

No aspecto de diversificação, as principais ocorrências minerais congregam depósitos de: barita, bauxita, calcário, cassiterita, cobre, diamante, diatomito, ferro, manganês, urânio, tório, molibdênio, nióbio tântalo, ouro, turfa e zinco. Em termos importância para a economia, atualmente merecem destaque o ouro, o diamante e a cassiterita, extraídos através de garimpagem. Quanto ao volume das reservas, as mais significativas também são compostas por ouro, diamante e cassiterita.

Atualmente, a exploração mineral em Roraima tem como alvos principais o ouro e o diamante, através da garimpagem. A lavra industrial não é executada no estado, pelo fato de a maioria das jazidas conhecidas (cerca de 90 %) estarem situadas em áreas requeridas pela FUNAI ou destinadas à criação de reservas ambientais (DNPM, 2010; ISA, 2011). No rio Mau, a nordeste do estado, a Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais (CPRM) estima a existência de quatro toneladas de ouro e 1,5 milhões de quilates de diamantes.

Apesar da evidente evasão fiscal, a fiscalização relacionada ao volume de ouro produzido é deficiente, pois os garimpos situam-se em locais de difícil acesso. A despeito disso, o Anuário Mineral Brasileiro (DNPM, 1990) registrava que em 1987 a produção de ouro beneficiado em Roraima – sem cascalho e rocha aurífera – correspondia a cerca de 1 % da produção total do país, 22,3 toneladas. O controle fiscal na extração de diamante é também ineficaz, não havendo registro confiável sobre o total da produção, estimada entre 20 a 40 mil quilates/ano.

Quanto à cassiterita, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) estimou que nas serra das Surucucus, a nordeste do estado, exista um volume de cerca de 20 mil toneladas. Ressalta-se ainda que a maioria das reservas já identificadas do mineral ainda tem seu potencial estimado, por se encontrare em áreas sob a jurisdição da FUNAI.

Além dos minerais citados anteriormente, Roraima registra ocorrências de ágata, ametista, bauxita, cobre, ilmenita titanífera e minerais radioativos, cujas reservas devem ser objeto de estudos, visando determinar a potencialidade e a viabilidade econômica de exploração (COSTA, 2008; DNPM, 2010).

Das áreas de extração mineral no estado de Roraima, 90% delas se localizam em áreas indígenas, parques florestais e reservas ecológicas. Exemplo disso é a atividade minerária que ocorre atualmente de forma ilegal na Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Desta situação decorrem conflitos entre garimpeiros e indígenas na disputa pelo domínio e uso da terra.

Apesar de incerta, a perspectiva de promulgação e regulamentação de lei autorizando atividades minerárias em solo indígena gerou um volume significativo de requisições oficiais ao DNPM para a pesquisa e extração de minerais nobres nas reservas índias. Dentre eles, o ouro, a cassiterita, o titânio, a tantalita etc. O órgão também acumula diversos pedidos de licença para o aproveitamento de insumos

minerais destinados à construção civil (DNPM, 2010; ISA 2011; SEPLAN 2012). Dentre eles estão a areia e o cascalho, a serem obtidos com a dragagem do leito de vários rios de Roraima.

Outra atividade minerária de destaque é a extração de argila para o setor oleiro e a manufatura artesanal de peças em cerâmica. Todavia, o setor também enfrenta dificuldades, sendo estas de ordem estrutural. A origem dos problemas está na exaustão das jazidas superficiais de argila nas áreas próximas aos centros de produção. A exploração das reservas remanescentes seria uma solução. Contudo, a viabilização da proposta implicaria no aumento dos custos de extração e na necessidade de recursos financeiros para efetuar os investimentos necessários à retomada de produção. No entanto, o setor oleiro é composto por pequenas e microempresas e elas não dispõem de capital suficiente para executar tal empreendimento (SEPLAN, 2010).

A despeito desta situação, Roraima possui reservas de argila suficientes para abastecer e fomentar o setor da indústria oleira (fabricação de tijolos). Além disso, dispõe um mercado de demanda promissor, em face da série de obras públicas e privadas que tem impulsionado o setor da construção civil. Ademais, a oferta adequada de argila favoreceria a produção de peças cerâmicas em escala e qualidade industriais, atendendo assim à demanda reprimida do mercado local, hoje abastecido por produtos importados de outros estados (azulejos, ladrilhos, louça sanitária etc.) (IBGE, 2009; SEPLAN, 2010).

Pressões pela exploração dos recursos minerais nas Áreas Indígenas

Nas décadas de 1930/1940 e nos meados de 1950, o avanço do *front* garimpeiro em Roraima dá início, aos conflitos sociais e aos embates em nível institucional, em torno da ocupação e uso das terras ocupadas por dezenas de etnias indígenas. Os enfrentamentos recrudescem entre os anos de 1985/1992, período em que ocorreu o *boom* do garimpo e a invasão massiva de milhares trabalhadores migrantes em busca de riqueza e trabalho. Os conflitos tiveram como cenário, as terras ancestrais dos Ianomâmi, localizadas no extremo sul do estado.

O processo inicia por volta de 1985, quando o governo federal autorizou a abertura de dezenas de pistas de pouso na área do alto rio Mucajaí. As bases serviam de escala para inúmeros e pequenos aviões utilizados no transporte de mercadorias, equipamentos, insumos de lavra mineral, ouro e garimpeiros. A

estrutura operacional, mesmo que precária, permitiu o acesso aos garimpos situados em áreas remotas das terras Ianomâmi. Em meados de 1989, a região abrigava cerca de 40.000 garimpeiros (BARROS, 1995). Neste contexto, os confrontos tornaram-se inevitáveis. Segundo o Instituto Socioambiental (ISA), em sete anos a população Ianomâmi foi reduzida em 20%.

Os impactos ambientais sobre o território roraimense e os danos causados à população indígena tiveram repercussão nacional e internacional. Em nível estadual, surgiram questionamentos sobre a forma de exploração aurífera praticada em Roraima, sobretudo quanto ao potencial da atividade garimpeira, de viabilizar desenvolvimento socioeconômico do estado.

Em 1992, a terra Ianomâmi no Brasil foi demarcada, como o Parque Ianomâmi; e os garimpeiros expulsos. As terras ocupadas pelos Ianomâmi passaram a compreender uma área contígua de 9.419.108 ha; dos quais 5.617.100 ha estão em Roraima e o restante na Venezuela. A demarcação deu início a uma profunda alteração no perfil geopolítico de Roraima, no que tange à extensão e distribuição das terras destinadas aos povos indígenas (FREITAS, 1993; BARROS, 1995; COSTA, 2008).

Com a já prevista demarcação das Terras Indígenas (TI) um grande número de fazendas foi desapropriado. Deu-se então a migração da população que habitava os campos naturais, onde a pecuária já se constituía numa atividade tradicional, para as florestas que predominavam no centro-sul do estado. Nesta região ocorreu um desmatamento acelerado para a instalação de modernas fazendas. Observou-se, assim, um reflexo espontâneo à execução de uma medida de gestão que buscava ordenar a propriedade de uso da terra entre fazendeiros e grupos indígenas (IBGE, 2009).

Quanto à discussão sobre a mineração em Terras Indígenas, a questão tem provocado embates institucionais entre os segmentos da sociedade que têm, por razões diversas, interesses e motivações diferentes em relação ao assunto. A polêmica envolve a igreja católica, movimentos e instituições socioambientais, entidades indigenistas, empresas mineradoras, partidos políticos, governos estadual e federal, bem como órgãos públicos de fiscalização ambiental e, em primeira instância, a FUNAI.

A complexidade do tema, somada à diversidade dos atores sociais envolvidos dificultam o estabelecimento de um conjunto mínimo de opiniões consensuais sobre a questão. Desta forma, o embate ocorre no campo raso das convicções, entre os que defendem o desenvolvimento econômico a qualquer custo e os que advogam um modelo de desenvolvimento sustentável, nos aspectos ecológico, econômico e social.

No âmbito do poder legislativo federal, existem proposições no sentido de se promulgar uma lei específica regulamentando a extração mineral industrial em Terras Indígenas, como forma de atenuar os conflitos envolvendo os povos indígenas. Em contrapartida, o Conselho Indígena de Roraima (CIR) considera que a pressão sobre as áreas indígenas não tem como única causa as atividades de mineração. Segundo o CIR, atualmente os conflitos sociais, inclusive com assassinato de índios, têm sido provocados por agentes do setor agropecuário, envolvendo as etnias Macuxi-Wapixana, Ianomâmi, Wai-Wai e Waimiri-Atroari, cujas terras ainda não foram demarcadas, conforme exige a Constituição de 1988 (CIR, 1990; FREITAS, 1993).

A despeito do posicionamento do CIR, a atividade garimpeira também teve reflexos negativos no comércio e na estrutura social de Boa Vista. A chegada de milhares de migrantes conturbou o cotidiano da capital roraimense e provocou uma súbita elevação no preço dos produtos.

DINÂMICA SOCIOECONÔMICA, DEMOGRÁFICA E AMBIENTAL

A estrutura produtiva que historicamente deu início à dinamização da economia de Roraima estava relacionada à exploração das "*drogas do sertão*". Sob o aspecto econômico, a atividade não desempenhou papel significativo, porém foi fundamental no processo de ocupação e povoamento do Vale do Rio Branco.

Com o advento do *boom* da borracha, a produção do látex nas florestas do rio Branco permaneceu como atividade produtiva secundária, sequer alcançando a expressividade econômica que obteve no Amazonas, no Pará e, em especial, no Acre. A principal contribuição foi dinamizar o povoamento de Roraima com a migração de nordestinos (MAGALHÃES, 2008).

Em contrapartida, a extensa formação vegetal dos campos naturais determinou que a atividade pecuária configurasse com maior intensidade a identidade cultural do estado, ao mesmo tempo em que garantiu o povoamento e a ocupação produtiva mais perene na região. À época, as fazendas e aldeias indígenas entrelaçavam-se, muitas vezes ocupando o mesmo espaço. As atividades agropecuárias eram tipicamente extensivas, utilizando como áreas de plantio e pasto, os extensos campos e savanas,

que também serviam para a caça, a pesca e a agricultura itinerante, praticadas pela população indígena (FREITAS, 1993).

Com o advento de novas técnicas agropecuárias, as fazendas passaram a utilizar manejos semi-intensivos no cultivo agrícola e introduziram matrizes de forma a aumentar a produtividade do plantel bovino. Os reflexos mais efetivos da "modernização" ocorreram na pecuária, pois a atividade passou a requerer a instalação de cercas e dispensou a mão de obra indígena no trato aos rebanhos. O surgimento de tal contexto reestabeleceu a noção de propriedade privada, sobre a área ocupada pelas fazendas. A região dos campos deixou de ser "terra comum" aos brancos e índios, e nela estabeleceram-se restrições quanto ao acesso e ao uso dos recursos naturais, dificultando a subsistência das comunidades indígenas. Delineava-se, então, o cenário onde surgiram os primeiros conflitos fundiários no espaço geográfico de Roraima (BARROS, 1995).

Em linhas gerais, a conjuntura exposta anteriormente persistiu até 1960, pois o processo de ocupação humana de Roraima ainda continuou a refletir os resultados das políticas do período da colonização e os efeitos dos ciclos econômicos extrativistas ocorridos na Amazônia.

A partir da década de 1970, houve um considerável aumento da migração para o estado, resultante da pressão fundiária em outras regiões; a melhoria e ampliação do sistema rodoviário; o "*boom*" mineral e a política governamental de incentivo ao crescimento demográfico.

Mais recentemente, o crescente interesse econômico sobre os recursos minerais da região e a definição de uma política de uso da terra mais específica são fatores que vêm contribuindo para que o crescimento de Roraima aconteça de forma sustentável e equilibrada (BARBOSA, 1993; BARROS, 1995; MAGALHÃES, 2008). Neste contexto, as políticas de estímulo à atividade produtiva rural e extrativista vêm perdendo espaço. A dimensão geopolítica do estado está sendo aproveitada como uma indispensável vantagem comparativa externa, para alavancar um inédito ciclo industrial. As promissoras perspectivas em relação ao mercado externo levam à intensificação do relacionamento comercial com os países limítrofes, para num segundo momento atingir novos mercados em regiões externas circunvizinhas, mediante o estímulo ao ingresso de capitais para a expansão das atividades produtivas.

O conhecimento das tendências dos setores produtivos, das potencialidades dos recursos naturais, aliado à identificação de novas oportunidades de investimento são elementos essenciais para suportar um setor industrial capaz de atender às demandas locais de consumo, geração de emprego e diversificação da produção (SANTOS, 2000).

A consolidação da infraestrutura passa, necessariamente, pelo fomento dos setores de energia e de transporte, pré-requisitos essenciais para o surgimento de uma indústria tecnologicamente competitiva e a transformação do perfil produtivo do estado. Neste sentido, garantiu-se o fornecimento de energia a partir da hidroelétrica de Guri (Venezuela) até a cidade de Boa Vista, através de contrato firmado entre a Eletrobrás, Eletronorte e a Edela (Venezuela). Outra ação que contribuiu para a obtenção de competitividade industrial está relacionada ao aperfeiçoamento da estrutura e à pavimentação da rodovia BR-174. O financiamento do projeto foi garantido pela assinatura de contrato entre a Corporación Andina de Fomento e o governo brasileiro (SEPLAN, 1997; 2012).

A partir do processo de estruturação do estado; da modernização de Boa Vista e do crescimento das demais cidades, ocorreram alterações na composição populacional dos fluxos migratórios, que antes era exclusiva de trabalhadores nordestinos. As transformações na agricultura de Roraima, provocadas pela cultura extensiva e comercial de arroz e soja, passaram a atrair migrantes gaúchos e paranaenses.

Contudo, a pressão pela exploração dos recursos minerais nas áreas indígenas; a má estruturação dos assentamentos dos colonos e os programas agrícolas; o aumento do fluxo migratório e a estrutura institucional e cultural existente no estado contribuem para a fraca governança em Roraima (IBGE, 2000).

No que se refere à questão ambiental, a expansão da fronteira produtiva impactou as áreas ao sul do estado, que sediaram as atividades de garimpagem; e a região do lavrado, onde foram desenvolvidos projetos de silvicultura, utilizando espécies vegetais exógenas, como a *Acacia mangium*. Em compensação, foram criadas Unidades de Conservação (UC) da fauna e flora, por iniciativa dos governos federal, estadual e municipal. As UC somam 1.705.354 hectares, área correspondente a 7,6% do total de terras de Roraima (ISA, 2011; SEPLAN, 2012).

No aspecto demográfico, o aumento da população segue a dinâmica natural, persistindo um fluxo migratório crescente com destino às regiões que apresentam atrativos econômicos, como a baixa densidade demográfica, a abundância de recursos naturais e, principalmente, projetos de desenvolvimento em execução.

Todos estes fatores continuam a determinar o inchaço populacional de Roraima, como as atividades de mineração e a oferta de empregos públicos, este último decorrente da "política do contra cheque". Não obstante, as ações dos governantes do estado ainda são movidas por fins meramente "eleitoreiros", ao invés de se pautarem na execução de políticas públicas que garantam um processo de desenvolvimento ordenado e contínuo.

A Tabela 8 demonstra a dinâmica populacional de Roraima relacionada com a população economicamente ativa, no período de 1950/1996. Nela, observa-se que aumento populacional leva à expansão da atividade produtiva; que por sua vez aumenta a oferta de empregos.

Tabela 8 - População economicamente ativa – 1950/1996

ANO	POPULAÇÃO			RELAÇÕES (%)	
	RESIDENTE (a)	IDADE ATIVA (b)	ECONOMICAMENTE ATIVA (c)	C / A	C / B
1950	18.116	12.285	5.953	32,86	48,46
1960	28.304	17.888	7.855	27,75	43,91
1970	40.885	26.745	11.466	28,04	42,87
1980	79.159	53.810	26.727	33,76	49,67
1991	217.583	158.109	79.908 (*)	36,72	50,54

* População projetada para Jan/97 (1.000 Hab.). Fonte: SEPLAN (1997).

A variação entre a população economicamente ativa e a população em idade ativa foi mais acentuada na década de 1950, 1980 e 1990. Por outro lado, a proporção da população economicamente ativa, relacionada à população total é acentuada na década de 1950, provavelmente, em razão da migração provocada pelo surgimento dos garimpos. O fenômeno se repete nas décadas de 1980 e 1990, desta feita decorrente do *boom* garimpeiro.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, N. G. Mudanças Climáticas: impactos ambientais nos recursos hídricos da Amazônia, decorrentes dos seus usos múltiplos. In: BUENAFUENTE, S. M. F. (Org). **Amazônia:** dinâmica do Carbono e impactos socioeconômicos e ambientais. Boa Vista: EdUFRR, 2010.

ARANTES, E. C. **O Incra e a evolução da estrutura agrária em Roraima** – 1972 a 2004. 2006. Monografia (Especialização) – Núcleo de Estudos Comparados Amazônia e Caribe, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2006.

ARANTES, E. C. **Regularização Fundiária e Direito de Propriedade na Amazônia Legal: um estudo de caso do estado de Roraima**. 2009. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

BARBOSA, R. I.; FERREIRA, E; CASTELLÓN, E. (Eds). **Homem, Ambiente e Ecologia em Roraima.** Manaus: INPA, 1997.

BARBOSA, R. I.; MELO V. F. (Orgs.). **Roraima**: Homem, Ambiente e Ecologia. Boa Vista: FEMACT, 2010.

BARBOSA, R. I. Ocupação Humana em Roraima: do histórico colonial ao início do assentamento dirigido. **Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi**, v. 9, n.1, p.123-144. Belém, 1993.

BARROS, **Roraima paisagens e tempo na Amazônia setentrional.** Recife: EdUFPE, 1995.

BEZERRA, J. B. **A migração e sua influência no crescimento urbano de Boa Vista – Roraima**. 2001. Monografia (Especialização) – Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2001.

BRASIL. Decreto nº 6040. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades tradicionais. **Diário Oficial da União**, n. 6040, Brasília, 7. fev. 2007.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Perfil dos Cursos Superiores** (2012). Brasília: MEC, 2002. Disponível em: www.mec.org.br. Acesso em: 13 jan. 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (2012). Disponível em: http://www.mda.gov.br. Acesso em: 23 jan. 2013.

CIR-Conselho Indígena de Roraima. **Raposa Serra do Sol**: os índios no futuro de Roraima. Boa Vista: CIR, 1993.

COSTA, J.A.V. Potencial Mineral e Mineração no Estado de Roraima. In: ENCONTRO DE GEOGRAFIA FÍSICA DA AMAZÔNIA, 2, 2008. Belém. **Anais...** Belém: 2008. CD-ROM.

CUNHA, M. C. Populações Tradições e Conservação da Diversidade Biológica. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 13, n.36, maio/ago., 1999.

DA SILVA, J. R. A. **Ocupação e Colonização em Roraima***:* a Colônia da Confiança III em Bonfim. 1997. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1997.

DNPM-Departamento Nacional de Produção Mineral. **Sumário Mineral Brasileiro**. Brasília: DNPM, 2010.

DMPM-Departamento Nacional de Produção Mineral. **Sumário Mineral.** Brasília: DNPM, 1990.

FARAGE, N. **As Muralhas dos Sertões:** os povos indígenas do Rio Branco e a colonização. Rio de janeiro: Paz e Terra, 1991.

FIER-Federação da Indústria do Estado de Roraima. **Perfil da Indústria de Roraima**. Boa Vista: FIER, 2000.

FREITAS, A. **Geografia e História de Roraima**. 4. ed. Manaus: Grafima, 1996.

FREITAS, A. **A História Política e Administrativa de Roraima de 1943 a 1985**. Manaus: Umberto Calderaro, 1993.

FUNAI-Fundação Nacional do Índio. **Resumo Funcional das Terras Indígenas no Estado de Roraima**. Boa Vista: FUNAI, 2005.

GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. (Orgs.). **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese dos Indicadores Sociais 200**0, 2001. Disponível em: <www. Ibge.gov.br>. Acesso em: 10 nov. 2012.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Uso da Terra e a Gestão do Território no Estado de Roraima.** Relatório Técnico. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD-Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio**, 2007. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

INCRA-Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Base de dados dos Projetos de Reforma Agrária do Brasil**, 2008. Brasília: INCRA, 2008.

MAGALHÃES, M. das G. S. D**. Amazônia**: o extrativismo vegetal no sul de Roraima. Boa Vista: EdUFRR: 2008.

MAGALHÃES, M. das G. S. D. **Populações Tradicionais de Roraima**: os relatos orais de ribeirinhos do Baixo Rio Branco, 2012. Disponível em: <http://www.encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1340382761_ARQUIVO_ArtigoRiodeJaneiro.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2013.

PEARCE, D. **Economía de los Recursos Naturales y del Médio Ambiente**. Madrid: Celeste Ediciones, 1995.

QUERINO, R. B. et al**. Diagnóstico de pequenas propriedades de hortifrutigranjeiros em Boa Vista/RR**. Boa Vista: EMBRAPA Roraima, 2008.

RADAM/Brasil. **Projeto RadamBrasil**. Rio de Janeiro: DNPM, 1975.

REPETTO, M. **Roteiro de uma etnografia colaborativa**: as organizações Indígenas e a construção de uma educação diferenciada em Roraima, Brasil. 2002. Tese (Doutorado) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

RORAIMA. Secretaria da Saúde. **Dados da Saúde de Roraima (2012).** Disponível em: <www.saude.rr.gov.br>. Acesso em: 23 nov. 2012.

ROSSETTI, J. P. **Introdução à economia**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

SANTOS, A. **História da livre iniciativa no desenvolvimento sócio-econômico do estado de Roraima.** Boa Vista: Fecomércio, 2004.

SANTOS, H. E. A. dos. **Fatores de crescimento de Roraima – 1970-1998**. 2000. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

SANTOS, M. dos. **Em busca da terra**: migração, organização e resistência na política de colonização no sudeste de Roraima (1970-1990). 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.

SCHAFER, C. E. R. Ecogeografy and human scenario in Northeast Roraima, Brazil. **Journal of the Brazilian Association for the Advancement of Science,** v. 49, n. 4, p. 241-252, 1997.

SEPLAN-RR. Secretaria de Planejamento do Estado de Roraima..**Indicadores Econômicos de Crescimento e Desenvolvimento do Estado de Roraima**. Boa Vista: SEPLAN, 2006.

SEPLAN-RR. Secretaria de Planejamento do Estado de Roraima. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Roraima**. Boa Vista: SEPLAN, 2010a.

SEPLAN-RR. Secretaria de Planejamento do Estado de Roraima. **Informações Socioeconômicas do Município de Boa Vista**. Boa Vista: SEPLAN, 2010b

SEPLAN-RR. Secretaria de Planejamento do Estado de Roraima. **Indicadores de Sustentabilidade do Estado de Roraima**. Boa Vista: SEPLAN, 2012.

SEPLAN-RR. Secretaria de Planejamento do Estado de Roraima. **Perfil do Estado de Roraima.** Boa Vista: SEPLAN, 1997.

SEPLAN-RR. Secretaria de Planejamento do Estado de Roraima. **Perfil do Estado de Roraima**. Boa Vista: SEPLAN, 2003.

SEPLAN-RR. Secretaria de Planejamento do Estado de Roraima. **Zoneamento Econômico Ecológico do Estado de Roraima.** Boa Vista: SEPLAN, 2011.

SILVA, J. R. T. **Fundação do Meio Ambiente e Tecnologia de Roraima:** o Brasil do Hemisfério Norte – diagnósticos científicos e tecnológicos para o desenvolvimento. Manaus: Umberto Calderaro, 1994.

SILVA, P. R. de F. **Dinâmica territorial urbana em Roraima** - Brasil. 2007. Tese (Doutorado em Geografia e Ciências Humanas) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SILVEIRA, I. M. da; GATTI, M. Notas sobre a ocupação de Roraima, migração e colonização. **Boletim do Museu Emílio Goeldi**, Sér. Antropol., Belém, v. 4, n. 1, p. 43-66, jul. 1988.

SILVEIRA, P. C. B. Conflitos socioambientais e mobilização de identidades*:* um estudo de caso na Mata Atlântica. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 31, 2007. Minas Gerais. **Resumos...,** Caxambu, 2007.

SUDAM-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia**. Amazônia em Números**. Belém: SUDAM, 2000.

VIEIRA, E. M. **A exploração de diamantes em Roraima - 1939 a 1970. 1971**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1971.

VIEIRA, J. G. **Missionários, fazendeiros e índios em Roraima**: a disputa pela terra – 1777 a 1980. 2003. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

Capítulo 10

FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO ESTADO DE TOCANTINS

Waldecy Rodrigues
Thiago José Arruda de Oliveira

INTRODUÇÃO

O Estado do Tocantins foi fundado no ano de 1989, sendo a mais nova Unidade da Federação. Antes disso, fazia parte da região norte do estado de Goiás, mas desde o século XVIII as diferenças entre as regiões goianas tornaram-se evidentes. As longas distâncias dos mercados consumidores, somadas ao fim do ciclo do ouro, afastou economicamente o norte do sul goiano. O norte então começou a apresentar um dinamismo próprio, tendo a formação histórica diferente das demais regiões do estado de Goiás.

A fase histórica do Tocantins inicia-se no século XIX, com a criação da Comarca do Norte. Joaquim Teotônio Segurado, ouvidor da Comarca, pretendia elevá-la à condição de Província. Entretanto, o movimento de criação fracassou, atrasando a criação da nova Unidade. Além deste, outros fatos ocorreram até o final da década de 1980, no sentido de consolidar a criação do estado do Tocantins. O objetivo deste capítulo consiste em apresentar os fatos históricos que contribuíram para o processo de transformação da região norte de Goiás no Tocantins. Ademais, pretende-se analisar as condições sociais, econômicas, ambientais e culturais deste estado, em período recente.

Para realizar esta investigação, revisa-se a história do Tocantins, utilizando como referencial livros e pesquisas científicas sobre esta temática, bem como dados secundários disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foram aplicados neste trabalho. Por fim, para a análise da atual estrutura

socioeconômica deste estado utilizam-se os indicadores de sustentabilidade, que retratam as condições políticas/institucionais, sociais/culturais, econômicas e ambientais em todos os municípios tocantinenses nos anos de 2000 e 2010.

O objetivo desta análise é aprofundar o conhecimento sobre o estado do Tocantins. Com base nas informações apresentadas podem ser elaboradas políticas públicas mais eficientes e condizentes com a realidade regional. Esta iniciativa é necessária, pois as mudanças ocorridas ao longo dos séculos e as políticas executadas neste período não conseguiram resolver todos os problemas existentes neste estado.

FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO TOCANTINS (1735-1960)

Expansão da fronteira colonial (1735-1822)

Antes de 1720[1], o atual estado do Tocantins era povoado exclusivamente por grupos indígenas[2], tais como os Apinajé[3], Karajá[4], Krahô[5] e Xerente[6]. Após este período, os desbravadores do sertão descobiram ouro no sudeste tocantinense, iniciando o processo de exploração econômica na região[7]. Sem respeitar a população nativa,

1 Não é possível informar com exatidão quando as bandeiras paulistas encontraram ouro no interior do Brasil, porém, acredita-se que o processo de exploração se inicia na década de 1720 (JAMESON JR, 2002).

2 Segundo Giraldin (2002), havia duzentos grupos étnicos espalhados pela região. Contudo, citam-se apenas aqueles que continuam povoando o estado do Tocantins.

3 O termo Apinajé não é uma denominação desta etnia. Foram os exploradores que atribuíram este nome quando ocuparam o extremo norte do Tocantins de forma sistemática, através da implantação de projetos de desenvolvimento – rodovia BR-153 (SILVA, 2010).

4 No Tocantins, esta etnia é representada pelo subgrupo Xambioá/Karajá do Norte, tendo uma história de intensos conflitso com a chamada comunidade nacional, direcionando os seus ataques às guarnições militares e às missões religiosas, o que resultou na morte de trinta mil índios (SILVA, 2010).

5 Os Krahô desenvolveram uma estratégia peculiar de sobrevivência, fazendo alianças com os fazendeiros oriundos do Piauí que, por sua vez, eram quebrados frequentemente pelos criadores de gado. Atualmente é uma das etnias que mais se inserem no convívio com a comunidade nacional (SILVA, 2010).

6 O território Xerente localiza-se a cerca de setenta quilômetros ao norte de Palmas, tendo a aldeia Tereza Cristina, hoje Tocantínia, como palco de tensões entre a população local e a não indígena (SILVA, 2010).

7 Curiosamente, a primeira viagem no vale do rio Tocantins, comandada por Bartolomeu de Barreiros de Ataíde, no ano de 1644, destinava-se a expandir a atividade pecuarista até a região das Terras Novas, na confluência dos rios Paranã e Palma, no atual município de Paranã – microrregião de Dianópolis. A descoberta de ouro não foi, pelo menos explicitamente, o principal motivo da realização desta aventura. Contudo, suspeita-se desta causa, pois desde o início do Brasil-Colônia os exploradores portugueses buscavam localizar as minas de ouro (TEIXEIRA, 2009; DINIZ, 2006)

os aventureiros traçaram rotas que saíam da Capitania de São Paulo e levavam até as lavras da região. Essas incursões proporcionaram o contato entre mineradores e índios, sendo que estes foram empregados como escravos nas minas recém-descobertas, apesar da sua produtividade ficar abaixo da expectativa do colonizador (PARENTE, 2002). À medida que descobriram novas fontes, a força de trabalho indígena foi sendo substituída pela dos escravos de origem africana, tornando-os cada vez mais presentes na região.

Protegida pelos missionários, a população indígena manteve-se à margem da atividade mineradora. Entretanto, continuou sendo uma peça fundamental no processo de povoamento da Capitania, através do incentivo ao casamento entre brancos e índios, promovido pelo governo do Marquês de Pombal, em meados do século XVIII. Diferente do que ocorreu na América espanhola, algumas tribos indígenas conseguiram sobreviver ao processo de ocupação de suas terras, e atualmente vivem em reservas indígenas protegidas por lei, tal como Xerente, Funil, Kraolândia e o Parque Indígena do Araguaia, localizado na ilha do Bananal, o maior em termos de população indígena[8].

Em relação aos escravos, Figueiredo (2012) afirma que a fama de serem mais fortes e resistentes do que os índios aumentou a importação de africanos. Além disso, os escravos oriundos da Costa da Mina, atual Zimbábue, dominavam as técnicas de mineração, cuja tradição e conhecimento de extração de ouro datava de três a quatro mil anos. Entretanto, não possuíam benfeitores e suas condições de trabalho eram deploráveis. As fugas e a formação de quilombos eram frequentes na região mineradora. Os poucos cativos que conseguiram sobreviver a este duro processo permaneceram no Brasil e transmitiram para as sucecivas gerações a origem africana de seus antepassados (TEIXEIRA, 2009; PARENTE, 2002). A Tabela 1 mostra que a microrregião de Dianópolis, onde se localizavam as principais minas de ouro, é a que mantém atualmente o maior percentual de descendentes de africanos.

[8] Além das terras demarcadas, existem outras políticas de proteção a esta comunidade, por exemplo, a Universidade Federal do Tocantins libera uma cota de vagas para indígenas no vestibular, como forma de integrá-los à chamada sociedade nacional.

Tabela 1 - Distribuição da população negra e parda no Tocantins e no Brasil -2010 (%)

Nível Geográfico		População Negra	População Parda
País	Brasil	7,61	43,13
Unidade Federativa	Tocantins (TO)	9,12	63,13
Microrregião	Bico do Papagaio	9,73	67,65
Microrregião	Araguaína	7,95	63,34
Microrregião	Miracema do Tocantins	7,31	64,20
Microrregião	Rio Formoso	6,44	61,10
Microrregião	Gurupi	8,94	61,92
Microrregião	Porto Nacional	10,18	57,35
Microrregião	Jalapão	8,35	69,30
Microrregião	Dianópolis	13,50	69,25

Fonte: Censo demográfico (IBGE, 2010).

Além de apresentar o maior percentual de pessoas declaradas negras, Dianópolis é a segunda microrregião do Tocantins em proporção de pardos, próxima da primeira colocada – Jalapão. De fato, em relação ao Brasil, as microrregiões tocantinenses mantêm as maiores proporções de pessoas pardas. O termo pardo refere-se à cor da pele resultnte da miscigenação entre de etnias, usualmente da união entre brancos e negros.

Com a combinação da chegada de aventureiros de origem europeia e a inserção do trabalho indígena e escravo, inicia-se o processo da expansão econômica do futuro estado do Tocantins. Essa ocupação desenfreada preocupou a Coroa portuguesa e, como forma de controle, criaram-se os primeiros arraiais na região, cuja função principal era coibir o contrabando de ouro, sendo uma ação frequente durante o período colonial.

Os centros de controle da Coroa (arraias), posteriormente transformaram-se nas sedes de municípios no Tocantins, como Arrayas (atual Arraias), Barra da Palma (atual Paranã), Chapada da Natividade (atual Natividade), São José do Duro (hoje Dianópolis), Carmo (atual Monte do Carmo), Conceição (do Tocantins) e Porto Nacional (antigo Porto Real e Porto Imperial). Portanto, o ciclo do ouro[9] foi o principal responsável pela ocupação e criação de uma base econômica no então Norte de Goyas

[9] Período do Brasil-Colônia (século XVIII) quando descobriram jazidas de ouro no interior, principalmente nas Capitanias de Minas Gerais, Mato Grosso e Goyas.

(SILVA, 2002). Antes, consistia de uma vasta região no centro do território brasileiro, com baixa densidade populacional e nenhuma atividade produtiva de expressão. A descoberta do ouro atraiu, além mineradores, comerciantes, funcionários da Coroa, criadores de gado, bem como pessoas de conduta social questionável[10].

Apesar dessa iniciativa, o contrabando se mantinha e desafiava o controle dos portugueses, o que forçou a Coroa a adotar medidas como o fechamento definitivo da navegação no rio Tocantins para fins comerciais, levando ao total isolamento econômico da região (LIRA, 2011). Ademais, a partir de 1754, inicia-se o declínio permanente e irreversível da extração aurífera[11]. Sendo cada vez mais difícil de detectar novas jazidas, a escassez do metal precioso impacta diretamente na manutenção do trabalho escravo nas minas. No final do ciclo do ouro a redução do número de escravos pode ser percebida em todos os arraiais, em razão do rápido esgotamento das antigas jazidas, o que se reflete na presença de negros[12] na região, conforme exposto na Tabela 2.

Nota-se que a partir de 1742, em Arrayas, houve uma forte queda na quantidade de trabalhadores de origem africana, não atingindo o mesmo nível de 1741. Estes dados mostram que o ciclo do ouro no norte goiano teve uma vida efêmera. Além da curta duração, a população do norte[13] distanciou-se econômica e socialmente da região sul de Goyas[14]. A proibição da navegação nos rios inibia qualquer troca comercial, isolando-a do restante do Brasil. Sem a presença de governantes de visão para investir os ganhos da atividade aurífera em outros meios de produção, logo se sentiria o peso do abandono. Diante deste cenário, floresceu um sentimento de segregação entre os moradores, cujo primeiro personagem neste período foi o ouvidor Joaquim Teotônio Segurado (CAVALCANTE, 2002).

---

[10] Incluem-se neste grupo os bandidos, assassinos e contrabandistas. Figueiredo (2012) afirma que a Coroa fazia vista grossa aos procurados pela justiça, pois conheciam muito os caminhos para desbravar o sertão e trazer lucros para os cofres reais, por isso geralmente eram perdoados, como o caso de Borba Gato, que foi elevado à condição de funcionário direto do Rei.

[11] Essas minas localizavam-se próximo aos cursos d'água, o que implicava em explorações temporárias. Por isso, as migrações ocorriam com frequência, buscando novas áreas com evidência de ouro (LIRA, 2011).

[12] Estes dados são questionáveis, pois a sonegação do registro dos negros nas minas era frequente, visto que os donos de escravos objetivavam evitar o pagamento da capitação – imposto da atividade mineradora – e não forneciam os dados corretos (SALLES, 2002).

[13] Neste trabalho, ao citar Norte, refere-se ao futuro estado do Tocantins, antes localizado no norte de Goiás.

[14] Há enormes diferenças fiscais impostas pela Coroa portuguesa às minas do norte e do sul de Goyas, impactando nos rendimentos da população (CAVALCANTE, 2002).

Tabela 2 - Distribuição da população escrava nos arraiais do Norte goiano – 1741/1808

Arraiais	1741	1742	1748	1749	1783	1804	1808
Tocantins	2.666	3.817	2.936	3.191	-	-	-
Traíras	-	-	-	-	3.790	2.807	2.742
São Félix	432	1.165	926	1.017	648	641	641
Natividade	730	1.010	701	1.827	806	1.529	925
Cavalcante	-	-	-	-	923	1.191	1.208
Arraias	3.169	970	239	229	363	569	419
Porto Real	-	-	-	-	-	-	844
Conceição	-	-	-	-	-	684	584
Carmo	-	-	-	-	-	840	-
Total	6.997	6.962	4.856	6.264	6.530	8.261	7.364

Fonte: Salles (1992).

Importante defensor da elevação da Comarca do Norte[15] ao *status* de Província, Segurado tentou pôr um fim ao retraimento geográfico, administrativo, político e econômico imposto pelos governantes. Durante o seu mandato organizou no povoado de Traíras uma sociedade com capital para investir no comércio com o Pará, concedendo privilégios, tais como a isenção do serviço militar aos que trabalhassem no comércio, navegação e atividade agropecuária às margens do rio, o acesso de ordenanças ao posto de coronel de milícia, além da concessão de sesmarias de meia légua de frente por meia légua de fundos nas margens dos rios Tocantins, Araguaia e Maranhão (CHAVES, 2009).

Porém, apesar dos esforços voltados ao crescimento econômico da região, o movimento político de emancipação da Comarca do Norte não prosperou por razões políticas. Segurado era monarquista, enquanto outras lideranças desejavam romper com a Coroa, gerando conflitos dentro do grupo. As dificuldades de

[15] Essa comarca surgiu no ano de 1809, por decisão do então Príncipe Regente, D. João, em criar uma nova base política na Capitania de Goyas, sediada na vila de São João das Duas Barras – atual Marabá, para que o ouvidor pudesse residir no arraial de Natividade. No mesmo ano, Joaquim Teotônio Segurado foi nomeado como o primeiro ouvidor da nova Comarca (SILVA, 1996) .

comunicação e transporte também contribuíram para que o sonho da "Província do Tocantins" fosse pulverizado (LIRA, 2011). Contudo, neste período a pecuária começa a se fixar e se expandir para todo o vale do Araguaia e Tocantins. Devido à facilidade de manejo, pecuaristas de outras regiões[16] atravessaram o rio Tocantins em busca de campos de pastagem[17]. Com isso, a atividade pecuária toma o lugar da extração aurífera, encerrando o período de expansão colonial no futuro estado do Tocantins.

Economia e sociedade da Pecuária (1822-1889)

Após a independência do Brasil, os governantes tentavam retirar o Norte do atraso econômico, revogando a proibição da navegação e incentivando a exploração marítima no rio Tocantins, sobretudo no transporte de couro e carne para os portos localizados no estado do Pará. Contudo, a existência de obstáculos naturais como corredeiras e cachoeiras tornava o trajeto longo e tortuoso. Entre outros fatores, o ataque iminente de índios a embarcações, a falta de infraestrutura e suporte durante as viagens, o baixo investimento de capital financeiro e em mão de obra, e as péssimas condições das estradas que davam acesso ao rio – intransitáveis durante o período chuvoso, justamente no período mais favorável à navegação devido às cheias – dificultavam as trocas comerciais (FLORES, 2002; PARENTE, 2007).

Apesar das dificuldades, para Flores (2009), a navegação representou um avanço nas relações econômicas do norte goiano. Em 1855, onze barcos de grande porte e vinte de menor porte desceram rumo ao Pará, empregando 480 pessoas. Em 1862, vinte e seis barcos grandes e cerca de 600 a 700 pessoas atuavam na navegação fluvial. A Tabela 3 mostra a quantidade de empregados na navegação do Tocantins no ano de 1850, de acordo com os povoados.

[16] A maior parte oriunda do Maranhão e Piauí. Esses indivíduos ou grupos eram obrigados a procurar novas terras devido às péssimas condições de vida na sua região de origem (RODRIGUES, 2001).

[17] Nesse período, destaca-se o vale do Tocantins, território com grande presença indígena, atraindo primeiramente os catequizadores. Em pouco tempo, surgiu um arraial, hoje cidade de Pedro Afonso, que logo recebeu fazendeiros maranhenses e piauienses, trazendo progresso à região até 1913, quando cangaceiros baianos que, através do roubo de gado, saques e assassinatos, destruíram a localidade, que se reergueu somente em 1930 (RODRIGUES, 2001).

Tabela 3 - Quantidade de pessoas empregadas na navegação do rio Tocantins, por povoado (1850)

Povoado	Pessoas ocupadas
Palmas	50
Peixe	50
Santa Clara	30
Porto Imperial	150
Carolina	100
Boa Vista	100

Fonte: Lira (2011).

Aproximadamente 500 trabalhadores estavam empregados diretamente na navegação do rio Tocantins no ano de 1850. Além deste canal fluvial, a atividade naval se expandiu até o rio Araguaia, aumentando o número de embarcações (LIRA, 2002). A localidade de Porto Imperial[18] tornou-se o principal ponto de partida dos barcos que rumavam em direção a Belém, estabelecendo contato com as outras regiões do país e também recebendo forasteiros, que contribuíram para a formação educacional e cultural da região. Por isso, foi o principal núcleo receptor de migrantes no norte, em sua maioria nordestinos. O estabelecimento de uma Ordem Dominicana composta por padres e freiras franceses[19], a fundação de jornais e editoriais, a presença de médico e alguns coronéis da Guarda Nacional foram outros fatores determinantes para aumentar a importância regional desta vila[20].

No final do século XIX, a principal atividade econômica era o comércio de carne e couro nas praças do Pará, que enfrentava sérios obstáculos de logística e suporte técnico e financeiro. A maior parte de sua população era composta por

[18] O barqueiro português Félix Camoa foi o primeiro habitante da área onde hoje se localiza a cidade de Porto Nacional. A relação conflituosa entre os colonizadores e os índios fez com que a população aos poucos se aglomerasse em volta do casebre do barqueiro, dando início ao processo de povoamento desta margem do rio Tocantins, que passou a se chamar Arraial Novo de Porto Real de Pontal (LIRA, 2010).

[19] Antes dos padres franceses, os responsáveis pela educação eram os jesuítas, que enfrentavam dificuldades para exercer tal atividade devido ao modo de vida e à resistência dos indígenas, além dos constantes conflitos entre esta população e os aventureiros colonizadores (SCHULTZ, 2010).

[20] Não apenas no rio Tocantins, o vale do Araguaia recebeu quantidades significativas de migrantes do Nordeste – maranhenses, piauienses e baianos, embora esta constatação não disponha de dados estatísticos confiiáveis (LIRA, 2010).

negros, indígenas e nordestinos que se instalaram em vilas nas margens dos rios. Por fim, a condição socioeconômica do norte contrastava com o sul de Goiás, que aos poucos começou a receber imigrantes mineiros e paulistas com capital para investir na agricultura da região, porém estavam totalmente integrados ao dinamismo econômico do restante do país, exportando gado vivo para o norte, nordeste e sul de Minas, Rio de Janeiro, Triângulo Mineiro e São Paulo (DINIZ, 2006).

No início do século XX, a população do norte goiano encontrava-se dispersa, não existindo núcleos urbanos significativos, exceto Porto Nacional, Tocantinópolis e Pedro Afonso, ambos localizados às margens do rio Tocantins. Nesse período, os fazendeiros criadores de gado, conhecidos como "coronéis"[21], exerciam influência nos demais municípios, e geralmente ocupavam cargos públicos, menosprezando a população pobre, que era lembrada apenas no período eleitoral como fonte de votos – nos chamados currais eleitorais (TEIXEIRA, 2009). Como reflexo desse domínio, a atividade pecuária continuava sendo um dos pilares da economia do norte de Goiás.

Assim, os territórios "coronelistas" no atual estado do Tocantins estabeleceram relações de subordinação para aqueles que não possuíam grandes rebanhos de gado ou ao menos algum pedaço de terra. Esses colonos localizavam-se principalmente nas regiões de Porto Nacional (centro), Tocantinópolis (norte) e Dianópolis (sudeste), onde ocorriam violentos conflitos entre os coronéis e seus jagunços, podendo ser tratados como verdadeiras guerras civis, que se estendiam por muitos meses, com destaque para a luta que durou cinco anos na vila de Boa Vista de Padre João, atual Tocantinópolis. Outros embates ocorreram em diversas partes do norte goiano[22].

Durante a República Velha (1889-1930), as atividades secundárias como a extração de látex e de cristal de rocha cresciam em determinadas regiões do Norte de Goiás. O preço da borracha estava em patamares elevados durante a I Guerra Mundial, gerando fortunas nos seringais do extremo norte goiano. Entretanto, os ganhos da produção não eram investidos na região, pois os altos impostos pagos ao Sul e o interesse dos produtores em gastar aplicar seus rendimentos em outras regiões, impossibilitava a distribuição dos lucros para o restante da população (SILVA, 2010).

[21] Produtores que aplicaram seus recursos (ouro) na aquisição de grandes quantidades de gado e de terra, tornando-se pessoas influentes, que mesmo não tendo poder administrativo ou militar, ditavam as regras para o restante da população local.

[22] O livro "O tronco", do escritor goiano Bernardo Elis, baseou-se em uma batalha entre coronéis ocorrida na vila de São João do Duro, atual Dianópolis.

Além das áreas extrativistas serem aos poucos substituídas pelos latifúndios, muito desses proprietários de terra também ocupavam cargos públicos, reafirmando o sistema de apadrinhamento/clientelismo.

Economia e sociedade na Marcha para o Oeste e Plano de Metas (1930-1960)

O presidente Getúlio Vargas (1930-1945), sob o lema "Marcha para o Oeste" [23], iniciou a construção das primeiras estradas no interior do Brasil. O propósito desta ação era integrar as localidades isoladas ao restante do país, colonizando as áreas próximas da rodovia BR-153 ou Belém-Brasília. Tratava-se de investimentos públicos em infraestrutura de transportes, no âmbito da política desenvolvimentista da era Vargas, que foi intensificada no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) através do Plano de Metas[24], com o início da construção da estrada BR-153 no município de Barrolândia, no atual estado do Tocantins. Para Silva (2002, p. 92): "O estradão Belém-Brasília veio mudar completamente a realidade socioeconômica da região Araguaia-Tocantins". A Figura 1 retrata essas mudanças no norte de Goiás.

Na Figura 1, pode-se observar que a construção da rodovia BR-153 (Belém-Brasília) foi uma ação desafiadora. Primeiro, por transpassar mais de quinhentos quilômetros em plena floresta amazônica, onde o sol não penetrava devido à mata densa. Segundo, por ser impossível prever os riscos que poderiam ocorrer na região de floresta, pois a flora e a fauna ainda eram desconhecidas pelos não nativos. Terceiro, pela presença de diversas tribos indígenas hostis, que saqueavam os acampamentos e atacavam os funcionários da obra. Quarto, o risco de contágio por doenças tropicais como a febre amarela e a malária. Estes fatores dificultavam o andamento da obra (SOUZA, 2002).

---

[23] A Marcha tinha como objetivo principal a formação de colônias agrícolas em áreas devolutas na extensão da rodovia DR-153. O estado de Goiás contou com uma colônia denominada de Colônia Agrícola Nacional de Goiás (Cang), que posteriormente originou a cidade de Ceres-GO (AQUINO, 2002).

[24] Durante esse período, a capital federal foi transferida do Rio de Janeiro para na região central do país, na cidade de Brasília, atual Distrito Federal, pertencente ao estado de Goiás, redefinindo a sede do poder público nacional e o espaço urbano da capital do país (LIRA, 2011).

Figura 1 - Rodovia Belém-Brasília em 1974



Fonte: Brito (2009).

Durante a construção da Belém-Brasília, tanto os políticos locais quanto os que trabalhavam em Brasília agiam como se este empreendimento trouxesse apenas impactos positivos para a população, escondendo os demais efeitos[25]. Nas palavras de Aquino (2002, p. 330): "mesmo reconhecendo-se a importância desta rodovia para romper a apatia das regiões por elas atingidas (os políticos), [...] sabe-se também que as populações e o meio ambiente das áreas atingidas pagarão um preço alto". Tinha-se notícia dos conflitos armados entre latifundiários e a população local nos vales de Santa Tereza e Canabrava, atual norte do estado de Goiás. O principal prejudicado pela obra foram os pequenos agricultores que, atraídos pelo dinheiro e pelo modo de vida nos centros urbanos, vendiam suas terras por qualquer valor para viver de biscate nas cidades[26].

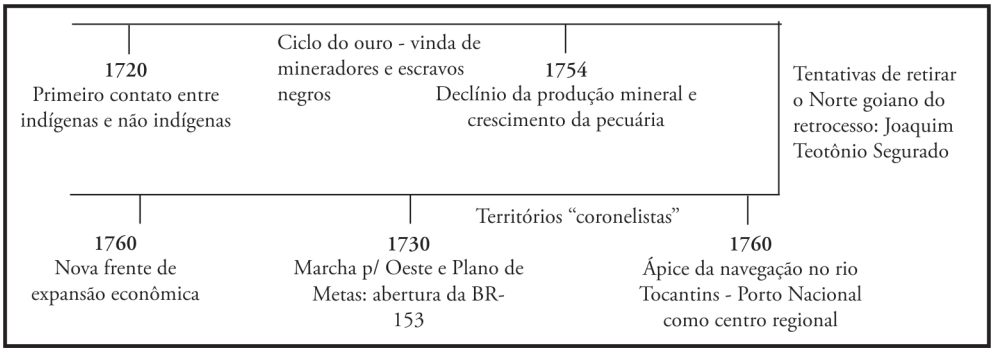
[25] O discurso de JK sobre a rodovia trazia uma mensagem otimista de libertação do subdesenvolvimento, que estava sendo privado dos benefícios da civilização e do progresso, indispensáveis à emancipação econômica do homem (SOUZA, 2002).

[26] O empreiteiro da obra, George Yunes, o Gaúcho, relata que ao longo da estrada eram reservados seis quilômetros em cada lado para serem distribuídos aos colonos. Todavia, essa tentativa de ocupação não obteve sucesso, porque imediatamente chegavam os latifundiários oferecendo algum dinheiro e compravam aquelas terras (AQUINO, 2002).

No futuro estado do Tocantins, à medida que a grande rodovia adentrava na região, a população pobre da zona rural atingida pela obra não conseguia preservar as suas terras devido ao crescente bandidismo e ao assédio dos grandes proprietários. Em decorrência desta estrada, abriu-se uma nova frente de exploração agrária antes inacessível, tornando-se alvo da apropriação de terras por meios ilícitos, tais como a falsificação de títulos registrados nos cartórios municipais, empurrando os colonos para dentro da floresta, forçando-os a ceder os espaços existentes aos grandes empreendimentos. A grilagem de terras e a questão das reservas indígenas contribuíram para a formação de um cenário caótico, onde os conflitos armados pela posse das propriedades eram rotineiros (BURSZTYN et al., 2004; LIRA, 2011).

Do início do século XVIII até meados do século XX, o futuro estado do Tocantins passou por transformações significativas. Se antes de 1960 a economia do Norte encontrava-se dispersa e desarticulada com o restante do país, salvo o comércio de carne e couro através do transporte fluvial no rio Tocantins até as praças do Pará, com o estradão, possibilita-se a integração da região com o restante do Brasil. Com a abertura de uma frente de expansão econômica, muitos migrantes chegam à região para trabalhar nas novas terras, gerando impactos significativos na configuração territorial do norte de Goiás. A Figura 2 resume as transformações ocorridas durante esse período na história socioeconômica do Tocantins.

Figura 2 - Linha do tempo – história socioeconômica do norte de Goiás (1720-1960). Elaboração do autor



Com a descoberta do ouro no século XVIII, a população nativa indígena entrou em conflito com este modo de produção, transformando drasticamente a dinâmica ocupacional do Norte goiano. Passados dois séculos, as pessoas que residiam nesta região também estavam ameaçadas com a vinda de uma nova forma de produção econômica, mais intensa e expansiva. O próximo tópico aborda este processo fomentado pelo governo federal e financiado por grandes somas de empréstimos estrangeiros, que transformou o futuro estado do Tocantins.

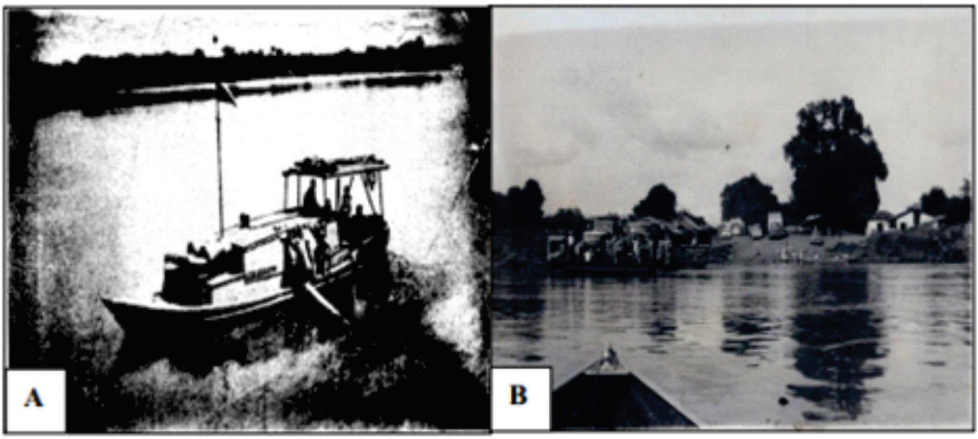
EXPANSÃO DA FRONTEIRA ECONÔMICA DO TOCANTINS: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS (1960-1990)

Políticas de desenvolvimento e processo de ocupação territorial

A rodovia BR-153 transformou profundamente a configuração ocupacional do território Norte goiano. Cidades centenárias oriundas do ciclo do ouro, tal como Arraias, Dianópolis e o principal ponto de referência regional – Porto Nacional, não estavam servidas pela rodovia, portanto, permaneceram alheias ao avanço produtivo originado por esta ligação. De acordo com Aquino (2002), é certo que a cidade de Porto Nacional manteve uma relativa estabilidade populacional e participação produtiva na região, entretanto, permaneceu por vários anos marginalizada, vindo a reintegrar o dinamismo regional somente no final dos anos 1970, com a construção da ponte sobre o rio Tocantins. Os registros históricos (Figura 3A-B) mostram como era o transporte antes desta ponte.

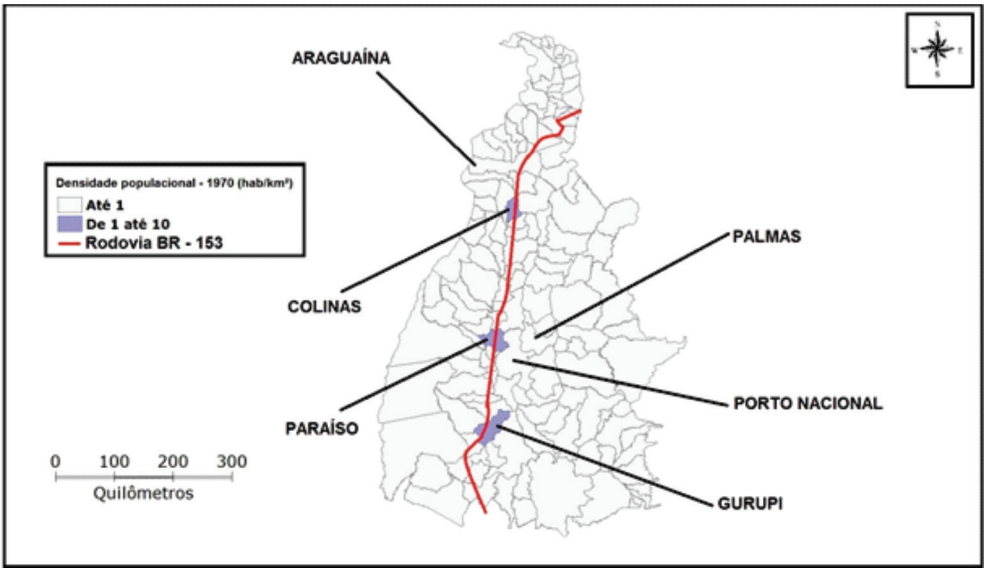
O registro A mostra um barco comercial navegando no rio Tocantins na década de 1930 e o registro B ilustra a travessia de balsa realizada no porto da cidade de Porto Nacional no ano de 1966. De comum, nota-se a dificuldade que as pessoas enfrentavam para se deslocar de uma margem para a outra até chegar a Porto Nacional ou continuar a viagem. Além disso, a falta de uma ligação terrestre aumentava o preço dos produtos nas localidades situadas na beira do rio. Algumas mercadorias de menor perecibilidade não poderiam ser comercializadas, impactando de forma negativa na renda do comerciante, pois auferiam menos lucros, bem como do consumidor, que pagava mais caro por um produto de baixa qualidade. A Figura 4 ilustra o trajeto da BR-153.

Figura 3 - Travessia do rio Tocantins em Porto Nacional antes de 1979



Fonte: Lira (2010).

Figura 4 - Trajeto da BR-153 no estado do Tocantins, e a densidade demográfica dos municípios (1970)



Fonte: IBGE. Adaptação do autor.

Constata-se que os municípios com maiores densidades populacionais encontravam-se ao longo da Belém-Brasília – Gurupi, Paraíso e Colinas[27]. A estrada contribuiu para o adensamento da população, que antes se encontrava dispersa ao longo das margens dos rios, bem como para aumentar o nível de urbanização da região. Entretanto, as regiões ribeirinhas cederam pessoas para as grandes cidades do Planalto Central – Anápolis, Goiânia e Brasília – e também para os centros urbanos criados durante e após o término da obra, tais como Araguaína[28], Colinas, Guaraí, Miranorte, Paraíso, Gurupi, Alvorada, Figueirópolis, Fátima, Presidente Kennedy, Nova Olinda e Wanderlândia (SOUZA, 2002). A Tabela 4 expõe o reflexo dessas transformações.

Tabela 4 - Percentual de urbanização nos municípios tradicionais e da rodovia Belém-Brasília (1991)

Município	Percentual urbano (%)
Dianópolis	59.79%
Arraias	42,84%
Peixe	19,34%
Paranã	17,89%
Natividade	44,46%
Araguaína	81,29%
Gurupi	92,55%
Paraíso	84,22%
Colinas	90,70%
Guaraí	69,99%

Fonte: Censo demográfico (IBGE, 1991). Fonte: Aquino (2002).

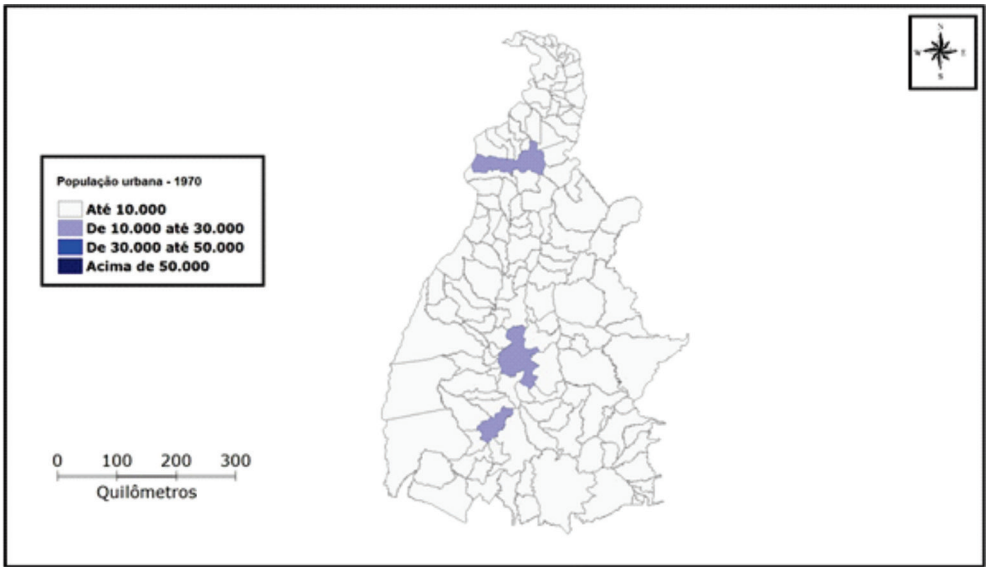
Observa-se que cidades de Araguaína, Gurupi, Colinas e Paraíso tornaram-se os principais núcleos urbanos do norte de Goiás. Por outro lado, as localidades tradicionais do atual sudeste tocantinense – Dianópolis, Arraias, Peixe, Paranã

[27] Apesar de estar apontada na ilustração, Palmas não existia no ano de 1970.

[28] Outrora território da etnia Karajá, foi ocupado principalmente por imigrantes piauienses no ano de 1876, dedicando-se inicialmente ao cultivo de cereais para subsistência, tendo retornado ao impulso inicial a partir de 1925, com a chegada de novas famílias ao povoado, que passaram a chamá-lo de Lontra, mudando o seu nome para Araguaína somente quando passou a fazer parte do recém-criado município de Filadélfia (SILVA, 2010).

e Natividade, continuavam mantendo a sua característica rural, resultado do isolamento rodoviário imposto pela polarização da rodovia BR-153 (SOUZA, 2002). Além disso, as três cidades mais influentes da região – Porto Nacional, Tocantinópolis e Pedro Afonso começaram a diminuir a sua importância na dinâmica ocupacional da região. A Figura 5 ilustra a distribuição da população urbana nos municípios no futuro estado do Tocantins.

Figura 5 - População urbana nos municípios do Tocantins (1970)[29]



Fonte: IBGE. Adaptação do autor

Na década de 1970, nenhum município do então norte de Goiás estava acima de 30 mil habitantes em seu núcleo urbano. Apenas as localidades de Araguaína, ao norte; Gurupi, ao sul; e Porto Nacional, ao centro, tinham mais de 10 mil moradores na zona urbana. Em relação ao meio rural, projetos agropecuários financiados pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) devastaram a floresta amazônica e o cerrado, expulsando os pequenos camponeses de suas terras. Apenas

[29] Os limites municipais foram alterados com o passar do tempo, com a elevação da sua condição de vila para município. Por tanto, esta e as demais ilustrações anteriores ao ano de 2000, quando cessou este processo, não retratam com precisão a distribuição geográfica da variável analisada. Contudo, tem-se uma noção da dinâmica espacial naquele período.

um projeto agrícola de desenvolvimento sustentável foi aprovado por este órgão nos anos 1970, liberando empréstimo para a TOBASA/SA, de Tocantinópolis. Esta empresa processava o coco de babaçu extraído pelas comunidades para a produção de óleos, carvão ativado, endocarpo, torta e sabão (TAMBA, 2009).

Entre 1975/1979, o governo militar criou o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) e, através do Programa de Polos Agropecuários e Agromineirais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), pretendia utilizar viários eixos para ocupação dos espaços vazios ainda existentes e fortalecer a aliança entre o Estado e os empresários na condução do processo de colonização da região. O norte de Goiás estava inserido no Polo Araguaia-Tocantins[30], que tinha o objetivo de aproveitar o seu potencial hidrelétrico e desenvolver a agropecuária. Esses projetos atraíram grandes contingentes populacionais, principalmente na microrregião do Baixo Araguaia goiano, que atualmente engloba alguns municípios da microrregião de Rio Formoso (TO), como Miracema (TO), que teve um incremento de 132% na sua população, passando de 36.275 habitantes em 1970 para 84.087 em 1980 (OLIVEIRA, 1983).

Nesse período, a agropecuária e o extrativismo mineral no Norte cresceram a níveis exorbitantes. As duas maiores áreas produtivas são o extremo norte, atual microrregião do Bico do Papagaio; e o sudeste, atual microrregião de Dianópolis. No sul, iniciou-se o Projeto Rio Formoso, incentivando a vinda de fazendeiros do Sul e Sudeste brasileiro, que através do emprego intensivo de maquinários agrícolas abriria uma nova fronteira agrícola em toda a microrregião do Médio Araguaia-Tocantins. O impacto desta medida foi o baixo número de pessoas empregadas, conforme mostra a Tabela 5.

[30] Municípios inseridos neste polo no estado do Tocantins: São Sebastião, Araguatins, Axixá, Sítio Novo, Itaguatins, Tocantinópolis, Ananás, Nazaré, Xambioá, Babaçulândia, Araguaína, Arapoema, Filadélfia, Colinas e Presidente Kennedy (OLIVEIRA, 1983).

Tabela 5 - População Economicamente Ativa por setor de atividade na área do Programa no Norte de Goiás (1970)

Área Programa	Setor Primário	Setor Secundário	Setor Terciário
Extremo norte	21.212	1.155	686
Norte	16.960	1.518	1.089
Noroeste	9.742	729	422
Nordeste	8.219	298	153
Centro Oeste	7.715	627	446
Central	14.315	990	498
Leste	5.053	216	74
Sul	8.022	738	712
Sudoeste	7.430	395	1.087
Sudeste	16.883	1.034	275

Fonte: Anuário Estatístico do Estado do Tocantins (1997).

Analisando os dados do setor terciário na Tabela 5, este é bastante expressivo no norte, onde se encontra Araguaína; e pouco desenvolvido na região central, onde se localiza Porto Nacional. Nota-se que as áreas-programa, onde o trajeto da BR-153 não faz parte da sua malha rodoviária – nordeste, leste e sudeste, além da central, são as que menos empregam pessoas nas indústrias e no comércio/serviços, restando apenas a agricultura como a principal opção de emprego. Uma importante observação a ser considerada é a vinda das empresas agroindustriais ou agrominerais, que não se estabeleceram na região com a mesma intensidade observada nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul[31]. As poucas que se fixaram no norte goiano mantiveram ou reproduziram o modelo colonial das sesmarias, formando latifúndios e fazendo alianças com as oligarquias regionais (LIRA, 2011).

A única exceção é o Projeto Rio Formoso. Este empreendimento agrícola consiste em utilizar as águas da bacia deste rio para a irrigação de culturas de arroz no período chuvoso, e milho e soja no período seco. O rio Formoso é a fonte mais utilizada para

[31] Segundo Arbués (2002), apesar das sucessivas intervenções do Estado, possibilitou-se a abertura de fronteiras agrícolas e a expansão do capitalismo, todavia, nas décadas de 1970 e 1980, ainda se encontravam enormes vazios demográficos convivendo com as áreas produtivas.

este fim, seguido pelos rios Urubu e Xavante (WAKIM, 2010). Além da transformação agrícola nesta região, ocorreram mudanças sociais, tais como a construção da Escola Canuanã, da Fundação Bradesco, em Formoso do Araguaia. Em 1973, um importante fazendeiro oriundo de São Paulo, com ajuda de capital privado – Banco Bradesco, percebendo a falta de escolas na região, transformou parte de sua propriedade em um internato estudantil para atender à população carente local (SCHULTZ, 2010).

Este é um caso à parte. Em geral, o principal impacto das grandes obras financiadas pelo governo no futuro estado do Tocantins foi a mudança de costumes e tradições sertanejos para o "corre-corre" da vida urbana. Além disso, a terra passou a ser valorizada e houve um aumento significativo da imigração de colonos gaúchos nos anos 1980, principalmente nos municípios de Alvorada, Formoso do Araguaia e Gurupi[32]. Devido ao esgotamento da fronteira agrícola do Centro-Sul do país e o preço baixo do hectare de terra no norte goiano, impulsionou-se a migração, alterando inclusive a configuração urbana nos respectivos municípios goianos. A Figura 6 ilustra esta mudança.

Em comparação com a ilustração referente ao ano de 1970, observa-se o surgimento de dois centros urbanos expressivos – Colinas, ao norte, e Paraíso, ao centro, ambos localizados no trecho da rodovia Belém-Brasília. Araguaína e Gurupi aumentaram o seu contingente populacional, enquanto que Porto Nacional estabilizava-se neste parâmetro[33]. Outra mudança observada nesse período foi a retomada dos movimentos de emancipação, pautados em discursos ideológicos. Um dos idealizadores tornou-se o principal símbolo político da luta pela criação do estado do Tocantins: José Wilson Siqueira Campos[34], que ingressou na política ao ser eleito vereador em 1966, em Colinas do Norte (GO), depois deputado estadual no estado de Goiás, em 1975.

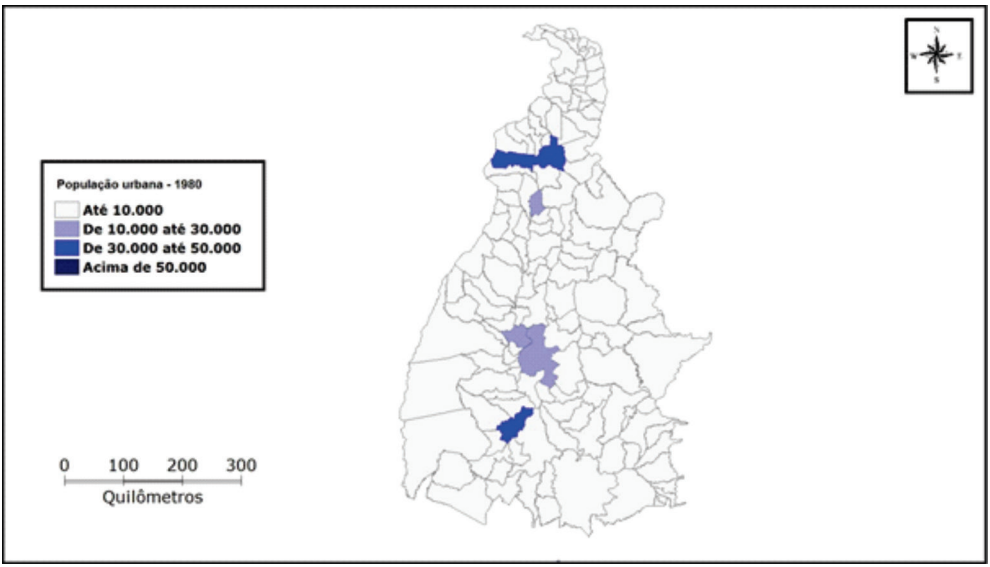
---

[32] Segundo o Censo do IBGE de 1980. Verifica-se também o aumento de paulistas, mineiros e goianos no sul desta região, trabalhando principalmente na pecuária de corte.

[33] Outras transformações ocorreram no interior, onde as linhas hidroviárias foram retiradas de circulação, dificultando o recebimento de notícias sobre o que acontecia além da sua região (SILVA, 1996).

[34] Antes de Siqueira Campos, destaca-se o brigadeiro do ar Lysias Rodrigues, nos anos 1930, que através de suas viagens passou a defender a revisão territorial do Brasil, para diminuir as desigualdades sociais, propondo a criação de novas unidades, como o Território Federal do Tocantins. Apesar da sua ideia não ser executada, transformou-se em uma base sólida para as futuras propostas de emancipação (SILVA, 1996). Lira (2011) aponta o juiz de Porto Nacional, Dr. Feliciano Braga, nos anos 1950, e a Casa do Estudante do Norte Goiano CENOG), em 1960, também como antecessores de Siqueira Campos e da CONORTE na luta pela causa separatista no norte de Goiás.

Figura 6 - População urbana nos municípios do Tocantins (1980)



Fonte: IBGE. Elaboração do autor.

Além de Siqueira Campos, surgiram outras frentes que lutavam pelo desmembramento. No início de 1980, um grupo de nortistas criou o primeiro documento intitulado de Carta do Tocantins, voltado para a sistematização dos problemas econômicos do Norte goiano. A Comissão de Estudos dos Problemas do Norte Goiano (CONORTE), como era conhecida, tentava responder, através de argumentos técnicos, os dois vetos da Presidência da República, que não aceitou a criação da nova Unidade na década de 1980. Segundo Lira (2011), esta comissão tinha uma visão economicista, neoliberal e contraditória a respeito do norte goiano, despreocupando-se com os problemas sociais da região. Entretanto, o autor ressalta a importância da instituição em realizar trabalhos de gabinete junto aos parlamentares no Congresso Nacional para a criação do estado do Tocantins, em 1988.

Esta era uma tentativa de viabilizar o desmembramento do norte de Goiás em um ambiente político caracterizado pela transição entre o governo ditatorial dos militares e o regime democrático. Mesmo tratando-se de uma luta secular, em que personagens

e grupos surgiram, a tentativa de alcançar a sua emancipação ainda era desfavorável[35]. Porém, este cenário mudou com o apoio decisivo do então governador de Goiás, Henrique Santillo, que se declarou favorável à separação do norte goiano, forçando a Assembleia Legislativa de Goiás a encaminhar o pedido de inclusão da criação do Tocantins no texto da nova Constituição. Após esta votação, o projeto foi posto em discussão no plenário na Constituinte, sendo aprovado e incorporado ao artigo 13 da Constituição da República Federativa do Brasil, em bases legais, chegando ao ponto final de um processo histórico secular (SILVA, 1996).

Com a criação do estado do Tocantins, a população tocantinense desejava reafirmar a sua identidade, que ainda estava em processo de formação, tendo origem na diversidade étnica e na miscigenação derivada dos intensos fluxos migratórios nos anos de 1970 e 1980. Segundo Aquino (2002), há diferenças identirárias no âmbito do próprio estado, sobretudo pelo enorme descompasso entre as populaçoes rurais e urbanas, reflexo das desigualdades socioeconômicas das cidades localizadas nas margens da BR-153 e na margem direita do rio Tocantins. Contudo, segundo Silva (2010), apesar das diferenças, há uma base cultural que muitas vezes é escondida devido à aparente pobreza na região, podendo-se perceber hábitos e costumes peculiares e diversos, como a dança, a música, as crenças religiosas, o vestuário e a culinária.

De fato, a população nortista, mesmo com toda a sua cultura e vivência construída durante séculos, teve pouca participação no processo de emancipação estadual, cabendo aos migrantes das frentes agrícolas iniciadas nos anos 1960/70 tomar a iniciativa através de discursos, abaixo-assinados, conversas de gabinetes e comissões[36]. Um dos poucos episódios de atuação popular envolveu a disputa entre os municípios para sediar o governo estadual. Esta situação acirrou os ânimos entre as lideranças políticas e os habitantes, tendo a população de Porto Nacional[37] como um dos atores atuantes nesta questão.

---

35 Havia forças contrárias à criação do estado do Tocantins, por exemplo, o veto do então presidente José Sarney e o Congresso Nacional, que estava alheio à reivindicação de emancipação estadual (LIRA, 2011).

36 Para Lira (2009), após a criação do novo estado, reproduz-se os mesmos processos de ocupação e produção econômica ocorridos nas décadas anteriores, baseados na construção de grandes obras e no menosprezo ao modo de vida da população local.

37 Porto Nacional pretendia sediar a capital provisória do Tocantins, para isso, buscou apoio popular e enviou para Brasília, uma caravana de 150 pessoas, que acamparam em frente ao Congresso Nacional para pressionar Siqueira Campos, que ainda não tinha abdicado do cargo de deputado federal, a escolher a cidade centenária do rio Tocantins como capital do estado (LIRA, 2011).

No final dos anos 1980, foi fundada a cidade-sede do goberno estadual, Palmas, substituindo a pequena cidade de Miracema. Este fato desagradou a elite agrária de Araguaína[38], que pretendia torná-la capital do estado, o que gerou revolta popular. De forma inesperada, esta cidade, que surgiu de um entreposto comercial localizado na margem do rio Tocantins para abastecer os fazendeiros da região, tornou-se a sede provisória do novo estado no dia 7 de dezembro de 1988. Os políticos estaduais abandonaram Miracema no ano seguinte, quando Siqueira Campos transferiu a sede do governo para o município de Taquarussú do Porto (LIRA, 2011).

A necessidade de construir uma nova cidade que representasse o sonho iniciado por Segurado e concretizado por Siqueira Campos nasceu de uma representação histórica que poderia atrair a atenção de todo o país. Para as lideranças, realizar obras de grande magnitude, como a construção de um moderno núcleo urbano, era mais representativo que adaptar uma cidade centenária para a sede do governo, mesmo que esta iniciativa tivesse altos custos financeiros e ambientais (RODRIGUES, 2010). Por isso, Siqueira Campos, juntamente com o deputado federal Eduardo Siqueira Campos e os arquitetos Luiz Fernando Cruvinel Teixeira e Walfredo Antunes, decidiram planejar e construir a nova capital dentro dos limites de Taquarussú do Porto, próximo à Vila Canela[39]. A Figura 7 sintetiza este momento na história do Tocantins.

Com isso, Palmas começou a tomar forma, transformando-se no maior canteiro de obras do Brasil e a única prioridade do governo nos próximos dois anos. A nova cidade atraiu pessoas de diversas regiões do país para trabalhar nos projetos arquitetônicos, contribuindo para a formação da identidade do povo tocantinense e iniciando uma nova era no Tocantins. A resistência das lideranças de Araguaína, que iam periodicamente a Brasília fazer campanha para que esta cidade se tornasse a capital do estado, foi insuficiente para que o crescimento econômico continuasse

[38] Silva (2011) afirma que estava tudo encaminhando para que esta cidade se tornasse a capital do novo Estado, porém, havia problemas estruturais complexos, impossibilitando a instalação do aparato público e a inevitável expansão urbana.

[39] Os arquitetos do Grupo Quatro de Goiânia foram os responsáveis por indicar a área onde seria construída a nova cidade-sede, e através de seus estudos delimitaram quadro subáreas – Santa Luzia, Mangues, Carmo e Canela, sendo que esta última atendia as expectativas técnicas e estava situada na margem direita do rio Tocantins, o que agradou o governador Siqueira Campos (LIRA, 2011).

concentrado na Belém-Brasília. Com isso, anos 1990 começa uma nova fase de transformações no agora estado do Tocantins (LIRA, 2011). A Figura 8 sintetiza o período analisado (1960-1990).

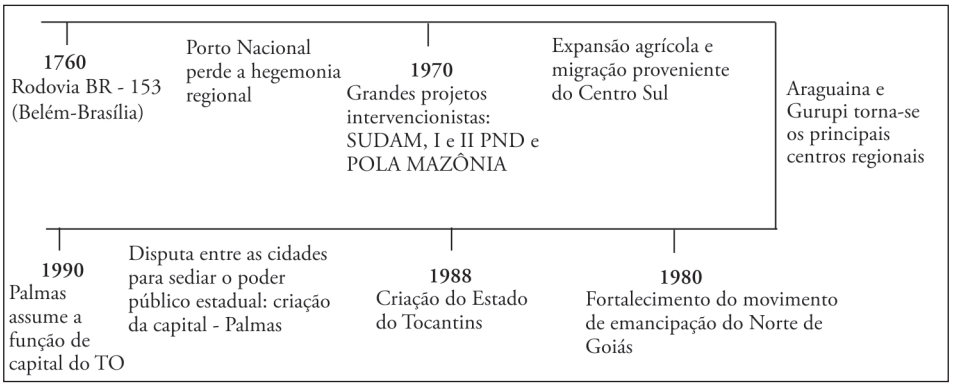
Figura 7 - Confecção de placas sinalizadoras na futura capital do Tocantins (1989)



Fonte: Rodovalho (2012).

Os trinta anos indicados na linha do tempo mostram que foi um período de intensa transformação territorial. A rodovia BR-153 possibilitou grandes mudanças, concentrando parte da população local nos novos centros urbanos surgidos ao longo da sua extensão, principalmente em Araguaína e Gurupi, e abrindo caminhos para a ocupação agrícola. O governo federal foi responsável direto por essas mudanças, incentivando a vinda de migrantes do Centro-Sul do país – as chamadas frentes pioneiras. Porém, diferente do que ocorreu no Mato Grosso e no Pará, o norte de Goiás vivenciou uma ocupação desordenada. A partir de 1980, fortaleceu-se o movimento de emancipação do norte de Goiás, que obteve êxito na criação do estado do Tocantins, instituído pela Constituição de 1988. Por fim, ocorreram disputas entre Araguaína (novo centro) e Porto Nacional (centenária) para sediar o governo estadual, culminando com a construção de Palmas, a nova capital do estado.

Figura 8 - Linha do tempo – história socioeconômica do norte de Goiás (1960/1990)



Elaboração do autor.

DINÂMICA SOCIOECONÔMICA, DEMOGRÁFICA E AMBIENTAL (PERSPECTIVA HISTÓRICA E INDICADORES)

As mudanças ocorridas entre 1960 e 1990 causaram profundas alterações na dinâmica espacial do recém-criado estado do Tocantins. Diversos núcleos urbanos consolidaram-se no cenário econômico estadual, em especial Araguaína, Gurupi, Paraíso e Colinas, e surgiu nova cidade no início da década de 1990 – Palmas, transformando novamente o espaço tocantinense. Porém, a ocupação da capital ocorreu de forma desordenada e as invasões de terra eram frequentes. Em 1991, cerca de três mil pessoas ocuparam mais de cinco quilômetros de extensão dos lotes que haviam sido cedidos em regime de comodato na popularmente chamada Vila União (RODOALHO, 2012). A Figura 9 ilustra este cenário.

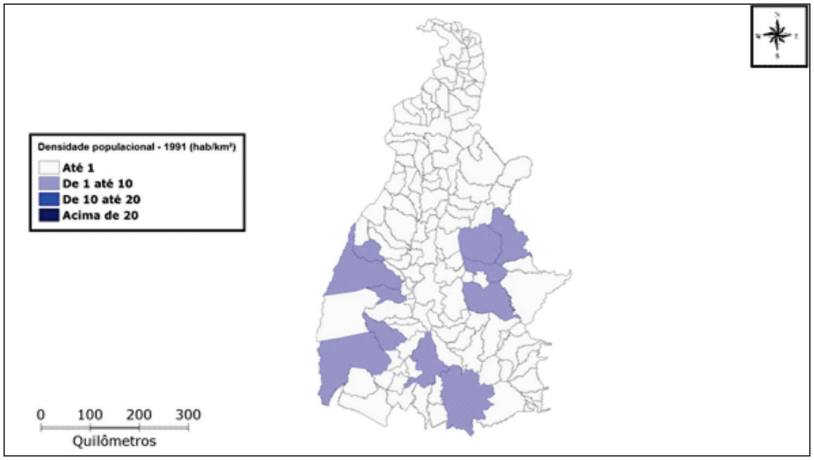
A localidade de Taquaralto, próxima a Palmas, em menos de um ano passou de 800 para mais de 10 mil habitantes, tornando-se o principal centro comercial e fornecedor de mão de obra para a construção da capital (RODOVALHO, 2012). A ocupação planejada, tanto da capital como de outras partes do território tocantinense, não se concretizou. Os municípios interioranos tornaram-se pontos de evasão, de onde os moradores migravam para a as grandes cidades em busca de melhores oportunidades de vida. A Figura 10 mostra a existência de "vazios" demográficos em todo o estado do Tocantins no começo da década de 1990.

Figura 9 - Barraco de lona próximo à Praça dos Girassóis e o palácio Araguaia, sede do governo tocantinense (1991)



Fonte: Rodovalho (2012).

Figura 10 - Densidade demográfica nos municípios do Tocantins (1991)

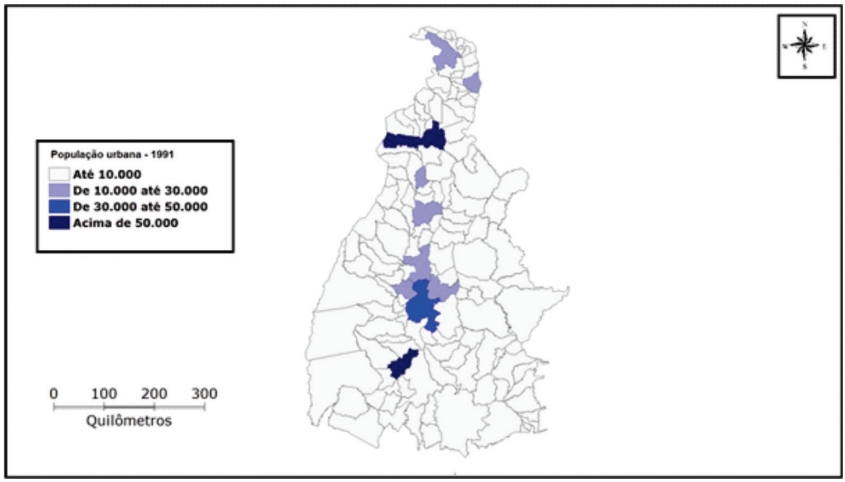


Fonte: IBGE. Elaboração do autor.

O município de Gurupi, localizado no sul do estado, era um dos principais pontos aglomerados de pessoas no ano de 1991. Neste mesmo ano, junto com Araguaía, também tinha um papel importante na economia tocantinense, sendo o

segundo maior arrecadador de impostos[40]. Analisando o estado do Tocantins como um todo, observa-se que a densidade populacional está abaixo de um habitante por quilômetro quadrado. Esta fraca ocupação está relacionada com a configuração espacial dos municípios no período estudado. Em em sua maior parte, o Tocantins era constituído por municípios de grandes dimensões, e a partir da década de 1990 inicia o processo de fragmentação territorial referente à divisão política do estado do Tocantins, originando novos municípios de menor dimensão territorial. A Figura 11 mostra a distribuição da população urbana no ano de 1991.

Figura 11 - População urbana nos municípios do Tocantins (1991)



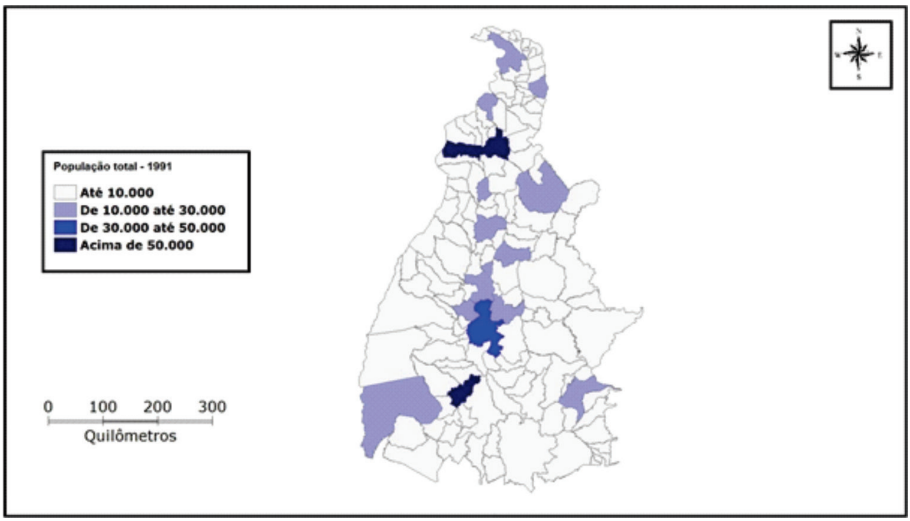
Fonte: IBGE. Elaboração do autor.

Conforme apresentado no mapa, Araguaína e Gurupi são os dois maiores núcleos urbanos, com mais de 50 mil habitantes. Palmas, com apenas um ano de existência, torna-se uma das maiores cidades do Tocantins. Nesse período, a centenária cidade de Porto Nacional era o principal núcleo urbano na região central do estado. Porém, com o crescimento da capital, em pouco tempo Porto Nacional perderia este posto. Ao longo do trecho da BR-153, três cidades estão entre as dez maiores do Tocantins – Paraíso, Guaraí e Colinas. Na microrregião do Bico do

[40] Anuário Estatístico do Tocantins (1997).

Papagaio, os dois maiores núcleos urbanos são Araguatins e Tocantinópolis. Nota-se que fora do trecho da Belém-Brasília e da região central, inexistem cidades com mais de 10 mil habitantes, mostrando que a população urbana se concentra no estado do Tocantins (Figura 12).

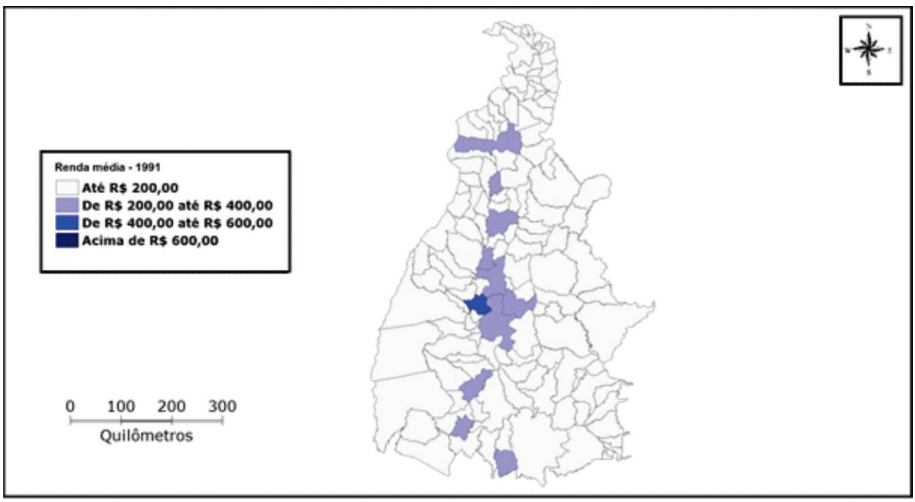
Figura 12 - População total nos municípios do Tocantins (1991)



Fonte: IBGE. Elaboração do autor.

Em relação à população total, nota-se a existência de municípios com mais de 10 mil habitantes no sudoeste – Formoso do Araguaia; no sudeste – Dianópolis; no nordeste – Goiatins; e no noroeste – Xambioá. Neste sentido, pode-se afirmar que a dinâmica populacional no estado do Tocantins é concentradora. Identificam-se muitos municípios com nenos de 10 mil habitantes, principalmente na microrregião do Jalapão, a leste, e também próximo ao rio Araguaia. Essas aglomerações espaciais evidenciam que a produção no Tocantins pode estar concentrada neste espaço. Para analisar este parâmetro, observa-se a distribuição dos rendimentos médios no período analisado (Figura 13).

Figura 13 - Renda média nos municípios do Tocantins (1991)



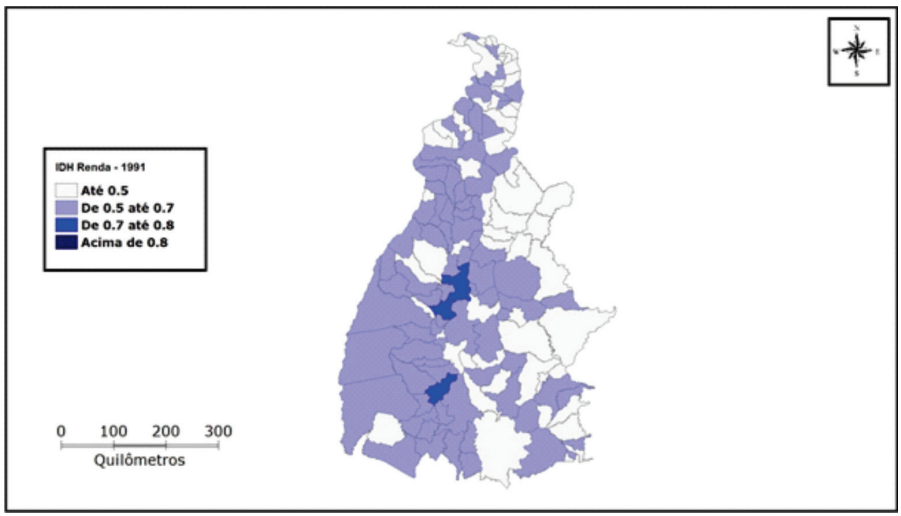
Fonte: IBGE. Elaboração do autor.

Percebe-se, novamente, que a renda média segue a tendência da dinâmica populacional no Tocantins, concentrando-se ao longo da rodovia Belém-Brasília. O único município com renda média acima de R$ 400,00 é Paraíso, a aproximadamente 70 km de Palmas. Em outras partes do estado inexistem municípios com renda média acima de R$ 200,00, demonstrando que as populações residentes nessas localidades têm baixo poder aquisitivo. Este fenômeno deve-se à fraca ocupação territorial e à ausência de unidades produtivas capazes de gerar renda para o município. Entretanto, há casos de regiões que conseguem obter ganhos produtivos, porém não têm capacidade de redistribuir os rendimentos oriundos das atividades econômicas. Para analisar este fator, observa-se o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que mede o nível de distribuição de renda nos municípios tocantinenses (Figura 14).

Neste indicador, o município de Paraíso também obteve uma das melhores taxas de distribuição de renda no estado do Tocantins, juntamente com Gurupi e Miracema. Essas localidades apresentam índices acima de 0.700, diferente do que se observa na porção leste do Tocantins, onde a maioria dos municípios ficou abaixo de 0.500. Em compensação, nas localidades próximas ao rio Araguaia, o IDH Renda segue o mesmo patamar dos demais municípios tocantinenses. A capital, Palmas, apresenta o indicador abaixo de 0.500, apesar de obter renda média alta, não

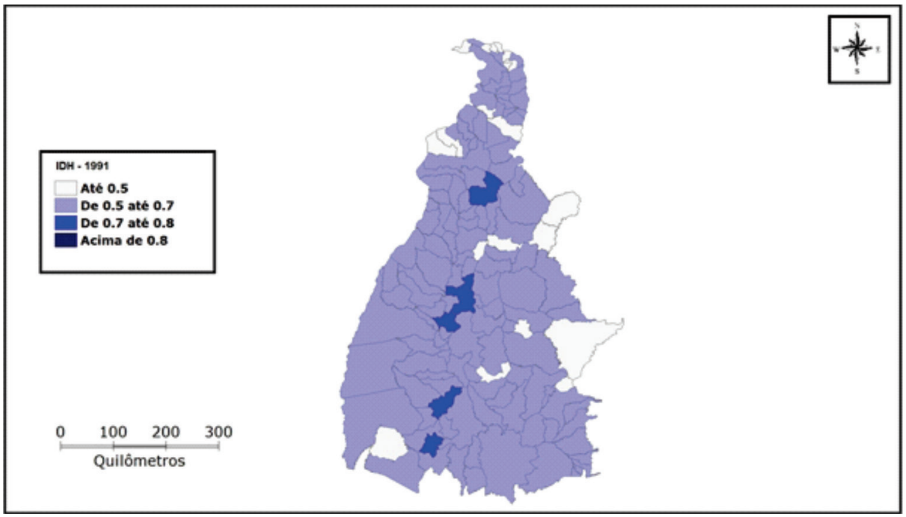
demostra alto nível de distribução. Neste ano, está disponível o IDH município, que retrata o nível de desenvolvimento municipal, utilizando como indicadores a renda, a educação e a saúde (Figura 15).

Figura 14 - IDH-Renda nos municípios do Tocantins (1991)



Fonte: IBGE. Elaboração do autor.

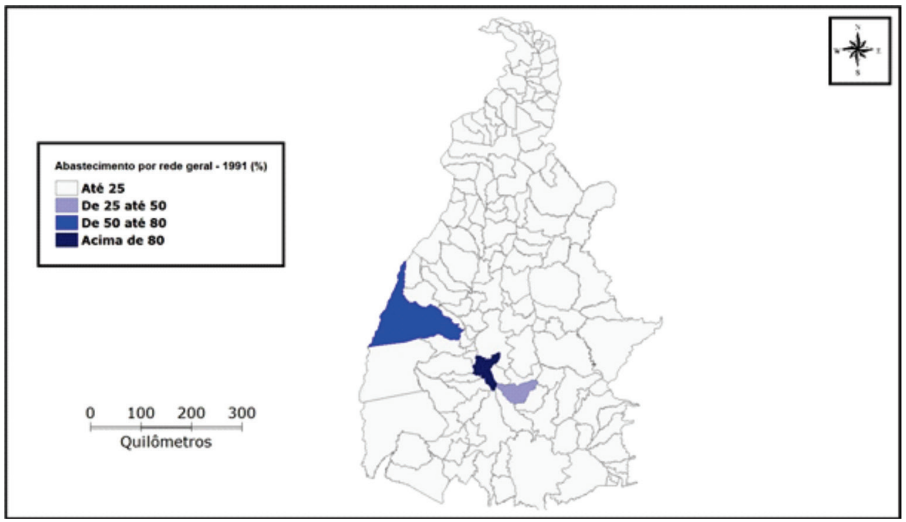
Figura 15 - IDH nos municípios do Tocantins (1991)



Fonte: IBGE. Elaboração do autor.

Os municípios que apresentam os maiores IDHs são Alvorada e Gurupi, ao sul; Paraíso e Miracema, ao centro; e Palmeirante, ao norte. Os indicadores dessas localidades estão entre 0.700 e 0.800. Nota-se que Araguaína e Porto Nacional, os pontos de referência no estado do Tocantins, seguem a média dos demais municípios não apenas neste indicador, mas também no IDH Renda e Renda Média. Esta observação demonstra que a maior parcela da população residente nessas localidades pode estar privada de alguns serviços públicos. Para analisar este parâmetro, observam se os municípios que contam com o serviço de abastecimento de água encanada (Figura 16).

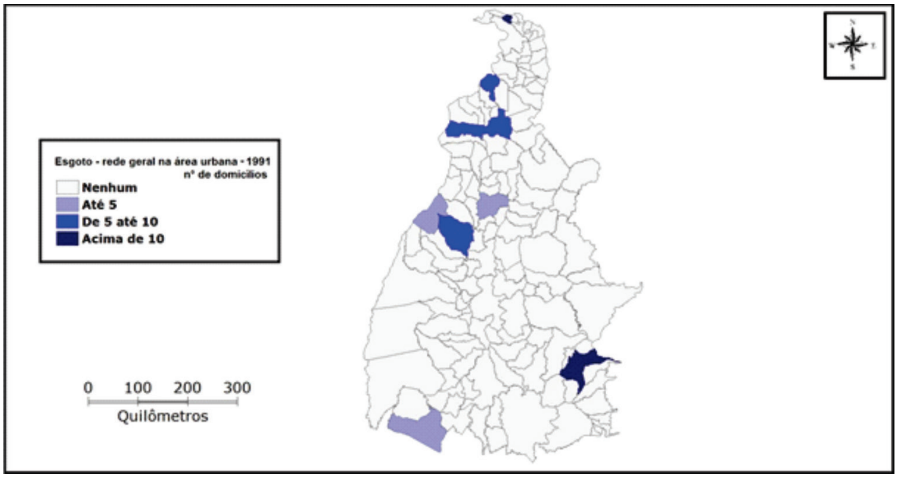
Figura 16 - Abastecimento de água pela rede geral no Tocantins (% em 1991)



Fonte: IBGE. Elaboração do autor.

De acordo com esta ilustração, o serviço de abastecimento de água no estado do Tocantins é deficitário. O município de Brejinho de Nazaré, próximo a Porto Nacional, é o único em que o abastecimento de água por rede geral atende mais de 80% das moradias. Na localidade de Pium, o serviço atende de 50% a 80% e Natividade entre 25% e 50%, são os dois que conseguem ofertar este serviço para uma parte da população. Em relação aos outros municípios, todos ficaram abaixo de 25%, inclusive os que apresentam os maiores índices populacionais, como Gurupi, Araguaína e Porto Nacional. Estes resultados mostram que a questão ambiental no estado é bastante precária. Para melhor análise deste parâmetro, observa-se o serviço de esgoto (Figura 17).

Figura 17 - Moradias com serviço de esgoto em rede no Tocantins (1991)

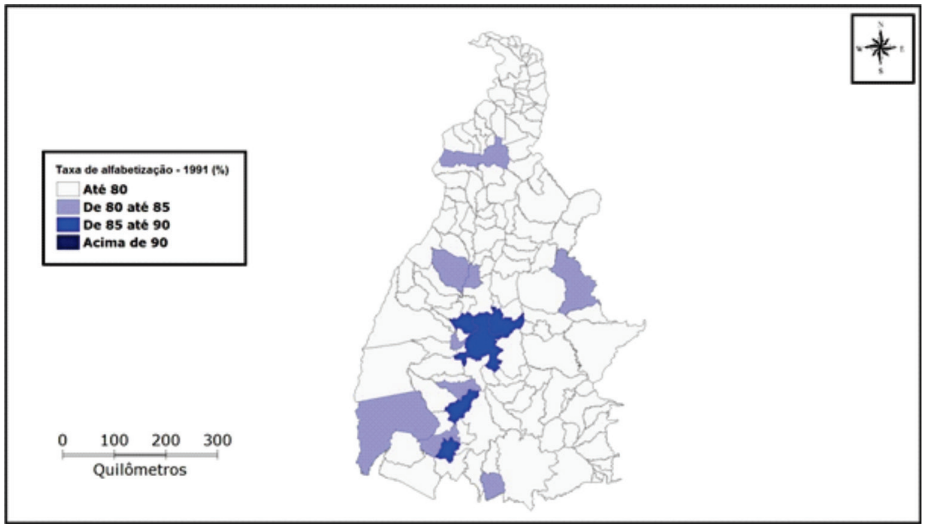


Fonte: IBGE. Elaboração do autor.

Se o serviço de abastecimento de água no Tocantins é deficitário, e o de esgoto é problemático. Como pode ser observado no mapa coroplético, quase 100% das moradias nos municípios tocantinenses não estão servidas pelo sistema de esgoto. A maioria das residências descarta os dejetos diretamente nos mananciais ou em fossas sépticas, podendo contaminar o lençol freático, caso sejam mal construídas. Esta constatação evidencia que nos primeiros anos as questões ambientais e da área da saúde eram graves no estado do Tocantins. Por fim, prossegue-se a análise das condições sociais, observando o nível educacional dos habitantes, utilizando como variável *proxy* a taxa de alfabetização. Os resultados estão expostos na Figura 18.

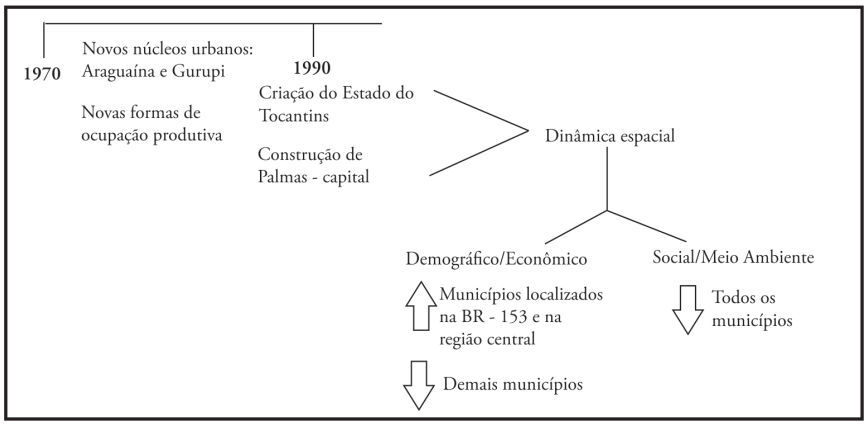
Os municípios com as taxas de alfabetização mais altas são: Alvorada e Gurupi, na região sul; e Paraíso, Porto Nacional, Palmas e Fátima, no centro. Exceto em alguns municípios, como Formoso do Araguaia, Lizarda, Araguaína e Palmeirópolis, nos demais a taxa de alfabetização ficou abaixo de 80%. Observa-se que no sudeste do estado (microrregião de Dianópolis) e no extremo norte (microrregião do Bico do Papagaio) todos os municípios encontram-se com baixos níveis de alfabetização. Por último, percebe-se que a capital, Palmas, Porto Nacional e Paraíso concentram a maior parte das pessoas alfabetizadas no Tocantins. A Figura 19 sintetiza as dinâmicas espaciais presentes no estado do Tocantins, no início da década de 1990.

Figura 18 - Taxa de alfabetização no Tocantins (% – 1991)



Fonte: IBGE. Elaboração do autor.

Figura 19 - Dinâmica espacial no Tocantins a partir dos anos 1990



Fonte: Elaboração do autor.

A partir de 1990, inicia um novo período na história socioeconômica do norte de Goiás, agora estado do Tocantins. A nova Unidade Federativa herda de Goiás dois municípios de expressão – Araguaína e Gurupi, e a expansão de novas formas de

produção intensiva, como a agropecuária mecanizada. Porém, há uma nítida diferença espacial entre os municípios do recém-criado estado. A população e a produção concentram-se ao longo da BR-153 e no entorno de Palmas, e o restante do Tocantins não participa deste dinamismo. Em relação às condições sociais e ambientais, não se observa uma dinâmica espacial em razão da deficiência ou ausência dos indicadores analisados no espaço tocantinense.

ECONOMIA REGIONAL CONTEMPORÂNEA NO TOCANTINS: IMPACTOS SOCIAIS E AMBIENTAIS (1990-2010)

Políticas públicas de desenvolvimento: efeitos e impactos na economia regional

Nas duas primeiras décadas do estado do Tocantins, o principal projeto de desenvolvimento foi a Ferrovia Norte-Sul (FNS). Os dois primeiros ramais da estrada de ferro foram concluídos no ano de 1996, no Maranhão, interligando os municípios de Estreito e Açailândia, finalizando na Ferrovia Carajás, sendo este prolongamento até o Porto de Itaqui, em São Luís. A empresa Valec-Engenharia, Construção e Ferrovias S.A., subsidiária da Vale, foi a encarregada da construção deste trecho. Além do sentamento dos trilhos, a Valec ficou responsável pela construção de quatro pátios de carga no Tocantins, precisamente nos municípios de Colinas, Guaraí, Porto Nacional e Gurupi. A construção da Ferrovia Norte-Sul no Tocantins pode contribuir para a melhoria da logística de transporte e escoamento da produção regional (BATISTA FILHO, 2009),

A extensão total da ferrovia será de 2.964 km, com a inclusão de 450 km no trecho de Açailândia (MA) a Belém (PA) e de 950 km no trecho de Anápolis até a Estrela D'Oeste/Panorama (SP). Para facilitar a sua administração, feriovia foi dividida em três partes: Tramo Norte, Central e Sul. No Tramo Norte estão concluídos e em construção 720 km, que se encontram com a Estrada de Ferro Carajás, compreendendo o trecho Açailândia (MA) a Porto Nacional (TO). No Tramo Central, a ferrovia terá um trecho partindo do pátio de Porto Nacional (TO) até Anápolis (GO), onde encontra a Ferrovia Centro-Atlântica. No Tramo Sul, a ferrovia sai de Anápolis (GO) até a Estrela D'Oeste (SP).

Além desta obra, no ano de 1995 a estatal de energia Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) realizou estudos de viabilidade da Usina Hidroelétrica de Lajeado, a maior do Tocantins. A UHE Lajeado foi construída por um grupo de empresas privadas[41] capitaneadas pela Investico S.A., criada especificamente para gerenciar o empreendimento e coordenar o consórcio de empresas da área de geração de energia. O acordo entre diferentes empresas nacionais e internacionais permitiu que a usina fosse entregue em tempo recorde – 39 meses. Atualmente, estão localizadas a montante desta usina as de Serra da Mesa, Cana Brava, Peixe e Ipueiras. A jusante estão construídas as UHEs Tupiratins, Estreito, Tucuruí e Serra Quebrada (em fase de execução).

Para a Eletrobras, este empreendimento representou um marco divisor na história das barragens no país, entrando para os anais do Sistema Energético do Brasil como a primeira a sair do papel com recursos da iniciativa privada. Este fato deve-se à mudança de rumos da política de energia brasileira nos anos 1990, com a reorientação para a privatização do setor. A área total do lago formado é de 630 km², com 170 km de extensão e profundidade média de três metros. Foram inundados aproximadamente 66.000 mil ha, que, somados à área da calha do rio, formam um reservatório de aproximadamente 77.000 mil ha. A disponibilidade de ponta da usina é de 902,5 MW, podendo chegar aos 1.020 MW, energia equivalente a sete vezes o consumo atual de todo o estado do Tocantins[42].

Energia elétrica e transportes foram as principais políticas executadas no estado do Tocantins. Porém, essas obras não conseguiram retirar regiões isoladas, como o Jalapão, a leste do estado, do retraimento socioeconômico. Portanto, o governo tocantinense, com o intuito de corrigir essas falhas, inicia um longo programa de asfaltamento das estradas estaduais. No período de 2003 a 2008 foram pavimentados 1.522 km de rodovias estaduais e 98 km da malha federal. A execução se deu no mandato do governador Marcelo Miranda e do presidente Luis Inácio Lula da Silva. Nesse período, o estado do Tocantins concluiu o asfaltamento de 4.881,29 km de

[41] CELTINS, com 9,90% de participação; Companhia Elétrica de Brasília (CEB), com 19,80%; EDP de Portugal, com 24,75%; Companhia Paulista de Energia Elétrica (CPEE), com 13,89%; Empresa de Eletricidade Vale do Paranapanema (EEVP/AS), com 30,69% e Investico, com 1%.

[42] A construção da barragem e a formação do lago atingiram diretamente áreas dos seis municípios da região centro-sul do Tocantins: Miracema do Tocantins, Lajeado, Palmas, Porto Nacional, Brejinho de Nazaré e Ipueiras, desmembrado de Porto Nacional.

rodovias estaduais e 1.125,87 km de rodovias federais, totalizando 46% da malha rodoviária estadual em fase de asfaltamento. A pavimentação concentra-se na porção oeste do estado, nas estradas de ligação com a capital, da região do Jalapão e entre os estados do Tocantins e Goiás, precisamente na microrregião de Dianópolis.

Atualmente, a malha viária no Tocantins tem 29.753 km. A malha federal tem estensão de 2.306 km; a estadual abrange 11.264 km a municipal 15.799 km. Destas, 63% estão pavimentadas e 17% em obras de pavimentação, em nível federal. A malha estadual tem 4.247 km pavimentados, representando 37,7% da malha, enquanto outros 5% estão em obras de pavimentação, e 57,3% estão implantados. No caso da malha municipal, dos 15.799 km, nenhum trecho está pavimentado, e toda a malha encontra-se em leito natural, mas ainda estão previstos 6.835 km de estradas, porém ainda não estão sendo utilizadas (BATISTA FILHO, 2009).

O estado do Tocantins possui muitos rios que, além do potencial hidroelétrico, podem formar uma rede hidroviária como alternativa para o sobrecarregado sistema rodoviário estadual. Porém, na bacia Tocantins-Araguaia este canal apresenta trechos críticos. As corredeiras próximas a Xambioá (TO), a falta de obras de transposição da Barragem de Tucuruí e na Barragem Luis Eduardo Magalhães e a Cachoeira de Santo Antônio nas proximidades de Imperatriz (MA) são as barreiras que dificultam a sua utilização como uma via de transporte. De acordo com Seplan (2012), o rio Araguaia dispõe de 1.230 km de via navegável no trecho entre Xambioá (TO), nas proximidades da Cachoeira Santa Izabel, e Aruanã (GO), dependendo de melhorias como balizamentos, sinalização, dragagem e derrocamentos localizados.

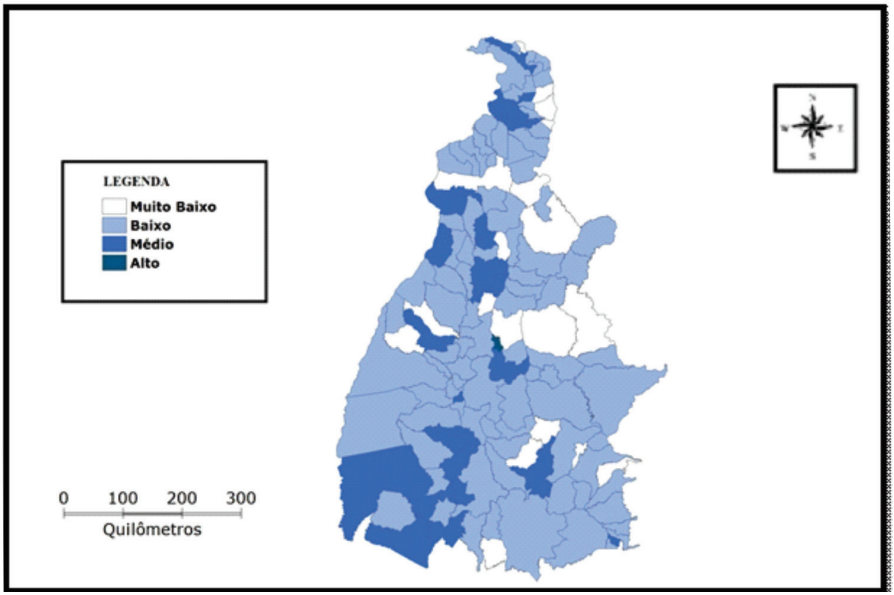
Em relação ao rio Tocantins, este possui um trecho navegável de 450 km, de Miracema do Tocantins (TO) até o município de Estreito (MA), necessitando de obras de balizamento e derrocamentos em Tupiratins. A ampliação da navegação neste rio dependerá da construção de eclusas nas UHE de Lajeado, Estreito, Tucurui, Serra Quebrada, Tupiratins, Ipueiras e Peixe. Estava prevista a implantação do "projeto Terceiro Rio", que consiste na construção de um canal com traçado de 300 km entre os municípios de Xambioá (TO) e Estreito (MA), que seria utilizado para a navegação fluvial e circulação de barcaças ligando o rio Araguaia ao Tocantins, além do desenvolvimento de um programa de irrigação. Embora estivesse previsto, este projeto não foi executado, pois depende da navegação no rio Araguaia.

Embora se reconheça a relevância da hidrovia Tocantins-Araguaia, a lentidão no processo de implantação desta obra compromete a sua inserção na rede de transportes estaduais. Este marasmo leva à descrença na contribuição da hidrovia na expansão da atividade econômica do estado, especialmente para escoamento de produtos agrícolas, tornando-se um indutor de competitividade. As obras aqui citadas, tais como a FNS, UHE e a Hidrovia Araguaia-Tocantins, são importantes para que o estado do Tocantins se torne competitivo. Para tanto, o poder público estadual e federal, juntamente com as empresas paraestatais, como a Eletrobras/Eletronorte, e as privadas como a Valec S.A. e Investco, trabalham para que esses empreendimentos estejam disponíveis para as unidades produtivas.

Entretanto, a burocracia e a lentidão dificultam a execução destas importantes obras públicas. Ademais, deve-se discutir sobre o verdadeiro benefício que estes projetos podem gerar para a população local. A estrutura política institucional dos municípios deve estar apta para promover essa discusão entre os atores locais, o governo e as empresas privadas. A maior parte destas obras, principalmente as hidroelétricas, é implantada em regiões carentes, onde a população não tem acesso a informações, aumentando a assimetria entre a comunidade e o poder público. Para identificar as regiões que se encontram nesta situação, elaborou-se um mapa coroplético da distribuição espacial da dimensão político-institucional no estado do Tocantins (Figura 20).

O município com alto nível político-institucional é Lajeado, próximo a capital. Nesta localidade foi implantada da UHE Lajeado, e parte de suas terras foi alagada com o represamento do rio Tocantins. No entanto, em Porto Nacional, que também foi atingida pelas águas da usina, encontra-se num nível abaixo de Lajeado e Palmas. Observa-se ainda que nas áreas onde serão implantados os trilhos e os terminais de carga da FNS o nível da estrutura político-institucional é baixo ou muito baixo. Esta constatação é preocupante, pois evidencia que esses municípios não dispõem de agentes institucionais capazes de promover o diálogo entre o empresariado e a comunidade local.

Figura 20 - Dimensão político-institucional no Tocantins (2010)



Fonte: Elaboração do autor.

Dinâmicas produtivas relevantes: caracterização e impactos socioambientais

Entre as obras executadas, a construção de usinas hidroelétricas acarreta os maiores custos ambientais e sociais. A energia gerada pelos rios tocantinenses é pouco utilizada pelos habitantes. A eletricidade para o consumo interno provém de outras hidrelétricas, pois a Usina Hidroelétrica de Lajeado exporta a sua produção para as outras Unidades da Federação, principalmente para o Distrito Federal. Apenas em raras situações esta hidroelétrica fornece energia para o estado do Tocantins. Quanto à geração de empregos, prevalece o trabalho temporário – ajudantes, serventes, carpinteiros, tratoristas, caçambeiros, pedreiros e outros serviços auxiliares.

Porto Nacional foi o município que sofreu os maiores impactos da construção da UHE Lajeado, pois uma parte do seu território foi alagada (8,5%). Os impactos socioambientais nesta localidade são mais acentuados na área urbana, impossibilitando as atividades relacionadas ao turismo ecológico, setor que movimenta substancialmente a economia do município. Foram extintas duas praias

importantes: Porto Real e Carreira Comprida. No total, foram atingidas 529 famílias em áreas urbanas e 997 famílias em propriedades rurais, totalizando 1 526 famílias diretamente afetadas pelas águas (LIRA, 2011).

Como medida de compensação, a Investco, empresa responsável pela administração da UHE Lajeado, construiu uma praia artificial nas proximidades do setor Vila Nova, em uma área que era habitada e depois foi desocupada para a vasão ao lago. Porém, percebe-se que a população não se adaptou a este novo espaço de lazer que lhe foi imposto (LIRA, 2010). A rejeição por parte dos habitantes aumentou devido à poluição das águas da usina. O córrego São João, que corta a cidade no sentido leste-oeste, despeja suas águas poluídas no lago, justamente nas proximidades da nova praia, transportando toda espécie de lixo urbano, o que agrava a cada dia o índice de poluição da água represada.

Além da perda da principal opção de lazer e de geração de renda para muitos moradores, o lago forçou a desterritorialização de várias famílias, que foram obrigadas a deixar para trás parte da sua história de vida e os laços de afetividade com o seu lugar de vivência. No perímetro urbano de Porto Nacional foram atingidas 347 famílias. A média de idade da população era relativamente jovem, visto que 50,2% tinham menos de 20 anos e 10,5% mais de 50 anos. A média de renda familiar era relativamente baixa, com cerca de 60% dos rendimentos até três salários mínimos e apenas 6% recebiam acima de 10 salários. O grau de instrução também era relativamente baixo, pois 18% dos entrevistados apenas assinavam o nome, 8% eram totalmente analfabetos, 44% não concluíram o ensino fundamental, 9% concluíram o ensino médio e 2% tinham curso superior; os 19% restantes eram crianças de até sete anos que não frequentavam escola. As mulheres chefes de família representavam 23% do total da população (LIRA, 2010).

Houve pagamento de indenizações, e as famílias indenizadas adquiriram casas próprias em diferentes bairros. Os atingidos da zona rural transferiram-se para reassentamentos rurais estabelecidos especificamente para este fim: Luzimangues, Córrego do Prata, Flor da Serra, Brejo Alegre, Mariana, São Francisco, Pinheirópolis e Olericultores. Por fim, a localidade de Porto Nacional, que foi descaracterizada em razão da UHE Lajeado, tem procurado superar as fases ruins e tenta se reestruturar, principalmente na educação, atraindo estudantes de outras regiões que buscam melhor formação escolar e acadêmica. A cidade também se destaca no comércio e no setor imobiliário, onde houve uma valorização de lotes, casas e também um aumento da

procura por moradia estudantil, elevando os preços dos aluguéis. Não apenas Porto Nacional, mas os demais municípios tocantinenses também tentam se adaptar a estes novos tempos, aproveitando os recursos naturais existentes. Por isso, o governo estadual elaborou, em 2002, um estudo que mapeou a distribuição das riquezas minerais/naturais, para que se pudesse organizar arranjos produtivos locais (APLs). De acordo com Nunes e Sawyer (2008), delimitaram seis APLs de Agroextrativismo no Tocantins:

1) Bico do Papagaio: cerca de 15 municípios no extremo norte, com uma combinação integrada de Apicultura, Babaçu, Frutas do Cerrado e Pesca Artesanal;

2) Vale do Araguaia: os municípios ao longo do Araguaia (ou Javaé), com a integração de Pesca Artesanal, complementada por Apicultura e Frutas do Cerrado;

3) Norte: os municípios da Belém-Brasília a partir de Araguaína, com a combinação de Frutas do Cerrado com Apicultura e Babaçu;

4) Nordeste: Frutas do Cerrado complementado por Apicultura;

5) Belém-Brasília: os municípios mais ao sul do estado, situados ao longo da BR, integrando Apicultura com Frutas do Cerrado;

6) Jalapão: os município da região administrativa de Novo Acordo, com Artesanato, Apicultura e Frutas do Cerrado.

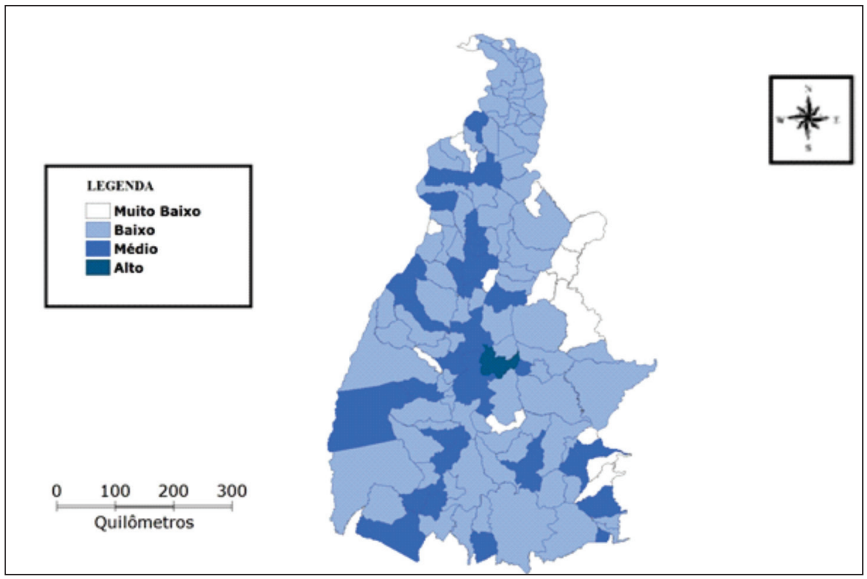
Nota-se que Frutas do Cerrado e Apicultura fazem parte de todos os APLs. A Pesca Artesanal ocorre apenas no Vale do Araguaia e no Bico do Papagaio, enquanto o Babaçu encontra expressão apenas no Bico do Papagaio e ao norte. O Artesanato destaca-se como atividade comercial importante apenas no Jalapão. O turismo ou ecoturismo, como atividade de uso sustentável da biodiversidade e dos recursos naturais, ocorre tanto no Vale do Araguaia quanto no Jalapão, poderia ser incorporado às APLs. Dentre estes potenciais, destaca-se atualmente a extração de coco babaçu na Reserva Extrativista do extremo norte.

Uma das finalidades do como babaçu é a confecção de artesanato, bijuterias e bibelôs, que valorizam os costumes das regiões com incidência de palmeiras e contribuem para a preservação das tradições regionais. As indústrias locais produtoras de óleo cru são as principais destinatárias das amêndoas do babaçu. Este óleo é um subproduto utilizado na fabricação de sabão, glicerina e óleo de cozinha,

posteriormente transformado em margarina. Este caso pode ser considerado como "saber local", geralmente desconsiderado nas ações do poder público. Os conhecimentos tradicionais que são aplicados nas atividades produtivas locais devem ser considerados essenciais na gestão dos recursos, sejam eles naturais, humanos, econômicos ou culturais. Portanto, para gerar inovações, é necessário que a população tenha um certo nível sociocultural. A seguir, analisa-se esta dimensão no estado do Tocantins (Figura 21).

Palmas dispõe de centros comerciais, cinemas, teatros, ginásios de esportes, estádio e livrarias, que contribuem para elevar o nível sociocultural da população. Além disso, os indicadores relacionados à habitação e saúde são os melhores do estado. Nas demais áreas, nenhum município consegue atingir o mesmo nível sociocultural da capital. Em pior situação estão 15 localidades ao norte ao sul do Tocantins, que não dispõem de estrutura para a melhoria dos níveis cultural e social, permanecendo em patamares alarmantes. Esses municípios devem se espelhar em Porto Nacional, que continua sendo um importante ponto de referência sociocultural, mesmo estando próximo da capital e sendo descaracterizado pela UHE Lajeado.

Figura 21 - Dimensão sociocultural no Tocantins (2010)



Fonte: Elaboração do autor.

A agenda ambiental e social e seus efeitos na socioeconomia regional

De acordo com Almeida (2012), no estado do Tocantins o tema das mudanças climáticas se mantém fortemente inserido na agenda política, o que de certa forma pode estar relacionado com o envolvimento da cidade de Palmas na campanha Cidades pela Proteção do Clima (CPP), associado à sua política de mudança climática. Esta discussão teve início em junho de 2002, com o Projeto de Sequestro de Carbono. O principal objetivo desta iniciativa é a absorção de dióxido de carbono (CO_2) da atmosfera, a partir da adoção do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) e da comercialização dos créditos de carbono através do conceito de "carbono social". Os quatro eixos estruturantes foram denominados de componentes, que seriam: 1) Absorção de carbono e redução das emissões de gases do efeito estufa; 2) Fortalecimento do sistema municipal de controle ambiental; 3) Redução da pobreza e melhoria da qualidade de vida da população do município.

No ano anterior, foi executado outro projeto que também visava à proteção do solo e as condições do clima, que foi a instalação do aterro sanitário de Palmas. Além disso, nesse período foi criada a unidade de compostagem, visando à utilização do "lixo verde" proveniente das podas de gramíneas e árvores dos parques, canteiros e jardins do município para a produção de composto orgânico. Este projeto também tinha um componente social, por meio da participação de jovens beneficiários do Projeto Amigos do Meio Ambiente (AMA), que auxiliavam no processo, adquirindo conhecimentos técnicos.

Na época do desenvolvimento do Projeto do Sequestro de Carbono, o Instituto Ecológico, com sede em Palmas, foi fundamental para o desenvolvimento e articulação, no sentido de promover uma aproximação entre a rede e a cidade. Nesse período, o instituto contava com uma grande *expertise* nos assuntos relativos às mudanças climáticas, com a execução de Projetos de Sequestro de Carbono na Ilha do Bananal (TO) e a criação da metodologia de Carbono Social.

Porém, de acordo com Almeida (2012), nenhuma parceria foi firmada com instituições de pesquisa ou com universidades para a realização de estudos e diagnósticos de emissões de CO_2. O fator determinante para que o CCP não fosse levado adiante foi a mudança do governo municipal em 2004, que extinguiu os órgãos responsáveis

pelo desenvolvimento deste projeto. Desta forma, Palmas realizou apenas três das cinco etapas desta campanha. Além disso, poucas ações e programas assumidos no plano de ação foram levados adiante.

Com relação ao Programa "Palmas sem Carbono", esta ação previa que as empresas fizessem uma compensação das emissões de CO_2 através do plantio de árvores. A prefeitura ficaria responsável pelos cálculos e as empresas realizariam o plantio. Entretanto, a participação das empresas foi pequena, destacando que apenas a Associação Brasileira de Odontologia (ABO) tinha aderido ao projeto (ALMEIDA, 2012). Em virtude desses acontecimentos, Morais (2010) afirma que passados pouco mais de vinte anos de fundação da capital, inúmeros relatórios técnicos têm demonstrado que a cidade apresenta problemas estruturais graves, dentre eles os de natureza ambiental, que interferem amplamente na sua gestão, bem como na vida de seus habitantes.

Desde a sua fundação, Palmas vivencia um processo de degradação e desmatamento das Áreas de Proteção Ambiental e da vegetação nativa. Dessa forma, grande parte das áreas naturais foi suprimida, comprometendo a qualidade ambiental. No Relatório Técnico e Comunitário do Plano Diretor Participativo do ano de 2006 foram detectados os principais problemas decorrentes desse processo, tais como o aumento do rigor climático, o comprometimento da paisagem urbana e rural, a diminuição da umidade relativa do ar e a alteração do microclima (MORAIS, 2010).

Estas informações contrastam com a imagem do município de Palmas, nacionalmente conhecido como sendo uma cidade que dispõe de amplos espaços verdes, haja vista que a preservação e/ou conservação da vegetação desempenha funções socioambientais e econômicas importantíssimas para o bem-estar da população urbana. A população da periferia é a que menos usufrui da cobertura vegetal disponível. Na chamada "Vila União" (correspondente às quadras 303, 305 e 307 Norte), as quadras residenciais são configuras por vias estreitas, próximas às edificações, às quais não permitem uma disposição adequada de árvores. Além do mais, no entorno dessas quadras, nas poucas avenidas arborizadas as árvores não têm copas amplas, em altura e circunferência ideais para proporcionar sombreamento para os pedestres e para o sistema viário, sendo que muitas delas apresentam-se raquíticas.

Devido à falta de um instrumento norteador das ações do poder executivo municipal, o ambiente urbano apresenta características paisagísticas diversas, sendo que se mantiveram as deformidades. Nesse contexto, tem-se um mosaico

na composição da paisagem na arborização urbana de Palmas. Ora priorizou-se o plantio de uma vegetação estritamente exótica em substituição à nativa, e com ampla exposição do tecido urbano à radiação solar; ora foram empregadas monoculturas, o que se torna preocupante, pela possibilidade de ocorrência de pragas, com o risco de dizimar grande parte da vegetação da cidade (MORAIS, 2010).

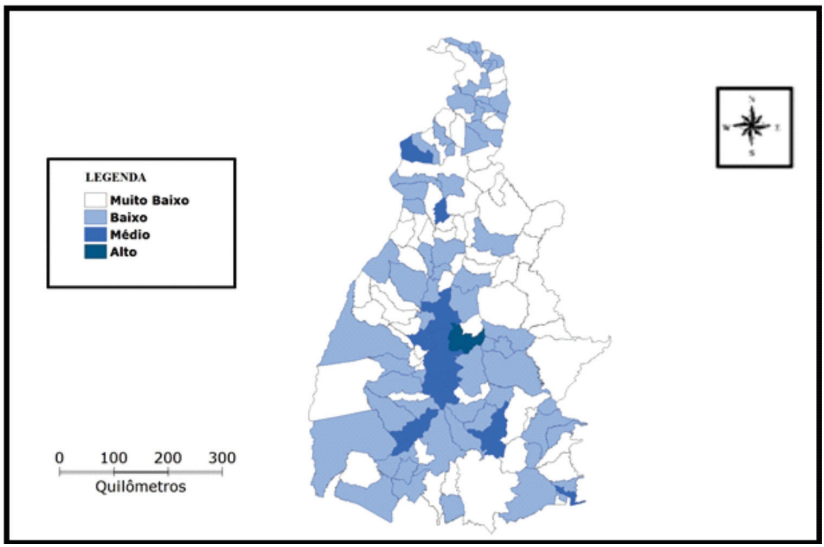
Na área extraurbana, o principal problema ambiental são as queimadas, comuns no bioma Cerrado. O Jalapão, no leste do estado de Tocantins, concentra uma das maiores áreas remanescentes da vegetação nativa. São áreas contíguas de proteção e conservação, formando a maior Unidade de Conservação de proteção integral fora da Amazônia. Nesta região, encontra-se o Parque Estadual do Jalapão (PEJ), com 154.000 ha, criado em janeiro de 2001, abrangendo as principais atrações ecoturísticas da região. Além deste, encontram-se a Estação Ecológica Serra Geral de Tocantins, criada pelo governo federal em setembro de 2001, abrangendo 716.306 ha no Tocantins e oeste da Bahia. E por fim, o Parque Nacional das Nascentes do Parnaíba, criado em julho de 2002, abrangendo 729.813 ha no Tocantins, Piauí, Maranhão e Bahia.

A maior parte da economia do Jalapão está centrada na agricultura de subsistência e na pecuária extensiva e, mais recentemente, artesanato de capim-dourado e turismo. Estas principais atividades econômicas dependem diretamente do Cerrado e, com exceção do turismo, todas envolvem o uso de fogo. As queimadas são usadas para "limpar" áreas de agricultura de subsistência, conhecidas como roças de toco, situadas principalmente dentro dos brejos. Numa extensão de área muito maior (áreas de campo sujo, cerrado em sentido restrito, e campos limpos úmidos), o fogo é usado para estimular a rebrota da vegetação nativa para o pastejo do gado, além de estimular a floração de capim-dourado no ano seguinte à queima (SHMIDT et al., 2012).

Para garantir a perpetuação da produção de artesanato que utiliza o capim-dourado e o buriti, a autarquia estadual Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins) instituiu uma Portaria normatizando a colheita de capim-dourado na região. Esta norma foi elaborada com base no conhecimento tradicional dos artesãos e coletores da comunidade da Mumbuca, tendo sido estabelecida após negociações envolvendo comunidades do Jalapão e as prefeituras. Em 2007, devido ao aumento da pressão da colheita de capim-dourado em outras áreas do Tocantins, o Naturatins ampliou a abrangência das normas de colheita para todo o território estadual.

A exploração de capim-dourado e buriti tem um alto potencial de sustentabilidade e geração de renda para as comunidades do Jalapão e outras regiões do Tocantins. Para isto, é necessário um aumento do controle social sobre as práticas de colheita, que depende de um aumento da fiscalização do poder público quanto à aplicação das regras de colheita existentes. Por fim, observa-se que tanto na capital como no interior do Tocantins a temática socioambiental é um importante componente no bem-estar da população tocantinense, devendo ser inserida na agenda política do governo. Até o momento existem problemas ambientais que precisam ser solucionados através de ações por parte do poder público. Para identificar os municípios que têm a melhor estrutura ambiental, analisa-se o indicador da dimensão ambiental (Figura 22).

Figura 22 - Dimensão ambiental no Tocantins (2010)



Elaboração do autor.

O alto nível da estrutura ambiental de Palmas é o reflexo de ações políticas como a CCP e o programa "Palmas Sem Carbono". No entanto, muitos municípios necessitam de tais políticas para melhorar a sua dimensão ambiental. Araguaína, o segundo maior município do Tocantins em termos populacionais, apresenta o mesmo nível de desenvolvimento ambiental das localidades menores. Em outros municípios como Mateiros e São Félix, onde existem associações destinadas ao beneficiamento do

capim-dourado, é necessário o fortalecimento da estrutura ambiental para preservar esta matéria-prima tão importante para a comunidade local.

Inserção econômica internacional: transfronteiriça, panamazônica e global

Com relação ao comércio exterior, entre 1995 e 2007 o percentual das exportações provenientes do estado do Tocantins saltou de 0,001% para 0,18%. O grau de abertura da economia tocantinense, que consiste do somatório das importações e exportações, dividido pelo Produto Interno Bruto[43], evoluiu de 0,01% em 199, para 3,47% em 2007, ficando abaixo da média brasileira neste ano, que foi de 4,5%. Estes resultados demonstram que o desempenho das exportações tocantinenses, apesar de crescente, é insuficiente para ser um indutor de um processo de crescimento econômico consistente e duradouro. Até o momento o comércio exterior pouco contribuiu para o dinamismo do desenvolvimento econômico no estado do Tocantins.

No que tange à participação do Tocantins no cenário internacional, destaca-se a campanha Cidades pela Proteção do Clima, conforme exposto no tópico anterior. Esta ação iniciada no ano de 2001, foi promovida pela rede transnacional denominada Governos Locais pela Sustentabilidade (ICLEI). Palmas foi a primeira cidade brasileira a instituir uma lei municipal de mudanças climáticas, e uma das oito escolhidas para participar desta campanha (ALMEIDA, 2012). Esta rede destaca-se no cenário internacional, agregando cidades brasileiras de diferentes perfis e foi a única rede deste gênero em que Palmas foi inserida. Com a sua participação no ICLEI, Palmas ingressa no seleto grupo de cidades que formam o Conselho Internacional para Iniciativas Ambientais Locais. Por fim, Almeida (2012) discorre sobre o papel de Palmas nesta rede, observando as suas limitações, como a descontinuidade da participação na rede.

A participação em ações referentes às questões globais como a preservação do ambiental é importante para a inserção do Tocantins no cenário internacional. Contudo, é no comércio exterior que o estado precisa ampliar a sua participação. A ferrovia FNS pode ser uma oportunidade para alavancar as exportações tocantinenses via Porto de Itaqui, em São Luís, facilitando o escoamento de sua produção para os mercados da Europa e América do Norte. Nota-se que a atividade primária é o principal fator para inserção internacional do Tocantins no comércio exterior. Além dos grãos, a carne bovina é um importante produto de exportação. Todavia, a carne tocantinense

[43] No formato de fórmula matemática: Grau de abertura = (import+export)/PIB.

contribui com apenas um por cento no total das exportações brasileiras, demonstrando que a internacionalização desta produção encontra-se em estágio inicial. Além disso, o mercado russo concentra a maior parte das exportações, o que pode comprometer o desenvolvimento desta produção. Para que o Tocantins tenha maior participação no cenário externo, é necessário que os canais de comunicação, como a Ferrovia Norte Sul, estejam em pleno funcionamento. Esta via de inteligação é importante para diminuir os custos de exportação, pois as características geográficas do Tocantins, localizado no interior do território brasileiro e distante do litoral, representam um obstáculo natural para a inserção do estado no mercado internacional.

A navegação pode ser uma alternativa para encurtar o distanciamento até o oceano. O município de Aguiarnópolis (TO), pela proxidade da FNS, das rodovias BR-230 e BR-153 e do rio Tocantins, pode se tornar um importante polo concentrador, transformador e exportador do estado do Tocantins e adjacências (ALMEIDA, 2002). Esta localidade provavelmente passará por um processo de crescimento e expansão produtiva, sustentado economicamente pelos recursos provenientes dos grandes projetos de infraestrutura, como a UHE Estreito. Também está prevista a construção de um porto seco, destinado à armazenagem e movimentação de mercadorias provenientes da produção agroindustrial local. A expectativa é que este porto otimize o escoamento da produção regional e também desafogue os diversos eixos existentes.

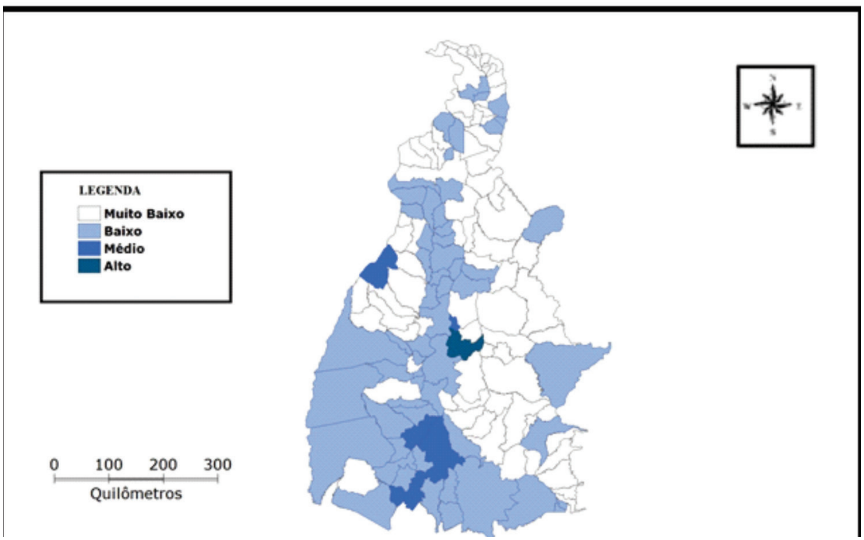
Na esfera local, Aguiarnópolis (TO) precisa lidar com a forte concorrência e polarização da cidade de Estreito (MA), na margem oposta do rio Tocantins. Embora informalmente haja uma troca efetiva entre as duas cidades no comércio e serviços, não há qualquer tipo de cooperação administrativa intermunicipal, no sentido de somar esforços e minimizar os custos do atendimento à sociedade através da permuta de serviços públicos e outras ações s (SILVA, 2010). A concorrência entre Aguiarnópolis (TO) e Estreito (MA) torna-se desleal, visto que esta última possui cerca de 15.000 habitantes[44] e a infraestrutura urbana, comércio e serviços são bem mais estruturados do que no município vizinho, podendo absorver de forma mais eficaz os benefícios do crescimento esperado com a implantação dos empreendimentos mencionados.

Além da concorrência local, há grandes desafios a superar para a inserção dos municípios tocantinenses no mercado global, tais como o crescimento desordenado da população, os impactos socioambientais indesejáveis, por exemplo, a violação do

[44] Aguiarnópolis possui 3.995 habitantes, segundo o IBGE.

meio ambiente, o aumento da violência, da prostituição e de doenças, o vandalismo e o desrespeito ao patrimônio público. Porém, é inevitável que o estado do Tocantins siga o processo de expansão da produção em larga escala, voltada para a exportação. Por fim, a opção de implantar um número maior de modais terrestres e aquáticos de forma adequada aumenta a competitividade local e regional frente ao mercado nacional e exterior. Contudo, poucos municípios tocantinenses conseguem absorver esta infraestrutura e utilizá-la como via de acesso ao mercado exterior. A Figura 23 mostra as localidades que têm capacidade de expanir a sua atualção no cenário internacional.

Figura 23 - Dimensão econômica no Tocantins (2010)



Elaboração do autor.

Nota-se que a maior parte dos municípios tocantinenses possui uma estrutura econômica frágil. As exceções são a capital, com o melhor indicador, Gurupi, Peixe, Talismã, Araguacema e Lajeado, esta última com nível médio. Palmas tem esta característica devido à renda média da população acima dos demais municípios, o que impacta no consumo e nas trocas comerciais. Incentivando a produção em outras partes do estado, os habitantes podem ter renda suficiente para adquirir bens e serviços. Com um mercado consumidor mais amplo, o Tocantins estará preparado para utilizar a infraestrutura de transportes como agente promotor do comércio internacional.

Tocantins e a demanda global de recursos naturais estratégicos

O estado do Tocantins não possui grandes áreas de exploração mineral. Entretanto, estima-se a existência de jazidas de minérios com 159 bilhões de toneladas, em uma área que se estende do município de Palmas (TO) até Ponte Alta (TO), com 6 mil km² e 135 km de comprimento por 40 km de largura. A expectativa da mineradora São Bernardo Minerais, responsável pelo estudo, é de extrair inicialmente 50 milhões de toneladas de minério de ferro por ano, elevando a 150 milhões para os próximos anos. Embora haja otimismo por parte da empresa, os estudos de sondagem não confirmaram a viabilidade da exploração (BATISTA FILHO, 2009).

Por enquanto, o estado do Tocantins é apenas uma via de tráfego e não de exploração dos recursos minerais, escoando com baixo custo através da Hidrovia Araguaia-Tocantins, onde o principal produto movimentado é o minério de ferro, com 71,2% de participação. A demanda de minério é decorrente da empresa Vale S.A., mais especificamente da mina na Serra de Carajás. Apesar de mostrar um aumento da demanda, a sua participação deve cair de 71% para 62,2% até o final do período compreendido entre 2010 e 2030[45]. Para aumentar o transporte de minerais, está em fase de elaboração o projeto de construção de terminais fluviais com grande capacidade de armazenamento em Miracema (TO), Aguiarnópolis (TO), Barra do Ouro (TO) e Peixe (TO). Estas obras estavam previstas para finalização até 2020.

Além do minério de ferro, existe a possibilidade de extração de outros minerais em solo tocantinense. Em Porto Nacional identificaram dois mil hectares aptos para a exploração de titânio, minério utilizado na indústria química, materiais cirúrgicos e na fabricação de ligas metálicas resistentes à corrosão. Há outras áreas com potencial de exploração em Araguanã, que dispõe de 1.600 hectares para extração de grafita e ouro. Em Jaú do Tocantins, oferta-se uma área de 315 hectares para a extração de cromo. Ainda em Jaú, e parte de Palmeirópolis, existe outra área de 400 hectares com ocorrência do mesmo minério e 474 hectares de zircônio. Por fim, há ocorrência de ilmenita em Brejinho de Nazaré. Trata-se de um minério rico em ferro e titânio, utilizado na indústria metalúrgica e de materiais cirúrgicos.

Atualmente, as atividades de mineração no Tocantins se resumem à extração de minerais de uso imediato na construção civil (areia, argila, rochas britadas e cascalho),

[45] Dados da ANTAQ.

água mineral e calcários calcíticos e dolomíticos e/ou magnesianos, para aplicação como insumo básico na fabricação de cimento e corretivos de solos, respectivamente, além de gemas (esmeralda, granada e quartzo). Em 2009 não houve produção de rochas fosfáticas e de zirconita, em razão desses empreendimentos estarem em fase de implantação[46]. Nesta produção, destaca-se a fábrica da Votorantim Cimentos, em Xambioá. A operação desta unidade iniciou-se em maio de 2009, fornecendo insumos para a construção da usina hidroelétrica de Estreito, e provê o abastecimento dos mercados do norte tocantinense e do sul do Pará. O planejamento da empresa prevê a expansão do fornecimento para todo o estado do Tocantins, Pará, Maranhão e Piauí.

No município de Araguanã, vizinho a Xambioá, há grandes quantidades de jazidas de granito preto, quartzo leitoso, granito rajado (Granito Andorinha), cristal de rocha, grafite (6 m de largura e 5 km de comprimento), ametista, hematita, calcedônia, pedra sabão e epidoto. Atualmente, a atividade mineral na localidade concentra-se na extração do quartzo leitoso[47]. Por fim, conclui-se que toda a produção mineral tocantinense não está direcionada para o abastecimento do mercado internacional, tendo como principal destino o comércio regional e local. Portanto, esta atividade tende a crescer nas próximas décadas, principalmente em função da demanda mundial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

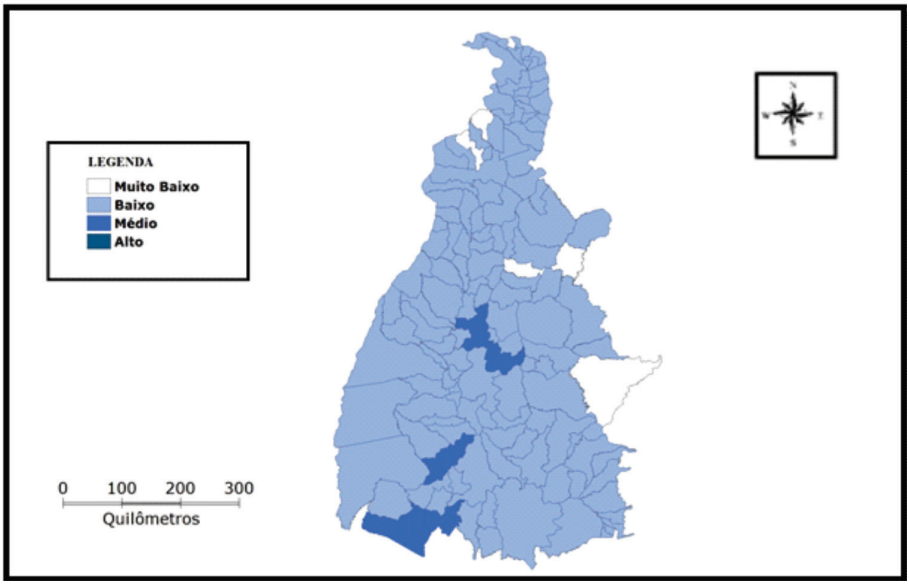
Com base nas informações levantadas nesta pesquisa, pode-se averiguar quais são as potencialidades e tendências do estado do Tocantins nos próximos anos. De fato, ao longo deste capítulo discorre-se mais sobre o futuro deste estado do que a sua situação atual. Pela falta do aparato necessários ao seu crescimento, observa-se a realização de obras de grande magnitude. Tem-se o asfaltamento maciço das estradas estaduais, que apesar de trazer oportunidades para os municípios distantes da rodovia BR-153, não promoveu mudanças socioeconômicas, pois as localidades de maior importância no estado continuam sediadas nas margens desta via rodoviária. Ademais, Palmas concentrou a maior parte dos recursos, sendo a principal prioridade do governo nos dez primeiros anos do Tocantins. O reflexo desta concentração pode ser observado na Figura 24.

No ano 2000, a capital, assim como Gurupi, Cariri, Miracema, Araguaçú e Talismã, eram as únicas com nível médio de sustentabilidade. Em dez anos de

[46] DNPM/MINERATINS.
[47] DNPM/MINERATINS.

existência, Palmas alcançou um patamar de desenvolvimento restrito apenas a um pequeno número de municípios tocantinenses. Em compensação, municípios tradicionais como Porto Nacional, Dianópolis, Tocantinópolis e outros com grande produção estadual, como Araguaína, estão com baixo nível de sustentabilidade. Identificam-se as localidades com os piores níveis – Recursolândia, Xambioá, Santa Maria, Aragominas e Carrasco Bonito. Portanto, as grandes obras de infraestrutura não trouxeram melhorias sociais para a maioria dos municípios tocantinenses.

Figura 24 - Indicador de sustentabilidade municipal de acordo com ISMA (2000)



Elaboração do autor.

Na segunda década de existência, o governo prossegue com as políticas de implementação de grandes projetos, iniciando a construção da UHE Lajeado, a obra de maior impacto social e ambiental no Tocantins. Esta usina trouxe mudanças significativas para a população ribeirinha. Os habitantes pouco usufruíram do benefício desta obra, pois a energia elétrica gerada é exportada para os outros estados do país. Além desta usina, finalizaram-se as obras da UHE Peixe Angical, e iniciou-se a execução das demais usinas, tais como a de São Salvador, Tupiratins e Estreito. O motivo da formação de tantas barragens ao longo do rio Tocantins é a diminuição

dos custos com eletricidade o aproveitamento das corredeiras para serem utilizadas como vias de navegação.

Portanto, a tendência é que se construam mais represas nos demais rios tocantinenses como o Araguaia e o Manoel Alves. Estas iniciativas são necessárias para que a bacia do Araguaia-Tocantins torne-se uma hidrovia, melhorando o escoamento da produção tocantinense. Porém, os impactos ambientais e sociais dessas obras é negativo para as populações locais, como se verificou no caso de Porto Nacional em relação à Usina Hidroelétrica de Lajeado. Por isso, as questões ambientais e sociais decorrentes da construção de grandes usinas hidroelétricas serão temas bastante recorrentes nos próximos anos no Tocantins.

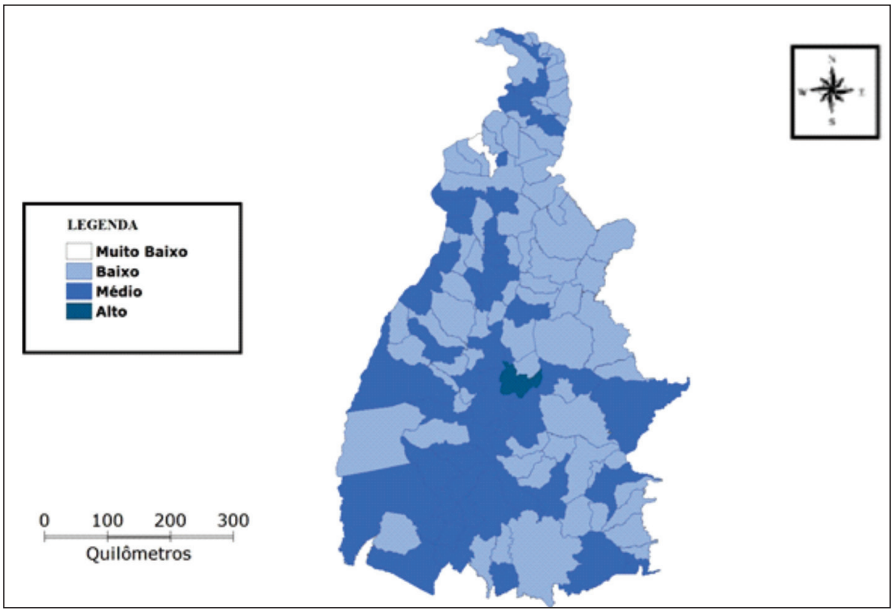
Diante dessas considerações, a tendência é que a exportação de produtos primários, principalmente soja, milho e carne bovina aumente nos próximos anos. Ao longo do tempo, é importante mudar esta estrutura e diversificar a pauta de produtos exportados. Porém, com exceção da Votorantim Cimentos, é pouco provável que grandes unidades produtivas instalam-se no Tocantins, apesar da disponibilidade de energia elétrica e a melhoria nos transportes. Os motivos devem-se à fraca formação de mercado consumidor e à baixa disponibilidade de trabalhadores qualificados, o que inibe a atração de grandes empreendimentos.

Em relação ao setor de comércio/serviços, com as obras ferroviárias e hidroviárias devidamente instaladas, a parte de logística e de transporte tende a crescer no estado. Os municípios localizados ao norte do Tocantins podem sofrer grandes transformações, tornando-se um elo importante entre o interior do Brasil e o mercado externo. Os postos de trabalho nestas atividades produtivas podem melhorar as condições de vida da população local, desde que esta esteja inserida no processo de produção. Outras potencialidades existentes no estado do Tocantins encontram-se no conhecimento da população local, como o artesanato do capim-dourado, da folha do buriti e a extração do coco babaçu. Para que esta produção interna se desenvolva, é necessário o empenho dos governantes para que as atividades venham a se expandir.

Estas atividades locais sustentáveis e de inclusão social devem ser tratadas com igual importância em relação à produção agroexportadora. Além disso, o Tocantins possui recursos naturais que possibilitam a formação de arranjos produtivos locais que podem contribuir para impulsionar o desenvolvimento socioeconômico do

estado. Para tanto, a governo estadual precisa assinar contratos de cooperação com empresas e governos de outros países para atender a dois interesses: trazer conhecimento técnico produtivo e expor o Tocantins ao cenário global, situação observada no projeto relacionado às cidades que promovem o sequestro de carbono (CCP). Essas atitudes devem ser incentivadas, pois beneficiam a produção local e tornam os municípios sustentáveis para alcançar o desenvolvimento social. A Figura 25 ilustra o grau de sustentabilidade no Tocantins no ano de 2010.

Figura 25 - Indicador de sustentabilidade municipal, de acordo com ISMA (2010)



Fonte: Elaboração do autor.

Nota-se que Palmas foi o único município tocantinense que alcançou alto nível de sustentabilidade. Nas demais áreas, este indicador encontra-se abaixo da capital, mostrando que estas precisam incentivar produções sustentáveis que visem trazer benefícios para as comunidades. Entretanto, observa-se que muitos municípios saíram da condição de "Baixo" para "Médio". Estes se localizam ao sul de Palmas, e em pontos isolados ao norte do Tocantins. Para as próximas décadas, os governantes têm como principal desafio transformar os demais municípios em localidades com alto nível de sustentabilidade, tal como Palmas conseguiu alcançar em duas décadas de existência.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lia de Azevedo; CILI, Michelle Araújo Luz; SILVA, Mônica Aparecida da Rocha. Políticas públicas e desenvolvimento: o papel do poder legislativo em um Estado patrimonialista. In: SEDRES-SEMINÁRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, ESTADO E SOCIEDADE, 1, 2012. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2012.

TOCANTINS. Governo do Estado do Tocantins. **Anuário Estatístico do Estado do Tocantins**. Sistema Estadual de Planejamento e Meio Ambiente. Palmas: Diretoria de Pesquisas e Informações, 1997.

TOCANTINS. Governo do Estado do Tocantins. **Anuário Estatístico do Estado do Tocantins**. Sistema Estadual de Planejamento e Meio Ambiente. Palmas: Diretoria de Pesquisas e Informações, 2009.

AQUINO, N. A. de. A construção da Belém-Brasília e suas implicações no processo de urbanização do Estado do Tocantins. In: GIRALDIN, O. (Org.). **A (trans)formação histórica do Tocantins**. Goiânia: EDUFG, 2002.

ARBUÉS, M. P. A migração e a construção de uma (nova) identidade regional: Gurupi (1958-1998). In: GIRALDIN, O. (Org.). **A (trans)formação histórica do Tocantins**. Goiânia: EDUFG, 2002.

BORGES, D. R. **Rio Araguaia**: corpo e alma. São Paulo: IBRASA, 1987.

BRITO, E. P. de. O papel de Palmas-TO na rede de integração regional. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2009.

BURSZTYN, M.; SAYAGO, D.; TOURRAND, J.-F. **Amazônia**: cenas e cenários. Brasília: UnB, 2004.

CAVALCANTE, M. do E. S. R. O discurso autonomista do Tocantins: primeiras manifestações. In: GIRALDIN, O. (Org.). **A (trans)formação histórica do Tocantins**. Goiânia: EDUFG, 2002.

CHAVES, P. R. **As relações sócio-territoriais na construção da Usina Hidrelétrica de Estreito e a reprodução no espaço urbano nas cidades de Carolina-MA e Filadélfia-TO**. 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2009.

DINIZ, B. P. C. **O grande Cerrado do Brasil Central**: geopolítica e economia. 2006. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

DUARTE, G. de A.; LEMOS, L. C. de S.; SENA, T. M.; SOZINHO, R. B. As (trans) formações sócio-espaciais no estado do Tocantins e o (des)envolvimento a partir da implantação da rodovia Belém-Brasília (BR – 010). In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS, 15, 2010. Porto Alegre. **Anais ...** Porto Alegre: ENG, 2010.

FIGUEIREDO, L. **Boa ventura**! A corrida do ouro no Brasil (1697-1810): a cobiça que forjou um país, sustentou Portugal e inflamou o mundo. Rio de Janeiro: Record, 2012.

FLORES, K. M. **Caminhos que andam**: o rio Tocantins e a navegação fluvial nos sertões do Brasil. Goiânia: EDUCG, 2009.

GASPARI, E. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GIRALDIN, O. Povos indígenas e não-indígenas: uma introdução à história das relações interétnicas no Tocantins. In: GIRALDIN, O. (Org.). **A (trans)formação histórica do Tocantins**. Goiânia: EDUFG, 2002.

GOMES, L. **1822**: como um sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil, um país que tinha tudo para dar errado. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

JAMESON JR, D. McC. A economia de Goiás no século XIX. In: GIRALDIN, O. (Org.). **A (trans)formação histórica do Tocantins**. Goiânia: EDUFG, 2002.

LIRA, E. O. **A construção da UHE de Lajeado e os impactos sócio-territoriais no espaço urbano de Porto Nacional - TO**. 2010. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2010.

LIRA, E. R. de. **A gênese de Palmas - Tocantins**: a geopolítica de re(ocupação) territorial na Amazônia Legal. Goiânia: Kelps, 2011.

LOUREIRO, V. R. **Amazônia**: Estado, homem, natureza. Belém: CEJUP, 1992.

MELLO, N. A. **Políticas territoriais na Amazônia**. São Paulo: Anablume, 2006.

MERCOESTE. **Perfil competitivo do Estado do Tocantins**. Brasília: SENAI, 2006.

MORO, N. D. Representação da elite sobre o "povo comum" na cidade de Campo Grande (décadas de 1960-70). **Revista Fronteira**,,Dourados: v. 11, n. 20, p. 123-149, jul./dez. 2009.

MOTTA, R. (Org). **A Amazônia em questão**: Anais do IV Encontro Inter-Regional de Cientistas Sociais, Manaus, 1981. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1985. 187 p.

NASCIMENTO, J. B. do. **Tocantins**: história e geografia. Goiânia: Bandeirantes, 2009.

NOYA PINTO, V. **O ouro brasileiro e o comércio anglo-português**: uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII. São Paulo: Nacional, 1979.

OLIVEIRA, A. E. de. Ocupação Humana. In: SALATI, E. et al. (Org.). **Amazônia: desenvolvimento e integração**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

OLIVEIRA, M. de F. Um porto no Sertão: cultura e cotidiano em Porto Nacional – 1880 a 1910. In: GIRALDIN, O. (Org.). **A (trans)formação histórica do Tocantins**. Goiânia: EDUFG, 2002.

OLIVEIRA, R. de. A "invenção do Tocantins". In: GIRALDIN, O. (Org.). **A (trans) formação histórica do Tocantins**. Goiânia: EDUFG, 2002.

OLIVEIRA, A. M. de. **Falar do Bico do Papagaio – Tocantins**: um estudo descritivo fonético articulatório. 2007. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

OLIVEIRA, G. A. de. **Os posseiros e a luta pela terra na região do Bico do Papagaio 1964-1985**: modernização e tradição. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

PARENTE, T. G. **Fundamentos teóricos do Estado do Tocantins**. Goiânia: UFG, 2007.

PEIXOTO, R. C. D. Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 6, n. 3, p. 479-499, set.-dez. 2011.

RODOVALHO, S. A. **Palmas, do projeto ao plano:** o papel do planejamento urbano na produção do espaço. 2012. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2012.

RODRIGUES, L. **O rio dos Tocantins**. Palmas: Alexandre Acampora, 2001.

RODRIGUES, J. C. **Estado do Tocantins**: política e religião na construção do espaço tocantinense. São Paulo: Blucher, 2010.

SALLES, G. V. F. de. **Economia e escravidão na Capitania de Goiás**. Goiânia: UFG, 1992.

SEPLAN-Secretaria de Planejamento e Modernização da Gestão Pública. **Estado do Tocantins - áreas de uso legal restrito e potenciais à conservação ambiental**: tabelas e mapas síntese. Palmas: SEPLAN/DZE, 2012.

SCHULTZ, E. A. D. **Educação e desenvolvimento do campo no estado do Tocantins**: a escola do campesinato versus a escola do agronegócio. 2010 Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2010.

SILVA, O. B. da. **Breve história do Tocantins e de sua gente**. Brasília: Solo Editoras, 1996.

SILVA, R. R. da. **Elementos e dados da história do Estado do Tocantins**. Goiânia: PUC Goiás, 2010.

SOUZA, S. M. de. Belém-Brasília: Abrindo fronteiras no Norte goiano (atual Tocantins) 1958-1975. In: GIRALDIN, Odair (Org.). **A (trans)formação histórica do Tocantins**. Goiânia: EDUFG, 2002.

TAMBA, F. T. **Avaliação dos impactos econômicos e sociais dos projetos de assentamentos rurais no desenvolvimento do município de Araguatins**. 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2009.

TEIXEIRA, M. do C. dos S. Crescimento, desenvolvimento econômico e capital social: um estudo de caso da região do Sudeste do Tocantins. 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2009.

WAKIM, V. R. **Valoração ambiental**: uso do método dose-resposta na mensuração do impacto na lucratividade da produção de arroz irrigado na microrregião de Formoso do Araguaia-TO. 2010. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2010.

AUTORES

ALEXANDRE MAGNO DE MELO FARIA

Doutor em Desenvolvimento Socioambiental - NAEA/UFPA; Professor Adjunto III da Faculdade de Economia da UFMT, Campus Cuiabá.
E-mail: dr.melofaria@gmail.com

ALEXANDRO RODRIGUES RIBEIRO

Economista, Doutor em Desenvolvimento Socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFPA; Professor Adjunto I da Faculdade de Economia da Universidade Federal do Mato Grosso/UFMT, Campus Cuiabá.
E-mail: ivalex_6@hotmail.com

ANDREIA BRASIL SANTOS

Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; Professora Adjunta da Universidade Federal do Amazonas.
E-mail: brasilsantosand@yahoo.com.br

ANTÔNIO CLÁUDIO BARBOSA RABELLO

Doutor em Desenvolvimento Socioambiental - NAEA/UFPA; Professor Associado II do Departamento de História da Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR, Campus Porto Velho. E-mail: tuninhorabello@uol.com.br

ANTÔNIO SÉRGIO MONTEIRO FILOCREAO

Mestre em Economia pela Universidade Federal da Paraíba (1990) e doutor em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pela Universidade Federal do Pará (2007); Professor associado da Universidade Federal do Amapá.
E-mail: filocreao@unifap.br

BENJAMIM ALVINO DE MESQUITA

Mestre em Desenvolvimento Agricola pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (1982) e doutor em Políticas Publicas pela Universidade Federal do Maranhão/UFMA e em Geografie, amenegement et urbanism pela Sorbonne Nouvelle/Paris III (2006); Professor Associado IV, da Universidade Federal do Maranhão. E-mail:bamin@uol.com.br

CARLOS TEODORO JOSÉ HUGUENEY IRIGARAY:

Mestre em Direito e Estado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1991). Doutor em Ciências Jurídicas pela UFSC; Pós-Doutor pelo Center for Latin American Studies/University of Florida (2009); Doutor em Direito pela UFSC (2003); Professor Associado da Universidade Federal do Mato Grosso/UFMT. E-mail: teodoro.irigaray@gmail.com

CAROLINA JOANA DA SILVA

Mestre em Biologia (Ecologia) pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA (1979) e doutora em Ecologia e Recursos Naturais pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR; Pós-doutorado em Limnologia de Áreas Úmidas Tropicais, na Alemanha (1999); Professora Adjunta da Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT.

CELIA MARIA DA MOTTA

Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil (2006); Professora Adjunto I da Universidade Federal do Maranhão , Brasil E-mail: ce.motta@uol.com.br

DANTE RIBEIRO FONSECA

Doutor em Desenvolvimento Socioambiental - NAEA/UFPA; Professor Associado II do Departamento de História da Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR, Campus Porto Velho. E-mail: zeliafonseca@brturbo.com.br

EDNA MARIA RAMOS DE CASTRO

Mestre e doutora em Sociologia pela Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales/ EHESS, Paris, Franca; Professora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos no Programa de Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, da Universidade Federal do Para. E-mail: edna.mrcastro@gmail.com

FÁBIO CARLOS DA SILVA

Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo; Professor Associado IV do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará. E-mail: fcsilva.ufpa@gmail.com

FRANCISCO CARLOS DA SILVEIRA CAVALCANTI

Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Pará (1981) e doutor em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas (1990); Professor Associado da Universidade Federal do Acre.
E-mail fcscarlito@uol.com.br

INDIO CAMPOS

Mestre em Economia Rural pela Universidade Federal da Paraíba (1987) e doutor em Economia pela Freie Universitat Berlin (1992); Professor/pesquisador do Núcleo de altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará.
E-mail:indio_naea@ufpa.br

JOSE ALBERTO DA COSTA MACHADO

Doutor em Desenvolvimento SocioAmbiental (1999), Mestre em Engenharia de Sistemas e Computação (1990); Professor Associado, Nível IV, do Departamento de Economia e Análise, da Faculdade de Estudos Sociais, da Universidade Federal do Amazonas. E-mail: zemachado53@hotmail.com

JOSENILDO DE JESUS PEREIRA

Mestre em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2001) e doutor em História, Universidade de São Paulo, 2007; Professor adjunto do Departamento de História da Universidade Federal do Maranhão. Áreas de interesse: história da África e história do Brasil Império e Contemporânea.
E-mail: p.jose@terra.com.br

MARCELO BASTOS SERAFICO DE ASSIS CARVALHO

Mestre em Sociologia pela UNICAMP, 2002, Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS, 2009. Professor do Curso de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), membro dos grupos de pesquisa Trabalho e Sociedade na Amazônia (UFAM) e Desigualdade: teorias e conceitos (UFRGS).
E-mail: marcelo.serafico@gmail.com

MARCOS JOSÉ SALGADO VITAL

Biólogo; Doutor em Microbiologia Ambiental pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; Professor Titular do Centro de Estudos da Biodiversidade e do Programa de Pós-graduação em Recursos Naturais da Universidade Federal de Roraima. E-mail: marcos.vital@ufrr.br

MARIANNE SCHMINK

Ph. D. em Antropologia pela University of Texas at Austin; Professora do Latin American Studies and Anthropology Center for Latin American Studies University of Florida, Gainesville, Florida, com pesquisas em America Latina e Caribe.
E-mail: schmink@latam.ufl.edu

NILCE CARDOSO FERREIRA

Mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. E-mail:nilce.cardoso@uol.com.br.

THIAGO JOSE ARRUDA DE OLIVEIRA

Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Tocantins - UFT (2012) e pesquisador bolsista pela CAPES no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócios na Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE (nível doutorado) em Toledo. E-mail:

WALDECY RODRIGUES

Mestre em Economia pela Universidade de Brasília (UnB), doutor em Ciências Sociais - Estudos em Desenvolvimento Comparado pela Universidade de Brasilia (UnB) e Pós-Doutorado em Economia na UnB; Professor Associado do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional, do Doutorado em Biodiversidade e Biotecnologia da Universidade Federal do Tocantins.
E-mail: waldecy@uft.edu.br

ZULENE MUNIZ BARBOSA

Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo- PUCSP; Professora Adjunta II do Departamento de Ciência Sociais da Universidade Estadual do Maranhão/UEMA. E-mail: zulene.mb@uol.com.br